

Bom Jesus e a Identidade Tropeira:

do Cone Sul ao Brasil

VOLUME 3

OIKOS EDITORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Bom Jesus e a Identidade Tropeira: do Cone Sul ao Brasil

Lucila Maria Sgarbi Santos
Véra Lucia Maciel Barroso
Organizadoras

Série Bom Jesus e o Tropeirismo

Volume 3

E-book

São Leopoldo
2025

Copyright: dos autores
1ª edição: 2025

Iconografia
dos autores, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de Bom Jesus

Participação especial
Fabiana Sartor de Oliveira Borges

Arte da capa
Lucrécia Huff

Imagens de capa
Valter Fraga Nunes, Arlindo Batistel, Jonas Iungton e Sérgio Gaudério Barbosa

Revisão dos originais
Lucila Maria Sgarbi Santos e Véra Lucia Maciel Barroso

Editoração, impressão e acabamento
Evangraf - (51) 3336.2466

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
93120-020 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

Os textos são de responsabilidade de seus autores.

B695 Bom Jesus e a Identidade Tropeira: do Cone Sul ao Brasil. [E-book]. / Organizadoras: Lucila Maria Sgarbi Santos; Véra Lucia Maciel Barroso – São Leopoldo, RS: Oikos, 2025.
412 p.; 16 x 23 cm.; il.; color. – (Série Bom Jesus e o Tropeirismo, v. 3.)
ISBN 978-65-5974-292-9

1. Tropeirismo – História – Brasil. 2. Rio Grande do Sul – Tropeirismo – História. 3. Tropeirismo – História – Bom Jesus. 4. Tropeiro. 5. Patrimônio histórico - Cultura tropeira. 6. Família tropeira. 7. Indumentária. I. Santos, Lucila Maria Sgarbi. II. Barroso, Véra Lucia Maciel.

CDU 981

Catalogação na Publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Agradecimentos

Lucila Maria Sgarbi Santos
Coordenadora do SENATRO. Bom Jesus/RS

O livro traz a vantagem de a gente estar só
e ao mesmo tempo acompanhado.
Mario Quintana. 'Caderno H'

A forma mais conhecida de agradecer é dizendo *muito obrigado (a)!* Se o fazemos pessoalmente é mais fácil, pois nesse momento transmitimos emoções, deixando transparecer o que vai à nossa alma.

Ao escrever esse agradecimento, preciso escolher palavras que revelem o quão importante foi a ação de tantas pessoas que contribuíram para a realização de cada Seminário Nacional e Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo - SENATRO, bem como, na organização e edição de cada livro da Série Bom Jesus e o Tropeirismo. E espero que, como diz Quintana, esse livro os acompanhe, mesmo estando sós.

Meu muito obrigada, de coração, vai a todos e a cada um que, de uma maneira ou outra, fizeram parte dessa caminhada.

A UCS, desde 1992, emprestou seu nome como apoiadora e, muitas vezes, orientou os passos que deveríamos seguir para o sucesso do SENATRO. Hoje, a Universidade continua fazendo parte desse evento por meio do Campus de Vacaria. À UCS, o meu sincero obrigada.

O livro, ora editado, contempla os SENATROs realizados de 2008 a 2020, ou seja, sete eventos. No decorrer desse período, no que concerne às administrações públicas – trabalhamos com várias –, o meu sincero agradecimento aos secretários, à Câmara de Vereadores, ao Departamento Jurídico e aos demais órgãos ligados às administrações. Todos apoiaram o evento e foram importantes para sua realização, motivo para reconhecermos o quão importantes foram no decorrer desses anos.

O SENATRO é uma promoção da Prefeitura Municipal e realização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, razão pela qual lembramos os Prefeitos, bem como, as Secretárias de Educação e Cultura e Coordenadores de Cultura.

O IX SENATRO (13 a 17/04/2008) foi realizado na administração do Prefeito Sr. José Paulo Almeida. Neste período respondia pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura a Srª Adenair Pereira Velho, estando o Departamento de Cultura sob a coordenação da Srª Jussara Lisboa Madeira.

O X Seminário Nacional, o VII Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo e a I Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu aconteceram de 20 a 23 de abril de 2010, sendo Prefeito o Sr. José Paulo Almeida, Secretária Municipal de Educação e Cultura a Srª Claudia Natalina Paim de Almeida e Coordenadora de Cultura, a Srª Jussara Lisboa Madeira.

De 17 a 21 de abril de 2012 realizou-se o XI Seminário Nacional, o VIII Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo e a II Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu. No XI SENATRO era Prefeito Municipal o Sr. José Paulo Almeida, Secretária de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, a Sra. Claudia Natalina Paim de Almeida e Coordenadora de Cultura a Srª. Jussara Lisboa Madeira.

O XII Seminário Nacional, o IX Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo e a III Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu – XII SENATRO aconteceu de 28/04 a 02/05/2014.

O XIII Seminário Nacional, o X Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo e a IV Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu – XIII SENATRO realizou-se de 14 a 18/04/2016.

O XIV Seminário Nacional, o XI Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo e a V Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu – XIV SENATRO aconteceu de 11 a 14 de abril de 2018.

O XII, XIII e XIV SENATROs foram realizados sob a administração do prefeito Sr. Frederico Arcari Becker, Secretária de Educação, Cultura, Desporto e Lazer a Srª. Gilce Maria Aver Leoni e Coordenadora de Cultura, Srª Jaqueline Maria Velho.

O XV SENATRO estava previsto para ser realizado de 31 de março a 04 de abril de 2020. Porém, o Decreto Municipal nº. 7205/2020 cancelou todos os eventos programados em função da Pandemia do Corona Virus – Covid 19. No entanto, concretizou-se a possibilidade de realizar o XV SENATRO *on line*, nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2020 e todos os trabalhos estão publicados no presente livro, sendo Prefeito Municipal o Sr. Diogo Grazziotin Dutra, Secretária Municipal de Educação e Cultura a Sra. Maria Niza Almeida Hoffmann e Coordenador do Departamento de Cultura, o Sr. Duclerc João da Silva. Por motivos alheios a nossa vontade, o Seminário on-line também não aconteceu, porém os trabalhos previstos para serem apresentados fazem parte do livro ora publicado.

Um acontecimento que enriqueceu sobremaneira o SENATRO foi a Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu, sonhada, planejada e executada pelos senhores Marco Aurélio Angeli (Zoreia); Sergio Aluísio Soares Barbosa (Sérgio Gaudério) e Valter Fraga Nunes, que teve seu inicio em 2010. No X SENATRO foi executada nos moldes das tropeadas de mulas arreadas que

abasteceram as fazendas dos Campos de Cima da Serra. A chegada da referida atividade coincide com a abertura oficial do SENATRO, emocionando os presentes, que a aplaude. Como agradecer aos componentes que viajam a suas expensas, enfrentando frio e, muitas vezes, chuva, para passarem às gerações atuais como era tropear e os fazeres do tropeiro. Deixamos a eles a nossa gratidão.

Precisamos lembrar e agradecer às equipes diretivas das escolas, os professores, funcionários e alunos, que, de uma forma ou outra, participam do SENATRO, contribuindo para o melhor desempenho do evento e seu pleno êxito.

À Emater, por meio da Srª Juruema Batista Velho, que esteve sempre presente assumindo a tarefa de organizar os artesãos de Bom Jesus, cujos trabalhos sempre despertaram o interesse dos visitantes pela criatividade e beleza de seu artesanato, o nosso carinho e gratidão.

À Associação Bom-Jesuense de Amigos da Cultura – ABAC, que desde sua fundação em 2002 vem, através de sua diretoria e demais componentes, participando ativamente da organização e execução do SENATRO – a todos o nosso carinho e que continuemos sempre participativos no sentido de tornar o SENATRO cada vez melhor.

Aos artesãos, nosso reconhecimento pelos dias que passaram engrandecendo o SENATRO com o material exposto e a cordialidade no trato com o público.

A Jaqueline Viana merece um carinho especial, pois em um trabalho voluntário idealizou, executou e doou as toalhas e demais objetos específicos para embelezar a mesa oficial do evento.

A comunidade bom-jesuense sempre apoiou o SENATRO, quer recebendo carinhosamente os visitantes, ou quer participando das palestras. À comunidade, como um todo, o nosso muito obrigado.

Difícil a tarefa de aquilatar o quão importante tem sido, ao longo de cada SENATRO, o trabalho e o envolvimento de toda a equipe da SMEC e das escolas de Bom Jesus para o bom andamento de cada evento de estudo do tropeirismo; a vocês o nosso reconhecimento e gratidão.

Neste momento, trazemos ao palco os atores desse evento: os palestrantes, painelistas e comunicadores. Sem eles não aconteceria o Encontro regado à pesquisa, estudos e gerador de conhecimento. Portanto, recebam todos os nossos aplausos.

Nosso agradecimento especial ao Senhor Aluísio Letti Grazziotin. Sem sua colaboração não teríamos como publicar esta vasta obra. Foi ele, como vereador no quadriênio 2017-2020, que destinou de sua verba da Emenda

Impositiva 2020, um valor para à Associação Bom-jesuense de Amigos da Cultura – ABAC, com a finalidade de editar os livros dos últimos Seminários sobre tropeirismo. O valor destinado permitiu a diagramação da obra, ora em mãos, intitulada: "Bom Jesus e a identidade tropeira: do Cone Sul ao Brasil", a qual vem enriquecer a historiografia sobre o tema, como também valorizar e divulgar a contribuição dos autores.

Nosso carinho, amizade e reconhecimento à professora Véra Lucia Maciel Barroso, que, desde o I SENATRO em 1992, vem não só acompanhando passo a passo a organização e realização de todos os SENATROs e edição dos livros, como emprestando seu conhecimento e dispondo de seu tempo para que tanto o evento quanto os livros aconteçam com a maior perfeição possível. A você só podemos desejar que continues iluminando as atividades ligadas à História com sua luz e desprendimento. A você um sincero *muito obrigado*.

Lucrécia Huff dedicou horas de folga, adentrando a noite, para criar não só o *layout* de todo o material a ser impresso para cada SENATRO, mas também o *layout* das capas do quarto volume da Série Bom Jesus e o Tropeirismo e desse quinto volume. Tenha certeza de nossa gratidão, amizade e carinho.

Para além de nossos agradecimentos, pedimos que Deus proteja e ilumine a todos.

As mulheres sempre participaram das tropeadas, mas raramente tropeando. Elas organizavam o necessário para que os homens desfrutassem de algum conforto nas longas viagens. A elas, nosso reconhecimento e gratidão.

Mulheres Tropeando Saudades (SENATRO, 2012)



Fonte: Lucrecia Huff.

SUMÁRIO

Dar vez e voz ao SENATRO - Bom Jesus (2025)
Frederico Arcari Becker *22*

A importância do tropeirismo na formação cidadã dos estudantes e das comunidades tropeiras
Carla Luzia Ciotta *23*

Prefácio I
Diogo Grazziotin Dutra *24*

Prefácio II
Lucila Maggi Morais Cunha *25*

Mensagem I
Maria Niza Almeida Hoffmann *26*

Mensagem II
Márcia Freitas Oliveira *28*

Apresentação
Lucila Maria Sgarbi Santos e *Véra Lucia Maciel Barroso* *29*

HOMENAGENS

Dezoito anos sem a professora Judith Carneiro de Mello
Rosa Maria Sidor Kremer e Amélia Podolan Flügel *31*

Marília Daros! Marília de Gramado
Andréia Mariana Fattori Franzen e Arthur Fattori Franzen *33*

João Lori de Abreu: um gaúcho pleno
Frutuoso Luiz de Araújo *36*

Homenagem ao tropeiro Manoel Gaspar

Seu Manoel Gaspar – Manoel Maria da Silva e Dona Eva Vieira da Silva
Lucila Maria Sgarbi Santos *37*

A Manoel Gaspar, meu respeito e admiração
Eduardo da Silva Borges *41*

Seu Manoel: patrimônio vivo da cultura tropeira
Eleni Cássia Vieira e Carlos Roberto Solera *42*

A vida é um processo dinâmico
Gilce Maria Aver Leoni *45*

Ao Seu Manoel Gaspar, o tropeiro dos Campos de Cima da Serra, que nos deixou neste inverno de 2021
Helmut Weiblen 45

Seu Manoel Gaspar e o Senatro
Geraldo Barfknecht e Henrique Paulo Schmidlin 47

Manoel Gaspar: o tropeiro que conheci!
Juruema Batista Velho 48

O velho tropeiro
Luiz Antônio Alves 50

Manoel Maria da Silva: *Seu Manoel Gaspar*
Luiz Carlos Baldasso 51

Seu Manoel Gaspar, o conheci quando eu era um guri
Marcio Andrei Silveira 52

Seu Manoel Gaspar, uma estampa de Cima da Serra
Sérgio Gaudério Barbosa 54

Um remanescente do tropeirismo serrano gaúcho
Valter Fraga Nunes 54

Reconhecimento e gratidão a Seu Manoel Gaspar
Véra Lucia Maciel Barroso 57

Manoel Gaspar, o tropeiro
Willian Marcelo dos Santos Goulart 58

VOLUME 1

1. TROPEIRISMO DE MULA

- El troperismo y sua idiosincrasia gaucha, desde la tierra gaucha de Mataderos en la ciudade autónoma de Buenos Aires: entre arreos de mulas, caballos y vacunos, nació el gaucho
Zulema Mabel Cañas 60
- Muares na vida e na economia do Brasil Colonial, antes das tropeadas de Cristóvão Pereira de Abreu
Geraldo Bonadio 68
- Caminho, mula e tropeiro: as tropas cargueiras na América Espanhola e no Brasil
Geraldo Bonadio 72
- Para onde iam as mulas antes de 1732?
Sérgio Coelho de Oliveira 76
- Criatórios de mulas em Sorocaba
Sérgio Coelho de Oliveira 80

- Para onde foram as mulas? Assimilação, adaptação e reinvenção do tropeirismo de mulas no Brasil: o tropeirismo como parte da história mundial do transporte e da tração animal
Geraldo Bonadio *84*
- Para onde foram as mulas?
Véra Lucia Maciel Barroso *91*
- Contrabando de mulas da Argentina para o Brasil
Sérgio Venturini *94*
- A mula no velho oeste dos Estados Unidos
Rossano Viero Cavalari *98*
- O Brasil desenhado nos passos dos muares: o caminho do tropeiro Cypriano
Lia Carolina Prado Alves Mariotto *107*
- O criatório de mulas do Mato Queimado: Gramado de Alfredo Rodrigues da Silva ou Alfredo Procópio
Marilia Daros *116*
- Burros e mulas abrem estradas no século XX, no Paraná: Estrada do Cerne
Léa Maria Cardoso Villela *122*
- Mulas açorianas: o companheirismo como parte da jornada
Marilia Daros *127*
- As mulas dos padres pelos sendeiros da fé colonial: o pitoresco dos convívios religiosos com as mulas no Caí médio e superior
Marilia Daros *133*
- As mulinhas do Seu Ivan
Sergio Aluísio Soares Barbosa (Sérgio Gaudério) *139*

2. VEREDAS, PASSOS, REGISTROS E PROTAGONISTAS DE CAMINHOS TROPEIROS

- A saga da família Dias Cortes no dilúculo curitibano e a abertura da vereda de Tramandaí em 1723
Henrique Paulo Schmidlin *141*
- Manoel Gonçalves de Aguiar: o idealizador do Caminho das tropas
Carlos Roberto Solera *162*
- Resgatando a figura de Bartholomeu Paes de Abreu
Sérgio Coelho de Oliveira *181*
- O Caminho dos Conventos (1728-1730) entre o litoral (SC) e o planalto (RS/SC) e sua sequência pelo caminho velho até Curitiba (PR) pelas balizas e faróis orográficos
Henrique Paulo Schmidlin e Geraldo Jorge Barfknecht *185*

- Atanagildo Pinto Martins e o Caminho das Missões
Adari Francisco Ecker *231*
- Atanagildo Pinto Martins e a Fazenda Santa Bárbara
Linara Cristina dos Santos *261*
- Rodrigo Felix Martins: a família de Atanagildo
Lea Maria Cardoso Vilella *271*
- Tropeirismo nos séculos XVIII e XIX: a ocidentalização dos caminhos, registros e passos no Rio Grande do Sul
Véra Lucia Maciel Barroso *274*
- No rastro das tropas: roteiro de Itararé a Sorocaba
Sérgio Coelho de Oliveira *283*
- Século XIX: a construção e manutenção de estradas para a circulação de tropas de muares em Minas Gerais
Lidiany Silva Barbosa *297*
- Desenvolvimento do Caparaó Capixaba: caminhos e tropeiros
Francimar Carlos Pinheiro *317*
- Caminhos de tropas e as variáveis ambientais do Planalto de Santa Catarina nas mensagens do governo provincial no século XIX
Marlon Brandt *330*
- As estradas das carretas na Região Missioneira de Cruz Alta: rotas precursoras para o tropeirismo
Rossano Viero Cavalari *338*
- "Estrada da Serra dos Capados": entre colonizadores, tropeiros e imigrantes
Almir Pontes Filho, Cristina Carla Kluppel e Tatiane Bissoli *345*
- O caminho de São Manoel: relatos de tropeiros e moradores
Edgar Bueno Silveira e Pedro Henrique Tavares da Fonseca *369*
- Caminho das tropas: do poente ao litoral, um caminho alemão
Luiz Cláudio Stähelin *375*
- Serra do Pilão: o caminho dos tropeiros em Morro Grande/SC
Renata Carreira Corvino *387*
- Entre vales e serra: os caminhos de tropeiros no território do Geoparque e Cânions do Sul
Renata Carreira Corvino *392*
- Consumância – Transumância
Henrique Paulo Schmidlin *393*
- Tropeiros e coletores: fundamentos do sistema tributário e a passagem das tropas pelas coletorias de Goiás (século XIX)
Ana Cláudia Alves de Aquino Garcia *395*

- Quarenta anos de "Caminho das tropas"
Aimoré Índio do Brasil Arantes *426*
- Uma linha, muitas histórias: o caminho entre a Ilha de Santa Catarina e Lages, nas primeiras décadas do século XXI
Adelson André Brüggemann *428*
- Um engenheiro e o caminho das tropas: o relatório de Henrique de Beaurepaire Rohhan de 1856
Ilton Cesar Martins e Grupo de Pesquisa Escravidão, Mestiçagem, Trânsito de Culturas e Globalização *437*
- Inusitada aventura de resgate histórico gaúcho-catarinense, envolvendo Bom Jesus, São José dos Ausentes e Timbé do Sul/SC em abril de 2018
Henrique Paulo Schmidlin e Geraldo Jorge Barfknecht *446*

3. TROPEIRISMO: ÍNDIOS E NEGROS

- Os índios e o tropeirismo no sul do Brasil (1634-1738)
Lauro Pereira Cunha *458*
- Ataques de índios selvagens a tropeiros no século XIX
Lauro Pereira Cunha *488*
- O papel do negro no tropeirismo
Filipe Cordeiro de Souza Algatão *500*
- O negro no tropeirismo: escravos e livres nas tropeadas em Lapa/Paraná
Cláudia Bibas do Nascimento *505*
- Tropeiros negros na cidade de Taubaté nos séculos XVIII e XIX
Solange Cristina Virginio Barbosa.....*516*
- Quilombos nos caminhos tropeiros
Solange Cristina Virginio Barbosa..... *526*

4. TROPAS, TROPEIROS, TROPEADAS E FAMÍLIAS TROPEIRAS

- Tropeiro: sujeito interfronteiras
Greice Corrêa *528*
- Reseros de la llanura bonaerense
Abel Anibal Zabala *535*
- Um tropa desgarrada da história
Sérgio Coelho de Oliveira *544*
- Nos arrabaldes da história do tropeirismo
Sérgio Coelho de Oliveira *551*
- Tropas arreadas
Lucila Maria Sgarbi Santos *563*

- Relatos de tropeiros vacarianos
  Edgar Bueno Silveira, Jayane Eduarda Alves do Amaral e Júlia Ester Oliveira Boeno .. *567*
- Reminiscências sobre tropeiros de Vacaria
  Luci do Carmo Lima dos Santos *578*
- Tropeadas serranas
  Sebastião Fonseca de Oliveira *585*
- Testemunhos: juro que vi e vivi
  Marta Helena da Rosa, Vera Lúcia Mocelin e Sebastião Teixeira Corrêa *587*
- Tropeiro da Serra e Tropeiro do Pampa: histórias, memória e identidade
  Egizelda Brum Charão *590*
- Memórias de tropeiros e criadores de porcos *à solta* da região de Fraiburgo/SC
  Marlon Brandt *601*
- Histórias de tropeiro
  Duclerc João da Silva *610*
- Experiências de infância na atividade tropeira: uma realidade nacional e regional: Praia Grande/SC (1920-1975)
  Renata Carreira Corvino *613*
- O culto à memória e a memória negada: um estudo sobre os tropeiros no Vale Histórico
  Filipe Cordeiro de Souza Algatão *622*
- As peripécias da família Bianchi
  Áureo Bertelli *632*
- De Giruá a Itapetininga: histórias de um peão de tropa
  Cecília Maicá *634*
- João Ferreira dos Santos: a história viva do tropeirismo
  Edgar Bueno Silveira e Natália da Silva Pereira *638*
- Histórias de um avô tropeiro: Zulmiro Della Giustina
  Alexandra Della Giustina Baldisserotto *643*
- O tropeiro surdo-mudo
  Hugo de Castro Bülow *645*
- O tropeiro que marcou a história da família, acolhendo uma criança
  Iria Jacoby de Oliveira *651*
- Tropeiros no século XXI: uma discussão necessária
  Filipe Cordeiro de Souza Algatão *654*
- Histórias tropeiras: entrevistas e pesquisa bibliográfica
  Edgar Bueno Silveira, Jayane Eduarda Alves do Amaral e Leandra Cassol Vieira *663*
- Tropeiros petroleiros
  Emiliano Cilon Silveira *668*

VOLUME 2

5. TROPEIRISMO: POVOAMENTO E EVOLUÇÃO URBANA

- O povoamento e o tropeirismo
  Acácio Miranda da Silva *22*
- Notas para uma história ambiental do tropeirismo no sul do Brasil
  Marlon Brandt *29*
- As rotas de tropas no perímetro urbano de Vacaria
  Edgar Bueno Silveira e Felipe Lima Pires..... *41*
- Lagoa Vermelha na rota das tropeadas
  Itaci de Souza e Silva *47*
- Ciclo do tropeirismo e o Passo do Pontão: marco zero do Rio Uruguai
  Dirceu Carneiro..... *57*
- Os tropeiros, a capela e a Igreja Matriz Senhor Bom Jesus
  Lucila Maria Sgarbi Santos *67*
- Tropeiros na formação da região do Planalto Médio
  Maria Catharina Lima Pozzebon e Vânia Maria Oliveira de Freitas *78*
- Criúva: uma vila tropeira
  Maria Helena Rosa e Vera Lucia Mocelin..... *84*
- Tropeando da serra ao litoral
  Edgar Bueno Silveira..... *90*
- Boca da Serra: um povoado que nasceu com o tropeirismo e decaiu junto com ele
  Matusalém Roberto Ferreira..... *99*
- Rolante no caminho das tropas: negação e reconstrução da memória
  Franciele Grings dos Santos e Simone Adriana Grings dos Santos..... *115*
- Garimpando nossa história: tropeirismo em Rio Pardo
  Emiliano J. K. Limberger *125*
- Pelotas: evolução urbana nos caminhos das tropas
  Maria Roselaine da Cunha Santos *127*
- Cidades tropeiras no Rio Grande do Sul
  Luiz Antônio Alves *149*
- O tropeirismo no sertão da Bahia
  Idelma Aparecida Ferreira Novais..... *162*
- Rua das tropas: um caminho tropeiro na área urbana da Lapa/Paraná
  Cláudia Bibas do Nascimento..... *202*
- Tropas, ranchos e memórias: comarca do Serro Frio/Minas Gerais
  Zara Simões..... *213*

- Importância do tropeirismo em Minas Gerais
Eleni Cássia Vieira *221*
- O tropeirismo e as migrações internas das cidades do extremo-sul catarinense: o caso de Praia Grande/Santa Catarina (1910-1960)
Renata Carreira Corvino *240*

6. MULHERES E O TROPEIRISMO

- Anna Rech, epopeia imigrante e o tropeirismo
Daniela Boff e Lorena Bachi Steffli..... *247*
- Ana Rech: a saga heróica de uma mulher valente
Sebastião Teixeira Corrêa e Maria Almeida..... *249*
- Garimpando nossa história: tropeira precursora na fronteira de Rio Pardo
Emiliano J. K. Limberger *253*
- Protagonismo feminino no tropeirismo: interlaçando as condições de vida e de trabalho das mulheres da pequena propriedade colonial ítalo-gaúcha e as mulheres ligadas ao tropeirismo
Daiane Dala Zen..... *254*

7. TROPEIRISMO, ECONOMIA E PECUÁRIA

- El resero de la pampa a *Mataderos*
Zulema Cañas Chaure *263*
- Negociantes e tropeiros na província de Minas Gerais: características sociodemográficas e econômicas
Marcelo Magalhães Godoy *272*
- A mineração e o tropeirismo
Eleni Cássia Vieira *312*
- Da tropa xucra à tropa arreada: a Feira de Sorocaba e os arranjos produtivos e comerciais do troperisimo de mulas
Geraldo Bonadio *317*
- As tropas e a cultura do café no Brasil
Acácio Miranda da Silva *322*
- Feira de Santana: a "A Princesa do Sertão" baiano
Idelma Aparecida Ferreira Novais..... *325*
- A feira de Capuame: pecuária e marchantaria na Capitania da Bahia (século XVIII)
Juliana da Silva Henrique *341*
- O transporte e armazenamento de produtos pela Mesa de Inspeção da Bahia (século XVIII)
Idelma Aparecida Ferreira Novais..... *355*

- Caminhos de comércio em um esboço de fragmento tropeiro: o Armazém de Vila Rosa
Jaqueline Posser Gallina *372*
- Para além do Rio São Francisco: pecuária e comércio nos sertões do Piaui
Juliana da Silva Henrique 383
- Tropas arreadas e erva-mate no Paraná e norte catarinense
Silvestre Alves Gomes..... *397*
- Mirando desde el sur, uma introduccion al tema: los ganados
Uruguay Nieto Lissardy..... *407*
- A gênese da animalia dos canídeos cimarrones
Kauê Cachuba de Abreu, Maude Nancy Joslin Mota, Nélio Sprea e *Henrique Paulo Schmidlin* *412*
- Lhamas, mulas e camelos
Sérgio Coelho de Oliveira *437*
- Campeira: a raça equina do tropeirismo no sul
Sérgio Lima Beck..... *441*
- Cavalo campeiro
Aldair Goeten de Morais..... *447*

8. TROPEIRISMO E O TREM

- As tropas e o trem: a dinâmica econômica e cultural do sudoeste goiano (1920-1960)
Ana Claudia A. Aquino Garcia *451*
- EEEh! Segura a tropa que o trem vai passar: um olhar sobre o patrimônio cultural do Vale do Araranguá/SC (1920-1950)
Daniel Alves Bronstrup e *Renata Carreira Corvino*..... *478*
- A chegada do trem causou a decadência do tropeirismo?
Véra Lucia Maciel Barroso *490*
- O trem e a decadência do tropeirismo
Sérgio Coelho de Oliveira *493*

9. INDUMENTÁRIA E "TRAIA TROPEIRA"

- A indumentária biriva ou tropeira tem alma
Sandra Maria Schmith Alves *503*
- A indumentária tropeira na região sul do Brasil
João Lori de Abreu..... *508*
- Indumentária do tropeiro no Paraná
Léa Maria Cardoso Villela.....*516*

- As bombachas do Padre Reis
  José Carlos Veiga Lopes *523*
- A relação do tropeirismo com indumentária no sul do Brasil e a formação da identidade da vestimenta gaúcha
  Egéria Höeller Borges Schaefer, Ricardo Rodrigues Corrêa e *Gabriela Carleto* .. *526*
- A traia tropeira na lista da inflação
  Sérgio Coelho de Oliveira *539*
- Facão sorocabano
  Sérgio Coelho de Oliveira *543*
- Antigos e modernos equipamentos para comando de rédeas no tropeirismo
  Sérgio Lima Beck *549*
- Tropeadas, berrante, pau de fuxico: esta é uma história do passado e do presente
  Helenice Cunha e *Luiz Fernandes Lopes Maia* *565*

VOLUME 3

10. USOS, COSTUMES, CULINÁRIA E MEDICINA TROPEIRA

- O cachorro dos tropeiros
  Vera Rosane Silveira Moraes..... *22*
- A importância da *ronda* nos pousos de tropeiros
  Léa Maria Cardoso Villela..... *27*
- Culinária tropeira e suas potencialidades no turismo dos Campos Gerais do Paraná: uma análise nos municípios de Castro, Lapa e Tibagi
  Rúbia Gisele Tramontin Mascarenhas *34*
- Pão na pedra e Nêgo deitado: uma culinária gaúcha ou tropeira?
  Pedro Oliveira..... *65*
- O sal e o revirado de charque
  Matusalém Roberto Ferreira *68*
- Milho e mandioca na alimentação dos tropeiros, com ênfase nas respectivas farinhas
  Maria Thereza Lemos de Arruda Camargo *72*
- A medicina tropeira nas paragens do Iapó, Castro/Paraná: recursos empíricos, fé (rezas), crendices (simpatias) e chás
  João Maria Ferraz Diniz e Léa Maria Cardoso Villela..... *78*
- Medicina no caminho das tropas
  Maria das Graças Lins Brandão *91*

11. PATRIMÔNIO CULTURAL E CULTURA TROPEIRA

- Os vestígios arqueológicos das estruturas viárias do caminho das tropas em Santa Catarina
  Ana Lucia Herbert..... *98*

- Valorização patrimonial dos registros arqueológicos e etnográficos relativos aos habitantes originários (ameríndios) nos territórios integrados pelo tropeirismo
José Otávio Catafesto de Souza *139*
- Cultura tropeira
Luiz Antônio Alves *155*
- Foro de la memória de *Mataderos*
Zulema Cañas Chaure *159*
- Patrimonio rural en la ciudad: el resero de la pampa a Mataderos
Zulema Cañas Chaure *162*
- Gestão ambiental da BR 285/RS/SC e as ações socioambientais: meio ambiente, cultura e tropeirismo
Amanda Montagna, Cauê Canabarro e Gustavo Arruda *171*
- Tropeirismo em Campos Novos/SC: histórias, memórias e patrimônio cultural
Enedy Padilha Rosa *180*
- Tropeirismo na pauta nacional: a cultura permeia, como o cerne, todos os setores de desenvolvimento da sociedade
Duclerc João da Silva *201*
- Olhares na bifurcação: o tropeirismo entre o passado e o presente
Maria Stela Schiavo Novaes *206*
- Museu do tropeiro de Castro/PR
Léa Maria Cardoso Villela *217*
- Projeto Tropeiro Brasil
Carlos Roberto Solera *219*
- Projeto Paisagem Cultural do Caminho das Tropas
Ulisses Munarim e Fabiano Teixeira dos Santos *275*
- Itinerário cultural da Estrada Real
Américo Antunes, Glauco Umbelino e *Rodrigo Carvalho* *281*

12. TROPEIRISMO E ARQUITETURA

- A Vila tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba: aspectos socioeconômicos e arquitetura das classes dominantes (1750-1888)
Lucinda Ferreira Prestes *299*
- A fazenda serrana: considerações sobre a arquitetura rural nos Campos de Lages e Cima da Serra
Fabiano Teixeira dos Santos *332*
- A casa do planalto catarinense: arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVIII e XIX
Fabiano Teixeira dos Santos *359*

- Entre o litoral e o planalto: caminhos tropeiros e patrimônio edificado em Santa Catarina
Fabiano Teixeira dos Santos *361*

13. TROPEIRISMO E TURISMO

- Na Serra do Fundo do Rio do Boi, um caminho tropeiro: subsídios para o Turismo Cultural no Parque Nacional de Aparados da Serra
Jaqueline Posser Gallina *382*
- O salto do Turismo Rural Brasileiro
Carlos Roberto Solera *390*
- Tropeadas turísticas em família
Zaira Suzana Jacoby de Oliveira *395*
- El camino de la Costa: la integracion desde el turismo cultural
Cristian Pos Dalmás *397*
- Rota turística do Passo do Pontão – SC/RS
Terezinha Benvinda Fornari Carneiro *402*
- O SENATRO e o turismo nos Campos de Cima da Serra
José Paulo de Almeida *412*

VOLUME 4

14. TROPEIRISMO, LITERATURA E FONTES DOCUMENTAIS

- El legado de Don Benjamín Ruales: versos de um resero
Olga Fernández Latour de Botas *22*
- Libro de Viajes de Leon Palliere: vida y costumbres de America del Sur
Zulema Mabel Cañas *33*
- Tropa e tropeiro nos dicionários do Brasil
Geraldo Bonadio *41*
- Arrieros y acémilas en la literatura andina
Juan José García Miranda *53*
- Poética do tropeirismo no Arraial do Tijuco
Elisa Maria Grossi Fabrin *78*
- Tropeirismo na documentação eclesiástica gaúcha: habilitações para o casamento e justificações (1753-1767)
Diego de Leão Pufal *92*
- Imagens tropeiras
Sérgio Aluisio Soares Barbosa *113*

15. TROPEIRISMO: CRISTÃOS-NOVOS E GENEALOGIA

- Os cristãos-novos e o tropeirismo
  Noely Zuleica Oliveira Raphanelli *125*
- Cristãos-novos e o tropeirismo no sul do Brasil: um estudo de caso
  Diego de Leão Pufal *133*
- Tropeirismo e genealogia: trajetória de Antonio de Oliveira Machado: da Província de São Paulo ao Continente de São Pedro
  Diego de Leão Pufal *153*
- A família Dias Cortes no sul do Brasil: bandeirantes e tropeiros
  Diego de Leão Pufal *181*

16. CEMITÉRIOS NOS CAMINHOS TROPEIROS

- Vida e morte de um tropeiro: o sagrado como fonte de pesquisa histórica
  Luiz Carlos Ebert *246*
- Coxilha Rica/SC: os cemitérios a beira dos caminhos de tropas
  Elisiana Trilha Castro *249*

17. TROPEIRISMO, ENSINO E EDUCAÇÃO

- A importância do aperfeiçoamento do professor para inserção do tema tropeirismo
  Vera Rosane Silveira Moraes *267*
- Projeto Tropeirismo nas escolas
  Valter Fraga Nunes, Marco Aurélio Angeli (Zoreia) e Lucila Maria Sgarbi Santos *270*
- Mapas didáticos do ensino público no RS e outros dos caminhos tropeiros comparados com a cartografia primária
  Valter Fraga Nunes *274*
- O tropeirismo na base curricular das escolas de Bom Jesus/RS (entre a teoria e a prática): enraizamento, pertença, consciência, (re)conhecimento e orientações práticas de sala de aula
  Véra Lucia Maciel Barroso *290*
- Valorização da cultura tropeira pela educação escolar
  Amarildo Luiz Gaio *299*
- O estudo do tropeirismo e da história regional na formação de professores: memória oral e objetos históricos
  Edgar Bueno Silveira *302*
- Elaboração de projetos pedagógicos tropeiristas nas escolas
  Silvestre Alves Gomes *324*

- O tropeirismo como objeto de conhecimento na construção e implementação do referencial curricular da Secretaria Municipal de Educação de Cruz Alta
  Sandra Denise Paula de Souza *325*
- A cultura tropeira na educação escolar em Urupema/SC
  Eleni Cássia Vieira *330*

18. SEMINÁRIOS E TROPEADAS

- O primeiro Seminário Nacional sobre tropeirismo: anotações de um caminho sem volta
  Marília Daros *353*
- História e reflexões acerca do Seminário Nacional e Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo: SENATRO (1992 a 2020)
  Lucila Maria Sgarbi Santos *356*
- Bom Jesus/RS: Centro Brasileiro e do Cone Sul de Estudos e Produção do Conhecimento sobre o Tropeirismo
  Véra Lucia Maciel Barroso *367*
- I Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu nos Campos de Cima da Serra Gaúcha (17-21/04/2010)
  Marco Aurélio Angeli (Zoreia), Sergio Aluísio Soares Barbosa e *Valter Fraga Nunes* *371*

Moções 391

Posfácio
Agradecimento à comunidade de Bom Jesus/RS (1989-2025)
Lucila Maria Sgarbi Santos *396*

10. USOS, COSTUMES, CULINÁRIA E MEDICINA TROPEIRA

O cachorro dos tropeiros

Vera Rosane Silveira Moraes
Professora de História e Pesquisadora. Canela/RS

Essa pesquisa surgiu de uma curiosidade particular, pois sempre acompanhei as lides campeiras em nossa terra e lá o cachorro era uma figura proeminente. Sempre criado ao natural, respeitando-se a natureza do animal, ele representava fidelidade, companhia, e seu trabalho equivalia ao de um peão, ou melhor.

Os historiadores afirmam que os cachorros estão entre os primeiros animais a serem domesticados pelas tribos de caçadores e coletores na Pré -História, davam ajuda vital em atividades de caça e guarda. Mas, o historiador Rodney Castleden observou que as ossadas deixam claro que "alguns cães chegavam à velhice, além de sua vida ativa, portanto eram mantidos pelos donos apenas por afeição".

A presença dos cachorros na América remonta aos primeiros grupos de povoadores, em pleno Neolítico (7000 a. C.), sendo absorvidos pelas tribos em sistemas de adoção de filhotes de cachorros selvagens, criados nas matas e pradarias onde algumas espécies eram comestíveis. Através de relatos dos conquistadores europeus, muitos séculos depois,

> [...] os Maias não possuíam qualquer animal de carga e tiro. Mas criavam o cachorro para fins culinários, para caça ou para sacrifício recomendado pelo calendário religioso. Os Astecas tinham como animais domésticos o cachorro e o peru. Entre os Incas, especialmente na cultura Mochica, Moche e Viru, descobriu-se pelos vestígios arqueológicos, sobretudo na cerâmica, que estatuetas de reis e nobres, num conjunto de expressão dos costumes guerreiros, exibiam várias cenas em que o cachorro era usado nos combates como uma arma de guerra. (Wikipedia. Acesso em: 23 fev. 2016).

Entre os indígenas brasileiros, o cachorro também era conhecido antes da chegada dos europeus, chamado por eles de *onças de criação* ou *iáguas-mimbabas*; eram usados para desentocar a caça ou alertar sobre a chegada de inimigos. Os portugueses narram em suas crônicas que testemunhavam a

presença constante dos cachorros entre os indígenas, em pé de igualdade de tratamento dispensada às crianças, incluindo a amamentação.

Evoluindo no tempo, no livro "Fila Brasileiro: Origem e Evolução", o Dr. João Batista Gomes aponta que depois de cuidadosas pesquisas históricas, o autor pode comprovar a imigração maciça de cães da raça Fila Terceirense, da Ilha Terceira, nos Açores, por volta de 1685. Nesta época, era grande o número de ilhéus que vinham para o Brasil trazendo seus cães de estimação.

Algum tempo depois, entre 1785 e 1815, chegaria ao Brasil uma grande leva de imigrantes portugueses, ameaçados por Napoleão, sendo que essas famílias traziam um número considerável de *Mastins* ingleses, que aqui se misturavam com o Fila Terceirense, gerando um primeiro Fila Brasileiro.

O Dr. Gomes lembra também que Debret, que tão bem documentou nos seus desenhos a vida brasileira do século XIX – época da transferência da Família Real portuguesa para o Brasil –, jamais pintou um cão com as características do Fila brasileiro, o que comprova que este animal só apareceria depois desta época, graças aos Mastins Ingleses chegados com os imigrantes portugueses que acompanharam a "Corte de Portugal no seu exílio".

Mas, essa miscigenação não parou por aqui. O fluxo de entrada de europeus no Brasil foi constante, o que variava sempre era o país de onde vinham. A imigração de alemães, italianos, austríacos e franceses não trazia só pessoas; muitos animais os acompanhavam, entre eles o antigo buldogue inglês.

No Brasil, essas raças precisavam manter e melhorar suas características para continuar sobrevivendo num ambiente diferente do anterior. Precisaram aprimorar seu talento para guarda e o trabalho com o gado. Os melhores cachorros eram destinados ao trabalho de submeter bois e porcos alçados, bem como aqueles que sabiam guardar a carroça e os cavalos dos tropeiros enquanto estes descansavam nos pousos e estradas precárias e isoladas da época.

A conservação desses traços fez com que esse novo cachorro passasse a ser chamado de buldogue campeiro, capaz de arrastar pelas orelhas e porcos, até o local do abate e dominar sozinho um boi arisco de até 400 kg, especialmente na região sul onde essa atividade era dominante. No interior do Rio Grande do Sul era conhecido como Bordoga ou Bordogue. Porém, medidas sanitárias mais efetivas acabaram por proibir o uso desses cachorros nos abatedouros, bem como o desenvolvimento de uma pecuária mais organizada e com técnicas mais racionais acabaram por diminuir drasticamente o uso desses animais no trabalho do campo, levando-os quase à extinção.

No final da década de 1970, o cinófilo Ralf Schein Bender começou um trabalho de resgate desses cachorros até que em 2001, os órgãos oficiais de reconhecimento da raça revitalizaram novamente o Buldogue Campeiro.

Mas existem outras raças que contribuíram muito para a formação do cachorro dos tropeiros. Entre elas está o *Dogue Fort Race*, de origem holandesa, chegando aqui por ocasião da Invasão Holandesa, em Pernambuco, no ano de 1631. Os holandeses trouxeram cerca de 300 cachorros para ajudar a proteger as novas terras conquistadas aos portugueses e para caçar e aprisionar índios, especialmente os chefiados por Felipe Camarão. Após a saída dos holandeses, esses animais passaram por transformações em função da nova alimentação, clima, atividades de pastoreio de bovinos e caça a escravos, originando um ramo formador do Fila Brasileiro. Esses cachorros se espalharam pelas Gerais, onde suas habilidades de pastoreio e proteção do rebanho contra onças e ladrões de gado, logo chamou a atenção e ganhou o respeito dos criadores.

Seu porte era gigante, graças à alimentação à base de angu de milho com leite abundante na região. Com o escoamento da produção mineira feita pelos tropeiros que levavam esses cachorros em suas comitivas, para proteção e ajuda na condução do gado ou mulas, a raça se espalhou pelo país. A cor preta dos atuais filas deve-se ao *Fort Race*, agregando excelência à raça.

Há também registros da chegada ao Brasil, a partir de Portugal, de outras raças tão importantes quanto as já citadas. Entre elas: cão de gado transmontano, cão de Castro Laboreiro, cão de Santo Humberto e o mastim espanhol. Pelas características de pastoreio, guarda de predadores e salteadores, além do tipo físico bastante semelhante, não resta dúvida que as mais ancestrais raças que compõe o Fila Brasileiro são essas.

Mais do que o instinto de proteção e a coragem dos atuais filas há também as particularidades físicas: a cor preta e o tigrado escuro são do Castro Laboreiro, as luvas e o colar branco são do Transmontano, além de ser ágil o que não é comum em cachorros desse porte. O excelente faro veio do Santo Humberto, largamente usado na Europa medieval nas caçadas dos nobres. Hoje, essa raça é usada pela polícia e bombeiros em ações de resgate de vítimas mundo afora.

Em tempos de globalização da Idade Moderna, há também a contribuição da raça indo-paquistanesa *sindh mastiff*. Desde o século XVI, após a descoberta da rota comercial para a Índia os navios portugueses passavam pelo Brasil para se reabastecer, nessas viagens os marinheiros portugueses traziam esses cachorros e os deixavam aqui. Cachorro muito feroz, usado pelos persas em suas guerras, era apreciado pelos donos de engenho e bandei-

rantes na guarda de propriedades e caça aos índios e mais tarde os capitães de mato o usavam para capturar os negros fujões e os quilombolas. O Fila Brasileiro herdou dele o temperamento bravio.

Do mastim espanhol herdou a cabeça, a barbela e o corpo robusto. Chegaram aqui no período da União Ibérica, 1580-1640, com os portos abertos aos navios espanhóis. Exímios protetores de rebanhos trazidos pelos espanhóis para a colonização das novas terras austrais, foram também usados pelo exército espanhol na defesa de suas fronteiras nos territórios sul-americanos, nas guerras separatistas, indígenas, especialmente as Guaraníticas.

Já a partir do século XVIII, com o fortalecimento da presença do tropeiro na economia da Colônia, que levava rebanhos e mercadorias rurais do interior aos grandes centros urbanos, essa figura ímpar pode ser considerada como a responsável pela disseminação e popularização da raça pelo país, já que os Filas eram *ferramentas* indispensáveis na proteção das comitivas, e *produtos cobiçados* por fazendeiros criadores de gado, para garantir a segurança nas suas propriedades.

Cabe destacar também a presença de uma outra raça de cachorros que se organizou alheia a interferência humana, a dos Cimarrón Uruguayo. Essa raça sobreviveu no pampa, abrigando-se dentro de tocas ou cavernas, sua alimentação era baseada na caça. Sobreviveram apenas os mais fortes, inteligentes e rústicos. Adaptados ao ambiente hostil forjaram uma raça hoje reconhecida mundialmente.

Importante citar também a presença do cachorro ovelheiro, nos campos do Rio Grande do Sul, descendente dos cães de pastoreio europeus responsáveis pelo pastoreio de rebanhos de ovinos, bovinos e equinos, principalmente no pampa gaúcho. Acompanha o peão em suas lides e busca os animais no campo trazendo-os até bretes e piquetes. Guarda os animais de suas presas naturais e até mesmo de outros cachorros e pessoas desconhecidas.

As evidências da presença de todas essas raças no Brasil, por séculos, estão retratadas nas gravuras, crônicas e pinturas dos mais variados artistas que *passearam* pelo interior de nosso país, entre eles está o príncipe alemão Maximilian zu Wied-Neuwied, no século XIX, atestam que a raça do Fila Brasileiro já estava presente no Nordeste brasileiro, pois mostra vaqueiros típicos perseguindo um boi e auxiliados por um fila, chamados na época de onceiros, cabeçudos ou boiadeiros. Retratou também a presença desse cachorro no sul da Bahia, numa gravura em que quatro desses cachorros estavam a acuar uma onça em cima de uma árvore.

Outro a relatar a presença de cachorros com tropeiros foi o príncipe Adalberto da Prússia, que esteve no Brasil em 1842, referindo-se a um sujeito por ele contratado como tropeiro destacando entre suas atribuições a segurança da comitiva, das tralhas dos viajantes e da comunicação oral das novidades da capital aos moradores das comunidades interioranas, aos fazendeiros e das ofertas novas de escravos recém-chegados. Essas atividades eram acompanhadas por cachorros na tropa contratada pelo príncipe.

Figura 1 – Gravura do Príncipe Maximilian



Fonte: acervo da autora.

Jean-Baptiste Debret também fez vasto registro da presença do cachorro nas vidas dos brasileiros de então. Nessas obras expõe o cotidiano dos senhores, cercados de escravos, feitores, mulas, cachorros de caça e estimação. Muitas vezes ressalta a paridade de valor entre o escravo e o cachorro.

Johann Moritz Rugendas, pintor alemão que esteve no Brasil no século XIX, mostra também a presença de cachorros em praças, ruas e fazendas do Brasil, Colômbia, Argentina, Peru, Chile sempre com as mesmas características: um ilustre viralata observador da vida dos latino-americanos.

Ressalte-se também que essas expressões artísticas foram comuns em outros países americanos. Nos EUA, o artista C. Wood House ganhou a vida pintando remanescentes de tribos *sioux* e apaches com seus cães, bem como imigrantes ingleses que levavam seus animais ao Novo Mundo para recomeçarem suas vidas. Todas pinturas em que sobressai o carinho dos homens para com os seus cachorros, desmistificando a indiferença aparente para com os bichos.

Concluindo essa breve pesquisa, vimos que o cachorro que acompanhou os tropeiros no Brasil afora é, como o povo brasileiro, um mosaico de raças! Um resistente animal que passou os séculos se aperfeiçoando, se reciclando e se impondo às dificuldades!

Mas em nenhum momento perdeu as principais características: agilidade, velocidade, faro apurado, docilidade, fidelidade, valentia, senso de proteção, porte avantajado, rusticidade, entre outros.

Seguindo o pensamento do antropólogo Felipe Ferreira Vander Velden, que estudou vários tribos de índios na Amazônia brasileira, diz:

> [...] para os índios o cachorro é como o filho, destacando-se, assim, a relação de familiaridade que corta as fronteiras entre o humano e o não -humano. Os animais criados por eles assumem uma posição parecida com a das crianças: há um genuíno prazer na criação desses seres, no cuidado cotidiano com eles, prazer na dimensão estética, pois dizem que à semelhança das crianças eles enfeitam a aldeia, tornando-a agradável ao olhar de todos; há ainda a percepção de que eles têm um ciclo vital como os humanos. Enquanto filhotes devem ser protegidos e mimados, mas animais adultos devem portar-se como indivíduos autônomos e responsáveis, cuidando de suas próprias necessidades e desejos- da mesma forma que qualquer humano maduro. (Wikipedia. Acesso em: 23 fev. 2016).

Essa sabedoria natural dos índios e dos animais deveria ser nossa meta primeira, enquanto pais, mães, educadores e principalmente cidadãos.

Referências

MARR, Andrew. *Uma história do mundo.* Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015, p. 48-49.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *América Pré-Colombiana.* São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 37.

REVISTA GEOGRÁFICA UNIVERSAL. Rio de Janeiro. Bloch Editores, Set. de 1976.

REVISTA DE HISTÓRIA UNIVERSAL. Rio de Janeiro. Bloch Editores, n. 20. 1973.

DEL PRIORE, Mary. *Mil e uma utilidades:* a relação de ódio dos homens com os animais chamou a atenção de diversos pensadores. História. São Paulo, 6/9/2010.

Fontes documentais

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fila_brasileiro. Acesso em: 23/02/2016.

<http://www.parquedogaucho.com.br/Raças Crioulas. Acesso em: 23/02/2016.

<http://www.anda.jor.br Imagens revelam relação histórica entre índios e seus cães. Acesso em: 23/02/2016.

A importância da *ronda* nos pousos de tropeiros

Léa Maria Cardoso Villela

Advogada, Professora, Escritora e Pesquisadora da História Regional. Castro/PR

O tropeirismo, através do cavalo e da mula, foi a energia que moveu o sistema de transporte de vulto e de tração por mais de dois séculos, em toda a região sul do Brasil. Abriu as trilhas e picadas por onde mais tarde a carreta, a carroça e o caminhão mantiveram e mantém o transporte de produção,

a distribuição e o abastecimento de todas as necessidades. Semeou cidades e sustentou-as do Rio Grande do Sul a São Paulo. No Brasil, os ciclos do ouro, do algodão e do café aconteceram tangidos pelos tropeiros e em lombo de mulas.

Ao longo desta rota multiplicaram-se os sítios produtores de gêneros de subsistência, e quase todas as cidades atuais são antigos pousos de tropeiros e lugares de descanso ou invernada de gado: Itapetininga, Itapeva, Itararé, Sengés, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro, Carambeí, Ponta Grossa, Palmeira, Lapa, Campo Largo, Campo do Tenente, Rio Negro, Lages, Chapecó, Cruz Alta, Santo Antônio da Patrulha... e outras.

Um dos fatos que marcou o período do tropeirismo foi sem dúvida, além dos caminhos e pousos, que deram origem a várias cidades, o local denominado *ronda*.

Para embasarmos este trabalho, pesquisamos obras de alguns autores/amigos, que, incansavelmente se põem a vasculhar histórias de nossos antepassados, mas que abrem caminho para mostrar a grandiosidade do período do Tropeirismo.

No excelente trabalho de Luiz Antonio Alves e Sandra Maria Schmith Alves, procuramos saber quais localidades, do caminho de Viamão tinham referências às *rondas* ou *invernadas*.[1] Encontramos no Rio Grande do Sul a cidade de

> [...] Ronda Alta/RS, terras que serviam de descanso para os tropeiros e tropas. Era um lugar propicio por ter abundantes pastagens e duas sangas que convergem para o mesmo lugar, formando uma espécie de cercamento natural, onde os animais podiam ser soltos bastando fazer a "Ronda" no "Alto" para que os animais não escapassem. (ALVES; ALVES, 2018, p. 29).

Lages/SC, "Pelo caminho que ligava Viamão a Sorocaba, os tropeiros faziam paradas longas na região da Serra Catarinense onde aconteciam as primeiras trocas comerciais".

Em *Curitiba/PR*, "o longo caminho e as intempéries faziam com que os tropeiros fizessem invernadas à espera do fim dos invernos rigorosos, em fazendas como as localizadas nos *Campos de Curitiba*.

Lapa/PR, "ao longo da estrada foram se estabelecendo vários *pousos* ou *invernadas,* locais apropriados para a engorda do gado antes de prosseguir viagem".

---

[1] ALVES, Luiz Antônio; ALVES, Sandra Maria Schmidt. *Cidades tropeiras*: região sul do Brasil. Porto Alegre: Evangraf, 2018.

> [...] o gado do Rio Grande do Sul passava por uma penosa tropeada através do caminho de Viamão. Devido às precárias condições desses recursos ao chegar à região dos campos de Curitiba, o gado tinha perdido muito peso, de modo que, essa região tornou-se um entreposto do comércio no caminho das tropas. A relativa proximidade do Paraná com a Feira de Sorocaba, bem como os seus campos propícios para descanso e engorda, fez com que se desenvolvesse aqui uma nova atividade: o arrendamento dos campos para a invernada através do caminho e Viamão, onde o gado passava certo tempo nos campos de Curitiba, recuperando o peso ideal para comercialização. (ALVES; ALVES, 2018, p. 29).

Ponta Grossa/PR: "Os tropeiros durante suas viagens paravam para descansar e se alimentar em lugares que passaram a ser chamados de ranchos ou pouso".

"A partir de *Sorocaba* até *Itararé* havia faixas e enclaves de campos naturais que eram alugados para os tropeiros deixarem seus animais readquirirem o peso perdido na longa viagem. Esses animais chegavam a ficar dois meses invernando (pastando) (pastos de aluguel)."[2]

Castro/PR: A vastidão de horizontes e o cenário minimalista de campos e céu são características nos Campos Gerais e em boa parte do sul do pais. Estas condições facilitaram a passagem e a alimentação de muitas cabeças de gado. A paisagem dos Campos Gerais é marcada por suaves campos de gramíneas interrompido por bosques de galeria (Mata Ombrófila Mista).[3]

O caminho do Viamão era longo e demorado, havendo a necessidade de lugares no meio do caminho para descanso e engorda de animais, essas paradas eles chamavam de i*nvernadas*, e seu local aqui no Paraná, era na região dos Campos Gerais, que com a passagem dos tropeiros passou a ser valorizada e povoada.

O nosso objetivo, hoje, é mostrar a importância da *ronda* em Castro, cidade que teve em sua legislação a organização da *Ronda*.

No início, a passagem das tropas era feito pelas ruas que se iam formando ao redor da Capela de Senhora Santana do Iapó. Com o aumento das tropas, que possivelmente causavam transtornos nessas ruas, a Câmara Municipal resolveu legislar para regulamentar essa passagem e o local de pousos para os animais. Em data de 04/02/1816, a Câmara mandou fechar a *ronda* (local que já encostavam os animais), ficando livre só para moradores

---

2 ALVES, Luiz Antônio; ALVES, Sandra Maria Schmidt. *Cidades tropeiras*: região sul do Brasil. Porto Alegre: Evangraf, 2018.

3 LICCARDO, Antonio; PIEKARZ, Gil Francisco. *Tropeirismo e Geodiversidade no Paraná*. Curitiba: Estudiotexto, 2005.

que podiam aproveitar com seus animais, para as tropas não perturbarem o povoado. Foi mandado construir uma porteira pelo Capitão José Carneiro Lobo. Deste período até 1866 a *ronda* continua a ser usada pelos tropeiros que ali acomodam seus animais. Em 12/01/1866, nova determinação da Câmara Municipal, manda fechar novamente a *ronda*, agora feito com madeira de lei e seis fios de arame, na distância de 10 palmos, com dois portões, sendo um na entrada do Ribeirão e outro no Boqueirão da Ronda, a fim de ser ponta de arrematação. Cobravam mil réis por cabeça anualmente e vinte réis por dia, ficando isento o gado de mangueirão destinado ao consumo da cidade. (Obs.: O arame farpado foi inventado pelo alemão Rudolf no século XVII, patenteado em 1873 na América do Norte).

Em 1891 (08/10), no período que as tropas começam a diminuir, a Câmara Municipal, decretou a resolução para a regulamentação de lotes nos terrenos da *ronda*: Artigo primeiro

> A contar desta data, as concessões de terrenos no lugar denominado *ronda,* só poderão ser feitos por lotes de cinquenta metros de frente e quarenta e oito de fundo, observadas as seguintes disposições: §1º Os cessionários dos requeridos terrenos, além dos emolumentos que são sujeitos as cartas de data do quadro urbano pagarão mais um mil reis por metro de frente. § 2º Os mesmos concessionários ficarão sujeitos às obrigações impostas pelos artigos 12 e 16 das Posturas de nove de Agosto de mil oitocentos e setenta e nove dos que obtiverem cartas de data no quadro urbano sob as penas nela declaradas. § 3º A retificação de prazo para edificação de que trata o artigo dezessete das citadas posturas, não poderá exceder de seis meses quanto aos terrenos da "Ronda". § 4º Os lotes uma vez cedidos, serão demarcados da mesma maneira que as cartas de data no quadro urbano, segundo as posturas em vigor, observando-se porém as indicações da planta que será levantada para regularizar a edificação da "RONDA" e que deverá existir no arquivo da Intendência.[4]

A extensa Vila Rio Branco foi e ainda é conhecida pelos moradores mais antigos como o bairro da *ronda*, é a lembrança dos acampamentos de tropeiros que faziam sentinela para proteger suas mulas contra o ataque de animais. A sua história se deve pela influência do trabalho dos Tropeiros.

A mudança do nome de Ronda para Vila Rio Branco partiu de um grupo de moradores influentes na política local que tinham admiração pelo Barão do Rio Branco, pois elogiavam sua atuação como defensor de nossos limites e fronteiras. Quando ocorreu a morte do Barão, em 1912, houve uma reu-

[4] Ata da Câmara Municipal de Castro, Paraná (Sessão do dia 08/10/1891).

nião na Câmara de Vereadores e foi mudada a denominação de *Ronda* para *Vila Rio Branco*, segundo a Lei nº 20 de 28 de maio do mesmo ano, sancionada pelo então Prefeito Indalécio Rodrigues de Macedo. No entanto, o nome *ronda* é tão forte que persiste até os dias de hoje.

Fatos notáveis, no espaço denominado Ronda

1880 – No dia 18 de maio de 1880, o então Imperador do Brasil, D. Pedro II e sua esposa Dona Tereza Cristina desembarcaram em Paranaguá para uma visita à Província do Paraná. O casal imperial passou 20 dias conhecendo diversas cidades paranaenses, entre elas, a cidade de Castro e lá visitou a chácara Baily, que pertencia ao francês José Baily. Dom Pedro assim descreveu sua passagem pela chácara:

> As 7 horas fui à chácara de Baily, que veio com outros encontrar-me ao caminho, que é mau nalguns lugares. Mostrou-me a aveia que colheu, e a plantada está bem verdinha. Possui vacas e centos e tantos carneiros. Disse-me que são necessários 150 carneiros para estrumarem um are. Quer vender a terra. Tem 3 filhos. D. Pedro II voltou no dia seguinte a visitar a Chácara Baily. (In: MELLO; VILLELA, 2018, p. 1223, v. 2).

Esta chácara existe até hoje, e situa-se no lado Norte da *Ronda*.

Figura 1 – Chácara Baily



Fonte: acervo da autora.

1881 – Construção do Hipódromo Central de Castro, denominado Prado, localizado na Ronda. Local também usado para apresentações das peças de teatro do Grêmio Dramático 29 de Novembro. No Prado apresentavam-se excelentes jóqueis e aconteciam corridas com participação de grande plateia. Hoje, um grande bairro da Vila Rio Branco, mas que ainda é chamado de *Prado*. Neste bairro, hoje está sediado o Quartel do Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar, A Unidade de Pronto Atendimento do SUS, além de muitas Escolas e grande comércio.

Figura 2 – Plateia no Hipódromo Central de Castro, assistindo corrida de cavalos



Fonte: acervo da autora.

Figura 3 – Corrida de cavalos no Hipódromo Central de Castro/PR



Fonte: acervo da autora.

1899 (16/12) – Inauguração da ponte da Estrada de Ferro, com a presença do Senhor Candido de Abreu, Secretário da Viação e grande número de senhoras e cavalheiros, encerrando com uma grande festa. Ernesto Senna, em seu livro editado em 1900 "O Paraná em Estradas de Ferro" registrou a construção da ponte como uma grande obra de arte.

> Ponte do Yapó sobre o rio do mesmo nome, na cidade de Castro com 114 metros de comprimento total entre faces de encontros, em três vãos, um dos quase de 80 metros com vigas de ferro *systema mohnie* e estrado na parte inferior. A superestructura metallica dessa notável ponte, sem dúvida uma das de maior vão livre no Brasil, pesa 386.163 quilogramas e foi assentada e construída sob a direção do engenheiro Roberto Helling. A viga central que é em forma de tunnel, tem quatro metros de largura, seis de altura, 80 de comprimento. Na entrada desta viga existem dois pórticos onde se lê: "1899 – São Paulo – Rio Grande. (In: MELLO; VILLELA, 2003, p. 5).

A estrada de ferro foi traçada exatamente na divisa da cidade com a Ronda.

Figuras 4 e 5 – Vistas da estrada de ferro e ponte do Iapó (Castro/PR)

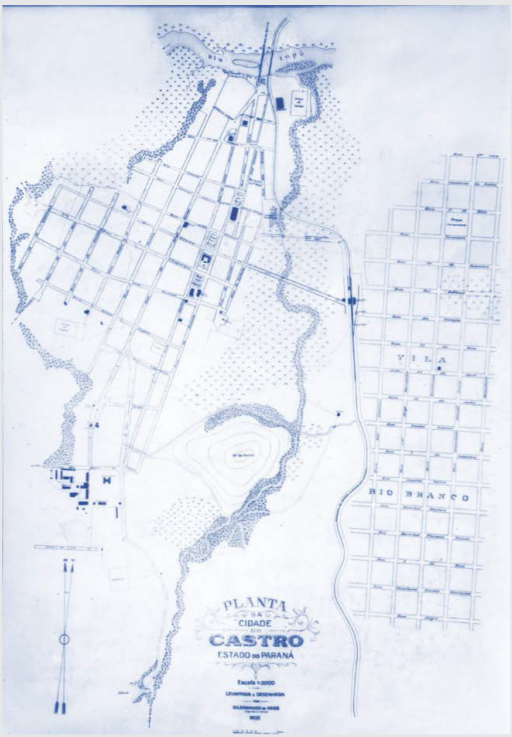




Fonte: acervo da autora.

1932 – Vários lotes, na região denominada *Ronda* já haviam sido concedidos, através de requerimentos, com legislação própria. Nesse período, atua no comando militar em Castro, o Segundo Tenente Dilermando Candido de Assis. Como engenheiro que era, prestou vários serviços para a cidade. Um deles foi o projeto do mapa do loteamento para a Vila Rio Branco, (Ronda). Dilermando faz parte da história, no Brasil, no período de setembro de 1909, quando aconteceu a morte de Euclides da Cunha (autor da obra Os Sertões) na famosa Tragédia de Piedade. Seu trabalho em Castro, trouxe grande progresso.

Figura 6 – Planta da cidade de Castro/PR (1932)



Fonte: acervo da autora.

Concluindo

Hoje, a *ronda*, na Vila Rio Branco é um grande centro populacional, com excelentes bairros, onde estão localizados o Fórum, a Câmara Municipal e várias Secretarias do Governo Municipal. Oferece grande estrutura na área de Serviços, lojas, restaurantes, Unidades de Saúde, clinicas, Igrejas. O nosso município é extenso e tem a sua economia baseada nos agronegócios, e a Vila Rio Branco oferece todo o suporte para a área cooperativa e de natureza agrícola.

Referências

ALVES, Luiz Antônio; ALVES, Sandra Maria Schmidt. *Cidades tropeiras*: região sul do Brasil. Porto Alegre: Evangraf, 2018.

LICCARDO, Antônio; PIEKARZ, Gil Francisco. *Tropeirismo e Geo-diversidade no Paraná.* Curitiba: Estúdiotexto, 2005.

RITTER, Marina Lourdes. *As sesmarias do Paraná no século XVIII.* Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980.

STRAFORINI, Rafael. *No Caminho das Tropas.* Sorocaba: TCM, 2001.

Fontes documentais

Atas da Câmara Municipal de Castro- Paraná.

Sites

Imagens do site *Castro de Antigamente*

Culinária tropeira e suas potencialidades no turismo dos Campos Gerais do Paraná: uma análise nos municípios de Castro, Lapa e Tibagi

Rúbia Gisele Tramontin Mascarenhas

Professora Adjunta do Departamento de Turismo/UEPG, Bacharel em Turismo/ UNIVALI/SC e Doutora em Geografia/UFPR/PR. Ponta Grossa/PR

O uso da gastronomia, como atrativo turístico, proporciona a formação de uma imagem positiva e de valorização da cultura e da identidade das comunidades. A tipicidade gastronômica regional, quando utilizada pela atividade turística, contribui para maior divulgação dos usos e costumes locais e, portanto, da cultura das regiões onde se desenvolve o turismo. A vinculação

entre gastronomia e turismo deve partir da valorização do patrimônio cultural intangível, resgatando a alimentação popular que possua, ao mesmo tempo, condições de tipicidade regional e apresentação ao turista.

A Região dos Campos Gerais do Paraná possui forte vínculo com o movimento tropeiro que, as comidas tropeiras, até os dias atuais, fazem parte da alimentação da comunidade nos Campos Gerais. Além disso, a região destaca-se pela quantidade de atrativos turísticos naturais, históricos e culturais. Objetivou-se, com esta pesquisa, identificar a cultura gastronômica tropeira presente na Região dos Campos Gerais do Paraná; resgatar os pratos da localidade; verificar suas influências e levantamento histórico de sua gênese e caracterização dos pratos regionais, tendo como área de abrangência as cidades de Lapa, Castro e Tibagi. Como resultado de pesquisa entende-se que a valorização da gastronomia tropeira na Região dos Campos Gerais do Paraná, é uma maneira de complementar a oferta turística, pois considera os aspectos históricos e culturais da região.

A alimentação tem um importante papel na humanidade. Pode-se até mesmo afirmar que a alimentação intensificou o processo de socialização do homem, contribuindo para a definição da formação sociocultural em que se vive atualmente, em que as pessoas reúnem-se em comunidades, aproximadas por semelhanças sociais e culturais, as quais as identificam e as tornam uma identidade coletiva. Quando se fala em cultura de comunidade, reconhece-se que manifestações como danças típicas, artesanato e rituais religiosos representam a identidade local. A gastronomia também é vista como um item relevante, que define a identidade coletiva de uma comunidade. Ela está presente na rotina da população e é parte integrante desta. Cultura e alimentação estão ligadas de maneira estreita, pois no ato de comer estão implícitos diferentes processos de socialização do homem. Processos esses fundamentais na definição do homem como um ser cultural e participativo em um contexto social.

O estabelecimento do patrimônio intangível da culinária local é de extrema importância na conceituação da tipicidade gastronômica. A cultura popular e o gosto por determinados alimentos modificam-se com o passar do tempo, mas alguns produtos, ingredientes e pratos permanecem inalterados em sua essência ou, no máximo, sofrem pequenas alterações, as quais não interferem na qualificação do prato como representante de um padrão de representatividade da alimentação de uma sociedade, o que o torna patrimônio da população. “Os padrões de mudanças dos hábitos alimentares têm referenciais na própria dinâmica imposta pela sociedade, com ritmos diferenciados em função do grau de aceleração na busca de seu desenvolvimento” (SANTOS, 1995, p. 123).

São variáveis de mudança social fatores como a questão da sobrevivência, as necessidades básicas do ser humano (que, longe do seu habitat e sem recursos, busca o alimento para saciar a fome); questões relativas à saúde; à religião; e político-sociais (quando existe incentivo para o consumo de determinado produto ou recriminação mediante cobrança de taxas e impostos para desestimular seu consumo); uso de tecnologia; e os fatores culturais. Todos estes itens influenciam os costumes alimentares de uma sociedade e devem ser analisados de forma diferenciada, atribuindo-se maior ou menor grau de relevância, quando da formação de uma gastronomia regional e da própria formação de uma sociedade.

Em uma dada sociedade, a transformação da culinária local em gastronomia típica se dá gradativamente, pois passa pela utilização do prato, a qual demora gerações para se fixar na dieta da população. Somente então se propaga e é divulgado aos indivíduos de outros grupos culturais como algo que identifica aquela comunidade.

Para se identificar a culinária local de uma determinada região, deve-se adotar um embasamento científico por meio do qual se realiza a análise detalhada de itens específicos, como fatores históricos, originalidade típica dos ingredientes utilizados e verificação do patrimônio reconhecido pela comunidade, através de seus costumes culinários (como o levantamento de quais são os pratos consumidos no dia a dia e em ocasiões comemorativas).

Resgatar a identidade da gastronomia regional significa entrar em contato com a cultura e o modo de ser de um povo. Por meio de seus costumes alimentares, uma sociedade é capaz de mostrar seus gostos, as influências que recebeu de outros povos, sua religião, suas características econômicas e, até mesmo, as características geográficas da localidade.

Quando se pesquisa a gastronomia de um povo, é importante analisar suas origens, de forma a separar todas as formas de culinária repetitiva ou substitutiva, a qual se caracteriza pelo fato de se ter acrescentado, à receita antiga, um novo ingrediente para dar-lhe nova feição, fato esse que se dá sem nenhuma motivação cultural. Quando se trata da cultura de um povo, não deveria ser preciso recorrer-se a um novo ingrediente ou uma nova técnica ou mesmo a concursos, uma vez que tal prato já existe. Como ele está na comunidade de forma não contextualizada, é suficiente que, por meio de pesquisa, ele seja trazido ao conhecimento e apreciação de todos, tanto da comunidade quanto do turista.

A vinculação entre gastronomia e turismo deve partir da valorização do patrimônio cultural intangível. No entanto, resgatar a parte da alimentação popular que possui ao mesmo tempo condições de tipicidade regional e apre-

sentação ao turista é problemático. A falta de pesquisas vinculadas ao tema, que tratem a gastronomia sob o ponto de vista cultural, torna-se um problema quando a gastronomia local é utilizada como elemento turístico sem que haja uma estruturação anterior e sem que sua utilização esteja pautada em análises científicas. Para se compreender o uso turístico de uma tradição da população local, deve-se, inicialmente, buscar a origem das tradições e a sua presença junto à comunidade que vive na localidade, para então fazer um levantamento da potencialidade do prato e da sua capacidade de despertar o interesse do visitante.

A importância da cultura como atrativo turístico deve ser ressaltada, principalmente, nos dias atuais, em que cada vez mais se busca o turismo cultural como modalidade turística. Adotando-se o conceito de que turismo cultural é aquele no qual "o principal atrativo seja algum aspecto da cultura humana" (BARRETO, 2002, p. 19), deve-se buscar a utilização do patrimônio cultural como alternativa para o turismo. O patrimônio cultural tornou-se, nos últimos anos, um dos elementos que definem os destinos mais procurados por turistas reais e potenciais. Sua utilização deve ser bem planejada, com uma gestão adequada, para que se torne um produto turístico a ser realizado de forma sustentável.

Quando se levam em conta as características tradicionais e econômicas da gastronomia de um lugar, torna-se importante destacar o turismo cultural como elemento potencial para impulsionar a economia e incentivar a sustentabilidade. Porém, vale ressaltar que o turismo deve, primeiramente, ser pensado sob os aspectos social e cultural. Assim, a gastronomia regional deve retratar as origens, valorizar a cultura e os costumes dos povos, sem cair no extremo da mercantilização e da adaptação forçada para o turista. Dessa forma, a cultura local não sofre um processo de banalização, de transformação, de maquiagem. Todas as manifestações da cultura, como a gastronomia, são de extrema importância para as atividades turísticas. Porém, muitas vezes têm sido substituídas por técnicas e procedimentos que não estão vinculados à história local. Deve-se dar prioridade, portanto, à valorização da gastronomia existente na localidade, sem descaracterizá-la em função da atividade turística.

A importância de resgatar os hábitos e costumes dos antepassados está ligada à busca das raízes e à necessidade de encontrar, na origem, uma explicação para os hábitos e costumes herdados. Considerando a evolução da humanidade, pode-se afirmar que a gastronomia, em determinados locais, tem conservado suas características originais; já em outros, sofre modificações com o acréscimo de novos costumes, novos ingredientes e, principal-

mente, novas tecnologias. A culinária de um povo está ligada a sua cultura e ao seu modo de vida. Reconhecer esta culinária como algo que represente sua comunidade valoriza seu patrimônio cultural. Isso começa com o povo que não quer perder suas origens e se vê valorizado através dos pratos que consome diariamente.

O turismo pode ajudar a estimular o interesse dos moradores pela própria cultura, uma vez que os elementos culturais de valor para os turistas e para a comunidade local podem ser recuperados e preservados. O uso da gastronomia nas atividades turísticas deve basear-se nos conceitos de turismo cultural e de turismo sustentável.

A gastronomia, como manifestação da cultura, tem tanta importância nas atividades turísticas que vem sendo valorizada por diversos órgãos de fomento ao turismo no país e no mundo. Para Fernandes (2001, p. 41), "essa valorização da cozinha regional – ou, como dizem os franceses, a cozinha do *terroir* e das estações – tem tudo para se tornar um atrativo turístico do Brasil". No entanto, o autor considera que tudo ainda está muito incipiente, voltado para o turismo interno. É preciso valorizar as diferentes culinárias existentes no país para que a gastronomia possa ser utilizada pelo turismo. A culinária tropeira é um exemplo de como a tradição dos costumes culinários pode ser utilizada pela atividade turística.

Raízes da culinária tropeira

O tropeirismo foi atividade de suma importância para a história da economia do Brasil, o qual viveu seu apogeu nos séculos XVIII e XIX. Percorrendo caminhos e trilhas que ligavam distantes localidades das regiões sul, sudeste e centro-oeste, foi responsável pelo desenvolvimento do comércio de mercadorias e de animais de carga numa época em que o sistema de transporte dependia exclusivamente desses cargueiros.

A alimentação brasileira apresenta influências do movimento tropeiro. A comida do tropeiro era preparada para durar uma longa viagem sem se deteriorar e para ser forte o suficiente para alimentar os peões depois de uma jornada extensa. Aos poucos, foi deixando raízes e misturando-se à alimentação das localidades por onde passavam as tropas. Dessa forma, contribuiu significativamente na formação de uma culinária regional em diversas regiões do país, especialmente na localidade em estudo.

A comida é uma das heranças deixadas pelo Tropeirismo. Era feita pelos homens, pois na tropa não havia mulheres. A influência que os tropeiros exerceram sobre a culinária das regiões por onde passaram é marcante, in-

fluencia essa que deixou como legado o prato hoje denominado feijão tropeiro, sempre presente à mesa dos brasileiros das localidades por onde circulavam, assim como nos cardápios de restaurantes que servem a culinária regional. Outros pratos também foram herança tropeira e são consumidos em todas as regiões onde o tropeirismo se desenvolveu.

Era o tropeiro quem, no lombo de mulas, atravessava regiões do Brasil, negociando muares e levando cargas através de longas viagens, a fim de comercializá-las. As mulas eram levadas do Rio Grande do Sul para a Feira de Sorocaba, no Estado de São Paulo. Entretanto, esta cidade não era o único ponto de venda de muares. Santos também era centro de negócios desses animais de carga, assim como Congonhas do Campo, em Minas Gerais. Havia aí um mercado onde, por ocasião das romarias, os muares eram vendidos, já há três séculos. Segundo Camargo (2005, s/p.), outras pequenas feiras, de menor importância, existiram em outras localidades. Os tropeiros também foram responsáveis pelo desenvolvimento de estradas e cidades, nos séculos XVII e XVIII, dentre elas muitas cidades da Região dos Campos Gerais do Paraná, como Lapa, Palmeira, Jaguariaíva, Ponta Grossa, Castro, entre outras.

A dieta dos tropeiros marcou a culinária do brasileiro nas várias regiões por eles percorridas, visto que os alimentos empregados no preparo de suas comidas tinham de ser duráveis, secos e fáceis de carregar, além de proporcionar energia suficiente para o trabalho. Com sua atividade, aos poucos os tropeiros foram regionalizando hábitos alimentares que iam adquirindo em seu dia-a-dia; hábitos estes que eram forçados a adotar em suas longas viagens, principalmente durante os pousos, quando paravam para descanso e para se alimentarem. Sua dieta baseava-se, em geral, em alimentos não sujeitos à ação do tempo, como feijão, toucinho, fubá, farinha, café e carne salgada. Porém, quando os pousos se davam próximos a algum lugarejo, buscavam nas vendas carne e linguiça, além de outros alimentos, os quais permitiam uma refeição mais variada (CAMARGO, 2005, s/p).

A alimentação tropeira, portanto, está relacionada ao cotidiano de uma viagem. Na época do Tropeirismo, a comida deveria ser fácil de ser carregada e preparada e os produtos utilizados por eles, durante a viagem, iam se modificando conforme o decorrer do percurso, pois os produtos locais iam sendo acrescentados ao preparo das refeições. Esta é a razão pela qual a gastronomia tropeira toma aspectos diferenciados ao longo do caminho. A cada localidade, novos produtos eram adquiridos para serem consumidos e outros eram deixados para serem vendidos.

Na tropa de paulistas, o cozinheiro era a pessoa mais nova, geralmente um menino de doze anos ou mais. Durante a estadia num local ou num

encosto ao ar livre, o cozinheiro descarregava sua bateria[1] e o feijão, assim como o toucinho, os quais eram cozidos em um caldeirão suspenso por uma corrente ou correia presa a um tripé de ferro, sob o qual era aceso o fogo. A mesa era o ligal, couro inteiro de boi, seco, sobre o qual se colocava a vasilha com farinha de milho ou de mandioca, os pratos de ferro batido ou cuias de chifre e as colheres. À noite, alcançavam o pouso que era, quase sempre, um rancho. Durante a ceia, comiam feijoada com bastante gordura e carne seca com farinha. O termo *feijoada*, significando feijão cozido com algumas iguarias como linguiça e carne seca, foi bastante mencionado pelos viajantes que percorreram o Brasil no século XIX.

Almeida (1985, p. 78) afirma que, por volta de 1867, os tropeiros vinham dos chapadões mato-grossenses, passando pelo alto Araguaia, Paranaíba, Uberaba e Rio Grande. Estes, como os descendentes de paulistanos e sorocabanos, mantinham os mesmos costumes alimentares, inclusive jacubavam, ou seja, bebiam jacuba, mistura de rapadura, farinha de milho e água bastante comum em São Paulo, à época. Até fins do século XIX, segundo observações de Saint Hilaire (1995, p. 53), o feijão, a carne seca e a farinha de milho ou de mandioca eram os ingredientes básicos da dieta dos viajantes, assim como dos tropeiros e, certamente, dos povos que viviam nas localidades situadas ao longo dos caminhos por eles percorridos. Em Minas Gerais, o tropeiro assemelhava-se a uma imagem lendária e peculiar à região mineira, "aquele que conduzia animais levando mercadorias para os núcleos mineradores, existentes na época do ouro" (CAMARGO, 2005, s/p). Ele comia carne seca com feijão de corda, mais tarde denominado feijão tropeiro. Acrescentava ao feijão a farinha de mandioca, angu de milho e torresmo, alimentos que se tornaram patrimônio afetivo da culinária mineira.

O feijão tropeiro se expandiu por todo o caminho percorrido pelos tropeiros. Em geral, seus ingredientes básicos são aqueles usados pelos tropeiros, tais como feijão, farinha de milho ou de mandioca e carne seca de gado ou de porco ou, ainda, linguiça. Porém, sabe-se que, dependendo da região, apresenta variantes no tocante aos tipos de carne salgada ou mesmo à forma de preparo e ao local onde os tropeiros cozinhavam o feijão. Em Minas Gerais, assim como em São Paulo, os costumes eram bem semelhantes: nos pousos o cozinheiro não tinha descanso, pois logo que chegavam ao local de parada ia colocando o feijão e a carne seca para cozinhar.

O charque, que era a carne em manta, salpicada com sal e seca ao sol, era exportado do Sul para regiões mais quentes do Brasil, por poder ser trans-

[1] Retirar todo o equipamento das mulas para preparar a cozinha de trânsito dos tropeiros.

portado a bordo nas longas viagens graças a sua capacidade de conservação. Em relação à alimentação sertaneja, diz-se que charque é conserva de gado ou peixe, salgada curada e seca ao vento e sol; no nordeste, correntemente, o charque *de gado* é chamado carne-seca. Sampaio (1978, p. 238) afirma que havia produtos de primeira ordem, das charqueadas e os de qualidade inferior, da pequena indústria, os quais, por vezes, eram resultado de preparo imperfeito ou de conservação deficiente. Ressalta-se que alguns alimentos da comida tropeira, como o feijão preto, a carne seca e a farinha de milho, já faziam parte da alimentação dos escravos por volta de 1850.

Do Rio Grande do Sul até São Paulo, os pratos variavam de acordo com a oferta existente na localidade. A alimentação iniciava-se com carne de ovelhas e arroz como base de nutrição, sob a forma de carne assada e arroz carreteiro. O arroz para o consumo da tropa, no decorrer do percurso, ia acabando e passava a ser reservado somente para venda, até que, no Paraná, o alimento básico passava a ser o feijão com carne de charque ou sobra do assado. Daí o feijão tropeiro e o virado de feijão, consumidos na região dos Campos Gerais, que se mantém até a atualidade. O consumo permanece nos estados de São Paulo, Minas Gerais e estende-se até o Rio de Janeiro. Ao chegar a São Paulo, o tropeiro passava a utilizar o virado à paulista ou cuscuz paulista[2], feito com feijão (já em menor quantidade do que no Paraná) e farinha de milho.

A alimentação tropeira está ligada ao cotidiano da tropa, à maneira como se planejava o percurso e à divisão de tarefas na tropa. O madrinheiro[3] cuidava da égua madrinha, da comitiva e da alimentação dos peões. Uma só pessoa desempenhava o papel de madrinheiro e, quando necessário, era auxiliado pelos peões. Durante as refeições, uns comiam enquanto um peão tomava conta do rebanho, para posterior revezamento.

> O cozinheiro levava no cargueiro o caldeirão que tem um arco na panela de ferro grande. Corta duas forquilhas e finca uma lá e outra aqui e uma vara que sustenta o caldeirão em cima do fogo e é apoiada nas forquilhas. Aí ele preparava a comida do tropeiro que era feijão, charque – tem que ser charque pra não arruinar na viagem. Ali é o charque assado, charque

[2] Cuscuz paulista – prato originário dos bandeirantes, com influência indígena, principalmente no emprego da farinha de milho. Os ingredientes contidos no farnel levado pelos bandeirantes iam misturando-se ao longo do caminho, mistura essa que originou o cuscuz, prato em que todos os ingredientes formam um único prato. É preparado com farinha de milho, farinha de mandioca, temperos, tomate e outros produtos que foram ao longo do tempo agregados à receita original.

[3] Madrinheiro – o rapaz que anda na égua madrinha com o fim de regular o tempo de marcha da tropa (POLINARI, 1982, p. 55).

> feito na paçoca. Uns fazem até café e outros não. Era charque, farinha e arroz, quando dá pra cozinhar. Feijão, quase sempre cozinha porque o tropeiro come bem desde cedo. A maioria usava chimarrão, mas às vezes dava tempo de fazer café (ALVES apud POLINARI, 1982, p. 47).

Os utensílios carregados pelo cozinheiro e pelos demais peões consistiam nos apetrechos de tropeiros tais como o pelego, a badana, a carona, o pelego de chão (para forrar o baixeiro) e a tralha para dormir, além dos utensílios para auxiliar o serviço da cozinha: o caldeirão para cozinhar feijão, a caçarola para fazer o arroz, o balde para apanhar água, a chaleira ou chocolateira (vasilhame para aquecer a água) para fazer café e um lampião ou vela para iluminar o local onde se cozinharia. O fogão utilizado pelos tropeiros denominava-se trempre, compreendida como um tripé para servir de apoio às panelas ao fogo.

Pela manhã, comia-se um assado ou o arroz e feijão que restaram do jantar, acompanhado do café tropeiro ou café assustado. Durante o dia, a alimentação consistia na farofa de carne que era levada nas bruacas[4]. O peão comia com a mão, para não precisar parar durante o percurso. O pouso tropeiro consistia em uma parada mais longa para pernoitar. O local deveria ser limpo de mato e ter alguma cerca ou rio por perto que funcionasse como barreira natural. Isso servia para facilitar a ronda, ou seja, a vigília dos animais. Quando chegavam a um pouso, tomavam-se algumas providências, como, por exemplo, amarrar a mula madrinha com uma corda de 10 a15 metros, para que os outros animais ficassem por perto de onde soava o cincerro; retirar as cargas para descanso dos animais; organizar a preparação do local para dormir e para comer. Durante o pouso, a alimentação baseava-se em feijão, arroz, charque, às vezes pão, salsicha e um chimarrão à noite. No período da ronda, para tomar conta do gado, o peão pegava um pedaço de pão com charque, para se alimentar no decorrer da vigília.

Na região sul, os tropeiros tinham o hábito, ao meio do dia, de parar para repouso e almoço, parada esse a que chamavam de sesteada ou hora da boia. Então comiam o feijão que era cozido com toucinho; já no pouso noturno, preparava-se o arroz com charque, que chamavam de charque carreteiro. A farinha era adquirida ao longo do caminho, assim como a galinha, a mandioca, o pão e o café. O tropeiro procedente do Rio Grande do Sul, quando chegava a Sorocaba, por ocasião das feiras, comia o feijão do caldeirão e o velho churrasco de carne-seca. Porém, ao longo da viagem a alimen-

[4] Bruaca – saco ou mala de couro própria para ser carregada em cangalha, nos animais de carga (POLINARI, 1982, p. 55).

tação tropeira sofria algumas variações, dependendo da disponibilidade de alimentos que encontravam no caminho percorrido.

Na chamada cozinha campeira, do Rio Grande do Sul, encontram-se indícios dos produtos utilizados pelos tropeiros, como o feijão campeiro, feito com feijão preto, charque, linguiça, toucinho, osso com tutano e temperos variados; diversos pratos feitos com charque frito, acompanhados de pirão ou de canjica; churrasco de charque; carnes assadas, como churrasco, ou cozidas em grandes panelas com diversos complementos, e o carneiro e o gado que sempre estiveram presentes nos pratos gaúchos. O café e o chimarrão também sempre acompanharam a alimentação diária do gaúcho, os quais eram consumidos pelos tropeiros quando estavam no Rio Grande do Sul.

Em Santa Catarina, outros pratos eram consumidos pelos tropeiros; dentre eles a sapecada de pinhão, que nasceu do ato rústico dos tropeiros de assar o pinhão no chão, na fogueira de grimpa, colocando-se fogo nas ramas secas que caíam do próprio pinheiro e jogando-se as sementes sobre as cinzas da galhada. Essa maneira de assar os pinhões também era comum em todas as regiões onde havia araucária em abundância. São presentes na tradição catarinense os típicos churrascos de Lages e o entrevero, um prato forte em que se misturam várias carnes, legumes e pinhão e se serve sobre um pesado disco de alumínio aquecido. Logo, entrevero significa uma grande mistura. A paçoca de pinhão é um prato que se come cotidianamente, nos meses do outono e de inverno, época da colheita da pinha.

No Paraná, a alimentação básica dos tropeiros também era uma comida fácil de ser carregada. Herança dos tempos de incursões pelo estado, a paçoca de carne já era consumida em tempos anteriores ao tropeirismo, desde o reconhecimento do território e na trajetória pelo interior. A paçoca de carne era produzida no pilão, com uma mistura de carnes moqueadas, vegetais e grãos. Esse preparado era consumido durante a trajetória diária, sem que fosse necessário parar para reabastecer

O sistema alimentar adotado pelos tropeiros durante as viagens era, em parte, semelhante ao dos nativos que habitavam o Paraná. Porém, estes se alimentavam também de caça e pesca. Segundo Koch (2004, p. 13), essa alimentação "até nossos dias é uma incógnita para os pesquisadores das expedições de *Cabeza de Vaca* ou de *Aleixo Garcia*, as quais receberam auxílio alimentar dos nativos e não vice-versa". O autor defende que a alimentação paranaense originou-se na alimentação nativista e foi complementada pela alimentação portuguesa do império.

> Destas duas culturas alimentares foram separadas as comidas que ultrapassaram os portais da história e se consolidaram no cardápio local, anônimas e de aceitação coletiva e transmissão pessoa a pessoa, ficando tradicionalizada pela sua funcionalidade, ou seja, entendida e preparada comumente sem qualquer resquício de sofisticação (KOCH, 2004, p. 20).

Neste trabalho, concorda-se com o ponto de vista de que a alimentação paranaense faz parte do cotidiano das pessoas e, vista e analisada pelo seu uso comum, o tradicionalismo, tudo é feito com um caráter familiar e transmitido de geração a geração (SGANZERLA; STRASBURGER, 2004). Contudo, deve-se ressaltar que, em algumas localidades, esta alimentação tradicional e nativista está deixando de existir devido a inovações tecnológicas e ao modo de vida atual. A profissionalização da mulher e sua saída de casa para trabalhar fora do ambiente doméstico estão, aos poucos, fazendo com que as receitas tradicionais se percam no tempo, deixando de existir. Consequentemente, a alimentação nativista e tradicional paranaense está se modificando ou mesmo desaparecendo. Nesse sentido, o turismo pode ser um meio importante de subsídio à preservação e divulgação dos costumes culinários, entre outros aspectos culturais. A alimentação, nas atividades turísticas, constitui-se uma força contrária a essa tendência à padronização alimentar, pois os pratos regionais e/ou típicos podem ser um atrativo a mais para o turista, que busca, em suas viagens, juntamente com a satisfação de suas necessidades básicas de nutrição, conhecer um pouco mais sobre a cultura e a história da localidade visitada.

Além da culinária, a atividade do tropeirismo contribuiu para a integração territorial dos estados sulinos e teve grande importância no desenvolvimento econômico, povoamento e formação de uma identidade histórica regional evidente e característica. Com o decorrer do tempo, as mudanças ocorridas no sistema de transportes, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, como o aparecimento das estradas carroçáveis e das linhas férreas, significaram a diminuição da dependência, no escoamento da produção, dos fazendeiros em relação aos tropeiros. No interior do Paraná, o movimento tropeiro ainda manteve certa importância, basicamente quando se percorriam pequenas distâncias, até aproximadamente metade do século XX, quando foi definitivamente substituído por outros meios de transportes, como trens e caminhões.

Tais modificações também foram percebidas com relação à alimentação paranaense. A chegada de imigrantes, de diversas etnias, trouxe ao estado novos conhecimentos gastronômicos e costumes alimentares que foram, aos poucos, difundindo-se e transformando parte da culinária paranaense. Por

outro lado, os imigrantes, ao chegarem aqui, nem sempre encontraram os produtos que estavam acostumados a consumir. Assim, passaram a adaptar as suas receitas originais aos ingredientes encontrados no Paraná. O resultado dessa união entre os costumes trazidos de outros países com a realidade aqui encontrada deu origem a receitas novas, as quais atualmente complementam a gastronomia paranaense.

Mesmo com o enfraquecimento do movimento tropeiro, as influências deixadas por ele podem ser percebidas até a atualidade. Na alimentação, essas influências fazem parte do cotidiano das pessoas, sobretudo na Região dos Campos Gerais, onde a base dos hábitos alimentares estabeleceu-se à época do tropeirismo. Aos poucos, esses hábitos foram unindo-se aos ingredientes e pratos trazidos por imigrantes, formando, assim, uma alimentação diferenciada quando comparada a de outras regiões do país. A diversidade étnica e a herança dos tropeiros na alimentação regional são fatores que se evidenciam nos costumes alimentares da população dos Campos Gerais.

Pode-se afirmar que o estado do Paraná não possui muitos pratos típicos, os quais podem servir de exemplo de referência alimentar. O Barreado, considerado prato típico do Estado, destaca-se na região litorânea, assim como outros pratos de origem nativa ou à base de peixe e carne vermelha. Mais recentemente surgiram, em outras regiões do Estado, pratos regionais ou típicos, que foram instituídos por meio de mobilizações das comunidades locais, como, por exemplo, o porco no rolete, o carneiro no buraco e o dourado assado, os quais são bastante consumidos na região oeste do Paraná.

Culinária tropeira nos Campos Gerais do Paraná

A região dos Campos Gerais do Paraná insere-se no contexto político, geográfico e histórico da Região Sul do Brasil. A fixação humana foi se efetivando na região com o movimento tropeiro, que percorria o Caminho de Viamão, passando por diversas cidades. A região está localizada no Segundo Planalto Paranaense e constitui-se de "uma faixa de terras que vai do Norte, divisa com São Paulo, até o Sul com Santa Catarina" (ALMEIDA, 2003, p. 46). Para Wachowich (2001, p. 79), "entende-se por Campos Gerais uma estreita e alongada faixa de terras no segundo Planalto Paranaense, formada de campos e entremeada de pequenos bosques de matas, que se estende de Jaguariaíva até a margem direita do Rio Negro, passando pela Lapa". A região era caracterizada originalmente como uma "zona natural constituída de campos limpos e matas galerias ou capões isolados de floresta mista, onde se destaca o pinheiro araucária" (MAACK, 1948, p. 102).

Em relação a seus aspectos históricos, pode-se definir tal região pela:

> identidade histórica e cultural da região dos Campos Gerais, que remonta ao século XVIII, quando, graças aos ricos pastos naturais, abundância de invernadas com boa água e relevo suave, foi rota do tropeirismo do sul do Brasil, com o deslocamento de tropas de muares e gado de abate provenientes do Rio Grande do Sul com destino aos mercados de São Paulo e Minas Gerais (Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais - UEPG, 2003).

Pode-se caracterizar a região levando em consideração seu caráter fitogeográfico. Dessa forma, delimita-se a região dos Campos Gerais desde a divisão da "Escarpa Devoniana, que separa o Primeiro Planalto do Segundo Planalto e que segue aproximadamente o mesmo desenho sinuoso dos campos, também atravessando o Estado no sentido norte-sul" (*Projeto Rota dos Tropeiros, 1998, [S/P]*).

A culinária da região dos Campos Gerais formou-se pela contribuição dos costumes dos indígenas, negros e colonizadores que aqui viveram, pela influência do movimento tropeiro e da união destes com os hábitos alimentares das diferentes etnias que para cá vieram, constituindo-se, desta maneira, uma culinária regional típica.

A presença indígena contribuiu muito na formação da culinária regional. Os índios paranaenses "essencialmente coletores, tinham no pinhão, o alimento por excelência. Assim os coroados guardavam as sementes em cestos submersos em água corrente por 48 horas e posteriormente as secavam ao sol, para serem consumidas fora da época de safra" (www.terraeasfalto.com.br). O pinhão era alimento essencial para os índios e primeiros moradores do Paraná e até hoje o pinhão faz parte dos hábitos alimentares dos paranaenses, associado às festas juninas ou aos costumes do homem do campo, sob a forma de sapecada, paçoca ou, ainda, em saborosos pratos servidos em sofisticados restaurantes: croquetes, sopas, aperitivos, suflês, panquecas, entre outros pratos, que estão à mesa do homem do interior e dos grandes restaurantes da capital Curitiba. Isso demonstra a importância do pinhão na alimentação paranaense, o qual passou a ser consumido tanto na área rural, quanto nas grandes cidades, ganhando status diferenciado, a ponto de ser ingrediente de pratos sofisticados elaborados por grandes chefes de cozinha.

Era comum entre os índios, principalmente os xetás, ingerir folhas de erva-mate como alimento; isso influenciou o uso do mate até os dias atuais. Também como resultado da influência indígena na gastronomia parana-

ense destaca-se o conhecimento que os índios possuíam das frutas e raízes nativas, o preparo do milho e da mandioca na confecção das farinhas, do cuscuz, pamonhas e bijus, da pesca e da caça, como, por exemplo, a carne moqueada que é assada em buracos aquecidos. Alguns hábitos alimentares indígenas assimilados, como alguns ingredientes e modos de preparo, ainda fazem parte dos costumes da população da região retratada.

Os negros também contribuíram para a formação da culinária paranaense, principalmente no que diz respeito a modos de preparo de alimentos utilizados nas cozinhas. Em grande parte das residências, como eram as escravas que cozinhavam, estas levaram para a mesa seus temperos e hábitos culinários. Quando se ofereciam jantares ou fazia-se alguma comemoração, eram as escravas e suas descendentes que tocavam a cozinha. Cozinhar para várias pessoas sempre era uma responsabilidade das *pretas velhas*, como estas eram chamadas.

Além da experiência de oferecer comida farta que agradasse ao paladar dos convidados, as negras foram também enraizando seus costumes na alimentação paranaense - a farofa, o quibebe são pratos de herança africana, assim como, a melancia, a banana e o coco, que vieram da África e auxiliaram na composição da mesa do brasileiro. A presença africana na culinária nacional une o alimento a um forte vínculo religioso. Seus temperos fortes, modos de preparo e de apresentação têm um fundo religioso. Assim também ocorreu com a alimentação paranaense, sobretudo a tropeira, que tem entre seus pratos mais representativos o quibebe e a farofa.

Os povos colonizadores e imigrantes deixaram raízes nos hábitos alimentares de muitas cidades da região, com predominância de uma etnia ou na união desses costumes. A presença dos imigrantes de diversas etnias também influenciou a estrutura agrária paranaense e os costumes alimentares da população. Além do feijão, arroz, milho e mandioca, outros produtos também possuem significância na formação da gastronomia típica no Paraná. O consumo cotidiano dos alimentos, as dificuldades de plantação e de comercialização vividas pelos primeiros imigrantes que aqui chegaram para plantar, e encontraram adversidades em relação ao solo e ao clima, influíram os costumes alimentares da sociedade, pois a população tinha de se adaptar aos produtos que eram viáveis na localidade onde residiam. Dessa forma, aos poucos modificaram seus hábitos alimentares, incorporando novos produtos, adaptando receitas de famílias aos ingredientes locais, passando a consumir quantidades diferenciadas das consumidas anteriormente.

No que diz respeito a essas mudanças no padrão alimentar, encontram-se produtos que, pelas facilidades de produção e armazenamento, acabaram

tornando-se populares em determinadas regiões: o consumo de frutas regionais, do pinhão, do leite e seus derivados, entre outros. Para Ornellas (2003), o homem não busca o alimento pelo apetite que este lhe proporciona, mas o costume alimentar é que faz o alimento tornar-se desejado. Menezes (2001, p. 378), ao analisar o assunto, conclui que "nossa culinária é o espelho dos costumes dos povos que escolheram o Paraná para viver". Devem-se também analisar as questões climáticas e fatores vinculados à condição social dos povos formadores da região, fatores estes que influenciam os hábitos alimentares.

Nesse sentido, a busca pelo patrimônio intangível da culinária local é de extrema importância para uma conceituação da tipicidade gastronômica. Sabe-se que a cultura popular, o gosto por determinados alimentos, vai-se modificando com o passar do tempo. No entanto, alguns produtos, ingredientes e pratos permanecem inalterados em sua essência ou, no máximo, sofrem pequenas alterações, as quais não impedem que o prato permaneça dentro do padrão de originalidade típica na alimentação de uma sociedade, o que o torna patrimônio da população. "Os padrões de mudanças dos hábitos alimentares têm referenciais na própria dinâmica imposta pela sociedade, com ritmos diferenciados em função do grau de aceleração na busca de seu desenvolvimento" (SANTOS, 1995, p. 123).

Em todo Paraná, alguns produto destacam-se na constituição do regime nutricional. Dentre eles está o feijão que, sobretudo, atendia as necessidades do trabalhador, feijão esse que, em refeição, era acompanhado por charque em pequena quantidade e farinha. O arroz, até o século XIX, não fazia parte da cesta básica alimentar (SANTOS, 1995). Como não era considerado produto de primeira necessidade, muitas vezes não servia de complemento para os pratos atualmente ditos como típicos. O milho era produto de primeira necessidade para a população, sendo consumido em diversas formas de preparo, dentre as quais se destacava a farinha de milho. A mandioca, produto consumido em toda extensão nacional, serviu de base na formação alimentar do brasileiro de todas as classes sociais, constituindo-se produto básico na mesa do paranaense da Região dos Campos Gerais.

A carne é um grande exemplo da influência político-social no consumo alimentar. A carne verde era um produto constantemente em crise devido às variações de preços, à qualidade do produto, aos aspectos higiênicos apresentados nos locais de venda, o que era motivo de divergências entre produtores, comerciantes e compradores no Paraná dos séculos XVIII e XIX (SANTOS, 1995). Tal era a disputa pela carne que, por diversas razões, ela deixou de se tornar um produto de primeira necessidade no estado. A car-

ne bovina in natura fazia parte apenas das mesas privilegiadas. Ingrediente básico dos tropeiros, a carne salgada e seca ao sol (charque) foi trazida por esses viajantes, na esteira da rota comercial da erva-mate em direção ao Cone Sul e da expansão da própria criação de gado. Esse movimento ajudou a modificar o panorama econômico da região sul e introduziu novos e importantes hábitos alimentares (SGANZERLA; STRASBURGER, 2004). Assim como a carne, a utilização do trigo, apresentava sua problemática. Nesse caso, as dificuldades relacionavam-se à produção e ao armazenamento do produto, que levou bastante tempo para tornar-se popular.

A análise dos produtos consumidos no Paraná nos séculos XVIII e XIX permite entender o acesso a determinados alimentos e visualizar, de forma mais clara, se existia originalidade nos ingredientes utilizados nos pratos típicos ou se os ingredientes foram, ao longo dos anos, sendo incorporados aos costumes alimentares da população local. Ou seja, permite averiguar se os pratos típicos oficiais estão dentro dos padrões culturais originais da população ou se foram adaptados aos costumes, nos dias atuais. Outros fatores complementam tal análise: a confluência cultural das etnias que formaram o Paraná é exemplo disto.

O movimento tropeiro é fato marcante na culinária regional dos Campos Gerais. Os hábitos deixados, o modo de preparo e os ingredientes utilizados pelos tropeiros foram, com o passar dos tempos, incorporando-se à culinária da região. Ao realizar longos percursos, os tropeiros transportavam valores e práticas culturais. Constituíram-se elos de integração entre vilas e povoados do Brasil Meridional e até do exterior, assimilando, inclusive, palavras de origem castelhana como *churrasco*, *charque*, *bombachas*, *arroio*, as quais foram incorporadas ao linguajar paranaense. O Tropeirismo mudou não só o foco econômico do estado, como também influenciou sua cultura e costumes. Além de responsáveis pelo transporte das tropas, os tropeiros foram mensageiros de notícias, consolidadores de caminhos e fundadores de diversos núcleos populacionais.

"No Paraná, a partir da 2ª metade do século XVIII, não havia sido estabelecida uma estrutura produtora de alimentos voltada a suprir as necessidades da população" (SANTOS, 1995, p. 23). As fazendas estavam voltadas à criação de gado e, como subsistência, plantava-se feijão, milho, mandioca e arroz. No início do século XIX, o crescimento da economia de subsistência no estado continuava lento. Mais uma vez o Paraná estava voltado à exportação da erva-mate e da pecuária. Já por volta de 1870, cerca de 30% do gado das feiras de Sorocaba provinham das invernadas paranaenses. Nas fazendas, a maior parte das necessidades era suprida por produtos frutos do

trabalho familiar. As farinhas de milho e de mandioca para o consumo eram feitas pelas mulheres e o excedente era vendido para complementar à renda familiar. Na produção das farinhas, usava-se o pilão manual ou o monjolo, quando havia água corrente próxima. O fubá também tinha grande importância na confecção de bolos, sobretudo salgado e acrescido de nata, o qual era consumido com virado de feijão. "Na roça, plantava-se feijão, arroz, milho e mandioca, para consumo e venda de excedente. Dependia-se da compra de sal, açúcar, querosene, trigo (que dificilmente se encontrava), tecidos e ferramentas" (POLINARI, 1982, p. 28).

Na área rural, o almoço era composto por couve, polenta, abobrinha verde, feijão, carne de galinha, arroz e carne de gado, quando possível. À tarde, por volta das três horas, costumava-se tomar café com mistura (ver comida típica da Lapa – item 3.2), e perto das seis horas, *a janta* (jantar) era composta por virado de feijão, galinha e entreveros, que eram variados pratos que compunham a refeição. Na região, era comum que o pão fosse elaborado apenas uma vez por semana. Nessa data, costumava-se fazer também bolos, roscas e o bolo de polvilho, amplamente consumido na região.

Existem controvérsias com relação ao consumo de arroz. Alguns autores, como Westphalen (1986), apontam o Paraná como um grande produtor de arroz; outros, como Santos (1995), afirmam que o produto não era consumido em grande escala. Acredita-se que, dependendo da cidade, o consumo do arroz variava; talvez fosse maior na capital; porém, o que se pôde apurar durante a pesquisa foi que à época do movimento tropeiro o consumo de feijão se sobrepunha ao do arroz, o qual raramente acompanhava as refeições dos tropeiros.

A culinária tropeira, como se pode perceber, destaca-se como referencial gastronômico. Mas para que ocorra o reconhecimento desse potencial, é necessário vencer a barreira do saber-fazer em ambiente doméstico, tornando-a mais conhecida, consolidando-a como algo gastronômico e representativo. A culinária tropeira é importante para a região, porque apresenta um histórico, uma vinculação que faz parte da comunidade, o que a diferencia de outros pratos que foram criados pelos poderes públicos para serem "pratos típicos municipais" sem que estejam incorporados à cultura local.

Na Região dos Campos Gerais, a gastronomia pode ser entendida como gastronomia regional, pois possui características de unidade dentro de uma mesma região geográfica. Salvo pequenas alterações, a gastronomia tropeira tem características similares desde o município da Lapa até Tibagi. Possui a mesma raiz ligada aos fatores históricos do movimento tropeiro, os mesmos ingredientes e os mesmos modos de preparo, podendo, portanto,

ser considerada gastronomia regional. Os pratos que formam o patrimônio intangível e cultural da comunidade, geralmente estão vinculados com a questão histórica, ressaltando-se o movimento tropeiro e a presença marcante das diversas etnias, além da herança dos hábitos alimentares de índios e negros. Esses fatos acabam por formar uma culinária regional, a qual se torna singular. Percebe-se que a gastronomia tropeira mantém as características históricas e culturais; portanto, há preservação dos costumes culinários. Essa gastronomia também pode ser analisada como gastronomia típica, pois representa a sociedade na região dos Campos Gerais. É preparada com produtos de uso habitual, geralmente fartos e de fácil aquisição. Logo, seu consumo retrata a realidade social da comunidade.

A comida tropeira foi, sem dúvida, uma das maiores contribuições para os costumes culinários. Surgiram daí a paçoca de carne; o uso da quirera de milho amarelo com carne de porco; o cozido de carne dessalgada com feijão, que originou o feijão tropeiro; a farofa de ovo; as diversas receitas de bolo de polvilho; o uso da costelinha e da bisteca de porco no preparo de diversos pratos; a costela de gado assada; o ensopado de carne, etc.

Culinária tropeira em Castro

O movimento tropeiro foi de grande valia para o surgimento do município de Castro, pois a cidade tornou-se parte integrante do caminho das tropas. Seu nascedouro está ligado ao fato de que, devido à presença do Rio Iapó, os tropeiros eram obrigados a constituir pouso às margens do rio, à espera do momento adequado para transpô-lo, o que favoreceu o aparecimento do povoado inicial que, aos poucos, foi constituindo importante local de parada para as tropas.

Em relação à gastronomia, Castro recebeu a herança dos tropeiros e das diversas etnias presentes no município. O Castropeiro, reconhecido como prato típico oficial da cidade, é, segundo o Inventário Turístico Municipal (2004), uma homenagem a Castro e aos tropeiros. Trata-se de uma comida tipicamente caseira, à base de carnes de gado e porco, acompanhadas

Figura 1 – Castropeiro



Fonte: acervo da autora.

de feijão tropeiro, quibebe, arroz, legumes refogados e uma salada. Como sobremesa, acompanham o prato arroz doce, cocada e doce de abóbora.

Com relação ao consumo do feijão, torna-se necessário esclarecer que existia uma diferença entre o feijão tropeiro consumido pelo viajante e pelo fazendeiro. O prato do viajante era mais simples, feito em trempe, com os ingredientes que estavam a sua disposição durante o percurso. Já o feijão tropeiro do fazendeiro era mais sofisticado: compunha-se de frutas de entrada e representava a fartura das fazendas. Esse prato mais elaborado era servido em ocasiões especiais, quando a fazenda recebia visitantes ilustres.

O Castropeiro foi documentado no início da década de 1990, num estudo feito por pesquisadores do SENAC em parceria com alguns setores do município. Chegou-se à receita do prato através de pesquisas com a população, pesquisa essa que visava resgatar os valores históricos da cozinha tropeira. Pela análise sensorial de degustação com a população local, houve alteração de ingredientes utilizados no preparo do feijão tropeiro. Inicialmente, o prato era feito com feijão preto. Atualmente, é preparado com feijão carioca, o que o tornou mais leve e acabou com a confusão que existia entre o prato e a feijoada, prato típico brasileiro. Além disso, para os castrenses, o feijão carioca melhora a apresentação do prato.

Na análise dos costumes da região, observou-se que a presença da salada também foi introduzida para melhor se adaptar aos hábitos da população atual. Antigamente, o tropeiro e o castrense não possuíam o hábito da ingerir salada durante as refeições. A couve refogada com toucinho era a única composição de verdura que acompanhava os pratos tradicionais na localidade. Ressalte-se que as mudanças nos ingredientes ou o acréscimo de novos acompanhamentos são decorrentes da evolução cultural de uma sociedade. Mesmo assim, acabam gerando a descaracterização dos pratos quando esses são considerados pratos típicos, relacionados à história da localidade. Com a mudança, deixam de vincular-se com o passado histórico e com as raízes do movimento tropeiro. Por essas razoes, nesses casos, faz-se necessário ressaltar ao turista as modificações realizadas e justificá-las.

O museu do tropeiro apresenta uma receita diferente de Castropeiro, composta por ingredientes pré-preparados, apresentando menos gordura no prato final. A receita do Museu do Tropeiro equivale à receita do feijão tropeiro consumido em Minas Gerais, já que foi trazida de lá. O que se questiona na análise dessa receita é sua validade para a Região dos Campos Gerais, uma vez que o movimento tropeiro do Paraná e o de Minas Gerais não são homogêneos em todos os aspectos. Pode-se facilmente, diferenciar a confecção dos pratos, apesar de ambos possuírem a mesma denominação.

O Museu do Tropeiro, em Castro, apresenta outros pratos consumidos na localidade: o feijão com linguiça e o charque, até hoje consumidos na região; o arroz carreteiro; o puchero, feito à base de batatas, e a ambrosia, servida como sobremesa. Além desses, o pernil de porco à pururuca e o lombo de porco assado eram típicos do cardápio da região, considerando-se que em Castro o consumo da carne suína era bem superior ao consumo da carne bovina. Como acompanhamento, não faltava à mesa do castrense o arroz branco ou o arroz de forno, preparado com queijo, ervilha, clara de ovos batida e salpicado com queijo ralado para cobrir. Outro prato consumido no município de Castro era o barbudinho, preparado com feijão cozido misturado com couve bem picadinha; a quirera cremosa com suã ou costelinha de porco; as canjas de galinha ou a galinha assada com farofa de miúdos; paçoca de carne e de pinhão e o pinhão assado. O virado de ovo, um dos componentes do Castropeiro, era bastante consumido na região. Nas fazendas, ele era feito com ovos e queijo fresco.

Os embutidos presentes no cardápio da localidade eram o chouriço, o salame rosa, a linguiça feita em casa e o charque, que também era uma maneira de conservar a carne. Utilizavam-se muitos temperos à época dos tropeiros, temperos esses que, com o passar dos tempos, foram incorporados aos hábitos da população atual. O uso de temperos do campo, tais como manjerona, sálvia e tomilho para os preparos de carnes e, principalmente, o *bouquet-garni* de salsa e a cebolinha verde para o tempero do feijão, são até hoje utilizados tanto no feijão tropeiro do museu como no Castropeiro.

Em relação aos doces, podem-se citar a gila, fruta típica da região, a abóbora, a moganga, o figo, o pêssego, a pera, a laranja, a cocada, a goiabada com queijo, as pinhas de coco e o doce de marmelo. Em relação a este último, havia até um ditado popular, segundo o qual "marmelada na hora da morte mata". A crença deve-se ao fato de que o doce era solicitado pelos doentes em estágio terminal, para que pudessem ter uma morte mais rápida e tranquila. Havia também o bolo republicano; os bolos salgados que acompanhavam o café; o bolo de fubá cozido em panela de ferro direto na chama do fogão; o bolo desmamado feito de coalhada com farinha de milho, também feito em panela direto no fogo; o beiju de farinha; e o bolo de polvilho que, antigamente, nas fazendas, era feito com coalhada e, atualmente, é preparado com leite, o que, segundo as senhoras que o preparam, não causa diferença ao sabor final do prato. Provavelmente usava-se coalhada, pois a coalhada era a melhor forma de conservar o leite. O leite fresco era utilizado para o consumo como bebida.

Como sobremesa, servia-se coalhada, doce de mandioca com coco e laranja rosa do Tibagi, a mexirica. O licor de leite, preparado com leite cru,

limão e açúcar deixado em repouso por trinta dias, era uma bebida muito comum no município. Após este período, o licor era coado e acrescentava-se canela em pau e casca de cacau. Outros licores de frutas também agradavam ao castrense, como o de anis, cujo ingrediente básico comprava-se em farmácias. Também faziam parte das refeições dos castrenses o vinho para o consumo dos adultos, o suco de vinho para as crianças, a gasosa dos *Mazinha* e a limonada, amplamente consumida tanto no campo, quanto na cidade.

A responsabilidade feminina em relação ao preparo dos pratos e à ciência dos alimentos foi aos poucos substituída pela busca de uma carreira profissional e conquista do espaço fora de casa. A dedicação à família e aos cuidados do lar que, nos tempos do Tropeirismo, era uma *obrigação* feminina reconhecida pela sociedade, a qual fazia parte da cultura local, foi sendo gradativamente substituída por outros valores. Sendo assim, é de fundamental importância fazer o resgate dos alimentos e dos pratos consumidos anteriormente, mesmo que isto ocorra só em eventos comemorativos ou que seu uso tenha como finalidade atender ao turista, para que este patrimônio não se perca no tempo. Não se sabe ao certo como a alimentação tropeira passou das mãos masculinas dos cozinheiros das tropas para as mãos femininas, especialmente das negras cozinheiras e, mais adiante, das matriarcas das famílias. Depois disso, ela saiu das fazendas para as cidades, passando a fazer parte do cotidiano de toda a população dos Campos Gerais. Tal questão merece futuros estudos e esclarecimentos.

O município de Castro trabalha principalmente o feijão tropeiro do Museu do Tropeiro de Castro e o Castropeiro. Ambas as receitas são adaptações da culinária tropeira original. Seu uso para as atividades turísticas pode continuar ocorrendo, desde que se esclareçam a origem dos pratos e as razoes pelas quais eles sofreram adaptações. Assim como outros pratos típicos do Paraná, o Castropeiro também surgiu de uma movimentação da comunidade. Desde que a população local o reconheça como prato típico, o Castropeiro pode ser utilizado para o turismo, mas é fundamental que se explique sua origem, para que não haja conflito entre esse e outros pratos que possuem origem histórico-cultural no movimento tropeiro.

Culinária tropeira na Lapa

A culinária típica lapeana é composta por alguns produtos de herança tropeira e outros consumidos nas fazendas da região, o que forma um misto entre os pratos advindos dos viajantes tropeiros e dos moradores locais.

Também se agregaram ao cardápio pratos mais recentes que eram solicitados pelos comensais, os quais, atualmente,fazem parte do cardápio da Comida Típica Lapeana, como se a denomina (Figura 02). Os pratos são compostos por quirera, arroz carreteiro, virado de feijão com torresmo, ovo frito, frango, saladas, couve refogada, arroz branco, farofa e outros acompanhamentos que foram agregados com o passar do tempo como, por exemplo, macarrão caseiro, batata frita (que é servida atualmente, mas não faz parte da comida lapeana tradicional). Assim como em Castro, na Lapa as mulheres tiveram grande importância na composição do cardápio tradicional. "Ao lado dos tropeiros e, mais tarde, dos homens que lutaram durante a Revolução Federalista, maragatos ou pica-paus, a Lapa produziu mulheres de muitas virtudes domésticas, com a tradição da boa comida" (LACERDA, 2002, p. 9). A preocupação feminina girava em torno de servir ao marido e à família. Para isso, preparavam-se pratos salgados e doces, pães, bolachas e geléias, tudo com o maior cuidado para que a moça pudesse agradar o marido e assim obter sucesso em seu casamento.

A marca *Coisas da Lapa*, criada na cidade para oferecer aos turistas produtos caseiros e artesanais da localidade; a coxinha de farofa; e biscoitos tradicionais que já são consumidos na cidade há mais de 70 anos; além da comida rural que, atualmente, é oferecida nos hotéis e pousadas rurais. A coxinha de farofa e o biscoito, citados anteriormente, são produzidos pela *Panificadora Zeni*. A coxinha de farofa é produzida há pouco mais de dez anos. Surgiu com as festas religiosas, quando os padres solicitavam prendas para auxiliar na preparação dos petiscos para a festa, ocasião em que as famílias entregavam as galinhas velhas que não produziam mais ovos. Com a carne rígida dessas galinhas, criou-se o prato que é feito com uma farofa bem úmida, enrolada em massa de pastel e frita no formato de uma coxinha. Daí o nome coxinha de farofa.

Figura 2 – Comida típica lapeana



Fonte: acervo da autora.

No café com mistura servem-se tortas doces e salgadas; pães; geleias; patês; frios; linguiça; suco; chá e café com leite. É quase que um café colonial, de denominação mais regional. Além de todos esses pratos, o café tropeiro ou *café assustado*, que era o café consumido pelos tropeiros, também está presente na memória do lapeano. Para fazer o café, fervia-se a água e o pó do café em uma chocolateira ou cambona, nome dado ao bule do tropeiro. Após a fervura da água, colocava-se uma brasa quente no recipiente, o que fazia com que o pó do café baixasse, não sendo necessário coá-lo. A paçoca de pinhão também é uma iguaria consumida na cidade. Nas fazendas do município da Lapa, as refeições eram mais requintadas, geralmente compostas por quirera com suã de porco; ovo frito; virado de feijão com torresmo; pratos feitos com pinhão como, por exemplo, a paçoca de pinhão; milho cozido; aipim; batata doce; couve refogada. Leite, queijo e manteiga feita em casa acompanhavam o café da manhã e o café com mistura, tradicional no município.

O bolo de polvilho também é tradicional na Lapa. Existem diversas receitas de bolo de polvilho e dentre elas destaca-se o Bolo Lapeano feito com polvilho e farinha de milho. Lacerda (2002) detalha os procedimentos usados para obter os melhores pratos à base de polvilho. O Bolo espremido ou Bolo pipoca é considerado uma receita típica das cidades do chamado Paraná tradicional, principalmente daquelas que ficavam na rota dos tropeiros. Tais bolos que, na verdade, são roscas, uma vez que apresentam esta forma ou então são enrolados em S, dependem muito da qualidade do polvilho e da farinha de milho, que, antigamente, eram produtos de fabricação artesanal, feitos com muito cuidado. Os bolos precisam também de gordura adequada (daquela banha pura que não existe mais), de forno moderado e de *boa mão* (LACERDA, 2002).

Como sobremesa, há doces diversos feitos à base de abóbora e moranga cozida com leite; marmelada e pessegada, que tinha uma característica mais transitória. Na época de pêssegos, tanto se consumia a fruta, quanto o doce. Porém, como não havia fruta suficiente para durar o ano todo, a pessegada era um doce apreciado somente durante alguns meses do ano. Ainda como sobremesa, não faltava à mesa do lapeano a farinha de milho com leite, também considerada uma sobremesa oficial, à qual a maioria das famílias podia ter acesso. O açúcar utilizado era o mascavo. E, diferentemente do constatado em Castro, a marmelada era utilizada como um tônico, como uma última tentativa de reanimar quem estivesse adoentado. Depois, ao longo dos anos, essa crença desvirtuou-se e passou a identificar-se com a ideia popular de que, se utilizada, promoveria uma morte mais rápida.

As bebidas utilizadas na Lapa eram a aguardente, o vinho do porto (usado em ocasiões especiais) e o capilé – xarope de groselha com água. Com relação ao consumo de saladas, essas se diferenciavam muito, dependendo da família. Algumas consumiam pepino e hortaliças; já outras achavam que saladas serviam apenas para engordar os porcos. A utilização de conservas caseiras foi introduzida anos mais tarde, quando os imigrantes de diversas etnias vieram para a Lapa. Porém, a alimentação tropeira na Lapa destaca-se muito mais do que quaisquer costumes culinários das etnias presentes na região. Esses costumes ainda estão muito ligados à população de descendência étnica e não são encontrados facilmente. Apesar da Comida Típica Lapeana apresentar modificações com o passar dos anos, ainda está relacionada aos costumes dos tropeiros e dos fazendeiros que passaram pela localidade.

O Município da Lapa ainda preserva a culinária tropeira e é possível que a alimentação tropeira no Município fosse mais requintada do que em outros pousos. Isso porque, depois de percorrer todo o trecho de Mata Atlântica fechada e densa, o tropeiro ficava um bom período na Lapa para recuperar a tropa, já que este era o primeiro pouso nos Campos Gerais, de acesso mais fácil do que o trecho anterior. Assim, o tropeiro tinha a possibilidade de fazer refeições mais elaboradas do que em outros pousos, deste ponto em diante do caminho. Com relação ao uso da alimentação tropeira na Lapa, mais uma vez deve-se alertar o turista sobre as modificações que esta sofreu. Se novos pratos estão sendo incorporados à culinária tradicional para atender às solicitações do padrão alimentar atual, o comensal deve receber essas explicações.

Culinária tropeira em Tibagi

O município de Tibagi também já iniciou o processo de análise de seus pratos e produtos turísticos. Assim como nos demais municípios, predomina a origem tropeira, com características dos alimentos dos garimpeiros. Os pratos que possuem relevância para a gastronomia regional em Tibagi são a paçoca de carne; a quirera de milho; o feijão gordo e a carne de porco.

A paçoca de carne (Figura 3) é preparada com carne bovina ou suína, tipo charque, macerada no pilão até tomar consistência desfiada, à qual se acrescentam temperos caseiros e farinha, que pode ser a de milho amarelo ou a de mandioca. A quirera de milho sempre acompanha os pratos tradicionais. Em Tibagi, a quirera é preparada com costelinha de porco e o quibebe de abóbora, com linguiça defumada.

O feijão gordo, como é conhecido o feijão preto preparado com torresmo, couro de porco, bacon e linguiça calabresa, é bastante consumido até

os dias atuais. O consumo de feijão preto é preferido em relação ao feijão carioca. A carne de porco conservada na banha e refogada no tacho era um dos alimentos utilizados pelos garimpeiros da região a qual, posteriormente, se incorporou aos hábitos alimentares em todo o município, principalmente na região do Guartelá.

Figura 3 – Paçoca de carne



Fonte: acervo da autora.

A alimentação era diferenciada entre os habitantes da cidade e da região do Guartelá. Neste local, a alimentação compunha-se dos produtos preparados pela própria família, desde o preparo das farinhas de milho e mandioca até a agricultura de subsistência e a criação de gado, principalmente para leite, além de porco e galinha. Assim, o costume alimentar diferencia-se entre as duas localidades estudadas. Na cidade, o consumo de açúcar e de produtos doces era mais abundante do que na região do Guartelá, onde a alimentação tendia para alimentos salgados e sempre acompanhados de farinha de mandioca.

O bolo desmamado também era preparado em Tibagi, assado na panela de ferro, feito com fubá, leite e ovos, em cima do fogão a lenha. Na região do Guartelá, colocava-se uma tampa com brasas sobre a panela, para melhorar o cozimento, a qual se chamava *folha de brasa* ou *folha porta-brasa*. No Guartelá, o bolo era salgado, enquanto que na cidade o costume era preparar o desmamado tendendo mais para o doce.

A coalhada seca é um dos pratos tradicionais da região do Guartelá. Seu preparo diferencia-se da coalhada tradicional, porque, depois de pronta, a coalhada é passada em um pano para que se escorra todo o soro; em seguida, é colocada novamente em uma vasilha para descansar. Depois de pronta, a coalhada fica mais seca que a tradicional, daí o nome *coalhada seca*. O bolo torcido (Figura 04) é feito com fubá, farinha de milho, leite ou água e sal, ovos, polvilho azedo e uma colher de manteiga. A massa é sovada e colocada para descansar. Depois, prepara-se o bolinho fazendo pequenos rolinhos torcidos. Os bolinhos são fritos na banha de porco, que deve estar na temperatura ideal, não muito quente, pois do contrário o bolinho estoura na panela. Este bolinho cresce ao fritar e tem sabor leve. É bastante saboroso, mas depois de frio fica gorduroso.

Figura 4 – Bolinho torcido



Fonte: acervo da autora.

Na localidade, comia-se laranja com farinha de mandioca, cortando-se a laranja ao meio e comendo-a com colher e sopa de liga feita no fogão a lenha, com feijão, queijo e farinha de mandioca. Para preparar a sopa, colocava-se a panela com feijão no fogão a lenha e, aos poucos, acrescentava-se queijo e farinha. Depois de misturar os ingredientes, colocava-se o prato em cima da panela, para a sopa descansar antes de ser degustada. Diversos bolos também são preparados até hoje: bolo de fubá, bolo de suco de mexirica e muitas receitas com polvilho. Entre os doces caseiros destacam-se o doce de leite, de abóbora, de laranja, goiabada e outros.

A farinha de mandioca é bastante tradicional no município. É bem fina e branca. Para os moradores da cidade, o segredo do preparo da farinha está na origem africana. Assim como em Castro, a cozinha na cidade estava nas mãos dos escravos e, após a libertação destes, continuou, por tradição, nas mãos das *pretas velhas*, como eram chamadas as cozinheiras dos coronéis. Estas eram responsáveis por festas e banquetes, os quais eram referência de boa alimentação na localidade. A mesma comida dos tropeiros em viagem, era preparada nas cidades pelas *pretas velhas*. A paçoca de carne era a sobra dos banquetes promovidos pelos coronéis. A paçoca de carne, o quibebe, a quirera, a mandioca, o virado de feijão preto com ovo frito e o porco na banha eram os alimentos mais consumidos. A galinha também era presença farta nas mesas da cidade, preparada com mandioca ou assada.

Outro prato consumido em Tibagi era o cuscuz. Na região do Guartelá, era preparado com torresmo e, na cidade, era feito com açúcar e fubá, cozido no pano, no bafo da panela. O milho também era presença constante nas mesas do tibagiano. À época da colheita, comia-se milho cozido, pamonha doce e, em algumas famílias, também se preparava sopa de milho. No pão não se punha outra coisa que não fosse doce caseiro ou banha de porco, já que a manteiga era muito cara para ser comida todos os dias. O pão caseiro era feito sempre e, às vezes, faziam também a pipoca de polvilho, frita na panela de ferro, com banha de porco. O bolo de fubá, feito com leite e polvilho azedo e o pão-de-ló foram os mais lembrados durante a pesquisa de campo realizada

com as senhoras entrevistadas na localidade. Os líquidos não acompanhavam as refeições. Às vezes tomava-se uma limonada ou laranjada. Porém, sempre se servia café preto após as refeições. Como sobremesa, as preferidas e mais consumidas eram o arroz doce, frutas da época e doces de frutas, como doce de laranja; doce de sidra; pessegada com leite e farinha; e coalhada, consumida diariamente. Bebidas alcoólicas, preferencialmente vinho, só eram consumidas em dias festivos. Não se consumia cerveja na região.

Atualmente consomem-se no município outros pratos, como a mandioca com carne de frango e a vaca atolada, que é preparada com mandioca e costela de gado. Também são apreciados o virado de feijão com torresmo, virado de frango, a sopa de cabeça de cascudo e a sapecada de pinhão. A abóbora, preparada tanto como doce, quanto como acompanhamento das refeições, o quibebe e a carne de porco são amplamente consumidos. Esses pratos são encontrados em restaurantes da cidade, porém somente sob encomenda. O bolo de polvilho também possui destaque na culinária local, sendo a fábrica de polvilho uma das primeiras indústrias do município. Destaca-se, ainda, a paçoca de carne, alimento utilizado pelos tropeiros durante as viagens, consumido durante todo o percurso das tropas, o qual foi bastante difundido e consumido em toda a região.

Potencialidades de desenvolvimento da gastronomia tropeira nas atividades turísticas nos Campos Gerais

A gastronomia apresenta-se como um elemento material e simbólico, que pode ser apresentado ao turista como parte integrante da cultura, pois permite vivenciar a experiência turística através de um contato mais próximo com a sociedade em que está sendo realizada a atividade. A comida tropeira tradicional já é utilizada nas atividades turísticas no município da Lapa, o qual possui dois restaurantes que a servem diariamente. Até o presente momento, esses dois restaurantes atendem à demanda do município. Em Tibagi, esta alimentação existe, mas ainda não pode ser divulgada nas ações de turismo, pois não existe um fluxo de serviço no município. Sua degustação fica comprometida a um agendamento prévio. Isso poderia ocorrer nas localidades rurais onde o fluxo de turistas não é contínuo e necessita de uma programação prévia para que as atividades turísticas ocorram. Porém, os restaurantes da cidade deveriam servir a comida típica com maior frequência. Sugere-se que se façam rodízios servindo a comida regional cada dia em um restaurante até que o fluxo de turistas cresça e a demanda seja maior também pela comida tropeira. Já o município de Castro deveria trabalhar mais a oferta do prato típico como uma

herança do tropeirismo adaptada ao paladar dos moradores da cidade. Entende-se que o prato é típico por um reconhecimento da Secretaria de Turismo e não por fazer parte da história do tropeirismo da região.

A culinária tropeira está consolidada localmente e, portanto, cria um padrão gastronômico. Todavia, para que possa ser utilizada pela atividade turística, tem de estar consolidada nos ambientes comerciais de alimentos e bebidas; deve deixar de ser consumida apenas no ambiente doméstico e passar a ser ofertada nos restaurantes, lanchonetes e demais locais de restauração. Atualmente, a infraestrutura da região dos Campos Gerais não tem capacidade de atender um fluxo constante de turismo gastronômico. São somente algumas empresas que já oferecem ao turista um cardápio baseado na culinária local. O município da Lapa é o que está mais consolidado nos aspectos da gastronomia tropeira regional.

Para que a culinária tropeira se consolide na região seria necessário o desenvolvimento de um plano de ação, tanto do poder público, quanto do poder privado. Dever-se-ia implantar uma rede de informações entre os municípios no sentido de fortalecer uma rota gastronômica na região de abrangência do Projeto Rota dos Tropeiros. Mais restaurantes teriam de trabalhar com a culinária regional em cada cidade, sendo que o número desses restaurantes poderia, gradativamente, ser ampliado dependendo da necessidade do município e da procura pelos turistas. Por exemplo, atualmente a Lapa atende sua demanda com dois restaurantes; já Tibagi divulga a culinária regional sem possuir restaurantes que sirvam a culinária tropeira diariamente; Castro atende somente às sextas-feiras ou sob encomenda. A partir do momento em que a gastronomia é divulgada junto aos demais atrativos turísticos, ela tem de estar à disposição do turista, dando opção de escolha tanto nos dias da semana quanto nos estabelecimentos de restauração.

Em termos gerais, a comida da região possui forte influência escrava com a presença das *pretas velhas* na cozinha das famílias com melhores condições financeiras. A presença das cozinheiras de origem africana ainda está relacionada a uma boa alimentação, sobretudo quando se trata de cozinhar para uma grande quantidade de pessoas. Para festas, banquetes e preparos mais elaborados sempre vem à lembrança uma *preta velha* que auxilia no serviço. A comida das tropas que passavam pela região foi, aos poucos, sendo incorporada ao paladar da população pelas mãos habilidosas destas cozinheiras que estavam nas casas da população local.

Percebe-se que a comunidade já reconhece a culinária tropeira como algo presente em seu patrimônio intangível, mas esta tem de sair dos domicílios e ser oferecida ao turista em diversos locais, dando opções de escolha.

Diferenciando-se ou valorizando-se com relação às peculiaridades de cada município ou mesmo chegando-se a um consenso de que a culinária tropeira na região é uma só. As diferenças percebidas são relativas às adaptações que se fizeram ao longo dos anos, mas a essência permaneceu a mesma. Analogamente, pode-se citar o exemplo da culinária mineira, que não se diferencia pelo fato de ser oriunda de Ouro Preto, Mariana, Belo Horizonte ou São João Del Rei. Ao turista, sempre se oferece uma culinária única.

Faz-se necessário dar maior atenção aos estabelecimentos que servem à culinária tropeira, pois o desenvolvimento do turismo gastronômico não pode estar pautado somente em um ou dois restaurantes em cada cidade. A estrutura de apoio ao turismo deve estar preparada, os lugares turísticos devem dispor de hospitalidade, que compreende transporte, alojamento, gastronomia e entretenimento, para que o turista sinta que é bem recebido, demonstre respeito pela cultura e pelo ambiente. Acredita-se que a valorização da gastronomia tropeira, na região dos Campos Gerais do Paraná, é uma maneira de complementar a oferta turística, sobretudo no desenvolvimento do Projeto Rota dos Tropeiros, pois considera os aspectos históricos e culturais da região e vai ao encontro dos objetivos do projeto.

Apesar do Projeto Rota dos Tropeiros prever a utilização da culinária local nas atividades turísticas, não se aprofunda o estudo da gastronomia tropeira para que se possa implantar um plano de ação. O projeto apenas aponta a possibilidade de a gastronomia ser um atrativo turístico, mas não indica o caminho para que isso ocorra, não prevê que ações devem ocorrer para que a culinária local se fortaleça como um atrativo. Para tanto, o presente trabalho espera ser uma contribuição que possibilite ampliar o levantamento de dados e o debate sobre a culinária tropeira na região, na medida em que aponta os recursos gastronômicos que podem ser utilizados para o turismo e que indica os estabelecimentos comerciais que já servem à culinária tropeira na região de abrangência da pesquisa.

O desenvolvimento da infraestrutura do turismo gastronômico nos Campos Gerais deve ter como base o Projeto Rota dos Tropeiros, por ser um projeto que trabalha o turismo em uma visão regionalizada. Contudo, deve-se dar maior aprofundamento às questões que são apenas apresentadas superficialmente no projeto. Além disso, o trabalho realizado junto à comunidade dos Campos Gerais no sentido de desenvolver um modelo de turismo sustentável e regionalizado deve ser constante e independente de ideologias políticas. "A potencialidade dos recursos da natureza, cultura e das cidades em estudo demonstram a necessidade de estratégias articuladas de forma integrada" (ALMEIDA, 2003, p. 42). É desta maneira que a culinária regional deve ser

aprofundada para caminhar de uma complementação da oferta turística para o desenvolvimento do turismo gastronômico nos Campos Gerais do Paraná.

Propõe-se que na região dos Campos Gerais o turismo gastronômico seja uma complementação da oferta turística pautada nos atrativos naturais e culturais da localidade. A culinária tropeira na região é um elemento sociocultural com potencial de desenvolvimento e uso para as atividades turísticas. Dessa forma, acredita-se que, para fortalecer a gastronomia na região e utilizá-la nas atividades turísticas, o melhor seja caminhar para a união entre os municípios que estão desenvolvendo a culinária tropeira. Ponta Grossa, por ser o maior município da região e o que possui a maior estrutura de apoio ao turismo, poderia servir como estruturador do desenvolvimento do turismo gastronômico, dando apoio aos demais municípios que queiram desenvolver rotas para a gastronomia. Esse direcionamento pode estar vinculado ao Projeto Rota dos Tropeiros de administração da Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG), que também possui sede em Ponta Grossa, complementando, dessa forma, o projeto apresentado anteriormente.

O desenvolvimento das atividades ligadas à alimentação tropeira pode servir também para proporcionar maior atratividade para turistas e visitantes locais; servir para uma complementação da oferta turística local; atrair novos investimentos, garantindo o aumento da geração de empregos e da arrecadação de impostos; ocasionar a circulação do conhecimento técnico no setor e, a partir disso, proporcionar a formação de uma imagem positiva e de valorização da cultura local.

O uso da gastronomia tropeira, nas atividades turísticas, apresenta-se como forma de preservar as receitas tradicionais, os modos de preparo, o saber popular. Em suma, a cultura da comunidade local que, ao longo dos anos, está-se perdendo, sendo trocada por um padrão alimentar globalizado. As tradicionais receitas de família deixam de ser passadas através das gerações. Portanto, se a cultura alimentar dos tropeiros não for preservada, com o decorrer do tempo ela pode passar de algo apreciado para algo exótico, até mesmo para os habitantes dos Campos Gerais. Nesse sentido, o turismo nos Campos Gerais do Paraná pode proporcionar a diversidade cultural entre os costumes culinários indígenas, africanos e os fatores históricos ligados ao movimento tropeiro, as diferentes etnias presentes na região e suas inter-relações, que acabam por compor os costumes alimentares da comunidade dos Campos Gerais.

As heranças tropeiras são marcas culturais que os habitantes adaptaram a seus hábitos alimentares durante e após o período do Tropeirismo e que, até hoje, são percebidas na alimentação dos habitantes da região. Essa herança pode ser utilizada como ponto estruturador e de unificação da gas-

tronomia regional. A presença indígena e negra na gastronomia e as diversas influências étnicas seriam, portanto, a diferenciação entre os municípios que optassem por utilizar o turismo gastronômico.

Finalmente, a diversidade cultural na alimentação dos Campos Gerais pode contribuir para o fortalecimento da gastronomia local e a culinária tropeira pode servir como elemento de unificação e base na divulgação da alimentação regional. Acredita-se que a culinária tropeira na Região dos Campos Gerais do Paraná possa ser utilizada como complementação da oferta turística e de desenvolvimento das ações para o turismo gastronômico. Assim, o desenvolvimento de um plano de ação para utilização da gastronomia tropeira nas atividades turísticas pode ser um caminho para manter viva a cultura alimentar nos Campos Gerais.

Referências

ALMEIDA, A. de. *Vida e morte do tropeiro*. São Paulo: Martins; EDUSP, 1985.

ALMEIDA, S.A.P. *Desenvolvimento regional do turismo em áreas com potencial cultural e natural.* Balneário Camboriú, Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Turismo e Hotelaria, 2003.

BARRETO, M. *Turismo e legado cultural.* 3. ed. Campinas: Papirus, 2002.

CAMARGO, M.T.L. de *A.* Tropeirismo, farinha de milho e de mandioca: de que modo mudanças culinárias se associam a movimentos sociais e migratórios e o feijão tropeiro no Centro de Tradição Nordestina em São Paulo. *Anais do Encontro Cultural Laranjeiras*, Aracaju, 2005.

DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DOS CAMPOS GERAIS - UEPG, 2003 www.uepg.br/dicio. Acesso: em 24 de abril de 2003

FERNANDES, C. *Viagem gastronômica através do Brasil*. São Paulo: SENAC, 2001.

KOCH, I. *Tradicionalismo e folclore na cultura alimentar paranaense.* Curitiba: I. Koch, 2004

MAACK, R. *Breves notícias sobre a Geologia dos Estados do Paraná e de Santa Catarina*. Arquivos de biologia e tecnologia, Curitiba, 1948.

POLINARI, M. *Tropeirismo:* um modo de vida, 1982.

PROJETO ROTA DOS TROPEIROS: Associação dos Municípios dos Campos Gerais - AMCG, 1998.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem pela comarca de Curitiba.* Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SAMPAIO, T. *Viagem à Serra da Mantiqueira:* Campos do Jordão e São Francisco dos Campos. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SANTOS, C. R. A. *História da alimentação no Paraná.* Curitiba: Farol do Saber, 1995.

SGANZERLA, E. ; STRASBURGER, J. *Culinária paranaense.* Curitiba: Esplendor, 2004.

WACHOWICH, R. *História do Paraná.* Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

Pão na pedra e Nêgo deitado: uma culinária gaúcha ou tropeira?

Pedro Oliveira
Pesquisador e Tradicionalista. Canela/RS

"[...] um dos fatores negativos é a decadência nacional da refeição doméstica, o abandono dos pratos tradicionais" (Folclorista Câmara Cascudo).

O assunto "Culinária do Rio Grande do Sul" já rendeu um grande número de pesquisas e publicações, cada uma abordando seus aspectos, particularidades e variações, enriquecendo, assim, a nossa literatura.

No assunto, objeto da presente pesquisa, entendemos que, primeiramente, devemos refletir sobre a diferença que existe entre *culinária tropeira* e *culinária gaúcha*.

Na verdade, pode-se dizer que, em termos de Rio Grande do Sul, toda a culinária tropeira é *gaúcha*; mas, a nosso ver, nem toda a culinária gaúcha é *tropeira*."

Uma série de fatores concorrem para essa diferenciação.

Culinária gaúcha

Uma extensa variedade de pratos típicos (pode-se relacionar uma centena!), entre doces e salgados, muitos deles apresentando requintes extremos na preparação, no uso de especiarias e temperos. No caso dos doces, uma gama de delícias onde claras, gemas e açúcares misturam-se numa crioula alquimia que causaria inveja aos mais refinados confeiteiros.

Assim, vemos a típica culinária gaúcha, nascida nos galpões e casas das fazendas, *invadirem* as casas da cidade e até palácios, não raro "de cara nova, maquiada", chamando a atenção, inclusive de antropólogos, sociólogos e historiadores especializados no assunto mas, e acreditamos ser o mais importante, sem perder suas origens herdadas dos fogões simples e enfumaçados de onde partiram para fazer história.

Tudo isso, já publicado em livros de vários autores, dos quais relacionamos alguns: *Fogão campeiro:* receitas gaúchas. Carlos Castillo. Martins Livreiro, 1984;

Cozinhando com mestre Leite: comida gaúcha. Luiz A. Leite. Sulina, 1986;

Cozinha gaúcha: estudo histórico. Dante de Laytano. Edigal, 1988;

Cozinha gaúcha: uma mistura muito bem feita. Pesquisa Senac. 1989;

Depois do churrasco... receitas da doçaria rio-grandense. Pedro Oliveira. Martins Livreiro, 1. ed. 1992 / 2. ed. 1997 / 3. ed. 2020.

Receitas de cordeiro. Prefeitura Municipal de Vacaria. s/d de publicação, nem Editora.

E muitos outros, todos com receitas detalhando ingredientes, modo de preparação e, também, muita criatividade realçando o sabor e a apresentação de cada prato.

Culinária tropeira

Hoje, em plena era dos alimentos prontos e os tão apreciados *fast food*, um estudo aprofundado sobre a culinária dos nossos antepassados é, sem dúvida nenhuma, um exercício razoável de memória.

Quanto à culinária tropeira, já de antemão notamos que é uma culinária, pode-se dizer, diferenciada. É, em geral, composta por alimentos pesados, fortes, calóricos, de *sustança*. Na chamada culinária tropeira, uma coisa chama a atenção: a quase ou total falta de temperos (com exceção do alho e da cebola de cabeça, de fácil transporte), uma vez que não tinham uma horta à disposição, salvo em algumas sesteadas perto de uma fazenda.

Por outro lado, esses ingredientes que levavam, caracterizam-se por serem de fácil transporte e, o mais importante, pouco perecíveis. Assim, essa culinária baseava-se no toucinho, linguiça, farinha de mandioca, charque, café de chaleira, arroz, feijão, bolachas e roscas variadas. Por isso as paçocas de pinhão, charque, linguiça, sobras de churrasco, etc.

Nas gravuras abaixo, cenas de pouso e sesteada de tropeiros.

(Desenho: Elson Faísca Cavalcanti, baseado em imagens de Internet)



Uma *paçoca de amendoim*

Meu pai, Pedro Nicanor de Oliveira, *o Pedroca Padre* (*1908/+1988) relatava algumas tropeadas de gado vacum, que ainda adolescente, participou, pelas localidades de *Paibitú, Muniz, Cadeinha, Passo do Inferno* (Eléctra) em São Francisco de Paula. Muitas vezes, *puxavam* de um saco uma paçoca

de amendoim que iam comendo às colheradas, à cavalo mesmo, sendo que após comer um pouco, largavam esse saco de paçoca em cima de um palanque do corredor, para o companheiro que viesse atrás continuasse comendo também. E, assim, sucessivamente, até que todos comessem.

Mas vamos ao título deste trabalho.

Numa pesquisa de Antonio Augusto Fagundes, temos essa curiosa maneira de fazer pão.

Pão de pedra

Foi muito usado pelos tropeiros, que ficavam dias e dias fora de casa, e na necessidade de um café mais reforçado, pois as bolachas e biscoitos que levavam logo, logo, ficavam duros. É assim:

> Mistura-se a farinha de trigo com a água, se tiver uma pitada de açúcar e de sal, melhor. Porém mesmo sem esses ingredientes, o pão é feito. Sove a massa bem sovada com as mãos, bata um bolo achatado, que depois é colocado sobre uma pedra, que foi limpa previamente, lógico. Essa pedra, junto ao fogo do acampamento, em torno de trinta minutos deixará o pão assado, quentinho e altamente nutritivo, que será consumido com alegria, com café preto. (Receita do autor).

Nêgo deitado

Segundo afirmam, esse pão era muito popular nas plantações de arroz, por essas planícies de Deus (e, quem sabe, em outras regiões...).

> O *nêgo deitado*, (talvez uma versão campeira dos pães ázimos dos tempos bíblicos?), era feito da seguinte maneira: fazia-se um pão apenas com farinha de trigo e água. Se tivessem uma pitada de sal e de açúcar, melhor, senão, fazia-se sem. Depois de bem sovada essa massa, coloca-se numa frigideira com um pouquinho de banha, apenas o suficiente para a farinha não grudar no fundo. Quando começava a queimar, virava-se o outro lado, repetindo o processo. Assim, quando os dois lados estiverem *meio* queimados, já bastante escurecidos, o que lhe garante o nome, o pão estará pronto para ser consumido com café preto. (Receita do autor).

Acreditamos que na culinária, podemos encontrar muitas respostas sobre o *viver* de um povo... Sua tradição, usos e costumes, estão intimamente ligados à culinária. Culinária gaúcha, culinária tropeira. As duas com presença constante dos galpões mais simples às casas, restaurantes e hotéis estrelados.

Brillat Savarin, Juiz de Direito do tempo da Revolução Francesa, dizia: "só o homem civilizado sabe comer". (*A fisiologia do gosto*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 21). Mas um homem simples e muitas vezes inculto do interior tem muito a nos ensinar. E o tropeiro é um exemplo disso. Hoje, a culinária tropeira e gaúcha é encontrada nas mais finas mesas com requintes 5 estrelas, mostrando para o Brasil e o mundo toda a riqueza, simplicidade e autenticidade da culinária do Rio Grande do Sul [...] à nossa terra!

Ainda nos dias de hoje, em pleno século 21, podemos encontrar alguns adeptos desse prato que fica, segundo muitos, uma delícia.

E, para o arremate, citamos novamente ele, Câmara Cascudo: "um sabiá me disse que o pacotinho de alimentos cientificamente dosados que lhe ponho na gaiola*, não vale uma minhoca viva ou uma goiaba madura*".

Fica a pergunta: *pão na pedra e nêgo deitado*: uma culinária gaúcha ou tropeira?

O sal e o revirado de charque

Matusalém Roberto Ferreira

Empresário, Funcionário Público aposentado e Pesquisador. Caxias do Sul/RS

O sal, produto de extrema importância, na questão da saúde da população e da economia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e do próprio Brasil colônia e Império, tiveram alguns aspectos para chegar à mesa, e mesmo as charqueadas do Rio grande do Sul. Primeiramente a coroa Portuguesa estabeleceu algumas regras para comercializar o sal com o Brasil, ou seja, criou o "Contrato de Estanco de Sal do Brasil", assinado em Lisboa em 1755 e estabelecia o monopólio da comercialização do sal em território Brasileiro. O sal seria originário de Portugal e somente poderia ser descarregado em Recife, na Paraíba, no Rio de Janeiro e em Santos, com o preço do alqueire já previamente estabelecido para cada localidade. Recife e Paraíba, a quinhentos réis, na Bahia, a seiscentos e quarenta réis, no Rio de Janeiro a setecentos e vinte réis e em Santos, onde deveria ser colocado todo o sal que fosse possível a um preço de um mil e duzentos e oitenta réis ao alqueire, dos quais se tirariam quatrocentos réis, recolhidos pelo provedor da Real Fazenda, para pagamento dos soldados. O contrato estabelecia também, o preço do frete pelo transporte da mercadoria, fixado em mil e seiscentos réis por moio. Essas medidas geraram muitas confu-

sões: um barco transportava 4 moios que correspondia a 720 alqueires, porém mudava conforme o porto em que carregavam. Em Pernambuco e Bahia dois mil réis, e dois mil e quinhentos réis no Rio de Janeiro. O sal para Santos deveria ser transportado pelo próprio contratador ou por sua conta. Esse contrato efetuado entre a Coroa e o *contratante*, ou seja o importador, que tinha o prazo de seis anos. As salinas de Pernambuco, Cabo Frio e Rio Grande do Norte, foram tombadas pelo conselho Ultramar, privilegiando assim a comercialização do sal português e da marinha mercante Portuguesa. Esse dispositivo legal vigorou de 1756 a 1801 e o sal distribuído a população e as charqueadas da Província, não podendo ser importado diretamente, sendo adquirido nos portos do Estanco. Algumas vezes as embarcações vinham diretamente de Lisboa, porém, faziam obrigatoriamente escala num dos portos do Estanco.

Em 24 de abril de 1801, a coroa Portuguesa, aboliu os Contratos do Estanco do Sal, acabando com o monopólio da comercialização do produto, facultando, ainda, a exploração das salinas de Pernambuco, Cabo frio e Rio Grande do Norte. Com a Proclamação da Independência, a Coroa Imperial estabeleceu a isenção do sal produzido no Brasil e passou a ser transportado somente por navios nacionais e após a independência houve uma taxação em torno de 15 % ao sal estrangeiro, protegendo e incentivando a produção do sal brasileiro. Assim o sal que chegava a Província de São Pedro do Rio grande do Sul a partir de 1801 era proveniente do Rio de Janeiro, das salinas de Cabo frio, ou em Santos cujo sal era proveniente das salinas de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Os maiores consumidores de sal na Província eram as charqueadas de Pelotas, pois as duas matérias primas para o charque eram a carne de gado e o sal. As cargas chegavam em navios, descarregavam parte naquela localidade e seguiam ate Porto Alegre, onde descarregavam o restante do sal. De Porto Alegre o sal era distribuído para varias regiões. Para a região de Mundo Novo e Santo Antonio da Patrulha, o sal seguia por via fluvial, através do Rio dos Sinos, em barcaças até o porto de Passo do Mundo Novo. Para a freguesia de São Francisco de Paula de Cima da Serra, que possuía uma vasta área, o sal era proveniente de várias localidades. Três Forquilhas, Torres e Maquiné, também recebiam mercadorias por via fluvial em barcaças. Essas mercadorias saiam de Porto Alegre em barcos pela Lagoa dos Patos até o porto de Palmares, dali seguiam em carroções até o porto da Vila de Conceição do Arroio, mais tarde Osório (por volta de 1920, foi implantado um trem que fazia essa ligação).

Do porto de Conceição do Arroio, as mercadorias seguiam para Maquiné, Três Forquilhas e Torres em embarcações chamadas de barcaças ou balsas.

Essas mercadorias e o sal destinavam-se ao consumo da população local, bem como era comercializado nos Campos de Cima da Serra por tropeiros provenientes de Lagoa Vermelha, Vacaria, Lages entre outras localidades. O sal também chegava aos Campos de Cima da Serra, com tropeiros que traziam de Sorocaba quando vinham negociar gado e mulas com os campesinos de Cima da Serra.

Figura 1 – Porto de Palmares (1930)



Fonte: acervo do autor.

Figura 2 – Porto de Conceição do Arroio



Fonte: acervo do autor.

Com o sal e a carne de gado em abundância, uma das bases da alimentação da população dos Campos de Cima da Serra passou a ser o charque. Segundo o historiador José Carlos da Fonseca, em São Francisco de Paula de Cima da Serra, não chegou a haver uma produção em larga escala como havia em Pelotas, pois o escoamento para o centro do País era mais difícil. De modo geral, os criadores faziam seu charque para o consumo da casa e para um comércio menor, servindo inclusive como moeda de troca.

O revirado de charque

Com o charque, foram criadas muitas receitas, entre elas *o revirado de charque*. Essa receita, conforme depoimento de Pompeo Manoel Ferreira, meu pai e, que nasceu em 1911, em São Francisco de Paula, e que era filho de Casturina da Silva Schultz e de Zeferino Manoel Ferreira, acompanha minha família desde 1830, aproximadamente, quando Joana Antonia de Córdova, casou-se com Cristian Frederic Schultz. Joana era filha de Salvina Leocádia de Moraes e de Antonio da Silva Córdova, morador do Capão Penso nos

Campos de Cima da Serra, já Cristian foi um dos 2.750 soldados Alemães contratados em 1822 pelo império, para defender as fronteiras brasileiras na Guerra Cisplatina e certamente não conhecia o charque.

Segundo Pompeo, essa receita era muito utilizada por viajantes como: tropeiros, carreteiros, negociantes, fazendeiros em deslocamento dentro de suas propriedades, pessoas que se deslocavam até as vilas para comprar, vender, registrar os filhos ou ainda em busca de tratamento de saúde, entre outras, inclusive por ele, que foi por cerca de 5 anos, carreteiro. Os caminhos eram difíceis e não havia onde comprar uma refeição pronta, bem como não tinham tempo para fazer durante o dia. Essa comida era conduzida pronta, em *bruacas* de couro e colocada em pratos de madeira *"para não quebrar durante a viagem"*, onde era saboreada, normalmente a beira de um riacho, onde esses viajantes paravam para dar água e um descanso aos animais.

Receita original: charque, toucinho, cebola, alho e farinha de mandioca.

Modo de fazer: Cortar o charque em tiras e dessalga-lo em água fria por cerca de 2 horas, após aferventar esse charque por cerca de 20 minutos, macetá-lo em um pilão ou de formar que fique desfiado. Fritar o toucinho, o alho esmagado e a cebola picada e após acrescentar o charque desfiado. Quando estiver no ponto, acrescentar a farinha de mandioca, revirando o charque até ficar como se estivesse *a milanesa*. Não confundir com farofa.

A dupla de cantores tradicionalistas Gaúchos, *Os irmãos Bertussi* formada por Adelar e Honeyde Bertussi, cantaram e resgataram a cultura do gaúcho dos Campos de Cima da Serra em suas musicas deixando um legado musical-cultural de nossa terra e na música *O tropeiro* referem-se ao *revirado de charque* e a maneira de como era consumido, vejamos:

Pelo grito se conhece, vem lá longe o tropeiro.
Já se ouve a boiada e as batidas do cincerro,
A tropa vem se espalhando, vem seguindo o madrinheiro.
E lá no coice da tropa, sempre alegre e altaneiro,
Junto com a peonada, vem gritando o tropeiro.
E na costa de um capão, ou na beira de uma aguada,
O tropeiro encosta a tropa, para fazer a sesteada,
Tirando de uma bruaca, a chaleira enfumaçada,
Um saco de revirado, carne gorda e bem charqueada.
Ao entrar a boca da noite, contando suas gauchadas,
Em cima de seus pelegos, vai deitando a peonada.
No romper da madrugada, cantando a sua toada,
Se ouve o grito da ronda, botando a tropa na estrada.
E o tropeiro vai embora, seguindo a sua jornada,
Só o rastro da tropa fica, pela estrada empoeirada.

Adelar *e* Honeyde Bertussi

Conclusão

Essa receita, que estava caindo no esquecimento, foi resgatada por mim, durante um concurso de Culinária Gaúcha durante a *Semana Farroupilha* de 2012, em Caxias do Sul, pois os julgadores desconheciam a existência desse prato. Tendo vencido o concurso pela originalidade do prato, entre os diversos. Por ter sido um prato tão consumido outrora, deveria pertencer ao Patrimônio Histórico Gaúcho.

Referências

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional:* o negro na sociedade escravocrata no RS. São Paulo: DIFEL, 1977.

CORSETTI, B. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Dissertação (Mestrado de História) – Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói/ RJ, 1983.

MAGALHÃES, Mario Osório. *Opulência e cultura na Província de* São Pedro do Rio Grande do Sul. Pelotas: EDUFPEl, 1993.

Fontes documentais

Música "O tropeiro" de Adelar e Honeyde Bertussi, conhecidos como *Os cancioneiros das coxilhas*. Caxias do Sul/RS.

Depoimentos de Pompeo Manoel Ferreira a Matusalem Roberto Ferreira.

Milho e mandioca na alimentação dos tropeiros, com ênfase nas respectivas farinhas

Maria Thereza Lemos de Arruda Camargo

Especialista em etnofarmacobotânica, USP/PUC/SP, Escritora, Detentora dos Prêmios Mario de Andrade e Câmara Cascudo. Rio de janeiro/RJ

Desde velhos tempos, no Brasil, as farinhas de milho e mandioca vêm desempenhando importante papel na alimentação do brasileiro, tanto das regiões tropicais como subtropicais, ao incorporarem às dietas, elementos nutricionais, reconhecidamente valorativos.

As farinhas emprestam aos pratos que as levam como ingredientes básicos, seu toque de regionalismo, visto que tanto uma como outra, tinham seus territórios bem definidos, ao tempo do tropeirismo, demarcados geo-

graficamente, pelas culturas das espécies botânicas: *Manihot sculenta* Grant. – Euphorbiaceae e *Zea mays* L. Gramineae.

O tropeirismo, que teve seu período áureo nos séculos XVII e XIX, nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, principalmente, deixou marcas na culinária do brasileiro das regiões por eles perpassadas, no tocante ao uso das farinhas de milho e de mandioca. Eram ingredientes presentes na dieta dos tropeiros, visto que estes tinham de ser duráveis e, sobretudo, secos, fazendo privilegiar as farinhas.

Cronistas, viajantes e naturalistas que, naqueles séculos áureos do tropeirismo, puderam, em várias oportunidades, registrar em suas andanças, as áreas de cultivo, ora do milho, ora da mandioca ou ambas as culturas na mesma área, por aqueles mesmos caminhos percorridos pelos tropeiros, que iam do sul do país à feira de muares em Sorocaba e às regiões auríferas do Centro-Oeste.

A partir daqueles dados, foi possível traçar uma fitogeografia daquelas plantas empregadas na produção das farinhas, os ingredientes básicos na dieta dos tropeiros.

Obviamente, eram as condições climáticas e de solo, as determinantes das áreas ideais para as respectivas culturas, fatores estes que os indígenas bem conheciam, como observou o então doutor em medicina e ciências naturais Karl F. P. Von Martius, em sua viagem pelo Brasil de 1817 a 1820, vindo a mando do rei da Baviera, por ocasião do casamento da arquiduquesa Leopoldina com o príncipe D. Pedro, depois Imperador do Brasil. Ao transitar pela província de São Paulo, verificando a agricultura pouco desenvolvida, onde a mandioca não dava bem, apodrecendo nos solos barrentos e frios das baixadas cobertas de matas (SCHIMIDT, 1976, p.12).

Hoje, se sabe que os locais ideais para o plantio da mandioca são as áreas planas, com uma declividade máxima de 10%, sem impedimentos físicos que possibilitem encharcamento do solo. Sabe-se, também, que existem dois tipos de mandioca: *mandioca brava*, própria para a preparação da farinha e imprópria para consumo, devido ao alto teor do glicosídeo cianogenético (cerca de 0,02% a 0,03%) e a *mandioca mansa,* própria para consumo, com baixo teor do glicosídeo (cerca de 0,005%) (FIBGE, 1980).

Aquela fitogeografia, embora traçada empiricamente, ofereceu subsídios suficientes para que fosse possível compreender e explicar as preferências quanto ao uso das farinhas, nesta ou naquela área, marcando, assim, sua presença na dieta dos tropeiros nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

A dieta deles mostra bem aquelas preferências que, ora era a farinha de mandioca, ora a de milho que, junto com o feijão, constituíam a base de sua alimentação. A estes, certamente, além das carnes salgadas, outros ingre-

dientes eram agregados, conforme o que lhes eram oferecidos nos locais de suas paradas.

Sobre a mandioca e respectiva farinha, por exemplo, Martius (1979), citado anteriormente, no século XIX observou a cultura da mandioca e a produção da farinha, na região norte de São Paulo, assim como no Rio de Janeiro, Norte de Minas, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Todavia, sobre o que se comia na província de São Paulo setecentista, há referência à farinha de mandioca, chamada pelos portugueses *farinha de pau*. Alcântara Machado (1978, p. 69), admitindo-se que ela devia proceder de áreas próximas, onde a planta pudesse ser cultivada, visto na própria cidade, não dava bem, como já foi visto. O uso desta farinha foi, também, documentado pelo botânico Saint-Hilaire (1938, p. 206), em Santa Catarina.

Saint-Hilaire (1938, p. 20), como botânico e grande observador, delimitou bem as áreas de cultivo do milho e mandioca em Minas Gerais, no século XIX. Verificou a agricultura regional, fazendo referência ao milho como a principal lavoura, mas, que nas áreas desertas do rio São Francisco, ele cedia sua vez à mandioca, região em que a farinha dela obtida, tomava a preferência à do milho. Em sua segunda viagem por Minas Gerais, a caminho de São Paulo, em 1882, observou que na região da serra da Juruoca, sujeita a geadas nas partes mais baixas, plantava-se pouca mandioca, mas muito milho, por ser mais nutritiva e de melhor, segundo informantes da região (SAINT-HILAIRE, 1953, p. 65).

Em comentário, Saint-Hilaire diz que aquela preferência pela *farinha de milho*, certamente, não poderia dever ao fator geada, pois esta, se atacasse a planta da mandioca, não afetaria suas raízes.

Em sua viagem em 1816 (1975, p. 66), pelos arredores de Ouro Preto, em Minas Gerais, observou que se comia feijão preto cozido com toucinho e farinha de milho ou, às vezes de mandioca, denotando-se daí que ambas farinhas eram comuns nesta região, inclusive nas cercanias de Paracatu, também em Minas Gerais, onde encontrou lavouras de milho e de mandioca.

Ainda Saint-Hilaire (1939, p. 29), quando de sua passagem pelo Rio Grande do Sul, verificou que a mandioca era bastante cultivada e que em Santa Catarina, nos terrenos arenosos, a mandioca, era, também, o principal cultivo. Quanto ao norte do Rio de Janeiro e já no Espírito Santo, verificou que a mandioca e o milho eram as culturas com os quais mais se ocupavam as populações locais. "Referindo-se aos hábitos dos tropeiros no Rio de Janeiro, que eram ali chamados de *muladeiros*, Saint-Hilaire diz que estes, são os únicos que amassam e comem com os dedos, a farinha e o feijão preto".

George Gardner (1975, p. 410), médico e botânico inglês, percorrendo a região da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro, em 1837, também registrou o uso das duas farinhas, dizendo: "Cobria a mesa uma toalha limpa, em que numa das pontas se amontoava uma porção de farinha de mandioca e, na outra, de farinha de milho. Sobre a mesa, se colocava grande prato de feijão cozido com um pedaço de toucinho no meio".

Essa farinha de milho grossa em beijus, não tem sua origem nas práticas indígenas, como dizia Gilberto Freire (1987, p. 124), repetindo Artur Ramos, que teria sido da mulher índia, a *cunhã*, que nos veio o melhor da cultura indígena; tendo sido ela que nos ensinou a manipular o milho, preparando com ele a farinha (abati-uí).

Sobre esta farinha, Otoniel Mota (1941), um dos precursores dos estudos de filologia do Brasil, diz que a *cuña já conhecia e preparava o abati-ui,* que seria o fubá. Diz ele que, quando Fernão Cardim, no século XVI, se referia à mistura de farinha de milho e de arroz para se preparar o pão, estava falando de fubá de milho e de fubá de arroz.

A farinha de milho grossa, de beiju, que se conhece principalmente em São Paulo e em Minas Gerais, era feita com o milho posto em fermentação, socado no monjolo, peneirado e torrado.

Sua preparação teve início na região de Porto Feliz, antiga Araritaguaba, em São Paulo, a beira do rio Tietê, de onde se expandiu para regiões do leste, atingindo o sul de Minas.

Otoniel Mota (1941) comenta que nos 30 volumes dos inventários e testamentos pesquisados, não aparecem os termos *canjica*, *fubá angu* e *farinha de milho*. O termo pilão surge por volta de 1711. Diz este autor que em Portugal, pilão seria, o que aqui em São Paulo chamam mão de pilão, não sendo, pois, o vaso de madeira onde os cereais são limpos e, sim, o instrumento que os tritura, que em São Paulo e, também, em Minas Gerias, é conhecido por mão de pilão. Assim, o termo pilão, teria tido no Brasil a translação do sentido, admitindo que pilão, entendido como vaso, é nosso, sem, contudo, determinar a época em que ocorreu tal mudança de sentido. Não há dúvida quanto a ser o vaso inseparável do índio e do negro. Sua ausência nos inventários decorria, certamente, do fato de ter sido utensílio das senzalas ou das malocas, tão somente, utensílios estes que não eram inventariados.

Porém, por volta de 1726 já se falava em farinha de milho em Araritaguaba, a Porto Feliz de hoje, em São Paulo, de onde saíam as monções, levando como provisão, farinha de mandioca, farinha de milho e feijão, considerando que a farinha de milho predominava sobre a de mandioca.

Aquela preferência pela farinha de milho pode ser explicada, a partir de dados fornecidos por Spix & Martius (1981, p. 184), quando de sua passagem pela região de Porto Feliz, em 1817, ao fazer menção à terra boa para o plantio do milho. Seguindo ele para Minas Gerais, nas imediações de Santana do Sapucaí, observou que, com a sucessiva míngua do rendimento do ouro, os fazendeiros passaram à lavoura, aproveitando as férteis terras para o cultivo do milho e produção da respectiva farinha.

Mota (1941) afirma que na documentação pesquisada, não encontrou, também, os termos *quirera* e *monjolo*, o instrumento indispensável para se fazer a farinha de milho. Diz-se, ainda, que os antigos paulistas eram comedores de farinha de milho e angu e, até por onde eles percorreram, encontravam-se monjolos. Eram vistos por toda Minas Gerais. Ricos e pobres preparam a farinha de milho socando no monjolo, depois de macerado os grãos (e frequentemente apodrecido, especialmente em São Paulo), assando depois a massa num forno como o de mandioca.

Oliveira (2004, p. 292), citando Sergio Buarque de Holanda, em *Caminhos e fronteiras*, diz que o monjolo de água veio do Extremo Oriente, não indicando, contudo, a data de sua chegada.

Nos autos da devassa da Inconfidência Mineira, nas imediações de Juiz de Fora, Minas Gerais, em 1816, mencionado por Saint-Hilaire (1975, p. 45), consta o seguinte:

> A espécie de máquina denominada monjolo, faz ouvir seu monótono ruído à margem de um regato[...] É quase sempre no fundo dos vales que se constroem os ranchos e as habitações, porque aí se acham regatos e se podem represar as quedas de água necessárias ao movimento da máquina indispensável à fabricação de farinha-de-milho.

Passando Saint-Hilaire (1974, p. 164) pelo Rio Grande do Sul, em Tupanciretã, no ano de 1821, disse: "Os habitantes deste distrito, quase todos estrangeiros, fabricam farinha de milho e, se servem como em Minas, do monjolo, *máquina hidráulica para quebrar o milho*".

Não há noticia, todavia, que revele quando o monjolo começou a produzir a farinha de milho no Brasil; embora se saiba que, com ele, também, se preparava o fubá, ao qual se dava, também, o nome de *farinha de milho*, como registrou Debret (1940, p. 178), em 1816, no Rio de Janeiro, fato que traz confusões entre pesquisadores. Este autor, ao mostrar a diferença que havia entre a farinha de milho e o fubá, à qual chamavam, também, de farinha de milho, explica que: Os tropeiros foram regionalizando hábitos alimentares. Aqueles que andavam pelo Caminho do Sul paravam para repouso e almoço, a que chamavam de sesteada

ou hora da bóia. Comia-se o feijão, já cozido durante a noite com toucinho, o arroz com charque, que chamavam de *charque, carreteiro* ou *arroz carreteiro* com a farinha, ou que levam consigo ou que era adquirida no caminho, assim como, galinha, mandioca, pão e até café (TRINDADE, 1992, p. 124).

Nas regiões mineradoras em Minas Gerais, a comida preparada pelos tropeiros, a base de feijão, farinha de milho e seus complementos, passou a se chamar *feijão tropeiro*, cujo nome foi se expandindo pelas regiões Sul e Sudeste. Maia & Maia (1981, p. 76), sobre este prato, dizem que no Vale do Paraíba, na região Sudeste, os tropeiros cozinhavam o feijão com pé e costela de porco salgados e a linguiça, às vezes empregadas no lugar da carne.

O hábito do tropeiro paulista era semelhante àquele que saia nas monções em direção às regiões de mineração, navegando pelo rio Tietê. Costumava preparar uma comida, à qual davam o nome de virado, feito com feijão, toucinho, farinha de milho ou de mandioca, prato que, regionalizado, passou a se chamar *virado paulista*.

O *feijão tropeiro* e o *virado paulista*, compreendem nomenclaturas dadas nas diferentes regiões palmilhadas pelos tropeiros ou monçoeiros, para aquelas comidas que tinham por base, o feijão, as carnes salgadas e as farinha de milho e de mandioca, considerando as variantes resultantes de diferentes influências regionais, que deixaram nestes pratos, suas marcas.

Referências

DEBRET, Jean B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1831)*. São Paulo: Martins Editora, 1949.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e senzala*: formação da família brasileira. 21. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil (1836-1841)*. São Paulo: Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante.* São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

MARTIUS, Karl F. P. von. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos* índios b*rasileiros.* (1844). 2. ed. São Paulo: UNL. Companhia Editora Nacional, 1979.

MAIA, Tereza R.C.; MAIA, Tom. *O folclore das tropas, tropeiros e cargueiros no vale do Paraíba.* Rio de Janeiro: MEC-SEC; Funarte; Instituto Nacional do Folclore. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Ed. da Universidade. Taubaté, 1981.

MOTA, Otoniel. *Do rancho ao palácio*. São Paulo: Ed. Nacional, 1941.

OLIVEIRA, Adriana M. Vaz de. *A casa como universo de fronteira.* Tese (Doutorado) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Ed. Unicamp, 2004.

RAMOS, Artur. *Introdução à antropologia brasileira:* as culturas não europeias; v. 1. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1961.

SCHIMIDT, Carlos Borges. *Técnicas agrícolas primitivas e tradicionais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1976.

SAINT-HILAIRE, August. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1816-1817)*. São Paulo: s/ed., 1938, v. 1.

SAINT-HILAIRE, August. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário de São Paulo, 1953.

SAINT-HILAIRE, August. *Viagem à nascente do rio São Francisco e Província de Goiás*. V, São Paulo: s/ed. 1944.

SAINT-HILAIRE, August. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SPIX J, B, Von & Martius; KARL F. P. Von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, v. 3 e 4.

TRINDADE, J.B. *Tropeiros*. São Paulo: Editorações, Publicações e Comunicações, 1992.

Fontes

FIBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 1980.

FIBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1980. São Paulo: s/ed. 1939.

A medicina tropeira nas paragens do Iapó, Castro/Paraná: recursos empíricos, fé (rezas), crendices (simpatias) e chás

João Maria Ferraz Diniz

Médico Veterinário, Professor aposentado da UFPR, Membro da Associação de Amigos do Museu do Tropeiro, Pesquisador. Castro/PR

Léa Maria Cardoso Villela

Advogada, Presidente da Associação de Amigos do Museu do Tropeiro, Pesquisadora. Castro/PR

O tropeirismo foi um ciclo econômico que se desenvolveu no século XVIII e quase todo o século XIX, contribuindo para o povoamento e desenvolvimento do Brasil. Na rota, os tropeiros paravam em alguns pontos para pousar e descansar, os pousos que aos poucos foram se tornando povoados, cidades de hoje.

Castro, antiga Freguesia de Sant'Ana do Iapó, foi um importante pouso: *Pouso do Iapó – Oásis dos Tropeiros*.

Entre 1830 e 1853, 66% dos tropeiros que passavam pelo Registro de Rio Negro, eram Castrenses. Atanagildo Pinto Martins, Rodrigo Félix Martins, e outros castrenses que exploraram a Região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, no início dos anos de 1800 constituindo um marco para o povoamento dessa região. Hoje, região de Palmeira das Missões, Cruz Alta, Passo Fundo, Carazinho, Soledade e Santa Bárbara.

Nesse grande movimento de Tropas e Tropeiros, enfrentavam muitos problemas e dificuldades. Um deles era referente à saúde dos animais e também dos tropeiros. Em uma época de poucos recursos, pois, quimioterápicos e antibióticos só surgiram no pós-guerra, antes tinham que recorrer à medicina empírica, ao sobrenatural como benzimentos, simpatias e ervas medicinais, sempre fundamentado na fé e esperança. Conhecimento caboclo transmitido oralmente pelas pessoas mais velhas, muitos de origem indígena, dos africanos e trazido pelos portugueses, disseminados pelos tropeiros ao longo da rota, razão de procedimentos semelhantes em diversas localidades de Viamão a Sorocaba.

Nas paragens do Iapó – *Rio que alaga* –, existiam muitos curandeiros e benzedeiras. Alguns eram conhecidos por feiticeiros por só fazerem trabalhos para o mal, cobrando vultosas quantias. Há citação de que no dia 27 de fevereiro de 1862, foi feito um pedido de providências ao subdelegado de Polícia a fim de proibir o abuso de curandeiros de medicina nos bairros de Castro. Até hoje ainda existem curandeiros e benzedeiras na Região de Castro.

Naquele tempo, o *Ferreiro também curava animais*, algumas vezes o animal doente ficava em alguma fazenda ou pouso. Quando o animal morria, as orelhas eram cortadas e levadas como prova de perda para o patrão, e a cabeça do animal ficava virada para o sul, local da querência.

"Assim como Jesus Cristo está salvo e são das suas chagas, salvo seja a mula (nome) do veneno desta serpente, que Deus pode, Deus quer, Deus faz, tudo quanto quer, assim será feito tudo com o nome de Deus para o bem da caridade".

"Ó estrela gloriosa e preciosa, que Deus criou como defensora do veneno (de fulano), permita Deus que este veneno se transforme em sangue para sustento de seu corpo, em nome dos sete mistérios divinos, para sempre amém". "Jesus, Jesus, Jesus, Jesus, Jesus." "Pai Nosso.... Ave Maria.... Glória ao Pai [...]".

Aguamento – Sangria, garrafada de vinho com sal, copo d'água com vinho e pólvora, passar nas paletas água quente com cinza e sal.

Apesar de mulas e burros raramente comerem plantas venenosas como, mio-mio, maria–mole, pessegueiro bravo, erva de rato, samambaia, erva de raposa, comuns nos Campos Gerais, o hervamento às vezes acontecia. Era costume vestir o focinho do animal com um saco de pano ou samburá para passar nos campos com mio-mio. Mulada xucra passava correndo. Tratamento: mistura de meia garrafa de aguardente com meia garrafa de óleo de mamona e duas garrafas de café fraco, dar de duas em duas horas. Outro remédio é a mistura de meia rapadura e duas garrafas de cozimento de cinza e meia garrafa de aguardente, dar em duas doses. Evitar que o animal ervado corresse e bebesse água.

As sarnas – Também eram um grande problema, tanto para os animais como para os peões. Usavam vinagre, carbonato de sódio ou pedra ume. Algumas plantas como arruda, limão, fumo, erva de bicho, maria mole. Mas o melhor de todos era banha de porco com enxofre, ou pasta de banha com pólvora.

Berne – Colocar fumo e querosene, colocar um pedaço de toucinho. (O berne migra para o toucinho).

Bicheiras (miíases) – Eram frequentes, principalmente no verão. Colocava-se na bicheira folhas bem amassadas de pessegueiro e rezava um Pai Nosso e uma Ave Maria, pedindo ajuda ao Santo Campeirinho. Simpatia como: Com uma palha de milho indo atrás da mula ou burro, falando depressa: "essa bicheira vai adiante como serviço em dia de domingo e dia santo te amarro nessa Ave Maria", dar um nó na palha, repetindo três vezes, jogando a mesma para trás sem olhar. Ou rezar: "mal que comeis, a Deus não louvais, e nesta bicheira não comerás mais, há de ir caindo de 10 em 10, de 9 em 9, de 8 em 8, de 7 em 7, de 6 em 6, de 5 em 5, de 4 em 4, de 3 em 3, e 2 em 2, de 1 em 1. E nesta bicheira não ficará nenhum, há de ficar limpa e sã, como limpas e sãs ficaram as 5 chagas de Nosso Senhor".

Bicho de pé – Tirar ou perfurar a moranga e aplicar querosene com fumo. Queimar com ferro em brasa.

Broca – Limpar bem o local com o alegre e queimar com pólvora, colocar picumã, lã e ferrar. Ou sebo e queimar com ferro em brasa. "Cortar a terra com a grama, onde o animal pisa, virar com as raízes para cima, secando a grama seca a broca."

Cada região tinha seus benzedores com suas rezas e simpatias que só ensinavam para outro quando estavam à beira da morte senão quebrava o encanto. Uma boa simpatia era colocar no animal um colar de dentes de alho ou de pedaços de sabugo de milho. Com uma folha e laranjeira fazia-se o sinal da cruz sobre a cabeça do doente 3 vezes e rezava: "De 10 que se

parem em 9, de 9 que se parem 8, de 8 que se parem 7, de 7 que se parem 6, de 6 que se parem 5, de 5 que se parem 4, de 4 que se parem 3, de 3 que se parem 2, de 2 que se parem 1, de 1 que se derreta e que fique nenhum, em nome de Jesus e da Virgem Maria, Amém". Daí jogava-se a folha de laranjeira no rio mais próximo.

Cólicas (dor de barriga) – Acontecia com frequência, era 30% dos males e necessitava de socorro urgente ou o animal morria. Às vezes com diarreia, constipação ou retenção urinária. Existiam muitos tratamentos: Passar com bastante força, uma mão de pilão na barriga do animal, feito por duas pessoas, uma de cada lado (é uma grande massagem) depois fazer o animal correr um pouco. Outros procedimentos como: sangria no céu da boca, garrafadas pelas ventas do animal, com terra de formigueiro dissolvida em leite, chá de terra vermelha, café amargo com uma colherada de pinga canforada ou querosene, água morna com farinha de trigo, óleo de mamona com leite. Salitre com cerveja preta benzida para aqueles que não urinavam. Quando tinham diarreia o chá de barba timão, de pitangueira, jabuticabeira, goiabeira, carqueja, era o indicado. Como purgativo era usado o sal amargo. Simpatias eram bastante usadas, como passar três vezes sobre o cabresto, amarrar uma cruz de palha de milho na cauda do animal, quando a cruz caía o mal tinha desaparecido. Uma que curava imediatamente, segundo a crença, era colocar o bicho em pé e com uma faca fazia-se no chão um risco da mão direita para o pé esquerdo, e outro da mão esquerda para o pé direito fixando a faca no cruzamento dos dois riscos.

Crendices – Os tropeiros não paravam perto de cruzes e cemitérios, tiravam o chapéu e abaixavam a cabeça. Não viajavam nos domingos e dias Santos. Acreditavam no Saci Pererê, Boitatá, Assombrações, Lobisomem e Mula sem Cabeça.

Diarreia – Garrafada de vinho branco com farinha de trigo torrada, chás de pitangueira, aroeira, barbatimão, goiabeira, araçá do campo, velame do campo, carqueja, pau amargo ou romã.

Em Castro tinham que passar pela Cruz das Almas, enfrentar o Monstro do Rio Iapó, a Tropa Fantasma e a Serpente de Castro. A vida era fundamentada no trabalho, fé, coragem e esperança. O primeiro Boticário surgiu em Castro no ano de 1858 e a primeira Farmácia no ano de 1862. A Medicina evoluiu muito, mas os costumes antigos ainda são usados no interior. Muitos procedimentos têm uma explicação científica, outros ainda são mistérios para a ciência. Em Castro ainda existem benzedores, feiticeiros e malandros que em nome de Jesus vendem milagres. As plantas medicinais (fitoterapia) hoje largamente usadas, mas com bases científicas como medicina alterna-

tiva para animais e humanos. Benzedores e Curandeiros Castrenses: Dona Conceição, Raimundo, Amador, Nhá Marica, Alarico, Firmino, Da Luz, Vitória, Tucho, Vó Sula.

Envenenamento – Dar para beber água morna com pó de carvão em brasa. Plantas antitóxicas, diuréticas e purgativas, leite.

Existiam muitos tratamentos, simpatias e rezas. Na época ainda não tinha soro antiofídico. *Tratamento*: misturar bosta de porco, pode ser de porca ou leitão, mas tem que ser preto, dar para o animal beber, é o melhor remédio. Outros tratamentos: cortar um pedaço do meio da cobra e colocar na ferida, ele gruda e chupa o veneno depois cai. Um ovo cozido até ficar roxo, cortado ao meio e colocado na picada, também tem o mesmo resultado. Fumo com querosene era um santo remédio. Cal viva ou uma moeda com azinhavre sobre a ferida. Fezes frescas da cobra após morta, colocada no ferimento. Enterrar a parte picada em terra recém cavada. Fumo com cebola na ferida. Ervas como alecrim do campo, erva de lagarto, banana, coentro, mil homens também eram usadas para o mesmo fim.

Feridas – Lavar bem o ferimento, urina ainda quente. Salmoura forte. Cinza fria de fogão. Pó de carvão. Mel. Enxofre e lenha velha. Alecrim com aguardente. Carqueja. Barbatimão. Aroeira. Guabirobeira. Angico. Língua de Vaca. Malva.

Figura importante, era sempre solicitado, algumas vezes cobrava pelo seu serviço. Existiam muitas rezas para curar. Benzimentos para expulsar as cobras da propriedade, que ainda hoje são usados no interior. Ainda existe muita fé:

Garrotilho – Sangria. Untar os tumores com graxa de capivara. Carqueja, Alecrim e Arruda.

Hemorragias – Barbatimão. Limão. Araçá. Aroeira. Açoita cavalo. Erva de bicho. Terra. Pó de café.

Inchação – das extremidades. (grande fadiga): usar sabão e aguardente, mel. graxa de capivara ou banha. Vinagre quente com sal. Aguardente com farinha de trigo. Sal e azeite quente ou cera derretida e cobrir com um pano. Erva de bicho. Catinga de mulata com sal. Alecrim.

Mal de cadeiras – (Mal cansado por grande derreio) Aguardente quente sobre a anca. Friccionar com toucinho quente.

Mal do Fogo – (Grande fadiga – a tropa ficava aglomerada, batiam os cascos que iam esquentando). Cortar partes atingidas deixando fluir o sangue. Colocar os animais para pisotear a cinza do campo queimado.

Males das vias urinárias – Quebra pedra. Carqueja. Velame do Campo. Cabelo de Milho. Lágrimas de Nossa Senhora. Guabirobeira. Limão. Losna. Erva Mate.

Males do estômago e fígado – Carqueja. Marcela do campo. Espinheira Santa. Camomila. Boldo. Marcelinha.

Males dos Olhos – Lavar com água e aguardente ou chá de Camomila. Aplicar pasta de farinha de trigo e mel. Limão. Suco de Arruda. Ou benzer "Santa Luzia passou por aqui, com seu cavalinho comendo capim, tire o argueiro do olho desta mula pra mim."

Males dos Ouvidos – Pingar banha de galinha ou óleo de oliva quente. Mamica de porca. Compressas quentes.

Mau Olhado – Inveja, maus espíritos era evitado colocando uma caveira de vaca sobre um palanque nas porteiras. Uma ferradura com sete furos pregada na parede tinha o mesmo efeito.

O benzedor

Ofidismo (picadas de cobras) – Eram frequentes pela região, tanto em animais como em humanos. Nas várzeas e banhados as urutus, beira de matas e capinzais de barranco de estrada as jararacas, cotiaras, corais, e nos campos e pedreiras as terríveis cascavéis.

Para parar a chuvarada – Era colocado um ovo de galinha em palanque da cerca e oferecer para Santa Clara. Era comum levarem, além do fleme (lâmina para sangria) ferro para cauterizar, pinga, cinza, querosene com fumo e sal, banha de porco, enxofre, sal amargo, sebo e outras coisas.

Para piolhos – Passar querosene ou benzina. Um bom remédio preparar uma onça (28,69 gr) de vinagre, uma onça de paparraz em pó (planta), mel, enxofre e duas onças de óleo de oliva G. Também unguento dos soldados (mercurial duplo) ou limão, arruda, anis, fumo, babosa, pau amargo.

Pisadura de Arreios – (Cansada por carga exagerada e mal distribuída) Corrigir a cangalha. Aplicar um saco dobrado e molhado com uma garrafada de água com meia colher de arnica. Lavar a ferida com sabão e urina fresca (ver feridas).

Pneumonia – Sangria. Clister fresco de manhã e à tarde.

Rendidura – (Rompimento, Hérnia) Paineira. Barbatimão. Benzimento: Com barbante, agulha grande e um pano, o benzedor pergunta e o responsável pelo animal responde: "o que costuro? Nervo rompido. O que costuro? Carne rasgada. O que costuro? Osso quebrado." Reza-se uma Ave Maria, repetindo tudo 7 vezes.

Sangria – Procedimento muito usado para o tratamento de muitas doenças, realizada com o fleme, espécie de canivete com três folhas com ponta afiada em forma triangular, que com forte batida perfurava e veia escolhida,

geralmente a veia jugular, usando-se uma corda como garrote. Geralmente tiravam um litro de sangue, depois costurava com um sedenho.

Sapinhos – Cortar os "sapinhos da língua" com uma tesoura e lavar com vinagre e sal ou limão e sal.

Simpatia – "Esfregar uma moeda na verruga até sair sangue e jogá-la para trás sem olhar" Quem pegasse a moeda, pegava a verruga. Também esfregar um pedaço de toucinho em cruz três vezes e enterrar em um formigueiro à noite e não olhar para trás.

Sono Leve – Era costume beber o resto de água do balde que a mula ou o cavalo bebeu; ficava com o sono leve e madrugador.

Tétano – Lavar a ferida e cauterizar com ferro em brasa. Simpatia: Queimar a madeira com o prego ou outro material perfurante ou cortante.

Torcedura – (Contusão, pisaduras, machucadura) Urina fresca, sabão e aguardente. Mel e vinho branco quente. Cachaça hermética (aguardente com sal grosso torrado). Cachaça canforada (aguardente e cânfora). Banha. Graxa de capivara, de coati ou de onça. Erva Santa Maria. Aroeira. Catinga de mulata e mentruz em aguardente ou com sal. Babosa. Enfaixar se possível.

Tosse – Ferver 2 copos de mel, 2 copos de azeite de oliva, 25 oitavas de manteiga fresca e 16 oitavas de banha rançosa. Cebola assada com açúcar. Xarope de agrião e mel. Xarope de guaco com mel. Erva Santa Maria. Vassourinha do campo. Poejo. Avenca. Alho. Simpatia: Colar feito com 9 pedaços de sabugo de milho.

Uma cabeça de alho no bolso tinha o poder de espantar as cobras e torná-las mansas, assim como ter fé e pedir a proteção para Santa Bárbara. Contra picadas de abelhas, vespas, aranhas, usavam amoníaco puro, solução de potassa, vinagre quente ou plantas como salsa, malva, alho ou cebola pisada sobre a cisura. Também aguardente, bosta de vaca ou simplesmente retirava-se o ferrão e aplicava barro amassado com saliva. Para pernilongos, além da fumaça, uma pitada de sal desmanchada na saliva, era um santo remédio para passar no local da picada.

Vermes (bichas) – Grande problema tanto para animais como para humanos. Existiam muitos remédios, recorria-se à natureza, simpatias e benzimentos. Alho amassado com leite ou então 2 ou 3 onças (28,69 gr) de sementes de abóbora socadas com 4 onças de açúcar. Muito bom para lombrigas e solitárias. Também usavam chá de hortelã com raspa de chifre queimado, ou hortelã com vinagre, beldroega, ruibarbo, até enxofre. Mas o melhor era erva de Santa Maria socada com açúcar e misturada ao leite.

Verrugas – Leite de Figueira. Verrugueira do campo.

Benzimentos e simpatias da Vó Zula nas Paragens do Iapó. Castro/PR

Por milhares de anos as pessoas recorreram a benzimentos, simpatias e uso de plantas medicinais pata tratar doenças e amenizar dores e incômodos.

Os costumes e crendices populares, para alguns folclore e para outros fé ou força da mente, continuam vivos nos tempos atuais. Muitos desses fenômenos tem explicação científica, outros ainda não são explicados pela ciência. Essas crenças não estão em livros e são transmitidos oralmente pelas pessoas mais idosas. Em ocasiões especiais essas pessoas transmitem aos mais jovens, aqueles dotados de fé, seriedade e que nunca poderão cobrar seu trabalho, senão quebra o encanto.

Nas paragens do Iapó *rio que alaga* existiam muitos curandeiros e benzedeiras. Alguns eram conhecidos por feiticeiros por só fazerem trabalhos para o mal, cobrando vultosas quantias. Até hoje ainda existem curandeiras e benzedeiras na região de Castro.

A Vó Zula (Izolina Ferraz Diniz), nos 95 anos de vida experiente, nos presenteia com seu repertório, que inclui palavras mágicas, encantamentos, rituais elaborados. Essas pessoas trazem para nós até hoje, uma mostra da riqueza cultural da região. Vó Zula nos deixou aos 99 anos, no ano de 2012.

Ar – Tremores nas pálpebras, perda parcial de movimentos dos músculos faciais, supostamente causado pelo reflexo de um objeto brilhante ao sol (réstia). Quem bebe água ao sol, pode tomar um golpe de ar. "Lavar o olho com o orvalho das folhas de um pé de arruda". Benzeduras com rosário.

Caveira de Vaca – "Sobre um palanque nas porteiras espanta os invejosos, maus espíritos e todos os males. Evita mau olhado nas plantações e no gado".

Caxumba – (Parotidite) "Passar uma queixada de porco aquecida no fogo, na região inchada e atrás da orelha e pescoço".

Cobreiro ou Cobrelo – Mal que causa vermelhidão com formação de bolhas e muita coceira em algumas regiões da pele (dermatose causada pelo vírus herpes). Pela crença popular é produzida pelo contato da roupa, sobre a qual tivesse passado alguma cobra ou lagarta também conhecido por bicho cabeludo. "Com um machado cortava-se o baldrame ou a guarnição da porta, o benzedor perguntando [...] e o doente respondendo [...] Pedro o que eu corto? Cobreiro brabo. Assim mesmo eu corto, a cabeça e o rabo. Dar uma volta ao redor da casa, repetindo até completar 3 vezes."

Curar Asma – "Caminhar sobre o orvalho nos campos, em morros, no amanhecer com os pés descalços. Respirar fundo o ar da manhã".

Curar Gagueira – "Bater na cabeça do gago três vezes com uma colher de pau. Quem bate se esconde". A cura é certa.

Curar Sapinho – "Passar nove paninhos brancos na língua da criança, grudar os mesmos na parede, à medida que vai enrugando e caindo, o sapinho vai secando". Carvão também é bom. Limão com sal era usado para curar o sapinho de bezerros.

Curar soluços das criancinhas – "Pegar um fiapo da roupa ou do cobertorzinho da criança, de preferência vermelho, grudar na testa do soluçante com a saliva da mãe, ou dar-lhe um bom susto".

Curar-se das verrugas – "Esfregar um pedaço de toucinho em cruz três vezes nas verrugas e enterrar em um formigueiro à noite, não olhar para traz. Esfregar uma moeda ou osso nas verrugas até sair sangue e jogar para traz sem olhar".

Defumações – As defumações eram feitas colocando-se em uma pequena bacia, um pouco de brasas de fogão a lenha e sobre estas: sal grosso em cruz, palma benta do domingo de ramos, arruda, guiné, espada de são Jorge, pimenta, alecrim e cascas de alho para que fizesse bastante fumaça. Sempre feita dos fundos para frente da casa, passando por todos os cômodos e acompanhada de orações. Depois jogava o que sobrou em água corrente.

Íngua – é o aumento de volume de linfonodos, principalmente os inguinais (na virilha) com muita dor. É o reflexo de um processo infeccioso. "Pisar descalço na cinza de fogão de lenha e responder: O que eu corto? Íngua. Fazer uma cruz com a faca no rastro. O que eu corto? Íngua. Repetir 3 vezes. Amém".

Ovo – "Colocado sobre um palanque da cerca, para Santa Clara parar a chuvarada. Ou "queimar palma benta do Domingo de Ramos no fogão a lenha".

Para a criança não fazer xixi na cama – "Dar três cristas de galo cozidas para a criança comer". "Fazer a criança urinar na brasa também é bom".

Para a visita chata ir logo embora – "Colocar uma vassoura atrás da porta com o varredor para cima". "Virar o tição no fogo ou jogar sal grosso no fogo também é bom".

Para aliviar dor de cabeça – Rodelas de batatinha colocadas na testa é um santo remédio.

Para criança andar logo – "Com um barbante, medir o comprimento da perna da criancinha, depois amarrar em um broto de samambaia (samambaia das taperas). Quando a "mãozinha" do broto se abre a criança anda.

Para criança preguiçosa aprender a falar logo – "Em uma sexta feira, com a criança em jejum, colocar um pintinho para piar três vezes na sua boca,

repetir três sextas feiras." "Também estalar a bainha seca de uma plantinha que cresce nos campos, na boca da criança".

Para encontrar objetos perdidos – Acenda um toco de vela branca sobre um pires, reze 13 Glória ao Pai e diga "Negrinho do Pastoreio, anjo bom dos pampas, ilumino seu caminho com essa vela para que você me ajude a achar (diga o que deseja encontrar). Agradeço desde já a sua ajuda." Quando encontrar o objeto ofereça uma vela branca inteira para ele.

Para evitar alergias e coceiras do bugreiro (Lithreasp) – Evitar o contato com a árvore e "cumprimentá-la com respeito quando passar por ela. Bom dia, Boa tarde, compadre Bugreiro". Tomar o chá feito com três folhas do bugreiro, é bom para curar alergia. Algumas pessoas também são alérgicas a aroeira (schinussp).

Para tirar cisco do olho – Passar o dedo sobre o olho com cisco e falar o seguinte verso: "Santa Luzia passou por aqui, com seu cavalinho comendo capim, tire o cisco do olho desta menina (citar o nome) pra mim".

Proteger-se das cobras e afastar todos os males – "Carregar uma cabeça de alho no bolso e também pedir proteção para Santa Bárbara".

Quebrante – Ou mau olhado acontece quando a criança é muito bonita, admirada e invejada. É um poder que certas pessoas possuem e produz em outras, fraqueza, abatimento e medo. "Pegar com a tenaz três brasas do fogão de lenha e colocar em uma vasilha com água e falar: O que eu curo? Responda quebrante, assim mesmo eu curo. Se as brasas afundarem está bem quebrantado. Fazer uma cruz com a água na testa da criança e dar três goles da água para beber. Jogar a água no lado do sol poente.

Rendidura – Também conhecida por rompimento, hérnia ou rasgadura. A pessoa machucada senta em frente à benzedeira e juntos fazem o sinal da cruz. Com barbante, uma agulha grande e um pano que dobrado é colocado na machucadura, rezam em voz alta: "Eu costuro em nome de Deus Pai Todo Poderoso, Jesus Cristo, Maria Santíssima e o Espírito Santo, nervo torcido, osso quebrado e carne rasgada." Rezar três Salve Rainhae três Credos, entre as preces. A benzedeira pergunta e a pessoa responde: O que eu costuro? Nervo rompido. O que eu costuro? Osso quebrado. O que eu costuro? Carne rasgada. Rezar mais uma Salve Rainha e um Credo. Juntos rezar três Ave Maria.

Susto – Medo repentino provocado por fatos imprevistos, sobressaltado, atemorizado. "A simpatia das três brasas resolve, mas a melhor é colocar um pires com água sobre a cabeça da criança e pingar cera derretida de uma vela acesa. Na água vai formar alguma coisa, falar: Com a ajuda de Jesus Cristo e de Nossa Senhora eu te curo desse susto. Amém."

Alguns chás e remédios mais usados pela Vó Zula nas paragens do Iapó

No início existiam apenas as plantas nativas da região com poderes curativos: Mel silvestre (Tubuna, Mandassaia, Irapuá, Mirim, Vorá) e conhecimentos adquiridos dos Kaigangs, Abapanis, Botucudos, indígenas da região. Depois os próprios tropeiros trouxeram outras plantas, trazidas pelos portugueses, e de outras localidades. Mais tarde essa flora foi enriquecida pelos primeiros imigrantes (1885) e assim por diante.

Hoje são largamente usadas, mas com bases científicas. Um mesmo nome regional, de alguma erva, pode ser planta diferente em outra localidade, nesses casos verificar nomenclatura científica. *Abóbora* – Folhas para queimadura e sementes como vermífugo. (Tênias). *Açoita cavalo* – Cicatrizante, para diarréias, hemorragias, reumatismo e queimaduras. *Agrião* (*) – Com mel para tosse, depurativo, diurético, folhas pisadas com banha para tumores e dermatoses. *Alecrim* (*) – Cardiotônico, para distúrbios do fígado, com a aguardente para feridas e contusões, com óleo de oliva no reumatismo, antiácido, antiespasmódico, diurético e nas defumações. *Alho* (**) – Para resfriados, tosse, vermífugo, antiespasmódico e antisséptico. *Angico* – Para diarreias, feridas, contusões, expectorante, anti-hemorrágico e doenças venéreas. *Alfazema* – (*) Antisséptico, cicatrizante e inseticida. *Araçá do Campo* – Para diarreias e hemorragias. *Aroeira* – Adstringente, antimicrobiana, Nas hemorragias, doenças respiratórias e urinárias, diarreias, purgativos, para úlcera gástrica diabete. *Arruda* – (*) Usada para "ar" no olho, benzimentos e simpatias, colírio (sumo), para úlceras e vermífugo. *Avenca* – Tosse e bronquite, expectorante e diurético. *Azeite quente* – Pingado no ouvido ou friccionado na barriga, para dor de ouvido ou dor de barriga (cólicas). *Azeite, vinagre e sal* – Remédio para todo mal. *Banha de porco com enxofre* – Para sarnas. *Banha de galinha quente* – Para dor de ouvido. *Babosa* – Para feridas, queimaduras superficiais, unguentos. *Barbatimão* – Para diarreias, hemorragias, cicatrizante, anti-inflamatório, para hérnias e doenças venéreas. *Batata Doce* – Para inchaço e dor de dente, úlceras, diarreias e gargarejos. *Boldo* (*) – Para males de estômago, do fígado, biliar, prisão de ventre, analgésico, sedativo e ácido úrico. *Cabelo de Milho* – Afecções das vias urinárias, dermatoses, para arrebentar sarampo e catapora. *Camomila* (*) – Para cólicas e dor de cabeça, sedativo, diarreias, para clarear o cabelo, digestiva, calmante nas queimaduras solares, na conjuntivite, anti-inflamatória, antisséptica, gases intestinais enjoos e vômitos. *Canela* – (cascas) Digestiva e estimulante hepático. Suadouro. *Cânfora com aguardente* – Para machucaduras e dores, com leite para combater a coceira de bugreiro. *Ca-*

pim Limão (**) e (***) – Analgésico, antiespasmódico, calmante, assepsia dos dentes e gengivas. *Carqueja* – Antihepatotóxico, afecções do estomago, diarreias, antirreumático, diabete. E maleita. *Catinga de Mulata* – Socada com sal e aguardente para machucaduras e dores. *Cebola* (**) – Antisséptico e anti-inflamatório, sumo untado nas verrugas, assada, nos tumores, assada com açúcar para inflamações na garganta. *Chapéu de Couro* – Afecções das vias urinárias, edemas, reumatismo, eczemas, intoxicações, inflamações, ácido úrico. *Cipó Cabeludo* – Afecções das vias urinárias, diurética, artrites, elimina pedras da vesícula, doenças venéreas. *Cipó Chumbo* – Feridas, icterícia, afecções respiratórias. *Cipó Milomem* – Sedativo, febre, males do estômago e ofidismo. *Erva Cidreira* (*) (Melissa) – Antiespasmódico, calmante, dor de cabeça, antiácido, *em* banho para tirar quebranto de criança, insônia e para o estômago. *Erva de Bicho* – Diurético, prisão de ventre, reumatismo, hemorroidas, ferimentos da pele. *Erva de Lagarto* – Ofidismo, dores reumáticas e vias urinárias. *Erva de Santa Maria* – Mata piolhos, pulgas, carrapatos, socada com açúcar e leite para matar bichas. (Lombrigas) *Erva Tostão* – Para problemas de rim e fígado. *Erva de São João* – Depressão, ansiedade, vômitos, indigestão, diurético e vermífugo. *Erva Doce*– Digestiva, relaxante, para dor de barriga (cólicas), gases, azia, Com gemada é bom fortificante. *Erva Mate* – Tônico, diurético, estimulante, e combate o cansaço. *Espinheira Santa* – Úlcera gástricas e duodenal, gastrite, azia, gases intestinais e cicatrizante. *Fel da Terra* – Males do estômago e do fígado. *Figueira* – O leite cura verrugas e anti-inflamatório. *Folha Gorda: Aquecida* – para furúnculos. *Gervão* – Estimulante, diurético, febrífugo, sudorífero, males do estômago, do fígado, prisão de ventre, afecções urinárias e inflamações. *Goiabeira* – Diarreias, cicatrizante e Anti-inflamatório. *Guabirobeira* – (do mato e do campo) Diarreia. Catarro da bexiga. *Guaco* – Para gripes, tosse, bronquite, asma e reumatismo. *Guiné* – Bochechos nas dores de dente, analgésico e anti-inflamatório de uso externo. *Graxa de Capivara* – Fortificante. *Hortelã* – Calmante, dor de cabeça gripes, estômago tosse, vômitos, cólicas, gases e com raspas de chifre queimado para bichas (Lombrigas). *Ipê* – Para coceiras, sarnas, feridas infecções da garganta, úlcera gástrica e câncer. *Jabuticabeira* – Diarreias, afecções da garganta. *Lágrimas de Nossa Senhora* (****) (rosário) – Antisséptico das vias respiratórias e urinárias, diurético. Excitante. Em rosários: encantamentos e rituais. *Limão, Alho, Mel e Laranjeira* – (Folhas, flores e cascas da fruta) para gripes, resfriados e febres, tosse e dor de garganta. (Melhor se o mel for silvestre). *Limão Brabo* – Afecções respiratórias e estimulante. *Língua de Vaca* – Com mel para tosse, feridas, dermatoses e doenças venéreas. *Losna* (*) – Para males do estômago do fígado, vermífugo. Galhos lascados por cima é vomitório. Galhos lascados para baixo é purgativo. *Louro*

(*) – Para males do estômago, sedativo, antisséptico e estimulante. *Malva* (*) – Para inflamações da garganta, das gengivas, calmante, laxativo, cicatrizante e anti-inflamatório de uso externo. *Mamona* (***) (óleo de rícino) – Purgativo, vermífugo, laxante, unguento e calmante. *Mamica de Porca* – Dores de dente, de ouvido, antiofídico e tônico. *Manjerona* – Distúrbios estomacais, expectorante e parasiticida. *Marcela do Campo* – Para males do estômago, sedativo, analgésico, relaxante, muscular e anti-inflamatório. *Maracujá Silvestre* – Calmante, sedativo e analgésico. *Noz Moscada* – Para males do estômago e todas as dores. *Pata de Vaca* (**) – Diabete e urina solta. *Pessegueiro* (*****) – Tosse, vermífugo, mata bicheira, diurético e úlceras da pele. *Pitangueira* (do mato e do campo) – Diarreias, febre, digestivo e carminativo, analgésico. Balsâmico, gota, reumatismo, cicatrizante, catarro do peito e calmante. Com sal, serve para as pisaduras. *Picão* – Para males dos rins e doenças venéreas. *Poejo* – Bronquite, gripes, calmante, tônico e sudorífero. *Quebra Pedra* – Diurético, ácido úrico, cálculo das vias urinárias, antiespasmódico, diabete e contra o vírus da hepatite. *Romã* (***) – Diarreias, cólicas, tenífugo, afecções da boca e cicatrizante. *Rosa Branca* – Laxante. *Sabugueiro* – Gripes, resfriados, sarampo, tosse, reumatismo, bexiga e rins. *Sávia* (*) – Antisséptico, cicatrizante, digestivo e Cólicas. *Serralha* (***) – Laxante e Cicatrizante. *Sebo de carneiro* – Quente (no peito e nas costas): Catarro de peito. *Sene* – Laxante. *Tanchagem* (*) – Cicatrizante, purificador do sangue, diarreias e afecções respiratórias. *Tarumã* – Depurativo, diurético, digestivo, dermatoses e Sífilis. *Tayuya* – Depurativo do sangue, dermatoses, ciática, reumatismo, purgativo e sífilis. *Tomilho* (*) Para distúrbios bronco pulmonares, expectorante, antisséptico, vermífugo, diurético e cicatrizante. *Vassourinha do Campo* – Afecções do coração e para catarro pulmonar. *Velame do Campo* – Catarro da bexiga, diarreia, gota, reumatismo, sífilis e Purgante. *Violeta* – Purgativo, sedativo, sudorífero, expectorante e Vomitivo. *Plantas Mágicas* = Usadas em rituais, encantamentos, proteger da inveja, olho gordo, quebranto, ar nos olhos, etc.: *Arruda, Espada de São Jorge, Guiné, Alho, Pimenta, Comigo Ninguém Pode, Lágrimas de Nossa Senhora, Erva cidreira.*

Observações

Origem

*..... Europa; **.....Ásia; ***.....África; ****.....Índia; *****..... China.

Referências

DECKER, J. S. *Aspectos biológicos da Flora Brasileira*. São Leopoldo. RS: Casa Editora Rotermund & Co, 1936.

DIAS, A. C. S. Plantas: a medicina naturalmente. *Almanaque do Pensamento*. São Paulo: Pensamento, 1983, p. 37.

RENAULT, V. *Thesouro das Famílias*. 2 ed. Rio de Janeiro: B. J. Gornier Livreiro, 1891.

IEDEL, D, BENATI, L. R. *Almanaque do Pensamento*. São Paulo: Pensamento, 1978.

SAINT'HILAIRE, A. *Viagem à Comarca de Curitiba, 1820:* passagem em Castro, Paraná. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964 (1851).

SHENDROSKI, D; VILLELA, L. M. C; PODOLAN, A; MARTINS, D. C. *Museu do Tropeiro:* Canteiro de Ervas. Castro. Paraná. 2002.

SHIPPER, L. P. *Segredos e virtudes das plantas medicinais*. Rio de Janeiro: Reader's Digest Brasil Ltda, 1999.

SILVA, A. de M. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Litho-Typographia Fluminense (Fac-símile da 2ª ed. Diccionário da Lingua Portugueza. Lisboa. Lacerdina. 1813). 1922.

SOBRAL, A. P. *Manual de Medicina Veterinária*. 2 ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora Rio – Médico, 1938.

Fontes documentais

Acervo do Arquivo do Museu do Tropeiro. Castro/Paraná.

Medicina no caminho das tropas

Maria das Graças Lins Brandão

Graduada em Farmácia, Doutora em Química Orgânica, Pesquisadora, Escritora e Professora/UFMG Belo Horizonte/MG

Introdução

É fato conhecido que plantas são usadas como alimento e remédio desde os primórdios da humanidade. Registros históricos confirmam o uso do milho, batatas, mandioca, cacau, abacaxi e caju pelos Ameríndios há milênios. No Brasil, as plantas são amplamente usadas para vários fins, mas a intensa miscigenação de culturas, ocorrida ao longo dos últimos séculos, popularizou mais o uso de espécies exóticas (introduzidas). A invasão da indústria farmacêutica internacional a partir da década de 1950 também influenciou

negativamente no uso das plantas brasileiras. Na década de 1970, por exemplo, as boticas e farmácias comerciais deixaram de manipular remédios com as plantas, pois a indústria passou a fornecer medicamentos fabricados. Esses fatos são ainda agravados pelos diferentes ciclos econômicos implantados no país, que têm levado à destruição dos ricos ecossistemas nativos. Eles iniciaram com a exploração do pau-brasil pelos portugueses e são, representados hoje, pela mineração e o agronegócio. Como consequência de todos esses processos, plantas úteis e medicinais nativas do Brasil, especialmente as de origem Ameríndia, são pouco conhecidas e aproveitadas.

Em um estudo realizado entre 2004 e 2014 na região mineradora de Minas Gerais (Estrada Real) foi avaliado o conhecimento da população sobre as plantas medicinais nativas. Foram entrevistados 152 homens e 54 mulheres, na faixa etária entre 65 e 90 anos de idade, reconhecidos como conhecedores da flora medicinal nativa local. Essas pessoas nasceram antes da década de 1940, ou seja, período anterior ao processo de urbanização e industrialização do Estado. A cada informante foi perguntado se conhecia e/ou utilizava vinte espécies de plantas nativas da região, conhecidas e usadas no século XIX. A pesquisa revelou um quadro preocupante: mesmo entre esta população mais idosa, o conhecimento sobre os benefícios das plantas era muito precário. Além disto, os entrevistados revelaram que tinham aprendido sobre os beneficios das plantas com familiares, mas seus descendentes não tinham qualquer interesse em seguir com este conhecimento.

Com o objetivo de contribuir na preservação do conhecimento sobre a utilidade das plantas brasileiras, há mais de uma década nosso grupo de pesquisas vem desenvolvendo estudos em história natural. Nesses estudos, dados sobre usos tradicionais de espécies nativas do Brasil são extraídos de documentos (inclusive manuscritos) e bibliografia publicados em português até a década de 1950. As informações recuperadas são então organizadas num banco de dados da *internet* nomeado "Dataplamt". Esta base de dados bibliográfica está sediada na página do Centro Especializado em Plantas Aromáticas, Medicinais e Tóxicas, da Universidade Federal de Minas Gerais (Ceplamt/ UFMG). Até o momento, o Dataplamt contém informações sobre os usos tradicionais e locais de ocorrência de 3.400 espécies de plantas brasileiras, recuperadas a partir de 66 documentos produzidos por médicos, botânicos, farmacêuticos, naturalistas entre outros interessados no tema. Essas informações são importantes porque são consideradas primárias, ou seja, foram obtidas em uma época na qual a vegetação nativa estava preservada e a população fazia uso, predominante, de plantas da biodiversidade brasileira (www.ceplamt.org.br).

O caminho das tropas

Grande parte das informações sobre plantas nativas do Brasil foi registrada por naturalistas europeus, que percorreram o país no século XIX. Entre eles está o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), que esteve no Brasil entre 1816 e 1822. Neste período ele percorreu, pelos caminhos das tropas, os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Goiás, Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Suas viagens estão relatadas em vasta bibliografia, onde são descritas suas impressões sobre a fauna, flora, economia, geologia, além dos costumes da sociedade na época. O herbário de Saint-Hilaire contendo plantas coletadas durante as viagens chegou a ter sete mil espécies de plantas, sendo quatro mil desconhecidas na época. Nos seus cadernos de coleta de campo, ele registrou os usos tradicionais das plantas por meio seus nomes vulgares, acompanhados de "*NV* ou *N. Vulg*. Muitas vezes, os registros incluíram os modos de preparo dos remédios, as doses, possíveis efeitos indesejáveis das preparações, melhores épocas e locais de coleta das plantas, entre outras informações relevantes que contribuem para a melhor eficácia do remédio. Além do interesse científico, Saint-Hilaire se encantou com a beleza das paisagens e as possibilidades de utilização econômica das plantas: no livro Plantas usuais dos Brasileiros, foram descritas informações detalhadas sobre 70 espécies consideradas por ele mais importantes. Saint-Hilaire também não poupou críticas à forma destrutiva com que os habitantes locais tratavam a vegetação nativa, e já previa a extinção de várias plantas úteis às artes e à medicina. O acervo coletado por ele encontra-se hoje depositado no Museu Nacional de História Natural em Paris.

Saint-Hilaire descreveu o uso de centenas de plantas brasileiras, conhecimento adquirido durante suas viagens. Entre essas está o mate, ao qual ele atribuiu o nome científico de *Ilex paraguariensis* A. St.-Hil. Enquanto estava na Serra de Paranaguá ele registrou a forma de preparo da planta.

> DESCIDA DA SERRA DE PARANAGUÁ. [...] o *mate* ou *congonha*, como é chamado em Minas, constitui um importante produto de exportação para a cidade de Curitiba. A árvore que o fornece é comum nas matas vizinhas da cidade, principalmente nas de Borda do Campo, tem sido esse, provavelmente, um dos motivos que levaram os jesuítas a se estabelecerem no lugar. A árvore da *congonha,* ou árvore do *mate* (*Ilex paraguariensis, Aug. S. Hil.)* é uma árvore de pequeno porte, ramosa no topo, muito folhuda, mas cuja forma não tem nada que a caracterize. As folhas da árvore, quando verdes, não têm cheiro, e o seu sabor é o de uma planta herbácea um pouco amarga. Depois de preparadas, porém, elas têm um aroma que lembra um pouco o do

> chá suíço. Até a época da minha viagem o *mate* era feito com muito menos cuidado nos arredores de Curitiba do que no Paraguai; mas o processo usado pelos habitantes desse último país começava a ser adotado pelos curitibanos. Com efeito, o capitão-mor do distrito tinha a intenção de obrigar todos os seus administrados a adotar esse método, porque o *mate* obtido por meio dele era vendido muito mais caro em Buenos Aires e Montevidéu do que o produzido pelo processo antigo. Quando passei por Borda do Campo o meu hospedeiro tinha a seu serviço um paraguaio que havia deixado seu país por causa da guerra. Esse homem preparava o *mate* pelo processo hispano-americano. (SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1816-1822, p. 1975, p. 228).

A infusão do mate era usada pelos Ameríndios na Argentina, Paraguai, Uruguai e sul do Brasil antes mesmo da chegada dos Europeus ao continente. O consumo da planta foi observado por Saint-Hilaire também em outras regiões do Brasil, inclusive em Minas Gerais, conforme mostrado na Tabela 1. O uso de sucedâneos (outras espécies semelhantes à planta original) também foi registrado por ele. Os registros sobre o consumo do mate e seus substitutos, feitos por um viajante estrangeiro como Saint-Hilaire, revelam a vasta troca de informações sobre o uso de plantas entre os tropeiros e os moradores locais. Eles confirmam a importância dos caminhos das tropas na disseminação do conhecimento tradicional sobre as plantas nativas do Brasil.

Tabela 1 – Dados sobre mate/congonha nos cadernos de coleta de A. de Saint-Hilaire

No.	Nomes vulgares e científicos	Municípios	Uso/ características
2170	NV (N. Vulg) Arasia/Congonha	Árvore perto de Congonhas	Odor das flores é agradável
2206	NV Congonha miúda*	Itabira	Empregam-se as folhas como mate
384ter	NV Erva de Mate ou Congonha, 3318-23/07 - Ilex paraguariensis	Bordas de capão úmido perto de Barbacena	Sem uso
483	NV Congonha da miúda	Perto de Baependi	Nas Minas se faz uso das folhas tostadas desta árvore do mato contra a dor de estômago. Elas têm gosto amargo e ao mesmo tempo acre.

* Espécie identificada como *Symplocos celastrinea* Mart. ex Miq (Família Symplocaceae).
Fonte: (http://hvsh.cria.org.br/.

Outras muitas receitas caseiras para tratar doenças comuns, foram também registradas por Saint-Hilaire, entre elas plantas laxantes e purgativas. Nos séculos passados acreditava-se que as doenças eram uma consequência de um *corpo sujo*, sendo necessário *expurgar* tais sujidades e promover a *depuração do sangue*. A jalapa (*Jatropha elliptica* Müll. Arg.), *marmeleiro do campo (Maprounea brasiliensis* A. St.-Hil.) e *fedegoso (Senna uniflora* (Miller) Irwin & Barneby) são exemplos dessas plantas. As febres também eram problemas de saúde frequentes, e poderiam advir de diferentes etiologias. Uma das mais temidas eram as febres intermitentes, sintoma próprio da malária, doença causada pelo parasita *Plasmodium* e que pode levar à morte. A cura da malária começou ainda no século XVII, quando os espanhóis levaram do Peru para a Europa as cascas de espécies de plantas do gênero *Cinchona*, especialmente a *C. succiruba,* que era usada pelos Ameríndios no tratamento das febres. Essas plantas são conhecidas pelo nome popular de *quina*, e produzem o antimalárico quinino. Esta quina não ocorre no Brasil, mas mesmo nome é atribuído a outras plantas medicinais. Saint-Hilaire registrou o uso de várias falsas-quinas contra febres, como a quina-do-campo (*Strychnos pseudoquina* St. Hil.) e a quina-da-serra (*Remijia ferruginea* (A. St.-Hil.) DC.). Centenas de outras plantas foram registradas pelos viajantes dos caminhos das tropas e estão disponibilizados no banco de dados Dataplamt.

Importância de se estudar e preservar a biodiversidade brasileira

A despeito de toda a riqueza das plantas da biodiversidade brasileira, e do conhecimento tradicional sobre elas, muito já foi perdido devido à intensa erosão genética e cultural, em curso. Somente 7% da Floresta Atlântica original, por exemplo, encontra-se preservada e a Amazônia, o cerrado e a caatinga vêm sendo progressivamente substituídos por monoculturas e pecuária. Estudar e desenvolver *bioprodutos* a partir das plantas úteis e medicinais brasileiras é considerado hoje um dos mais importantes e estratégicos instrumentos para a conservação da biodiversidade, especialmente quando se considera a nascente *economia verde*. A bebida preparada com o *I. paraguariensis*, por exemplo, pode ser considerada um desses *bioprodutos*, com efeitos tônico e estimulante, devido ao elevado teor de cafeína. A planta contém também grande quantidade de substâncias fenólicas, capazes de prevenir doenças degenerativas, como as cardiovasculares, diabetes, mal de Alzheimer e até o câncer. Estudos científicos conduzidos em todo o mundo vêm confirmando essas ações, o que faz com que a planta ganhe ainda mais interesse no mercado, devido ao seu valor biotecnológico. Saint-Hilaire já

alertava para a importância dos estudos com as plantas e a necessidade de sua preservação, conforme o relato abaixo. Que o legado deixado pelos viajantes dos caminhos das tropas ajude a alcançar isto!

> Seja como for, sente-se que a matéria médica dos brasileiros, baseada unicamente no empirismo, deve ser muito imperfeita. Todavia, entre tantas plantas às quais se atribuem falsamente propriedades maravilhosas, algumas existem que realmente fornecem remédios eficacíssimos. Se existisse no Brasil maior número de homens instruídos, o governo desse país faria obra de grande utilidade, nomeando em cada província uma comissão que se encarregasse de submeter a exame minucioso todas as plantas de que se utilizam os colonos para aliviar seus males. Por esse meio, poder-se-ia chegar a constituir, para os vegetais, uma matéria médica brasileira, que elucidaria os colonos a respeito de remédios ineficazes ou perigosos, e, ao mesmo tempo, daria a conhecer aos nacionais e estrangeiros grande número de plantas benéficas. Trabalho de tal envergadura não se poderá fazer, sem dúvida, senão daqui a longos anos. Possa ao esperar a que vier, a obra que publiquei sobre as Plantas Usuais do Brasil tomar o lugar, tanto quanto possível, de uma matéria médica mais aprofundada, e provar aos brasileiros o desejo que tenho de lhes demonstrar meu profundo reconhecimento mediante um trabalho que lhes seja útil! (SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1816-1822, 1978, p. 88-89).

Figura 1 – Mate em Andrelândia/MG



Figura 2 – Mate. Amostra tipo coletada por Saint-Hilaire (Curitiba)



Fonte: acervo da autora.

Referências

BRANDÃO, M.G.L.; ZANETTI; N.N.S.; OLIVEIRA; G.R.; SILVA; A.KS. OLIVEIRA; L.O.; OLIVEIRA; M. A.; GRAEL; C.F.F.; SANTOS A.C. Plantas medicinais da Estrada Real. *MG Biota*. 1(4): p. 4-15, 2008.

CARVALHO, ACD. *Feiticeiros, burlões e mistificadores:* criminalidade e mudança das práticas populares de saúde em São Paulo, 1950 a 1980. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

CORREA-FILHO, V. *Ervais do Brasil e ervateiros.* Documentário da visa real. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1957.

DEAN, W. *A ferro e fogo:* a história da devastação da Mata Atlântica brasileira: Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

DOMINGUES, H.M.B.; KLEICHE-DRAY; M.; PETITJEAN; P (Org.). *Hist*ória das substâncias naturais: saberes tradicionais e química. Amazônia e América Latina. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins; Paris: Institut de Recherche pour le Développement, 2012.

FERNANDES, TM. *Plantas medicinais*: memória da ciência no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

FERRÃO, J. E. M.; CAIXINHAS, M. L.; LIBERATO; M. C. *A ecologia, as plantas e a interculturalidade*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008.

FERRÃO, J. E. M. A *aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*. Lisboa, Portugal : Instituto de Investigação Científica Tropical, 2004.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, C. *Tachos e Panelas. Historiografia da alimentação brasileira.* Recife: Raízes brasileiras, 2009.

LINHARES, T. *História econômica do mate.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.

SAINT-HILAIRE. Auguste. *Viagem a Curitiba e à Província de Santa Catarina*. Belo Horizonte: Atatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

SAINT-HILAIRE, *A. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

SAINT-HILAIRE A. *Plantas usuais dos brasileiros.* Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

Sites

BRANDÃO, M.G.L. Plantas úteis do Brasil na obra de Auguste de Saint-Hilaire. 2018. https://books.openedition.org/mnhn/3225, 2018.

11. PATRIMÔNIO CULTURAL E CULTURA TROPEIRA

Os vestígios arqueológicos das estruturas viárias do caminho das tropas em Santa Catarina

Ana Lucia Herbert
Arqueóloga, Historiadora, Mestre em História/UNISINOS,
Doutora em História/PUCRS. Florianópolis/SC

Introdução

Este artigo é fruto da pesquisa de doutorado "Arqueologia do Caminho das Tropas: estudo espacial dos sítios históricos no trecho entre os rios Pelotas e Canoas, SC",[1] cuja tese (HERBERTS, 2009)[2] foi defendida no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Neste estudo, apresenta-se a análise dos remanescentes arqueológicos físicos das estruturas viárias construídas, ou não, para o trânsito das tropas de animais, tendo como objeto de estudo central o Caminho das Tropas sob o viés da arqueologia da paisagem.

Os vestígios arqueológicos mapeados são resquícios de elementos construtivos (corredores de taipa de pedra, sistema de drenagem, muro de arrimo, muro de contenção, área calçada, etc.) ou o negativo das ações como as sendas ou trilhos formados pelo desgaste do solo pela ação do tráfego das tropas de animais e os efeitos erosivos do solo em razão da ação das chuvas.

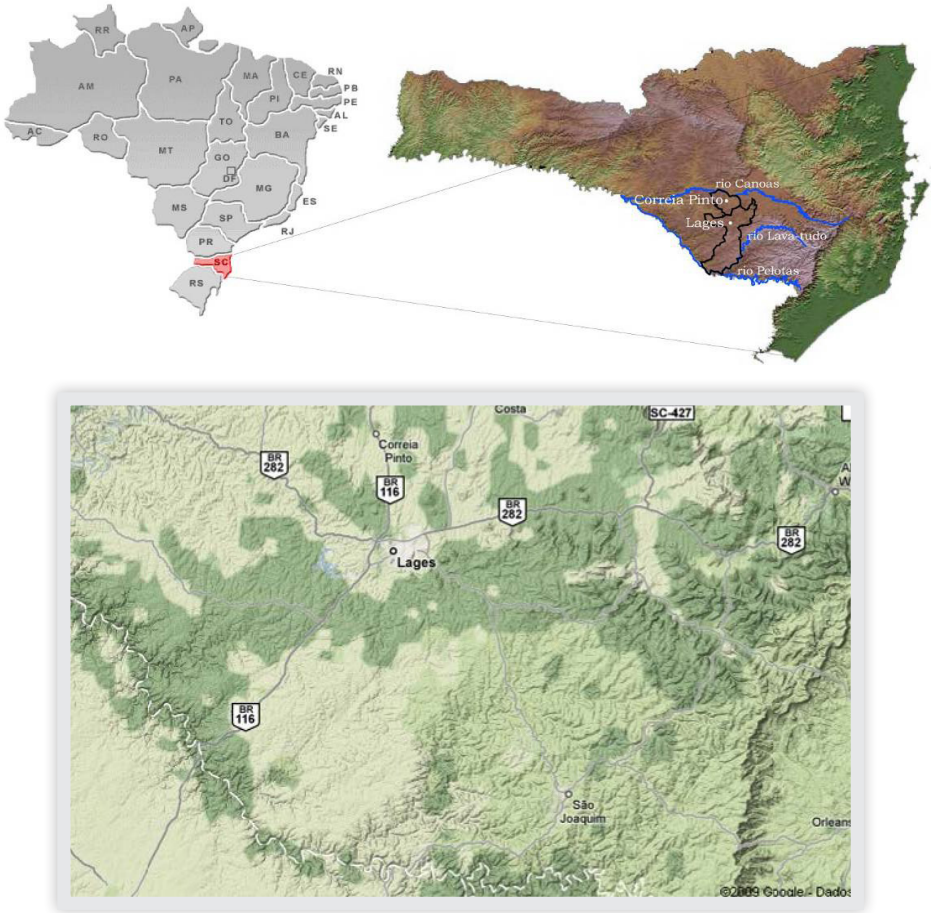
Como o objeto desta investigação tem extensão aproximada de 1.500 km, atravessando os atuais Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, foi necessário delimitar um recorte geográfico para o estudo. Dessa forma, a área de pesquisa localiza-se na porção do território situado entre os rios Pelotas e Canoas, abrangendo os municípios de Lages e

[1] O presente trabalho foi realizado com auxílio financeiro do Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), endosso institucional da 11ª Superintendência Regional do Instituto Nacional do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN) e o Museu Histórico Thiago de Castro de Lages, instituição de guarda da documentação gerada..

[2] Tese disponível para download em: <http://www.scientiaconsultoria.com.br/site2009/pdf/estudos/tese.pdf>.

Correia Pinto, no Estado de Santa Catarina (Figura 1). Este território equivale aproximadamente à antiga região dos Campos de Lages.

Figura 1 – Localização da área de pesquisa no Estado de Santa Catarina, Sul do Brasil



Fonte: Adaptado de Santa Catarina em relevo[3] e *Google maps*.[4] Arte gráfica: HERBERTS, 2009, p. 34.

O trecho linear escolhido tem como limites: ao sul, o Registro Santa Vitória, no que se refere à porção situada na margem direita do rio Pelotas, na divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e, ao nor-

[3] Disponível em: <http://www.mapas-sc.com/>. Acesso em: 5 fev. 2009.
[4] Disponível em: <http://maps.google.com/maps?ll=-27.213613,-50.212951&z=9&t=h&hl=pt-BR>. Acesso em: 5 fev. 2009.

te, o rio Canoas, onde se localizaria, segundo a documentação pesquisada, o Registro de São Jorge, atualmente município de Correia Pinto. Este trecho perfaz aproximadamente 120 km de caminho entre os dois Registros, usados como delimitadores para o estabelecimento da área de pesquisa.

Realizou-se a prospecção arqueológica sistemática de uma amostragem de 23,5 km de trechos do caminho com e sem corredores de pedra, com e sem estrada de rodagem atual, em diferentes compartimentos topográficos e com características ambientais distintas (vegetação, hidrografia, solo, relevo), procurando avaliar as semelhanças e diferenças nos diversos contextos, em prol da compreensão material da via e da formação de uma paisagem marcada pelo caminho.

O registro das estruturas do caminho foi executado tendo como modelo uma ficha de registro adaptada de Vitry (2005) e a partir da avaliação das imagens de satélite de porções dos trechos do caminho em pequena escala. As evidências arqueológicas foram mapeadas através de pontos de avaliação georreferenciados nas imagens e anotados na ficha de registro.

Os desenhos realizados das estruturas observadas sobre as imagens em campo permitiram a confecção de mapas detalhados dos trechos analisados. Os croquis e plantas auxiliaram a compreender melhor determinadas estruturas através da espacialização das observações.

As fontes de pesquisa foram: o registro dos vestígios arqueológicos documentados em campo, os documentos textuais, cartográficos e iconográficos, além do uso de imagens de satélite e levantamentos planialtimétrico através da fotointrepretação.

O estudo foi realizado a partir de diferentes estratégias e análise de diversas fontes, aliando a coleta de dados de campo através da prospecção sistemática e do uso de uma ficha de registro com a análise de fontes documentais (escritas, cartográficas, iconográficas, orais). Desenvolveu-se um Sistema de Gestão de Base de Dados (SGBD) para organizar e armazenar os dados de diferentes naturezas, além de facilitar o cruzamento e a consulta às informações. A estruturação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) propiciou a espacialização dos dados de campo e a interação com as características ambientais da área (relevo, inclinação, hidrografia, vegetação, etc.), além de editar mapas detalhados.

Prospecção arqueológica no caminho das tropas

A prospecção arqueológica foi realizada no Caminho das Tropas, buscando compreender como as estruturas viárias do trajeto foram construídas e/ou

modificadas, bem como identificar os vestígios arqueológicos das estruturas construídas e não construídas[5] que configuram a paisagem atual. O antigo traçado foi percorrido em diferentes oportunidades, para melhor compreender os objetivos daqueles que no passado construíram e utilizaram essa via.

Para realizar o levantamento dos vestígios arqueológicos do Caminho das Tropas, elegeu-se dentro do espaço de pesquisa uma área piloto: a região da Coxilha Rica, entre o rio Pelotas e a malha urbana de Lages. Esta escolha foi determinada em função da existência de expressivos conjuntos bem conservados de remanescentes arqueológicos de corredores e outras estruturas viárias. Numa primeira avaliação, feita no trecho entre a cidade de Lages e o rio Canoas (Município de Correia Pinto), não foram identificadas estruturas de corredores construídos no antigo traçado do caminho, somente a atual estrada não pavimentada sobre o leito da antiga.

No segmento do caminho entre o rio Pelotas e a cidade de Lages, foram selecionados, como amostra para a prospecção quatro trechos[6]:

a) **Trecho A** - entre o rio Pelotas e "O Bodegão"[7]: situa-se entre a margem direita do rio Pelotas e uma área de alargamento do corredor de taipas de pedra, formando uma "praça", perfazendo 13.950 m de extensão. Na maior parte dele, a atual estrada municipal LGS-050 tem seu traçado instalado dentro do corredor.

A escolha dessa parcela do caminho justifica-se pela grande variabilidade do compartimento topográfico e das estruturas existentes (senda estreita, senda larga, corte de barranco, arrimo, corredores de taipa de pedra, sistema de drenagem e área calçada).

Nesse trecho, foi necessário, num primeiro momento, localizar e identificar o traçado do caminho original em uma extensão de aproximadamente 3 km, encoberto pela vegetação e em abandono completo, cujas estruturas nunca tinham sido alvo de prospecção científica, sendo desconhecidas das demais pesquisas realizadas na área.

b) **Trecho B** - entre a Fazenda Cipó e a Fazenda São Luís: trecho do traçado do Caminho das Tropas situado entre os acessos às sedes das fazendas Cipó e São Luís, perfazendo aproximadamente 4.089 m de extensão. Este trecho caracteriza-se pela existência, em toda extensão, de corredores de tai-

---

5 Por estruturas não construídas, entende-se os vestígios resultantes das atividades realizadas, mas não edificadas para tal função, como por exemplo, as sendas, depressões no solo, provocadas pelo tráfego de animais e por ações erosivas, cujos remanescentes não foram escavados para esta atividade.

6 Os trechos foram nomeados por letras alfabéticas em ordem crescente e os subtrechos acrescentam, além da letra, o número em sequência crescente.

7 Armazém e bar situados na servidão do caminho em uma área de alargamento, onde se localiza também uma pequena comunidade e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Visconde do Araguaia.

pa de pedra, pela travessia de um curso de água importante, o rio Penteado, e pelas diferenças de relevo, atravessando uma grande área de planície da bacia deste rio numa área de "espraiado".[8]

c) **Trecho C** - Região de São Jorge: segmento do caminho com corredores e área somente com poucos resquícios de muros de taipa. O trecho selecionado situa-se entre a Comunidade de São Jorge, partindo do terreno em frente à igreja, onde havia um entreposto comercial, até alcançar a estrada local atual, em frente à sede da Fazenda Capoeirinha, totalizando aproximadamente 1.818 m de extensão.

d) **Trecho D** - Fazenda Mont Serrat: segmento de corredor com aproximadamente 3.700 m de extensão, atravessando a referida fazenda até a margem esquerda do rio Pelotinhas, cruzando áreas úmidas e de drenagem.

A escolha dos trechos B, C e D justifica-se pela ausência do leito da estrada atual, servindo dessa forma como comparativo para o estudo dos efeitos do uso de estradas dentro dos corredores de taipa de pedra sobre o caminho antigo. Todavia, não se afirma e nem se descarta a hipótese de que estes trechos tenham sido usados como leito de rodagem, além da função de caminho para animais.

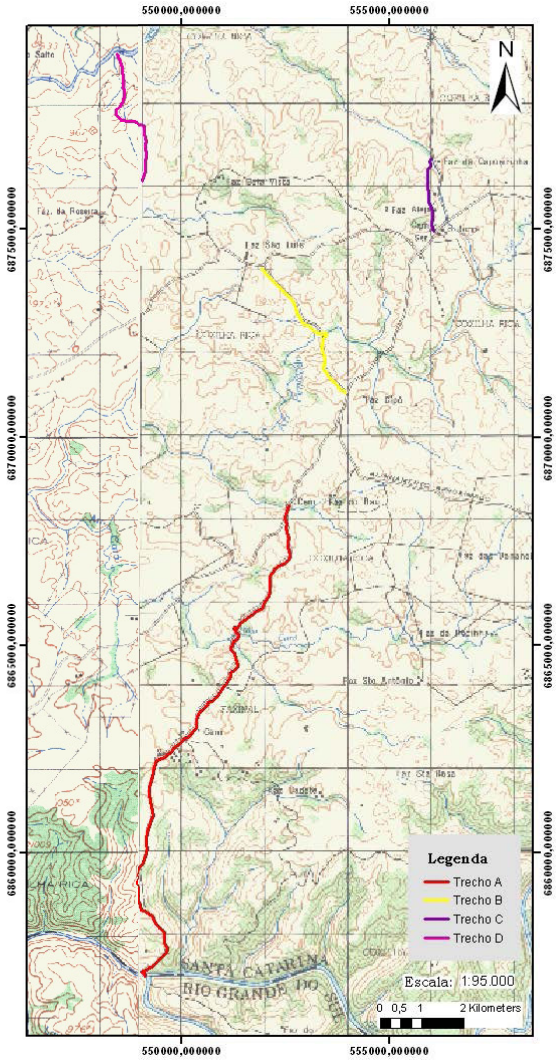
A proposta de selecionar segmentos do Caminho das Tropas proporcionou amostras do universo da rede viária existente na área de pesquisa e das estruturas que o formam. Exceto pelo trecho A, os demais são fragmentos de corredores que muitas vezes não têm um início ou fim bem claros, não em termos de delimitação, mas no que se refere a sua inserção no conjunto viário do Caminho das Tropas.

Ao analisar o traçado dos quatro trechos selecionados, pode-se sugerir a existência de múltiplos caminhos ou alternativas de percursos de um mesmo caminho. Esta questão, no cenário regional, só poderá ser melhor esclarecida ampliando as amostras, a fim de mapear os caminhos e corredores existentes em toda a área de pesquisa. Assim, poder-se-á compreender como os segmentos de corredores se articulam, formando o Caminho das Tropas ou uma rota deste, ou ainda, conexões do caminho com lugares ao longo dele.

O segmento A é orientado no sentido sul – norte, formando um eixo do caminho, no sentido rio Pelotas – Lages. Este traçado é indicado como o principal que atravessava a região dos Campos de Lages, vindo do Rio Grande do Sul em direção a São Paulo. Mas os demais fragmentos apontam outra dinâmica da rede viária local, formando um conjunto de vias, que se ligam a esse eixo, ou subdivisões do caminho.

[8] Ponto do rio em que o leito se alarga, abrindo uma área ampla sobre base rochosa, formando corredeiras, geralmente com nível de água raso e possível de travessia a pé, em períodos de estiagem.

Figura 2 – Mapa com a localização dos trechos A, B, C e D analisados do Caminho das Tropas



Fonte: Folhas Coxilha Grande (DSG, 1973) e São Sebastião do Arvoredo (DSG, 1974).
Arte gráfica: HERBERTS, 2009, p. 248.

Os trechos B e D parecem ser uma continuação do outro, pela sequência e alinhamento do traçado no mapa geral, formando talvez outra rota de caminho no sentido noroeste, ultrapassando o rio Pelotinhas. Este seria talvez outro traçado que se ligava ao eixo sul-norte ou atravessava o caminho, seguindo em direção a Capão Alto e Campo Belo do Sul.

Por outro lado, o segmento C é um fragmento de corredor que segue também no sentido noroeste. Sua relação com o traçado precisa ser melhor investigada, a fim de determinar se este seria outra alternativa de caminho ou um ramal ligando um lugar ao caminho.

Comparando-se os quatro trechos estudados do caminho entre si, não se constatam diferenças construtivas ou de assentamento que poderiam indicar hierarquia: trecho principal e ramal. Ambos os segmentos apresentam-se de forma bastante homogênea. Este aspecto de hierarquia da rede viária só poderá ser analisado numa escala menor, quando os caminhos e/ou corredores estiverem totalmente cartografados.

As diferentes estruturas apresentadas que compõem o Caminho das Tropas também corroboram a ideia de um caminho com corredores que se apresentam semelhantes. Contudo, isto não quer dizer que haja um projeto de engenharia ou alguma planificação na sua construção, como se observa na diversidade de acabamentos, dimensões e morfologias identificadas.

Não foram constatadas diferenças entre as estruturas viárias dos trechos B e D, que poderiam se caracterizar como um ramal do Caminho, em relação ao trecho A, ou que dessem ideia de hierarquia das estruturas construtivas: trecho principal e ramal. Todos os trechos analisados apresentam variação de largura do corredor, de estruturas de drenagem, de áreas de alargamento.

O quadro abaixo apresenta, de forma sintética, os trechos do caminho objeto desta pesquisa com a sua localização, extensão e quantidades de pontos avaliados ao longo de cada trecho.

Tabela 1 – Trechos do Caminho das Tropas estudados e quantidade de pontos levantados

Trecho do caminho	Localização	Extensão	Nº de pontos avaliados
Trecho A	Rio Pelotas - Bodegão	13.950 m	166
Trecho B	Faz. Cipó – Fazenda São Luis	4.089 m	22
Trecho C	Capela São Jorge – Faz. Capoerinha	1.818 m	27
Trecho D	Faz. Mont Serrat – Rio Pelotinhas	3.700 m	26
Total	-	23.557 m	241

Fonte: HERBERTS, 2009, p. 357.

Os sítios arqueológicos, ao longo dos corredores de taipa de pedra do caminho, funcionavam em conjunto como uma grande teia formada pela rede viária e os diversos pontos de ocupação, mostrando como esse espaço foi ocupado no passado.

Constatou-se que os corredores que não apresentaram leito de estrada de rodagem de veículos motorizados, ou vestígios de terem sido utilizadas para tanto, não apresentaram áreas de corredores soterrados, com muros de taipa abaixo do nível da estrada atual. Este é um efeito exclusivo do uso dos corredores com a instalação de estradas atuais no seu traçado.

Os corredores tinham dupla finalidade no período do tropeirismo: serviam de cerca e também de cercado. Fechando-se as extremidades de um trecho tinha-se um piquete pronto. Contudo, atualmente, em muitos casos, os corredores se confundem com muros que limitam a propriedade privada do espaço público da estrada.

As estruturas remanescentes do caminho das tropas na paisagem

As estratégias adotadas para a abertura, construção e manutenção do traçado do Caminho das Tropas implicaram num grande conhecimento das condições ambientais, tais como relevo, hidrografia, dentre outras. Os construtores conheciam bem o terreno e as necessidades para cada trecho a ser vencido.

A análise dos vestígios materiais do uso do Caminho corrobora essa ideia e explica que o percurso sofreu alterações em determinados trechos em decorrência dos obstáculos que impossibilitaram ou dificultaram seriamente a passagem dos animais.

A fotointerpretação das ortofotocartas e dos levantamentos planialtimétricos proporcionou uma noção prévia das estruturas viárias e dos vestígios arqueológicos e arquitetônicos em elevação ainda existentes.

As observações *in loco* foram decisivas para a identificação das estruturas visualizadas nas imagens de satélite, cujas tipologias nem sempre eram passíveis de identificação. Além disso, para as áreas de cobertura vegetal densa não havia nenhum tipo de informação visual que servisse de referencial.

A análise dos quatro trechos amostrais de corredores ou resquícios do Caminho das Tropas propiciou o conhecimento detalhado dos vestígios materiais remanescentes, possibilitando a comparação entre os trechos e a busca da compreensão de como foram construídos, utilizados e/ou modificados, formando a atual paisagem da região dos Campos de Lages.

Partindo do pressuposto de Juillard (2007), no qual um sítio arqueológico compreende a menor unidade de estudo dos arqueólogos, o Caminho seria "un 'complexe' architectural constitué de différents sites". Dessa forma, um caminho ou sítio, pode ser dividido por unidade arquitetônica ho-

mogênea. *C'est l'agrégation à l'ensemble et l'agencement de ses structures entre elles qui donne son importance et sa singularité à l'ensemble* (JUILLARD, 2007).

Dessa forma, o Caminho das Tropas foi decomposto nas suas unidades arqueológicas/ arquitetônicas, ou seja, nas estruturas viárias que o formam, buscando analisar o conjunto de artefatos de forma homogênea dentro do contexto de cada trecho analisado, procurando apresentar suas principais características, tais como construção ou formação, materiais empregados, morfologias, dimensões, compreendendo assim a sua instalação na paisagem.

Os vestígios arqueológicos mapeados são resquícios de elementos construtivos (corredores, drenos, calçada) ou marcas de ações como as sendas ou trilhas formadas pelo desgaste do solo em função do trânsito das tropas de animais, dos efeitos erosivos do solo e da ação das chuvas.

Dentre os vestígios arqueológicos existentes identificados e as estratégias adotadas no percurso do Caminho das Tropas, serão apresentadas e analisadas as estruturas viárias remanescentes e a sua relação com o ambiente local, construindo dessa forma a noção da paisagem do caminho na atualidade.

Corredores com muro de taipa de pedra

Os corredores são estruturas formadas por dois muros paralelos construídos em taipa de pedra[9] sem qualquer tipo de rejunte, encaixadas à seco. Segundo Silva (2006, p. 131), estas estruturas se caracterizam como "[...] uma rota delimitada por duas linhas paralelas que ainda hoje marcam imponentemente a paisagem dos espaços onde foram estruturadas".

O significado da palavra *corredor* remete a uma passagem interna, como uma galeria, mas em superfície. O corredor tem o papel de permitir a circulação de pessoas e animais num espaço delimitado, funcionando como uma servidão pública, ou seja, uma passagem para o uso público num terreno que poderia ser de propriedade privada. Trata-se de um espaço de transição, de passagem.

Os corredores na região da Coxilha Rica foram registrados entre o rio Pelotas e a malha urbana de Lages, porém ausentes no trecho seguinte do estudo, entre Lages e Correia Pinto. Todavia, os corredores não são observáveis em toda a extensão do planalto meridional sul brasileiro, atravessado pelo Caminho das Tropas. A ocorrência dos corredores tem sido observada somente nas

[9] Taipa é o nome pelo qual é conhecido popularmente o muro feito de pedras, sem uso de qualquer outro material para a sua construção. É muito comum na região sul do Brasil, especialmente nos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

regiões correspondentes aos Campos de Lages e os Campos de Cima da Serra.

A dimensão e a extensão dos corredores nos campos chamam a atenção e a sua instalação na paisagem é adaptada à topografia, numa relação perfeita com o relevo das coxilhas.

Nos 23.557 m de caminho analisado, foram registrados, aproximadamente, 16.431 m de corredores, conforme apresentado no quadro 2. Os trechos B e C são todos compostos por corredores em toda a sua extensão. Por outro lado, o trecho A possui trechos intermitentes com corredor e outros com muro em apenas uma das margens.

No caso do trecho A, dos 13.950 m percorridos, 7.564 m apresentaram corredor, ou seja, quase a metade do segmento não possui o caminho delimitado em ambas as margens com muros de taipa de pedra.

No trecho D, o segmento inicial não é todo formado por corredor, tratando-se de um percurso com muro somente em uma das margens, com extensão de 740 m, apresentando assim 2.960 m de corredor.

Tabela 2 – Relação dos trechos analisados com a respectiva extensão dos trechos e a proporção de corredor

Trecho analisado	Extensão total do trecho	Extensão de corredor
Trecho A	13.950 m	7.564 m
Trecho B	4.089 m	4.089 m
Trecho C	1.818 m	1.818 m
Trecho D	3.700 m	2.960 m
Total	23.557 m	16.431 m

Fonte: HERBERTS, 2009, p. 367.

As variáveis ambientais que influenciaram as escolhas dos locais de instalação dos corredores são de duas ordens principais: o compartimento topográfico com relevo menos inclinado e a disponibilidade de água.

Na maioria das vezes, foi observada a predominância dos corredores em áreas de campo aberto com relevo mais plano ou suavemente ondulado, buscando prioritariamente áreas de maior altitude como o topo das coxilhas ou passando entre elevações do terreno, em meia encosta.

A construção dos corredores acompanha a ondulação do terreno, procurando desviar de aclives/declives muito íngremes, às vezes fazendo curvas bruscas no traçado para vencer encostas abruptas ou evitar locais de difícil trânsito. A escolha de trajeto considerou o cruzamento por áreas de melhor trânsito para os animais, procurando poupá-los do desgaste físico durante a condução pelos corredores.

Figuras 3 e 4 – Vista geral dos corredores em áreas de campo aberto e sobre as coxilhas onduladas





Fonte: fotos de Ricardo Almeida. Data: 21/07/2003. Acervo: 11ªSR/IPHAN/SC.

Muitos corredores seguem por vários quilômetros sem haver uma interrupção e, consequentemente, sem outra opção de rota. Portanto, ao adentrar em um corredor só restavam as alternativas de seguir em frente ou retornar. Sendo assim, esse tipo de caminho precisava necessariamente dispor de locais fundamentais para as jornadas das tropas de muares, cavalares e vacuns: pontos de aguada e pastagem, rotas de melhor trânsito e pontos de parada para descanso ou pouso.

Outro fator determinante na escolha do traçado dos corredores era a disponibilidade de recursos hídricos, tanto para as áreas de pouso, quanto para a aguada dos animais em viagem. Dessa forma, muitos corredores anexaram áreas brejosas ou com acúmulo de água como fonte de abastecimento para os animais em trânsito. Esta era uma das condições fundamentais para a sobrevivência da tropa e o êxito da viagem.

Nesse sentido, em vários locais foram observados pontos em que o corredor passa entre áreas de banhados, não os evitando, o que poderia ser facilmente contornado subindo o traçado mais para a meia encosta ao invés de passar na baixa encosta naquela área. Outra opção observada foi a inserção da extremidade de um banhado no interior do corredor.

A matéria prima empregada na construção das taipas dos corredores é o basalto, rocha de origem vulcânica e bastante abundante no planalto meridional, muito empregada também na construção de outras estruturas na região como mangueiras, currais e edificações.

Quanto aos autores ou responsáveis pela edificação dos corredores, acredita-se que tenham trabalhado em uma empreitada particular, pois não foram encontrados quaisquer documentos oficiais militares ou administra-

tivos que mencionassem a construção dos corredores e nem o envio de recursos financeiros para obras nesse trecho do Caminho.

Outro fator que pode ser acrescentado à ideia de trabalho sem cunho oficial é o fato de a população que habitava as margens do caminho, os proprietários de terra, serem os responsáveis pela conservação e manutenção da estrada sem despesas para os cofres públicos, conforme a documentação manuscrita analisada. Pôde-se verificar na análise dos dados de campo a ausência de um projeto de engenharia que planificasse e uniformizasse a construção dos corredores.

Estas estruturas foram construídas com dimensões variadas, diferenças de acabamento e construção das taipas em diversos fragmentos de corredores, não necessariamente conectados entre si. Alguns trechos apresentam lacunas extensas de corredores num mesmo trecho, ou, então, a presença de muro em somente uma margem.

A diversidade registrada em campo demonstra a inexistência de um planejamento integrado na construção dos corredores. Sugere-se a hipótese de que os mesmos foram construídos pelos proprietários de terras às margens do caminho, cada um a sua maneira, onde e como melhor fosse e de acordo com a habilidade técnica do taipeiro.

As ausências de corredores detectadas na prospecção em campo em determinados locais podem ser explicadas por diferentes motivos, alguns relacionados à existência de sítios arqueológicos e a reutilização dos blocos em edificações; outros relativos às barreiras naturais (banhados, rios, encostas íngremes, etc.), ou seja, locais que não necessitariam de corredores.

Por outro lado, onde realmente não foram encontrados vestígios de sua existência, isso talvez indicasse que não fosse necessária esta estrutura delimitando a passagem dos animais naquele segmento do caminho.

Para os outros pontos de interrupção do corredor, não foi possível propor uma hipótese explicativa. Mas, na maioria dos casos, foram identificados trechos com muro de taipa de pedra em somente uma das margens. Dessa forma, sugerem-se os seguintes argumentos explicativos, baseados nas circunstâncias analisadas:

a) Havia barreiras naturais (rios, brejos, lagos, penhasco) que foram aproveitadas, tornando-se desnecessário construir em ambas as margens do corredor;

b) A necessidade de se ter interrupções dos corredores para dar acesso às áreas de pastagem para os animais;

c) Por se tratar de uma empreitada privada e individual, realizada pelos fazendeiros da região, cada proprietário construiu dentro da sua proprie-

dade ou no limite da mesma, mas nem todos os trechos foram construídos interligados; e

d) Alguns segmentos, dependendo das condições do terreno, poderiam ter somente um muro como baliza, onde os condutores das tropas encurralavam os animais contra esta barreira, formando a retaguarda do outro muro ausente.

Alargamento de corredor

O alargamento de corredor é uma estrutura peculiar e singular, registrada ao longo do Caminho das Tropas ladeado por muro de taipa de pedra. Tratam-se de locais onde os corredores são alargados lateralmente, formando uma espécie de "barriga" no traçado linear do corredor. Em geral, os muros de ambas as margens mudam o sentido do seu traçado, abrindo o ângulo de curvatura em direção externa, formando uma grande "praça".

Não há conhecimento sobre a ocorrência desse tipo de estrutura em outros caminhos, mas acredita-se que devam existir áreas dessa natureza, com sistemas construtivos e formas diferentes, para o descanso dos animais e pousos em casos de caminhos com trilhas estreitas. Contudo, os alargamentos estão relacionados especificamente à existência do corredor.

Na medida em que os corredores disciplinam e obrigam a passagem da tropa de animais num percurso balizado e fechado por muros, sem acessos laterais e em trechos de longa extensão, haveria a necessidade de se ter áreas de descanso suficientemente vastas para, no caso de grandes manadas, estacionar a comitiva, seja para o descanso ou para suprimento das necessidades diárias de alimentação e aguada.

Salienta-se que esses espaços, apesar das suas grandes dimensões, não dariam suporte para a pastagem dos animais, em função da baixa recomposição vegetal da região e área exígua para esta função.

Estas áreas entaipadas dentro dos corredores tinham a facilidade de serem locais propícios e preparados para um pouso, pois, à medida que estavam cercados, não haveria dificuldade de manter os animais reunidos, evitando o extravio dos mesmos. O local funcionava como uma espécie de curral no corredor. Bastava fechar as extremidades que a mangueira estava pronta.

Os alargamentos de corredores foram registrados em alguns segmentos dos trechos percorridos neste estudo, mas sabe-se da ocorrência de outros locais ao longo do Caminho das Tropas. Constataram-se dois tipos de alargamento que podem ser classificados como locais de "praça", em áreas

secas, e em locais de travessias de cursos de água. Na área de pesquisa, referente aos trechos do caminho analisado, foram registrados três locais de alargamento, excluindo modificações mais recentes que alteraram a forma do corredor e acabaram por acrescentar espaços à servidão pública.

Conforme o apresentado no quadro a seguir, pode-se verificar as dimensões e o tamanho dos alargamentos de corredor identificados nesta pesquisa.

Tabela 3 – Alargamentos de corredor: locais de ocorrência e dimensões (largura máxima e área total)[10] [11]

Trecho	Ponto	Largura máxima do corredor	Área total[1]
	Pt-86	43 m	9.876 m²
A	Pt-163	80 m	19.103 m²
B[2]	Pt-10	200 m	16.180 m²

Fonte: HERBERTS, 2009, p. 399.

Figura 5 – Área de alargamento no trecho A, pt-86: desenho do alargamento com a instalação de diferentes estruturas



Fonte: HERBERTS, 2009, p. 400.

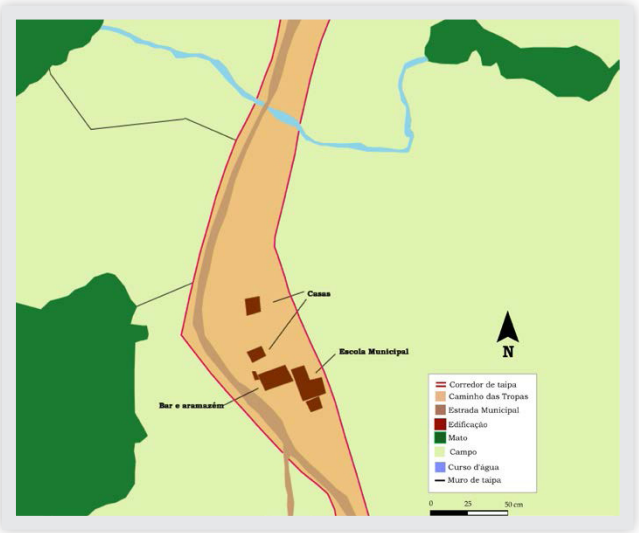
[10] A área total corresponde ao perímetro calculado, a partir da ferramenta métrica do software ArcGis, do espaço interno do alargamento

[11] Os dados deste alargamento em travessia de rio foram inseridos neste quadro a título de comparação, mas as suas características serão analisadas no item "Travessia de cursos de água".

Em ambas as áreas de alargamento, tanto no trecho A, quanto no trecho B, há atualmente edificações de moradores que habitam as servidões públicas, num fenômeno de ocupação das áreas vagas, consequência do fim do Tropeirismo, por habitantes sem acesso à propriedade privada.

Os principais locais de ocorrência desses lugares são os espaços planos com a disponibilidade de recursos hídricos, condição fundamental para um pouso. Outro ponto importante a ser considerado, relativo à instalação dos alargamentos, é a distância entre as estruturas, reforçando a hipótese da função de pouso por uma regularidade de espaçamento entre si.

Figura 6 – Área de alargamento no trecho A, pt-163: desenho do alargamento com a instalação de diferentes estruturas



Fontes: HERBERTS, 2009, p. 403.

Travessias de cursos de água

A travessia de cursos de água, muitas vezes, exigia um grande esforço para os tropeiros manejarem a tropa para cruzar um rio ou um córrego, como em rios caudalosos ou profundos. Eram ocasiões de bastante atenção e apreensão por parte da comitiva. Tratava-se de uma atividade que requeria prática e conhecimento e representava um momento perigoso durante o percurso, no qual animais podiam ser perdidos, o que causaria prejuízos para a empreitada. O tipo de rio, se fundo ou raso, exigia estratégias diferentes e modos distintos de travessia.

Os locais de travessia de cursos de água eram chamados de passos, ou seja, os pontos mais adequados para a passagem. Geralmente, eram procurados os vaus ou espraiados dos rios, por serem os locais mais propícios para serem cruzados.

Conhecer a hidrografia local era fundamental na busca das alternativas mais viáveis, à medida que não havia a possibilidade de escapar da travessia ou contornar os rios, especialmente em uma região como a área de pesquisa, marcada pelos diversos rios, arroios, ribeirões e córregos que atravessam a zona de estudo, bem como pela diversidade hidrográfica, apresentando afluentes pequenos ou grandes, fundos ou rasos.

Portanto, a escolha dos locais ideais para cruzar um rio exigia conhecimento empírico topográfico e hidrográfico na busca das melhores soluções. Duas eram as principais condicionantes a serem consideradas para a escolha: o relevo e as características do curso de água.

Era importante avaliar as condições de acesso ao rio, buscando um compartimento topográfico menos acidentado, uma encosta menos íngreme que facilitasse a descida ou a subida das margens, sem maiores percalços para os animais conduzidos. Contudo, nem sempre tais locais ideais existiam de fato. A realidade do planalto meridional apresenta-se, em alguns casos, com vales de rios bastante encaixados e encostas rochosas abruptas, como o caso do rio Pelotas. Nesse contexto, a opção foi buscar os locais mais favoráveis para cruzar o rio, numa conjuntura desfavorável, buscando a alternativa melhor possível para um passo.

O tipo de condição hidrográfica era outra questão importante que deveria ser avaliada, buscando os locais com aspectos mais favoráveis para uma passagem, como locais abertos (espraiados), pontos de remanso com menos correnteza, lugares com nível de água mais baixo e menos profundo, lugares estes que oferecessem mais segurança na travessia.

Os rios com vau baixo, que correm sobre lajeado de pedra, podem ser considerados numa primeira avaliação como de fácil travessia. Contudo, podem ser traiçoeiros para os desavisados, pois o seu leito de rocha pode ser bastante escorregadio pelo limo sobre as pedras. Assim, estes locais poderiam provocar acidentes e machucar os animais. Mesmo assim, eram os lugares mais favoráveis para se cruzar um rio, observados os cuidados necessários.

Outra situação observada na região e que precisava ser considerada durante a marcha era a ocorrência de fortes chuvas, o que poderia modificar a condição de travessia de um rio pelo aumento drástico do seu volume. Os pequenos arroios e ribeirões, com baixo nível de água, tornavam-se cheios.

Sem canoas, a travessia poderia ser retardada. Os rios maiores poderiam se tornar caudalosos e com forte correnteza, e assim, sem condições de nado.

O efeito destruidor dos grandes volumes de água em rios encaixados ainda pode ser constatado na região em vários locais onde havia pontes que foram arrastadas pelas enxurradas, restando apenas os seus escombros no leito dos rios.

Os locais onde se cruzavam os rios, conforme Filipak (2008, p. 115), eram classificados em dois tipos: o vau de cauda e o vau de orelha, de acordo com o nível do rio atravessado, o que consequentemente caracterizava a dificuldade do passo.

Os "vaus de cauda eram passos, onde os animais cruzavam andando com a água atingindo-lhes a cauda ou a barriga" (*ibid.*), portanto locais cruzados a pé, com ou sem risco de molhar a carga. Enquanto que os "vaus de orelha eram passos em que os muares ou equinos atravessavam o rio nadando, com a água até às orelhas" (*ibid.*). Estes locais requeriam o uso de canoas para a travessia das mercadorias ou apetrechos de viagem.

Na região em que se realizou esta pesquisa se desconhece a construção de pontes ou o uso de balsas relacionados à atividade do tropeirismo. Os rios eram atravessados a pé ou a nado e em canoas ou embarcações similares.

Nos trechos avaliados do caminho, foram identificados cinco pontos de travessia com estratégias materiais para facilitar a passagem dos rios: rio Pelotas, arroio Carazinho, arroio Cará, rio Penteado e rio pelotinhas; sendo apresentados a seguir dois locais de travessia, considerados mais significativos.

Travessia do rio Pelotas: o Passo Santa Vitória

A passagem do rio Pelotas é o ponto de partida do trecho A, localizado no primeiro ponto avaliado. A travessia é realizada no Passo Santa Vitória, situado junto à foz do rio dos Touros com este rio, na divisa entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

As condições de represamento de água formam um local mais propício e calmo para a travessia do rio Pelotas, onde existem diversas corredeiras ao longo de seu curso, como se pode observar na foto aérea (ver Figura 6).

Além disso, as margens caracterizadas por escarpas rochosas abruptas também dificultam o cruzamento desse curso de água, à medida que o acesso ao rio, assim como a saída deste para alcançar a margem, se tornam inviáveis. Dessa forma, o passo reunia condições propicias para a passagem do rio Pelotas: remanso de água e margem em degraus de pedra naturais para a saída do rio.

No passado, o rio Pelotas era conhecido com o designativo de "rio dos Infernos", conforme as representações cartográficas da época, em virtude das dificuldades de transposição enfrentadas pelos viajantes.

Segundo a documentação textual analisada, este rio, pelas suas características de pouca acessibilidade devido às margens em penhascos e um único local estreito de transposição, tinha papel importante na defesa do território português frente às possíveis invasões espanholas pelas Missões.

Portanto, desde os primórdios do caminho, havia planos de instalação de uma guarda para a guarnição do passo e, posteriormente, a fundação de um registro para a cobrança de impostos. Essa passagem era estratégica, tanto para as tropas de animais conduzidas do sul para São Paulo, quanto para o acesso por terras de tropas militares na defesa da fronteira meridional.

Figura 7 – Vista aérea do Passo Santa Vitória: área de travessia do rio Pelotas, em primeiro plano a margem gaúcha e em segundo plano margem catarinense



Fonte: fotos de Ricardo Almeida. Acervo: 11ª SR/ IPHAN/SC. Data: 03/02/2007.

Pelas próprias características ambientais do Passo do rio Pelotas, não foi construída nenhuma estrutura para a travessia do mesmo, até porque talvez não houvesse de fato a necessidade da mesma, ou, talvez, pela grande dificuldade imposta pelo terreno.

Assim, ao analisar a imagem de satélite desse local e as evidências arqueológicas, percebe-se a própria interação entre o homem e o meio ambiente no que se refere à paisagem neste ponto de travessia.

Nas margens do rio Pelotas, observam-se lajes de basalto que formam uma espécie de "degraus" naturais, que, ao mesmo tempo em que facilitavam a saída por ser um terreno firme e não barrento, também impunham dificuldades, pois os animais poderiam machucar-se nas pedras e/ou até mesmo escorregar com as ferraduras sobre as pedras molhadas. Além disso, as margens em forma de escadarias rochosas conservam as margens dos

processos erosivos, como acontece com os barrancos quando o nível de água sobe muito.

Os vestígios das sendas existentes nas margens do rio Pelotas são o resultado natural do próprio ir e vir, subindo ou descendo a encosta, marcando profundamente o relevo e demarcando o caminho a ser seguido.

O percurso da trilha serpenteando a encosta foi a melhor estratégia e a única viável para vencer a encosta abrupta neste local. Neste caso, além de facilitar a subida, reduzindo longos trechos em aclive com forte grau de inclinação e diminuindo o esforço para uma subida forçada, colaborava para reduzir a ação erosiva pluvial sobre a senda. Caso a mesma fosse uma linha reta, acabaria facilitando a formação de uma imensa vala, pela facilidade de escoamento das águas.

Na margem direita desse rio, logo após a primeira etapa da encosta, num primeiro patamar, há um conjunto de áreas entaipadas, o sítio arqueológico SC-PQ-04, com uma grande mangueira com área de 6.930,29 m² e outra menor com 56,66 m².[12] Esse curral poderia funcionar para reter a tropa num espaço fechado após a subida, uma vez que a trilha comporta somente a passagem de animais enfileirados e, assim, descansar a tropa e organizar a continuação da viagem.

No caso de impossibilidade de travessia do rio em função das cheias, a tropa deveria ficar estacionada na margem esquerda, junto de alguma estrutura existente na edificação do registro. Caso a viagem fosse no sentido contrário, de Santa Catarina para o Rio Grande do Sul, a tropa poderia ficar acampada nessas mangueiras, aguardando a baixa das águas e a melhor oportunidade para cruzar o passo.

Esse local poderia funcionar também como ponto de pouso, em caso de uma passagem tardia, ou ocorrência de imprevistos, como a impossibilidade de alcançar outro pouso mais adiante, ou ainda como reduto para a espera de um momento de travessia mais favorável.

Nas mangueiras existentes, poderiam fazer a contagem dos animais e avaliar as perdas, caso houvesse, assim como tratar os eventuais machucados ocorridos. Além disso, poderia ser um local adequado para uma sesteada e reorganização do carregamento, em caso de tropa cargueira.

Portanto, o local situado logo após a travessia do rio Pelotas poderia ser um espaço multifuncional e exercer assim diversas funções pela sua implantação estratégica, servindo de apoio para a passagem deste rio.

[12] Segundo levantamento topográfico executado por Gerônimo Lima e Julio Niero em 20/07/2004.

Travessia do rio Penteado: um passo no alargamento

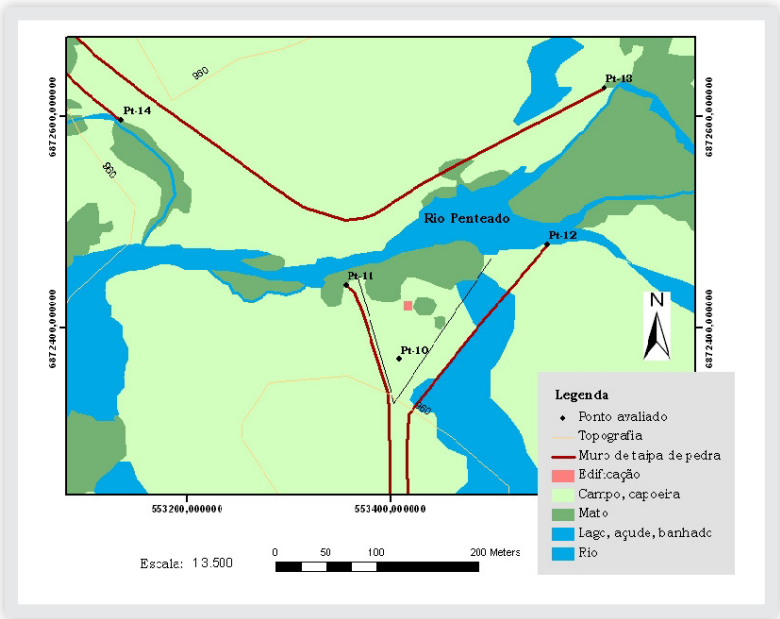
O rio Penteado é afluente do rio Pelotas e um dos seus principais formadores. O ponto de travessia situa-se no trecho B estudado nesta pesquisa, no meio de um corredor que atravessa o vale desse rio. O seu leito também é rochoso, com nível de água geralmente baixo, sendo atravessado a pé em determinado ponto onde o rio forma um espraiado.

Entretanto, nos períodos de chuva seu volume torna-se grande e as águas caudalosas, formando enchentes e correntezas que impossibilitam a sua travessia segura.

O passo desse rio encontra-se em local estratégico, numa área de espraiado onde o rio se abre, com corredeira sobre laje de basalto, e com o nível de água mais baixo, facilitando a sua travessia. Logo abaixo do ponto de passagem, há uma queda de água com forte correnteza, o que não permitiria a passagem. Enquanto, mais acima, antes do passo do rio, a área é bastante brejosa.

Dessa forma, esses dois elementos naturais influenciaram na escolha do passo, delimitando o local da passagem das tropas, associados às áreas entaipadas pelo alargamento do corredor.

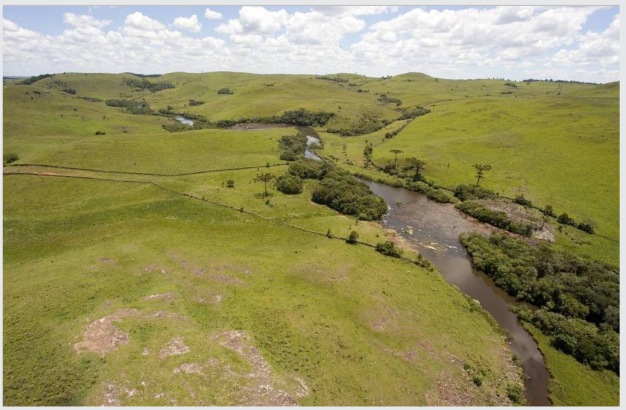
Figura 8 – Mapa da área de travessia do rio Penteado detalhando as estruturas arqueológicas



Fonte: Arte gráfica: HERBERTS, 2009, p. 423.

Observando-se o mapa (ver Figura 7) em detalhe, constata-se que o corredor muda drasticamente o seu traçado, formando um alargamento às margens do rio Penteado. Os dois muros de taipa, ao se aproximarem do rio, mudam o sentido de norte para noroeste na margem esquerda e nordeste na margem direita do corredor. Dessa forma, ambas as taipas fazem um ângulo de abertura de aproximadamente 45° para cada lado, seguindo até a margem do rio. O corredor tem 19 m de largura antes do alargamento e, no seu final, na beira do rio, tem 200 m de largura. O alargamento tem a forma de um triângulo e uma área total de 16.180 m².

Figura 9 – Imagem do sobrevoo aéreo da área de travessia do rio Penteado com o alargamento do corredor



Fonte: foto de Ricardo Almeida. Acervo: 11ª SR/ IPHAN/SC. Data: 03/02/2007.

No interior da servidão desse alargamento, há um habitante com sua moradia construída e uma pequena lavoura, instalado em uma área triangular demarcada com cerca de arame farpado.

Na margem direita do rio, a área mantém-se alargada também, conforme se observa no mapa. Esta porção forma uma grande área alargada às margens do rio, demarcada por um muro lateral de taipa de pedra. A área de alargamento do corredor, na margem direita, perfaz 24.163 m². A área total da travessia do rio totaliza 10.973 m² e, no total, ambos alargamentos acrescidos da travessia somam 51.316 m².

Pelo formato do muro de taipa de pedra do alargamento do corredor, que delimita a área alargada em ambas as margens do rio Penteado, sugere-se que a travessia era feita na diagonal, ou seja, da margem esquerda do rio em sentido de sul a oeste para a margem direita, ou vice e versa, de acordo com o sentido da marcha.

Esta hipótese justifica-se no caso de haver um nível de água mais elevado e, portanto, com muita correnteza para que a passagem do rio fosse feita em linha reta. Assim, os animais cruzariam o rio na diagonal, pois a força da correnteza da água acabaria por carregar o animal no sentido da jusante

do rio a partir de uma das margens, chegando ao outro lado bem abaixo do ponto de partida.

Observando-se a delimitação do alargamento e as condições do rio, pode-se inferir que a passagem poderia ser realizada em dois pontos. Um deles, o mais aberto, e, portanto, mais habitual, sinalizado com o pt-12. Neste ponto, o trecho de travessia do rio seria maior, porém mais rasa. O outro identificado pelo pt-11, onde a passagem seria mais curta, porém mais profunda.

É interessante notar que, na margem direita do rio, o muro de taipa somente foi construído onde não havia uma barreira natural. O córrego, pequeno afluente do Penteado, funciona como limite para o traçado do caminho. O corredor com largura normal somente será formado novamente em torno de 150 m após/antes do rio.

Acredita-se que esse local teve a função de pouso, ou seja, descanso da tropa, pernoite, pastagem e aguada, pois possui uma grande área espaçosa, tanto numa margem quanto na outra, além do rio como fonte de água.

Além disso, outro fator que deve ser considerado é o fato de poder usar esse espaço como ponto de parada em períodos de chuva e, consequentemente, grande volume de água no rio. Portanto, além do pouso corriqueiro, os tropeiros poderiam estacionar a tropa e aguardar as melhores condições para cruzarem o rio.

Conforme o mencionado por Goulart (1961, p. 147), normalmente uma comitiva, ao realizar um pouso às margens de um curso de água, em situações normais, efetuava primeiro a travessia e depois realizava o pouso, de modo que não fossem surpreendidos à noite com chuvas que inviabilizariam a travessia no dia seguinte. Além disso, pelos vestígios do acampamento, sabia-se o rumo que seguia a comitiva, se de um lado ou de outro do rio.

No caso do rio Penteado, o pouso poderia ser realizado tanto numa quanto na outra margem, não havendo a necessidade de fincar estacas para prender os animais. O conjunto do próprio alargamento do corredor, que parece "abraçar" o rio e as barreiras naturais, funcionava como um grande curral, sendo necessário somente fechar as extremidades mais estreitas do corredor. Assim sendo, esse local seria um espaço multifuncional, um alargamento de pouso com estratégia material de travessia.

Finalmente, no que tange à travessia de rios, é importante ressaltar que a maior parte das estruturas nessas áreas são visíveis nas imagens de satélite, desde que estejam sem cobertura vegetal. Os documentos textuais e cartográficos fazem referências aos rios Pelotas e Canoas, os maiores e principais rios da região, em função da importância estratégica e papel

desempenhado ao longo da história do Caminho das Tropas, como limite territorial e defesa do território português. Os demais rios, eventualmente são mencionados em algum roteiro, sem maiores descrições do que a sua simples identificação.

Estruturas de drenagem

Estrutura de drenagem é o dispositivo ou o conjunto de sistemas que realizam o escoamento das águas dos terrenos encharcados, facilitando a saída de água das chuvas e evitando o acúmulo dessas em terrenos propensos a enchentes.

Um sistema de drenagem pode ser natural (rios, córregos) ou artificial (construído pelo homem), sendo composto de canais ou dispositivos que atuam interligados drenando as águas superficiais, geralmente provenientes de chuvas.

Este tipo de estrutura é importante em estradas e rodovias, pois tem a função de eliminar as águas do leito, captando-as e conduzindo-as para locais mais afastados. Para a drenagem de estradas, podem-se usar estruturas superficiais (canais, valetas) ou subterrâneas (bueiros, galerias).

As estruturas de drenagem subterrâneas, como bueiros e galerias, não foram identificadas nos trechos estudados nesta pesquisa. A ausência dos mesmos é justificável, à medida que os drenos ocorrem em áreas onde não há a necessidade e nem a possibilidade de escoar ou lançar as águas a certa distância da parede, pois os dispositivos situavam-se no mesmo nível da superfície do terreno.

Ao longo dos trechos estudados do caminho, foram identificadas estruturas de drenagem que se caracterizam por dispositivos superficiais do tipo drenos e valas. Contudo, também se registrou outra estratégia de deságue adjacente ao caminho: interrupções no muro de taipa para facilitar ou conduzir a travessia de um pequeno curso de água, que pode variar o seu volume conforme o regime de chuvas. Os drenos estão relacionados ao escoamento de águas pluviais e fluviais, enquanto que as interrupções da taipa são para a passagem de água fluvial.

As estruturas de drenagem têm dupla função no caso dos corredores: permitir o escoamento das águas, evitando o acúmulo de água e a formação de lama e, consequentemente, atoleiros no interior do corredor; e auxiliar na conservação da própria taipa, evitando os riscos de comprometimento da sua estrutura, resultando, por exemplo, num desmoronamento.

Dreno e vala

Um dreno é qualquer tipo de estrutura construída ou dispositivo instalado com a função de fazer escoar efluentes ou interceptar e conduzir a água em uma área pavimentada. Geralmente é um tubo enterrado sob o solo.

Todavia, o tipo de estrutura de dreno registrado ao longo dos corredores caracteriza-se por uma abertura construída na base do muro de taipa de pedra, permitindo o escoamento de água de uma margem para a outra do Caminho ou evitando o acúmulo de água no interior do corredor. São orifícios nas taipas de pedra com diversos formatos (retangular, quadrangular, triangular e disforme), deixando um vão livre na taipa de pedra para a passagem de água.

A vala ou valeta de drenagem é uma estrutura usada para conduzir o escoamento de água em área de várzea ou baixadas, recebendo as águas que escorrem do terreno adjacente ou conduzindo-as para um determinado local. Trata-se de uma escavação linear no terreno, apresentando normalmente maior profundidade que largura.

As valas observadas ao longo dos corredores não foram necessariamente cavadas. Algumas possuem aparência natural, formada pelo próprio escoamento de água e desgaste do solo. As valas naturais têm, em geral, forma da seção côncava e revestida de vegetação, tais como as gramíneas.

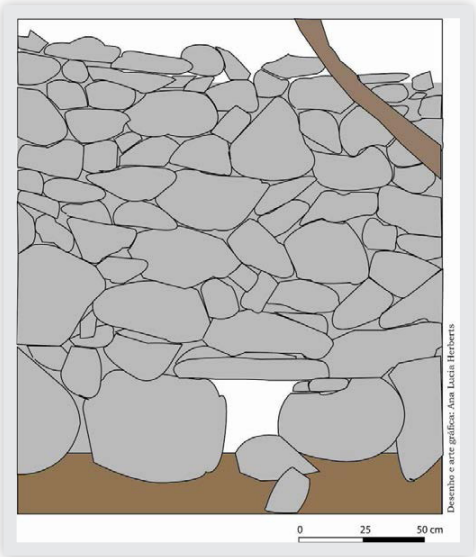
Todavia, em alguns casos, percebe-se que as valas são "limpas", existe a ação de desobstrução do sedimento na vala para melhor escoamento de água, principalmente em locais de menor caimento do terreno. As valas que foram cavadas apresentam, geralmente, uma seção retangular.

Valas e drenos são estruturas diferentes, mas que atuam em conjunto num sistema de drenagem superficial. Os drenos e valas funcionam por gravidade, escoando a água do ponto mais alto para o mais baixo, fazendo a drenagem natural do terreno. Constituem dispositivos importantes no processo de drenagem de uma área.

Os drenos foram construídos com a mesma técnica da taipa de pedra. Uma característica é marcante na maioria dos drenos registrados: a abertura sob o muro foi obtida através da colocação de uma pedra alongada ou uma placa rochosa com formato horizontal, empilhada sobre outras verticais, sustentando as demais pedras que formam o muro, e, assim, formando o vão de passagem livre de água no muro.

A pedra horizontal encontra-se em estado natural, não tendo sido executado nenhum tipo de entalhamento para obter a forma retangular, tratando-se de uma pedra selecionada pelo seu formato.

Figura 10 – Desenho de um dreno situado no trecho A (pt-136), detalhando a sua construção na taipa



Fonte: HERBERTS, 2009, p. 430.

Figura 11 – Dreno quadrangular com vala com seção retangular (pt-136), escala de 50 cm



Fonte: HERBERTS, 2009, p. 431.
Data: 05/02/2008.

O uso dessa pedra horizontal resulta, normalmente, num dreno com formato mais ou menos geométrico, retangular ou quadrangular, variando a altura e a largura em função dos blocos rochosos usados.

Entretanto, outros formatos também foram observados, como drenos triangulares, tendo maior largura superior que inferior, como um triângulo com a base invertida. Outros drenos têm forma irregular, ou seja, disforme, construídos da maneira não geométrica, usando os blocos rochosos disponíveis. Nestes casos, têm-se a impressão de que alguns blocos foram "tirados" da taipa.

Entre as principais características de instalação dos drenos e valas na paisagem, estão os locais próximos das áreas úmidas como brejos, banhados, afloramentos de água e compartimento topográfico em encosta (baixa encosta ou meia encosta), preferencialmente em relevo com inclinação lateral ao corredor, ou seja, não em aclive ou declive, mas o corredor cortando uma encosta transversalmente. Somente em três casos os drenos situavam-se em superfície aplainada.

Outra característica marcante relacionada aos drenos é o desnível observado entre as margens dos muros do corredor, ou seja, um dos lados está situado mais acima no terreno que o outro, propiciando um caimento que naturalmen-

te conduz a água de uma margem à outra. Esse desnível poderia ocasionar o acúmulo de água no interior do corredor, formando, consequentemente, áreas lodosas e até mesmo colocar em risco a conservação da taipa, caso não houvesse um dispositivo de escoamento. Observou-se também a ocorrência de conjuntos de mais de um dreno juntos, em dois casos, funcionando com uma rede de drenagem. No caso do pt-05 do trecho B, tratam-se de três drenos de passagem de água proveniente de uma nascente existente na margem direita do corredor. O interessante é que cada dreno possui um formato distinto.

Em todos os segmentos avaliados do Caminho das Tropas, constatou-se a existência de estruturas de drenagem para escoar águas pluviais acumuladas ou que vertem de uma margem mais alta sobre o leito do caminho, ou ainda, fluviais que atravessam os corredores.

Dentre as estruturas de drenagem, foi identificada somente a tipologia de estruturas sobre a superfície, os drenos e as valas. Os drenos se caracterizam como uma abertura com aparência, em geral, retangular ou quadrangular na base do muro de taipa de pedra e construídos com blocos rochosos basálticos, segundo a mesma técnica que o restante da taipa.

Nas imagens de satélite, não é possível visualizar esse tipo de estrutura, pois as mesmas encontram-se embutidas na taipa de pedra do corredor. Contudo, as características ambientais do levantamento planialtimétrico, em conjunto com fotointerpretação de áreas úmidas, podem indicar os possíveis locais de ocorrência de estruturas de drenagem.

Os principais indícios para a existência dessas estruturas são: desnível entre as margens do corredor, preferencialmente em meia encosta, e a existência de locais com acúmulo de água. Estes aspectos ambientais são fortes indicativos da existência de sistemas de drenagem do tipo valas e drenos.

A documentação textual manuscrita e iconográfica não forneceu qualquer tipo de informação para análise desse tipo de estrutura de drenagem.

Interrupção no corredor para drenagem

As interrupções nos muros de taipa do corredor para a travessia de córregos apresentam-se de forma bastante diferenciada, usando a estratégia de desencontrar a sequência do muro. Esse tipo de abertura no corredor tem a função de permitir uma maior vazão do volume de água que cruza o caminho.

Quando o corredor foi construído, provavelmente tinham o conhecimento de que o volume de água seria maior do que um muro de taipa poderia suportar e que drenos instalados no local não teriam capacidade suficiente para escoar e permitir que o curso de água cruzasse o caminho.

A partir das análises *in loco,* constatou-se que não houve nenhum tipo de processo de desmoronamento da taipa ou reconstrução nos locais onde estão situadas. Confirmou-se, no entanto, que a taipa foi construída propositalmente com muros desencontrados, formando um vão livre, geralmente oblíquos ao corredor.

Além disso, analisando os mapas apresentados, observa-se a intencionalidade do caminho em atravessar cursos de água pela necessidade de trazer áreas de aguada para o seu leito, uma vez que o corredor fecha completamente o acesso da tropa de animais para o que está às margens, por vários quilômetros.

Em outras situações, não havendo como construir o corredor numa encosta sem cruzar por nenhum córrego, a solução encontrada foi adaptar a construção do muro de taipa, ultrapassando o ponto úmido sem maiores prejuízos para o caminho.

Este tipo de abertura oblíqua ao eixo do muro do corredor foi registrado em dois locais: a) pt-19 do trecho B: a continuação da taipa está deslocada em torno de 5 m para a direita em relação ao eixo. A passagem da água ocorre em vala perpendicular ao corredor e no interior deste na diagonal e b) pt-23 do trecho C: abertura de 12 m de extensão, estando o corredor da margem esquerda com o eixo do muro deslocado em torno de 8 m do eixo normal.

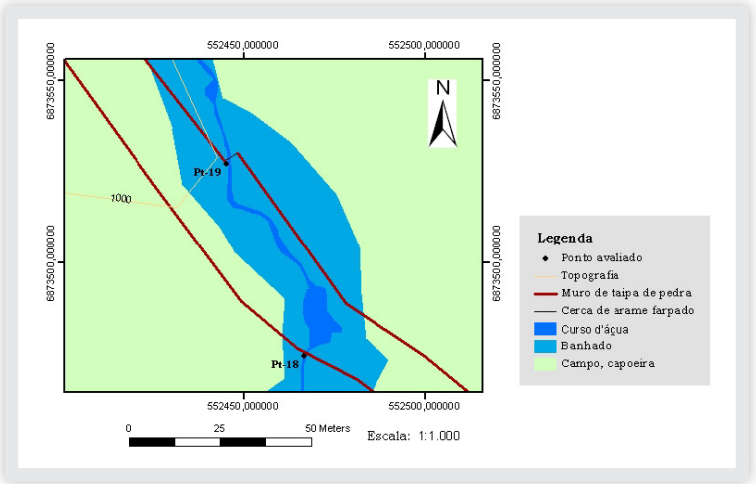
No entanto, outros pontos de abertura no corredor para a travessia de córregos foram observados nos trechos analisados. Mas trata-se, nesses casos, de pequenas interrupções na taipa de pedra, sem qualquer tipo de modificação no eixo do traçado do corredor. Este é o caso de vários pontos, nos quais há a travessia de um pequeno córrego.

Como em alguns casos, torna-se difícil avaliar se realmente o corredor foi construído originalmente com essa interrupção simples na taipa. Em função das bordas da taipa estarem desmoronadas, não se analisará esse tipo de ocorrência. Em algumas situações, poderiam ser taipas com drenos que ruíram e tombaram; em outras, a abertura foi aumentada pelo efeito destrutivo dos grandes volumes de água. Assim, torna-se difícil deduzir qual era a morfologia original.

Em geral, os locais de abertura no corredor encontram-se, atualmente, fechados com o auxilio de cerca de arame farpado, mantendo assim o cercado para entrada dos animais que pastam nos campos das imediações do corredor.

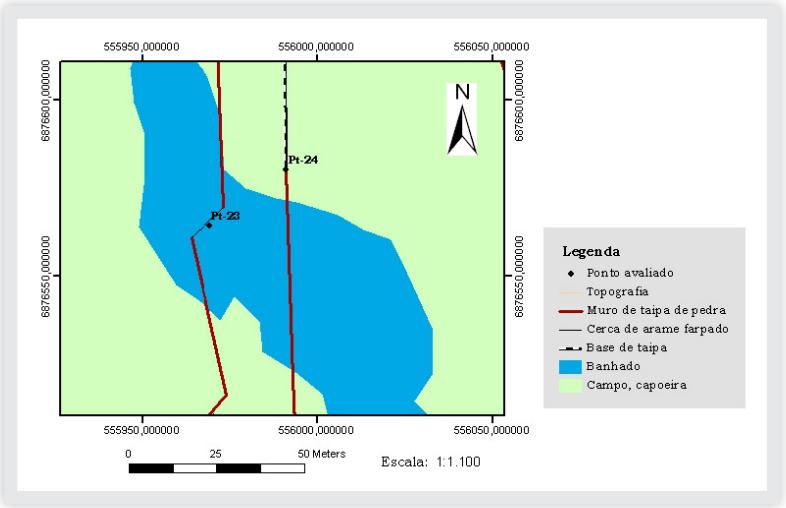
As aberturas oblíquas no muro de taipa de pedra do corredor são visíveis em imagens de satélite de alta resolução e de grande escala, auxiliando muito na sua localização e interpretação das características ambientais, tais como hidrografia e topografia.

Figura 12– Detalhe de interrupção no corredor com muros de taipa de pedra desencontrados para a travessia de curso de água no pt-19 do trecho B



Fonte: HERBERTS, 2009, p. 439.

Figura 13 – Detalhe de interrupção no corredor com muros de taipa de pedra desencontrados para a travessia de curso de água no pt-19 do trecho B



Fonte: HERBERTS, 2009, p. 440.

Na documentação iconográfica e textual analisada não há qualquer tipo de menção à ocorrência desse tipo de estrutura, assim como também não foi encontrado registro em outras pesquisas arqueológicas realizadas sobre caminhos.

Área calçada

Uma área calçada se caracteriza por ser lajeada ou empedrada por rochas selecionadas e ajustadas umas às outras por um calceteiro, a fim de melhorar o trânsito, geralmente, em áreas úmidas, nas subidas e descidas. É um tipo de pavimentação usada no passado para revestir ruas e estradas, pela justaposição de pedras. Atualmente, a técnica ainda é utilizada para pavimentar ruas com blocos rochosos talhados, como, por exemplo, os paralelepípedos.

De todos os segmentos do caminho percorridos, somente no trecho A encontrou-se um ponto de calçamento, cuja superfície foi construída usando a técnica do calcetamento, sendo lajeada com pedras irregulares. As pedras empregadas foram selecionadas, com uma das faces planas ou aplainadas, formando a superfície calçada. A matéria prima utilizada foi a rocha basáltica, bastante comum e abundante na região.

A área se caracteriza por ser uma curva em encosta com extensão de aproximadamente 8 m por 1,80 m de largura e inclinação de 25º graus. O local é adjacente a grandes blocos rochosos e a uma laje de pedra no piso, sendo delimitado por outras rochas menores, pelo corte do barranco e pela margem escarpada, o que impossibilitava a busca por outra alternativa de percurso na encosta.

A área calçada foi uma solução adotada para impedir o fechamento total da senda estreita formada pelo aprofundamento da vala e o soterramento por grandes blocos rochosos, somando-se a isso o fato de não haver outra alternativa de percurso naquele trecho de escarpa.

Figura 14 - Vista ampla da curva calçada no acesso entre o rio Pelotas e o Complexo do Registro Santa Vitória, margem catarinense, no subtrecho A1 (pt-03)



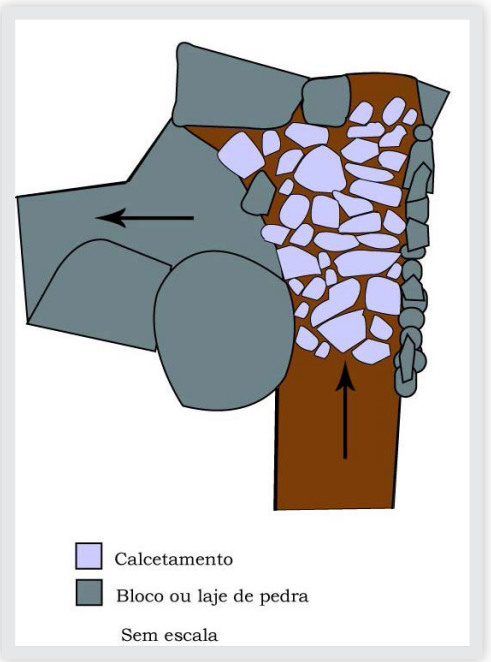
Fonte: foto de Ricardo Almeida. In: LÖCKS *et al.*, 2006, p. 21. Data: 07/05/2006.

A hipótese inicial é de que se tratava de um ponto íngreme em encosta úmida que necessitava, portanto, ser calçado para que os animais não resvalassem na subida. No entanto, o fato de ser o único ponto calçado num trecho com uma extensão de 13.950 m percorridos e haver outros pontos de encosta úmida encoberta pela vegetação com características semelhantes, tornou necessário analisar outras variáveis ambientais para tentar compreender a estratégia adotada.

De fato, somente com a avaliação em campo foi possível constatar a real situação da área calçada e propor uma hipótese mais adequada ao uso do caminho: a área calçada foi construída para que o pisoteamento dos animais não afundasse mais o leito do caminho, pois devido à proximidade de um bloco rochoso em forma de laje no piso, isso produziria um grande degrau com o tempo, dificultando a passagem dos animais, o que poderia impossibilitar a subida das tropas.

O calcetamento de superfície com pedra foi uma técnica não utilizada nos segmentos amostrais estudados no Caminho das Tropas, salvo a única exceção apresentada anteriormente. Isso se deve a outras soluções naturais do terreno, não construtivas, que não necessitavam de maiores investimentos, alterando-se um trecho do trajeto apenas quando o comumente utilizado tornava-se inviável para o trânsito. Além disso, calcetar uma superfície requeria disponibilidade de tempo, recursos financeiros e humanos para a obra, empregando muita energia para a sua execução.

Figura 15 – Planta baixa da área calçada no subtrecho A1, pt-03



Fonte: Desenho: Adelson André Brüggemann. Arte gráfica: HERBERTS, 2009, p. 447.

A calçada não possui sistema de drenagem como, por exemplo, um sulco ou rebaixamento no centro da via que serviria como calha para o escoamento das águas pluviais, pois não havia a necessidade desse tipo de dispositivo em função da declividade do local, não permitindo o acúmulo de água e garantindo o seu escoamento natural.

Entretanto, o local é arborizado com mata fechada, não permitindo a incidência solar e, portanto, favorecendo a presença de musgos.

Esta área não é visível em imagens de satélite, pois se encontra encoberta pela vegetação de mata ombrófila. Como não se localizou esse tipo de vestígio em outras áreas, não foi possível inferir a visibilidade desse tipo de estrutura em imagens aéreas.

Da mesma forma, não há referências na documentação escrita relativa ao Caminho das Tropas que tratem da construção de calçadas. Ao que tudo indica, foi uma ação isolada no contexto regional.

Senda

Senda é uma trilha, uma depressão marcada no solo pela passagem de pessoas, animais e veículos. É a evidencia material primeira de um caminho, formando sulcos na paisagem pela corrosão do terreno.

Tecnicamente, trata-se de estruturas não construídas, formadas naturalmente pelo desgaste do solo e materializadas pela passagem repetida de viajantes num mesmo traçado, testemunhando a utilização frequente de um mesmo itinerário durante um período cronológico amplo (JUILLARD, 2007). As sendas estão mais adaptadas ao relevo e por isso sofrem constantemente modificações em seu traçado

Na maior parte dos caminhos antigos, observa-se esse tipo de fenômeno. É o primeiro vestígio que marca o espaço pela passagem constante de pessoas ou animais, desde que o terreno seja formado por solo e não um caminho talhado em rocha. A senda resiste à ação do tempo, como vestígio físico do passado, em segmentos abandonados onde as estradas atuais não foram assentadas sobre o traçado de rotas antigas.

Esse tipo de evidência foi identificada em diversos trechos do Caminho analisado, excetuando-se os segmentos nos quais há a estrada municipal, que foi responsável pelo apagamento das sendas, em decorrência do processo de terraplanagem e nivelamento do leito para o tráfego de veículos automotores.

Figuras 16, 17, 18 e 19 – Sendas registradas nos trechos do caminho analisados: a) subtrecho A1, pt-03; b) subtrecho A1, pt-05; c) senda com amontoado de pedras, trecho C, pt-17; d) trecho B, pt-06.



Fotos: a autora. Data: a-b) 23/08/2008; d-e) 01/05/2008.

Nos trechos A, B e C, nota-se a relação entre as áreas de ocorrência das sendas e o solo predominantemente do tipo cambissolo, suscetível à erosão, com ph de acidez elevada, sem cobertura vegetal, e que, quando exposto, pode agravar o seu grau de erosão.

Esse tipo de ocorrência pode ser facilmente identificado nas imagens de satélite, em locais de exposição, sem cobertura vegetal encobrindo a senda. Como geralmente se trata de solos expostos, muitas vezes ainda em processo erosivo, essas áreas apresentam grandes chances de apresentarem sendas.

Todavia, não se pode afirmar que todas as áreas de solos expostos apresentem sendas, mas este é um indicativo nas imagens de satélite que contemplam caminhos antigos.

Em alguns casos, nos quais as sendas estão encobertas por vegetação e esta apresenta diferença de coloração ou textura, principalmente formando feições lineares e não em forma de manchas, também se pode ter indicativo da ocorrência de sulcos profundos em trilhas.

Por se tratar de estrutura não construída ocasionada por processos erosivos, não foi encontrada qualquer menção a esse tipo de ocorrência, ou a problemas causados aos usuários do caminho, na documentação avaliada.

Amontoamento de pedras

O amontoamento de pedra constitui-se em uma ou várias aglomerações de rochas intencionais existentes no leito do caminho ou às margens do mesmo. Esse tipo de ocorrência é comum na região, sendo usado para "limpar" os campos extremamente pedregosos como, por exemplo, em áreas destinadas ao plantio.

No caso dos remanescentes do Caminho das Tropas, estudados nesta pesquisa, os amontoamentos de pedra situam-se sobre o leito do caminho ou nas margens deste, tendo a função de remanejar as pedras soltas no leito e, consequentemente, facilitar o trânsito pela via.

Esse dado pode ser atualmente constatado em locais com grande trânsito de animais, como, por exemplo, os saleiros, cochos cobertos ou a céu aberto distribuídos nos campos e utilizados para tratar o gado com sal mineral.

Os amontoamentos de pedras ao longo dos segmentos do caminho foram registrados no trecho A e, especificamente, na encosta entre o rio Pelotas e o platô. Trata-se, na verdade, de vários pontos com estas características.

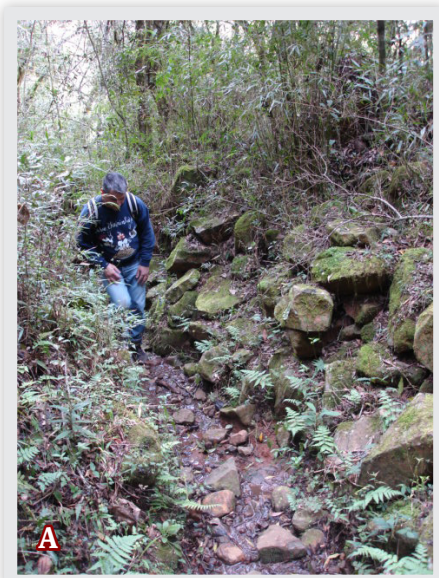
O empilhamento de pedras, que formam montes ou "muros" improvisados e, em certos casos, alinhamentos de pedras, resultou das atividades constantes sobre o leito do caminho, principalmente nos primeiros trechos de subida da encosta. Tais ações faziam parte da estratégia utilizada para "limpar" o traçado do Caminho e permitir melhores condições de trafegabilidade para as tropas, assim como menores riscos de acidentes para os animais.

No restante do trecho A, referente ao segmento composto por corredor e estrada municipal no seu interior, esse tipo de estrutura não foi observada, uma vez que, caso a mesma tivesse existido, o atual leito da estrada de rodagem apagou qualquer vestígio, pela ação de terraplanagem do leito.

As encostas, onde os amontoamentos foram observados, se caracterizam por áreas íngremes e úmidas, propícias ao desgaste do solo provocado pelo pisoteamento e pelo efeito da erosão pluvial, resultando no carreamento do solo afrouxado e o evidenciamento de blocos de rochas.

Portanto, os amontoamentos de pedras sempre estão situados em áreas de encostas, em sendas mais profundas, com afloramento de blocos rochosos. A relação entre o relevo íngreme e a existência desse tipo de vestígio é clara: onde as sendas são mais profundas há o amontoamento de blocos de pedra.

Figuras 20 e 21 – Formas de amontoamento de pedras no leito do caminho: a) pedras empilhadas na lateral da senda; b) alinhamento de blocos de pedra no leito do caminho





Fotos: a autora. Data: a) 23/08/2008; b) Data: 02/02/2008.

Esse tipo de estrutura pode ser reconhecida nas imagens de satélite como manchas escuras, no caso de montes, ou linhas, no caso de alinhamentos de pedra. Mas a visibilidade dessas ocorrências é limitada pelas áreas de vegetação mais baixa, como campo limpo ou campo sujo com capoeira. Em áreas florestadas, a visibilidade é nula para qualquer tipo de estrutura do caminho.

Como se trata de uma atividade ordinária, executada esporadicamente em áreas de encosta, sem maior planejamento por aqueles que amontoam as pedras em determinado local, não há nenhum registro escrito entre a documentação textual pesquisada.

Corte de barranco e arrimo

Corte de barranco é a ação de cortar uma encosta, retirar o solo, resultando num perfil vertical plano ou inclinado, sem o talude natural. Os cortes, na terra ou na rocha, são recursos usados para obter uma área nivelada em locais de terrenos inclinados. Trata-se, por exemplo, da marca do negativo de onde o solo foi retirado na encosta superior para ser aterrado na encosta inversa, na porção mais baixa.

Arrimo é um tipo de muro, também conhecido por muro de contenção, construído geralmente em alvenaria, para segurar um barranco. A função do muro de arrimo é substituir a terra que foi removida ou colocada para a realização de um platô, que consiste numa área plana. Os muros de arrimo previnem o deslizamento do solo em locais de corte de barranco (desaterro) ou em locais de deposição do solo (aterro).

No caso dos caminhos antigos, usava-se como arrimo o tipo mais simples: o muro de alvenaria de pedra seca. Este tipo de muro de pedras é formado pelo encaixe manual dos blocos rochosos sem rejunte, as taipas de pedra, cuja resistência encontra-se somente no imbricamento dos blocos de pedras.

A grande vantagem desse tipo de estrutura é a facilidade na construção e a dispensa do uso de estruturas de drenagem internas, pois o muro é autodrenante, ou seja, drena naturalmente entre os blocos. Além disso, pode-se utilizar como matéria prima os próprios blocos rochosos existentes na região.

Geralmente, os cortes de barranco ocorrem associados com os muros de arrimo, pois nos locais onde foram realizados cortes e desaterros, há, em contraposição, a necessidade de áreas aterradas para nivelar o solo e o muro de contenção para sustentar o aterro (ASSIS *et al*., 2007, p. 9).

Esse tipo de evidência arqueológica foi uma estratégia muito utilizada em caminhos que atravessavam encostas ou áreas de transposição de vales e drenagens, nos locais onde foi necessário elevar o leito da estrada através da execução de aterros.

Na área objeto desta pesquisa, a construção de corte de barranco e de arrimo foi empregada em trechos de estrada situados em encostas da seguinte forma: numa margem da estrada, a encosta superior e, na outra, a encosta inferior. Assim, a margem em que a encosta foi cortada, a estrada foi aterrada no sentido contrário, formando assim um leito com superfície maior e nivelada.

Os cortes de barranco servem para planificar e aumentar o leito de uma estrada instalada em terrenos íngremes. Por outro lado, os muros de arrimo construídos com a técnica da taipa, com rochas empilhadas à seco, servem para conter o volume de terra no aterro, proveniente do corte de barran-

co, geralmente situada na margem contrária ao corte. Estão relacionados à ação de nivelamento do solo, formando um leito de estrada aplainado e aumentando a sua largura. Trata-se de uma função que se refere ao uso de segmentos do caminho como estrada de rodagem para veículos com rodas (carroças, carro de boi, charrete, etc.) ou motorizados.

Todavia, no Caminho das Tropas, esse tipo de dispositivo de engenharia, com piso nivelado, não era necessário para a circulação das tropas de animais, pois poderiam marchar em meia encosta. Com o passar do tempo e em função do seu uso constante, o resultado da passagem dos animais na encosta seriam as sendas rasas ou profundas, com leito desgastado e em forma abaulada.

Acredita-se que o uso de cortes de barranco e arrimo esteja relacionado com o período em que determinados trechos do Caminho das Tropas passaram a ser trafegados por veículos automotores. Na verdade, para esse tipo de transporte, havia a necessidade de superfícies aplainadas. Convém salientar que se desconhece sobre o uso de meio de transporte com tração animal no caminho, tais como carroças, carros de boi e similares em períodos anteriores a abertura de estradas de rodagem.

Corte de barranco e arrimo, associados ou não, foram observados no trecho A e C relacionados ao nivelamento do leito ou a infraestruturas (muros de contenção, pontes) para a rodagem de veículos. Porém, este tipo de estrutura não foi identificado nos trechos B e D, pois ambos não deveriam ter funcionado com estradas no interior dos corredores.

Figuras 22 – Muros de arrimo e corte de barranco nos trechos de caminho analisados: a-b) muro de arrimo no leito do caminho no trecho A, subtrecho A4 (pt-30), escala de 50 cm



Fonte: fotos da autora. Data: a) 03/02/2008; b) 02/02/2008.

No trecho A, subtrecho A4, que apresenta leito de estrada, corte de barranco e arrimo (pt-30), o muro de arrimo observado tem a função de conter e nivelar o leito da estrada em relação à margem íngreme, situada à direita. A estrutura foi construída com o empilhamento de rochas enfileiradas na lateral do caminho. Possui aproximadamente 40 cm de altura e compõem-se, em geral, de duas camadas de rochas posicionadas de forma inclinada para dentro da estrada, de modo que não tombem no sentido do declive.

Junto de uma área de drenagem (pt-136), há um patamar construído com um muro de arrimo para a contenção, com aproximadamente 20 m de extensão. A estrutura encontra-se afastada do muro de taipa e sua função está relacionada à sustentação da estrada na encosta.

No trecho C, identificou-se um muro de arrimo instalado para a travessia de um córrego (pt-05), funcionando como base de sustentação para uma ponte. Este vestígio arqueológico comprovaria a existência de um pontilhão, segundo informação oral. Ao lado, ainda, há uma senda por onde os animais cruzavam o córrego. A ponte era usada para a travessia somente por veículos.

Saliente-se que, em vários pontos do trecho A5, registraram-se locais nos quais a taipa do muro de pedra encontra-se aterrada pela manutenção da estrada municipal, muitas vezes abaixo do nível da atual estrada na margem externa do corredor. Contudo, esses locais não devem ser confundidos com muros de arrimo, pois originalmente estavam em elevação.

Não se acredita que no início esses muros tenham sido construídos para cumprir a função de contenção, mas que sejam resultados do processo pós-deposicional acarretado pelo uso da estrada municipal e pelas atividades de manutenção, como por exemplo, o acúmulo de terra nas margens da estrada por motoniveladora (patrola).

Outra questão a ser considerada, é o fato de se tratar de uma zona de aclive, numa encosta, onde uma das margens está altimetricamente mais baixa do que a outra margem do corredor. A diferença topográfica explicaria o fato de a terra se acumular somente numa das margens da estrada. Por estar soterrado, foi necessário instalar moirões e cercas de arame para separar a propriedade da faixa da estrada.

Os cortes de barranco e muros de arrimo podem ser observados em imagens de satélite das áreas não arborizadas, com boa visibilidade do terreno. Geralmente, apresentam-se como uma linha (uma margem) ou linhas paralelas (ambas as margens), cortando a imagem, ou como uma depressão do leito, em virtude da diferença de textura ou de tonalidade.

Apesar da clareza nas imagens, as feições identificadas devem ser verificadas em campo, pois podem representar outras estruturas ou somente se

configurar em leito de estrada. Neste estudo, houve esta preocupação e as evidências apontadas nos mapas foram confirmadas através da verificação *in loco*.

Finalmente, uma observação que deve ser feita refere-se aos documentos manuscritos analisados relativos ao Caminho das Tropas, pois estes não mencionam o tipo de estrutura analisada.

Conclusões

A instalação do Caminho das Tropas demonstrou um conhecimento profundo do espaço geográfico e o uso de soluções construtivas, por vezes simples, com materiais disponíveis, como o basalto, muitas vezes ao alcance das mãos, evidenciando uma harmonia da sua instalação com o terreno.

A prospecção arqueológica realizada nos trechos amostrais do Caminho revelou uma série de estruturas viárias, construídas e não construídas, além dos corredores de pedra até então reconhecidos, mas que desempenharam uma importância fundamental na formação da paisagem do Caminho das Tropas, bem como para a funcionalidade da via de trânsito: as travessias de rios, os sistemas de drenagem, os alargamentos, o calçamento, as sendas, os amontoamentos de pedras, os corte de barranco e os muros de arrimo.

As estruturas como sendas e amontoamentos de rochas não são estruturas construídas com a finalidade de servirem ao Caminho, mas são fruto do seu contínuo e frequente uso como via de trânsito, marcando o relevo.

Os alargamentos de corredor formam "praças fechadas", com a função de oferecer um local de descanso, de água e de pouso para as tropas. Os pousos nestes locais podiam ser ao relento, com abrigos improvisados com os arreames e as cargas, ou em barracas ou em ranchos, caso existissem.

As travessias de rios ocorriam em locais estratégicos para a passagem do curso de água, como espraiados, locais de nível de água baixo ou áreas de remanso. As estruturas arqueológicas associadas indicaram a presença de muros de taipa de pedra restringindo a passagem ou demarcando o local para a travessia. Assim como locais para acampamento, caso o rio não estivesse em condições de ser cruzado.

As estruturas de drenagem, formadas por drenos e interrupções no muro, eram construídas juntamente com o corredor e tinham a função de melhorar as condições de trânsito no interior dos corredores

Observou-se uma similaridade na maneira de construir os corredores de pedra, os drenos e outras estruturas, em alvenaria de pedra a seco. Por outro lado, constatou-se também a grande variação morfológica, mostrando

não haver um rigor de projeto ou planejamento, adaptando o Caminho às formas do terreno. Na realidade, o Caminho buscava o melhor trajeto possível para o deslocamento de animais, não considerando, essencialmente, a menor distância, mas o melhor percurso baseado na redução do esforço e desgaste físico.

Há, em alguns trechos, a primazia por traçados sinuosos, com curvas fechadas e mudança de sentido brusco. Isso demonstra o quanto o percurso a ser vencido era mais importante que um projeto linear, sem esquecer-se da inclusão de locais de extrema importância, tais como pontos de água e descanso, além da busca por menores inclinações do terreno e locais favoráveis à travessia dos rios.

A análise dos remanescentes arqueológicos da amostragem de 23,5 km do Caminho das Tropas evidenciou que não havia um projeto de engenharia que tenha planificado e uniformizado a edificação das estruturas. Ao contrário, a análise da construção das taipas dos corredores, da morfologia e do traçado, indicou variações e diferenças. O muro de taipa de pedra não se apresenta construído de forma homogênea, apesar de usar a mesma técnica construtiva, apresentando pequenas diferenças, seja no acabamento, seja nas dimensões.

Percebeu-se também a variação na largura dos corredores, constantemente entre 15 m e 30 m, exceto nas áreas de alargamento. Há trechos em que o caminho é composto por um corredor formado por dois muros paralelos, enquanto que em outros segmentos há somente um muro em uma das margens e nenhum vestígio de que houvesse construção na outra margem.

A instalação do caminho mostra que, além de se ter um conhecimento sobre as condições ambientais dos locais, foi um espaço pensado também no sentido das escolhas realizadas de traçado e a necessidade ou não de construir corredores ou outras estruturas. Houve uma reflexão sobre onde instalar, como e por que construir. Havia muitas circunstâncias a serem observadas: inclinação do terreno, existência de hidrografias, tipo de solo, grau de erosão e a proximidade de recursos como água e pastagem, ou pontos de pouso.

Pensando na ocupação cronológica do caminho, têm-se duas fases distintas: a primeira para tráfego de animais e pessoas a pé ou montadas; a segunda para uso como estrada de rodagem pelos meios de transporte com roda e/ou motorizados. Poder-se-ia ainda mencionar um uso anterior a estes dois períodos, como trilhas utilizadas pelas populações indígenas. Contudo, para esta hipótese, não há dados e argumentos seguros para a sua explanação.

As transformações ocorridas no caminho ao longo dos séculos, seja na reutilização da via como estrada de rodagem, seja nas modificações de suas estruturas, assim como no abandono e consequente processo de degradação dos vestígios arqueológicos, acabaram influenciando a identificação, a leitura e a interpretação do registro arqueológico.

A reutilização de alguns trechos do Caminho das Tropas como estradas de trânsito atuais impactou, em alguns casos, a conservação do caminho antigo, bem como alterou o registro arqueológico, podendo comprometer a interpretação dos dados. Este aspecto precisou ser observado durante a coleta em campo. Um exemplo claro disso foi o caso dos muros de corredores que, em alguns pontos, se tornaram muros de arrimo, pelo efeito de deposição do solo do leito da estrada municipal. Neste caso, a estrutura não alterou a sua forma, mas sim a função para a qual tinha sido construído originalmente.

Na tentativa de compreender como os corredores de pedra foram construídos ao longo do caminho, os resultados apontaram para as seguintes explicações:

a) As variáveis ambientais: as escolhas dos locais de instalação dos corredores observaram o compartimento topográfico, com relevo menos inclinado e a disponibilidade de água;

b) A disponibilidade de matéria prima: os blocos de basalto de afloramentos rochosos empregados na confecção das grandes extensões dos muros de taipas de pedra são bastante abundantes na região;

c) A função e uso dos corredores: delimitação do local de passagem dos animais, buscando separar o espaço público do privado, evitando a condução ilegal de animais das fazendas e facilitando a passagem pela região sem extravios na imensidão dos campos;

d) A manutenção dos campos: sugere-se que os corredores demarcavam o trajeto no espaço, evitando que outras áreas fossem degradadas pela passagem constante de tropas de animais, em virtude do tipo de solo espesso, da fragilidade de recomposição vegetal e do potencial de erosão, mantendo e conservando as áreas de pastagens nativas para a pecuária local;

e) A origem da técnica: a técnica de construção da taipa em alvenaria de pedra a seco é proveniente da Europa, sendo bastante utilizada em Portugal e no arquipélago dos Açores;

f) A mão-de-obra empregada: o ofício de taipeiros, pelas pesquisas mais recentes, tem apontado que a profissão é passada de geração para geração, apresentando a predominância de negros na atividade. Por isso, acredita-se que a construção das taipas tenha sido executada por escravos e ex-escravos na região;

g) A cronologia: devido aos poucos dados disponíveis, sugere-se como provável a primeira metade do século XIX para o aparecimento dos corredores;

h) A iniciativa particular: acredita-se que a edificação dos corredores tenha sido uma empreitada particular, pois não foram encontrados quaisquer documentos oficiais, militares ou administrativos, que mencionassem a construção dos corredores e nem o envio de recursos financeiros para obras nesse trecho do caminho.

Com relação à datação dos corredores, os documentos manuscritos analisados sugerem um marcador cronológico que indica a não existência das estruturas de corredores de muros de taipa até, pelo menos, o início do século XIX. Este fato aponta que, possivelmente, no primeiro século de existência do Caminho das Tropas não havia as estruturas de muros de pedra como delimitadores do espaço de trânsito.

Todavia, esta é uma questão que precisa ser melhor investigada à luz de novos dados, pois os documentos consultados não mencionaram a existência dos corredores. Estas informações precisam ser relativizadas, na medida em que os dados são parciais. O fato de não mencionarem as construções não comprova a sua não existência, apenas sugere. Por outro lado, não há qualquer documento que mencione a existência dos corredores.

Finalmente, a paisagem é uma construção humana que cristaliza determinados aspectos guardando resquícios do passado, mas que está em processo contínuo de mudança, pois é produto da interação social do homem com o meio em que vive e produz.

A paisagem arqueológica do tropeirismo deixou nos Campos de Lages, nas suas coxilhas e nos diversos cursos de água, inúmeros vestígios arqueológicos de uso e ocupação do espaço, seja nas estruturas arquitetônicas em elevação, construídas para delimitar e dividir, tais como os corredores de pedra, mangueiras e cemitérios edificados em taipa de pedra, seja nos resquícios não construídos, tais como os negativos das ações de desgaste do solo e alteração do ambiente, como as sendas e trilhas, bem como os passos das travessias dos rios.

Referências

ASSIS, Adriana Paiva; SOUZA, Mariana Oliveira; MACHADO; Luciana Angélica de Sá. Arqueologia da Estrada Real: As Estruturas Viárias. do IPHAN In: Congresso Internacional da Sab, 1; Congresso da Sab, XIV; Encontro e Arqueológos, III, 2007, Florianópolis. *Anais*. Erechim: Habilis, 2007. 1 CD-ROM.

FILIPAK, Francisco. *Tropeirismo: Platino-Peruano e Platino-Brasileiro*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 176.

GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. São Paulo: Conquista, 1961. Ilustrações de Renato Silva.

HERBERTS, Ana Lucia. *Arqueologia do Caminho das Tropas:* estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC. Tese (Doutorado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre, 2009, p. 540.

JUILLARD, Gaëtan. *La red vial andina:* nuevos acercamientos metodológicos. Arqueologia Ecuatoriana, jul. 2007. Não paginado. Disponível em: <http:// www.arqueo-ecuatoriana.ec>. Acesso em: 12 fev. 2008.

SILVA, Adriana Fraga. *Estratégias materiais e espacialidade:* uma arqueologia da paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS. 2006, 218 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre, 2006.

VITRY, Christian. Estrategias de investigación y registro de caminos arqueológicos en el Noa una propuesta metodológica. Encuentro itinerários y rutas culturales, 1, 2005, Buenos Aires. *Anais*... Buenos Aires: Comisión Nacional de la Manzana de Lãs Luces, Centro Internacional para la Conservación del Patrimônio, 2005, p. 321-328. 1 CD-ROM.

Valorização patrimonial dos registros arqueológicos e etnográficos relativos aos habitantes originários (ameríndios) nos territórios integrados pelo tropeirismo

José Otávio Catafesto de Souza

Professor Doutor Adjunto do Departamento de Antropologia/UFRGS, Coordenador do LAE/IFCH/UFRGS, Etnoarqueólogo, Pesquisador, Mestre e Doutor em Antropologia Social. Porto Alegre/RS

O enfoque sobre o patrimônio serve hoje para colocar em evidência contradições muito antigas e marcantes na formação das sociedades contemporâneas. No caso das regiões em que se criou o ciclo do tropeirismo no sul do Brasil e na Região Platina, é necessário ultrapassar o valor meramente comercial e turístico da *patrimonialização,* agregando o reconhecimento de que há grupos historicamente desfavorecidos pela hegemonia do mate-

rialismo patriarcal (público e privado) que tomou conta dos territórios e recursos outrora originários às custas de violentações, estupros, exploração e extermínios. O maior valor do patrimônio arqueológico e etnográfico é educacional portanto, pois demonstra a antiguidade da presença humana autóctone no Continente antes e durante a criação dos países modernos euro-referenciados, tirando os grupos indígenas e quilombolas atuais da invisibilidade histórica a que foram submetidos, revelando sua versão da história frente aos agravos sofridos, trazendo algumas considerações que explicam terem escapado ao extermínio físico e cultural; identificando também a força de seu protagonismo e sua projeção futura. De porte disso tudo, as novas gerações de estudantes serão capazes de reverter um pouco tantos prejuízos, debelando o preconceito contra índios, bugres, *pêlo-duros, negro, mulatos* e contra aquilo que também faz parte dos próprios preconceituosos, servindo de base ao avanço dos processos de regularização fundiária dos territórios ameríndios e afrodescendentes usurpados.

Introdução

É interessante retomar este texto quase uma década depois de ocorrida sua apresentação oral, considerando tantos fatos sociais e políticos ocorridos e novos conhecimentos científicos publicados desde então. Portanto, não há como deixar de lado tantas informações que permitem refletir sobre a conjuntura em que nos encontramos, comparando os processos depois de 2008 e fazendo projeções futuras. Sem dúvida, tratar daquilo que antecede, acompanha e perfaz o tropeirismo pelo enfoque da indústria turística, é importante para apresentar produtos culturais à geração sustentável de renda e de crescimento econômico nas áreas frequentadas por visitantes e turistas, mas também podem gerar efeitos deletérios que precisam ser equacionados previamente, assim como não há qualquer valorização turística que não seja temática e estruturada desde alguma perspectiva teórica ou conceitual adotada por seus gestores. Assim, também se faz nas demais ciências e na própria história que durante muito tempo foi apenas a narrativa supostamente imparcial, para celebrar os feitos das elites, dos vencedores, dos dominadores, dos militares. Rompendo com o discurso oficial, é necessário esclarecer que a ideia de *escravo* deve sempre ser substituída por *escravizado;* e, a de *dominado* pela de *sob dominação*.

É mister, portanto, definir a postura crítica adotada neste texto frente a uma perspectiva meramente contemplativa, etnocêntrica e elitista do patrimônio cultural, tomando os vestígios do passado e os dados do presente etnográfico para ampliar o conhecimento: sobre meandros na formação das

raízes sociais da luta aberta ou velada entre os grupos formadores da nossa *comunhão nacional*; sobre as artimanhas usadas ao longo da história para extinguir por decreto muitos grupos ameríndios, lançando a existência de sua alteridade radical ao nível do limbo e da invisibilidade, tentando diluí-los na geleia geral brasileira junto aos saídas da escravidão, para negá-los como sujeitos coletivos detentores de direitos específicos, alienando corpos, mentes, espaços e recursos originários, em prol do Brasil enquanto uma das tantas excrescências (burguesa, utilitarista) da civilização materialista ocidental.

O argumento aqui é no sentido de que o estudo e a valorização do patrimônio arqueológico permitem um salutar afastamento dos referenciais elitistas da história, tratando diretamente com os produtos do trabalho humano alterando materiais, revolvendo a superfície da Terra e humanizando toda a paisagem. Não se trata apenas do dizer tendencioso expresso na escrita das elites letradas, mas sim do fazer técnico e corporal expresso em vestígios e artefatos das pessoas em todas as camadas sociais, mesmo das analfabetas. No caso das Américas, a arqueologia estuda com detalhe um passado de mais de uma dezena de milhares de anos antes da chegada dos conquistadores ibéricos Colombo e Cabral; centenas de gerações antes de Roque González atravessar o Rio Uruguai e dos feitos de Cristóvão Pereira de Abreu interiorizando a rota tropeira do sul em direção a Sorocaba. Mais de meio milhar de gerações habitando os diferentes ambientes existentes nos territórios posteriormente percorridos por tropeiros que tiveram importante papel no estender os tentáculos da dominação colonial, imperial, republicana no Brasil. São tais sobreposições, conflitos, complementaridade de relações étnicas e contradições sociais que exercem a correta pedagogia transformadora a ser aplicada nas escolas e enfatizadas pela indústria turística.

Por outro lado, o patrimônio etnográfico e etnológico exerce a mesma função, apenas no sentido temporal inverso, partindo da atualidade viva dos interlocutores e sujeitos originários habitando Reservas, Terras Indígenas, lotes nas periferias urbanas, acampamentos em beiras de estradas, vagando na prestação de serviços informais e temporários. São diversos grupos étnicos originários (autóctones ameríndios) mantendo seus usos e costumes consuetudinários e que sobrevivem aos enfrentamentos da civilização a que foram econômica e impositivamente integrados, sem serem culturalmente assimilados. A maior parte deles preserva sua língua vernácula e possuem um multissecular processo de autonomia e resistência frente aos intensos processos pedagógicos e arbitrários que pretendiam e pretendem suprimir de vez suas respectivas alteridades culturais. Os indígenas deixaram de ser preconceituosamente considerados enquanto *fósseis vivos* e personagens do

passado para serem reconhecidos enquanto cidadãos plenos, mas diferenciados e protagonistas de seu próprio futuro frente aos prejuízos historicamente acumulados. Ainda mais, hoje os indígenas estudam nas escolas e se formam enquanto professores, agentes de saúde, enfermeiros, advogados, médicos, servidores públicos, vereadores e conquistam espaço de voz e de autodeterminação, saindo da mera posição de informantes e objetos passivos de pesquisa científica para serem pesquisadores ativos em investigações interculturais; e, também interlocutores e colaboradores na definição de políticas sociais diferenciadas ao funcionamento de escolas bilíngues e na aplicação de ações de saúde, saneamento, habitação, sustentabilidade etc.

Entrementes, a ideia de *patrimônio* precisa ser alargada de seu sentido original, vinculado aos vícios do patriarcalismo e do materialismo ocidental, da herança exclusivamente paterna, individualmente acumulativa e da radical submissão da mulher ao *matrimônio* (reduzida ao enlace conjugal). Hoje, entende-se por patrimônio também as dimensões imateriais e intangíveis do Saber e do Fazer, das Formas de Expressão, das Celebrações e Lugares Culturais, ampliando o sentido para dar conta das múltiplas formas como os diversos grupos étnicos concebem algo equivalente ao *patrimônio* em seu mundo, em sua língua, em sua cosmologia e em sua ecologia. A perspectiva do patrimônio tem sua origem remota na Grécia e na Roma antigas, mas se tornaram diretrizes centrais na construção dos Estados-Nações Modernos, assumindo escala planetária e alterando sua significação segundo o jogo de forças entre os poderes neocoloniais em confronto à desinvisibilização e ao ressurgimento étnico de grupos originários considerados historicamente suplantados, sob repressão, explorados. Desde diretrizes internacionais, nacionais e acadêmicas, o patrimônio escapou ao controle exclusivo das elites dominantes patrimonialista – que reproduzem relações de colonialismo interno frente aos diversos grupos integrados no interior do território brasileiro – para se tornar em bandeira de desinvisibilização e de reivindicação de direitos para grupos historicamente desfavorecidos. Assim também é para o caso do patrimônio arqueológico e etnográfico/etnológico.

A fim de melhor sistematizar a grande complexidade e volume de dados relacionados à arqueologia e à etnologia que se dedicam ao estudo tanto de ameríndios e quilombolas, quanto do tropeirismo, desdobramos o texto em pequenas seções a seguir, apresentando sinteticamente as diversas abordagens usadas ou passíveis de investigações futuras. O ideal é que futuros trabalhos aprofundem tais tópicos para sistematizá-los em produtos (publicações, cartilhas, folhetos, exposições etc.) ao acesso fácil de estudantes, de visitantes e de turistas.

Arqueologia da paisagem

O enfoque desde a paisagem tem se imposto como muito oportuna e necessária às atuais correntes metodológicas da arqueologia, escapando de concepções muito fechadas e centradas apenas no interior dos sítios arqueológicos, tidos antes enquanto as unidades explicativas por excelência. Hoje, os arqueólogos reconhecem que os sítios arqueológicos são locais de maior referência integrados em redes, conectados por amplos territórios; os espaços frequentados e manejados ao longo de gerações na coleta, na caça, no cultivo, no manejo florestal, na mineração, na construção de estruturas, no beneficiamento de caminhos, travessias, portos, canalização de cursos d'água etc.

Um dos elementos importantes da paisagem é o horizonte, a linha que separa o visível do que se esconde e que se pode conhecer, simbolizar ou imaginar (o horizonte imaginativo de CRAPANZANO, 2005) em sua conformação. O horizonte remete à amplitude do campo visual e se distribui em todas as direções desde o ponto em que nos situamos, remetendo à territorialidade. A superfície terrestre é outro dos componentes da paisagem e nela ficam as marcas indeléveis ou mais contundentes das condutas de grupos e de gerações humanas anteriores. Os geógrafos e arqueólogos chamam isso de antropomorfização do meio ambiente natural, algo mais evidente na ampla devastação ambiental e na crescente urbanização promovidas por nossa civilização contemporânea, mas algo sempre existente desde os grupos originários e nos tempos mais remotos.

Escapando da falácia evolucionista e do positivismo, não é mais aceito remeter os habitantes originários americanos ao nível da natureza, como se fossem meros extrativistas e predadores vivendo num suposto nível de *subexistência*, no ritmo dos ciclos da natureza e interferindo apenas na exploração sumária dos recursos disponíveis até seu esgotamento. Até hoje, muitas pessoas ainda acham que os indígenas viviam em regime de completa fome e penúria antes que fossem mortos ou *salvos* pelos civilizados. Hoje, os antropólogos defendem que as outrora chamadas *sociedades primitivas* são as primeiras e verdadeiras sociedades de abundância e do ócio (SAHLINS, 1972). Sociedades onde se trabalha apenas para viver, enquanto que na nossa (civilizada) se vive para trabalhar. Não há que se trabalhar para redimir o pecado, pois para os nativos americanos não há sentido algum nessa cosmologia europeia de sofrimento individualista, sempre imposta.

Foram precisas poucas décadas de realização de pesquisas etnográficas nos diversos continentes para constatar que todas as etnias originárias pos-

suem um profundo e complexo conhecimento sobre os elementos do ambiente onde vivem (LÉVI-STRAUSS, 1997), verdadeiras etnociências capazes de interferir positivamente na reprodução, crescimento e distribuição de plantas e animais selvagens. Hoje os cientistas retomaram tais sabedorias milenares e às incorporaram nas chamadas práticas da permacultura e da silvicultura. Os ameríndios também se valiam e continuam se valendo de diversas estratégias de manejo florestal, interferindo no ciclo das árvores e criando pomares de frutíferas e de outras plantas nativas consideradas importantes em termos nutricionais e/ou cosmológicos. Diversos estudos demonstram que a quase totalidade da floresta amazônica foi literalmente plantada ao longo de milênios, aparecendo pomares de castanheiras e corredores de palmeiras (açaí, pupunha, etc.) e frutíferas resultantes do manejo e circulação por sucessivas gerações humanas originárias.

Está cada vez mais aceita e confirmada a hipótese de que isso também era e ainda é praticado pelos grupos ameríndios aqui no sul do Brasil. A ação humana originária talvez seja um dos mais importantes fatores para explicar o aparecimento dos palmares no litoral atlântico arenoso (Santa Vitória do Palmar, Palmares do Sul), dos pomares nativos de erva mate no Planalto Sulbrasileiro e na Serra do Sudeste (RS). Inclusive, é plausível que os grandes pinheirais de araucária sejam resultantes do manejo praticado pelos grupos de língua Proto-Gê habitantes da região (ancestrais dos atuais Kaingang e Xokleng) por milênios. Ainda hoje, é possível constatar os efeitos do sistema de coivara (corte-e-queima) praticado nas aldeias Guarani em clareiras abertas pela derrubada de árvores na mata, cujos folhas e galhos cortados são queimados controladamente, não impedindo que os troncos cortados rebrotem com força, restabelecendo vida às árvores tal qual o efeito do sistema de podas em plantas cultivadas. O desuso de um roçado antigo ou mesmo a mudança da aldeia para outro local distante transformam o local abandonado numa verdadeira mata secundária beneficiada, com muitas frutíferas nascendo das sementes disseminadas pelo próprio consumo indígena, com a reprodução selvagem e independente de certas espécies cultivadas pela reprodução vegetativa como bananeiras, batatas, inhame, cará etc. Os tropeiros sabiam reconhecer perfeitamente tais locais, pois antigas moradias abandonadas foram chamadas de *taperas*, tão celebrada em diversas cantigas tradicionais.

A arqueologia da paisagem permite, portanto, vasculhar vestígios indeléveis e não apenas na distribuição das espécies vegetais sobre a superfície terrestre, mas também reconhecendo outras marcas da ação antrópica multimilenar dos povos originários. Um dos aspectos mais importantes da pai-

sagem e ligado aos horizontes perceptivos dos ameríndios remete a análise ao reconhecimento das marcas deixadas pela itinerância, pela sazonalidade e pela mobilidade enquanto traços mais marcantes dos regimes territoriais originários. Os ameríndios surgiram vindos pelo alargamento de horizontes do Além-mar (origem polinésica, africana e asiática), pela criação de picadas, trilhos, caminhos, sendas, veredas, passagens, vaus a conectar diferentes ambientes, regiões, climas e paisagens. Os tão famosos *piabiru* posteriormente transformados em rotas bandeirantes e caminhos tropeiros (hoje rodovias estaduais e federais). Ainda hoje os Mbyá-Guarani se referem aos caminhos enquanto *Tape*, palavra transformada em etnonônimo consolidado pela história colonial (os índios Tapes, tropeiros) e em um município atual no Estado do Rio Grande do Sul.

Vasculhar qualquer caminho é reconhecer os vestígios pontuados em lugares marcantes e proeminentes de referência na paisagem, a guiar o mirar dos viajantes, a nortear ou sulear (constelação do Cruzeiro do Sul) seu deslocamento. Enveredamos pelo tema da toponímia e aí novamente é marcante a contribuição originária. Lugares como Urubici, Tapejara, Xapecó, Erexim, Sananduva, Ibiraiaras, Ijuí, Jaraguá, Tramandaí; estas e tantas outras palavras de línguas indígenas vernáculas perpetuadas por nossa geografia administrativa contemporânea. Há também lugares que receberam sua designação desde a reconhecida participação histórica inicial dos grupos originários, como nos casos dos Sete Povos das Missões, Vacaria, Passo fundo, Santo Antônio da Patrulha e tantos outros ligados pelos caminhos tropeiros.

Todas estas dimensões estudadas pela arqueologia da paisagem remontam ao patrimônio tangível e intangível que poderá enriquecer o conhecimento de estudantes e de visitantes, ao mesmo tempo que dar consciência sobre os problemas e contradições sociais e ambientais a serem enfrentadas e gradativamente superadas pelas próximas gerações.

Sítios Paleoetnológicos nas rotas tropeiras

Os caminhos indígenas (*piabiru, tape*) foram patrimônios originários fundamentais, mesmo que suas marcas estejam destruídas ou apagadas pelo tempo, pelos avanços civilizados e pelo silêncio historiográfico. No caso, caminhos originários são patrimônio autóctone, no sentido de conhecimento (saber/fazer) acumulado pelos habitantes nativos em trânsito multigeracional pelos espaços, buscando recursos, perseguindo caça e até se perdendo na vastidão continental. Tal patrimônio consuetudinário prévio foi fundamental ao desdobramento das Entradas e Bandeiras paulistas a partir do Século

XVI e, depois, se tornaram os consagrados caminhos tropeiros, ligando lugares distantes e permitindo acesso entre muitas paisagens ecológicas, atravessando territórios outrora dominados por grupos linguística e culturalmente diferenciados ao longo dos milênios.

O caminhar de indígenas e o mais intenso caminhar de tropas produziram vestígios duradouros na superfície terrestre ao longo dos séculos, marcas ainda existentes em alguns campestres e nos percursos em forma de zigue-zague descendo e subindo encostas mais íngremes tomadas pelo mato. Hoje podem ser reconhecidas pela variação de coloração da vegetação rasteira formando alinhamentos tortuosos através de centenas de metros em relevo mais plano do planalto e na planície costeira. Ao contrário, nas encostas íngremes os percursos tropeiros se transformaram em voçorocas pelas quais escorre o fluxo das águas pluviais a complementar a erosão iniciada pelo trânsito de pés e patas tropeiras. Estas ocorrências fazem parte da investigação arqueológica e será importante um intensivo trabalho integrado de pesquisas futuras no sentido de fazer uma cartografia da rede de caminhos tropeiros fundamentada no cruzamento de documentação empírica escrita e obtida em levantamentos diretamente em campo.

Na medida em que o escravismo, o fim das missões jesuíticas, os bandeirantes e os encomendeiros paraguaios produziram um decréscimo populacional ameríndio por extermínio e por fuga (mão-de-obra escrava indígena também entendida como patrimônio nativo vilipendiado), as aldeias e demais assentamentos autóctones foram abandonados ou ocupados por estrangeiros europeus, viraram taperas e depois sítios arqueológicos. No entanto, já havia outros sítios proeminentes e em destaque no horizonte de visão dos nativos, sítios milhares de anos mais antigos e de épocas em que as condições paeloclimáticas eram muito distintas das atuais (Pleistoceno e Holoceno).

Adotando o artifício de imaginação controlada para referir os achados que os arqueólogos conhecem e estudam hoje sobre o passado paleoetnológico da região, suponhamos o que teriam visto os primeiros paulistas que se lançaram nos caminhos indígenas em direção ao sul atendendo sua avidez por recursos rentáveis. Passando por dentro das matas e densos pinheirais do planalto, os primeiros exploradores europeus teriam encontrado pequenos e grandes conjuntos de estruturas subterrâneas, vestígios de aldeias compostas de habitações subterrâneas, obra dos engenheiros e ceramistas Proto-Gê habitantes da região; também encontraram aldeias e acampamentos abandonados em choças de troncos, taquara e palha construídas sobre a superfície. Poderiam ter encontrado também os locais ri-

tuais, como aterros em forma de montículos demarcando enterramento de mortos prestigiados (como descritos pelo engenheiro Mabilde); linhas de aterros circulares ou até "dançadores" (aterros em forma plataformas circulares), demonstrando aspectos simbólicos e imaginários de seus executores autóctones.

Com maior dificuldade, os primeiros bandeirantes teriam se deparado também com sítios (locais de acampamento) contendo artefatos feitos em pedra, seja os grande bifaces feitos por caçadores-coletores de floresta (Indústria lítica Humaitá), seja pontas líticas e bolas de boleadeira feitas por caçadores-coletores de ascendência pampeana (indústria lítica Umbu). Os autores de tais artefatos líticos dificilmente foram contactados, pois seu regime territorial provocava seu constante deslocamento fugindo dos invasores estrangeiros antes que chegassem. Descendo o planalto, tais exploradores estrangeiros se depararam com antigas aldeias abandonadas, locais contendo cerâmica Guarani e artefatos líticos polidos (lâminas de machado, mãos-de-pilão) nas várzeas dos rios, lagos e planície costeira. No trecho do litoral atlântico encontraram os antigos sambaquis e os concheiros, sítios de maior antiguidade por vezes contendo cerâmica Guarani em suas camadas superficiais. Nos sambaquis do litoral poderiam ter se deparado também com algum zoólito (esculturas polidas em pedra representando animais) ou visualizado oficinas líticas (polidores, amoladores) e inscrições rupestres entalhadas em penhascos ao visitar algumas praias rochosas do sul do Brasil. No litoral mais ao sul junto aos palmares, teriam encontrado conjuntos de aterros semicirculares - os cerritos, sítios com indústria lítica, cerâmica e enterramentos humanos produzidos pelos ancestrais dos índios pampeanos designados como Charruas, Minuanos, Genoas, Boanes, Yarós etc. no período colonial.

É muito rico o patrimônio paleoetnológico relativo aos habitantes originários, algo revelado através de sucessivas e continuadas pesquisas arqueológicas desde a década de 1960 no Brasil. Apenas fizemos aqui rápidas referências sobre tão vasto conteúdo. Este patrimônio tem sua importância ao revelar a grande amplitude temporal da ocupação ameríndia e as mais surpreendentes formas culturais de adaptação, de interferência e de transformação do ambiente natural pelos originários. Torna-se necessário processar didaticamente tantos conhecimentos produzidos por especialistas, assim como estimular para estudantes se tornem futuros pesquisadores a dar continuidade ao avanço do conhecimento científico específico no seu próprio local de residência.

Sítios ameríndios históricos

Do mesmo modo que na seção anterior, agora faremos apenas rápidas referências sobre lugares e locais onde viveram, passaram ou retiraram recursos os grupos ameríndios já em fase de contato com os representantes das frentes de expansão colonial ibérica. Do lado português, bandeirantes usaram rastreadores, batedores, guias e pelotões de guerreiros Tupiniquin e mestiços mamelucos para aprisionar índios Guarani das Missões. Grande parte das localidades existentes ao longo do trecho sul da rodovia federal BR-116 tiveram o apoio indígena em sua fundação. No entanto, tais substratos arqueológicos foram suplantados pela urbanização atual. De igual forma, os escravos Guarani tornaram-se "negros da Terra" (MONTEIRO, 1994), comercializados e explorados como mão de obra camponesa e na construção dos fundamentos da civilização no planalto de Piratininga.

O século XVIII trouxe grandes transformações, principalmente pela ação civilizadora de missionários europeus sobre os Guarani e outros grupos originários nos conhecidos Trinta Povos de Missões da *Provincia Jesuítica do Paraguay*. No território atualmente brasileiro, os Guarani dos 7 Povos estenderam atividades por amplas áreas a oriente em direção ao litoral atlântico. Criaram estâncias e fazendas no baixo vale dos rios Jacuí e Taquari, chegando próximos ao Lago Guaíba. Criaram as Vacarias do Mar (hoje República do Uruguay) e a dos Pinhais (hoje Vacaria e Bom Jesus) onde ainda hoje o sítio Curral dos Tapes é ilustrativo disto nos Campos de Cima da Serra. Criaram (além de currais de pedra que se distribuem em muitos municípios do Rio Grande do Sul) ervais no vale dos rios Uruguai, Jacuí e Camaquã, além de postos, capelas, locais de fundição de ferro, silos, olarias, pedreiras e as próprias malhas urbanas dos povoados missioneiros (com igreja, colégio, oficinas, cabildo, cemitério, praça central, etc.). Ninguém discute a importância do patrimônio material e imaterial missioneiro em suas diversidades e reconhecimento regional, nacional e internacional, movimentando uma rentável indústria turística; entretanto, muitas vezes sem valorizar a ligação do patrimônio de Missões com o ciclo do tropeirismo brasileiro.

O extermínio dos Guarani em Caiboaté no ano de 1756, a expulsão dos jesuítas em 1768 e o conquista do território das missões por paulistas e curitibanos em 1801 demarcam a derrocada dos territórios ameríndios, naquilo que Ruy Ruben Ruschel designou como o *grande confisco* (RUSCHEL, 1994) dos luso-brasileiros sobre os direitos originários da Nação dos Guarani. Ao contrário, os Guarani sobreviventes aos extermínios das guerras de fronteira e das rivalidades entre caudilhos dispersaram-se enquanto parentelas fugin-

do pelas matas ou se tornaram peões nas fazendas, chinas nos cruzamentos das estradas ou foram agenciados como mão-de-obra escrava na fundação de Rio Pardo, Gravataí (Aldeia dos Anjos), Santo Antônio, Torres etc. Em Porto Alegre, houve um pelotão Guarani nos primeiros tempos de fundação da cidade e recentemente os arqueólogos constataram que a cerâmica Guarani está presente junto às fundações do antigo cais da cidade.

A arqueologia ajuda a recontar essas histórias, tirando do silêncio as vozes suprimidas e demonstrando que os indígenas não são apenas personagens importantes na fundação do Brasil, mas que há uma continuidade deste passado com o presente. Desfazem-se versões erradas da história. Em primeiro, a mão-de-obra indígena foi escravizada e ela contribuiu em muito na construção dos fundamentos da civilização brasileira. Em segundo, muitos dos grupos étnicos originários foram considerados como extinto, quando na verdade eles sobreviveram na invisibilidade durante séculos. Em terceiro, o trabalho apostólico de jesuítas demonstra que os guarani foram capazes de erguer uma civilização própria, autossuficiente e independente, completamente arrasada pela selvageria e pela barbárie de luso-brasileiros e castelhanos descendentes de colonizadores.

Os estudos etnológicos demonstram em abundância que os grupos ameríndios não chegaram necessariamente à completa destribalização e assimilação enquanto as grandes cidades foram sendo edificadas sobre seus antigos territórios tradicionais. Pelo contrário, os nativos foram braços e ventres geradores da urbanidade nas cidades mais antigas do país, criando e perdurando laços de ligação entre as aldeias sobreviventes no interior com parentelas que ocupam a periferia das cidades na busca de mercado consumidor de seus artesanatos e serviços de saúde. Não são os índios que estão vindo às cidades, são as cidades que se criaram sobre territórios originários e que jogou seus ocupantes legítimos à invisibilidade social e étnica até há pouco tempo.

Territórios fragmentados, ocupantes originários dispersos

Tratando dos tempos mais recentes e até à atualidade, a etnografia e a etnologia não estudam apenas objetos inertes, nem fazem apenas registros estáticos, mas principalmente tratam com interlocutores vivos, autodeterminados, protagonistas de seus destinos e críticos frente às reiteradas reações preconceituosas, racistas e assistencialistas que recebem principalmente dos representantes das elites políticas e intelectuais euro-referenciados em todo o Brasil. Fazer o estudo de ameríndios implica fazer *com* eles, exige que apliquemos estratégias metodológicas descolonizadas, superando o recorrente *episte-*

micídio que geralmente a ciência impõe aos interlocutores nativos, superando a assimetria da falsa imagem de que o informante nativo apenas expressa dados que o antropólogo interpreta e teoriza. As lideranças e os interlocutores originários são extremamente perspicazes na manutenção de espaços autônomos de decisão e isso ao longo de toda a história. Por exemplo, os caciques e cabildantes Guarani das Missões do Século XVIII sabiam escrever, inclusive em Espanhol e em Latim, dirigindo cartas ao Rei de Espanha depois de 1750 como demonstram os estudos importantes de Eduardo Neumann (2015).

Este é um limite importante a impor sobre o já referido processo de patrimonialização, pois é legítimo reconhecer as dimensões intangíveis e o patrimônio cultural imaterial dos grupos formadores da comunhão nacional, mas é impossível tornar um grupo de pessoas em patrimônio apenas para ser apreciado passivamente pelas elites. É impossível fixar tradições que se alteram naturalmente através dos tempos, assim como o núcleo duro do imaterial (saber/fazer) está no mais íntimo dos corpos e das mentes originárias; inacessíveis, portanto, aos parâmetros burocráticos do Estado. Por isso, os programas de patrimônio imaterial servem apenas como estratégia de reconhecimento dos direitos diferenciados para grupos outrora desconhecidos oficialmente. Entrementes, a preservação das alteridades originárias é algo muito importante, pois mantém o leque de diversidade cultural e linguística enquanto patrimônio da humanidade a ser preservado às próximas gerações, forma diversa de se entender o progresso da humanidade (LÉVI-STRAUSS, 2000). No caso dos grupos originários em todos os continentes, a questão de reconhecimento territorial é e sempre foi fundamental.

Em 1973, o antigo SPI - Serviço de Proteção ao Índio instituiu a Lei 6.001 conhecida como Estatuto do Índio ainda em vigência. Foram estipulados cinco anos de prazo para a completa regularização das Terras, Reservas, Aldeias e Colônias Indígenas. Passou uma década e meia e a Constituição Federal Brasileira de 1988 voltou a estabelecer o prazo de cinco anos para isso. Quase trinta anos depois de 1988, um pequeno percentual de territórios indígenas foram regularizados e hoje, ainda, vivemos uma conturbada conjuntura de paralisação e retrocesso nos processos demarcatórios. A bancada ruralista do Congresso Nacional pressiona à aprovação de uma série de Projetos de Emendas Constitucionais (PECs) e Projetos de Lei (PLs) no sentido de obstaculizar, suspender e reverter processos administrativos na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que reconhecem os direitos territoriais indígenas. Servidores públicos, pesquisadores, indigenistas e lideranças indígenas são indiciadas como se fossem criminosos. (CPI da FUNAI e do INCRA). O caso mais absurdo é o que está acontecendo com os Kaiová-Gua-

rani do Mato Grosso do Sul, onde a ameaça por pistoleiros, atropelamentos e pulverização com agrotóxico tem gerado muitas mortes ao longo das últimas décadas. Verdadeiro escândalo internacional.

Apenas em 1988, os ameríndios restituíram seu direito de ir-e-vir, permitindo que eles circulassem pelos espaços públicos sem serem arbitrariamente recolhidos às reservas como sempre fizeram os poderes policiais e militares antes. O enquadramento positivista da República levou os gestores públicos à ideia e às práticas do confinamento das populações indígenas em "reservas", desde o início do Século XX, para fazê-los evoluir e emancipá-los enquanto cidadãos genéricos. O objetivo era acabar com os indígenas e usurpar todos os recursos naturais e seus espaços tradicionais. Apenas em 1988, o Brasil passou a ser reconhecido enquanto uma sociedade pluriétnica e multicultural, consolidando os direitos de autoidentificação e autodeterminação dos múltiplos grupos formadores da *comunhão nacional*. O argumento do chamado marco temporal - de que só poderão receber as terras os índios que as estivessem ocupando em 1988 - é um absurdo desde o fato da repressão oficial contra a circulação livre dos indígenas fora das aldeias reconhecidas como reservas e ao confinamento indígena até àquele momento.

É preciso reconhecer pequenos avanços no entanto, muito pela própria atuação de líderes e movimentos indígenas a pressionar os órgãos e agentes públicos no reconhecimento de seus direitos diferenciados e compensação pelos prejuízos historicamente acumulados. O exemplo da lenta reversão das políticas indigenistas na Grande Porto Alegre ilustram uma outra tendência social e politicamente mais inclusiva. Existem hoje diversas aldeias indígenas formalmente reconhecidas em bairros periféricos, como acontece na Lomba do Pinheiro (Mbyá-Guarani, Kaingang, Charrua), Lami, Cantagalo, Itapuã, Estiva (Mbyá-Guarani), Morro do Osso, São Leopoldo, Vila Paraíso (Kaingang). Tais aldeias sobrevivem reproduzindo seu sistema tradicional de vida através da extração de fibras e vegetais das áreas de mata e de reservas ambientais da cidade (Morro Santana, Morro do Osso, Parque Saint Hilaire, Itapuã, Morro São Pedro, etc.), matérias-primas ao seu artesanato vendido em diversos pontos da Capital (Brique da Redenção, Parque Harmonia, centro da cidade, etc.). No entanto, em muitas outras cidades a tolerância à presença indígena não é tão ampla quanto em Porto Alegre.

Em grande parte dos caminhos dos antigos tropeiros, os ocupantes originários perderam seus espaços tradicionais, restando apenas pequenas áreas onde podem criar suas aldeias, mas seu sistema de vida nativo não consegue ser mais plenamente reproduzido. A caça, a pesca e a coleta estão radicalmente prejudicados, seja porque tudo quase virou propriedade privada e eles

não podem entrar, seja porque a degradação ambiental, o desmatamento e a poluição provocaram a rarefação dos recursos naturais outrora abundantes. Nada restou aos índios pampeanos no litoral sul e na região da campanha do Rio Grande do Sul, a não ser famílias isoladas vivendo apenas enquanto camponeses pobres sem diferenciação étnica. São peões e chinas tratados genericamente enquanto pêlo-duros, mestiços.

Apesar de tudo, os Mbyá-Guarani conseguiram a restituição de algumas área no litoral (Em Palmares do Sul, Osório, Maquiné, Caraá, Barra do Ouro, Torres) e interior (Barra do Ribeiro, Camaquã, Riozinho, Estrela Velha, Salto do Jacuí, São Miguel da Missões, Santo Ângelo) do Rio Grande do Sul, onde existem relictos de mata atlântica e onde praticam seu sistema tradicional de cultivo por coivara. No entanto, há parentelas acampadas na beira de estradas (Capivari, Cachoeira do Sul) em regime de grande penúria à espera de restituição parcial de espaço à criação de suas aldeias. O caso dos Guarani do Mato Preto (Rebanho) é o mais crítico por implicar na desintrusão a ser feita por famílias de produtores rurais mais humildes assentados equivocadamente sobre os territórios originários.

Os Kaingang foram contemplados historicamente pela regularização e demarcação de Terras Indígenas na região do planalto e do alto rio Uruguai ao longo dos séculos XIX e XX, muitas delas reduzidas em seu tamanho através dos tempos. Cacique Doble é um exemplo, considerando que um bairro inteiro da cidade foi criado sobre porção retirada da Terra Indígena que fica ao lado. Assim aconteceu com muitas delas: Nonoai, Guarita, Iraí, Ligeiro, Água Santa, Votouro. Outras foram completamente usurpadas por reformas agrárias ou por apropriação privada (Monte Caseros, Ventarra, Faxinalzinho, Forquilha, etc.). Os índios Xokleng outrora também habitantes do sul foram reduzidos e conduzidos ao interior das áreas Kaingang, com exceção de Ibirama (SC) reconhecida como Terra Xokleng.

A participação indígena no ciclo do tropeirismo é inconteste, sendo os guarani missioneiros os primeiros tropeiros (também os charruas agregados nas Missões) por excelência nos caminhos ligando vacarias, estâncias, fazendas, ervais, pedreiras e os núcleos urbanos dos povoados. Índios Kaingang também usavam os caminhos indígenas, vindo inclusive a Porto Alegre tratar sobre suas terras com os antigos Governadores de Província no século XIX; posteriormente viraram também tropeiros na região em que habitam no planalto de São Paulo ao Rio Grande do Sul.

Este texto trouxe um enfoque crítico às formas tradicionais como são representados os patrimônios culturais, apostando que as referências arqueológicas, etnográficas e etnológicas sobre ameríndios (também sobre qui-

lombolas e outras minorias) sirvam enquanto estratégia ao reconhecimento pleno da autodeterminação destes grupos, em sua vinculação contraditória com o ciclo do tropeirismo até a atualidade, retirando-os da invisibilidade social e do silêncio histórico impostos reiteradamente. Fazer repercutir o reconhecimento das realizações originárias em sua importância enquanto patrimônio herdado por nós. Estudantes, professores, pesquisadores, visitantes, turistas e habitantes locais só têm a se enriquecer com todas as dimensões até aqui rapidamente analisadas sobre a ligação viva dos grupos étnicos originários com todo o vasto patrimônio herdado em termos de recursos vegetais, alimentos e comportamentos distribuídos pelo tropeirismo e incorporados no sistema de vida dos demais brasileiros até a atualidade.

Revelando os bastidores autóctones do tropeirismo

O objetivo deste texto é introduzir uma série de temáticas correlacionadas, muitas apenas apontadas ou sugeridas para o desdobramento de outros artigos e investigações futuras. De imediato entretanto, fica patente que se deve escapar do enfoque hegemônico que generaliza sobre o brasileiro enquanto o resultado de uma mistura racial e cultural de índios, negros e brancos, escondendo atrás da roupagem dessa suposta brasilidade genérica a manutenção do preconceito e marginalização social a que continuam submetidos ameríndios e descendentes africanos outrora escravizados, enquanto que os descendentes de europeus concentram recursos e renda em detrimento da socialização dos prejuízos aos mais pobres, mantendo um modelo econômico e político ainda bastante excludente e concentrador de renda e propriedade.

É preciso desfazer muitas fantasias criadas pelos descendentes de europeus, problemas de identificação para pessoas que são nascidas no continente (são autóctones) e que possuem algum(ns) ancestral(is) ameríndio(s) - são mestiços, portanto, mas que apagaram tal reconhecimento da consciência e se apresentam apenas enquanto de pura estirpe do Além-Mar. Dizem ser “de origem” europeia, como se índios e brasileiros fossem selvagens e não tivessem humanidade e cultura. Da mesma forma como os ítalo-brasileiros se apropriaram do pirão/mingau de milho e do tomate, patrimônio e memória biocultural dos ameríndios, para criar a polenta enquanto prato típico italiano; da mesma forma como a plataforma publicitária e turística de Gramado é ser «naturalmente europeia» num lugar de origem indígena, biriva, pêlo-duro e tropeira paulista invisibilizada.

Trata-se de um problema sério de identificação que gera uma espécie de esquizofrenia cultural, pois muitas pessoas são descendentes da mestiçagem

gerada pelo estupro e pela submissão servil das mulheres indígenas, mas tais fatos foram sumariamente suprimidos da memória familiar, camufladas pela história de que houve uma bisavó "bugra" caçada por cachorros no mato. Para os pesquisadores, tal referência é apenas metafórica para se referir de maneira obtusa ao fato de que tal bugra é sobrevivente de um extermínio.

Acontecimentos importantes foram colocados nos bastidores da história, ligações afetivas que o registro documental propositalmente suprimiu. Mais uma vez podemos utilizar o exercício de imaginação controlada para reconstituir tais fatos na vida dos tropeiros antigos. Quantas amantes nativas não reveladas teriam eles ao longo dos percursos em que sistematicamente tropeavam? Quantos seriam seus descendentes mestiços e bastardos? Quais as negociações que fizeram para terem o acesso livre varando territórios de grupos originários? Quantos tropeiros se permitiram banhar desnudos junto aos índios da região, sem os pudores pecaminosos da civilização. Consideramos que revelar tais bastidores é ajudar a dar consciência sobre profundas contradições na formação da comunhão nacional e na necessária depuração da vergonha que muitos ainda sentem sobre sua origem autóctone sulamericana.

Este texto trouxe um enfoque crítico às formas tradicionais como são representados os patrimônios culturais, apostando que as referências arqueológicas, etnográficas e etnológicas sobre ameríndios (também sobre quilombolas e outras minorias) sirvam enquanto estratégia ao reconhecimento pleno da autodeterminação destes grupos, em sua vinculação contraditória com o ciclo do tropeirismo até a atualidade, retirando-os da invisibilidade social e do silêncio histórico impostos reiteradamente. Fazer repercutir o reconhecimento das realizações originárias em sua importância enquanto patrimônio herdado por nós. Estudantes, professores, pesquisadores, visitantes, turistas e habitantes locais só têm a se enriquecer com todas as dimensões até aqui rapidamente analisadas sobre a ligação viva dos grupos étnicos originários com todo o vasto patrimônio herdado em termos de recursos vegetais, alimentos e comportamentos distribuídos pelo tropeirismo e incorporados no sistema de vida dos demais brasileiros até a atualidade.

Referências

CRAPANZANO, Vincent. Horizontes Imaginativos e o Aquém e o Além. *Revista Antropológica*, São Paulo, v. 48, n. 1, Jan./Jun. 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Campinas: Papirus, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História* [1952]. Lisboa: Presença, 2000.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NEUMANN, Eduardo. *Letra de Índios*: Cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2015.

RUSCHEL, Ruy Ruben. O direito de propriedade dos índios missioneiros. *Veritas,* Porto Alegre: PUC, v. 39, n. 153, p. 103-116, 1994.

SAHLINS, Marshall. *The Original Affluent Society:* Stone Age Economics, 1972.

SOUZA, J. O. C. de. *Aos fantasmas das brenhas:* etnografia, invisibilidade e etnicidade de coletivos originários no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, 1999.

Cultura tropeira

Luiz Antônio Alves

Genealogista, Escritor, Pesquisador, Membro do IHGRS, IHG/SAP, Colégio Brasileiro de Genealogia e da Academia Sorocabana de Letras. Caxias do Sul/RS

A genealogia de milhares de famílias gaúchas está ligada à história do tropeirismo. Viajantes conduzindo tropas de gado bovino, equino e muar desbravaram os sertões do Sul do Brasil no século XVIII e XIX. Muitos se tornaram pioneiros no povoamento e instalaram suas fazendas e casas de negócio.

A maioria dos tropeiros, que também podem ser chamados de Birivas, são originários do Paraná e de São Paulo, notadamente das cidades de Sorocaba, Itú, Itapetininga, Itapeva, Santana de Parnaíba, Taubaté, Castro, Lapa, Ponta Grossa e Curitiba.

Em suas idas e vindas transportaram, além dos animais, costumes, tradições, religiosidade, lendas, folclore, música e dança. Afinal, um processo cultural em movimento, deixando herança a cada nova geração, com alterações, combinações diferentes e somando-se aquelas conhecidas no chamado pampa argentino e uruguaio.

Tive o prazer de produzir alguns textos publicados e um deles em companhia do jornalista e historiador sorocabano Sérgio Coelho de Oliveira no livro “Linguajar Tropeiro”, (EVANGRAF, 2012). Nele, apresentamos uma coleção de termos e falares presentes no mundo rural e que foram incorporados à cultura tropeira. Sabe-se que existem dicionários do vocabulário dito gaúcho que, na verdade, citam termos que têm várias origens e, uma delas, é do intercâmbio paulista-paranaense-riograndense. Ou seja, termos

que dizem ser autêntico gaúcho e que, na verdade, são associados ao linguajar caipira.

E nessa infinidade de invenções surgem os ditados e causos populares que ainda se espalham pelo interior, incluindo a serra gaúcha. Cito alguns para momentos de diversão e também de reflexão sobre a criatividade de nossa gente, especialmente nas comparações e narrativas onde o cavalo, a mula e o burro são parte importante desta história: mais teimoso do que uma mula empacadeira; pensando, morreu um burro; de burro só tem o trote; cor de burro quando foge; se faz de burro petiço para comer milho socado; desembestado como burro xucro; mais carregado do que burro de mascate; burro manso também dá coice; quando um burro orneia, os outros murcham as orelhas; é melhor andar a pé do que em burro magro; quem faz mimo pra mula, só recebe coice; burro velho se vende longe; pra burro velho, capim novo; amarra-se o burro à vontade do dono; não se deve facilitar com a dianteira do padre e traseira de burro; deixa de ser besta; não seja burro vivente; deu com os burros n'água; pra burro, só falta às orelhas; ôh seu boi de bota; fugiu com o rabo entre as pernas; chô égua; é uma mula bardosa; é uma besta quadrada aquele deputado, e assim por diante.

Até mesmo entre os jogadores de futebol, ainda aparecem termos alusivos a bichos que lembram a atividade tropeira, embora os atletas desconheçam sua origem: aquele zagueiro só dá coice; deu um drible da vaca; corre que nem uma lebre; parece um cavalo; o cara só dá patada, não joga nada; não joga de chuteira, usa ferradura; tomou um frango; deu um peixinho; a bola foi no ninho da coruja...

Aqui na região existe uma estreita ligação do serrano com a população do litoral norte, especialmente nas regiões de Torres, Osório, Santo Antônio da Patrulha, Maquiné Terra de Areia, São Pedro de Alcântara, Barra do Ouro, Três Forquilhas, Itati e Arroio do Sal. Nessas localidades foram encontrados vários vestígios de cantoria que produziu um linguajar típico reconhecido como uma *marca registrada*: uma bela combinação caipira paulista com o gaúcho gaudério de Cima da Serra, muitas vezes conhecido como *biriva* já que a maioria das famílias pioneiras são descendentes de linhagens ligadas ao tropeirismo mineiras, paulistas, paranaenses, paulistas e catarinenses do planalto lageano.

A Serra do Pinto (hoje atravessada pela Rota do Sol e que antigamente era conhecida como Estrada dos Tropeiros) foi muito utilizada pelos viajantes. Uma das famílias mais conhecidas foi a dos Oliveira Pinto que através de *pai para filho* deixaram versos de improviso nas *porfias* ou *desafios* ao som de uma *queromona* durante os pousos de descanso e que também incluía a viola. Ficou no patrimônio cultural uma que é cantada até nos dias de hoje:

O estribilho, cantado em coro, era mais ou menos assim:

Ôi SERRA-ABAIXO, SERRA-ACIMA!
Vai daí, um dos improvisadores iniciava o desafio,
rimando com "ima" ou "ina":
QUE SAUDADE DA MINHA PRIMA!
O que o improvisador acrescentava, por exemplo:
QUEM TEM AMOR, TEM ESTIMA.
E assim por diante:
- EU CANTO COM QUALQUER CLIMA.
- CUIDADO NÃO DESAFINA!
- CANTAR SEMPRE, ESTA É A MINHA SINA.
- QUEM CANTA, CORRE A CORTINA.
- VIVA O ZÉ E A JOSEFINA!
- E A QUEROMONA TERMINA:
SERRA-ABAIXO, ÔI SERRA-ACIMA!

No caso das danças, o ilustre Paixão Côrtes, depois de pesquisa intensa no interior do Rio Grande do Sul, conseguiu resgatar quatro danças incorporadas ao tradicionalismo gaúcho e que têm origens biribas, como o caso da Chula, Dança dos Facões, Chico do Porrete e Fandango Sapateado. Sobre esta última existem dezenas de variações encontradas no interior de São Paulo o que prova a ligação entre Sul-Sudeste neste aspecto. Além disto, a Catira também tem influência tropeira embora à dança não tenha sido trazida para o Rio Grande do Sul.

Muitas cantigas foram produzidas no decorrer do tempo e que deixaram gravadas as andanças dos tropeiros que nas suas idas-e-vindas, deixavam ou traziam elementos culturais que foram se incorporando ao patrimônio material e imaterial do povo do interior. O tropeiro com seu cavalo ou sua mula tinha que ter conhecimento da geografia, da paisagem, dos perigos das trilhas e picadas, além de ser aprendiz de curandeiro e de veterinário, dependiam de experiências, habilidades especiais, força física, vocação para negociar e lidar com gado, às vezes bravio, mas nunca esquecendo da diversão e da alegria em conhecer lugares diferentes. A reflexão sobre a vida e suas dificuldades e a crença num lugar mágico, como o céu e o paraíso, não separa a sua vida do que ele próprio imagina depois da morte.

A dupla *Os Irmãos Bertussi* gravaram músicas com letras de imensa poesia sobre o tema. A canção *O Tropeiro* é uma marca dos gaiteiros. Centenas de famílias, ao ouvi-los, lembravam dos parentes mais antigos que relatavam

à beira do fogo de chão, histórias e estórias, causos e desafios vivenciados pelos profissionais que conduziam manadas de animais pelas estradinhas até chegar ao mercado distante. Um ritual que acompanha o trajeto e um modo operacional, com cargos definidos na *comitiva* de cavaleiros, utensílios utilizados e a alimentação que sustentava *o tranco*. Afinal, a letra da referida canção diz muito sobre todas essas peculiaridades:

> Pelo grito se conhece, vem lá longe o tropeiro/ Já se ouve a boiada e as batidas do cincerro/A tropa vem se espalhando, vem seguindo o madrinheiro/ E lá no coice da tropa, sempre alegre altaneiro/Junto com a peonada, vem gritando o tropeiro./E na costa de um capão, ou na beira de uma aguada/O tropeiro encosta a tropa, para fazer a sesteada/Tirando de uma bruaca, a chaleira enfumaçada/Um saco de revirado, carne gorda e bem charqueada./No entrar da boca da noite, cantando suas gauchadas/Em cima de seus pelegos, vai deitando a peonada/No romper da madrugada, cantando sua toada/Se ouve o grito da ronda, botando a tropa na estrada./E o tropeiro vai embora, seguindo sua jornada/ Só o rastro da tropa fica, pela estrada empoeirada.

A volta do Tropeiro, continuação da anterior, retrata, então, o resultado da empreitada. O objetivo do criador, do tropeiro ou da sociedade pastoril é o lucro. O dinheiro que circula é o ganho que sustenta a família e sua vida. Os projetos que encorajam novas tropeadas no futuro, num ciclo de vários invernos e verões, suando, cansando, vendo coisas novas, diferentes em outros rincões, troca de informações, quem sabe até, adotando procedimentos e atitudes que gostaram de ver. Economia e cultura andando juntas. Troca-troca de elementos visíveis e invisíveis.

> Guaiaca na cintura bem apertada, estufada de dinheiro, assobiando no mais já vem de volta o tropeiro/entregou a tropa bem como tava tratada e reatando a cargueirada, soltou de volta na estrada. Num tranquito mais ou menos, chapéu grande desabado/Pala solto pelos ombros, e um laço espalhado/Saboreando uma fumaça o tropeiro vai voltando/Pra alertar o madrinheiro, grita lá de vez em quando/Na costa de uma restinga, tropilha solta no pasto/Um peão acende o fogo em cima do próprio rastro/Um tição bem apagado de um fogo que ali ficou/Da sesteada que foi feita, quando a tropa ali passou. Imponente altaneiro, estalando o arreador/O tropeiro vem voltando da jornada que findou/Abrindo bem as porteiras é o patrão quem vai chegando/Apeando sempre alegre e todos vai abraçando.

E todos estes vestígios culminam até em discursos no Congresso Nacional, quando o famoso e conhecido político Pinheiro Machado disse alto e

bom tom: *Quem está montando na razão não precisa de esporas*. Típico ditado tropeiro que foi citado por um membro de família tropeira que fazia as ligações com São Paulo e Rio Grande do Sul.

Afinal, historinhas, causos e ruralidades que enriquecem nosso vocabulário de pai para filho.

Foro de la memoria de mataderos

Zulema Cañas Chaure
Museologa, Pesquisadora, Especialista en preservcion de patrimonio.
Buenos Aires/Argentina

El Foro de la Memoria de Mataderos es una Asociación Civil dedicada a dar a conocer, conservar y proteger el Patrimonio Histórico- Cultural del barrio de Mataderos, creemos en los valores espirituales del pueblo y de la importancia que ellos tienen en su calidad de vida y en particular la que tiene la *identidad y conocimiento de las raíces* para su propia dignidad. *El objetivo de la conservación del Patrimonio Cultural debe plantearse en función de servir al hombre, es un bien cultural y útil a la comunidad, que tiene un soporte tangible del mensaje cultural trascendente a su época.*

> Se considera como Patrimonio Histórico el conjunto de Valores y Bienes, que se encuentran íntimamente relacionados con su Historia, sus tradiciones e idiosincrasia y que constituyen elementos integrantes de su identidad regional. La conceptualización de "Bien cultural", refiere no sólo a las manifestaciones del arte en general sino "a toda forma de vida de un pueblo" El patrimonio cultural conforma la geografía construida que cohabita con cada integrante de la comunidad, está presente en cada rincón, pertenece a todos y cada uno de los miembros de esa comunidad**.** (UNESCO, Segunda Conferencia General, México, 1982, énfasis del documento).

Bajos estos conceptos y según el Capítulo Cuarto de la Constitución de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, que en su Artículo 32 dice: *Esta Constitución garantiza la preservación, recuperación y difusión del Patrimonio Cultural, cualquiera sea su régimen jurídico y titularidad, la memoria y la historia de la Ciudad y sus barrios.*

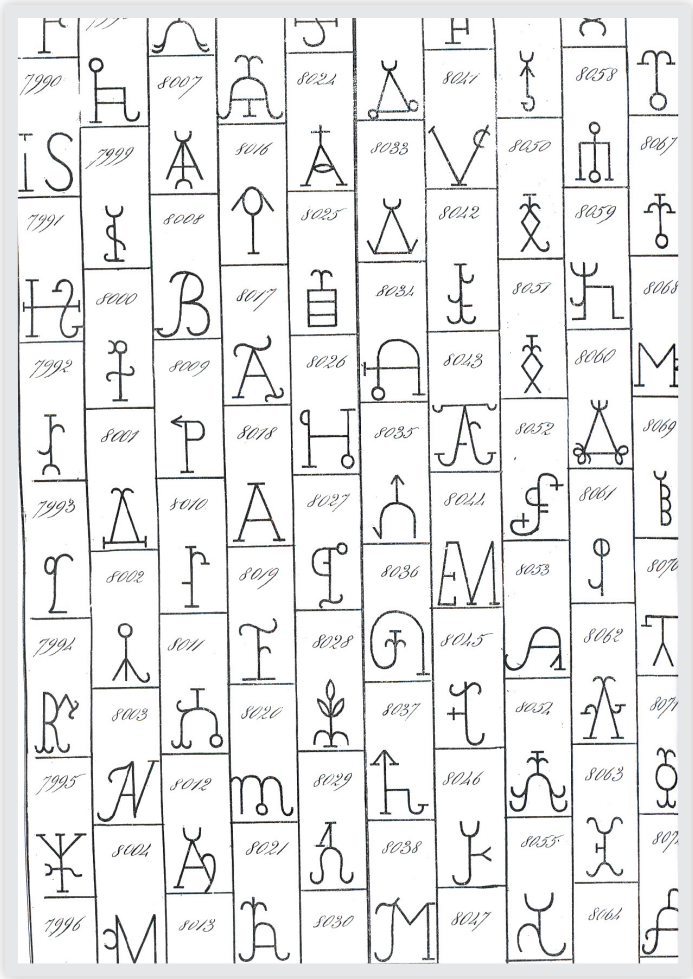
Pero también en nuestra objetivo concienciar sobre la Identidad que representa en el Barrio de Mataderos, que surge como tal con la colocación de

la piedra fundamental para la construcción de los Nuevos Mataderos de la Capital el 14 de Abril de 1889, son 118 años de cultura arraigada en el suelo de este mercado que alberga tres generaciones de reseros, hoy corraleros, que realizan diariamente su trabajo con dedicación y orgullo.

Uno de ellos, cuya familia trabaja aún en el Mercado de Liniers, el Sr. Néstor Pereyra, fue declarado *Artífice Porteño*, por la Secretaria de Cultura del Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, en diciembre del 2005.

Honrando el que hacer y las tradiciones gauchas del Barrio de Mataderos.

Figura 1 – Pagina del Registro de Marcas de Ganado, Realizada por el Litografío Hipólito Backle (1832)



Fonte: acervo da autora.

Figura 2 – El Resero de la pampa a Mataderos



Fonte: acervo da autora.

Introducción

"El Resero" surgió través del tiempo con la llegada de los primeros caballos a éstas pampas inhóspitas, entremezclado con el indio y el español.

Los latifundios, las estancias y la inserción del ganado vacuno y lanar lo fueron llevando con el arreo de animales a diferentes destinos, pasando por saladeros, mataderos, ferias y remates, producto del crecimiento de la producción ganadera en el siglo XIX, exportando cueros, astas, grasa y tasajo y que fuera de vital importancia para la economía de nuestro país.

Gaucho heroico, sabio, que soportó sol, vientos y lluvias luchando contra todos los imprevistos. Hombre de palabra y listo para defenderse con su poncho y su facón en cualquier ocasión que se le presentara. Guitarrero, payador, narrador de cuentos de aparecidos y noches de luz mala, que compartía con sus compañeros alrededor del fogón. Fiel amigo de su caballo, al que cuida con especial atención, es artesano en lo necesario para ensillar y trabajar.

Con la creación del Mercado de Hacienda en 1901, los reseros de Parque Patricios se fueron afincando en el Barrio de Mataderos, los que venían del interior de largas travesías podían descansar en habitaciones instaladas especialmente para ello en la recova, otros se fueron quedando en el barrio, dejando en el nombre de las calles su lugar de origen.

Con el llegar del progreso y con él el ferrocarril, *el Resero* fue acortando las distancias recorridas y arriaba el ganado desde las estaciones a los mataderos o ferias.

Cuando el transporte de carga automotriz trajo la hacienda desde el campo hasta su destino directamente, quedo *el Resero* para los trabajos de arreo en el interior de los mataderos o estancias.

Su cultura quedó grabada en varias poesías gauchescas, en libros y hasta en el Monumento en la entrada del Mercado de Liniers, emplazado en el Complejo Arquitectónico de la Administración de los Mataderos y así también en su honor se acuño en 1968 la moneda de diez pesos.

Hoy se lo ve pasar por Avenida de los Corrales, de regreso del Mercado de Liniers, haciendo retumbar las herraduras de su caballo contra los adoquines, cruzando hacia el deslinde con La Matanza, quizás sea su hijo o su nieto, pero llevan en él toda su esencia.

Y no faltará en los días festivos, luciendo sus mejores pilchas, y sus "lujos", sean de cuero trenzado o de plata.

Este ser excepcional, arquetipo de la nacionalidad mantiene inalterable el fuego inextinguible del hombre de trabajo, que siente el orgullo de ser lo que es, aferrando las raíces de nuestra tradición gaucha en el Barrio de Mataderos donde campo y ciudad se integran preservando nuestro patrimonio cultural.

Patrimonio rural en la ciudad: el resero de la pampa a Mataderos

Zulema Cañas Chaure
Museologa, Pesquisadora, Especialista en Preservcion de Patrimonio. Buenos Aires/ Argentina

Introducción

Para explicar y comprender la evolución del Resero, en el medio rural donde se desarrollo hasta nuestros días, es imprescindible tener en cuenta factores importantes en el contexto natural, cultural y económico, íntimamente ligados a la historia de la ganadera Argentina.

El Resero surgió través del tiempo con la llegada de los primeros caballos a éstas pampas inhóspitas, entremezclado con el indio y el español. Los latifundios, las estancias y la inserción del ganado vacuno y lanar lo fueron llevando a los caminos con el arreo de animales a diferentes destinos de todo el país para pasar por saladeros, mataderos, ferias y remates. Con la extensión de la producción ganadera en el siglo XIX los cueros, astas, grasa y tasajo *(carne seca y salada)* fueron de vital importancia para la economía de nuestro país.

Gaucho heroico, sabio, que soportó viento, sol, y lluvia luchando contra todos los imprevistos. Hombre de palabra y listo para defenderse con su poncho y su facón en cualquier ocasión que se le presentara. Guitarrero, payador, narrador de cuentos de aparecidos y noches de luz mala que compartía con sus compañeros alrededor del fogón. Fiel amigo de su caballo, al que cuida con especial atención, es artesano en lo necesario para ensillar y trabajar.

Con la creación de La Administración de los Mataderos de la Capital en 1901, fue pernoctando en los espacios de la Recova y de a poco se fue quedando en el barrio para dar nombre a las calles de Mataderos según su lugar de origen, (Chascomús, Tandil, San Pedro, Saladillo, Guamini, Bragado, etc.).

Con el llegar del progreso y con él el ferrocarril, *el Resero* fue acortando las distancias recorridas y arriaba el ganado desde las estaciones a los mataderos o ferias.

Ya para 1940 el transporte de carga automotriz trajo la hacienda desde el campo hasta su destino directamente, quedando *el Resero* para los trabajos de arreo en el interior de los mataderos o estancias.

Su cultura quedó grabada en varias poesías gauchescas, en libros y hasta en el monumento en la entrada al Mercado de Hacienda de Liniers, emplazado en la Recova de Mataderos y así también en su honor se acuño, en 1968 la moneda de diez pesos.

Hoy se lo ve pasar por Avenida de los Corrales, de regreso del Matadero, haciendo retumbar las herraduras de su caballos contra los adoquines hacia el deslinde con La Matanza, quizás sea su hijo o su nieto, pero llevan en ellos toda su esencia.

Y no faltarán en los días festivos, luciendo sus mejores pilchas, paseando sus *lujos*, sean de plata, lana de oveja o cabra, o de cuero trenzado.

Resero, ser excepcional, arquetipo de la nacionalidad mantuvo inalterable el fuego inextinguible del hombre de trabajo, que siente el orgullo de ser lo que es, aferrando las raíces de nuestra tradición gaucha en el Barrio de Mataderos donde campo y ciudad se integran preservando nuestro patrimonio cultural.

El resero, sus orígenes

La pampa fue el medio natural donde vivió y trabajo el *Resero,* una llanura cubierta por inmensas praderas verdes, con cardos que crecían hasta la altura del hombre formando una maraña, por entre la cual el ganado

formaba un laberinto de sendas, en la que se aprecian también hierbas más duras y espinillos.

El silencio y la soledad era el distintivo común del norte al sur, dentro de un horizonte circunscrito a lo que el hombre podría ver desde a caballo.

Con clima templado y húmedo regado por cursos de agua, con algunas depresiones donde se acumulaba las aguas de las lluvias formando lagunas y bañados donde abrevaban las aves.

Habitaban en ella animales como avestruz, zorro, vizcacha, mulitas, liebres, perdices, y peludos, entre otros.

Muy pocas cosas había que pidieran servir de mojón o marca para distinguir los lugares, pero en las regiones del centro y sur solía hallarse algún ombú al lado de una tapera solitaria, o dando sombra a un rancho.

Todo era espacioso, la tierra, el cielo, los maravillosos juegos de luz, las tempestades furiosas y supremas, y, sobre todo, el ánimo de los hombres, que se sentían libres, cara a cara con la naturaleza, bajo hondos cielos meridionales.

La zona bonaerense fue una de las áreas de difusión del caballo en las pampas, los primeros equinos llegaron con Pedro de Mendoza fundador de Buenos Aires en 1536. Al abandonar ese caserío en 1541 se perdieron entre una y cuatro decenas de caballos, que hallaron el hábitat propicio en el pastizal pampeano y se reprodujeron asombrosamente, originando al ganado cimarrón. El ganado vacuno aparece en distintos momentos a partir de 1550, a las pampas llegaron en 1573 con los asunceños fundadores de Santa Fe. En el siglo siguiente vacunos *alzados* (es decir reunidos en las estancias coloniales, sin cercos) originaron una abundancia en vacas cimarronas, los indígenas hacían con el cuero, coraza, toldos y boleadoras con los tendones. Como también eran parte de su dieta de subsistencia junto con la carne de caballo.

Estas tierras no tenían oro ni plata ni ningún otro valor que pudiera ser tomado con el criterio mercantilista de la época, eran utilizadas solamente como un lugar que servía para trasladarse a otros lugares, era la puerta a las tierras de arriba, que allí si tenían plata y comunidades con avanzado nivel cultural. Solo fueron necesarias cuando la revolución industrial posibilitó el comercio mundial valorizando los productos primarios como cueros, tasajo (carne salada), lana, carnes, cereales, etc., que se podían obtener en estas regiones.

Su primera industria consistió en la explotación del cuero, astas y grasas con una técnica que no requería ningún tipo de instalaciones.

Aparecen entonces las primeras estancias de gran superficie, a partir de esta economía ganadera se va a desarrollar una cultura cuyo producto social es el *gaucho*.

El gaucho

Principio nativo del arquetipo de argentino, amalgama de tierra y hambre criado *a campo* e inseparable de su mejor amigo, el caballo, el gaucho se ha caracterizado por su sentido hospitalario, y por tener una fisonomía tan singular que lo distingue de cualquier otro habitante. De sólidos principios, es ajeno al sectarismo político, cultiva sin alardes el patriotismo y participa de las creaciones de la estética en sus artesanías, que aplica tanto a la platería y al hueso como en los tejidos o el trenzado en cuero. Es poeta y músico, autor, interprete y bailarín. Respeta a la mujer y tiene algo que es propio de los seres de excepción: siente el orgullo de ser quien es.

Campesino rioplatense, jinete por excelencia, diestro en los trabajos de ganadería y el manejo del laso, las boleadoras y el facón que constituían los elementos esenciales del trabajo. Hombre sencillo, con gran criterio, resolución y habilidad.

Trabajo siempre con relación a su idiosincrasia, se conchababa en yerras, domas, rodeos, arreo, de baquiano, de quía. El gaucho nunca trabajo de mensual, lo hizo de palabra, su palabra era sagrada. Jugó su vida por ella y pospuso sus vicios para cumplirla, exigiendo de los demás lo propio.

En su vida común siguió los impulsos primitivos, desdeñó las comodidades del poblado, su rancho fue un albergue primitivo y esporádico, su cubil fue el recado. A medida que el ganado cimarrón se fue agotando, se fue organizando otra economía más progresista con revalorización del campo y sus productos.

La primera actividad que se desarrolló alrededor del equino y del vacuno fue la *vaquería* o volteada, la caza y cuereo del ganado. Al desjarreteador, herencia de la habilidad taurina del español y al lazo, herencia mediterránea europea, se sumarán las boleadoras, arma e instrumento tomado de los indígenas locales. La cría ocupa un lugar muy marginal, el ganado es librado a pastar y a reproducirse libremente.

Este va alejándose de la cuidad buscando mejores pastos y aguadas cada vez más al oeste y para *recogerlo* se deben organizar partidas de hombres. Como el ganado cordobés y santafecino rumbea para el sur el ganado se entremezcla y su recogida dará origen a pleitos entre los vecinos de Buenos Aires, Santa Fe y Córdoba.

La primera vaquería documentada data del año 1608. El Cabildo de Buenos Aires otorga un permiso a Francisco Maciel, para que recoja ganado, catalogado como *alzado*, es decir, que habría pertenecido al propietario. Asimismo el cuerpo municipal abre un registro donde cada vecino denuncia una cantidad de reses alzadas solicitando una *acción* (permiso) para vaquear. El permiso o *acción* se otorga en virtud de que el ganado ahora cimarrón se considera descendiente del sujeto, propiedad de los primeros habitantes sometidos al repartimiento de Juan de Garay. Esta justificación es lo que se llama *Doctrina de los accioneros*.

Cabe aclarar que para ser *accionero* había que ser vecino, categoría que implicaba la posesión de algún tipo de propiedad.

Vendrá luego la estancia cimarrona, donde más que criar se agrupa y depreda el ganado, casi tan irracionalmente como en la primaria vaquería. Siempre por el cuero. Y ese cuero será, en definitiva, la materia prima de toda industria, como era el artículo, casi único, de todo comercio.

> El cuero habrá de favorecer la inspiración naturalista más absoluta en el aprovechamiento utilitario y estético, de bienes brindados ya hechos por la naturaleza, que ha de ser característica del quehacer de nuestra gente rural: el cuero en los techos, puertas y ventanas, y hasta las paredes de las habitaciones; ataduras de cuero en sustitución de la clavazón; trojes o silos fabricados con el animal entero, parado sobre sus cuatro extremidades y relleno -como en extraña taxidermia- con el grano de trigo; el cuero unido en sus extremos, como *pelota*, primitivo flotador para cruzar cursos de agua, etc.
>
> La carne vacuna formaba parte de la dieta básica de la población. Y desde la conformación de los primeros núcleos poblacionales, su provisión se encontraba mediada por el *estanco*, sistema de abastecimiento monopólico, cuyo principal objetivo era asegurar el eficiente suministro de alimentos a la ciudad. El *estanco* consistía en el contrato en forma exclusiva a una persona jurídica (individuo o entidad) para el faenamiento y venta de carne al público en forma constante. Quien asumía esta responsabilidad recibía el nombre de *obligado*. Este contrato estipulaba que el abastecimiento debía realizarse por determinada cantidad de tiempo, que variaba de uno a dos años, y a un precio pre-acordado, accesible por igual a todos los sectores sociales que no podía modificarse hasta la fecha estipulada de su culminación. El *obligado* pagaba un canon o tasa al Cabildo, y éste vigilaba si se cobraba al público el precio fijado, así como también los días de la semana y los horarios en que se vendía la carne, fiscalizando la calidad del producto. (CALVO, 2001, p. 4).

Los mataderos eran los lugares donde se sacrificaba el ganado para el consumo de la población.

Para la alimentación de los vecinos, los matarifes o abastecedores, faenaban los vacunos de las estancias cercanas o en los *mataderos* o *corrales* (como se los llamaba en esa época) habilitados en el ejido de la ciudad, que eran solares cercados con tapias de adobe o con palo a pique, donde se encerraban los vacunos y un predio libre donde se los liberaba para la matanza, además había un rancho para el juez de los corrales, y cercanos estaban las carretas para el transporte. La matanza se hacía dos veces por semana en verano y de abril a setiembre una vez por semana. Ellos debían poseer el ganado o asociarse con quien los tuviera y que estuviera cerca de la ciudad. Se faenaba con hacha en tres masas longitudinales, quedaba la cabeza, el hígado y los deshechos para las piaras de cerdos, perros, y aves de rapiña. El cuero servía como carpeta para el descuartizamiento. El serrucho manual aparece a mediados del siglo XIX.

La hacienda cimarrona no era apta para el consumo por la distancia que se debí recorrer, además eran muy ariscos, ni traer las reses muertas por imposibilidad de conservar su carne. Hasta 1870 *la raza criolla* era mayoría en los rodeos.

El mejoramiento con animales importados de Inglaterra comenzó hacia 1895 quedando un bajo porcentaje de la *raza criolla*, que eran animales vigorosos con buena masa muscular, con menos grasa que los actuales aunque más huesudos, alcanzaban en tres años el peso y condición exigida para la matanza, en la época colonial los novillos superaban los 450 kilos.

Este proceso fue lento, pero hacía 1810 aparece el primer saladero en Buenos Aires para elaborar tasajo, establecido por dos ingleses, Staples y Mc Nelly, cuya producción era destinada a la exportación.

En 1815 Rosas, Terrero y Dorrego abrieron otro saladero más importante y organizado. Fue en estos saladeros donde el gaucho desarrollo su labor como resero, arreando el ganado desde en interior de las provincias a estos establecimientos.

El resero, su trabajo y radicación en la ciudad

Desde las estancias a los saladeros, los gauchos que se encargaban del arreo se denominaban *reseros* o troperos que ahondaban caminos difíciles y peligrosos para transportar la hacienda desde lugares muy distantes.

Los largos trayectos le obligaban a cabalgar por muchas horas, soportar tormentas e intensos vientos, el sol intenso curtía sus caras y cuando

los vencía el agotamiento se dormían andando a caballo. Hacían noche donde podían, casi siempre en cielo abierto, donde juntaban ramas secas y aprontaban fuego para asar la carne, su principal alimento, en los momentos de descanso compartía el mate con sus compañeros de viaje, mientras relataban hazañas pasadas y relatos de aparecidos. Acostumbrados a la quietud de la llanura sólo oían los cencerros y los balidos de la hacienda.

A la mañana temprano iniciaban nuevamente su marcha marcando el tranco lentamente donde gente ganado se fundían en el camino.

> [...] Su indumentaria era de gaucho pobre. Sombrero, poncho, un simple chanchero *cinturón de cuero de chancho* rodeaba su cintura. La blusa corta se levantaba un poco sobre un cabo de hueso *mango*, del que pendía el rebenque, chaleco, pañuelo de color al cuello, calzado con botas de potro y espuelas. El chiripa *paño cuadrado que se usa sobre calzoncillos, pasándolo entre las piernas* sujeto a la cintura por medio de una faja, que fue cayendo en desuso y se reemplazo por las bombachas, pantalón amplio sujeto en los tobillos [...].
>
> [...] Su trabajo consistía en enlazar, pialar, carnear, domar, hacer riendas, bozales y cabrestos, lonjear, sacar tientos, echar botones *confeccionar, en cuero u otro material, los botones usados para el cabresto o los estribos*, esquilar, tusar, bolear, curar el mal de vaso *hinchazón* del vaso del caballo, acompañada de mucha fiebre. Puede curarse con pinceladas de huevo batido y engrasándolo por dentro con unto sin sal o bien cauterizándolo con hierro caliente y poniéndole un fuerte vendaje de arpillera, y el haba *bulto* carnoso que se suele formar en el paladar de los caballos, junto a los dientes. *Se extirpa con un cuchillo bien afilado, pero suele reproducirse cada dos años* [...]. (GUIRALDES, 2003, p. 45).

Las pulperías también constituían un servicio para el viajero, ubicadas preferentemente en los cruces de camino. Allí se expendían algunos comestibles y los *los vicios,* tabaco, yerba, azúcar, se podía comprar y tomar bebidas y artículos de los más variados, además era el lugar descanso y distracción donde los gauchos improvisaban payadas y bailes.

La estancia antigua no necesitaba mucho personal, la ganadería vacuna era un condicionante para que todo el trabajo se hiciera a caballo, sin que el resero necesitara desensillar. El caballo era la herramienta de trabajo, y la calidad de la tropilla, motivo de prestigio para su propietario, cuchillo, pial, y las boleadores son los útiles necesarios para la labor.

El comercio internacional que marca la pauta de producción ganadera, sufrió extraordinariamente con las desinteligencias de Rosas con Inglaterra

y Francia. Desde 1845, los puertos argentinos fueros bloqueados, pero levantado el bloqueo en 1848, en el segundo semestre se exportan 1.101.093 cueros vacunos, 209.435 quintales de tasajo y 10.000 toneladas de cebo.

> [...] Las tropas de entonces se componían casi siempre, 250 a 300 cabezas y venían casi todas por arreo, auque fuera de 80 a 100 leguas de distancia, llegando plaza después de 10 a 15 días de viaje, como si recién hubieran salido de estancias, debido a los capataces que tenían gran empeño y amor propio, en preservar bien sus tropas. Es cierto que entonces todos eran campos grandes y a ningún estanciero se le ocurría rehusar campo o agua a las tropas en viajes. Los más tacaños mandaban más peones para ayudar a los troperos para que demoraran menos tiempo dentro del alambrado [...]. (CALVO, 2001, p. 3).

Los mataderos

Se iniciaron en 1775 par la Real Cédula y funcionaron cerca del Riachuelo y también en la zona Oeste, fueron trasladados varias veces por distintas causas, hasta que en 1872 se inauguran los nuevos corrales del Sud su diseño era sencillo pero sumamente eficiente.

Los reseros traían el ganado en arreos desde el interior, cruzando el Riachuelo por el paso de BURGOS (Puente Alsina) o por paso de la NORIA.

Las dificultades para realizar el cruce eran difíciles, en especial los días de lluvia, dependiendo de la habilidad del resero para que los animales no quedaran atascados en el agua o se dispersaran.

> [...] Generalmente se dividía la tropa en tres partes, los más gordos, en dos lotes grandes y después lote de desecho que se vendía por casi nada. El día que entraban tres mil cabezas la plaza quedaba abarrotada, y si seguía unos cuantos días esta entrada, la única salvación eran los saladeros de los Roca y los Repetto, quienes venían y elegían a su gusto los novillos que querían comprar. Las tropas de hacienda venían de La Tablada, después de revisarse, en lo que se llamaba la plazoleta, que era un gran hueco frente a lo que hoy es la Iglesia de Nueva Pompeya, entrando por la calle de la Arena, única empedrada en aquella época y rodeada por terrenos bajos, que en tiempo lluvioso eran pantanos bastantes profundos. Los consignatarios iban a buscar sus tropas y su orgullo era ir bien montados, no viéndose hoy los caballos tan bien amansados y lindos de aquellos tiempos. Las yeguadas eran muchas en las estancias, los caballos valían poco y los estancieros tenían placer en que un animal sobresaliente de su marca se luciera [...]. (CALVO, 2001, p. 4).

Luego las animales eran conducidos a la *Tablada*, donde permanecía en cuarentena para chequear marcas y separar animales enfermos. El sitio de esta *Tablada* es el actual Parque De la Ciudad. Los procedimientos de la matanza eran casi los mismos que en el anterior matadero *similar al relatado por E. Echeverría en su libro El Matadero.*

Los Corrales del Sud o *Corrales Viejos* estaban ubicados en el terreno del actual Parque Patricios. Cuando una gran inundación abnegó la entrada de hacienda al matadero se pensó en su traslado a una zona más alta, se eligió para ello: Los Altos de Liniers en la Ciudad de Buenos Aires, lo que después se llamaría barrio de *MATADEROS.*

El Complejo Arquitectónico de la Administración de los Mataderos fue inaugurada el 21 de marzo de 1900 por el presidente Julio A. Roca y el Intendente Rodolfo Bullrich. Es un edificio italianizante, que conforma un conjunto exento de las construcciones vecinas. ubicada en la confluencia de dos Avenidas Lisandro de la Torre y De los Corrales, la construcción de planta en "U" abraza una pequeña plazoleta, con una calle adoquinada que la circunda. En la plazoleta se destaca la estatua del Resero. En la fachada del cuerpo principal, que enmarca el acceso a los mataderos, se destacan los grandes pilares sobre los que se descargan los arcos demedio punto de las galerías. Dos alas laterales, de menor altura, convergen en un espacio central con recovas.

En estas mismas recovas se instalaron una especie de habitaciones muy sencillas donde pernoctaban los reseros al llegar con sus tropas de ganado.

Con la instalación de una red ferroviaria dentro del mercado y, posteriormente el transporte de carga automotriz condiciona a los *reseros* al trabajo en el interior de los mataderos distribuyendo el ganado para su venta y al trabajo rural.

La administración de los Mataderos fue un gran proyecto, cuyo crecimiento constituyó la formación del barrio de Mataderos, la instalación de frigoríficos, graserías, curtiembres, etc., desarrollando en la región un gran crecimiento económico, demográfico y cultural.

El *resero* participó de todos estos cambios que se produjeron a través del tiempo, siendo un símbolo para el barrio de Mataderos, que cuenta hoy con su propio monumento frente al edificio central de La Administración de los Mataderos, instaurando nuestro patrimonio rural en la Ciudad.

Gestão ambiental da BR-285/RS/SC e as ações socioambientais: meio ambiente, cultura e tropeirismo

Amanda Montagna
Bacharela em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo/ULBRA, Especialista em Jornalismo Esportivo/UFRGS, Especialista em Comunicação Social e Educação Ambiental na Gestão Ambiental da BR-285/RS/SC. Canoas/RS

Cauê Canabarro
Bacharel em História, Mestre em Educação Ambiental/FURG, Educador ambiental na Gestão Ambiental da BR-285/RS/SC. Pelotas/RS

Gustavo Arruda
Bacharel em Ecologia/UCPel, Especialista em Gestão de Negócios Socioambientais/ Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). Pelotas/RS

Introdução: de que lugar estamos falando

O presente texto constitui-se como um relato de experiência que se discorre sobre o trabalho desenvolvido no âmbito dos Programas de Educação Ambiental e Comunicação Social executados no contexto da Gestão Ambiental das obras de implantação e pavimentação da BR-285/RS/SC, uma rodovia federal sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). As ações tratadas são desenvolvidas junto às comunidades de Timbé do Sul (SC) e São José dos Ausentes (RS), os dois municípios onde se insere o empreendimento. Especificamente será abordada a relação das ações propostas pelos programas com a questão da formação cultural da região e das expectativas de desenvolvimento social e econômico a partir das práticas de turismo sustentável e de base comunitária.

Primeiramente faz-se necessário evidenciar que a Gestão Ambiental da BR-285/RS/SC, como uma política pública no marco da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6938/1981), é definida como um instrumento do licenciamento ambiental federal conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com o objetivo de evitar, mitigar e/ou compensar os impactos ambientais gerados pelo empreendimento.

Com a instituição da Política Nacional de Meio Ambiente, ficou estabelecida a obrigatoriedade do licenciamento ambiental de empreendimentos

efetiva ou potencialmente poluidores em território brasileiro. O licenciamento ambiental consiste no processo através do qual o órgão ambiental autoriza a localização, implantação e operação dos empreendimentos que utilizam recursos naturais e que de qualquer forma possam causar degradação ambiental. Além da PNMA, a Resolução nº 237 de 1997 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) também regulamenta as atividades de licenciamento, incorporando ao processo os instrumentos de gestão ambiental a serem desenvolvidos e também define as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental.

Como afirma Serrão (2011), o licenciamento ambiental é uma prerrogativa exclusiva do Estado, sendo um instrumento de regulação da instalação de grandes empreendimentos, sejam eles econômicos ou de infraestrutura, como por exemplo estradas, portos, hidrelétricas, no que tange os impactos socioambientais que estes podem causar. Isso significa dizer que técnicos responsáveis decidem pela emissão ou não do licenciamento, mediante uma avaliação dos riscos ambientais inerentes.

No que se refere às ações da Gestão Ambiental destinadas aos grupos sociais que vivem próximos aos empreendimentos licenciados, destacam-se os Programas de Educação Ambiental (PEA) e de Comunicação Social (PCS), no âmbito dos quais foram desenvolvidas as ações aqui descritas.

Educação Ambiental e envolvimento comunitário: construindo o processo

O marco legal para o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental (EA) no licenciamento é a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº 9795/99, e seu Decreto de Regulamentação (Decreto nº 4281/2002), que definem e orientam os processos de implementação no país. O Artigo 6º do referido Decreto estabelece a necessidade de criar, manter e implementar, sem prejuízo de outras ações, PEAs integrados em atividades de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras.

A EA insere-se no contexto do licenciamento de uma obra rodoviária como uma medida para minimizar os riscos e os impactos ambientais decorrentes das atividades construtivas sobre os grupos sociais impactados.

Tendo como referência as orientações da PNEA e também as diretrizes do IBAMA, a elaboração e execução do PEA deve pautar-se, pedagogicamente, pelos princípios da participação e da socialização de informações, no sentido de construir uma cultura cidadã, cujo ponto de partida é que a consolidação e o avanço das ações que visam a preservação e o equilíbrio

ambiental dependem fundamentalmente de uma apropriação pública dessas ferramentas pelos diferentes atores sociais que constituem o ambiente. Segundo Loureiro:

> No que se refere ao processo de gestão ambiental, a presença da educação ambiental ganhou notoriedade e reconhecimento quanto à sua importância estratégica para a socialização de informações e conhecimentos, a autonomia dos grupos sociais, a participação popular e a democratização das decisões (LOUREIRO, 2009, p. 20).

Desta forma, o PEA visa criar condições para a participação dos atores sociais envolvidos no processo de gestão ambiental e no desenvolvimento de seus papéis como agentes e cidadãos para a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva. Quintas (2007, 2009) afirma que o ponto de partida para a implementação de atividades de EA no contexto da Gestão Ambiental é o que está disposto no artigo 225 da Constituição Federal, a saber: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida", sendo de responsabilidade da coletividade e do poder público defender e preservar o ambiente.

No sentido de normatizar as ações de EA no contexto do licenciamento ambiental federal, o IBAMA publica em 02 de fevereiro de 2012 a Instrução Normativa 02 (IN 02/2012), a qual define as diretrizes para a execução dos PEAs. Nesse sentido, a referida IN do IBAMA estabelece a necessidade de elaboração de um diagnóstico participativo envolvendo os sujeitos definidos como prioritários da ação para a definição da estruturação das ações do PEA, sendo que a realização desse processo irá constituir os interlocutores legítimos das comunidades impactadas e a Gestão Ambiental.

Os pressupostos que fundamentam as ações do PEA devem pautar-se pelo princípio da participação. Para tanto, os fundamentos metodológicos das atividades devem estar conectados com o conceito de meio ambiente como uma totalidade complexa que integra o humano e o natural e suas diversas relações e interfaces.

Tomando como ponto de partida que o diagnóstico tem como referência o que Quintas (2009) denomina de construção do ato pedagógico, sendo um processo que "vai do planejamento até sua realização" (QUINTAS, 2009, p. 68). O mesmo deve envolver a participação permanente das comunidades envolvidas. A efetividade do processo de ensino-aprendizagem no âmbito da gestão ambiental está condicionada pela articulação entre as diretrizes do licenciamento, os objetivos dos educadores, a realidade social ou o contexto e uma permanente avaliação das atividades desenvolvidas.

Desde 2016, o Programa de Educação Ambiental das obras de implantação de pavimentação da BR-285/RS/SC vem desenvolvendo processos educativos com os diferentes sujeitos e grupos sociais próximos das obras. Especificamente foram realizadas ações com a comunidade escolar do município de Timbé do Sul, onde se insere o Lote 2 do empreendimento. De acordo com os princípios e as diretrizes acima expostos, as ações foram construídas em permanente diálogo com estudantes, professores e as direções e coordenações das instituições de ensino.

Nesse sentido, foram realizadas oficinas com estudantes e professores para trabalhar com as possibilidades de produção e utilização de ferramentas audiovisuais no processo de formação e também como instrumento para resgatar e valorizar os aspectos culturais e naturais da região, o que se constitui como um anseio de toda comunidade escolar, desde aquele primeiro contato em 2016 até o presente momento.

Desta forma, houve uma interface do PEA com o Programa de Comunicação Social para a realização de um projeto conjunto entre estudantes e professores do Ensino Médio Inovador da Escola de Educação Básica Timbé do Sul e a Gestão Ambiental da BR-285/RS/SC, para produzir um vídeo educativo e informativo com o resgate da memória dos cidadãos mais antigos da cidade sobre a história local, e, também, sobre a construção da primeira estrada na Serra da Rocinha.

Durante a produção do material percebe-se o potencial histórico-cultural presente na região para dialogar sobre as perspectivas do presente e do futuro das comunidades que ocupam esse território, não só de Timbé do Sul, mas também envolvendo de forma mais abrangente a Serra Geral catarinense e os Campos de Cima da Serra gaúchos.

Como fio condutor da história emerge o tema do tropeirismo, uma atividade que marca decisivamente a formação da paisagem social, econômica e cultural da região, além de se tornar um fator decisivo na integração da região sul ao centro do Brasil. O tropeirismo atravessou gerações ao longo do tempo, persistindo enquanto atividade até meados do século XX, seu ocaso coincide com a abertura de grandes estradas e o advento do transporte por caminhões. Porém, embora enquanto prática tenha se tornado obsoleta diante do avanço dos transportes, segue viva na memória e na história da formação da identidade do povo da região, buscando um novo significado, mantendo vivo um passado que pode servir como alavanca para o futuro, baseado em outras possibilidades de desenvolvimento, como veremos na sequência deste trabalho.

A interface da Comunicação Social: ampliando as potencialidades

O Programa de Comunicação Social tem como objetivo garantir e monitorar o acesso a informações a todos os atores e públicos envolvidos no empreendimento. Para que o PCS cumpra com a sua função social enquanto veículo de colaboração e participação comunitária, além de informar os segmentos envolvidos, busca também instrumentá-los e conscientizá-los no sentido de oportunizar a identificação da importância de seus papéis neste processo, para que possam contribuir efetivamente na implantação e gestão socioambiental do empreendimento e principalmente de seu entorno.

Respeitadas as suas especificidades, os Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental se complementam e se potencializam mutuamente. O PCS, neste contexto, dispõe de uma série de ferramentas para divulgação das informações e do conhecimento gerado no âmbito da Gestão Ambiental, bem como para aplicação no campo da Educomunicação (dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais). Uma destas ferramentas consiste na linguagem audiovisual, que, na BR-285/RS/SC, se dá tanto nos espaços educativos, a partir de práticas pedagógicas, quanto no emprego associado às estratégias de comunicação massiva.

O curta-metragem Serra da Rocinha: caminhos & raízes sintetiza estas duas vertentes, uma vez que o projeto tem início nas atividades e oficinas realizadas com alunos da EEB Timbé do Sul, por meio das quais foram realizadas as primeiras pesquisas e entrevistas, e é concluído pela equipe técnica de comunicação social do empreendimento.

O documentário conta com depoimentos da própria comunidade a respeito da Serra da Rocinha e do período que compreendeu o tropeirismo na região. Colonizado entre 1872 e 1917, Timbé do Sul tem ligação direta com os caminhos projetados para ligar os Campos de Cima da Serra à planície catarinense. Da Serra Velha, por onde acredita-se que passava o Caminho dos Conventos, até a Serra da Rocinha, rota que atualmente está sendo pavimentada pelo DNIT nas obras da BR-285/RS/SC. O vídeo narra as dificuldades encontradas para abrir o primeiro traçado nas décadas de 1930 e 1940, época em que o trabalho braçal compensava a falta de tecnologia especializada. As expectativas para o futuro também são colocadas em perspectiva por moradores de diferentes gerações.

A linguagem documental permite compartilhar estas memórias por meio da voz de quem as viveu. Ao contrário de um texto escrito, a entrevista com som e imagem transmite o contexto emocional e subjetivo dos protago-

nistas, fazendo destas pessoas o registro vivo da história local e representantes de uma identidade cultural que se espera preservar.

John Grierson, considerado um dos principais nomes da história dos primórdios do documentário, definiu o gênero como o "tratamento criativo da realidade". Já Bill Nichols, reconhecido por seu trabalho pioneiro como fundador do estudo contemporâneo do documentário, avalia que esta afirmação "destrói a própria pretensão à verdade e à autenticidade da qual o documentário depende". (NICHOLS, 2010, p. 51).

> Se não podemos considerar suas imagens o testemunho visível da natureza de uma parte específica do mundo histórico, podemos considerá-las testemunho do quê? Ao suprimir essa pergunta, a estrutura institucional do documentário suprime grande parte da complexidade da relação entre representação e realidade, e também adquire uma clareza ou simplicidade que deixa subentendido que os documentários têm acesso direto e verdadeiro ao real. Isso funciona como um dos principais atrativos do gênero. (NICHOLS, 2010, p. 51).

Nichols (2010) complementa afirmando que os documentários não adotam um conjunto fixo de técnicas, formas ou estilos. Se no filme de ficção a escrita do roteiro ocorre no período da pré-produção, no documentário ela pode ser considerada uma escrita em aberto, que se estende por todo o processo de realização do filme.

> Trata-se de um gênero em que o imprevisto pode desempenhar papel tão importante quanto aquilo que é cuidadosamente planejado. Essas características do gênero justificam a diversidade de modos de preparação e condução do filme documentário; a cada novo projeto de um filme, o documentarista é obrigado a se deparar com particularidades advindas do universo de abordagem escolhido, que o faz rever seus métodos de organização da produção. (SOARES, 2007, p. 23-24).

A realização do documentário em curta-metragem Serra da Rocinha: caminhos & raízes envolveu as seguintes etapas (não necessariamente realizadas em ordem cronológica):

- Pesquisa: bibliográfica, material de arquivo (fotos, filmes, documentos) e em campo nas locações das filmagens;
- Roteiro: construção do argumento, tratamento, escolha das personagens, descrição das sequências e redação das locuções;
- Produção: captação de imagens (cenas) e entrevistas, utilização de materiais de arquivo, criação de ilustrações e recursos gráficos originais;

- Som: utilização de sons ambientes, efeitos sonoros e trilhas musicais (uma delas original);
- Pós-produção: gravação das locuções, montagem e edição;
- Finalização: tratamento de cor e imagem;
- Lançamento e divulgação.

Lançado no dia 23 de setembro de 2020, data em que se comemora a emancipação de Timbé do Sul, o documentário obteve, em apenas dois meses, 7,3 mil visualizações no Youtube e alcançou mais de 20 mil pessoas com postagens na página da Gestão Ambiental no Facebook. Os comentários do público dão a dimensão do impacto positivo despertado na comunidade, conforme a seleção a seguir:

> Quando eu era menino, ainda lembro das boiadas que desciam a serra. Meu pai cedia um terreno de pasto para passarem a noite e seguir viagem no dia seguinte. O pagamento nunca era feito em dinheiro. Pagavam com produtos que traziam. Lembro do queijo serrano que era muito gostoso. Excelente vídeo. Voltei no tempo. Lucione Topanotti
>
> Belo documentário, resgate histórico! Meu pai, Vicente Ribeiro Hoffmann, foi tropeiro nesta região nos anos 40/50. Várias vezes saindo de Bom Jesus ia até Araranguá fazer negócios. Com tropa de mulas ou em carreta com parelhas de 5 mulas, e na companhia de amigos ou parentes para se apoiarem mutuamente. Me contava que certa feita após carregar a carreta com sal direto do trem em Araranguá, foi convidado pelo companheiro, meu padrinho Carlinhos Jacoby a tomar uma cerveja, ele se recusou porque não queria gastar o sofrido dinheirinho ganho naquela jornada de vários dias. Joel Hoffmann

"Uma verdadeira aula de história. Como é bom ver relatos de pessoas idosas que participaram e viveram épocas que marcaram o início do desenvolvimento desta região [...]" Vernei Barbosa dos Santos.

"Como é bom ver caminhos antigos sendo resgatados." Helmold Lodenkamper

"Lindo o documentário. O passado se tornando o futuro." Galba Bertoncello

"Sensacional! Resgatar e preservar essa história é algo importantíssimo e fundamental." Áureo Oliveira

Considerações finais: resgatando o passado para projetar o futuro

A população deve estar preparada para as mudanças que estão por vir e, nesse processo, é fundamental que haja diálogo, valorização da cultura local

e um planejamento participativo que leve em consideração pautas como sustentabilidade e justiça ambiental.

No território que serviu de cenário e fio condutor para o documentário Serra da Rocinha: caminhos & raízes, abrangendo municípios como Timbé do Sul, Praia Grande e Araranguá, em Santa Catarina, e São José dos Ausentes e Bom Jesus, no Rio Grande do Sul, muitos elementos socioeconômicos e estruturais estão para mudar a região, direta e indiretamente. Por exemplo, a possibilidade do território ser reconhecido como um Geoparque Mundial pela UNESCO, iniciativa denominada de Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul. A UNESCO diz que Geoparques Mundiais são:

> Os Geoparques Mundiais da UNESCO são áreas geográficas unificadas, onde sítios e paisagens de relevância geológica internacional são administrados com base em um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável. Sua abordagem ascendente que combina a conservação com desenvolvimento sustentável e que, ao mesmo tempo, envolve as comunidades locais, está se tornando cada vez mais popular. Site oficial da UNESCO - https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/expertise/earth-sciencegeoparks

Segundo informações do site oficial do projeto (www.canionsdosul.org), administrado por um Consórcio Intermunicipal composto por sete cidades do RS e SC, o dossiê já foi encaminhado e aguarda vistoria *in loco* dos profissionais da UNESCO, que foi adiada para 2021 devido à pandemia de Covid-19. Poderá ser o segundo Geoparque brasileiro e trará consigo estímulos para trabalhar a educação e o turismo por meio da paisagem natural, da história e dos saberes locais. Neste contexto, o engajamento e o senso de pertencimento por parte da população com relação ao seu território, são elementos importantes para efetividade do título.

Outros dois fatores de mudança precisam ser reconhecidos, sendo um deles a implantação e pavimentação de 30,438 quilômetros da BR-285/RS/SC. A obra irá ligar a serra ao mar, o que facilitará o escoamento da produção agrícola, o deslocamento da população local e a chegada de turistas. O segundo fator é a concessão pública dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, realizada pelo Ministério do Meio Ambiente e que trará um investimento de CAPEX de R$ 14.099.606,00, um OPEX de R$ 248.095.100,00 (www.ppi.gov.br, 2020) e consequentemente o aumento do número de visitantes nos próximos 30 anos de contrato.

Essas três mudanças citadas possuem ligação direta com a atividade turística e a economia regional. Neste sentido, a participação da comunidade no

debate é vital para pensar num modelo que reconheça o turismo ecológico, cultural, pedagógico, de base comunitária e, acima de tudo, sustentável e justo. Portanto, nascendo dos anseios da população de Timbé do Sul, São José dos Ausentes e Bom Jesus, este documentário produzido pela Gestão Ambiental da BR-285/RS/SC surge como ferramenta para promover esse diálogo através de um audiovisual de caráter educativo e documental, podendo ser utilizado de forma pedagógica nas escolas e pela restante da comunidade via redes sociais. Esse é um dos vários propósitos de uma Gestão Ambiental, que por meio dos seus Programas Socioambientais, cria espaços para que a comunidade seja ouvida, participe e construa coletivamente ações e ferramentas que permaneçam na região além do período da obra de infraestrutura.

Também foi identificado durante a produção do documentário que, para as pessoas envolvidas no projeto, a palavra "futuro" está relacionada com a palavra "turismo" e que em diversos momentos a palavra "turismo" foi ligada à atividade tropeira. Isso, deve-se ao fato de que a região possuí diversos caminhos que foram utilizados pelas tropas e que hoje são atrativos para os visitantes. Além disso, durante as gravações do vídeo, ficou evidente que a atividade tropeira é uma identidade enraizada nas paisagens naturais, nos costumes e na memória oral de comunidades tradicionais como a do Quilombo de São Roque, na Pedra Branca, cidade de Praia Grande (SC).

Hoje o legado histórico do tropeirismo tem potencial de ser utilizado como um instrumento aliado da conservação ambiental, geração de renda e proteção integrada de questões sociais com foco central na defesa dos direitos sociais e do patrimônio cultural. Ele une aspectos sociais, históricos, econômicos e ambientais, ajuda a entender o passado, a valorizar o presente e a dialogar com as pessoas sobre o futuro que desejam.

Referências

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental no licenciamento: aspectos legais e teórico-metodológicos. In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.) *Educação ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias:* o caso do licenciamento. Salvador: IMA, 2009.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário.* 5. ed. Campinas: Papirus, 2010.

QUINTAS, J. S. Educação na gestão ambiental pública. In: JUNIOR, L. A. F. (Org.) *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*, v. 2. Brasília: M. M. A, 2007.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental publica: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. CASTRO, R. S. de. (Org.). *Repensando a educação ambiental:* um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009.

SERRÃO, M. A. Os impactos socioambientais e as medidas mitigadoras/ compensatórias no âmbito do licenciamento ambiental federal das atividades marítimas de exploração e produção de petróleo no Brasil. In: HERCULANO, S. (Org.). *Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas:* o caso de Macaé (RJ). Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD), Universidade Federal Fluminense, 2011.

SOARES, Sérgio Puccini. *Documentário e roteiro de Cinema:* da pré-produção à pós-produção. 2007. 239f. Tese (Doutorado em Multimeios) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Tropeirismo em Campos Novos/SC: histórias, memórias e patrimônio cultural

Enedy Padilha Rosa
Funcionária pública aposentada, Pesquisadora e Estudiosa da História de Campos Novos e região. Campos Novos/SC

Introdução

O município de Campos Novos é conhecido, atualmente, como "Celeiro Catarinense", maior produtor de grãos de Santa Catarina. Destaca-se na produção do chamado *ouro verde*: a soja com 208 mil toneladas em 2019. Fato que o fez figurar entre os 20 maiores produtores de soja do Brasil. A pecuária, a indústria, o comércio e a prestação de serviços são diversificados e caracteristicamente bem desenvolvidos. O acesso à cultura, à informação, à saúde, à educação corresponde a grandes centros do país. Soma- se a tudo isso: um clima ameno, uma geografia magnífica, um povo hospitaleiro e trabalhador. Aonde é bom de estar e de se viver. Cabe ressaltar a grande contribuição de cidadãos descendentes dos tropeiros ou de transmudados que nos primórdios chegaram ao município cruzando os passos e caminhos de tropas.

Campos Novos localiza-se no Planalto Sul de Santa Catarina, ligado ao município de Barracão, Rio Grande do Sul, através da BR 470 e da Ponte da Integração sobre o rio Uruguai, inaugurada em 06 de junho de 1996, obra que quase passa desapercebida nos dias atuais, em decorrência do reservatório da UHCN (Usina Hidrelétrica Campos Novos). Anterior a construção desta ponte, a travessia era realizada por uma balsa rebocada por uma lancha

da Marinha. Em tempos remotos, enfrentava-se as águas do Pelotas pelo antigo Passo do Neco Leôncio. Mais tarde, esta denominação passou para Passo do Entre Rios e do Passo do Pontão. Porque este caminho de tropas cruzava a localidade do Pontão nos campos de São João Batista de Campos Novos.

Figura 1 – Ponte da Integração (2000)



Fonte: acervo de Enedy Padilha da Rosa.

Com a formação do lago artificial da Usina Hidrelétrica Campos Novos, a 4ª mais alta do mundo com 220 metros de altura, com início da geração de energia em julho de 2006, o lugar nos barrancos do Pelotas onde os tropeiros, os viajantes e as tropas de bovinos, de muares e até de suínos desciam nas águas desse rio, deixou de existir. Porém, ficaram as memórias, os bens culturais e ambientes históricos que são as *marcas* do Ciclo do Tropeirismo encontradas nesse município e região. Entre o legado daqueles tempos, estão: o Passo do Pontão, no distrito da Encruzilhada e no ex- distrito camponovense de Duas Pontes, atual município de Zortéa, a localidade do Pouso Alto e o edifício centenário conhecido popularmente como: *Casa da Cultura Cel. Gasparino Zorzi* localizado na Praça Lauro Muller, na cidade de Campos Novos. A areia foi trazida no lombo de muares conduzida pelos tropeiros e, ainda segundo a História Oral, retirada dos rios Canoas e Corredeira, onde descendentes de indígenas, de escravos (afrodescendentes) e caboclos trabalharam na extração.

Figura 2 – Casa da Cultura. Sede atual da Fundação Cultural Camponovense Museu Histórico e Arqueológico de Campos Novos/SC



Fonte: acervo do Arquivo Histórico, Fundação Cultural Camponovense.

Há muito a ser resgatado, pesquisado e estudado sobre

o tropeirismo e o patrimônio histórico e cultural de Campos Novos e região. Porém, merecem ser citados os trabalhos: de registro dos Elementos Históricos e Culturais da Área do Reservatório Usina Hidrelétrica Campos Novos, realizado pela UCS, Projeto ECAMP, coordenado pela professora Cleodes Piazza J. Ribeiro, custeado pela ENERCAN, consórcio construtor da UHCN. E o Projeto Rotatur Passo do Pontão que está sendo implementado pela senhora Terezinha Fornari Carneiro, socióloga e gestora autônoma de turismo que tem por objetivo "Transformar a herança histórica e cultural do caminho nacional das tropas e o Passo do Pontão numa rota de ecoturismo interestadual, oferecendo produtos e serviços num arranjo produtivo local sustentável."

No entanto, até chegarmos ao ano *preocupante de 2020,* do coronavirus, da COVID-19 e da pandemia mundial, incontáveis seres humanos e animais deixaram nestas terras seu suor, seu sangue labutando pelo território. Destes personagens persistem "suas marcas na História. Não raro, até *pelearam* em revoluções e conflitos." E, assim a vida dos antepassados, fora se desvanecendo. Mas, os feitos, os bens culturais, as memórias das pessoas e sua História na construção do *Celeiro Catarinense* subsistem e são merecedoras de resgate, de registro, de valorização e de gratidão.

São João dos Campos Novos na paragem das Lages

A história do município de Campos Novos tem suas origens com o caminho de tropas, com os passos, com os pousos e com as legitimações de posses de terras. Essas através dos Título de Posse em que algumas pessoas foram *investidas do direito de propriedade* de invernadas e fazendas nesse território integrante do "caminho do certão na paragem chamada as Lagens", como era conhecida Lages em 1746, de acordo o documento produzido pelo juiz Pedro Antônio Moreira, da Câmara de Curitiba.

Em 1752, século XVIII, os *Campos de Curitiba*, como era denominada também a região do planalto catarinense, na qual Campos Novos está inserido, eram conhecidos pelos jesuítas. Até confeccionaram um mapa citando os cursos de água criadores dos rios Iguaçu e Uruguai, segundo a pesquisadora Zélia de Andrade Lemos. Esse importante rio do Sul do Brasil que empresta seu nome a uma bacia hidrográfica e a um país da América Latina: o Uruguai. Nasce da união do Pelotas e do Canoas; é a divisa natural entre Campos Novos/SC e Barracão/RS.

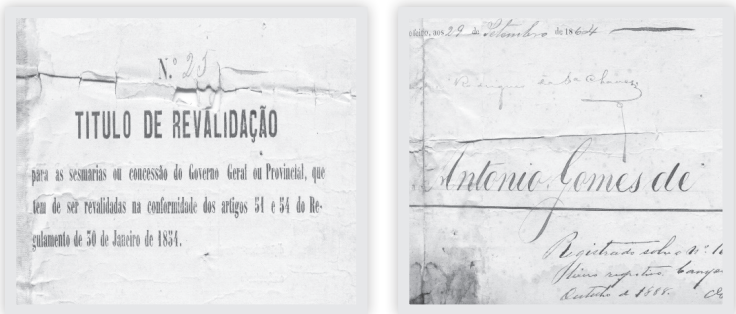
Local chamado pelo Ex-Senador Constituinte Dirceu Carneiro de *Marco Zero* do rio Uruguai. Fora explicado em 06/01/1767, na carta do Cel. José

Custodio, governador da Capitania de Rio Grande de São Pedro, enviada a Morgado de Matheus, governador da Capitania de São Paulo: "Rio das Canoas É affluente da margem direita do rio Pelotas, que dahi para baixo passa a chamar-se rio Urugoay." É importante colocarmos que muitos passos e "caminhos secundários" foram surgindo nos rios mencionados e, em seus afluentes, conforme a colonização acontecia neste sertão.

Ainda naquele século, o sorocabano Francisco Ignácio de Almeida, "transportou-se para o Rio Grande do Sul e algum tempo depois, para Campos Novos, onde chegou por volta de 1790, e onde residiu por largos anos, sendo grande fazendeiro". Cremos na hipótese de que: nas últimas décadas dos 1700, já existiam algumas invernadas e fazendas delimitadas por rios, lageados, arroios, *espigões* ou morros. Porque, nas primeiras décadas do século XIX, aconteceram *negócios* de terras no rincão de "São João dos Campos Novos do termo da cidade das Lages". Entre esses, o da Fazenda Velha em 29/12/1846, quando Saturnimo de Souza e Oliveira a vendeu a Domiciano Azevedo Camillo e a José Custódio de Melo. E, também porque aconteceu revalidação de sesmarias neste território.

Nos anos de 1800, "naquele tempo os campos ainda eram abertos [...]," Antonio Gomes de Campos, em 29 de setembro de 1864, conseguiu junto ao presidente da Província de Santa Catarina revalidar sua concessão de terras, a Fazenda do Alegre, através do Titulo de Revalidação de Sesmarias Nº 25 conforme os artigos 51 e 54 do Regulamento de 30 de janeiro de 1854. Na época, o Brasil era uma Monarquia e o soberano era D. Pedro II, o presidente da Província de Santa Catarina era Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves e os *novos campos* de São João dos Campos Novos era distrito de Lages. Convém recordarmos que o *sistema sesmarial* teve término nesse país com a Resolução 76, datada de 17 de julho de 1822.

Figura 3 – Titulo de Revalidação da Sesmaria do Alegre (1864)



Fonte: acervo do Arquivo Histórico. Fundação Cultural Camponovense.

É mister destacarmos que esse território não era um *espaço vazio* e sim, habitado pelos indígenas. Desses primitivos habitantes de Campos Novos foram encontrados fragmentos, cerâmicos e artefatos líticos: lâminas de machado e as mãos-de-pilão. Não raro, tais objetos estavam próximos a estruturas subterrâneas (popularmente conhecidos como morada dos índios, buracos ou tocas dos bugres). Nesses locais, chamados cientificamente de sítios arqueológicos, ficaram depositados os *restos* ou os *vestígios* da cultura material deixada pelos grupos humanos durante a ocupação Pré-Histórica ou Pré-Colonial.

Como ação mitigadora devido aos impactos provocados pela construção da UHCN, aconteceu o salvamento do patrimônio arqueológico e cultural dos primitivos habitantes deste território, coordenado pelo pesquisador e arqueólogo Dr. Marco Nadal De Masi, subsidiado pela ENERCAN. Vieram à tona informações e foi comprovado cientificamente a ação humana em Campos Novos e na região antes da chegada dos portugueses ao Brasil. Foram localizadas no *Vale do Canoas* estruturas subterrâneas, oficinas líticas, local de sepultamento dos indígenas, artefatos líticos e fragmentos de peças em cerâmica.

Graças ao rio Canoas (se não fosse *ele*, não existiria a Usina Hidrelétrica Campos Novos) e ao legado dos povos pré-históricos que habitavam na região, aconteceu a implantação das casas de cultura nos municípios impactados como Abdon Batista, Anita Garibaldi e Celso Ramos. Em Campos Novos, no edifício centenário conhecido como: "*Casa da Cultura Gasparino Zorzi*", a criação do Museu Arqueológico Sebastião Paz de Almeida, estão depositados o patrimônio arqueológico encontrado nas escavações e através de exposições é disponibilizado ao público visitante informações sobre a ocupação pré-histórica desta parte do Brasil. "Ah! Também não teríamos um tesouro: "O Parque Estadual do Rio Canoas, "Santuário Natural" onde estão preservados espécies da *flora e fauna*. Esse parque é um importante patrimônio natural de Campos Novos e região."

Taipas, passos e histórias se cruzando nos caminhos

Os jesuítas passaram nessa região, e, segundo a história oral, nas proximidades da localidade chamada Serraria Faé, deixaram edificada uma cruz. Também há hipótese que os bandeirantes paulistas cruzaram as trilhas deste território, não pode ser descartada. O que ficou documentada foi a posse de terras conseguida pela dona Anna Maria de Mattos, "na Freguezia de Campos Novos do município de Lages". A extensão era de um milhão cento

e trese mil quinhentas e cincoenta braças quadradas de terras (1,113,550). Em conformidade com a Lei n° 601 de 18 de setembro de 1850, o terreno localizava-se no antigo distrito do Umbú, em Campos Novos.

Dona Anna Maria de Mattos, até o momento de nossa pesquisa, é a única mulher da região da AMPLASC que conseguira um título de legitimação de posse de terras. Também a única que temos conhecimento na região dos antigos campos de Lages que comercializou um ser humano que tinha como profissão a de domador. Ainda, segundo Perim, 2008, p. 35, "A primeira arrematadora do Passo do Pontão foi dona Ana de Mattos, de Campos Novos, pela soma de 250 mil réis". Na escritura pública datada de 12 de abril de 1876, Anna Maria de Mattos vendeu o escravo Jozé por 1:$400 ou seja um conto e 400 mil réis a João Antunes de Souza. Consta neste documento histórico que Jozé era preto, crioulo, tinha 18 anos, era filho de Roza, domador e era "capas de qualquer servisso leve campeiro".

E mais... O escravo Jozé foi um dos construtores da taipa de pedra (patrimônio arquitetônico e cultural) em terrenos da antiga Fazenda do Triunpho, legitimada em 1872, no Distrito de Ibicuí, em Campos Novos. Nos contou o saudoso compadre de meu pai, seu Inocêncio Antunes:

> [...] meu bisavó João Antunes de Souza, era muito rico! Era dono de toda a Fazenda Triunfo, tinha escravos, eu digo e o povo se ri... foram as negra cativas e os escravos dele que fizeram aquela taipa lá. Que começa nos pinhos da firma e vai até o passo no Aguapé prá separar gado de tropa, invernada. Ainda informou que: "as pretas véias eram as chefes, elas que sabiam fazer as taipas. (Grifo meu).

Localizamos documentos que confirmavam a história. Momento marcante também, foi quando lemos a transcrição destes para seu Inocêncio que ficou muito feliz e emocionado. Exclamou: "o tropeiro véio aqui tem história".

Na relação das pessoas que foram submetidas à escravidão e pertenciam a João Antunes de Souza, datada de 11/05/1872, encontrei os números de matricula e de relação, nomes, cor, estado civil (todos solteiros), naturalidade, filiação, aptidão de todas as 11 pessoas submetidas à condição de cativos eram "Capas de trabalho leve", as profissões que aparecem no documento são a de cozinheira e a de domador. Também a observação Roza foi o dote de casamento, Furtunata e João comprados e as outras 08 pessoas eram *"crias da caza"*.

Para socializar informações sobre as *arquitetas,* os construtores daquela taipa e homenagear pessoas anônimas na História, apresento seus nomes

(idade, naturalidade e profissão): *Roza* (45anos, Minas, cozinheira) era mãe de *Marianna* (20anos, CN, cozinheira), de *Bento* (15 anos, CN, domador); de *Figência* (10 anos, CN, cozinheira); de Adão (08 anos, CN) e avó de *Juvencio* (pardo, 05 anos, CN e filho de *Marianna*). *Furtunata* (45anos, Minas, cozinheira) era mãe de *Eva* (08anos, CN), Salvador (07 anos, CN) *Albina* (04 anos, CN) e *João* (20 anos, Santa Catharina, domador). A Roza, a Furtunata e o João constam como filiação desconhecida e os demais aparece somente o nome da mãe. Segundo a oralidade, as pedras com as quais edificaram aquela taipa, foram transportadas nas "zorras que eram confeccionadas com couro de boi, amarrado em dois paus de madeira, eram puxada pelos escravos e ia sendo arrastada pelo chão". Certamente, Jozé além domar os muares e cavalares do seu senhor, também trabalhou naquela edificação em pedra. Desta maneira, os terrenos de campos e matos foram sendo fechados e divididos...

É crível narrar que os caminhos de tropas que vinham do Rio Grande do Sul e que cruzavam por Campos Novos com destino à Sorocaba/SP. Em alguns trechos é o mesmo traçado da BR 470, que existiam inúmeros carreiros de tropas saídos das fazendas, os quais se comunicavam com essa trilha. Entre esses, o caminho que chegava até a Fazenda São João, nos campos e matos conhecidos como: Invernada dos Negros(comunidade quilombola certificada pela Fundação Palmares). Vindo daquelas *bandas* da Corredeira, por aquele caminho passava pela Fazenda da *Casa Nova,* pela *tapera* da dona Joana Lopes, seguia pelo carreiro que cruzava o *despraiado* do rio Ibicuí. Próximo alguns metros, o passo do rio São João, já na fazenda senhor Peró Stephanes. Percorria aquela propriedade e um pequeno trecho na estrada do Ibicuí (SC-284), voltava para um carreiro através de campos e matos na Fazenda Triunfo, chegava na *tapera do Cassiano,* capataz do Pedro Becker... Ali, alguns descansavam, davam água aos animais e *proseavam um pouco* com seu Cassiano Urbano de Moraes e com sua esposa Nhá Dora (senhora Doralina Pinheiro de Moraes).

E, nós vamos aproveitar a ocasião para registrar: foi na sede da propriedade do fazendeiro e tradicionalista Pedro Becker, onde foi construída a primeira Cancha de Laço de Campos Novos-SC. No tempo "*dos gancheiros*", porque "não existia a mangueira no final da cancha com o brete para soltar a rês do laço, que era tirado com um gancho". A *tapera do Cassiano* não existe mais. Esse terreno, chamado de Nossa Senhora do Campo do Aguapé é uma pequena fração daquela grande propriedade rural, destinada principalmente à criação e engorda de bovinos, conhecida na década de 1970, como: Fazenda dos Becker.

Continuando a narrativa...

Querência Nossa Senhora do Campo do Aguapé, cruzando o passo do rio Aguapé, seguindo pelo antigo caminho nos campos da Fazenda do Pinheiro Seco, temos atualmente a Cabanha Ponche Verde. Não poderíamos seguir a narrativa sem mencionar que a *Ponche Verde* de propriedade do médico veterinário Dr. Jair Noriler e Arlete Becker Noriler, além de recordar a Revolução Farroupilha, trabalha há 39 anos com melhoramento genético de bovinos e ovinos. É uma referência estadual na raça Charolês e ovinos Hampshire Down, criam reprodutores de alto padrão genético, alguns animais foram premiados em feiras e exposições. Conversando com Jair Noriler, ele nos contou que com seu pai, senhor Augusto Noriler, fizeram muitas vezes esse caminho, traziam da Fazenda Velha, na Corredeira "umas 90 cabeças de bovinos, desmamados de ano para invernar na Invernadinha" (hoje, Cabanha Ponche Verde). Após, comentar sobre as tropeadas de pequenas distâncias (de 20 a 30 quilômetros) dentro dos limites de Campos Novos. Voltamos a narração daquela vereda de tropas... Depois de passar por terras na antiga Fazenda São Simão, saia no caminho de tropas do Passo do Pontão, na Picada do Pelotas, atual BR 470.

Esse caminho de tropas permitia que os tropeiros se transportassem até as Missões a fim de comprar gado sem passar por Vacaria, Viamão e pelo registro de Santa Vitória. Diminuía assim a distância para quem vinham de Passo Fundo e a priori, não pagavam tributos à Coroa.

Na obra do grande estudioso do tropeirismo, Moacyr Flores (1998, p. 36), encontramos sobre o caminho que cruzava o Passo do Pontão:

> Em janeiro de 1816, o alferes Atanagildo Pinto Martins partiu de Atalaia, abrindo a vereda das Missões rumo ao sul, mas se desviaram para o leste, saindo em Campos Novos. Cruzaram o rio Pelotas chegando ao Campo do Meio, no Rio Grande do Sul, encontrando a Estrada das Missões.

Atalaia era um *forte* construído nos *Campos de Guarapuava,* para defender o território e evitar invasões espanholas em domínio português.

Percorreram esse caminho de tropas, patrões, peões, soldados, revolucionários, libertos e não libertos. Homens e mulheres com diversos saberes e fazeres, com seus sonhos e sofrimentos, suas crenças e esperanças. Os profetas: São João Maria de Agostinho, São João Maria de Jesus e vindo dos Campos de Palmas o monge do Contestado, o "Zé Maria". Existem nos pousos e ao longo dos carreiros de tropas, as fontes ou olhos de água benzidos pelo Profeta São João Maria. Profecias, entre essas: a de que "Haverá um tempo que vai existir muito rastro e pouco casco".

Segundo a sabedoria popular, é o que está em curso nos tempos contemporâneos no Celeiro Catarinense e região: na época do plantio ficam no solo muitos vestígios ou rastros dos pneus de tratores e de colheitadeiras e há poucas pegadas de bovinos. Mais reduzidas ainda, são as deixadas por equinos e por muares neste chão. Momento econômico atual do agronegócio: a pecuária extensiva, deu lugar à produção agrícola com grandes lavouras destinadas à exportação

Inúmeras histórias surgiram ao longo deste caminho de tropas vindo do Sul pelo Passo do Pontão: presente na memória de muitos camponovenses, está a que envolve o tropeiro e fazendeiro de Campos Novos, Osni Coninck e o "Chiquinho, o Menino Milagroso". A história começa nas proximidades da Fazenda da Lagoa, quando o senhor Osni e um amigo estavam na lida campesina e ouviram, um gemido. Encontraram encostado numa árvore um menino.

Entre as pessoas que nos informaram sobre a história do "Menino Milagroso", está Luana Coninck Souza Dalla Costa. Ela nos relatou com riqueza de detalhes a história das tropeadas do seu avô materno e a do "Chico, o Menino Milagroso":

> [...] ele perguntou pro menino o que ele tava fazendo ali? Qual era o nome dele? Ele falou que chamavam ele de Chico. Quando meu vô perguntou onde tava o pai e a mãe dele? Ele falou que não sabia. Que o pai e mãe dele tinham deixado ele ali para morrer. Meu avô perguntou o que ele tinha o que ele sentia? Ele falou que tinha como se fosse formiga que comiam a barriga dele.

O senhor Osni Coninck levou o menino para o Hospital Dr. José Athanásio, era na época que as Irmãs de Notre Dame administravam e trabalhavam nessa instituição. Chico tinha uma doença nos intestinos, fora operado três ou quatro vezes. As pessoas da cidade se comoveram com a história daquele menino. Passaram a visitá-lo no hospital, levavam lanches e davam dinheiro. Perguntado o que ia fazer com dinheiro, Chico respondia: "que quando ele sarasse ele ia ajudar e morar na fazenda do fazendeiro que o tinha encontrado e tinha ajudado ele".

Chico faleceu e foi sepultado no Cemitério Municipal São João Batista. Pouco tempo depois [...] Surgiu a crença popular que Chiquinho *fazia milagres*. São atribuídos por intermédio dele, o "Menino Milagroso de Campos Novos" alguns *milagres*: cura de crianças doentes, melhoria nas finanças em tempos difíceis e ajuda nos negócios.

Quando vamos ao cemitério, observamos que seu túmulo está sempre bem conservado. As pessoas em agradecimento depositam sobre o túmulo

do "Menino Milagroso": balas, doces, roupas, caixas de leite, chupetas, flores... Luana ainda nos disse:

> Ele meu vô sempre disse para nós que nos momentos em que a gente estivesse aflito, precisando de alguma ajuda, que não soubéssemos a atitude que tomar, era para rezar e pedir pro Chico que ia nos ajudar. Então, a gente sempre vai no cemitério, levo minhas filhas. A gente vai lá, visita o túmulo, faz oração, leva flores, velas [...] E quando nós precisamos de um auxilio espiritual a gente faz uma oração pro Chico pra ele iluminar nossos pensamentos, nossas ideias.

É importante registrarmos: que foi na sede atual da Fazenda da Lagoa em 1961, criado o primeiro *Centro de Tradições Gaúchas* de Campos Novos, CTG *Porteira Camponovense,* atualmente *CTG Magoa de Boiadeiro* e a Primeira Invernada Artística Magoa Boiadeiro, criada em 1990/91, hoje Porteira Camponovense. A respeito ainda nos contou a "Teca", senhora Eloirce Velho Melo:

> O Osni era da campeira e ai tinha outra equipe, patronagem que mantinha a invernada artística... Mudava cada 2,3 anos era trocada a patronagem, várias pessoas passaram... alguns integrantes da Magoa de Boiadeira foram para a Porteira Camponovense, daí iniciou a Porteira Camponovense. Foram raízes que saíram dali [...]. Hoje continua como a Porteira Camponovense, tudo certinho, com diretoria, mas só as raízes são as mesmas.

O senhor Osni Coninck também foi tropeiro e fez várias vezes o caminho de tropas vindo de Passo Fundo ou de Vacaria, cruzando o Pelotas, passando por Campos Novos e pelos Campos Gerais do Paraná com destino a Sorocaba/SP.

Além de bovinos e muares, o tropeiro Osni Coninck e sua comitiva levaram de Vacaria até Sorocaba tropa de porcos. Luana Coninck Souza Dalla Costa, relatou o que seu avô contava:

> Levavam porcos até Sorocaba, chegavam lá trocavam por produtos que não tinha na região [...] para levar os porcos tinham lugares que eles iam parando [...] dormiam faziam como se fosse um redondel com os cavalos, para os porcos ficarem no meio para não fugirem à noite. E geralmente eles amarravam, laçavam o pé do porco mais velho pra outros irem atrás dele. Então eles iam puxando o porco laçado com o cavalo na frente, pros outros irem atrás. Essa tropa de porcos foi levada entre 1945 e 1950.

Sobre a Fazenda da Lagoa já aparecia o nome do primeiro proprietário Urbano Antônio de Morais em escritos de 1844, antes 10 anos de surgir o distrito de São João de Campos Novos. Portanto, já estava no trajeto, servirá de pouso ou suas águas saciará a sede dos tropeiros, das tropas, do Profeta São João Maria ou do alferes Atangildo Pinto Martins e sua tropa de soldados quando passaram por esse caminho do Passo do Pontão.

Tropeiros, famílias e os caminhos

Muitos paulistas, paranaenses, riograndenses descendentes de europeus, africanos e asiáticos migraram para Campos Novos. Alguns poucos nascidos naqueles continentes, principalmente, os imigrantes alemães e italianos que já no final do século XIX, passaram a compor a população local.

Entre as famílias gaúchas que migraram para Campos Novos na década de 1920, estão meus bisavôs Modesto Pereira de Vargas e Ana Barcelos dos Santos Vargas, meus avós Guilherme Pereira de Vargas e Joaquina Ignácia Mello, as filhas Maria (minha amada mãe, com 5 anos), Ana Anita, Deverci e o José. As meninas vieram dentro de cestos de taquara, o tio "Juca" no colo da vó "Quinota" que alternava a montaria entre o "cavalo baio e a égua moura, muito mansos e de marcha troteada, sentada no selim com detalhes de prata", nos dizia a tia Nita.

As propriedades que possuíam em Torres e em Bom Jesus, "nos Campos da Vacaria", foram vendidas. Partiram no início da primavera. Vieram com a família alguns peões e amigos. Trouxeram tropa arreada com mantimentos, roupas, sementes, mudas de flores e de árvores frutíferas, ferramentas, animais: bovinos, muares, os três cachorros e seus "teres", como dizia tia "Nita". Cruzaram, no Passo Santa Vitória no Pelotas, saíram na Coxilha Rica, viajaram pelos campos de Lages, atravessaram o rio Canoas. Nas proximidades do Papuã, se estabeleceram na Fazenda da Casa Branca, adquirida por intermédio do colonizador Ascânio Bottini.

Nas memórias de família que nos contaram, estão:

> [...] eram parentes do Getúlio D. Vargas e do Lindolfo Mello [...]. Que dona Ana Barcelos, não queria vir para estes sertões, mais como tinha que acompanhar o marido e obedece [...]. A única foto que ela tirou na vida, teria sido poucos dias antes da mudança. Quando fora a Porto Alegre se despedir de uns parentes. A bisa Ana teria falado que iria morrer antes do meu bisavô e como nunca mais voltaria pro Rio Grande do Sul, queria ser enterrada no cemitério da Invernada dos Negros [...]. Morreu antes, em 1940. E como naqueles tempos se respeitava a vontade dos defuntos

> [...]. Foi enterrada naquele campo santo. Quando meu bisavô faleceu, como era o costume: cavaram uma cova de *7 palmos* e o coloram no lado da esposa. Diziam que foi uma forma que dona Ana Barcelos achou para se *vingar* de ter se mudado de Bom Jesus no Rio Grande do Sul, porque o velhinho não gostava muito de negros.

Figura 4 – Ana Barcelos dos Santos Vargas



Fonte: acervo de Enedy Padilha da Rosa.

Iremos continuar contando a história "dos Mello Pereira de Vargas e depois dos Amaral Soares Rodrigues Padilha", porque diz respeito a temática proposta e me apraz.

O casal Guilherme Pereira de Vargas e Joaquina Ignácia residiram naquela fazenda no interior de Campos Novos, onde nasceram mais seis filhos: Antão, Modesto, Bento, Pedro, Sebastião e Neri, até 1954. Quando decidiram ir para *os Campos de Guarapuava*, onde compraram terras no Distrito de Vila Nova de Pinhão.

Para o Paraná, o casal mudou-se no caminhão fretado do Debastiani, de Abdon Batista. Os filhos e as esposas: José (tio Juca) e Osvaldina, Modesto e Eli Lesse, Pedro e Nilse Stefanes. Solteiros foram os adolescentes Sebastião e Neri. Permaneceram em Campos Novos as filhas Maria Melo Vargas casada com Manoel Padilha da Rosa, Deverci (tia Ci) P. Vargas casada com Juvelino Padilha dos Santos, Ana Anita Vargas casada com José Nestor Branco de Camargo, Antão P. Vargas casado com Cacilda e Bento P. Vargas casado com Ovilda Stefanes.

Os bovinos, os cavalos e muares foram levados em tropa até os "campos da vila Nova de Pinhão", os tropeiros contratados para a *empreitada* foram: Onofre Alves de Almeida (conhecido como seu Totó), Victor Lesse, Sebastião, o chefe da comitiva porque conhecia bem o caminho era o *Guede Véio* e Sebastião P. Vargas que nos informou: "foram onze dias viajando, de madruga até a noite, 10 dias de muita chuva, só um dia vimos o sol". O "Guede Véio" além de tropeiro, foi um domador muito afamado de equinos e muares nos sertões de Campos Novos, seu nome Joaquim Guede e era irmão adotivo do Calico Stafanes.

Fizeram o seguinte percurso: saíram da fazenda próxima ao Papuã, passaram no Postinho, percorreram trechos na antiga picada do Marombas (foi o vigário de Lages, Pe. Camilo Lelis Nogueira, que se empenhou para

que fosse concretizada abertura daquele acesso até Curitibanos, por volta 1840/50), atual BR 470. Nas proximidades do Trevo da Copercampos, na sede municipal, rumaram para Tangará, São João Matos, Porto União, passaram na balsa do rio Iguaçu para Cruz Machado, cruzaram o rio da Areia, no Pinhalzinho pelos carreiros e faxinais chegaram no pouso da Fazenda do *Véio Brolini*. Passaram o Pimpão, Faxinal dos Ribeiros, Santa Terezinha, a Vila Nova do Pinhão, rumaram para antiga Fazenda Sobrado, onde ficam os campos e matos que foram adquiridos por Guilherme Pereira Vargas e Joaquina Ignácia, na segunda metade do século XX.

Voltando "as paragens das Lages", ao lugar chamado de São José do Cerrito ao ano de 1916, quando as tropas do Capitão *Rosinha* estavam ao encalço dos *jagunços* e prenderam o Adeodato (chamado também de Liodato ou *Flagelo de Deus*). Nos conflitos há injustiças, sofrimentos e dois lados antagônicos e interesses egoístas geradores de intrigas e mortes. Naqueles tempos, nos fundos de uma fazenda no *Cerrito das Lages*, existia um bebê com poucos meses de idade para ser registrado. Foi chamado Manoel e levou o sobrenome de *Rosa* em homenagem ao Capitão Vieira da Rosa, porque sob seu comando, no Cerrito o temido *Liodato* foi preso. Esse teria assassinado parentes e conhecidos do casal Luiz e Castorina do Amaral. Por essa razão, o filho primogênito não possuía o mesmo sobrenome dos outros filhos: Rodrigues Padilha.

Manoel Padilha da Rosa, conhecido como *seu Rosa Padilha,* era filho de um tropeiro que conduzia mulas de São Borja a Sorocaba, chamado Luiz Rodrigues Padilha. Esse, numa passagem por Lages, teria *roubado* a filha de 13 anos de um fazendeiro, chamada Castorina Soares do Amaral. Algum tempo após o acontecido, o casal veio a residir nos fundos da fazenda dos pais dela [...]. O pouco de gado e muares que fora legado por Castorina, pois além ser *herdeira mulher*, tinha fugido com *aquele tropeiro*, exauriu-se em pouco tempo. Seu marido Luiz saia rumo a São Paulo com bovinos e animais de monta e voltava [...]. Não raro, montado em mula manca ou num cavalo velho estropiado [...]. Houve ocasiões, em que regressou a pé. Teria gastado muito dinheiro em cabarés em São Paulo e com cachaça. Sabia ler e escrever; fora a primeira pessoa que minha mãe viu com um dicionário nas mãos.

E, assim, Manoel e seus irmãos o Ivo que faleceu adolescente de Febre Tifóide, Jurema que grávida teria sido obrigada a ingerir água com soda caustica pelo perverso marido, essa falecera sob os cuidados do Dr. Limonge, em Campos Novos. Jurema foi acompanhada durante o tratamento por sua cunhada Maria Vargas da Rosa. Elas ficaram numa casa alugada, porque em 1941, não existiam leitos hospitalares nesta cidade. A bondosa e trabalhadei-

ra tia Delmíndia casada com Sebastião Ferreira, parente do Eusébio chefe de reduto, a engraçada e caprichosa tia Alícia, esposa do Afonsio Rosa, o exímio violeiro, tio Ervino e a tia Aurora que também tocava viola, fazia crochê, nos contava essas e outras *histórias* e quando chovia de madrugada dizia: "amanheceu batendo água". Tiveram uma infância muito pobre e de privações.

Com 7 anos de idade o menino Manoel se *justou* como madrinheiro de tropa. Aquela comitiva saiu do Cerrito com destino a *erra Baixa*, (litoral). Meu pai nos contava sobre o trajeto: o "Morro das Navalhas," passavam por Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz. Nas tropeadas conheceu Balneário Camboriú quando tinha três ranchinhos e um casarão de madeira *do Garcia*, onde os tropeiros chegavam, comiam e cuidavam dos animais. Com o pagamento da primeira tropeada, comprou uma imagem pequenina de São Sebastião, para a vó Castorina colocar no altar junto com a Sagrada Família e a Bandeira do Divino, também comprou e sal porque esse produto era muito caro em Lages. Um saquinho de sal trouxe pra casa. O restante vendeu em quilos para os vizinhos no Cerrito. A partir daquela viagem, trabalhou cerca de 8 anos nas comitivas. Os donos das tropas gostavam dele, porque acordava cedo e dormia tarde fazendo *ronda*, obedecia e fazia o serviço sem se queixar e nem judiava dos animais. Até ganhou do seu Oliveira Ramos, um chapéu novo e uma capa usada que estava rasgada num dos lados, mas, como ele era pequeno, lhe serviu durante muito tempo...

Após as viagens, além de trazer mantimentos, as vezes, também levava para casa uma peça de tecido. Começou a juntar dinheiro. Quando tinha 11 anos, comprara uma mula encilhada e uma potronca. A faceirice pelas aquisições durou pouco. Tinha uns parentes ricos, que quando viram sua mula, um pouco velhinha e não tinha os *7 palmos de altura,* riram dele. Pior ainda, fora quando seu primo achou a potranca morta, veio lhe dar a notícia e disse: parabéns sua potranca tá morta! Naquele momento, meu pai, o seu Rosa Padilha, prometera para si mesmo: vou trabalhar bastante na roça, nas tropas, comprar e vender. Juntar dinheiro comprar terras e ser rico. Não depender de morar de agregado como meus pais. Quando não estava nas tropeadas, muitas vezes até *arrendava* mulas de conhecidos, ele e seu irmão Ivo empreitavam derrubada de roças, plantavam, colhiam. Aos 17 anos já possuía 4 mulas arreadas, boas para cargueiros e um cavalo novo. Assim, mais uma história de resiliência, teve início nos "campos das Lages" de Santa Catarina.

Quando se casou com Maria Vargas, filha dos "Vacarianos", morava no rio da Areia, em Abdon Batista, possuía pouco mais de duas colônias de terras de cultura. O casal: vô Rosa e vó Maria contavam que criavam umas

vaquinhas, porcos e galinhas. Plantavam: feijão, milho, arroz, trigo e faziam fumo em corda. Dona Maria confeccionava queijos, marmelada, pé-de- moleque, manteiga, polvilho, coletavam mel. Além destes produtos, levavam para vender em Lages: sebo, charque, banha de porco, linguiça defumada, couros, cera de abelha, sedem, não raro comprava produtos de seus vizinhos e revendiam "num comércio grande" próximo a Catedral de Lages. Minha mãe, contava: "conheci Lages, após nosso casamento, fomos com 5 animais carregados com: ovos, queijos, charque, sebo, mel, cera, fumo, milho, com uma quarta de milho que debulhei (7,5 kg de milho) comprei uma tigela grande de porcelana para sopa". Falou que naquele comércio adquiriam: tecidos, linhas, dedal, agulhas, *pedras para avio*, querosene em lata, remédios de homeopatia. Compravam a mais, a fim de trocar por produtos da colônia ou revender nas redondezas onde moravam ou até "no outro lado da Costa do Canoas".

Não sei se foi o maior carregamento de fumo em corda que saiu "das barrancas ou da Costa do Canoas" e da Barra Fria, em Abdon Batista, mais que era uma tropa arreada com 14 cargueiros, foi fato. A intenção do tropeiro Manoel e de seu amigo José Nestor Branco de Camargo era vender todo aquele fumo na *costa da linha*, (como denominavam as estações de trem ao longo do vale do rio do Peixe, nos distritos camponovenses de: Uruguai, Rio do Peixe, Rio Capinzal, Perdizes, Rio das Antas, Rio Caçador e Herval. Não tiveram êxito. O tropeiro José Nestor resolveu voltar para casa na "Costa do rio Canoas". Seu *Manuelzinho*, decidiu seguir viagem. Pediu a seu companheiro de tropeada, o *Zé Nestor*, avisar sua família que: "enquanto não conseguisse vender todo o fumo, não regressaria!"

A tropeada prosseguiu: de Herval pelo carreiro, passou por Água Doce, parte daquele caminho é a atual SC-150, saiu no Horizonte, nos "Campos de Palmas", em trechos do trajeto da atual BR 153, dizia: "que tinha atravessado a Transbrasiliana". Percorreu o caminho que deu em Campo-Êre, Dionísio Cerqueira, cruzou em Barracão. Conseguiu negociar o fumo na Argentina. De lá trouxe: lenços, colchas, ponchos, casacos. Produtos de excelente qualidade e diferentes. Essa viagem durou mais de três meses, aconteceu em meados de 1940. Quando retornou, pagou o fumo que havia comprado "fiado, na palavra". Com o lucro comprou 10 alqueires (Um alqueire corresponde a 24he.) de terra de cultura, muito boa no Monte Alegre, em Campo Belo do Sul e, ainda sobrou *uns trocos*. Aquela foi a única vez que tropeou para a Argentina. E dizia: *foi uma arriscada*. Também é dessa tropeada o único registro fotográfico desse tropeiro.

Figura 5 – Manoel Padilha da Rosa em 1940, na Argentina com alguns animais de sua tropa arreada



Fonte: acervo de Enedy Padilha da Rosa.

A madrinheira Edite, o pinheiro da Nhá Vita, o olho d'água e a última tropeada em São João Batista de Campos Novos

De mala, cuia e com uma filha, o casal Manoel e Maria, mudou-se para Campo Belo do Sul, moraram no lugar chamado Monte Alegre até 1951. Continuaram na mesma *lida*: lavoura, criação de bovinos, porcos, ovelhas, compra e venda de produtos e tropeada.

Quando ouço a poesia cantada Tropeiros, do Nilo Bairros de Brum e Leo Almeida, tenho a impressão que conheceram meus pais: "João Miguel era tropeiro, gastou a vida na estrada [...] e Maria murchou na lida, de casa e cabo de enxada, [...]." Só mudaram o nome do tropeiro. Em minha opinião, as canções *Tropeiros e Tropeiro Velho,* do grande compositor e cantor Teixerinha, são verdadeiros *hinos* sobre o tropeirismo, seus personagens e suas sagas.

No passado, pouquíssimas residências possuíam rádio e muitos nem conheciam carro, imaginem um caminhão! Em 1947, um fato inusitado e engraçado aconteceu: Edite, a primogênita do casal, tinha 6 anos, saiu de Campo Belo como *madrinheira* da tropa arreada de seu pai, com destino a Lages. Ocorre, que quando estavam quase chegando na cidade, já na estrada *carroçável* ela ouviu um barulho estranho, que nunca tinha escutado antes e viu "bicho muito grande e diferente" vindo em sua direção [...]. Não teve dúvida pulou do cavalo, abandonou a comitiva, no meio da via, nem olhou para trás e correu pro mato. Foi a primeira vez que viu um carro, pois nunca

tinha ido pra cidade. O "*chefe da comitiva*", comentava a respeito do acontecido: "se a madrinheira soubesse nadar tinha atravessado o Pelotas, ido parar no Rio Grande do Sul!"

Em 1951, o casal, a Edite e mais 5 filhos migraram para o interior de Campos Novos. Venderam o terreno onde moravam em Monte Alegre para adquirir 90 alqueires de terra do empresário madeireiro Antônio Baggio, na Fazenda Triunfo, nas proximidades do distrito de Ibicuí. E ali, se estabeleceram, criaram 13 filhos: Edite, Eronides, Luís Eri, Guilherme, Ivo, Érico, Rogério, Rui, Pedro Vilço, Joel Stadeus, Eidy, Enedy e Elizete.

Figura 6 – Eronides Padilha na Fazenda Triunfo Ibicuí (1965)



Fonte: acervo Enedy Padilha da Rosa.

Dona Maria, como as mulheres de sua época, era corajosa. Quando vieram residir naquele local, tiveram que abrir uma picada. Perto de um umbu, nas proximidades onde edificaram a sede da propriedade, por alguns dias, ficara sozinha com as crianças morando numa barraca, chovia muito, cuidando do gado que haviam trazido e esperando para receber a madeira que adquiriram no Ibicuí, na serraria do seu Basílio Locatelli. Foi com as tábuas de puro cerne de pinheiro que foi construída *a casa velha*. Porque seu Rosa voltara a Campo Belo do Sul para colher a lavoura de trigo e trazer o restante da mudança.

Adquiram com o tempo mais áreas de terras anexas daquele terreno. Entre essas, 15 alqueires dos compadres Albino Cunha e dona Vitória Antunes Cunha. Nessa área fica um pinheiro gigante, salvo graças a duas mulheres: dona *Vita* e a vó *Maria*. A história dessa araucária gigante é a seguinte: dona Vitória "contou que aquele pinheiro dava muitos pinhões, começavam a *debulhar* no dia 25 de março e sugeriu para conservá-lo". Também achava que estava ali "desde o tempo que o primeiro Antunes chegou em Campos Novos". Minha mãe, era uma pessoa sensível percebeu o apego que sua comadre tinha pela árvore: nunca deixou vender ou cortar aquele pinheiro.

Ele permanece lá, um legado natural, o qual desponta na mata sobre as outras árvores. Nas palavras do autor Mario M. de Albuquerque: "A região da Araucária Brasiliense, no sul do Brasil, é única no mundo. Só nesse solo

prodigioso se encontram essas árvores de perfil erecto, copa em forma de cálice que dão frutos saborosos".

Seu Rosa e dona Maria legaram terras na Fazenda Triunfo do Ibicuí, e outros locais, gado e outros bens para seus descendentes e os que foram sendo agregados à família. Mais, a maior herança deixadas por eles, foi: a fé, o incentivo ao estudo, ensinaram a trabalhar, economizar, respeitar todas as pessoas e o *alheio*. Diziam também que deveríamos sempre preservar o crédito, o nome e ser humilde. Durante 67 anos viveram uma união de companheirismo, cumplicidade e respeito.

Em 2000, quando mostrei a imagem do mercado público de Lages que ilustra a página 38, da magnifica obra: *Santa Catarina no século XX:* ensaios e memória Fotográfica, organizado pelo professor e antropólogo da UFSC, Silvio Coelho dos Santos. Meus pais reconheceram o lugar onde iam vender e adquirir produtos. Passaram a comentar que amarravam seus animais na sombra daquelas árvores e levantaram a hipótese: "que poderiam estar naquele local, pois viram mulas bem parecidas com as que eles que tinham".

As sangas, as lagoas e os olhos de águas além de fazerem parte do meio natural, estão nas memórias dos tropeiros e de seus descendentes. Entre esses elementos naturais está a lagoa localizada em frente ao Trevo da Gerwal, o acesso sul à sede de Campos Novos. Devido a existência daquele manancial de recurso hídrico, próximo Indústria da Gerwal ficava a *ronda*, local onde as tropas pernoitavam antes de seguirem viagem. Quem nos contou sobre esse local foi o senhor Normélio Stefanes. Que como outros camponovenses, migrou para o Mato Grosso na década de 1980, depois foi morar em Goianésia do Pará. Assim fizeram muitos descendentes dos tropeiros camponovenses e desta região, foram para o Centro Oeste e para a região Norte do país, abrindo lavouras e pastagens, sempre procurando *novos horizontes* é a história recente das *"migrações internas"* deste país.

Também registro a história que ouvi do *Didio* durante um churrasco no local próximo a uma fonte de água. Disse que aquele olho de água teria surgido quando o seu Totó (Onofre Alves de Almeida) laçou uma rês, a mula em que estava montado *chinchou*! Ao se firmar, afundou as patas dianteiras no chão [...]. E água brotou do chão. Nunca mais secou este olho de água que fica na antiga Fazenda da *Casa Nova*, onde seu Totó residia com sua família e era o capataz. Essa propriedade e as fazendas Postinho e Cambará, pertenciam a Firma Renner de Porto Alegre e o Luciano Zanella era o gerente. Essas terras foram vendidas para a Renner pelo Dr. Henrique Rupp Júnior. Era o quinhão de n° 33 recebido pelo advogado por seus honorários e pelas despesas da Ação de Divisão do Imóvel Invernada dos Negros: uma

área de 39.936.000 m² (trinta e nove milhões novecentos e trinta e seis mil metros quadrados). Atualmente, o local da *Casa Nova* pertence a Cleuza P. Valandro, Luis Eronides, a Leonar Manoel e Luciano Padilha.

A última tropa que cruzou os campos e a cidade do município que foi criado em 30 de março de 1881, com o nome de São João Batista de Campos Novos aconteceu numa sexta-feira dia 23 de maio de 2003. Foi um evento excepcional que chamou muita atenção da população. Trata-se da tropa de bovinos de propriedade do senhor Sebastião Di Domênico. Integravam a comitiva seu Sebastião, seu filho Fernando o, *Pobre Diabo* (João Paes) e seus 4 filhos. A tropa saiu da propriedade do senhor Antônio Camargo, localizada nas proximidades do Condomínio do Aguapé e de um terreno situado na antiga Fazenda São Simão, terras arrendadas pelo dono da tropa.

Os tropeiros do século XXI, percorreram trechos do caminho aberto por Atanagildo Pinto Martins em 1816, século XIX. Passaram pelo centro da cidade de Campos Novos, pela avenida JK, cruzaram o trevo da Copercampos, trechos da SC 135 até chegar na Fazenda Sucuri do senhor Sebastião Di Domênico, onde havia sido plantada aveia e o gado foi invernado. Essa fazenda tem sua história com a atividade tropeira, pela seguinte razão: a propriedade no final do século XIX, pertenceu ao tropeiro Nabor Mesquita. Depois em meados do século XX, a Juvelino Alves. Foi da Fazenda Sucuri que saiu a última tropa de mulas de Campos Novos, com destino a Ponta Grossa, no Paraná. O irmão do Juvelino, senhor Paulo Alves, o *seu Paulão* nos relatou e mostrou as fotografias daquela tropeada.

Figura 7 – Tropeiros Sebastião e Fernando Di Domênico, João Paes e filhos- 2003. Da E/D 3º Sebastião Di Domênico, 6º João Paes (Pobre Diabo)



Fonte: acervo de Sebastião Di Domênico. Autora da fotografia: Fernanda Di Domênico.

Ainda sobre a tropeada de 2003, um dia após ao acontecido escutei a conversa entre amigos de longa data: Rosa Padilha e Nonda Almeida. Esse

relatou com muito saudosismo e até emocionado a passagem da Tropa do *Bastião Di Domênico*. Já seu Rosa disse "se eu soubesse não tinha ido pro sítio, tinha ido na praça ver a tropa passar [...] essa foi única vez que me arrependi de ter ido pra Fazenda Triunfo Ibicuí". Escutei muitas pessoas também lamentando não terem sabido com antecedência, teriam ido assistir o evento. O senhor Epaminondas Almeida foi tropeiro, levava tropas de mulas e bovinos do Rio Grande do Sul até Sorocaba. Tive o prazer de escutar alguns vezes "seu Nonda Almeida" conversando com meu pais sobre a vida de tropeiro, os trajetos, as dificuldades que enfrentavam pelos caminhos. Enfim, daria para escrever muitas páginas com seus causos de tropeadas.

Como já contamos: o caminho de tropas que cruza o Passo do Pontão, podemos colocar como sendo em grande parte dele principalmente nesse município a BR470. Essa era chamada nas primeiras décadas de 1900 de "estrada carroçável da Entrada do Pelotas". Nos anos 1970, aconteceram várias campanhas para que essa via fosse asfaltada. Entre as pessoas que se engajaram estão o saudoso Pe. Quintílio Costini e o ex- prefeito Sebastião Corrêa. Ainda, a história do *Pobre Diabo* está relacionada com a obra dessa rodovia. Curiosa para saber como surgiu a alcunha *tão peculiar*, indaguei e os irmãos Xande e Sebastião Di Domênico, me responderam que:

> o senhor João Paes trabalhava na SULTEPA empreiteira responsável pelo asfaltamento da via. Naquela época, levavam almoço no local onde estavam as equipes trabalhando. Num dia levaram o almoço. Esqueceram de chamar João Paes. Todos fizeram a refeição. Bem depois, notaram que haviam esquecido de chamar o João que continuava trabalhando. Aí, o chefe disse: Vão chamar aquele "Pobre Diabo" (grifo meu).

E, assim surgiu mais uma *história* na terra de São João Batista de Campos Novos.

Não posso deixar de registrar entre os tropeiros do século XXI, "os tropeiros de Nossa Senhora Aparecida de Campos Novos". São os tropeiros devotos da *Mãe Aparecida,* sendo que as maiores comitivas vieram dos municípios de Vargem e do Erval do Velho, na véspera da maior Romaria em honra à Nossa Senhora Aparecida do Sul do país, em 12 de outubro de 2019.

Ah! Aproveito a ocasião para informar ótima oportunidade de negócio: "TROPA - Vende-se no Barracão, município de Lagoa Vermelha, uma tropa de 200 animaes muares de dois e três anos e de superior qualidade por preço conveniente; a tratar no mesmo lugar, com o proprietário Antonio Corrêa de Lacerda Lobo." No momento, não estou *prevenida nos pila*.

Ao concluir esse trabalho quero render homenagem a nossos ancestrais, em especial, ao Rui, apelidado de *Veinho* que tropeou também porque ajudava o pai a levar cerca de 40 ou 50 terneiros desmamados da Fazenda Triunfo Ibicuí até a invernada na *Corredeira*. Esses bovinos permaneciam lá até os bois completarem 4 anos de idade, quando eram vendidos gordos para frigoríficos. Meu estimado irmão Rui Padilha da Rosa, foi sepultado em 18/03/ de 2020, data em que entrou em vigor o decreto estadual, assinado pelo governador Carlos Moisés de *isolamento social* devido a pandemia mundial que assola o planeta e até 19/09/2020 já vitimou 15 camponovenses.

E assim... a vida *segue* [...] até o dia de apearmos...

Referências

ALBUQUERQUE, Mario Marcondes de. *A Conquista do Sul***.** Curitiba: Gráfica Vitória, 1991.

BLASI, Paulo. *Campos Novos:* um pouco de sua história. Florianópolis: EDEME,1994.

BRUM, Nilo Bairros. *Caminhos do Sul.* Porto Alegre: Metrópole, 1999.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. *Guerra no Contestado.* Florianópolis: Insular, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* São Paulo: Edusp, 1998.

FELIPPE, Euclides J. *O último jagunço.* Capivari: ME, 1995.

FLORES, Moacyr. *Tropeirismo no Brasil.* Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.

FOLADOR, João David. *História de Campo Êre.* São Lourenço do Oeste: Cruzeiro, 1991.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Guia básico de Educação Patrimonial***.** Brasília: IPHAN, 1999.

LEMOS, Zélia de Andrade. *Curitibanos na História do Contestado.*

LOPES NETO, Simões. *Lendas do Sul.* Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002.

PERIN. Suzana da Silva. *Barracão sua história e suas origens.* Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2008.

MARTINS, Romario. *Lages Histórico de sua fundação, até 1821. Documentos e Argumentos.* Curitiba: Typ. da Livraria Econômica ANNIBAL ROCHA & C., 1.910.

Fontes documentais

Jornal *O Celeiro.* Campos Novos: 06 de janeiro de 2020.

Jornal *Vanguarda.* Campos Novos: 13 de outubro de 1907.

Fontes orais

Inocêncio Antunes, entrevista concedidas à autora em 1999. E diversas conversas informais.

Sebastião Di Domênico, entrevistas concedidas à autora em 2003 e 2020 e 2020. E conversas informais.

Normélio Stefanes, entrevista concedida em março de 2018.
Sebastião Pereira Vargas, entrevista concedida em janeiro de 2020.

Conversas informais

Jair Noriler em diversas datas no decorrer de 2020.
Nenê Padilha, diversas datas no decorrer de 2019.
Luis E. Padilha Didio, no decorrer de 2019.
Luana Conick Souza Dalla Costa, no decorrer de 2020.
Eloirce Velho de Melo, no decorrer de 2020.
Ingrácio Alves de Carvalho, no decorrer de 2020.

Siglas

CN. refere-se a escravos nascidos em Campos Novos.
NT. Número do tombo no registro de documentos do Arquivo Histórico de Campos Novos.

Tropeirismo na pauta nacional: a cultura permeia, como o cerne, todos os setores de desenvolvimento da sociedade

Duclerc João da Silva
Diretor do Jornal Gazeta Serrana (1996 a 2016), Delegado da II e da III Conferência Nacional de Cultura, Ativista e Produtor Cultural, Acadêmico em Sociologia/UFSM. Bom Jesus/RS

Tenho participado assídua e efetivamente de todas as edições do Seminário Nacional e Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo SENATRO, sendo que em algumas oportunidades estive como *comunicador*. Em todas as edições, até o ano de 2016, estive no evento também como jornalista, atuando pelo Gazeta Serrana, *jornal regional com circulação nos municípios de Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana e São José dos Ausentes*, com o qual desenvolvi campanhas e trabalho de divulgação e também de cobertura jornalística e fotográfica do SENATRO. Como neto de tropeiro *Claro Ferreira de Mello*, filho de professora e benzedeira *Magdalena Ferreira de Mello da Silva,* ambos já figuram em edições anteriores do SENATRO, eu ativista cultural, sempre me interessei pelos debates, além do trabalho, como forma de me inteirar e também de contribuir para o resgate, valorização, fruição, registro, reconhecimento e engrandecimento do SENATRO.

No X Senatro, realizado no ano de 2010, apresentei comunicado com o tema "A Conferência Nacional de Cultura e o Tropeirismo". Minha fala naquela oportunidade foi embasada pela participação na II Conferência Nacional de Cultura (II CNC), realizada no mês de março daquele ano, em Brasília, quando fui como Delegado representante do Rio Grande do Sul, eleito pela sociedade civil, e onde estive juntamente com outros gaúchos defendendo as demandas culturais e priorizando as propostas levantadas pelo nosso Estado, e que também influenciavam no desenvolvimento da cultura de todo o país.

Assim como o SENATRO, a Conferência Nacional de Cultura foi como um grande *pouso de tropeiros de conhecimento*, com participantes oriundos de todos os Estados da Federação e do Distrito Federal. Na oportunidade, tendo como base a tridimensionalidade da cultura *econômica, cidadã e simbólica*, discutimos, elencamos e apresentamos propostas, estudos e demandas condizentes com o desenvolvimento de todos os setores da sociedade. Na II CNC ficaram definidas as 19 setoriais, a saber: artesanato, artes visuais, arquitetura, arte digital, audiovisual, arquivo, circo, culturas indígenas, culturas populares, culturas afro-brasileiras, dança, design, livro/leitura/literatura, moda, museus, música, patrimônio material, patrimônio imaterial, e teatro. Ao relatar como transcorreu a Conferência, enfatizei a importância do SENATRO no contexto nacional como patrimônio e que contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Depois da participação na II CNC e no X Senatro, continuei minhas ações e participações nas construções culturais do Estado e do País e a partir de então empunhando mais uma bandeira: a do Tropeirismo. Em outros encontros e reuniões em 2010, 2011 e 2012 sempre que pertinente, ressaltei o Tropeirismo como patrimônio, evento, conhecimento, produto e riqueza cultural de Bom Jesus, da Região dos Campos de Cima da Serra Gaúcha, do Estado, do Sul do País e do Brasil. Inclusive, conhecedor das empreitadas da dona Lucila e do Solera, passei a defender nas "trincheiras" culturais a definição do tropeirismo como patrimônio cultural do país e da humanidade, tendo em vista que o movimento teria ocorrido também na Europa e em período semelhando ao da América. Em determinada oportunidade, em grande evento no Auditório da Assembleia Legislativa, usei espaço para falar sobre o tropeirismo para ativistas culturais de todo o Estado e para palestrantes nacionais.

As andanças e atuações prosseguiram e, no XI Senatro, em 2012, ocupei espaço para falar e informar aos participantes que havia produzido um Documentário/Filme Experimental da II Conferência Nacional de Cultura,

o qual apresentei em diversas cidades do país, entre elas Bom Jesus e outras da região, Caxias do Sul, em Porto Alegre (no Fórum dos Dirigentes Municipais de Cultura) e até em Brasília (em reunião do Conselho Nacional de Política Cultural). Cabe frisar que em todas oportunidades citei o SENATRO e o movimento do tropeirismo, inclusive porque no filme inseri imagens de uma "tropeada" realizada aqui na região.

Nossa atuação, junto com os demais ativistas da cultura, do patrimônio e especificamente do "Senatro/tropeirismo" alcançou resultados positivos que reforçaram e engrandeceram nossa luta. Digo isto porque conquistamos o apoio do então deputado Assis Mello, primo de minha mãe e que quando no Congresso Nacional apresentou a proposta de intitular "Bom Jesus Capital Nacional do Tropeirismo". Inclusive, acatando proposição do Assis Mello, no dia 20 de maio de 2013, a Câmara dos Deputados sediou uma sessão solene em homenagem ao Centenário de emancipação político-administrativa de Bom Jesus, oportunidade em que estavam presentes o então prefeito Frederico Arcari Becker, vereadores, as soberanas da Festa da Gila e do Queijo Artesanal Serrano, o tropeiro Manoel Gaspar e eu como vice-presidente da Comissão Central Organizadora dos Festejos do Centenário, entre outros tantos bom-jesuenses, como o residente em Brasília Lineu Pedroso. Mais uma vez destacamos em nível nacional a cultura tropeira de Bom Jesus e região. Importante dizer também que a Assembleia Legislativa do RS aprovou o título de Bom Jesus como Capital Estadual do Tropeirismo.

Durante todo o ano de 2013 estive atuante no contexto cultural do Estado e ao final daquele ano participei da III Conferência Nacional de Cultura, em Brasília, como o único delegado da sociedade civil reeleito pela plenária. Então, no XII SENATRO, em 2014, usei espaço de comunicador para relatar como fora a Conferência Nacional de Cultura, que teve como tema central "Uma Política de Estado Para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura" e quando foram definidas 64 diretrizes para a gestão cultural. Também aproveitei o momento para apresentar aos participantes do SENATRO o livro *Reminiscências de Bom Jesus o passado presente*, do qual sou coautor juntamente com Eduardo da Silva Borges, Maria de Fátima Salvador Borges e Nicácio João Maria de Lima, lançado em 2014 através da Editora Berthier. O livro conta a história de Bom Jesus a partir da genealogia de algumas das primeiras famílias formadoras do município. Ao final do meu comunicado, fiz uma homenagem ao setor do livro/leitura/literatura e a todos os seminaristas do tropeirismo com a leitura interpretada e com dramaturgia cênica do texto "Autobiografia", de Erasmo de Carvalho Braga:

> Nasci na encosta de um outeiro. E fiquei, dentro em pouco, um pinheiro delgado e elegante. Tão elegante que uma senhora, passando com seus filhos por perto de mim, desejou-me para árvore de Natal.
>
> - Como ficará lindo carregadinho de presentes e de doces, com as velinhas de cores – exclamou uma das meninas que acompanhavam a senhora.
>
> Estremeci até as raízes, pensando que logo me haviam de arrancar para, no grande e festivo dia das crianças, ir adornar o salão de uma escola ou de uma casa abastada. Passaram-se, porém, muitos anos e ninguém veio buscar-me para a festa do Natal. Minhas raízes aprofundaram-se mais; meu tronco tornou-se alto e forte; estendi para o céu ramaria possante, que as tempestades não puderam derribar. Todos os anos as pinhas enfeitavam meus galhos; e, quando amadureciam, aves, animais e homens vinham à minha sombra colher os frutos, que se espalhavam pelo chão. Eu era a maior e a mais bela de todas as árvores daquela região. Mas o dia funesto chegou. Um homem aproximou-se de mim, olhou-me com atenção de alto a baixo, e fez, a facão, um sinal no meu tronco. Vieram depois operários musculosos, de machado em punho; e logo estava eu deitado no solo, com os ramos partidos. Estava reduzido a um simples madeiro – eu, o rei dos vegetais de toda aquela redondeza... Arrastaram-me, em seguida, para uma fábrica e reduziram-se a uma polpa branca. Nenhum dos meus camaradas me houvera reconhecido, quando transformado em alvo lençol, sofria a última demão, a fim de aparecer no mercado sob a forma de papel. Que torturas padeci: os golpes mortíferos do machado, o talho agudo das lâminas que me dilaceravam, o aperto horrível de engrenagens que me esmagavam, o atrito áspero de mós que me pulverizavam, o ardor das drogas que me fizeram pálido... Depois de tudo isso, colocaram-me em uma prensa, da qual saí enfardado para uma longa viagem. Vendeu-se um negociante a um impressor. Fui para uma tipografia, onde novas angústias me esperavam. Puseram-se em um prelo, no qual, em giros vertiginosos, palavras e gravuras eram sobre mim estampadas. Dobraram-me depois. Cortaram-me. Coseram-me. Cobriram-me com duas capas de cartão. E eis-me aqui, agora, meu amigo, para ir contigo à escola. Não me maltrates nem me desprezes. Muito sofri para trazer-te a sabedoria dos antigos, as lições de experiência, a expressão dos prosadores e poetas, que enriqueceram tua língua materna e fizeram meigo e suave teu idioma. Ama-me e lê-me: eu sou o teu livro.

Depois disso, minhas andanças prosseguiram, agora pleiteando a efetivação dos quatro eixos da III CNC: Implementação do Sistema Nacional de Cultura em todo o país, Produção Simbólica e Diversidade Cultural, Cidadania e Direitos Culturais e Cultura e Desenvolvimento. E sempre empunhando junto a bandeira do Tropeirismo como Patrimônio nosso, da humanidade. Também estive no XIII SENATRO, em 2016, quando informamos

aos participantes que Bom Jesus, no ano de 2015, deu passos importantes com a instituição do Sistema Municipal de Cultura, com a reestruturação do Conselho Municipal de Política Cultural e criação do Fundo Municipal de Cultura.

Ainda em 2016, relatei e comentei com diversos participantes do SENATRO sobre uma importante *tropeada cultural*, uma viagem que fiz no ano de 2015, quando parti de Uruguaiana e percorri cerca de 3.500 quilômetros até a Terra Indígena do Xingu, no Norte do Mato Grosso. Em ação importante de resgate da história recente do Brasil, levei para conhecer o lugar onde nasceu e encontrar os parentes, depois de 61 anos de idade, a filha única e legítima do primeiro casamento oficial de homem branco com indígena no Brasil. Ainda trabalho com este projeto, intitulado *Expedição Xingu 2015 – Diacuí Kalapalo/Diacuí Cunha Dutra*, sobre o qual estou escrevendo um livro e pretendo fazer um documentário audiovisual contando esta emocionante história.

No XIV SENATRO, em 2018, não ocupei espaço de comunicador. Estive apenas como participante e apoiador/divulgador, como sempre fui,, desta vez como assessor de comunicação da Prefeitura Municipal de Bom Jesus e também como estudante de Licenciatura em Sociologia.

Saliento que me coloco como um defensor árduo do SENATRO e do Tropeirismo como patrimônio nosso e da humanidade. Sempre que possível levanto o tema em debate. Assim o fiz mais recentemente quando da discussão do projeto "Mundo Gaucho" que visa a valorização do gaúcho como cultura e produto turístico e que poderá reverter em geração de renda e investimentos por diversas regiões do Estado e no qual incluí o tropeirismo e Bom Jesus. Reforço: tenho colocado sim o SENATRO e o Tropeirismo na pauta nacional.

Para finalizar este meu relato, ressalto uma fala que tenho usado recorrentemente:

> A cultura permeia, como o cerne, todos os setores de desenvolvimento da sociedade. Educação sem cultura não é educação, é domesticação; saúde sem cultura não é saúde, é remediação; segurança sem cultura não é segurança, é repressão; e até obra, sem cultura, é fazer buraco n'água.

Saudações culturais a todos!

Olhares na bifurcação: o tropeirismo entre o passado e o presente

Maris Stella Schiavo Novaes
Professora, Historiadora, Especialista em Educação, Cultura e Memória/Museu Pedagógico/ UESB, Coordenadora do Núcleo de História, Cultura e Memória da ONG Carreiro de Tropa/CATROP e Mestranda em Museologia/UFBA. Vitória da Conquista/BA

"Nada é fixo para aquele que alternadamente pensa e sonha"
Gaston Bachelard (1986, p. 91)

Os estudos históricos e socioculturais no Brasil buscam cada vez mais compreender o tropeirismo para além de sua origem, executado como trabalho humano e animal, e integrado como sistema de transporte que serviu aos ciclos econômicos da mineração e do café. Entretanto, novas pesquisas e entendimentos o apresentam no contexto de um fenômeno de amplo espectro, tanto regional quanto temporal, ao qual pesquisadores de diversas áreas e organizações se orientam na intenção de torná-lo reconhecido como patrimônio cultural do povo brasileiro. Tomando por base as dimensões teóricas da epistemologia noturna da Gaston Bachelard, o objetivo desta comunicação foi refletir sobre a função das articulações executadas pelo tropeirismo no âmbito das temporalidades, apresentando-o enquanto elemento de conceituação estética, dentro do traçado de um roteiro que o identifica em permanente deslocamento executado em duas vias distintas: o tempo e o espaço; uma direcionada ao passado, outra se mantém ativa no imaginário contemporâneo, permitindo vislumbrar diferentes formas de promoção e apresentação de sua permanência como importante elemento da cultura brasileira, para as presentes e futuras gerações. Assim, refletimos acerca do desenvolvimento do tropeirismo e ressignificamos seu conceito enquanto fenomenologia imaginária, que nos permitiu romper com os limites do entendimento deste fenômeno apenas enquanto objeto estereotipado no tempo e no espaço e abrir um campo novo de aplicação do imaginário tropeiro, e, da mesma forma, sugerir novas possibilidades de conceituações das relações que o compõem.

Conhecer e imaginar, atributos fundamentais, essenciais e interdependentes da própria condição humana. No mundo tropeiro, bifurcação é a divisão de um carreiro em dois traçados que se desenvolvem em direções diferentes, que podem ou não culminar em convergência ao final da jornada. Sob a égide dos estudos históricos e socioculturais no Brasil, pesqui-

sadores buscam cada vez mais compreender o tropeirismo como memória para além de sua origem, executado como trabalho humano e animal, e integrado como sistema de transporte que serviu aos ciclos econômicos da mineração e do café.

Para esta comunicação, optou-se pela filosofia bacherladiana de análise dos fenômenos no espaço-tempo e escolheu-se a alegoria da bifurcação para uma experimentação analítica: imaginar o tropeirismo como um fenômeno que obedece a um ritmo que se desloca por duas vias: o tempo e o espaço. Uma via direcionada ao passado, a outra se mantém ativa no imaginário contemporâneo como expressão de um *tempo vibrado e duração dialética* (BACHELARD, 1988), que se constitui em memória que se conduz por uma *vontade de futuro* estabelecido pelo fluxo consciência/esquecimento.

A opção pela representação poética da epistemologia noturna de Gaston Bachelard (1884-1962), explícita no contexto desta problematização, visa projetar um olhar compenetrado em admirar a poética das coisas e fenômenos relativos ao Tropeirismo no *tempo vibrado* (BACHELARD, 1988, p. 7). Dessa forma, nos distanciamos das abordagens da História e das Sociais Aplicadas que já utilizamos em outros escritos (SCHIAVO NOVAES, 2006, SCHIAVO NOVAES; MORENO ROCHA, 2011), e justificamos nossa intenção de contextualizar o tropeirismo por um novo trato teórico, seguindo desta vez uma orientação que o restabeleça como objeto em sua permanência dentro da *dialética da duração* (BACHELARD, 1988).

Estabeleceremos por premissas argumentativas as categorias de: espaço, tempo e *Póiesis*. No entanto, convém ressaltar que no contexto tropeiro serão observadas à lógica de análise, que cada uma das categorias apontadas está implícita nesta comunicação sob um *ritmo apropriado, um ponto de vista particular*. Seguimos nessa direção, pois, conforme orienta o autor para tratamento de objetos que se registram por sequência de fatos que se desenvolveram e se desenvolvem em continuidades e descontinuidades dentro do espaço e do tempo, haveremos de lidar com a memória interpretada, ou seja, devido ao seu aspecto lacunar, a memória é sempre *reimaginada*, e, assim, campo aberto de como possibilidades e matéria do devir.

Amparada por esta visão de mundo, é perceptível considerar que em se tratando do objeto que nos dedicamos a dissecar, as convergências que se processam no espaço ou no tempo, de forma contínua ou não, por memórias ou esquecimentos, visibilidade ou silenciamentos, são faces de uma mesma fenomenologia. Nesta perspectiva, nosso pensamento tende a considerar que intuições pessoais e experiências científicas são, em certa medida,

concepções de conhecimento que se confundem, pois são filhas do devaneio e do sonho, como assim define Bachelard (2009). E como assim também as compreendemos. É sob a diretriz bachelardiana da imaginação criadora, do olhar maravilhado para os fenômenos humanos e da visão pragmática sobre a territorialidade histórica dos homens, que partiremos nesta jornada para pensarmos juntos sobre o Tropeirismo como elemento da cultura brasileira e sua importância para as presentes e futuras gerações.

II

Na concepção que desenvolvemos, por se tratar de uma conjuntura de longa duração, o tropeirismo, enquanto fenômeno, assenta-se nos *tempos vibratórios* de modo descontínuo, complexo e dialético. São esses tempos vibracionados, captados a partir das relações de dialogia e silenciamentos, a matéria-prima de artistas, escritores e pesquisadores, que exploram as influências tropeiras em pulsões criativas ou narrativas acadêmicas. Decorre disso que, alegoricamente, contextualizamos o tropeirismo como correspondente às marcas de um tropel deixado sob a poeira dos tempos e que aparenta estar preso diante de uma rota em bifurcação.

Ou melhor dizendo, por um ponto de vista, estamos diante de um caminho que se orienta pela interlocução entre o passado tropeirista, época de sua expressão material de trabalho concreto e prático arrastado por séculos; e, concomitantemente, o fenômeno não se esgota, noutra rota da estrada ressurge sob novos significados construídos a partir da potência criativa da imaginação e ações humanas no presente.

Do passado tropeirista pode-se dizer que surgiu como um sistema de produção de trabalho em transporte de carga. Fosse esse transporte a condução de carga em pé ou assentada em cangalhas colocadas sobre o lombo de animais, e cujo desenvolvimento teve relação direta com o povoamento, expansão de fronteiras territoriais, produção e disseminação do folclore e da cultura no país (SCHIAVO; NOVAES; OLIVEIRA, 2017).

No presente, o tropeirismo é vivência discursiva oscilante entre imaginação e razão, materializado por convenções culturais e estereótipos. Por não *ser* mais como sistema operacional, continua *sendo* como perspectiva fenomenológica de ideia. Acessado como ressonância incorporada em memórias que se repercutem em estética artística e sociocultural de referência identitária, que se revela no devaneio do ato poético de uma consciência imaginante. Revelação que pode se concretizar na edificação de monumentos físicos, poemas, etc., ou na materialização de estereótipos.

É assim que, tomando de empréstimo expressões utilizadas por Bachelard (1986; 1988; 2003; 2009) em seus escritos, por correlação, acreditamos que as referências tropeiristas as quais nos referimos neste artigo se tornam identitárias, porque são provocadas por efeito da *ressonância -repercussão* consequente do devaneio poético, que tanto conduz para o passado, quanto encanta no presente e anuncia construções de memórias que se tornarão em sensações de devir. Sob influência do pensamento bacherladiano podemos considerar o ato poético como sendo uma bifurcação em si mesma. Afinal, por força da poética se torna possível tanto potencializar a fuga da realidade e a alienação, quanto a tomada de consciência e a potência criadora em ação repercutindo nas obras de artistas, literatos e poetas.

Em se tratando das *ressonâncias-repercussão* do tropeirismo como fenômeno da *poiésis*, este efeito pode ser reconhecido ao se tomar contato com suas heranças expressas na cultura popular através de personificações, do folclore e do artesanato, das artes plásticas e monumentos de ruas, de músicas e obras literárias, em coleções e acervos de museus, etc., culminando em composições de níveis imagéticos que sugerem outras formas de relação.

III

Tomemos como primeiro exemplo, o registro do folclore popular de origem tropeira presente no gauchismo. E nesse universo destaca-se a figura de Paixão Côrtes (1927-2018). Côrtes atuou como folclorista, compositor, radialista e pesquisador das tradições e cultura gaúcha, organizando e fundando em 1948 o "Centro de Tradições Gaúchas 35" e, em 1953, fundou o pioneiro "Conjunto Folclórico Tropeiros da Tradição" (SCHIAVO; NOVAES, 2019). De suas ações, fulgura indelével o estereótipo do gaúcho *oficial*, bem como personificação idealizada de qual seria o vestuário e o padrão de comportamento de um *legítimo* representante dos bravos e valentes tropeiros de antanho.

Esse feito concedeu ao folclorista o título de "Tropeiro Cultural", apresentado em documentário que registra sua trajetória. Sem dúvida, Paixão Côrtes é por si só um marco importante onde gauchismo e tropeirismo se fundem em estética, pois sua personificação estigmatizada, tanto no plano do simbólico quanto do vestuário, é facilmente aceita e replicada através do *marketing social*, conforme registra Jaksam Kayser (1998) e segue demonstrada na imagem abaixo:

Para Kayser (1998, p. 103), essa aceitação impõe-se de forma arbitrária e violenta e termina por produzir uma lógica de *domesticação do outro*. Por resultado final, construiu-se culturalmente uma lógica de sentido que terminou por se 'confundir' numa ressignificação indumentária de como é a roupa típica do tropeiro, conforme descreve e ilustra de forma pormenorizada o sítio virtual: Tropeiros 21. Inegável considerar que o tropeirismo está por aí ressignificado e manifesto no folclore gaúcho. Todavia, também é inegável que consideremos observar que é possível encontrá-lo em outras manifestações culturais que ressoam identificações no povo brasileiro de norte a sul do país. Mesmo que não sistematizado por um vestuário típico conforme ocorreu no gauchismo, mas evidenciado, e não menos significativo, por outras práticas culturais funcionais da memória.

Figura 1 – Paixão Côrtes e a vestimenta típica que identifica o gauchismo e o tropeirismo



Fonte: Internet/autoria não identificada.

No terreno da funcionalidade da memória, somente a partir de critérios racionais de escolhas será de fato possível encontrar rastros tropeiros na composição particular de cada indivíduo, cidade ou região baseada em suas *durações vibradas* (BACHELARD, 1988) de um tropeirismo que se evidencie por suas marcas experienciais, históricas e socioculturais. Enfim, suas referências circunscritas no âmbito da *descontinuidade temporal* (Idem), onde real e imaginário são apenas vetores de sentido escolhidos por arbítrio das vontades e definidos dentro do espaço-tempo, concebidos por um contínuo de possibilidades e descontinuidades. Dito isso, nosso traçado nos aponta agora para a direção do Nordeste.

No Nordeste, as cidades de Vitória da Conquista/BA e Campina Grande/PB se destacam por buscar conhecer e explorar a *densidade* e as *riquezas* das raízes e memórias tropeiristas. Diferentemente do gauchismo, onde o tropeirismo é revisitado como expressão de uma manifestação estético-social localizada no espaço e esgotada em seu tempo, nas regiões nordestinas as memórias tropeiras, como tem sido descoberto em pesquisas recentes sobre o fenômeno, o localiza vivo na expressão da *sertanidade* e costumes do povo.

É só uma questão de apurar olhos e ouvidos para perceber que elementos se agregam à política do que deve ou não ser esquecido ou monumentalizado.

IV

No mundo contemporâneo a construção e preservação de monumentos são alvos de intensos debates e ataques públicos. As destruições desses equipamentos de memória ocasionam a oportunidade de aquecimento na esfera das contradições em torno da temática. Entretanto, sob uma análise mais antiga e menos coincidente com os tempos atuais, concordamos com o entendimento apontado por Fernanda Severo (2004) de que os monumentos como objetos de inclusão de valorização comunitária possibilitam relações que se estabelecem a partir deles. E complementamos: sejam essas relações de visibilidade ou invisibilidade acionados conscientemente ou não pela memória.

Segundo Bachelard, as ocorrências desses atos são desencadeadas no espaço-tempo por "uma duração, mas que, no fundo, não pertence ao que dura" (BACHELARD, 1994, p. 44). O resultante dessas relações é atributo de um desdobramento psíquico que novamente se performa por uma bifurcação entre passado e o presente. Também por isso nos é possível afirmar que os monumentos exercem função cultural e também social.

Conforme assinala Fernanda Severo (2004, p. 1), monumentos são patrimônios culturais pelos quais através do contato cotidiano das populações se torna possível até mesmo obter como resultante uma noção de "reconhecimento/pertencimento, resgatando de nossa memória símbolos, imagens e vivências individuais e sociais temporalmente delimitadas" (Idem).

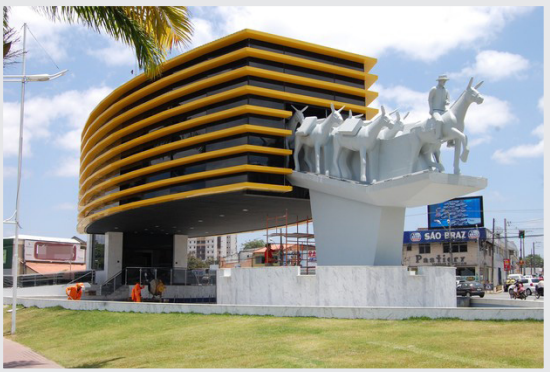
Herança da modernidade, a ideia de erigir monumentos tinha a finalidade de homenagear através de uma instalação perene uma ação ou uma personalidade. Na sociedade contemporânea, onde as ideias e ações de humanas são permanentemente problematizadas, não se observa mais tanta ênfase nas criações de caráter monumental de grande porte. Na contramão dessa característica tão em voga nos dias atuais, na Paraíba, a cidade de Campina Grande surpreendeu.

Também conhecida como Rainha da Borborema, a cidade se organiza por manter fundamentada em sua história local a presença do sistema tropeiro como um dos fatores de origem e principal vetor de desenvolvimento local. Em 2014, por ocasião das comemorações de seus 150 anos de história, o município iniciou a construção de um imponente monumento em homenagem aos desbravadores. A figura 02, fotografia de Gustavo Xavier

do site de notícias G1, registra imagem desse imponente e singular equipamento cultural. Segundo este portal de notícias, o monumento campinense, reconhece na presença tropeira a principal marca do desenvolvimento e do progresso da cidade. Para além da condição de objeto de contemplação, no edifício foi instalado um memorial para acondicionamento e acervo de pesquisa.

Localizado às margens do Açude Velho, o monumento tem uma concepção estética que ilustra passado, presente e futuro. O equipamento cultural apesenta no corpo arquitetônico de seu edifício uma espécie de cápsula, onde são expostos documentos sobre a história campinense, além da escultura de vários tropeiros saindo da cápsula, dando a ideia de desbravamento e sinalizando a importância desses atores sociais no passado campinense.

Figura 2 – Monumento dos 150 anos de Campina Grande



Fonte: Registro produzido antes da instalação do anexo do Museu Digital. Foto: Gustavo Xavier/G1.

Seguindo essa prerrogativa, a parceria entre poderes público e o Serviço Social de Indústria (Sesi), construiu anexo para constituição do Museu Digital de Campina Grande. Entre suas coleções apresentadas em modo totalmente tecnológico encontra-se o verbete *tropel*: "Espaço apresentado em forma sensorial e visual, gestos ações e sentimentos que formam o amplo, o simples e o audaz universo tropeiro".

Contudo, este não foi o primeiro monumento que Campina Grande levantou e integrou os tropeiros aos seus desbravadores. Em 1964, em comemoração ao centenário, foi inaugurado e virou ponto turístico do município, o monumento *Os Pioneiros da Borborema*. A obra de autoria do artista paraibano Abelardo da Hora, consta de três personagens cuja importância memorial reporta aos primeiros movimentos dos pioneiros.

Também às margens do Açude Velho, a instalação estética é composta de três estátuas que apresentam o seguinte significado: o índio representa o início de tudo; a catadora de algodão faz referência à presença e força da mulher na indústria algodoeira, época considerada como a *Era de Ouro* campinense, quando o município se tornou o segundo maior exportador de al-

godão do mundo; e o tropeiro imortaliza como homenagem à vocação comerciária da cidade (SCHIAVO; NOVAES, 2019).

Nesse importante patrimônio histórico-cultural, conforme comprovado na figura 03, as estátuas estão ladeadas por quatro palmeiras imperiais e foram instaladas para estarem de frente para o nascer do sol. A intenção expressa nesse propósito simboliza a ideia de que a cidade está voltada ao progresso e direcionada à esperança de futuros gloriosos.

Figura 3 – Pioneiros da Borborema, obra do artista Abelardo da Hora



Fonte: Foto de Gustavo Xavier/G1.

V

Vitória da Conquista, cidade localizada no sudoeste da Bahia, não executa com a memória do tropeirismo o mesmo formato e recorte monumental conforme identificado em Campina Grande. Não há no município nem mesmo uma rua dedicada ao registro de caráter tropeiro. Também não se observa praças ou monumentos físicos. Todavia, existe uma memória compartilhada através de esparsos registros históricos e da pulsão criativa de artistas, poetas e escritores locais, que a exemplo de Bruno Bacelar (1899-1988), com o poema *O tropeiro*, Euclides Dantas (1888-1943),[1] *O madrinheiro*, Hélio Schiavo (1935-2017),[2] como o soneto *Retalhos dos caminhos tropeiros*, e das cantorias infindas de Elomar Figueira Mello, são inspiradas no tropeirismo local.

1 O Madrinheiro, poema satírico dedicado aos bajuladores de políticos. Disponível em: < http://parnasoconquistense.blogspot.com/p/euclides-dantas.html>. Acesso em 28/08/2020.

2 Ver: SCHIAVO, Hélio. Retalhos dos caminhos tropeiros. *Garimpeiro das Palavras,* Vitória da Conquista, 18 de agosto de 2013. Homenagem do poeta aos tropeiros conquistenses em poema escrito durante a 3ª Roda de Conversa sobre Tropeirismo realizada pela ONG Carreiro de Tropa- Catrop em 16 e 17 de agosto de 2012. Disponível em: < http://garimpeirodaspalavras.blogspot.com/search?q=tropeiro>. Acesso em 27/08/2020.

Também se registra em grau de importância a sistematização da memória tropeirista realizada pela ONG Carreiro de Tropa (Catrop). Fundada em 2007, através de seu núcleo de Educação, Cultura e Memória, a ONG promove ações de sensibilização e reconhecimento do tropeirismo como patrimônio cultural de Vitória da Conquista. Em 2017 foi concedido a Catrop pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), a honraria de se tornar o primeiro Ponto de Memória do Tropeirismo do Brasil. A concessão ocorreu em reconhecimento há uma década em que a organização executou e ainda se mantém em atividade por ações de promoção que favoreçam e engrandeçam a memória e valorização do Tropeirismo.

Bachelard diz que: "Em obras da imaginação poética, os valores têm tais mostras de novidade que tudo o que deriva do passado é, a seu ver, inerte. Toda memória está para ser reimaginada" (2003, p. 311). Por este prisma, é possível, dentro do contexto do tropeirismo como *ressonância-repercussão,* localizar, também, obras como do artista conquistense Elomar Figueira Mello.[3] Sua trajetória criativa por extensão e valor conquistou a aceitação pública que lhe confere amplo reconhecimento como patrimônio cultural de caráter monumental da arte em Vitória da Conquista.

Figura 4 – Imagem de abertura da Porteira oficial de Elomar



Fonte: foto de autor não identificado.

A vasta obra do cantador e escritor Elomar, em toda sua extensa produção musical e literária é composta preferencialmente em dialeto *sertanês.*[4] Essa é

[3] Ver: PORTEIRA oficial de Elomar. Disponível em: < http://www.elomar.com.br/index.html>. Acesso em: 28/08/2020.

[4] O autor especifica que a linguagem *sertaneza* é um imperativo de distinção para não se confundir com a ideia de musicalidade sertaneja, cujo conceito segundo Elomar foi esvaziado de seu sentido original. In: SCHOUTEN, André-Kees de Moraes. *Peregrinos do sertão Profundo*: uma etnografia da música de Elomar Figueira Mello. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 121, 2005.

a expressão máxima de uma linguagem ilustrativa que apresenta ao mundo contemporâneo os *falares* dialetais de um modo de vida típico do sertão profundo, habitado por vaqueiros, tropeiros e viventes, que segundo Schouten (2005), são imortalizados em "estilhaços de uma experiência que já não tem mais condições de existência" e são oferecidos agora aos ouvintes e leitores "como simples fragmentos da alma *sertaneza*" (Idem, 2005, p. 55), conforme descrito neste trecho da composição *Tirana*, do auto do *O Tropeiro Gonsalin*.[5]

[...] das coisa de minha ceguêra aquela que eu mais quiria
Formá u'a tropa e arribá no mundo um dia
Cabeçada de u'a arroba vinte campa de arrilia
Cruzeta riata nova rabichola e peitural
E ariça fazeno ruaça
A tropa na boca da praça do Rêno de Portugal
[...]
Para mula ruana
Dexa de gana
Qui a vinda do trôpero
É só u'a veis
Assunta mermo a vida
Assim tirana
É pura boniteza
Foi Deu quem fez.

Um querer tanto e nunca realizado é traduzido em linguagem *sertaneza* em *ceguêra*, como descrito no sonho do *Tropeiro Gonsalin* de formar uma tropa e seguir para o Reino de Portugal, para logo adiante se dar conta de que esse é só um sonho impossível e o que lhe resta se conformar com a vida que leva. Toda criança tem uma vontade não realizada e figurada em sonhos e devaneios. E como diz Bachelard (1988, p. 13): "O devaneio poético nos dá o mundo dos mundos". É exatamente este o universo que Elomar adentra quando decanta as vivências e desventuras da sua meninice vivida na casa do São Joaquim, onde por certo surgiu também a inspiração para que surgissem em canções os tropeiros Chico das Chagas, Quilimero, Gonsalin.

[5] *Na Quadrada das Águas Perdidas* (1978) - Gravado nos estúdios do Seminário Livre de Música da Universidade Federal da Bahia, em dezembro de 1978, com participação e muito empenho dos malungos: Dércio Marques, Carlos Pita, Fábio Paes, Xangai, Elena Rodrigues Neuma, Cal, Limonge e o saudoso Alevando Luz. Com algumas penadas do também saudoso Ernest Widmer. O ensaio de apresentação do texto é de outro malungo que já se também foi: Ernani Maurilio Figuerêdo. Disponível em: <http://www.elomar.com.br/discografia/naquadrada.html>. Acesso em: 28/08/2020.

VI

Chegamos ao final de nossa jornada. Apresentamos em toda esta comunicação o tropeirismo como fenômeno presentemente preso numa dobra do tempo. Tropel que orbita em um trânsito que se faz no percurso do pensamento *corpus* e razão da ciência, e, a poética de uma imaginação criadora, onde tivemos o tempo e o espaço como lócus de observação. Ou dito de outra forma, mais uma vez tomando de empréstimo a ideia de Bachelard (2003, p.184), nossa análise considerou o tropeirismo como objeto presentificado na subvenção de uma "fenomenologia da imaginação".

O uso dos conceitos de tempo, espaço e *poiésis* como categorias fundamentais de sentido estiveram no texto com a função de auxiliar no ordenamento prático e de suporte para o mundo das ideias bachelardianas e sob a orientação desse autor. A metodologia que buscamos aplicar neste artigo seguiu uma reflexão acerca do desenvolvimento do Tropeirismo enquanto acontecimento que se desenvolveu sob critérios de avaliação para duas óticas distintas, donde se justifica a bifurcação aqui apresentada.

Isso aponta para uma ressignificação do conceito de tropeirismo enquanto fenomenologia imaginária, rompendo com os limites do entendimento deste fenômeno apenas enquanto objeto estereotipado no tempo e no espaço. Com isso, abre-se um campo novo de aplicação do imaginário tropeiro, e, da mesma forma, novas possibilidades de conceituação das relações que o compõem.

Referências

ARINOS, Afonso. *Pelo Sertão*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ASCOM| CATROP. Reconhecida como Ponto de Memória, Catrop realiza 4ª Roda de Conversa sobre Tropeirismo. *ONG Carreiro de Tropa – Catrop*. Vitória da Conquista, 14 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://carreirodetropa.wordpress.com/2017/02/14/4rodadeconversa/>. Acesso em 27/08/2020.

BACHELARD, Gaston. *Direito de sonhar.* Rio de Janeiro: DIFEL, 1986.

BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1988.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KAYSER, Jakzam Dalla Leite. *Ordem e Progresso:* O Brasil dos Gaúchos. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 178. 1998.

SEVERO, Fernanda. Espaço Arquitetônico e espaço turístico: memória, história e simulacros. Construções Teóricas no Campo do Turismo. *Anais do II Seminário*

de Pesquisa em Turismo do Mercosul. 10 e 11 de setembro de 2004. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/27-espaco-arquitetonico.pdf>. Acesso em 19/08/2020.

SCHIAVO NOVAES, Maris Stella; OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. *Rodas de conversa, memória histórica e outras contribuições para a preservação do tropeirismo em Vitória da Conquista*. Trabalho apresentado no XIII ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 12 a 15 de setembro de 2017, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia.

SCHOUTEN, André-Kees de Moraes. *Peregrinos do sertão Profundo:* uma etnografia da música de Elomar Figueira Mello. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 121. 2005.

Sites

Documentário: *Tropeiro Cultural*- Vida e Obra de Paixão Côrtes. Produção: Stricher Filmes. Direção: Luzimar Stricher. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uBD1zIdSy74>. Acesso em: 18/08/2020.

G1. *Monumentos contam história do crescimento de Campina Grande.* G1, 2020. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/10/monumentos-contam-historia-do-crescimento-de-campina-grande.html>. Acesso em: 18/08/2020.

SCHIAVO NOVAES, Maris Stella. *Monumento ao tropeiro é um bom modelo para Vitória da Conquista?* ONG Carreiro de Tropa- Catrop. Vitória da Conquista, 25 de jun. de 2019. Disponível em: <https://carreirodetropa.wordpress.com/2019/06/25/monumento-ao-tropeiro-e-um-bom-modelo-para-vitoria-da-conquista/>. Acesso em: 19/08/2020.

SCHIAVO NOVAES, Maris Stella. *Paixão Côrtes:* o tropeiro cultural do Rio Grande do Sul. ONG Carreiro de Tropa- Catrop. Vitória da Conquista, 22 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://carreirodetropa.wordpress.com/2019/12/22/paixao-cortes-o-tropeiro-cultural-do-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 18/08/2020.

Museu do tropeiro de Castro/PR

Léa Maria Cardoso Villela

Ex-Secretária de Educação de Castro/PR, Ex-diretora do Museu do Tropeiro de Castro/PR, Advogada, Pesquisadora e Escritora. Castro/PR

O Museu do Tropeiro de Castro/PR existe desde 1977, graças ao trabalho e à dedicação da saudosa professora Judith Carneiro de Mello e de seus grandes colaboradores.

É o primeiro e mais completo no gênero, com um acervo de mais de 1.000 peças, entre vestimentas, montarias, mapas, documentos, móveis de época, objetos pessoais dos antigos viajantes, além de uma pequena coleção de arte sacra. Hoje ele é conhecido nacional e internacionalmente. Bastante visitado por alunos das escolas da cidade e de outros municípios, turistas brasileiros e estrangeiros. Tem grande divulgação através das redes de televisão, revistas e jornais.

Mostra, sobretudo o nosso tropeiro, o tropeiro paranaense, seus costumes, trajes típicos, folclore regional e a medicina tropeira, lembrando que todos os caminhos passavam pelo vale do Iapó, depois freguesia de Sant'Ana do Iapó, Vila Nova de Castro e Cidade de Castro.

Como anexo do Museu do Tropeiro, temos a Casa de Sinhara, *a casa da mulher do tropeiro,* mostra ambiente que retrata a vida da mulher castrense no período do tropeirismo. Enquanto o tropeiro viajava, era ela que tomava conta de tudo.

É um museu dinâmico e informativo. Durante o ano realiza muitos eventos culturais com a participação de escolas e artistas regionais.

No dia 05 de outubro comemora-se o Dia do Tropeiro paranaense. Na primeira semana de outubro são realizadas exposições com o tema tropeirismo, em pinturas, peças teatrais, exibição de filmes, serestas, material didático, oficinas. O Museu promove outros eventos como: Semana dos Museus, Primavera dos Museus, Noite de Música e Arte no Museu.

O Museu possui uma boa biblioteca, inclusive com livros raros. Presta serviço à classe de estudantes de todos os níveis. Assessora trabalho de mestrandos, doutorandos e historiadores em geral.

Há uma boa produção científica com lançamento de livros, quase todos os anos.

Para apoio as atividades do Museu, contamos com a Associação de Amigos do Museu do Tropeiro, sem fins lucrativos, com estatuto próprio e reuniões bimensais dos associados; hoje conta com 40 sócios.

Atualmente, o Complexo Cultural Judith Carneiro de Mello compreende: o Museu do Tropeiro, a Casa de Sinhara, a casa da Praça, e a Igreja Matriz de Sant'Ana.

Há uma grande ligação do tropeirismo no Rio Iapó, *rio que alaga,* e a Igreja Matriz de Sant'Ana, uma evolução histórica do Pouso do Iapó até a formação da cidade de Castro.

Projeto Tropeiro Brasil

Carlos Roberto Solera
Odontólogo, Pesquisador, Escritor e Presidente do Núcleo de Amigos da Terra e Água - NATA. Urupema/SC

Projeto Tropeiro Brasil

É fruto de um estudo sobre nossa brasilidade, algo que teve início a partir do ano de 1976, com pesquisas que fiz de inúmeras atividades e legados do Ciclo do Tropeirismo, quando ainda residia e trabalhava como odontopediatra em Goiânia/GO. A usual história de ocupação do território goiano mostrava apenas aquilo que já aprendíamos nas escolas fundamentais da infância, que tudo acontecera somente via presença de bandeirantes.

Não era a realidade, pois fatos relatados nas poucas obras que lá encontrei a época mostravam que o desenvolvimento de Goiás começara no início dos anos 1700 e fora consolidado por obra dos tropeiros que para lá levavam gado bovino de outros locais da colônia brasileira.

Era pouca a disponibilidade de registros literários. Com minha mudança residencial para o estado do Paraná em 1986, a pesquisa ficou mais fácil, pois a Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura paranaense elaborou um projeto que pretendia resgatar elementos, materiais e imateriais do patrimônio cultural do estado, relativos ao Tropeirismo. Abrangia pesquisas sobre Arquitetura de Fazendas dos Campos Gerais (análise de fazendas da região dos Campos Gerais ainda existentes e localizadas ao longo do Caminho das Tropas), Evolução Urbana, Posturas Municipais que analisavam a legislação disciplinar, organizativa e configuração espacial das cidades no século XIX. Finalizava com um tópico de depoimentos que seriam feitos através de entrevistas, resgates de história de vida e a memória de pessoas que se envolveram com o tropeirismo.

Aliado às tecnologias de Internet que floresciam naquele momento, era um considerável avanço em minhas pesquisas sobre esta saga vivida no Brasil, de forma oficial já a partir de 1730, com a abertura do Caminho dos Conventos, o qual teve início na região litorânea catarinense junto a Araranguá e Laguna e após atravessar parte nordeste do Rio Grande do Sul e

Serra Catarinense, chegara ao Paraná, na fazenda Os Carlos, em paragens da serrinha do Purunã.

Ao final da década 1980, incorporado profissionalmente a um novo segmento turístico que nascia naquele momento na região de Lages/SC, o Turismo Rural, identifiquei de pronto os legados da cultura tropeira presentes no cotidiano de vida regional. As atividades do Turismo Rural começaram com apenas 04 fazendas na serra catarina, mas logo começou a mostrar ao Brasil um jeito novo de conhecer a trajetória pátria, identificando ícones como a gastronomia rural, ofícios, vestuários, produção animal, modelos artísticos, práticas da medicina campeira, história e estórias, lendas, crendices, benzeções e outros.

Era muito novo "vivenciar o campo", pois o turismo brasileiro tradicional ainda vivia em torno de capitais, litoral, estâncias climáticas e termais. Naquele momento, apenas os CTGs do Rio Grande do Sul acompanhavam movimentos de valorização tradicionalistas. Em 1994, já criávamos a Associação Brasileira de Turismo Rural – ABRATURR, com seccionais em diversos estados e o turismo rural, resgatando, valorizando e mostrando suas culturas locais e regionais, já atingia mais de 400 empreendimentos no país. Isso mostrava então, que o brasileiro, assim como eu, desejava e buscava conhecer suas origens e sentimentos de brasilidade. Agora em 2020, já são mais de 22 mil propriedades em atividade no Brasil

Projeto Rota dos Tropeiros

Em 1998, eu, pela Protur Purunã, e o amigo e turismólogo Eduardo Flávio Zardo, pela Consultur, começamos a idealizar um ambicioso projeto – *Rota dos Tropeiros,* que assim como os antigos Caminhos de Tropas, pretendia ir do território gaúcho ao paulista. Viamão/RS a Sorocaba/SP, identificando e otimizando os legados do Tropeirismo destes quatros estados brasileiros – RS, SC, PR e SP.

De Sorocaba, imaginávamos o projeto evoluindo em roteiro ao Vale do Paraíba e entroncando-se com os roteiros do projeto Estrada Real. Teríamos então coberto uma boa porção do território nacional, espaço de atividades do Ciclo do Tropeirismo.

Já tínhamos um razoável acervo documental em mãos, tanto através de nossos trabalhos de pesquisas, como os de outros companheiros pesquisadores, técnicos e historiadores, que também já se debruçavam sobre o tema. O SENATRO já havia surgido em Bom Jesus, fruto do incansável trabalho da tropeira-mor, professora Lucila Maria Sgarbi Santos e equipe. Ali começava a formar-se um grupo de excelência em pesquisas sobre o Ciclo do Tropeirismo, o que fru-

tificou, tornando-se em formato bianual, o principal evento nacional da temática. Agora em 2020, completam-se 14 edições realizadas e a 15ª sendo feita com trabalhos via on line, em função da pandemia covidiana que abrangeu o país.

Figura 1 – Logomarca do Projeto Rota dos Tropeiros



Fonte: acervo NATA/Carlos Solera.

Iniciando o milênio 2000, eu e Zardo vimos que uma implantação concomitante nos quatros estados previstos inicialmente pelo projeto *Rota dos Tropeiros* era muito difícil, fosse por custos financeiros estimados, por ausência de apoios técnicos ou materiais de alguns municípios envolvidos, ou de ordem territorial pelas enormes distâncias e mesmo, ainda, pelo pouco conhecimento usual de roteiros integrados por muitos gestores de turismo do Brasil, naquela época.

Resolvemos então fatiar o projeto, começando sua implantação pelo estado do Paraná. Os trabalhos propostos na 1ª fase abrangeriam 16 municípios a serem escolhidos por nós, todos eles caracterizados, praticamente, como de origem tropeira.

Um profundo estudo sobre o cotidiano das cidades envolvidas foi feito por nós. Identificamos que a maioria delas havia surgido através do Ciclo do Tropeirismo e conservavam ainda ricos legados da Cultura Tropeira.

Participantes

Municípios envolvidos no projeto

- Rio Negro
- Campo do Tenente
- Lapa
- Campo Largo
- Balsa Nova
- Porto Amazonas
- Palmeira
- Ponta Grossa
- Carambeí
- Castro
- Piraí do Sul
- Tibagi
- Jaguariaíva
- Sengés
- Arapoti
- Telemaco Borba

Histórico

1534. registro de início do território paranaense.

1648. fundada Capitania de Paranaguá.

1717. descoberta de ouro em Minas Gerais – decadência do 1º Ciclo Econômico do Paraná.

Inicia-se o processo de desenvolvimento dos **Campos Gerais.**

8 de setembro de 1730. chegada do primeiro Caminho na Fazenda dos Carlos, em **São Luiz do Purunã – Caminho dos Conventos.**

1731. surgem as primeiras povoações no **2º planalto** paranaense – **Rio Negro**, Vila do Príncipe (**Lapa**), Rincão dos Buracos (**Palmeira**), Fazenda Santa Cruz (**Ponta Grossa**), Sant'Ana do Iapó (**Castro**), Bairro da Lança (**Piraí do Sul**), Fazenda Jaguariaíva (**Jaguariaíva**), Fazenda Tucunduva (**Sengés**).

2001 – 2002. resgate cultural da Rota dos Tropeiros – aproveitamento turístico deste caminho devido a sua grande **potencialidade**.

O projeto Rota dos Tropeiros era uma proposta inédita no Brasil. Foi lançado no dia 30 de maio de 2003, em grande evento realizado na Fazenda Capão Alto, em Castro/PR, com a presença de inúmeras autoridades, inclusive, a do então ministro do Turismo Walfrido Mares Guia.

Contou com belíssima apresentação teatral simbolizando a *chegada* de uma tropa àquela fazenda que foi marco de passagem tropeira. Elaborado pela saudosa e entusiasta amiga, Judith Carneiro de Mello, criadora do Museu do Tropeiro de Castro, com atores trajados como na época do tropeirismo e bela tropilha animal, foi uma emocionante e inesquecível apresentação.

Para os dois municípios paranaenses da Rota dos Tropeiros situados na divisa com outros estados – Rio Negro com Santa Catarina e Sengés com São Paulo estava prevista uma "Parada do Tropeiro" para cada um. Seria um centro de recepção para turistas, onde se desfraldaria toda saga tropeira ocorrida, com exibição de vídeos, publicações literárias, painéis, quadros, músicas, artesanatos e outros itens. Esses pórticos seriam construídos com investimentos do governo estadual, da iniciativa privada e da Associação dos Municípios dos Campos Gerais. Tudo levava a crer no sucesso cultural, turístico e profissional da Rota dos Tropeiros.

Consolidação

A partir do lançamento teria início a 2ª fase do projeto, o que propriamente dito, seria a consolidação do mesmo. Essa etapa compreendia, entre outras ações, a capacitação profissional, a finalização de preparação dos mu-

nicípios como destinos de visitação e a formatação de produtos (pacotes de viagem) que, posteriormente, seriam oferecidos às operadoras de turismo para comercialização. E, ainda, a realização de eventos temáticos em todos os municípios envolvidos.

A expectativa era geral, como mostra esta citação de matéria jornalística, à época: "segundo Carlos Roberto Solera, presidente da Associação Brasileira de Turismo Rural – ABRATURR e um dos mentores do projeto Rota dos Tropeiros, já estão viabilizados os recursos para desenvolver essa segunda e mais importante etapa. Ainda em estudo, os centros de recepção de visitantes, chamados de 'Paradas do Tropeiro', que serão construídos em Rio Negro e Sengés. Dois anos é o prazo para a conclusão da segunda fase".

Ainda:

Está prevista também a criação de um selo de qualidade. Os estabelecimentos de hospedagem, restaurantes e produtos vendidos aos turistas terão o selo após receberem orientação, capacitação e uma fiscalização coordenada pelo conselho gestor G32, órgão composto por 32 pessoas, duas de cada um dos 16 municípios, e equipe técnica da Rota dos Tropeiros.

Como Membro Titular do Conselho Nacional de Turismo do MTur, em Brasília, à época, representando o segmento nacional do Turismo Rural, consegui introduzir o tropeirismo como temática turística nas políticas públicas do turismo nacional.

Visto nessa ótica, vivíamos um momento de grande euforia e otimismo Mas há uma distância entre propostas de execução e a realidade de sua consolidação.

Após algum tempo de edificantes trabalhos realizados por nossa equipe de consultores, por inúmeras razões, que não valem a pena aqui descrever, o projeto Rota dos Tropeiros saiu de nossas mãos diretivas e passou a ser apenas proposições, ainda pendentes de consolidação. Foi uma dura constatação ver o "saber tropeiro" e muito dos contextos programados, sendo deixados de lado.

Mas, se os tropeiros nunca se entregaram, resolvi agir assim, também.

Idealização e proposições do Projeto Tropeiro Brasil

A partir de 2006 comecei a sonhar novamente com um projeto que pudesse ter significativa visão e valorização dos legados do Tropeirismo em nossa brasilidade. Assim surgiu a ideia do Projeto Tropeiro Brasil.

Resultado de um trabalho institucional da ONG Núcleo de Amigos da Terra e Água – NATA, entidade sem fins lucrativos que presido, criada e

localizada há 21 anos na vila tropeira de São Luiz do Purunã, município de Balsa Nova/PR, e que conta também, com parceria técnica da Universidade de Girona – UdG, da Espanha.

O objetivo principal seria conseguir para o Tropeirismo e suas inúmeras influências em nossa brasilidade, a titulação de Patrimônio Imaterial brasileiro pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Posteriormente, a busca seria pela Declaratória de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em trabalho conjunto com a UdG, universidade europeia com grande expertise nesses trabalhos.

O que é Patrimônio Imaterial

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de *patrimônio cultural* ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação, como o Registro e o Inventário, além do Tombamento, instituído pelo "Decreto-Lei nº. 25, de 30/11/1937", que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

Os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

O Patrimônio Cultural Imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. É apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como Patrimônio Cultural Imaterial

> [...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Esta definição está de acordo com a "Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial," ratificada pelo Brasil em março de 2006. (Fonte: IPHAN)

Registro de bens culturais de natureza imaterial

O Registro efetiva-se por meio da inscrição de um ou mais de um, dos seguintes livros:

Livro e Registro os Saberes, para inscrição de conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

Livro de Registro das Celebrações, para rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

Livro de Registro de Formas de Expressão, para registro das manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

Livro de Registro dos Lugares, destinado à inscrição de espaços como mercados, feiras, praças e santuários, onde práticas culturais coletivas se concentram e se reproduzem.

O projeto Tropeiro Brasil desde início tem a idealização e coordenação geral do pesquisador Carlos Roberto Solera, presidente da NATA. Na parte internacional, como responsável técnica, a professora Silvia Grau, Máster em Turismo Cultural, da UdG, da Espanha

Figura 2 – Logomarca da UDG



Fonte: acervo NATA/Carlos Solera.

Os primeiros passos do projeto Tropeiro Brasil

Após um bom tempo de sonhos, rabiscos de ideias e preparo, o lançamento oficial do Projeto *Tropeiro Brasil* aconteceu em 20 de novembro de 2010, no salão de festas da Pousada Parque São Luiz do Purunã, em São Luiz do Purunã, distrito do município paranaense de Balsa Nova, quando a professora Silvia Grau, da UdG, veio especialmente da Espanha para este ato.

O evento reuniu cerca de uma centena de convidados especiais, pesquisadores e historiadores, além de mídia escrita e falada. Teve início com a Alvorada Tropeira, sob condução musical de Silvestre Alves, Cancioneiro da Rota. Após a composição de mesa de honra com autoridades presentes, execução dos hinos nacionais representativos do Brasil e Espanha, e pronun-

ciamentos, ocorreu a assinatura formal do Marco de Cooperação Técnica entre representantes da NATA e da UdG, assim descrito:

> A ONG NATA - Núcleo de Amigos da Terra e Água, do Brasil, e a UdG - Universidade de Girona, da Espanha, assinam o termo de cooperação institucional, denominado: Convênio Marco de Colaboracion entre la Universitat de Girona – Facultad de Turismo (ESPÃNA), y la Entidad NATA – Núcleo de Amigos da Terra y Água (BRASIL).

Figura 3 – Assinatura do termo de cooperação institucional NATA e UdG. Da E para D: 1-Eduardo Zardo, consultur; 2-Slvia Grau, UdG; 3-Carlos Solera (NATA)



Fonte: acervo NATA/Carlos Solera.

Na sequência, apresentei os principais objetivos do *Projeto Tropeiro Brasil*. Depois, a professora Silvia Grau, Master em Turismo Cultural pela UdG e responsável pela parte internacional do convênio, proferiu uma palestra sobre o valor do "Turismo Cultural para o desenvolvimento da comunidade local". Abordou dados importantíssimos sobre o impacto causado por este segmento de ação, não só na Espanha, mas como em várias outras partes do mundo. E *estimou*

Figura 4 – Silvia Grau fazendo sua apresentação na abertura do evento, na mesa de autoridades



Fonte: acervo NATA/Carlos Solera.

algumas situações futuras de boas possibilidades que o *Projeto Tropeiro Brasil* poderia acarretar para todo o Brasil.

A seguir, Eleni Cássia Vieira, diretora do Museu do Tropeiro de Ipoema, distrito de Itabira, na Estrada Real de Minas Gerais, e Léa Maria Cardoso Vilela, diretora do Museu do Tropeiro de Castro, no Paraná, apresentaram o painel Arquivos e Memórias, que teve como moderador José La Pastina Filho, superintendente do IPHAN/PR. Mostraram o excelente trabalho que cada uma destas instituições faz no sentido de pesquisas, resgate e conservação da cultura do Tropeirismo, razão pela qual são referências nacionais no segmento.

Encerrando o evento, 15 personalidades e instituições que contribuíram e ainda contribuem para que a cultura tropeira se mantenha viva, foram homenageadas com o troféu Tropeiro Purunã, ofertado pela Pousada Parque São Luiz do Purunã, na pessoa de seu diretor Casto José Pereira. A tarde foi marcada por atividades de lazer e cultura, como o plantio de mudas nativas no Bosque dos Escritores e apresentação de danças tradicionalistas. No outro dia, o evento prosseguiu com a realização de bela Missa Crioula na Pousada Cainã, por integrantes do CTG 20 de Setembro, de Curitiba.

Figura 5 – Missa Crioula com grupo do CTG 20 de Setembro, Fazenda Cainã/SLP



Fonte: acervo NATA/Carlos Solera.

Na semana seguinte, as professoras Silvia Grau, Eleni Cássia Vieira e eu, cumprimos extensa agenda de reuniões oficiais e viagens, com o objetivo das mesmas conhecerem in-loco, muitas referências históricas legadas pelo Tropeirismo.

Em Curitiba, foram visitados diversos atrativos turísticos relacionados ao ciclo tropeiro e realizada reunião especial com a equipe técnica da Secre-

taria de Cultura e do IPHAN do Paraná, além de visitas a FECOMÉRCIO e Câmaras de Comércio Brasil / Portugal e Brasil / Espanha, ambas do Paraná.

Fomos também até ao Museu Tropeiro de Castro onde fomos recebidos pela diretora Léa Cardoso Vilela e pelo Dr. João Maria Diniz, pudemos ver o excepcional acervo físico e documental daquela casa de cultura.

Depois a visita se estendeu até a Capela do Tamanduá, na região de São Luiz do Purunã, construção de 1730, reconhecido lugar de religiosidade tropeira e bem tombado pelo Patrimônio Cultural do Estado do Paraná. Dali, chegamos até a um local onde se consegue avistar as ruínas da sede colonial da fazenda Os Carlos, marco histórico do Tropeirismo como lugar de chegada do Caminho dos Conventos em 09 de setembro de 1730.

A seguir, visitamos oa centros culturais da cidade da Lapa, que guarda excepcional legado do Tropeirismo. À noite, foram realizadas para a comunidade, algumas palestras sobre Cultura Tropeira.

Figura 6 – Ruínas da arquitetura do Ciclo do Tropeirismo, fazenda Os Carlos – São Luiz do Purunã, Balsa Nova/PR



Fonte: acervo ONG NATA/Carlos Solera.

Em Santa Catarina, estivemos no Museu Thiago de Castro em Lages e depois em visita ao Procurador da República em Santa Catarina, Dr. Nazareno J. Wolff que expôs sobre o trabalho desenvolvido na Serra Catarinense para preservação da Cultura Tropeira, principalmente, no território lageano da Coxilha Rica, onde edificações rurais e antigos corredores feitos com muros de pedras (taipas) retratam os tempos do Tropeirismo chegando até ao rio Pelotas, no Passo Santa Vitória.

Em Urupema, território de passagem do Caminho dos Conventos, o grupo visitante foi acolhido no Hotel Fazenda do Barreiro, empreendimento pioneiro em Turismo Rural no Brasil onde há dois museus, muita cultura e atividades ligadas ao Tropeirismo. A fazenda foi edificada em 1782, às margens do Caminho das Tropas. Ainda nesse município, fomos recebidos também pela comunidade do distrito do Rio dos Touros e convidados a visitar o espaço rural Berçário das Araucárias. Lá, foram proferidas palestras e

tomamos conhecimento da cultura tropeira da região e de trabalhos ali desenvolvidos com ervas medicinais, resquícios dos tempos da medicina campeira dos tropeiros. Em Urubici, no Hotel Fazenda Serra do Panelão, ponto de convergência de antigas tropas de mulas, as atividades foram semelhantes as anteriores.

No retorno a Curitiba, foi realizada uma reunião com outros integrantes do grupo NATA para avaliação de tudo que foi identificado no evento de lançamento do projeto *Tropeiro Brasil*, em dias de viagens de pesquisas e registro de resultados obtidos.

Algumas ideias para as primeiras linhas de desenvolvimento do projeto já foram ali colocadas.

Avaliando a grande importância sociocultural dos trabalhos do homem tropeiro, seus saberes e fazeres e identificando a atividade do Tropeirismo como fator de conquistas econômicas e territoriais, além de sua grande influência na formação de nossa brasilidade, era fundamental dar início a um Banco de Dados sobre os legados do Tropeirismo.

Desde o princípio, considerou-se a importância de realização de encontros culturais temáticos, acadêmicos ou não, semelhante às edições já consagradas do SENATRO. Eventos que pudessem reunir muitos estudiosos do país e do exterior sobre o tema, com o intuito de aprofundar as discussões e definir uma linha conjunta e integrada de ações e estudos.

Ainda, em âmbito estadual, foi proposto um intenso trabalho para criação de Capitais Estaduais do Tropeirismo em unidades federativas que guardassem a Cultura Tropeira dentro de seus legados. Em visão municipalista, propostas para elaboração de Cartas Tropeiras municipais.

A professora Silvia Grau apresentou também tópicos e propostas de importantes ações para um bom desenvolvimento estrutural do projeto, o que classificou como "principales lineas de trabajo (UdG)," tais como: Fomento del turismo cultural a través de la divulgación e otimización de la cultura y rutas *tropeiras*; Organización de eventos y actividades socio-culturales; Investigación a través de archivos, bibliotecas y museos; Apoyo al emprendedor del área rural; Diversificación del tipologia turística: ecuestre, gastronómico, salud, culturales, ecológico, etc.; Identificar oportunidades para el desarrollo de productos educativos y pedagógicos para la difusión de la cultura *tropeira* entre los niños y jóvenes de la región; Búsqueda de fondos nacionales e internacionales para la ejecución del proyecto.

Com acentuada dose de otimismo, a seguir, Silvia Grau e Eleni Cássia Vieira, retornaram aos seus destinos de origem.

Figura 7 – da E/D 1: Eleni Cássia Vieira, Silvia Grau e Carlos Solera, no aeroporto de Curitiba para retorno a seus destinos de origem



Fonte: acervo ONG NATA/Carlos Solera.

Figura 8 – Logo do Seminário Internacional de tropeirismo, Tropeiro Brasil, Ipoema/Itabira/MG



Fonte: acervo ONG NATA/Carlos Solera.

Confiante de que um grande passo havia sido dado no sentido de valorização do Tropeirismo, a ONG NATA passou a priorizar o projeto Tropeiro Brasil. Assim, no ano seguinte, entre 20 e 22 de outubro de 2011 foi realizado o I Seminário Internacional sobre Tropeirismo – I SIT *Tropeiro Brasil.*

Decidiu-se pela escolha de Ipoema, distrito do município de Itabira, na Estrada Real de Minas Gerais, Circuito do Ouro, localidade que guarda ainda inesgotável tradição tropeira, legado de seus fundadores que desenvolveram intensa atividade tropeira em toda região e em Minas Gerais. Um dos pontos de relevância da escolha é por sediar o Museu do Tropeiro, casa referencial na temática no Brasil.

O evento aconteceu através de parceria da NATA e UdG com o Museu do Tropeiro/Ipoema e Prefeitura de Itabira.

Figuras 9 e 10 – Abertura do I Seminário Internacional de Tropeirismo Tropeiro Brasil – I SIT IPOEMA





Fonte: acervo Blog Tradição Gaúcha.

O SIT teve como objetivo principal reunir e promover os estudos sobre o Tropeirismo na história do Brasil e países vizinhos, integrando-os aos estudos de Portugal e Espanha, de forma a consolidar o movimento tropeiro e seus legados, como Patrimônio Imaterial Brasileiro e Patrimônio Cultural da Humanidade.

Aberto na manhã de 20 de outubro com significativa presença de autoridades federais, estaduais e municipais, capitaneadas pelo prefeito de Itabira, João Izael Querino Coelho, durante três dias e com excelente grade de palestras e outras atividades, o evento reuniu considerável parcela de historiadores, pesquisadores, técnicos e estudiosos do assunto de todo Brasil e mesmo, do exterior, com público de 319 participantes, de 47 cidades e 08 estados do Brasil. Professores municipais e estaduais de Itabira e distritos estiveram presentes em número de 117, muitos deles participando da Oficina Educacional de Tropeirismo ministrada pelo professor Silvestre Gomes e do Curso de Gestão de Projeto Turístico Cultural (Gestión de Proyecto Turístico Cultural), ministrado por Silvia Grau.

Houve grande participação de meios educacionais. Reuniões técnicas para discussão do projeto executivo e próximos passos do projeto Tropeiro Brasil: formatação do Banco de Dados do Tropeirismo e sugestões para próximos eventos Tropeiro Brasil. Aliado a tudo isso, o evento contou ainda com extensa programação social e cultural.

De fundamental importância, foi a elaboração da Carta Tropeira de Ipoema, através de assembleia específica a este fim, convocada pela organização do evento, a qual tornou-se, desde então, marco documental e balizador de muitas ações do Tropeiro Brasil.

Carta Tropeira de Ipoema. Ipoema, Itabira/MG

Os participantes do Seminário Internacional de Tropeirismo Tropeiro Brasil, realizado em Ipoema, distrito do município de Itabira/MG, durante os dias 20, 21 e 22 de outubro de 2011, no Salão Paroquial e Museu do Tropeiro de Ipoema, reconhecem e validam o *tropeirismo* como fenômeno social, cultural e econômico brasileiro.

Declaram que sua importância é percebida não só na formação e desenvolvimento das cidades e regiões brasileiras, mas também nos hábitos e costumes da sociedade, na integração nacional e no enriquecimento histórico, cultural e econômico do Brasil. Reconhecem, ainda, os benefícios relacionados à sustentabilidade e ao manejo ambiental e também os benefícios sociais, saberes e fazeres, sobretudo na gastronomia, na medicina e na botânica, difundidos pelo *movimento tropeiro* a partir do século XVIII.

Assim, apresentam por meio da "Carta Tropeira de Ipoema" propostas à titulação do Homem Tropeiro brasileiro como Patrimônio Imaterial do Brasil pelo IPHAN, e, posteriormente, como Patrimônio Cultural da Humanidade através de declaratória da UNESCO, identificando e sugerindo medidas necessárias e atitudes em prol da manutenção e valorização da Memória e Cultura Tropeira e do Patrimônio Material e Imaterial do Tropeirismo brasileiro, que aqui vão elencadas:

Identificação de necessidades iniciais para o *Projeto Tropeiro Brasil*

É necessário, para o desenvolvimento e consolidação do Tropeirismo e do *Projeto Tropeiro Brasil:*

a) Constituir um Grupo de Estudos, Pesquisas, Promoção e Sensibilização sobre o Tropeirismo, com pessoas e instituições públicas e privadas, que possam dar o suporte necessário para a consecução dos objetivos do projeto Tropeiro Brasil;

b) Formar comissões de trabalho organizadas em "temas e/ou regiões" brasileiras, dos quais se destaquem a cultura, o turismo, a educação (pesquisas em Escolas/Universidades), a iniciativa privada (formatação de produtos), meio ambiente, botânica e medicina, entre outros importantes legados do Tropeirismo;

c) Considerar as particularidades e características das diferentes regiões brasileiras: Viamão – Sorocaba; Sorocaba – Diamantina; Diamantina – BA - Piauí, dentre outro;

d) Buscar apoio do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais, por meio de suas instituições; aliar a isso, também, entidades do Terceiro Setor e Iniciativa Privada;

e) Desenvolver o Plano Estratégico Tropeiro Brasil, a ser coordenado pela NATA;

f) Realizar mapeamento do tropeirismo no Brasil, identificando seus elementos culturais, materiais e imateriais;

g) Realização de seminários regionais sobre tropeirismo;

h) Trabalhar regionalmente por meio de grupos de trabalho locais;

i) Realizar o levantamento de pesquisadores e pesquisas sobre o tropeirismo no Brasil, reunindo a bibliografia sobre o tema em um banco de dados integrado;

j) Promover um amplo inventário brasileiro sobre o tropeirismo;

k) Valorizar e auxiliar o desenvolvimento de Museus e Casas de Memórias temáticas sobre o Tropeirismo;

l) Estimular o desenvolvimento de produtos diversos, como pedagógicos, turísticos, culturais, vestuário, documentários, publicações escritas, musicais, e outros mais, com temas relacionados ao tropeirismo);

m) Trabalhar na definição de elementos que comporiam o que se poderia caracterizar como "festa tropeira";

n) Buscar o apoio dos meios de comunicação para a divulgação do tropeirismo;

o) Trabalhar a identificação de Tecnologias Sociais para auxiliar a divulgação e conhecimento sobre as atividades do tropeirismo e do tropeiro, para a população de nosso país;

p) Criar uma rede de capacitação e metodologia própria para realização do inventário do patrimônio nacional do Tropeirismo (ofícios / atividades tradicionais do Homem Tropeiro); alguns pontos do patrimônio material também poderão ser trabalhados em seus aspectos, como por exemplo, o arquitetônico; definir instituições parceiras, considerando as regiões [...].

Recomendações

Por meio das discussões e debates ocorridos no Seminário Internacional de Tropeirismo Tropeiro Brasil, considerou-se pertinente que sejam recomendadas e sugeridas às autoridades públicas, empresários, dirigentes e formadores de opinião que:

a) O tema Tropeirismo seja considerado conteúdo obrigatório nas matérias de História, Geografia e correlatas, na Educação Básica;

b) Se possa levar as autoridades municipais e estaduais, proposições para criação de datas comemorativas ao Tropeirismo, em cidades que tenham essa cultura em sua origem e ainda não possuam essas datas definidas e oficiais;

c) Seja feita a promoção da inteiração do projeto Tropeiro Brasil por meio de intercâmbio de estudos e pesquisas entre os diversos estados brasileiros, além da Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Peru, entre outros países do Cone Sul;

d) O termo de parceria com a UdG – Girona, possa ser fortalecido, ao tempo que busquemos também integrar a academia portuguesa e sul-americana;

e) Se realize a articulação e a criação de uma rede de museus, casas de memória e de pesquisadores, por meio de um Banco de Dados virtual;

f) Se criem materiais pedagógicos com perfil e conteúdo adequado às escolas de Educação Básica;

g) Qaja a interação de outros projetos e práticas culturais existentes e relacionadas ao Tropeirismo, por exemplo, o dos Cavaleiros da Cultura;

h) Criar o site ou blog *Tropeiro Brasil* e depois, Portal Tropeiro Brasil.

Considerações finais da "Carta Tropeira de Ipoema"

A *NATA* considera que:

a) É necessário atenuar o risco da perda de autenticidade e integridade do *tropeirismo* e o da alteração de seus elementos históricos constitutivos e característicos, bem como sua memória. É preciso estar atento para as pressões a que está submetido o Patrimônio Material e Imaterial brasileiro: processo de aculturamento, crescimento da população, divisão de propriedades por herança, falta de sensibilização e do sentimento de pertencimento da sociedade;

b) É preciso garantir um plano de gestão dos legados do *tropeirismo* que contemple uma visão conjunta entre governo, a sociedade civil organizada e a iniciativa privada. Isso implica na certificação de que o futuro do *tropeirismo* é parte de seu patrimônio e que a sua preservação passa necessariamente pela colaboração entre as partes implicadas;

c) Que é possível conjugar tradição e modernidade, buscando-se desenhar mecanismos para alcançar esta conjugação, com especial atenção na preservação do Patrimônio Material e Imaterial;

d) É fundamental promover o desenvolvimento de instrumentos que garantam os estudos e pesquisas acerca do fenômeno cultural, social, econômico e ambiental do *tropeirismo,* sua conservação e aplicabilidade;

e) É imprescindível fomentar iniciativas que contribuam para a sensibilização da população local, imperativo para a preservação do patrimônio do *tropeirismo*, em especial na faixa etária da infância e juventude, por meio de projetos e programas de incentivo a inserção desse público nos movimentos de preservação do patrimônio e da memória cultural brasileira.

Carlos Solera – presidente do Núcleo de Amigos da Terra e Água - NATA, Brasil

A *UdG* considera que:

La propuesta de la realización del Seminario Internacional de Tropeirismo, se tejió en el marco de la presentación del proyecto *Tropeiro Brasil*, oficializado en Sao Luiz do Puruná, Paraná, Brasil, hace casi un año (noviembre 2010); por parte de Carlos Solera, presidente de la NATA (Núcleo de Amigos da Terra e Agua, y, Sílvia Grau, profesora de la Universidad de Girona (UdG), España.

El objetivo de este nuevo evento, ha sido la puesta en común de conocimiento, experiencias, personalidades del sector del turismo, la cultura, el patrimonio, los museos, etc. Así como también la búsqueda de alianzas estratégicas para conseguir la meta final del proyecto, que es la Declaratoria a Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO.

Afortunadamente, se encontró en la Prefectura de Itabira, Minas Gerais, el apoyo (técnico y económico) necesario para la realización del Seminario Internacional de Tropeirismo *Tropeiro Brasil* – SIT Ipoema, que sumado a la buena aceptación por parte de las personas vinculadas con el fenómeno del Tropeirismo, se consiguió un importante y representativo número de palestrantes y participantes.

La programación del evento, ha sido diseñada para poder incluir en el proyecto *Tropeiro Brasil*, todo el patrimonio tanto material como inmaterial (música, indumentaria, gastronomía, etc.), con la finalidad de poder desarrollar productos y servicios pedagógicos, con la finalidad de darlo a conocer a través de actividades lúdicas y de turismo cultural.

La participación de profesores, investigadores, profesionales del sector de la cultura, el turismo, comercios, etc, ha sido enriquecedor para que el proyecto sea más completo e inclusivo para los agentes identificados en esta temática. Ya que a través de este encuentro se ha hecho una puesta en común de conocimiento, se han debatido temas de interés, y en definitiva se ha avanzado en conocimiento.

Por parte de la Universidad de Girona (UdG), la profesora y contraparte de este proyecto, Sílvia Grau, asistió al evento, con la finalidad de compartir su experiencia en materia de desarrollo de proyectos de Turismo Cultural, tanto

en Europa como en América Latina. En el marco del evento se impartió un taller, el cual según la profesora, fue muy fructífero y satisfactorio puesto que los participantes han sido profesionales del sector del turismo y el patrimonio que pueden aplicar los instrumentos del taller con la finalidad de desarrollar iniciativas emprendedoras en el área del turismo y la cultura local.

Una vez finalizado el evento y con la convicción de que el proyecto *Tropeiro Brasil* despierta interés a los agentes locales (sector público y privado) y tiene un fuerte potencial para el ámbito internacional, des de la UdG, se prevé seguir trabajando a través de formación de profesionales para trabajar en el ámbito del turismo cultural, generando productos y servicios para responder a las necesidades de los turistas; así como también apoyo en la creación de la ruta o itinerario; y finalmente se espera poder obtener apoyo (técnico y económico) de otras instituciones nacionales e internacionales para conseguir tejer la candidatura y conseguir así la declaratoria a Patrimonio de la Humanidad.

Para tal finalidad, será necesario organizar otros eventos, propiciar encuentros entre profesionales, llevar a cabo reuniones técnicas de trabajo y incorporación de nuevos profesionales para crear grupos de trabajo multidisciplinares, etc. Se espera para todo ello seguir contando con el apoyo del municipio de Itabira, así como de otros municipios del Brasil. De nuestra parte, continuamos el convenio y parceira de la NATA.

Sílvia Grau - Profesora de la Universidad de Girona - UdG, España

Assim, os participantes do Seminário Internacional de Tropeirismo *Tropeiro Brasil*, propõem que se promova a institucionalização deste Seminário com a designação de "Seminário Internacional de Tropeirismo" com periodicidade bi-anual, além de outros Seminários e Semanas Culturais de Tropeirismo por todo o Brasil, dando-se especial atenção a eventos regionais e estaduais.

E para constar seus devidos efeitos, acordam esta Declaração da "Carta Tropeira de Ipoema" no Distrito de Ipoema, Município de Itabira, Minas Gerais, em vinte e dois de outubro de dois mil e onze.

O SIT teve excelente cobertura de mídias escritas e televisivas, E para embasamento de futuros eventos, foi feita também junto aos participantes, uma avaliação através de um questionário baseado em perguntas sobre índice de satisfação quanto ao evento, sugestões e outros tópicos identificados como interessantes, o que mostrou que o encontro foi um sucesso por tudo e pela forma com que foi realizado e apresentado.

Enquanto algumas ações decorrentes de propostas identificadas na "Carta Tropeira de Ipoema" já começavam a ser estimuladas em busca de

resultados semelhantes em outros locais do Brasil, com elaboração de novas Cartas Tropeiras municipais, a NATA decidiu iniciar atuação em nível estadual para titulação de Capitais Estaduais de Tropeirismo.

Um grande esforço começou a ser desenvolvido para que pudesse ser criada oficialmente, a primeira Capital Estadual de Tropeirismo por ação e em decorrência de propostas do Projeto Tropeiro Brasil.

Com a existência e a importante representatividade do Museu do Tropeiro de Ipoema, concentramos esforços para que o município de Itabira, do qual Ipoema é distrito, fosse indicada com esta titulação.

Foi agendada uma visita a Assembleia Legislativa de Minas Gerais com intuito de conseguir apoio a este objetivo. Com as presenças de Eleni Cássia Vieira, diretora do Museu do Tropeiro, Elaine Campos, representante da Prefeitura Municipal de Itabira, Reinaldo Vieira, representante da comunidade de Ipoema, e Carlos Solera, diretor do *Projeto Tropeiro Brasil*, foi realizada a primeira reunião tratativa da proposta com o deputado estadual Gustavo Valadares.

Com base em informações e relatos recebidos sobre os resultados e sucesso do I SIT em Ipoema, somados a pesquisas de fatos históricos sobre a atividade tropeira no distrito e no município de Itabira, o deputado encaminhou ainda em outubro ao Plenário da ALMG o Projeto de Lei (PL) 2.573/11, de sua autoria, inserindo no âmbito da justificativa, que:

> [...] no distrito de Ipoema está ressurgindo uma das manifestações culturais mais antigas e tradicionais do Brasil: o Tropeirismo.
> Fundado em 13 de abril de 1893, o distrito de Ipoema, cujo nome primitivo era Santo Afonso da Aliança, funcionou como famoso entreposto comercial e fazia parte de uma espécie de corredor de escoamento de produtos agrícolas do Norte de Minas para a cidade do Rio de Janeiro, antiga Capital Federal. Em Ipoema está sediado também o Museu do Tropeiro, criado em 2003, originário de uma exposição organizada para receber a expedição Spix & Martius, cujo objetivo era fazer um levantamento do patrimônio cultural e natural da Estrada Real a partir do século XVIII.
> Abrigado em uma casa do século XVIII que pertenceu ao tropeiro conhecido como "Sô" Neco, o Museu contém hoje mais de 700 peças,
> entre as quais se incluem objetos usados durante as viagens dos tropeiros, além de documentos desses comerciantes, como certidões de casamento e livros de compra e venda.
> (http://www.viacomercial.com.br/2012/12/20)

Após o projeto passar pelas comissões da ALMG, inclusive, a de Cultura, o Município de Itabira recebeu em 07 de junho de 2013, o título de Capital

Estadual do Tropeirismo de Minas Gerais, através de sanção governamental e Lei de nº 20.709.

O *Projeto Tropeiro Brasil*, através de sua equipe técnica, continua desenvolvendo esforços para que outros estados do Brasil também titulem municípios onde foram preponderantes as atividades tropeiras, através de pesquisas, registros e documentações necessárias que se comprovem isso. Temos também hoje o município capixaba de Ibatiba como Capital Estadual do Tropeirismo do Espírito Santo; e Bom Jesus, que já titulada como Capital Estadual no Rio Grande do Sul, busca hoje a de Capital Nacional do Tropeirismo. Em estudos e proposições, temos ainda mais quatro estados.

Essa ação é de fundamental importância para a valorização e reconhecimento da saga tropeira, seus saberes e fazeres. Conclamamos aqui o leitor a realizar esforços nesse sentido, para o seu estado. A NATA apoia e pode auxiliar nos trabalhos de prospecção.

Continuidade do Projeto *Tropeiro Brasil*

A partir de 2012, a equipe técnica da NATA apoiou e participou de quase 50 eventos sobre Tropeirismo, sempre buscando avaliar se os mesmos poderiam ser classificados realmente, como "eventos tropeiros". Identificamos que muitos deles, apesar de assim classificados, na realidade não premiavam a "cultura tropeira". Ainda que boa parte deles fossem festas rurais, nem sempre representavam um legado tropeiro, conforme eram nominados.

Isso começou a despertar em nós a necessidade de se fazer um inventário nacional sobre legados e cotidianos do Tropeirismo, para moldarmos o que seria realmente, eventos tropeiros. O que seria realmente uma "festa tropeira", por exemplo. Quais as atividades do evento? E a gastronomia, classificada como tropeira? bebidas? vestuários, danças, musicas, práticas esportivas, culturais, e outros itens? Quais critérios reais de titulação?

Entendemos, porém, que ainda era cedo, não tínhamos gente e estrutura para tanto e registramos que o projeto Tropeiro Brasil tinha que amadurecer um pouco mais.

Como evento consolidado, com foco em pesquisas e trocas de experiências, só o SENATRO continuava consolidado. O SIT *Tropeiro Brasil* de Ipoema que deveria ter sido institucionalizado e realizado bianualmente, com nova edição em 2013, conforme premissa da "Carta Tropeira de Ipoema", por razões diversas acabou não ocorrendo.

Então, refizemos algumas proposições e linhas de trabalhos do projeto Tropeiro Brasil. O foco da NATA voltou-se para desenvolvimento de novos eventos temáticos de divulgação da Cultura Tropeira ou comemorativos de datas importantes ao tema ou mesmo, ainda, apenas para trocas de idéias, conhecimentos e experiências. Começamos nossa trajetória nessa visão.

Em São Paulo, em 2012 e 2013, a NATA participou com o *Projeto Tropeiro Brasil* nas edições da Feira Nacional do Turismo Rural – FEIRATUR, no Parque Água Branca, grande evento do país relacionado ao turismo rural, e, principalmente, ao turismo equestre. Com dois seminários e estandes temáticos do tropeirismo, além de apresentações de vídeos, músicas e danças tradicionalistas, conseguimos repassar a uma parcela da população, quase que totalmente, urbana, mostras de legados da Cultura Tropeira. Algo novo na capital paulista.

Para elaboração de Cartas Tropeiras municipais, sugerimos que pudesse se contar com apoio das Câmaras de Vereadores locais, que fariam convocação de Audiências ou Reuniões Públicas para o evento. E que em cada município envolvido, fosse formada pelos vereadores uma Frente Parlamentar de Apoio a Cultura Tropeira. E para que as mesmas pudessem discutir os valores culturais do município em sua maior dimensão, deveriam buscar levar a maior diversidade possível de segmentos comunitários aos eventos que teriam sempre apresentação de palestra temática pela equipe da NATA.

Eu já havia estado na Bahia em 2012, fazendo contatos para estudos sobre o Tropeiro do Cacau. Camacã, Itacaré e Santo Amaro.

No Espírito Santo estivemos em 2013 realizando palestras em Ibatiba, região cafeeira, onde o grupo Geturi desenvolve o projeto Caminho dos Tropeiros, no qual eu já havia participado antes da realização do SIT de Ipoema. Com um bom grupo empresarial, lá tem também o Monumento do Tropeiro às margens da BR 262, um Museu do Tropeiro, além de excelente trabalho de pesquisa feito sobre arquitetura rural da época do tropeirismo capixaba. Na gastronomia, uma curiosidade: o Maior Feijão Tropeiro do Mundo surgiu na Festa do Tropeiro em 2009, quando foram preparados 843 quilos de feijão tropeiro, em uma enorme panela de aço, com 6 metros de diâmetro e um metro e meio de profundidade. A panela é afixada em uma fornalha de barro gigante, à lenha, recebe os ingredientes que são misturados na hora com o auxílio de pás de madeira. Ligada à Rota Imperial, Ibatiba ostenta o título de Capital Estadual dos Tropeiros do Espírito Santo.

Figura 11 – Logo do circuito turístico/tropeiro de Ibatiba/ES

Fonte: Secretaria deTurismo de Ibatiba/ES.

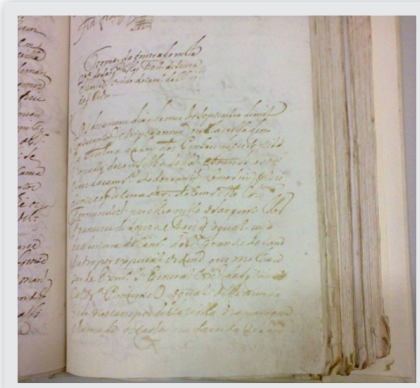
Figura 12 – Equipamento para o preparo do maior feijão Tropeiro de Ibatiba/ES

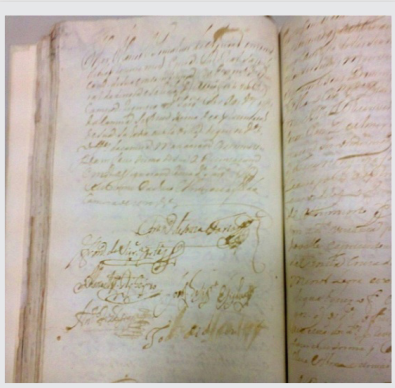


Fonte: Secretaria de Turismo de Ibatiba/ES.

Em 2014, após três meses de pesquisas nos Arquivos Públicos da Câmara de Vereadores de Curitiba, Eleni Cássia Vieira e eu conseguimos identificar e resgatar do acervo documental daquela Casa Legislativa, o relato de Francisco de Souza Farias em 19 de setembro de 1730, comunicando à edilidade, a abertura e conclusão do "caminho que vinha do Sul e que terminara nas paragens da serrinha do Purunã". Tratava-se do relatório oficial da abertura e conclusão do Caminho dos Conventos.

Figuras 13 e 14 – Relatório de abertura do Caminho dos Conventos





Fonte: acervo NATA/Carlos Solera.

Livro de registro da Câmara de Vereadores de Curitiba em 19 de setembro de 1730, oficializando a entrega do relatório de abertura do Caminho dos Conventos, o primeiro caminho de tropas oficializado no Brasil pelo governo português, que saindo da região de Araranguá, litoral de Santa

> Catarina chegou às paragens do sitio Os Carlos, na serrinha do Purunã, Campos de Curitiba em 09 de setembro de 1730. Nele se vê a assinatura de Francisco de Souza Faria, do presidente e demais vereadores da Câmara de Curitiba, naquela data.

A seguir, propusemos à Câmara de Curitiba, a realização de uma Audiência Pública para elaboração da "Carta Tropeira de Curitiba", o que aconteceu no dia 10 de abril de 2014, com palestra sobre Valores Culturais do Tropeirismo pela equipe da NATA e debates o resto do dia. O evento teve grande sucesso e não só resgatou a data de 19 de setembro como Dia da Memória Tropeira de Curitiba, como também reconheceu e validou o Tropeirismo como fenômeno social, educacional, cultural e econômico., fundamental para o desenvolvimento da cidade de Curitiba. E assim, firmaram-se propostas sugerindo em seus tópicos, ações necessárias para manutenção e valorização do Patrimônio Material e Imaterial do Tropeirismo em Curitiba, com apoio da Câmara de Vereadores.

Figura 15 – Final da reunião pública na Câmara de Vereadores de Curitiba para elaboração da "Carta Tropeira de Curitiba" (10/04/2014)



Fonte: acervo NATA/Carlos Solera.

Em maio e junho de 2014, Eleni Cássia Vieira e eu fizemos uma nova vivência de pesquisas, então na vila tropeira de São Luiz do Purunã, distrito de Balsa Nova/PR, paragem que foi ponto final do Caminho dos Conventos em 1730 e onde a imigração populacional não acontecera. Registramos a cultura tropeira ainda muito presente pois o distrito guarda e apresenta muitos saberes e fazeres tropeiros em seu cotidiano.

Assim, em data de 02 de julho, marcamos a continuidade do *Projeto Tropeiro Brasil*, na sede do município de Balsa Nova, com a realização de

uma Reunião Pública convocada pela Câmara de Vereadores local para elaboração da "Carta Tropeira de Balsa Nova". Evento que contou também com palestras temáticas sobre o Tropeirismo, teve grande participação pública e institucional e muitos debates.

A Carta elaborada elencou diversas ações necessárias à manutenção do Patrimônio Material e Imaterial do município, além de criar a Semana Municipal do Tropeirismo Manoel Gonçalves de Aguiar, que foi o idealizador da pioneira proposta de abertura do "caminho do Sul até os Campos de Curitiba, para trazerem tropas de animálias". Era o dono do sitio Os Carlos, onde foi o ponto final do Caminho dos Conventos em 09 de setembro de 1730.

A NATA realizou nos anos seguintes duas edições do Seminário de Tropeirismo Manoel Gonçalves de Aguiar, em São Luiz do Purunã, na data consagrada na "Carta Tropeira de Balsa Nova". Identificamos que: "a semente do estudo da Cultura Tropeira de São Luiz do Purunã foi lançada naquele momento."

No segundo semestre de 2014, já estávamos em Urupema, antiga vila de Santana, na Serra Catarinense, território de passagem do Caminho dos Conventos. A partir de pesquisa e trabalhos culturais junto a alunos da rede de Educação local, iniciados e desenvolvidos por Eleni Cássia Vieira, através da NATA, inclusive, quanto ao *sentido de pertencimento a sua cidade*, vislumbramos excelente oportunidade para continuidade de avaliação do comportamento de cidades que não tiveram impacto cultural com levas de imigrantes, como foi o caso dali.

Muito da cultura local, ainda enraizada no seio da comunidade, guarda vestígios presenciais da Cultura Tropeira, seja em segmentos de ofícios, gastronomia, vestuário, religiosidade, práticas rurais de vivências, lendas, crendices, benzeções e outros aspectos do cotidiano tropeiro.

Lembranças sobre atividades de antepassados em viagens serra abaixo, serra acima, ainda estavam fortemente presentes. Então começamos a entrevistar e gravar vídeos com pessoas que tropearam caminhos ainda íngremes, alguns já quase centenários e ex-tropeiros das primeiras décadas dos anos 1900.

Propusemos à administração municipal a realização de um evento temático de Tropeirismo ainda para 2015, nos moldes do SIT Ipoema, proposta que foi aceita.

Os trabalhos de Educação Patrimonial e Preservação Cultural junto à rede de Educação de Urupema foram acelerados por Eleni, com envolvimento de alunos e professores na preparação e desenvolvimento do encontro tropeiro. Entendemos que o envolvimento de familiares dos alunos, princi-

palmente, com experiências relatadas pelos mais velhos, era de fundamental importância.

Ao final do mês de maio aconteceu o I Encontro Nacional de Tropeirismo de Urupema – I ENAT, com proposição de ser realizado bianualmente, nos anos ímpares, já que o SENATRO ocorre bianualmente, nos anos pares, o que vem acontecendo desde então. O evento foi um sucesso, com 187 participantes, oriundos de 31 cidades e 6 estados do Brasil. Dentro da proposta de divulgação dos eventos temáticos, contamos com apoio da amiga Cláudia P. Mello, diretora da TV Cidade, de Taubaté/SP, emissora comunitária que coordena a distribuição de documentários para mais de centenas de outras TVs comunitárias do Brasil, Entre os participantes foi feita também uma pesquisa de avaliação do evento, com indagações como estas, entre outras:

Avaliação quanto ao evento

Tabela 1- Resultado da Avaliação do I ENAT de Urupema/SC

QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS	Fiquei contente	Indiferente	Fiquei descontente	Não se aplica
1. Programação do Evento	94,12%	4,41%	1,47%	0,00%
2. Tema(s) abordado(s)	95,00%	5,00%	0,00%	0,00%
3. Conhecimento do(s) palestrante(s) em relação ao(s) tema(s)	95,38%	3,08%	1,54%	0,00%
4. Metodologia utilizada	92,98%	5,26%	1,75%	0,00%
5. Distribuição da programação	87,93%	5,17%	6,90%	0,00%
6. Desempenho dos instrutores e palestrantes	94,74%	1,75%	3,51%	0,00%
7. Adequação da carga horária do evento	85,00%	8,33%	6,67%	0,00%
8. Contribuição do ENAT para o reconhecimento do Tropeirismo como parte da Cultura local e Patrimônio Imaterial brasileiro	93,33%	6,67%	0,00%	0,00%
9. Material audiovisual	94,44%	5,56%	0,00%	0,00%
10. Participação pessoal do (s) palestrante (s)	95,38%	4,62%	0,00%	0,00%
QUANTO AOS DEMAIS ASPECTOS	Fiquei contente	Indiferente	Fiquei descontente	Não se aplica

1. Data do Evento	96,49%	3,51%	0,00%	0,00%
2. Organização do Evento	93,44%	4,92%	1,64%	0,00%
3. Divulgação do Evento	94,44%	5,56%	0,00%	0,00%
4. Recepção aos participantes do evento	89,83%	6,78%	3,39%	0,00%
5. Adequação do local e Instalações para palestras e/ou Oficina Educacional	91,67%	5,00%	3,33%	0,00%
6. Espaço para Exposição Cultural e Comercial	87,50%	8,93%	3,57%	0,00%
7. Apresentação e Qualidade do Café com Prosa	92,73%	3,64%	3,64%	0,00%
8. Sabores do Café Serrano (IFSC- Campus Urupema)	93,33%	3,33%	3,33%	0,00%
9. Cerimônia das bandeiras	93,10%	3,45%	3,45%	0,00%
10. Interação entre palestrantes, visitantes e comunidade	90,74%	3,70%	5,56%	0,00%
11. Apresentação do Varal Literário	95,00%	5,00%	0,00%	0,00%
12. Acomodações e serviços (hospedagem)	74,55%	16,36%	3,64%	5,45%
13. Alimentação e serviços (restaurantes)	71,43%	21,43%	1,79%	5,36%
14. Programações Sociais e Culturais	81,13%	16,98%	1,89%	0,00%
15. Outros que queira destacar -				

Fonte: acervo NATA/Carlos Solera.

Importante rever novamente, uma frase inserida na avaliação dos aspectos positivos do I ENAT: “a semente foi plantada, e bem regada, trará seus frutos!”

Porém, mais que a avaliação presencial e funcional do evento, o avivamento da cultura tropeira que estava presente no dia a dia dos urupemenses, ainda que não tão percebido ou valorizado, produziu um positivo impacto na comunidade local. Descobriu-se, ou acabou relembrado que ter a cultura, saberes, fazeres e legados do tropeirismo era bom e diferencial. Receitas antigas de comidas típicas, valorização de indumentárias, artesanias, projeto de identificação e organização de roteiros de trilhas para caminhadas ou para turismo equestre, lendas e “estórias”, tudo passou a ter um “novo sabor”. O sabor tropeiro.

De fundamental importância para a continuidade do *Projeto Tropeiro Brasil* foram os trabalhos de Eleni junto à rede de Educação de Urupema, tanto em âmbito de escolas municipais, ou estadual através do colégio Manoel Pereira de Medeiros ou federal com apoio e parceria do IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina/Campus Urupema que realiza grande trabalho de pesquisa sobre gastronomia típica. A NATA continua promovendo Oficinas

sobre Educação Patrimonial, História do Tropeirismo e Invernadas Culturais, capacitando, aprendendo e trocando experiência com professores para que eles possam transmitir a seus alunos, conhecimentos históricos, saberes e fazeres tropeiros.

Figura 16 – Alunos da rede escolar de Urupema encenando uma peça teatral sobre Tropeirismo no I ENAT



Fonte: Acervo NATA

Após a realização do I ENAT foi proposta a instituição de Lei especifica criando a Semana e Dia do Tropeiro no Município de Urupema, a lei foi aprovada pela Câmara de Vereadores, sancionada e promulgada pelo poder Executivo.

Semana e Dia do Tropeiro de Urupema/SC

LEI ORDINÁRIA Nº 944 DE 07 DE JULHO DE 2015
Lei nº 944/2015
INSTITUI NO MUNICÍPIO DE URUPEMA A SEMANA E O DIA DO TROPEIRO AMARILDO LUIZ GAIO, Prefeito Municipal de Urupema/SC, faço saber a todos habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores "aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Urupema, a Semana do Tropeiro, a ser celebrada anualmente na última semana de mês de maio e o dia do Tropeiro no último dia do mesmo mês, e integrará o Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 2º Compete ao Poder Executivo, por meio de recursos disponíveis, assim como a comunidade em geral promover eventos e palestras objetivando discussões sobre temas tradicionais sobre o Tropeirismo.

Parágrafo único: Sempre que possível, as atividades e manifestações descritas no caput, serão incorporadas nos demais eventos turísticos e/ou culturais, promovidos no Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Urupema em 07 de julho de 2015.

Amarildo Luiz Gaio. Prefeito de Urupema – SC

Uma Audiência Pública convocada pela Câmara de Vereadores local em parceria com a NATA foi realizada para "Elaboração da Carta Tropeira de Urupema". O evento contou com palestra temática de nossa equipe técnica e significativo número de participantes da comunidade e convidados.

Carta Tropeira de Urupema. Santa Catarina

Através de Audiência Pública sob o tema "Urupema e o Tropeirismo", convocada pela Câmara de Vereadores de Urupema sob a presidência do vereador Edegar Muniz, realizada no dia 01 de julho de 2015, às 14 horas, na Sociedade Recreativa e Cultural 3 de Maio, em Urupema, estado de Santa Catarina, reuniram-se pessoas da comunidade e convidados, para debater a seguinte proposição:

"Elaboração da Carta Tropeira de Urupema"

Este documento será marco cultural para auxiliar o processo de resgate, preservação e valorização da história e demais atividades inerentes ao Ciclo Tropeiro no município. A iniciativa conta com apoio do projeto *Tropeiro Brasil*, o Núcleo de Amigos da Terra e Água – NATA e a Universidade de Girona - UdG, Espanha.

Assim, os participantes da Audiência Pública reconhecem e validam o *tropeirismo* como fenômeno social, educacional, cultural, ambiental e econômico, importante para o desenvolvimento do município de Urupema/SC.

Declaram que sua importância é identificada na formação e desenvolvimento local, regional e do próprio estado de Santa Catarina, e também, nos hábitos e costumes da sociedade, na integração nacional e no enriquecimento histórico, cultural e econômico do Brasil.

Reconhecem, ainda, os benefícios relacionados à sustentabilidade, ao manejo ambiental e valores sociais dos *Saberes* e *Fazeres,* sobretudo na gastronomia, arte, medicina campeira, ofícios, religiosidade e botânica, entre outros, difundidos pelo "movimento tropeiro" a partir do século XVIII.

E, considerando o valor histórico e cultural de Urupema como um núcleo tropeiro de Santa Catarina, apresentam e sugerem por meio da "Carta Tropeira de Urupema", ações necessárias para resgate, manutenção e valorização do patrimônio Material e Imaterial do *TROPEIRISMO* no município, através do apoio da Câmara de Vereadores às propostas abaixo:

I. Criação da Frente Parlamentar em Apoio e Valorização do *Tropeirismo*;
II. Apoio para que o tema *Tropeirismo* seja considerado conteúdo nas matérias de História, Geografia e correlatas, na grade de Educação Básica municipal;
III. Realização de amplo Inventário Municipal sobre T*ropeirismo;*
IV. Instituir a Semana da Memória Tropeira na última semana de maio e data comemorativa em *31 de maio* como "*dia Municipal do Tropeiro de Urupema",* conforme proposição já emanada do 1º Encontro Nacional de Tropeirismo (ENAT), realizado em 29 e 30 de maio de 2015, nesta cidade;
V. Dentro da Semana da Memória Tropeira de Urupema, nos anos ímpares acontecerão as edições do Encontro Nacional do Tropeirismo (ENAT); nos anos pares, serão realizadas atividades locais, como, oficinas, palestras, cursos, festivais, gincanas e outras, com a rede de Educação e Cultura, órgãos afins e a comunidade;
VI. Incentivo à inclusão da Cultura Tropeira nas festas culturais do município;
VII. Apoio à elaboração de livros, cartilhas e produtos audiovisuais, relacionados à temática tropeira;
VIII. Articulação para implantação de Circuitos Turísticos e Culturais dentro do município de Urupema e demais municípios da Serra Catarinense;
IX. Levantamento de antigas trilhas históricas de Tropeirismo no município, identificando-as para serem transformadas em atrativos turísticos e culturais, além de fontes de geração de renda e trabalho;
X. Sinalização das Trilhas Equestres e estímulo à capacitação dos operadores, guias, condutores, etc;
XI. Sinalização de outros pontos e atrativos turísticos relacionados ao *Tropeirismo*;
XII. Identificação e articulação para resgate e preservação do patrimônio histórico de Urupema;
XIII. Identificação e valorização dos Ofícios, Saberes e Fazeres relacionados ao TROPEIRISMO;
XIV. Apoio à identificação, formação, capacitação e qualificação do artesanato voltado aos ícones da cultura tropeira;
XV. Criação de um Selo Histórico do TROPEIRISMO em Urupema;
XVI. Estímulo à participação da Sociedade Civil na permanência e continuidade do projeto de TROPEIRISMO;
XVII. Criação de um grupo de trabalho para pesquisa do TROPEIRISMO no município;
XVIII. Fomento junto ao IFSC, ou outras instituições de ensino, para criação de curso regular de capacitação em Ciências Equídeas;
XIX. Buscar o apoio dos meios de comunicação para divulgação do TROPEIRISMO.

Todos se comprometem em difundir os resultados da "Carta Tropeira de Urupema", de forma ética e apartidária, exercendo seu papel de cidadão e representante de instituições cívicas, culturais, profissionais e associativas, integrados à formação de uma verdadeira identidade cultural municipal relacionada a sua história tropeira.

Urupema, 01 de julho de 2015

Edegar Muniz
Presidente da Câmara de Vereadores de Urupema

Carlos Roberto Solera
Presidente do Núcleo de Amigos da Terra e Água – NATA

Eleni Cássia Vieira
Diretora Técnica do Núcleo de Amigos da Terra e Água - NATA

Muitas ações propostas na "Carta Tropeira de Urupema" já estão incorporadas ao dia a dia local, inclusive, o estudo do Tropeirismo em aulas da rede de Educação municipal. Trabalhos escolares de pesquisas, e mesmo, em atividades de inclusão social junto ao grupo Conviver, detentores de saberes e fazeres da comunidade urupemense, além de edições de Invernada e Mostra Cultural em 2017 e agora o II ENAT em 2019, vem acontecendo no âmbito do *Projeto Tropeiro Brasil*.

A nova Casa da Cultura e Memória de Urupema, projeto idealizado e implantado para a Prefeitura Municipal de Urupema por Eleni Cássia Vieira, através da NATA, traz em seu acervo material, diversos painéis e citações relativos ao Tropeirismo e seus legados.

A NATA e a UdG, através da professora Silvia Grau, continuam parceiros no desenvolvimento do P*rojeto Tropeiro Brasil*. Constantes mensagens de apoio e sugestões conjuntas, são trocadas e analisadas.

Atención: Sr. Evandro Frigo Pereira
Prefeito Municipal de Urupema/SC
Atención Sr.
Des de la Facultad de Turismo de la UdG (Universitat de Girona), entidad que trabaja con el objetivo de conseguir la excelencia turística de la región; un sector de larga tradición y gran capacidad de desarrollo no solamente económico sino también cultural y social. Des del sector turístico se pretende recuperar, preservar y difundir el patrimonio cultural local, con el fin de concienciar y conseguir un desarrollo sostenible.
Dicha facultad de turismo tiene como finalidad profesionalizar, a través de la formación de grado, así como también, con el máster especializado en turismo cultural (único en toda España); en el área internacional, la UdG tiene firmados convenios de colaboración con universidades de África, Asia y América Latina.

En el caso de Brasil, tenemos un convenio de colaboración con la en entidad NATA, con el fin de apoyar en la declaratoria del Hombre Tropeiro y Tropeirismo a Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO. Un convenio que se firmó públicamente en el marco de la presentación del proyecto "Tropeiro Brasil", que tuvo lugar en Sao Luiz do Puruná el día 20 de noviembre de 2010. La firma de este documento, ha permitido generar un espacio de intercambio de ideas, opiniones, y en definitiva un lugar de encuentro, para que personas procedentes de diferentes disciplinas puedan aportar su conocimiento y generar así un proyecto completo y sostenible.
Consideramos que el proyecto *Tropeiro Brasil,* es transversal en diferentes áreas: historia, geografía, patrimonio cultural, turismo, aspectos sociais, etc. Que el cumplimiento de este seria una gran oportunidad para el desarrollo de turismo cultural y rural en la región, desde Minas Gerais hasta el sul de Brasil.
Por este motivo queremos agradecer a la Prefeitura Municipal de Urupema – Santa Catarina, la sensibilidad con el proyecto y el apoyo de éste, esperamos el próximo día 2 de junio conseguir avanzar con la elaboración de nuevos documentos.
Así pues estamos a su disposición para poder colaborar y así seguir avanzando en esta marcha tropeira, que seguro nos conllevará conocimiento y grandes oportunidades de desarrollo.

Sílvia Grau
Profesora asociada UdG
Máster en Turismo Cultural

Em aulas no curso de Turismo Cultural da UdG, a professora Silvia repassa a seus alunos informações sobre a influência da Cultura Tropeira em nossa brasilidade.

A Universidade de Trás Os Montes, de Portugal, abriu em 2019 uma possibilidade de parceria técnica com a NATA. Estamos avaliando uma proposta de ação.

Figura 17 – Professora Silvia Grau em aula a alunos do curso de Turismo Cultural da UdG, na Espanha, apresentando o projeto Tropeiro Brasil com slides sobre a história e caminhos tropeiros no Brasil



Fonte: acervo Silvia Grau/UdG/NATA.

Assim, com proposições, atividades e eventos como os acima elencados, e muitos outros que desde 2012 a NATA e o *Projeto Tropeiro Brasil* vem participando em diversas cidades e estados do Brasil, pudemos nos últimos anos ter uma visão mais detalhada dos legados da Cultura Tropeira no país.

Tropeirismo no Brasil. Panorâmica 2014/2018

Um grande acervo documental e material foi sendo armazenado nestes anos de atuação do *Projeto Tropeiro Brasil*, para finalmente, podermos encaminhar a proposta à candidatura de titulação do *Tropeirismo* e seus legados como Patrimônio Imaterial brasileiro pelo IPHAN.

Mas faltava ainda um inventário de âmbito nacional. A partir de 2014 a NATA elaborou um questionário de pesquisa sobre a temática *Tropeirismo*, os quais começaram a ser distribuídos em eventos que participávamos, e, também enviados a instituições acadêmicas, civis, sociais e outras, além de pessoas, que tivessem relação com o tema.

Ainda que de forma simples e informal, foi possível algum tempo depois iniciar um *desenho* da situação da Cultura Tropeira em alguns estados do Brasil, elencados em 101 questionários respondidos, originados de 08 estados do país. O trabalho de compilação e gráficos de respostas foi realizado gentilmente pelo companheiro de Curitiba, Itaguaraci Spinato Machado, bacharel em Ciências Contábeis e pós-graduado em Economia e Administração pela UFPR, que disponibilizou um bom tempo para isso.

Ficha de cadastramento de pessoas e instituições vinculadas ao tropeirismo no Brasil

Identificação cadastral, sua relação com o Tropeirismo (opções: atividades e eventos culturais / esportivas / sociais / educacionais / profissionais / cavalgadas / outras);
Publicações: possuí publicações ou materiais promocionais sobre Tropeirismo; website / blog: páginas em redes sociais. Conhece o Projeto Tropeiro Brasil? Sim ou Não;
Em caso de Sim – como?
Seminário Internacional de Tropeirismo de Ipoema/MG; SENATRO; Busca pela titulação do Tropeirismo como Patrimônio Imaterial brasileiro pelo IPHAN; Busca pela Declaratória do Tropeirismo como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO; Parceria NATA / UdG – GIRONA; Matérias ou publicações em mídias; Outras.
De que forma o *Projeto Tropeiro Brasil* pode contribuir na valorização do Tropeirismo?
- Discussões, estudos e pesquisas sobre o tema;
- Organização de eventos técnicos e científicos sobre *Tropeirismo*;
- Formalização do *Tropeirismo* como Patrimônio Cultural
- Atividades de ensino nas escolas públicas ou privadas
- Articulação política e institucional nas esferas municipal, estadual e federal
- Promoção do Tropeirismo como um movimento cultural e turístico brasileiro, Outros.

Dentre as Proposições da Carta Tropeira de Ipoema, assinale as que considera de maior importância:

- Formatar um Grupo de Estudos, Pesquisas, Promoção e Sensibilização sobre o Tropeirismo, constituído por pessoas e instituições públicas e privadas, que possam dar o suporte necessário à consecução dos objetivos do "Projeto Tropeiro Brasil;"

- Formar comissões de trabalho organizadas em TEMAS e/ou REGIÕES brasileiras, nas quais se destaquem a cultura, o turismo, a educação (pesquisas em Escolas/Universidades), a iniciativa privada (formatação de produtos), meio ambiente, botânica e medicina, entre outros importantes legados do *Tropeirismo*;

- Considerar as particularidades e características das diferentes regiões brasileiras: Viamão – Sorocaba; Sorocaba – Diamantina; Diamantina – BA - Piauí, Centro Oeste, dentre outros;

- Buscar apoio do Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais; entidades do Terceiro Setor e Iniciativa Privada;

- Desenvolver Plano Estratégico Tropeiro Brasil - coordenação da NATA;

- Promover amplo inventário brasileiro sobre o *Tropeirismo*, realizando seu mapeamento no Brasil e identificando elementos culturais, materiais e imateriais;

- Realizar seminários regionais sobre *Tropeirismo*, sempre com elaboração de anais dos mesmos;

- Fazer levantamento de pesquisadores e pesquisas sobre o Tropeirismo no Brasil, reunindo a bibliografia do tema em um banco de dados integrado;

- Valorizar e auxiliar o desenvolvimento de Museus e Casas de Memórias temáticas sobre o *Tropeirismo*;

- Estimular o desenvolvimento de produtos diversos, tais como, pedagógicos, turísticos, culturais, vestuário, documentários, publicações escritas, musicais e outros mais, com temas relacionados ao *Tropeirismo*;

- Trabalhar na definição de elementos que comporiam o que se caracterizaria como "festa tropeira";

- Buscar o apoio de meios de comunicação para divulgação do *Tropeirismo*;

- Criar rede de capacitação e metodologia própria à realização do inventário do patrimônio nacional do Tropeirismo (ofícios/atividades tradicionais/etc.); tópicos do patrimônio material, como, o arquitetônico; definir instituições parceiras, considerando as regiões.

01-De que forma pode contribuir para as realizações acima enumeradas?

02-Quais os principais parceiros para essa iniciativa?

03-Cite um ou mais exemplos ainda existentes da "cultura tropeira", quanto a:

MANIFESTAÇÃO EXEMPLOS
Gastronomia
Dança
Práticas esportivas e culturais
Lendas / história / mitos
Vestuário
Ofícios
Ritos e religiosidade
Música
Manifestações culturais
Medicina campeira
Outros

Quais as características de uma Festa Tropeira "original"?

Outras sugestões ou informações à ampliação do Banco de Dados sobre Tropeirismo / Correio Tropeiro?

A seguir, algumas telas compiladas de avaliação e respostas de questionários respondidos. Como são muitas, apresentamos apenas algumas mais informativas.

Tabela 2 – Qual sua relação com o tropeirismo?

QUAL A SUA RELAÇÃO COM O TROPEIRISMO? (Q2)

ATIVIDADE	RESPOSTAS	%
Atividades e Eventos Culturais	70	32,4
Atividades Educacionais	46	21,3
Cavalgadas	34	15,7
Atividades Profissionais	26	12,0
Atividades Sociais	22	10,2
Outras	11	5,1
Atividades Esportivas	7	3,3
TOTAL	216	100,0

Fonte: acervo NATA/Carlos Roberto Solera.

Tabela 3 – De que forma *pode contribuir na valorização do tropeirismo?*

DE QUE FORMA O PROJETO TROPEIRO BRASIL PODE CONTRIBUIR NA VALORIZAÇÃO DO TROPEIRISMO? (Q5)

FORMA	RESPOSTAS	%
Promoção do Tropeirismo como um movimento cultural e turístico brasileiro	78	17,7
Discussões, estudos e pesquisas sobre o tema	76	17,2
Formalização do Tropeirismo como Patrimônio Cultural	75	17,0
Atividades de ensino nas escolas públicas ou privadas	73	16,6
Organização de eventos técnicos e científicos sobre Tropeirismo	64	14,5
Articulação política e institucional nas esferas municipal, estadual e federal	57	12,9
Outras formas	18	4,1
TOTAL	441	100,0

Fonte: acervo NATA/Carlos Roberto Solera.

Tabela 4 – Cite um ou mais exemplos ainda existentes na cultura tropeira

CITE UM OU MAIS EXEMPLOS AINDA EXISTENTES NA CULTURA TROPEIRA QUANTO A: (Q8)

MANIFESTAÇÕES	RESPOSTAS	%
Gastronomia	90	17,0
Vestuário	57	10,8
Dança	56	10,6
Lendas / história / mitos	55	10,4
Música	52	9,8
Medicina Campeira	51	9,7
Ofícios	42	8,0
Práticas Esportivas e Culturais	39	7,4
Ritos e Religiosidade	39	7,4
Manifestações Culturais	39	7,4
Outras manifestações	8	1,5
TOTAL	528	100,0

Fonte: acervo NATA/Carlos Roberto Solera.

Tabela 5 – Quanto à sua cidade, enfoque relacionado à cultura tropeira

QUANTO A SUA CIDADE, ENFOQUE RELACIONADO À CULTURA TROPEIRA (Q10.1)

ENFOQUE QUANTO À:	RESPOSTAS	%
Gastronomia	28	13,7
Manifestações culturais	25	12,3
Lendas / história / mitos	23	11,3
Música	23	11,3
Vestuário	21	10,3
Dança	19	9,3
Ofícios	18	8,8
Ritos e religiosidade	18	8,8
Práticas esportivas e culturais	15	7,3
Medicina campeira	14	6,9
TOTAL	204	100,0

Fonte: acervo NATA/Carlos Roberto Solera.

Foi criado também um Cadastro *Tropeiro Brasil*/NATA, com o nome da pessoa ou instituição participante, endereço, complemento (urbano ou rural), CEP, cidade, UF, telefone e e-mail, dados comprovantes de veracidade das informações disponibilizadas pelo *Projeto Tropeiro Brasil*.

Projeto Tropeiro Brasil – Avaliação final

Após quase dez anos de atividades, finalmente vimos o projeto aproximando-se do final da primeira fase proposta em 2010: *a candidatura de titulação de Patrimônio Imaterial brasileiro pelo IPHAN.* Mas para isso nos faltava ter uma avaliação com visão mais técnica sobre Tropeirismo e Cultura Tropeira, que viessem emanadas de "companheiros tropeiristas" que nos acompanharam integralmente nesses anos todos de trabalho pela valorização do *Tropeirismo*. Escolhemos, então, alguns mais próximos, principalmente, parceiros do SENATRO, já que o rol de estudiosos no país é bem numeroso.

Um ofício foi enviado a eles pela NATA, um tanto longo e convocatório, no qual explicávamos que após a finalização do Inventário *Tropeiro Brasil*, que fora apresentado na última edição do SENATRO (abril 2018) em Bom Jesus/RS, composto por respostas de 101 questionários, representativos de inúmeras cidades e 08 estados do Brasil, entendíamos serem necessárias definições mais objetivas de alguns quesitos.

Após enviarmos a todos uma listagem da trajetória do Projeto Tropeiro Brasil com todos dados estatísticos e cadastrais disponíveis, citando que desejaríamos definir ainda alguns conceitos mais técnicos que achávamos importantes para constar no material a ser enviado ao IPHAN Nacional.

Encaminhamos as indagações aos companheiros que entendíamos componentes do "Núcleo de Conhecimento do Tropeirismo": Geraldo Bonadio e Sergio Coelho (São Paulo); Silvestre Alves Gomes e Lea Cardoso Vilela (Paraná); Sergio Lima Beck e Fabiano Teixeira dos Santos (Santa Catarina); Lucila Sgarbi, Véra Lucia Maciel Barroso, Valter Fraga Nunes, Marco Aurélio Angeli (Zoreia), Sérgio Barbosa (Gaudério), Luiz Antônio Alves e Sandra Alves Schmith (Rio Grande do Sul). Ao Núcleo, somaríamos também Eleni Cássia Vieira (MG/PR/SC) e Carlos Roberto Solera (ONG NATA). Solicitamos que as respostas e sugestões pudessem ser encaminhadas sempre ao grupo para atualização de todos e com cópia também ao companheiro Itaguaraci Spinato Machado, responsável por toda sistematização/diagramação do Inventário Nacional Tropeiro Brasil.

O "Núcleo de Conhecimento do Tropeirismo" não se fez esperar, e gentilmente, logo as respostas foram chegando.

Assim, brevemente já tínhamos um dossiê técnico na visão do grupo, com colocações pessoais bem aprofundadas. Aqui, apresentaremos um resumo do que nos foi repassado, compilado e obedecendo ao entendimento individual de cada um, trabalho sempre sistematizado pelo Itaguaraci. Mas ao IPHAN, será encaminhado na forma integral das respostas.

Algumas respostas têm conotação com a área de atuação de cada entrevistado, mas no geral, é bem representativa da visão nacional. Muitas, por terem o mesmo sentido, ainda que com escritas diferentes, foram acopladas numa mesma resposta. Analisando as colocações abaixo, o leitor poderá também formar o seu pensamento sobre o que ali está, adicionando ainda o seu entendimento particular.

Questões a serem conceituadas e sugestões:

Pergunta 1 – O que era o tropeiro?

Era o condutor da tropa, bem como os camaradas que o acompanhavam no exercício das atividades necessárias para o bom andamento da tropeada. Entre elas, citamos: o madrinheiro, o cozinheiro, o ponteiro, o culatreiro, o arribador. Lembramos que algumas atividades eram próprias de cada tipo de tropa a ser conduzida.

Além de fiador e comerciante de tropas, principalmente de muares, foi o homem que percorreu diversos e longos caminhos para tanger tropas de animais soltos e, na sua maioria, xucros, rumo aos centros comerciais, especialmente Sorocaba, em São Paulo. Pode ser chamado de tropeiro aquele que possuía tropa arreada (cargueira), geralmente de muares, e comercializava utilizando-a como meio de transporte.

Tropeiro, na origem (séculos XVIII e XIX), designava o indivíduo ou mesmo empresário que atuava no comércio de tropas de animais e/ou mercadorias transportadas por animais (muares, sobretudo), sendo que mais recentemente, acabou designando também os trabalhadores em geral (peões) que desempenhavam a tarefa de conduzir os animais, tropear.

Tropeiro era o chefe de uma tropa de animais, o dono, o proprietário. Aventurava-se pelos sertões transportando seus animais. Ia à frente ou atrás dos lotes. Algumas vezes não viajava junto, designava um capataz de confiança para conduzir a tropa.

Tropeiro era o indivíduo que trabalhava com tropas de animais (semoventes), na condição de gado-em-pé ou com cargueiros, na condição de transportadores de mercadorias, levadas no lombo de animais (caso de mulas, burros e cavalos). Era o condutor de tropas soltas ou arreadas, condutor de tropas semoventes.

Inicialmente, era o dono da tropa e normalmente, não acompanhava a viagem. Comprava e vendia animais, delegando ao condutor ou capataz, pessoa de sua inteira confiança, a integridade da tropa até seu destino. Com o passar do tempo, o condutor ou capataz adquiriram o status de tropeiro. E por fim, todos que participavam da comitiva também começaram a ser denominados de tropeiros. O tropeiro se caracterizava pela sua coragem, ética e honestidade irreparável. A palavra empenhada era documento incontestável.

Tropeiro era o condutor de tropas de animais em pé ou de cargueiros de mulas, transportando mercadorias, aqui nos Campos de Cima da Serra, mas pode ser também a pessoa que compra gado para abate, que pode nunca ter montado a cavalo.

Pergunta 2 – O que é o tropeirismo?

É um dos ciclos dos transportes. Sendo o primeiro e talvez, o mais importante, pois com este movimento foi possível abrir caminhos que mais tarde se tornaram estradas (ferrovias e rodovias).

Tropeirismo foi um fenômeno de natureza econômica relacionado ao comércio de tropas, principalmente de muares, para atender a demanda de

transporte no Brasil. Tal fenômeno teve grande relevância no processo de formação do Brasil, tanto na economia, demarcações de fronteiras e ocupação de espaços, como na cultura.

Corresponde ao primeiro ciclo de transporte terrestre de produtos e mercadorias feito por meio de tropas no Brasil. Tem especial valor econômico e histórico porque ensejou abertura de estradas, algumas das quais até hoje utilizadas na forma de rodovias ou ferrovias e propiciou o surgimento de povoados que depois se tornaram muitas das cidades atuais.

Podemos resumir Tropeirismo como um ciclo socioeconômico e cultural desenvolvido pelos povos, em algum período de suas vidas.

Podemos entender por Tropeirismo o conjunto de atividades, bens e manifestações culturais, sociais e econômicas, originado a partir da atividade tropeira, ou durante o ciclo das tropas.

O tropeirismo foi um dos maiores contribuintes da economia e colonização do Brasil. Foi o fator decisivo na criação de vários municípios da região sul e de todo o Brasil.

Pode ser considerado como sistema de comércio ou sistema de transportes. Entretanto, deve ser visto em sua totalidade enquanto sistema de produção, desde a criação dos animais até sua colocação no mercado, processo esse orientado por divisão de trabalho.

Tropeirismo foi um Ciclo Econômico, que transversalizou na área sociocultural da nação brasileira. A movimentação intensa e longínqua de animais e pessoas de várias regiões do Brasil e mesmo, estrangeira, foi responsável pela integração social, cultural, linguística, e disseminação de saberes, usos, costumes, valores, arte, etc., no território nacional e Sul da América. No seu rastro, pousos viraram arraiais, vilas e cidades. Além dos conceitos de universalidade e pluralidade das práticas tropeiras, conforme Aluísio de Azevedo (1968) acreditamos que o Tropeirismo possa ser analisado sob dois aspectos: um mais restrita (*stricto sensu*) e outro mais abrangente (*lato sensu*). O primeiro refere-se ao "Ciclo do Muar" (denominação pré-tropeirismo) descrita por Alfredo Ellis Junior em 1950, em que a mercadoria era os muares soltos, xucros ou arriados, inicialmente para atender o Ciclo do Ouro, e posterior para dar suporte aos demais Ciclos Econômicos (cana-de-açúcar, café, algodão, cacau, borracha, erva-mate, etc.). Iniciou nas primeiras décadas do século XVIII e seu declínio começou no final do século XIX (enquanto muar como mercadoria). A segunda forma, mais ampla (*lato sensu*), leva em consideração, além dos muares, a condução de outros animais, não somente quadrúpedes como relata Aluísio de Almeida, como por exemplo: bovinos, equinos, asininos, ovinos, caprinos, suínos, camelídeos, etc., mas também bípedes como perus e gansos.

Além disso, considera-se tropa de carretas e/ou carroções, quando em grupo e tracionadas por animais. De uma forma cronológica está bem descrito conforme: RUSCHEL, Rui Ruben. 1- *Tropeirismo nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX.* In: Bom Jesus e o Tropeirismo no Cone Sul. Porto Alegre: EST, 2000, p 39-45. BARROSO, Véra Lucia Maciel, O Tropeirismo na Formação do Sul. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. OLIVEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). Passo Fundo, RS: Méritos, 2006, p. 171-187.

Tropeirismo é o conjunto de conhecimentos que temos sobre tropeiros e tropeadas, considerados aí todos os assuntos adjacentes, em termos temporais, locais, costumes, memórias escritas e orais, assim como o estudo do cotidiano do homem tropeiro., seus hábitos, diversões, crendices, remédios, lida com seus animais e seus companheiros, alimentação, etc., etc.

Nos seus mais de 150 anos de existência, o tropeirismo criou um universo cultural em seu torno, desde a culinária, o linguajar e o modo de vida até a sua técnica específica, de conduzir tropas, de organizar estrategicamente os pousos, de equilibrar as cargas e até de entender e conversar com as mulas e os burros.

Pergunta 3 – O que é cultura tropeira?

Cultura Tropeira é a toda a ação que lembra, preserva e dignifica a história dos tropeiros. A Cultura Tropeira é o legado deixado pelos tropeiros, ou seja, as variantes de língua que vieram a constituir os falares de cada região brasileira; a culinária típica; a variedade de vestimentas e objetos de uso apropriados para cada atividade e região; a música e as danças; crenças e crendices; costumes; os caminhos que hoje interligam cidades, e as próprias cidades que nasceram a partir de pousos tropeiros.

Cultura Tropeira é o conjunto de saberes e fazeres do Tropeirismo.

Objetivamente: Cultura Tropeira é o legado deixado pelos tropeiros para as gerações que os sucederam.

São as manifestações culturais, de natureza material e imaterial, originadas e/ou herdadas da atividade tropeira ou do ciclo das tropas.

É preservar a história de uma época, mantendo vivo um capítulo fundamental da história brasileira. A maior riqueza de um país é poder preservar sua história.

Refere-se ao conjunto de manifestações culturais que expressam fazeres e saberes da atividade tropeira, em diferentes espaços e tempos, que demarcam a identidade do fenômeno tropeiro.

São os usos, costumes, valores, saberes, o linguajar, o modo de vestir, a danças, as canções, etc., que foram passados de geração a geração.

Cultura Tropeira é tudo o que se refere ao Tropeirismo, desde seus personagens, fatos históricos, atividade tropeira e seus legados no mais vasto sentido.

Como cultura, que parece ser o nosso caso, tem uma abrangência muito maior. E assim, uma infinidade de atividades e produções, desde o cara que conhece o melhor couro, a melhor madeira, a melhor liga para a fabricação dos arreamentos, das cangalhas, das ferraduras, etc.

Pergunta 4 – Quais os legados a serem evidenciados na cultura tropeira

Os legados a serem evidenciados na Cultura Tropeira são, entre outros, a linguagem, a culinária, a vestimenta, a maneira de negociar os produtos, as danças, as formas de alimentar os animais, as cidades fundadas pelos tropeiros ou que tiveram raízes neste movimento. A forma de convivência com a família e a sociedade.

É o legado deixado pelos tropeiros, ou seja, as variantes de língua que vieram a constituir os falares de cada região brasileira; a culinária típica; a variedade de vestimentas e objetos de uso apropriados para cada atividade e região; a música e as danças; crenças e crendices; costumes; os caminhos que hoje interligam cidades, e as próprias cidades que nasceram a partir de pousos tropeiros.

Os legados a serem evidenciados na Cultura Tropeira são as peculiaridades da linguagem, a culinária e gastronomia, os recursos naturais medicamentosos utilizados, a forma pioneira de empreendedorismo no transporte rural e a maneira confiável de negociação dos produtos transportáveis, a indumentária, a música, as danças, o típico arreamento dos animais montados e de cargas, os surgimentos de caminhos que viraram estradas e de povoações que viraram cidades, o estabelecimento de fazendas e propriedades rurais ao longo dos caminhos, o serviço embrionário de correspondências e transporte de valores monetários bem como, também, a consolidação de fronteiras.

São muitos os legados que a cultura Tropeira deixou para os povos, entre outros lembramos: o vestuário, a alimentação, os falares, a miscigenação, a fundação de vilas, as quais se tornaram grandes centros populacionais.

Pergunta 5 – O que é uma cavalgada?

Cavalgada é um passeio a cavalo feito por pessoas das mais variadas idades. Um atrativo da vida do campo, passeio de pessoas montadas, seja em muar ou equino.

Cavalgada é o ato de percorrer relativamente longos percursos estando montado em qualquer uma das espécies de equídeos. Nos dias de hoje ca-

valgada é o montar demoradamente por entretenimento e sem competição.

Hoje, tornou-se uma atividade de lazer, com características semelhantes às atividades campeiras ligadas à utilização de equinos.

Atividade cultural e/ou recreativa, em que indivíduos montados em cavalos percorrem trajetos específicos, geralmente em áreas rurais e muitas vezes com objetivo de comemorar ou relembrar fatos e personagens históricos.

Ato de montar e andar a cavalo. Em algumas regiões existem grupos de pessoas que se juntam para passeios de pequenas e médias distâncias.

A cavalgada, como expressa a etimologia da palavra, reúne indivíduos que a cavalo percorrem caminhos, enquanto grupos em atividade cultural e/ou lúdica, sem finalidade econômica.

A cavalgada é um esporte, pode ter ou não vinculo cultural. Muitas vezes nem os trajes são obedecidos, não tem compromisso cultural.

Pergunta 6 – O que é uma tropeada?

Tropeada é o ato de conduzir os animais pelo tropeiro. Na maioria das vezes mulas ou gado, mas podendo ser também com outros animais como porcos, perus, etc.

Tropeada é condução de tropa solta (geralmente animais xucros).

Tropeada é o ato de conduzir tropas de gado bovino, equino, asinino, bubalino, muar, suíno, ovino e caprino. Pode ser entendida também como o conduzir tropas de carga de mercadorias.

Era a atividade de movimentar certo número de animais de um local para outro. Estas podiam ser de longas distâncias ou até, apenas, o de mudar animais de uma invernada para outra.

A tropeada, na origem, consistia na atividade de se conduzir uma tropa de animais (mulas, cavalos, bois e até porcos), dos locais de produção até os compradores e/ou consumidores. Num contexto contemporâneo, pode desempenhar a mesma função de uma cavalgada, assumindo caráter cultural e recreativo.

É o ato de conduzir tropas, seja com gado vacum ou tropa de muares. Designava as viagens feitas do Rio Grande do Sul até Sorocaba. O termo pode ser usado para qualquer movimento que se faça de condução de animais.

Tropeada é a movimentação do tropeiro na condução de tropas de semoventes ou de cargueiros. Trata-se de uma atividade econômica, ao contrário da cavalgada, que tem sido praticada mais como atividade lúdica/lazer/cultural.

Tropeada é o ato de tropear, animais soltos ou mercadorias em cargueiros. Culturalmente temos os “Tropeiros de Cristovao Pereira de Abreu”, grupo composto por pessoas realmente comprometidas com a Cultura Tropeira,

sendo intransigente na observância de usos e costumes tropeiros, desde a encilha, trajes pessoais e comportamento.

Técnica específica, de conduzir tropas, de organizar estrategicamente os pousos, de equilibrar as cargas.

Pergunta 7 – Quais requisitos entendem necessários para uma "festa tropeira"?

Os elementos necessários para uma festa tropeira são: a comida, a dança, o estudo do tropeirismo, a exposição dos objetos usados na tropa. A música. A presença dos animais conduzidos numa tropa. Os mapas das regiões percorridas. As crianças, os idosos. A família.

Uma festa tropeira deve ter atrativos tropeiros, seja na culinária, nas vestimentas e nas atrações artístico-culturais. Toda atividade que fuja das referências ao tropeirismo não pode ser chamada de festa tropeira.

Os elementos necessários para uma festa tropeira são: as tipicidades da comida, da música, da dança, da vestimenta, cavalgadas temáticas, a apresentação de estudos e objetos do tropeirismo, bem como a eventual realização de uma tropeada local.

Entendo que depende muito dos objetivos previstos, mas toda a organização deve trazer a maior semelhança possível com a atividade tropeira do passado. Deve envolver escolas, idosos que tenham vivido alguma fase de suas vidas ligadas às atividades tropeiras, valorizar a música, a dança, a alimentação, atividades que envolvam o público participante. E importante também apresentar uma tropeada com características semelhantes ao que eram as tropeadas do passado. E ter um espaço onde os interessados possam levar e trazer conhecimentos relativos ao tropeirismo.

O que se propõe para uma "Festa Tropeira" é que ela deva ter como objetivo principal, rememorar o movimento das tropas e as difíceis jornadas dos tropeiros. Trazer ao evento violeiros, cancioneiros, contadores de causos, trovadores, pessoas envolvidas com a vida cultural, e ofertar comidas relacionadas ao tropeirismo. Deve também, envolver o maior número de escolas, participantes de entidades culturais, e pessoas que ainda possam dar seu depoimento, através de suas vivências ou histórias de seus antepassados.

Antes de pensar em requisitos para uma festa tropeira, impõe-se conhecer traços identitários da cultura tropeira, para que uma festa tropeira possa ser projetada e realizada. Portanto, uma festa tropeira não poderia afastar-se da essência, que é a de oportunizar o conhecimento de traços culturais do tropeirismo.

A festa tropeira deve manter os traços de originalidade dos costumes tropeiros, entre eles as músicas, as danças, a gastronomia e mostra de todos

os elementos que participaram desta atividade. Retirando todas as influências estrangeiras.

Os rodeios, independente de serem grandes eventos, passam muito longe de uma festa tropeira. São semelhanças de rodeios americanos em todos os sentidos imagináveis, em nadas contribuindo, em nada mesmo, para os valores tropeiros nacionais. Chapéus, cintos com fivelões e botas, tipo cowboy. Imagino que uma festa tropeira deva se resumir a um grande acampamento como eram os pousos, com fogo de chão, danças da época, birivas, rodas de causos, muita comida campeira e coisas do gênero.

Pergunta 8 – Sugestões para criação do Dia Nacional do Tropeiro ou da Semana Nacional do Tropeirismo, com data definida do dia nacional do tropeiro – acham válido? Por quê?

O dia Nacional do Tropeiro pode ser em Abril, por ser este o mês que nos encontramos para estudar o Tropeirismo em Bom Jesus, no SENATRO.

Abril ou talvez ligada a data de nascimento de Cristóvão Pereira de Abreu (13 de julho).

Entendo que a larga abrangência e pluralidade do que podemos entender como Cultura Tropeira ou Tropeirismo no Brasil, dificulta a adoção de uma data específica, que tenha representatividade nacional. Por outro lado, considerando a importância que a adoção de uma data específica teria para o fomento de atividades e eventos relacionados ao tema, poderia se buscar uma data histórica com a maior relevância nacional possível, para servir de partida para a construção de um projeto nacional de conscientização e promoção da Cultura Tropeira.

Penso que o "Dia Nacional do Tropeiro", seja muito importante para fixar uma data a festejar este personagem de integração nacional, que foi além de tropeiro um condutor de mensagens, de valores, de mercadorias, etc. Deveria ser uma data de consenso nacional, pois cada estado deverá dar uma sugestão levando em conta a sua história. Deveria, portanto, estudar uma data que fosse de consenso nacional.

Pergunta 9 – Na ótica de cada um, quais os benefícios que teríamos com a titulação do tropeirismo como Patrimônio Imaterial brasileiro pelo IPHAN, nos segmentos de políticas públicas, iniciativa privada e comunidade como parte integrante?

Os benefícios com a titulação de Patrimônio Imaterial brasileiro ao tropeirismo são vários. Mas principalmente valorizar nossa gente, nossa cultura e tradições. Ter fundamentos significativos para introduzir o estudo do

Tropeirismo nos currículos escolares e nas Universidades. Angariar verbas para novas pesquisas. E por fim valorizar nossos antepassados que plantaram sementes para que nós pudéssemos colher atualmente.

A titulação de Tropeirismo como Patrimônio Imaterial pelo IPHAN nos traria maior valorização da cultura; mais possibilidades de atrações turísticas; mais importância e riqueza para os currículos das escolas; mais possibilidades de aprovações e viabilizações de projetos via lei de incentivo; maior participação da comunidade na promoção de atividades culturais ligadas ao Tropeirismo. Maior valorização da identidade nacional tropeira.

Os benefícios com a titulação de Patrimônio Imaterial Brasileiro ao Tropeirismo vão desde um maior conhecimento da nossa história, realização de mais pesquisas sobre o tema, resgate de patrimônios históricos, desenvolvimento do turismo regional, geração de empregos e valorização da cultura tropeira e da identidade própria.

Acredito que traga vantagens, entre as quais, a valorização da História do Tropeirismo, o que poderia facilitar a aprovação de projetos visando angariar fundos para realização de estudos, pesquisas e eventos ligados ao assunto.

Penso que o tropeirismo, nos termos aqui tratados, acaba representando um conceito demasiado amplo e complexo para que se busque a titulação como Patrimônio Imaterial brasileiro. Sabendo quão meticulosa e objetiva é a instrução de um processo de registro de Patrimônio Imaterial pelo IPHAN, entendo que se deveria amadurecer melhor a ideia, e, a partir de um amplo inventário de manifestações e bens culturais imateriais relacionados ao Tropeirismo, eleger aquela ou aquelas que tenham maior representatividade, e assim o apelo necessário para o devido reconhecimento pelo IPHAN. Por outro lado, lembro que o IPHAN já concluiu em Santa Catarina os estudos necessários para o tombamento do patrimônio material remanescente do ciclo tropeiro no estado, ao passo que o mesmo não ocorreu nos demais estados brasileiros. Acredito que, paralelamente à luta pelo registro do patrimônio imaterial tropeiro, seja necessário ampliar o reconhecimento do patrimônio material relacionado ao Tropeirismo em todos os estados brasileiros, sobretudo através da atuação do IPHAN, visando sua preservação, a qual atualmente encontra-se bastante ameaçada. É o entendimento da abrangência nacional desse patrimônio a partir de uma ideia de conjunto (formado por inúmeras paisagens, sítios arqueológicos, edificações e centros históricos), que se terá o devido reconhecimento de sua importância interestadual, ou seja, nacional. Aliás, a importância estratégica do Tropeirismo na ocupação e integração territorial do Brasil como um todo é o principal argumento em defesa do caráter nacional desse patrimônio. E será a partir desse reconheci-

mento nacional, que teremos os argumentos e justificativas necessárias para pleitear sua relevância ainda num sentido mais amplo, como Patrimônio Mundial, a partir da parceria com os países ibero-americanos e o consequente reconhecimento por parte do ICOMOS e da UNESCO.

Os benefícios, embora não reconhecidos com essa peculiaridade, já existem na tradição de cada região, que nasceu do Tropeirismo. Mas é necessário que, a nível nacional sejam reconhecidas essas tradições, e mantidas para que a nossa história permaneça. É preciso reconhecer a importância que o nosso *Tropeiro* chegou a assumir no contexto social, econômico e cultural de nosso país, como um dos personagens mais importantes na construção da nação brasileira.

Com o reconhecimento de que o fenômeno *Tropeirismo* expressa uma herança identitária do passado formador da História do Brasil, e, portanto, um patrimônio da sociedade nacional, com certeza, esse assento aprovado propiciará melhores condições, para mais facilmente viabilizar ações que revalorizem a sua cultura e a sua história, o que oportunizará o avanço nas pesquisas e estudos desse tema *alicerce* da formação do território brasileiro.

Acreditamos que o maior ganho seria o reconhecimento da importância que esta atividade teve na formação e integração do país. Claro que, se isso ocorrer, facilita a justificativa para aprovação de projetos na área. Caso não ocorra a aprovação do IPHAN, deve-se consultar pessoas habilitadas para trabalharem em outras formatações para se adequar as necessidades do Órgão Governamental.

A titulação do *Tropeirismo* como patrimônio imaterial brasileiro, por parte de IPHAN, já está atrasada faz tempo. Se a Capoeira já é patrimônio, imagine-se o *Tropeirismo*, pela sua importância local, regional, estadual, nacional e internacional. Já vem tarde.

Pergunta 10 – Dê sua opinião sobre a criação da Associação Nacional do Tropeirismo, com figura jurídica registrada. Acham válido? Por quê?

Sim, muito importante o registro da Associação Nacional do Tropeirismo. O registro como pessoa jurídica de qualquer associação é conveniente, pois seus documentos e ações têm mais valor e resguardo legal. Além disso, terá maiores possibilidades de obter recursos.

Acredito que ajudaria, porém, as informações que nos chegam é que poucos colaboram e sobrecarrega quem realmente quer desenvolver um bom trabalho. Sempre há despesas para sua criação e de manutenção. O assunto em questão precisa ser bem analisado. Sendo realista, na conjuntura atual, identificaria mais obstáculos que estímulos para esse intento.

Para se manter uma Associação, é necessário que o grupo simpatizante congregue fielmente a mesma ideia, colaborem com seus programas culturais e tenham participação efetiva. Com a modernidade atual, o convívio pessoal está cada vez mais restrito. Teria que pensar em algo que se adapte a essas modernidades, pois para levar avante uma Associação, são necessárias várias medidas, jurídicas, financeiras, etc.

Quanto à criação de uma Associação Nacional do Tropeirismo como entidade formal, com CNPJ, etc., existem prós e contras. Os *prós* são: Centralização de informações; facilidade de concorrer a editais públicos para projetos de pesquisas e culturais; representatividade em órgãos governamentais; etc. *Contras:* Gera custos; dificuldade de voluntariado; dificuldade para extinção judicial; etc. Vejo com ceticismo a proposta diante da tremenda burocracia que há.

Pergunta 11 – Como organizar e formatar um Seminário de Tropeirismo?

Pode ser o modelo do SENATRO, ENAT ou SIT, com as seguintes adequações: inclusão de atrações artísticas com maior ênfase para que o público aprecie e entenda a importância do tema; proporcionar espaços de atrações culturais em interiores e exteriores (roda de chimarrão, danças e demonstração de cozinha tropeira e degustação de pratos típicos tropeiros).

Convocar as secretarias de cultura, educação e turismo de municípios envolvidos, para favorecer maior abrangência do seminário; mostras pedagógicas também são importantes que se façam. O tamanho do evento será de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Realizar Seminários Regionais, e com os temas debatidos, levar para um Seminário maior (o SENATRO, por exemplo). Nos regionais, começar com a proposição de realizar um encontro de ideias e estudos sobre o Tropeirismo, incentivando os historiadores e pessoas ligadas as pesquisas, a divulgar seus estudos. Lembrar que para fazer um evento científico, voltado ao Tropeirismo, são imprescindíveis: condições mínimas financeiras; - estudiosos e pesquisadores dedicados ao tema; equipe de trabalho.

Pergunta 12 – Outras sugestões?

Sugiro constar no relatório final do TB, com vista ao reconhecimento do tropeirismo pelo IPHAN como Patrimônio Imaterial do Brasil, ações e projetos relevantes (devidamente documentados) de todos os que contribuíram e contribuem para a Cultura Tropeira, seja pessoa física ou jurídica. É o caso do projeto turístico e cultural denominado Cancioneiro da Rota,

que contempla produção de músicas com temática tropeira, produção de jogos educativos, como o Jogo do Tropeiro e o Jogo da Mula, os quais servem de materiais para oficinas em escolas e entidades culturais, trazendo o conhecimento do Tropeirismo para o meio estudantil e o meio social. Outros projetos com os mesmos objetivos devem ser incentivados.

Sugiro projetos, nas cidades originárias do ciclo do Tropeirismo, de grupos de estudo sobre o tema, para documentário da cidade e maior ênfase nos currículos escolares. Minha sugestão pessoal é achar formas de financiamentos para projetos. Venho tentando para um de minha autoria, de levantamento e identificação de equinos alçados remanescentes do Tropeirismo no sul, e não consigo.

Encontrar meios para que outros países sejam envolvidos e também participem dos eventos envolvendo esta temática, principalmente aqueles que têm seu desenvolvimento ligado ao Tropeirismo.

Empreender esforços a partir de eventos científicos voltados ao tema, para que o Tropeirismo seja valorizado no currículo de formação dos historiadores. Para tanto, aliar ações com Instituições de Ensino Superior, que têm ficado de fora destes debates e estudos na contemporaneidade.

Criar um banco de dados com o maior acervo possível e com muito critério de inclusão, de todas as manifestações relacionadas aos Legados do Tropeirismo.

Minha sugestão pessoal é um estudo mais aprofundado sobre a figura da mulher no Tropeirismo.

Sugiro um encontro especial, por exemplo, em Bom Jesus, para que o Solera e Eleni nos apresentem a compilação das diversas opiniões e para que se possa debater com maior profundidade este assunto, não perdendo de vista a oportunidade de nos encontrarmos.

Alguns companheiros do Núcleo de Conhecimento do Tropeirismo preferiram não se ater apenas aos questionamentos por nós enviados e acrescentaram ainda mais conhecimentos, vivências e curiosidades tropeiras, com colocações também muito agradáveis e explicativas, que vão a seguir elencadas.

A todos, indistintamente, o *Projeto Tropeiro Brasil* agradece pelo brilhantismo e generosidade no compartilhamento de seus conhecimentos, para que esta obra e este "sonho tropeiro" se tornasse possível.

Valter Fraga Nunes, analisando a etimologia da palavra e significado:

Tropa: do latim vulgar, *troppus*, que compreendia conjunto (coletivo) de pessoas (multidão) ou de animais, mais precisamente sinônimo de rebanho ou bando. Do francês antigo, *trope "troop"*: por volta do século XII a utilizava para o gado. Do francês recente, *troupe*: século XVI militarmente para grupo

de soldados. Na atividade pecuarista, tropa é o conjunto (agrupamento) de animais domésticos, que serão conduzidos à pé de um local para outro. Normalmente os animais são tangidos soltos, seja xucros ou arreado (muares-cargueiros), mas, em determinadas ocasiões, também podem estar unidos pelas colas ou cordas (muares) ou ainda, atrelados à veículos (muares, equinos e bovinos).

Sergio Coelho, assim se expressou: Solera, em vez de responder o formulário, eu gostaria de fazer uma reflexão em torno do assunto e do tema *tropeiros/tropeirismo*. Como atividade, que marcou um período da vida brasileira, é a condução de tropas soltas ou arreadas. Como cultura, que parece ser o nosso caso, tem uma abrangência muito maior. Exemplo bem clássico e caseiro. O *ferreiro* que fabricava o facão, não era necessariamente um tropeiro, mas devia saber tudo de tropeirismo, da vida tropeira para projetar ou moldar um instrumento "adequado" à vida tropeira. A *redeira*, pela mesma razão é comemorada e festejada nas memórias tropeiras. E assim, uma infinidade de atividades e produções, desde o cara que conhece o melhor couro, a melhor madeira, a melhor liga para a fabricação dos arreamentos, das cangalhas, das ferraduras etc. Dentro desse contexto podemos incluir artesanato e arte. A arte das bordaduras das selas, que destacou os seleiros; a delicada arte dos ourives na elaboração das facas, esporas, estribos e sapatas em prata e alpaca. Nos seus mais de 150 anos de existência, o tropeirismo criou um universo cultural em seu torno, desde a culinária, o linguajar e o modo de vida até a sua técnica específica, de conduzir tropas, de organizar estrategicamente os pousos, de equilibrar as cargas e até de entender e conversar com as mulas e os burros. Esse, no meu modesto entender, é uma faceta apenas, um bocado e muito saboroso do que foi e do que ainda resta do tropeirismo no Brasil. Lutar e querer que esses bens sejam melhores tratados, estudados e preservados, é apenas uma migalha que devolvemos aos tropeiros pelo quanto que eles e seus maravilhosos muares deram ao Brasil, às vezes imolando as próprias vidas nas mãos de bandoleiros, nas corredeiras dos rios e na aspereza do solo. A minha contribuição segue com algum atraso, dada a precariedade do tropeiro/estafeta. Mas espero que chegue. Um abraço, Sérgio

*Geraldio Bona*dio, a seguir, encerra a prosa com uma aula sobre assimilação, adaptação e reinvenção do tropeirismo de mulas no Brasil

O tropeirismo como parte da história mundial do transporte e da tração animal

"[...] os tropeiros faziam todo o transporte terrestre do Brasil colonial." (Darcy Ribeiro, 1995, p. 373).

"Outra característica da economia brasileira [...] radicava em seu sistema de transporte. Localizada a grande distância do litoral, dispersa e em região montanhosa, a população mineira dependia para tudo de um complexo sistema de transporte. A tropa de mulas constitui autêntica infraestrutura de todo o sistema. [...]" (FURTADO, 1977, p. 76).

"[...] até o fim do século passado e princípios deste, até 1930, havia apenas dois tipos de transportes em grande uso no interior do país: o lombo de burro para grandes distâncias, o carro de bois para serviço local. [...] isto significa que [...] nos primeiros anos da República não havia praticamente sequer estradas de rodagem." (BASBAUM, 1968, p. 117).

"A tropa era o sistema de transporte geralmente adotado no Brasil e[...] a rede de "trilhos" constituía o sistema venoso por onde circulava o sangue econômico do país, mantendo a unidade do Império. [...]. Em 1867, havia uma rede ininterrupta e bastante transitada que do Ceará e de São Luís descia pelo interior até o Rio da Prata a 6.000 quilômetros ao Sul e de Pernambuco e da Bahia, à beira do Atlântico, rumo ao Poente, até a fronteira boliviana, no Estado de Mato Grosso, num percurso de 3.200 quilômetros." (NASH, 1939, p. 284, 288).

Os estudos sobre a contribuição das tropas e dos tropeiros de mulas, xucras e arreadas ao desenvolvimento econômico e integração do Brasil, vêm experimentando rápido avanço em décadas recentes, como resultado do aprofundamento das pesquisas sobre as dimensões do mercado interno na era colonial. Na esteira do trabalho pioneiro de Fragoso (1998), Caldeira produziu um alentado conjunto de obras, culminando com a "História da Riqueza no Brasil" (2017), que, sob uma pluralidade de aspectos, evidencia a importância da contribuição do tropeirismo à formação do país.

Tais estudos reforçam o entendimento, defendido pioneiramente por Almeida (1968) e Flores (1998), sobre a necessidade de se enquadrar o tropeirismo no Brasil no contexto da História mundial dos transportes.

A necessidade da movimentação de cargas e pessoas surge com a invenção da agricultura que, em diferentes civilizações, momentos e paragens do planeta, possibilitou expressivas mudanças quantitativas e qualitativas na vida dos seres humanos. Antes engajados, à revelia, no nomadismo, inseparável da subsistência alicerçada na caça, pesca e coleta, os homens, a partir da revolução agrícola, ganham a possibilidade de transitar para o sedentarismo e a urbanização, com a consequente redefinição das funções sociais. (CHILDE, 1981).

Durante os quase noventa séculos que medeiam entre o início das atividades de cultivo da terra e criação de animais domésticos, até o conjunto de

invenções encadeadas que, entre os séculos XVIII e XIX possibilitaram o surgimento, na Grã-Bretanha, da primeira ferrovia (COREI; OCHOA, 1996), o transporte de superfície teve como modal predominante e, não raro, único, a tração animal, destacando-se, como fonte desta, entre os semoventes testados, muares, obtidos pelo cruzamento entre equinos e asininos, organizados em tropas ou não.

Os elementos reunidos por Filipak (2008), em sua luminosa síntese sobre a atividade tropeira, nos permitem concluir que o tropeirismo brasileiro caracterizou-se, basicamente, pela assimilação, adaptação e reinvenção de elementos de cultura material e imaterial que, gerados em múltiplas civilizações, aportaram ao nosso país após um périplo global. Utilizados inicialmente na Ásia, os muares se espalharam pelo Velho Mundo - Palestina, bacia do Mediterrâneo, norte da África e península ibérica - e foram levados às terras a oeste da Europa, conquistadas por espanhóis e portugueses, no início dos respectivos processos de colonização.

João Augusto Ribeiro Nardes, com suporte em documento localizado na Torre do Tombo, em Lisboa, conta que o primeiro Nardes a chegar ao Brasil, Leonardo Nard, bisavô do bandeirante de igual nome, "veio de Portugal em 1540, com autorização do rei D. João III, para lidar com muares" (2013, p. 29), apenas seis anos depois da introdução das primeiras mulas, aqui chegadas em 1534. (FLORES, p. 11).

Carta escrita em 1555, pelo jesuíta Ambrósio Pires e transcrita em parte por Luís Augusto Bicalho Kehl, expõe, ao também inaciano Diego Miron, o modo de vida despojado dos padres da missão de Piratininga e informa que o superior do grupo, Manuel de Nóbrega, percorria a pé os longos caminhos que a atravessavam, carregando "alforjes e borsoletes, porque sua mula não pode com eles, ainda que vazios". (2005, p. 27).

Confirmam esses textos, de produção recente, os clássicos utilizados por Otoniel Mota (1941) para equacionar uma questão instigante: por que, havendo o Brasil contado, no século da descoberta, com expressiva produção de muares, notadamente na Bahia, a primeira referência a eles, nas atas do Concelho da Câmara de São Paulo, somente aparece em 1745?

A assertiva de que a criação de muares no Brasil remonta ao primeiro século se apoia em Gabriel Soares de Souza, proprietário de engenho de açúcar na Bahia no século XVI, que, no "Tratado descritivo do Brasil em 1587", informa que, em Porto Seguro, éguas trazidas de Cabo Verde "tão formosas [...] como as melhores da Espanha", geravam cavalos famosos pela beleza e grandes corredores, os quais, levados a Pernambuco, alcançavam altíssimos preços e que ali também se criavam jumentos. "Os cavalos não querem

tomar as burras [1] por nenhum caso, mas os asnos tomam as éguas por invenção e artifício, por elas serem grandes e eles pequenos que lhe não podem chegar, e as éguas esperam-nos bem. O resultado da cruza eram mulas "muito formosas, bem-feitas e de muito trabalho." (1851, p. 164) Invoca, também, o testemunho de Varnhagen que, na "História Geral do Brasil", registra que "a criação de muar era tal alvissareira em Porto Seguro, que o jumento chegou a ficar selvagem".

Angustiou-se o pesquisador ao constatar, depois de percorrer a documentação relativa aos dois primeiros séculos transcorridos desde a fundação de São Paulo, o absoluto silêncio desta a respeito de mulas e burros. Só em 1745, pela primeira vez, se fala, nos anais do Concelho [da Câmara de São Paulo] daquelas alimárias, numa disposição em que o colegiado "proíbe o entrar-se na cidade 'espoldrejando bestas muares", ou seja, esporeando-as, para fazê-las corcovear. (Destaque do original, p. 78).

Mota levantou uma primeira pista para conciliar os registros clássicos sobre a criação de muares no Brasil dos primeiros tempos com o silêncio dos documentos, na "História do Brasil", de Robert Southey, onde se lê que "a corte portuguesa concedera à capital do Maranhão as honras de Lisboa e a seus cidadãos os privilégios dos nobres lisboetas, exceto o de cavalgar mulas, porque não consultava os interesses da Coroa a criação de um animal que não se reproduz." (Idem, p. 71, destaque do original) A partir desse dado, consultou o Repertório das Leis Extravagantes de Portugal, topando ali com a seguinte norma, produzida no reinado dom Pedro IV, antigo duque de Bragança, que, em 1640, liderara o movimento que encerrou seis décadas de União Ibérica: "Mulas e quaisquer muares. Foi proibida a sua criação, mandando-se devassar pelos Corregedores das transgressões com o fim de animar a criação de cavalos. Lei 2 de dezembro de 1642. " (p. 71-72).

Impõe-se, aqui, uma digressão, breve e sem maior aprofundamento, sobre a importância, naquele primeiro momento da colonização, que Taunay nominou como devassa da terra, da criação de bovinos na Capitania de São Vicente; no corredor de sesmarias rapidamente estabelecido entre São Paulo e Curitiba, na Capitania de Porto Seguro, ao longo da bacia do Rio São Francisco e no Sul, em meio ao contínuo embate entre portugueses e castelhanos pela posse da terra.

Importa notar que, como não existiam as charqueadas nem técnicas de conservação, a produção de carne destinava-se, basicamente, ao sustento das populações no entorno das fazendas e estâncias, havendo, entretanto, enorme interesse pelos demais subprodutos da criação e abate de bovinos, notadamente o couro, que supria múltiplas necessidades locais e era larga-

mente exportado. (GOULART, 1965 E 1966; MARIANTE, 1979; SIMONSEN, 2005).

A busca do ouro se fez em todos os pontos alcançados pelo colonizador lusitano e, como regra, levou ao encontro do precioso metal, mas em quantidades ínfimas face às expectativas dos mineradores. Em razão, sobretudo da gigantesca obra de Taunay, a memória preservou as referências às bandeiras paulistas, mas foram muito numerosas, e também exitosas, as levadas a termos por sertanistas baianos (VIANNA, 1935; VASCONCELOS, 1999).

Estes deram, igualmente, apreciável contribuição ao abastecimento das minas, valendo-se dos rebanhos bovinos que acima mencionamos, e ao escoamento do ouro em direção ao Rio de Janeiro. Ainda que aqueles cronistas não tenham se ocupado especificamente da questão do transporte, pode-se legitimamente inferir que, nos momentos iniciais, foi intensiva a utilização, nas minas, das mulas e burros gerados nos criatórios que a devassa do rei Dom João IV não alcançou.

Concomitantemente à porfia de sertanistas paulistas e baianos na devassava dos sertões para busca do ouro, Fernão Dias, para facilitar-lhes a tarefa, inicia, em 1675 a abertura do Caminho Velho que, no sentindo Rio de Janeiro-Ouro Preto, cobria o seguinte itinerário: a cavalo, o viajante atravessava os atuais bairros cariocas de Catumbi e Cascadura, até Santa Cruz, onde tomava uma embarcação a vela que, passando por Itacuruçá, Muriqui e Angra dos Reis, o deixava em Parati. "Dali subia a Serra do Mar em lombo de burro, chegava a Cunha, já em território paulista" e atingia Guaratinguetá, localidade a partir da qual "atravessava a Serra da Mantiqueira na chamada Garganta do Embaú (Cruzeiro) e continuava rumando ao norte, passando por regiões que detêm os seguintes nomes atuais: Itanhandu, Baependi, Cruzília, Carrancas, Macuco, Rio das Mortes, São João del Rei, Tiradentes, Prados, Lagoa Dourada, Casa Grande, Lafaiete, Ouro Branco e Ouro Preto". (LESSA, 1985, p. 15). O animal empregado no trânsito por aquelas veredas era o muar, mas, "em muitos trechos a carga carregada pelos burros tinha de ser transferida para o lombo da escravatura e o cavaleiro passava a puxar a alimária pela rédea, descendo sinuosos, escorregadios e estreitos caminhos, escurecidos pelo túnel vegetal formado entre o mato intrincado e as copas das árvores. " (idem) e a viagem "levava mais de cem dias".

As coisas se precipitam quando, em 1679, chega a Salvador a notícia do encontro do primeiro ouro, em quantidade expressiva, na região central de Minas e, já no ano seguinte, a coroa começa a arrecadar o quinto sobre as extrações do metal. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 605) Face à nova realidade, o tempo de viagem pelo Caminho Velho tornou-se muito demo-

rado. Para reduzi-lo a 25 dias, o rei confia ao primogênito de Fernão, Garcia Rodrigues Paes, a construção do Caminho Novo, obra essa concluída já no ano seguinte. Entretanto, até 1702, por ali "só passava gente a pé". O "trânsito regular de tropeiros pelo Caminho Novo" só se dá a partir de 1709 (LESSA, p. 17). Em 1725, num outro projeto do trajeto, Bernardo Soares Proença abre, a partir do porto fluvial do rio Estrela, a vereda que "ficou conhecida como o Caminho das Tropas".

O caminho era novo, mas não era bom. Em 1750, Southey o encontra "muito frequentado", mas adverte: nele "de nada serviam carretas de rodas" e tudo era transportado nas costas de cavalos "até que se descobriu serem as mulas mais capazes de sofrer as fadigas e os maus tratos". As condições parecem haver melhorado nas décadas seguintes, pois em 1816, Saint-Hilaire, que por ali viajou em companhia de Langsdorf, encontrou a estrada "bem calçada". (p. 18)

Como se vê, os muares, trazidos de Cabo Verde e aqui introduzidos no início da colonização, se difundiram pela atual região Sudeste e geraram expressiva atividade criatória, drasticamente desacelerada após o que Mota resgatou.

A desaceleração não se confunde com extinção. A vastidão do território impossibilitou a realização da devassa determinada pelo rei e permitiu, como se depreende da exposição de Jair Lessa, que, logo após a descoberta do ouro nas Minas Gerais, se inicie o seu escoamento para o Rio de Janeiro, em tropas de mulas que transitam inicialmente pelo Caminho Velho e, a seguir, pelo Caminho Novo.

Essa produção residual, advinda dos criatórios escapados às vistas dos corregedores, não bastava para atender a demanda gerada, em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, por significativos achados, que deflagraram uma das maiores corridas do ouro da História, mesmo pelos padrões contemporâneos. Aventureiros vindos de todos os pontos da colônia e de Portugal multiplicaram lavras e minas no sertão mineiro e criaram dois desafios interligados e urgentes: abastecer os mineradores que, dedicando-se exclusivamente à extração, por vezes morriam de fome com a bolsa cheia de ouro, face à ausência da oferta de alimentos, e acelerar a condução do minério extraído ao Rio de Janeiro, para subsequente envio à metrópole. Impunha-se uma transfusão maciça de muares, obtidas nos criatórios sul-rio-grandenses, e, antes deles, contrabandeados das pastagens argentinas (CESAR, 1978), o que se tornou possível com a epopeia protagonizada por Cristóvão Pereira de Abreu.

Conclusão

Sonhar é preciso. Buscar realizá-lo está na característica de cada um!

As páginas que este livro do SENATRO me oportuniza neste momento, para um relato de 44 anos de vida (1976 a 2020), de sonhos e buscas da valorização do Tropeirismo, despertou em mim uma profunda emoção.

Momentos de alegrias e de tristezas, de felicidade e de amargor, de muitas conquistas e algumas derrotas, mas de uma riqueza inimaginável de amigos que arrebatei nesta caminhada, fizeram-me entender profundamente como deve ter sido a vida do homem tropeiro em suas longas caminhadas pelos rincões de nosso país.

Uma fase do Projeto Tropeiro Brasil se encerra aqui. A montagem do dossiê que será agora encaminhado ao IPHAN, em busca da titulação de Patrimônio Imaterial brasileiro, seja ao Homem Tropeiro ou ao Tropeirismo e seus Legados.

Esperamos que seja uma etapa vitoriosa. Mas se assim não for, eu ou aqueles que me sucederem nessa luta, sei que continuarão este sonho de mostrar ao Brasil o que é ter Alma Tropeira.

E que houve um Brasil Antes e um Brasil Depois do Ciclo do Tropeirismo. Saudações tropeiras!

Referências

ALMEIDA, Aluísio de. *O tropeirismo e a feira de Sorocaba*. Sorocaba: Edição do autor, 1968.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República 2 (de 1889 a 1930)*. São Paulo: Fulgor, 1968, p. 117.

CALDEIRA, Jorge. *História da Riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CESAR, Guilhermino. *O contrabando no sul do país*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1978.

CHILDE, Gordon. *A evolução cultural do homem*. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

COREY, Melinda; OCHOA, George. *A enciclopédia do mundo vitoriano*. New York: Henry Holt, 1996.

FILIPAK, Francisco. *Tropeirismo Platino-Peruano & Platino-Brasileiro*. Curitiba: Juruá, 2008.

FLORES, Moacyr. *Tropeirismo no Brasil*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.

FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na*

praça mercantil do Rio de Janeiro: 1790-1830. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 76.

GOULART, José Alípio. *Brasil do Boi e do Couro*. v. 1, O boi. Rio de Janeiro: GRD, 1965.

GOULART, José Alípio. O couro. V. 2. Rio de Janeiro: GRD, 1966.

GURGEL, Heitor; AMARAL, Edelweiss. *Paraty*: Caminho do Ouro. Subsídios para a História do Estado do Rio. Rio de Janeiro: São José, 1973.

KEHL, Luís Augusto Bicalho. *Simbolismo e profecia na fundação de São Paulo*: A Casa de Piratininga. São Paulo: 3º Nome, 2005.

LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros*: do caminho novo à proclamação. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1985.

MARIANTE, Hélio Moro. *A idade do couro no Continente Del Rey*. 2 ed. rev. ampl. Porto Alegre: IGTF, 1979.

MOTA, Otoniel. *Do rancho ao palácio*: evolução da civilização paulista. São Paulo: Ed. Nacional, 1941.

NARDES, João Augusto Ribeiro. *Nardes*: uma família do Brasil. Porto Alegre: AGE, 2013.

NASH, Roy. *A conquista do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939, p. 284 e 288.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 373.

SCHWARCZ, Lilian M.; STARLING, Heloísa M. *Brasil*: uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil*: 1500-1820. 4 ed. Brasília: Senado Federal, 2005.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1851.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

VIANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas baianos*. São Paulo: Editora Nacional, 1935. (Brasiliana, v. 48).

Obs: Souza usa, equivocadamente, a palavra burras – um feminino possível de muar – quando deveria utilizar jumentas, que são as fêmeas dos asininos.

Projeto Paisagem Cultural do Caminho das Tropas

Ulisses Munarim
Arquiteto e Superintendente Regional Interino IPHAN/SC. Florianópolis/SC

Fabiano Teixeira dos Santos
Arquiteto e Urbanista, Mestre em História e Doutorando do PósARQ/UFSC, Florianópolis/SC

O *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN* é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por preservar a diversidade das contribuições dos diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira e seus ecossistemas. Esta responsabilidade implica na proteção, divulgação e fiscalização dos bens culturais brasileiros, bem como assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações.

Preservando parcela significativa do patrimônio cultural brasileiro, o IPHAN vem, há mais de 70 anos, salvando do desaparecimento um legado considerável para a cultura nacional.

Mas, principalmente, o IPHAN preocupa-se em elaborar programas e projetos que integrem a sociedade civil com os objetivos do Instituto, bem como busca linhas de financiamento e parcerias para auxiliar na execução das ações planejadas. Ampliar o acesso ao patrimônio cultural como direito de cidadania é base para o desenvolvimento sustentável e melhoria das condições de vida da população brasileira.

Desde o ano de 1991 a Superintendência do IPHAN em Santa Catarina desenvolve estudos visando à identificação e proteção do patrimônio cultural relacionado ao chamado *Caminho das Tropas*.

Este caminho se estendia do Rio Grande do Sul até São Paulo, sendo que a região situada junto ao rio Pelotas, na divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (em área pertencente aos municípios de Bom Jesus, RS, e Lages, SC), guarda especificidades, por ter sido cortada durante dois séculos pela principal rota a ligar a Colônia do Sacramento, atual território do Uruguai, à Feira de Sorocaba, em São Paulo. Justamente nessa porção dos territórios gaúcho e catarinense, e muito especialmente na *Coxilha Rica* (Lages), encontram-se os remanescentes físicos dos corredores de taipas de pedras que configuravam o Caminho das Tropas, bem como o Passo de Santa Vitória, uma das poucas travessias possíveis das tropas de muares entre os dois estados pelo rio Pelotas.

A atividade dos tropeiros deixou, ao longo de dois séculos (XVIII e XIX), marcas significativas na paisagem e na cultura da região. Além do fator econômico, o tropeirismo possuía também um lado cultural muito rico, na medida em que os homens que saíam do Sul ou do Centro do país tomavam contato com inúmeros grupos, assimilando valores alheios ou deixando a sua marca por onde passavam. Essa diversidade cultural ainda encontra ressonâncias nos dias atuais, de natureza material e imaterial, que carecem de atenção sob o ponto de vista patrimonial.

No que diz respeito aos vestígios materiais do ciclo tropeiro na *Coxilha Rica*, além dos corredores de taipas, monumentais por sua construção manual, na qual o trabalho escravo foi responsável por empilhar manualmente milhares e milhares de pedras ao longo de dezenas de quilômetros por entre campos e coxilhas, figuram passos, pousos, cemitérios e fazendas centenárias.

As fazendas apresentam complexos de mangueiras de taipas e galpões destinados às lidas com o gado e que têm como ponto central a casa de moradia do fazendeiro. Nas construções mais antigas, de meados do século XIX, predominam as características arquitetônicas luso-brasileiras, nas quais se verifica o uso da alvenaria de pedra e do pau-a-pique (estrutura em madeira preenchida com barro), que a partir do início do século XX vão dando lugar ao tijolo e principalmente à madeira, havendo exemplares ornamentados com delicados lambrequins, contribuição de imigrantes alemães e italianos à região.

Quanto ao patrimônio imaterial, que abrange os saberes e fazeres tradicionais, ainda são encontrados taipeiros, que preservam o conhecimento de construir os muros de taipas, peões, que habilmente trabalham o couro, desenvolvendo todo o tipo de corda e utensílios destinados às lidas campeiras, e benzedeiras, mantenedoras de uma forte religiosidade popular. Inclui-se na lista desse patrimônio intangível a rica gastronomia, onde se destacam, entre outros pratos, o churrasco, o arroz de carreteiro, a quirera com carne de porco, o revirado de feijão, a paçoca de pinhão, a canjica, o doce de gila, o queijo serrano e o camargo, café preparado com leite cru recém ordenhado.

No entanto, nos últimos anos, muito vem se perdendo na paisagem conformada pelos corredores em função da plantação desordenada de vegetação não-nativa (pinheiro americano), alterando radicalmente o ambiente natural da região, além da construção de inúmeras usinas hidrelétricas, que se levadas a cabo, inundarão o Passo de Santa Vitória, partes dos corredores e sítios arqueológicos, além de outros impactos ainda pouco avaliados.

A preservação desse patrimônio tem sido uma das prioridades da 11ªSR/IPHAN/SC, que em 2004 assinou Termo de Cooperação Técnica com a

Universidade do Planalto Catarinense/UNIPLAC e Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, buscando ainda a parceria das superintendências do IPHAN no Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

Em 2007, todo o material bruto de pesquisas de que dispõem o IPHAN e as instituições parceiras foi compilado, sendo também realizado um sobrevôo de helicóptero com fotógrafo para registrar toda a magnitude dos corredores de taipas no município de Lages. Na ocasião do sobrevôo, estava presente o Presidente Nacional do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida, que autorizou o início dos trabalhos com vistas à proteção do que chamou de *Paisagem Cultural dos Caminhos dos Tropeiros*.

Já neste ano foi iniciado o estudo de georreferenciamento e levantamento do patrimônio de natureza material da região da *Coxilha Rica*, que em andamento, permitirá a identificação das referências culturais das populações locais, subsidiando estudos para o conhecimento e salvaguarda de bens culturais ligados ao ciclo do Tropeirismo em Santa Catarina.

O projeto será complementado por um trabalho de resgate da memória local e das questões relacionadas ao patrimônio imaterial, abarcando o conjunto de saberes e fazeres tradicionais da região.

O Caminho das Tropas e o conceito de Paisagem Cultural

Um dos instrumentos que vem sendo amplamente discutidos, estudados e pensados para as ações de preservação patrimonial pelo IPHAN, podendo ser aplicado para os bens referentes ao Caminho das Tropas, é a *Paisagem Cultural*.

Este conceito tem a pretensão de enriquecer a conceituação acerca de Patrimônio, aumentando a compreensão do ser humano para além dos grandes feitos históricos registrados em bens de caráter histórico-artístico marcante. Baseia-se no suposto de que uma cultura possui valores, saberes, credos, mitos e rituais que operam não só na construção da paisagem, mas na sua forma de percebê-la, criá-la, reinventá-la, apropriá-la e vivê-la.

Dessa maneira, a preservação da paisagem, concebida a partir desse conjunto de bens culturais diversos relacionados entre si e circunscritos a um território, poderá auxiliar na compreensão da relação entre aspectos que conformam culturas anteriores presentes em determinado local e a sua forma de interagir com o presente.

Além disso, essa perspectiva inovadora em relação ao patrimônio cultural possibilitará uma atuação mais ampla, consistente e eficaz das políticas de proteção, podendo vir a ser empregada nas ações que venham a ser adotadas para a região do Caminho das Tropas.

Figura 1 – Aspecto de um trecho dos corredores de taipas, cercas de pedra, na região da Coxilha Rica, Lages/SC



Fonte: acervo de Ricardo Almeida.

Figura 2 – Outro aspecto dos corredores de taipas da Coxilha



Fonte: acervo de Ricardo Almeida.

Figura 3 – Vista aérea da sede da fazenda Santa Teresa, Coxilha Rica, com seu complexo de mangueiras e galpões, no qual a residência do fazendeiro é o ponto central



Fonte: acervo de Ricardo Almeida.

Figura 4 – Casa sede da fazenda Cajurú, Lages, Construída em meados do século XIX



Fonte: acervo de Ricardo Almeida.

Figura 5 – Vista do Passo de Santa Vitória, junto ao rio Pelotas, divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Neste ponto fazia-se a travessia das tropas de mulas que partiam do Sul em direção à Feira de Sorocaba, durante o ciclo do tropeirismo



Fonte: acervo de Ricardo Almeida.

Figura 6 – Corredores de taipas na Coxilha Rica



Fonte: acervo de Ricardo Almeida.

Itinerário cultural da Estrada Real

Américo Antunes
Jornalista, Pesquisador e Coordenador Editorial do presente trabalho. Belo Horizonte/MG

Glauco Umbelino
Geógrafo, Colaborador na pesquisa cartográfica histórica e de geoprocessamento dos caminhos da Estrada Real. Belo Horizonte/MG

Rodrigo Carvalho
Geógrafo, Colaborador na pesquisa cartográfica histórica e de geoprocessamento dos caminhos da Estrada Real. Belo Horizonte/MG

Introdução

Este trabalho foi parte integrante de uma consultoria realizada para o Instituto Estrada Real e para o SEBRAE/MG, que teve como objetivo a reconstituição dos caminhos da Estrada Real e a análise da autenticidade dos seus traçados, com vistas ao seu reconhecimento como itinerário cultural brasileiro e mundial. Na primeira etapa do trabalho, foi feita uma revisão bibliográfica e foram consultados mapas históricos da região. Na segunda etapa, foi realizada a pesquisa de campo e o registro fotográfico, com o intuito de mapear os remanescentes dos caminhos da Estrada Real, como trechos calçados, pontes e antigos registros fiscais criados pela administração colonial, os núcleos urbanos, santuários e edificações históricas.

Paralelamente a estas ações, foi desenvolvida a pesquisa e inventário dos acervos históricos, culturais e naturais existentes e/ou protegidos ao longo dos denominados Caminhos Velho, Novo e dos Diamantes da Estrada Real, em consonância com os modelos de ficha adotados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em outra frente, avançou-se no estudo do conceito de paisagens culturais como produtos culturais resultantes da ação do homem sobre o meio ambiente e, com este corte conceitual, adotado pela UNESCO em 1992, avançou-se na análise da Estrada Real sob a perspectiva do olhar geográfico, o que possibilitou a associação no território dos conjuntos urbanos e paisagísticos de cidades, monumentos históricos isolados, obras artísticas e manifestações culturais

seculares a partir de um fato constitutivo excepcional: a descoberta de imensas jazidas de ouro e diamantes no interior da América portuguesa na virada do Século XVIII.

Constatou-se que a região de abrangência da Estrada Real nos Estados de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo reúne um enorme patrimônio histórico/cultural e ambiental, fundamental para a compreensão dos processos envolvidos na ocupação e apropriação do território do Centro-Sul do Brasil. O conhecimento das vias e rotas que possibilitaram esta ocupação/apropriação torna-se, portanto, decisiva para a implementação de políticas que visem à preservação, a recuperação e a conservação deste patrimônio, sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

Abertos na corrida do ouro e dos diamantes da virada do Século XVII, os caminhos da Estrada Real foram rotas primordiais de abastecimento, comércio e intercâmbio cultural do sertão das minas gerais com o Rio de Janeiro, Salvador, na Bahia, e Portugal, bem como com o Sul da então colônia brasileira. Pelos caminhos do Rio de Janeiro, as riquezas minerais eram escoadas para Lisboa e transitavam tropas carregadas de toda sorte de produtos, sobretudo europeus, entre os quais vinhos, bacalhau, azeite, roupas, ferramentas de ferro, armas e pólvora. Por sua vez, pelos caminhos da Bahia chegavam às minas de ouro produtos da terra, como mandioca, milho, gado, cachaça, fumo, sal e peixe salgado, enquanto que pelos caminhos dos tropeiros ao Sul transitavam os carregamentos de carne seca e charque e as tropas de muares, adquiridas na feira de Sorocaba, que seriam empregadas na mineração e nos transportes.

O presente trabalho, Itinerário Cultural da Estrada Real, resgata a importância histórica e cultural destes antigos caminhos coloniais.

Metodologia do trabalho

Para que a concretização desse trabalho fosse possível, foi necessário um levantamento minucioso de mapas históricos que abrangessem a região estudada, assim como a aquisição de fontes de dados espacializados da Estrada Real que pudessem servir de arcabouço para a estruturação da metodologia.

No Brasil, as fontes de dados espacializados em escala interestadual ainda são escassas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é a instituição pública que produz a maior quantidade de dados com abrangência nacional, com confiabilidade e com periodicidade de atualização.

Como a região analisada abrange os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, outras instituições, como prefeituras, secretarias estaduais de cultura, meio ambiente e seus órgãos vinculados foram também acionados, visando à obtenção de informações com um maior nível de detalhamento.

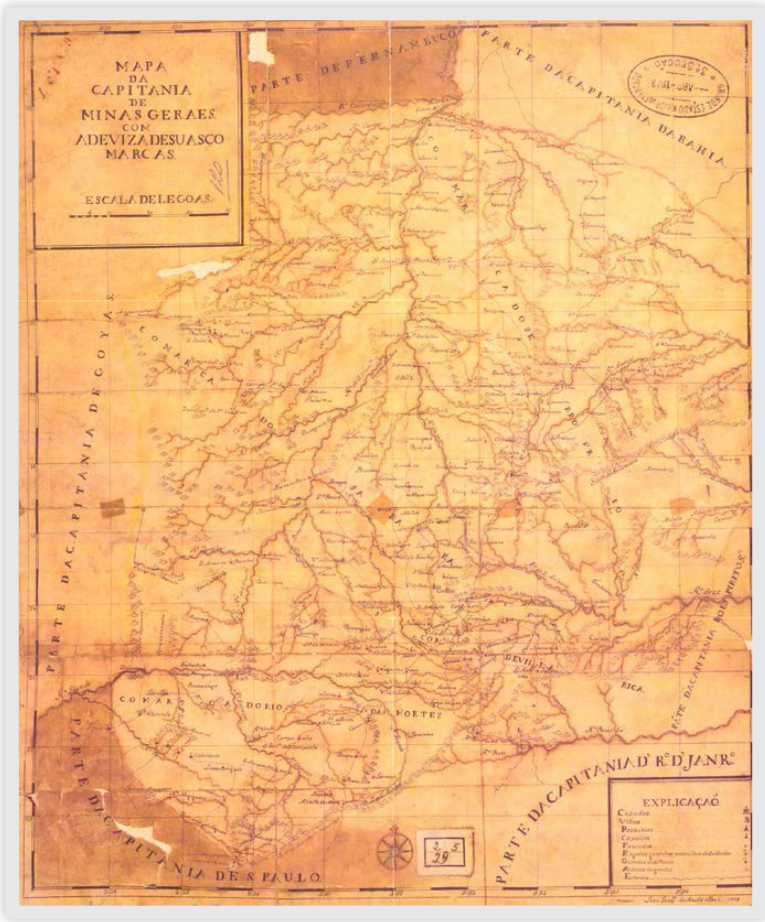
Espacialização de mapas antigos

Nesta etapa foram analisados somente mapas históricos do século XVIII que apresentavam algumas indicações de traçados da Estrada Real, como o elaborado pelo Padre Jacobo Cocleo, hoje guardado na Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército Brasileiro (COCLEO, 1700). A preocupação existente durante a escolha do mapa foi a de trabalhar sobre um documento que pudesse transmitir com clareza as informações existentes e que fosse dotado, também, de registros relacionados às operações cartográficas de orientação, projeção e expressão gráfica.

Devido à alta precisão e riqueza de informações, foi escolhido o mapa da Capitania de Minas Gerais (Figura 1), de 1778, elaborado pelo engenheiro militar português José Joaquim da Rocha e publicado em seu livro Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais (ROCHA, 1995). José Joaquim da Rocha fez um mapa geral para a capitania, com a divisa de suas quatro comarcas, e posteriormente elaborou um mapa para cada uma delas, em um nível maior de detalhamento, em que identificou vilas, arraiais, paróquias, igrejas, fazendas, tribos indígenas, cursos d'água, serras e fundos de vale, entre outras informações.

Após levantamento bibliográfico, foi verificado que uma versão similar do referido mapa já tinha sido anteriormente trabalhada por Castro et al (2006). Estes autores tiveram o mérito de converter o meridiano utilizado pelo cartógrafo (Ilha do Ferro) em um meridiano atual (Greenwich), mas em contrapartida, com a metodologia adotada, as únicas partes realmente georeferenciadas do mapa foram os meridianos (longitude) e os paralelos (latitude). As demais feições do mapa de José Joaquim da Rocha, que interessavam para o presente trabalho, como as localidades, os cursos d'água e os caminhos, não puderam ter suas coordenadas geográficas extraídas, dado que a metodologia citada não georeferenciava as áreas do antigo mapa que não estivessem sob esses paralelos e medianos.

Figura 1 – Mapa do José Joaquim da Rocha (1778)



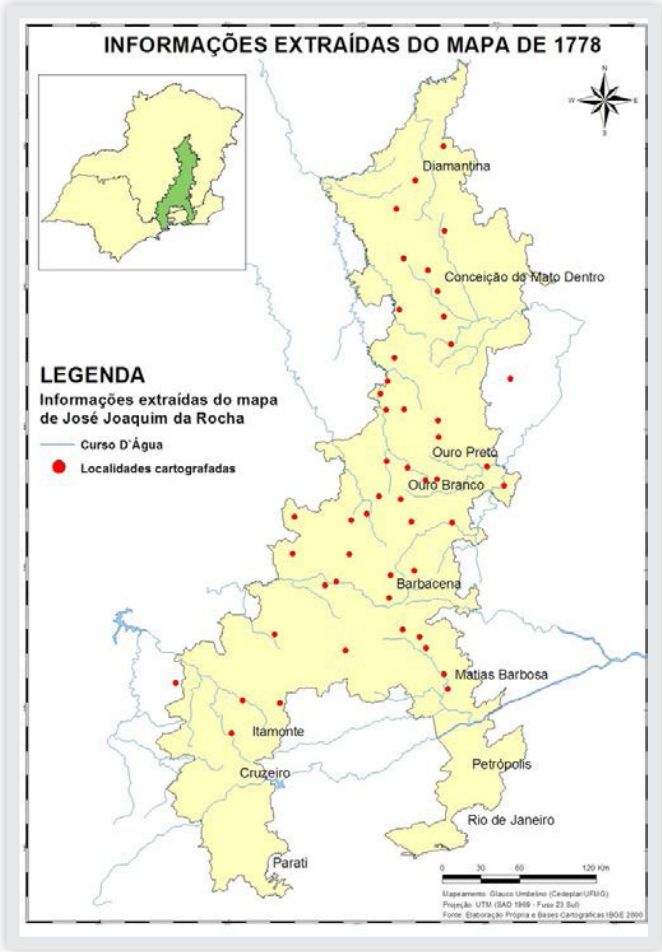
Fonte: Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais (ROCHA, 1995).

Portanto, ao invés de buscar o georeferenciamento das localidades e das demais feições existentes no mapa de José Joaquim da Rocha, a idéia adotada para a execução do trabalho foi mais simples, dividida nas seguintes etapas:

1 – Inicialmente, os topônimos existentes no mapa foram atualizados para os nomes atuais, indicados nos trabalhos de Antonil (1997) e de Márcio Santos (2001). Dessa forma, todas as localidades mencionadas no mapa que ainda existem, assim como os cursos d'água, tiveram seus nomes atualizados, tais como, por exemplo, Vila Rica, que passou a se chamar Ouro Preto, e São José Del Rei, que é a atual cidade de Tiradentes, ou o Arraial do Tijuco, hoje Diamantina;

2 – De posse das denominações atualizadas, foram consultadas as bases digitais georeferenciadas de localidades e cursos d'água fornecidas pelo IBGE e pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). No programa Mapinfo 8, foram extraídas dessas bases digitais somente os núcleos urbanos e os cursos d'água identificados no século XVIII, como mostrado na Figura 2;

Figura 2 – Georeferenciamento dos núcleos urbanos e cursos d'água mencionados

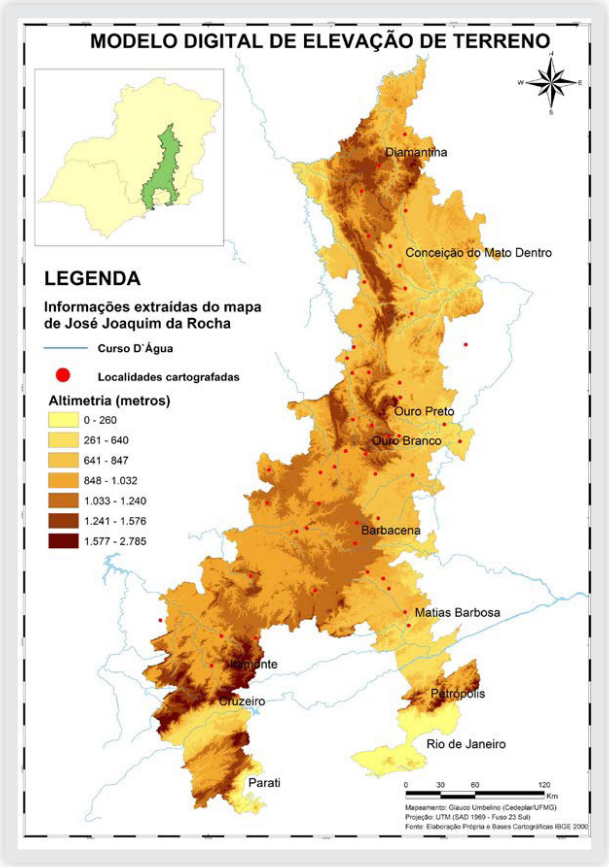


Fonte: Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais (ROCHA, 1995).

3 – Como o mapa de José Joaquim da Rocha também aponta fisionomias de relevo (como fundos de vale e topos de serra), foi necessária a criação de um modelo tridimensional de toda a área de estudo, para que fossem identificadas as morfologias de terreno existentes no referido mapa. No pro-

grama ArcMap 9, foi então gerado um Modelo Digital de Terreno, obtido com imagens radar com pixel de 90 m, feitas pela National Aeronautics and Space Administration – NASA (MOSAICO LANDSAT 7 TM, 2007) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa (MOSAICO SRTM, 2007), tornando assim possível a identificação da morfologia apontada no mapa histórico, como demonstrado na Figura 3;

Figura 3 – Modelo tridimensional da região analisada

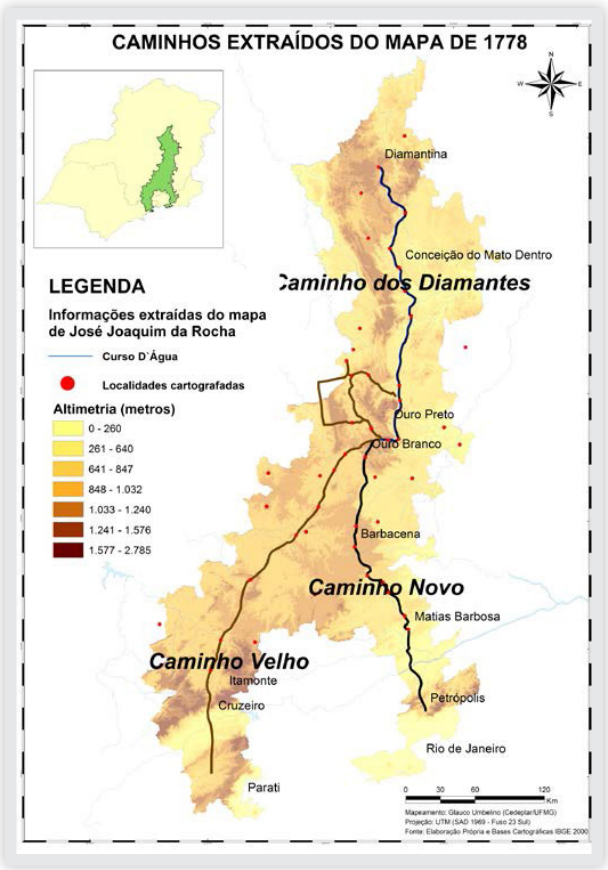


Fonte: Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais (ROCHA, 1995).

4 – A associação das variáveis localidades, cursos d'água e morfologia permitiu a reconstituição dos traçados da Estrada Real apontados por José Joaquim da Rocha em 1778; o que deixou evidente que em seu mapa os caminhos eram prioritariamente realizados pelas vias de circulação mais fácil, como os fundos de vale e os topos de serra.

Como fontes secundárias de informação cartográfica foram utilizadas as bases georeferenciadas de municípios, sedes municipais, distritos, vegetação, rodovias e cursos d'água, obtidas junto ao IBGE e as bases de unidades de conservação obtidas junto ao Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA). O resultado final obtido nessa etapa é mostrado na Figura 4.

Figura 4 – Feições georeferenciadas a partir do mapa de José Joaquim da Rocha



Fonte: Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais (ROCHA, 1995).

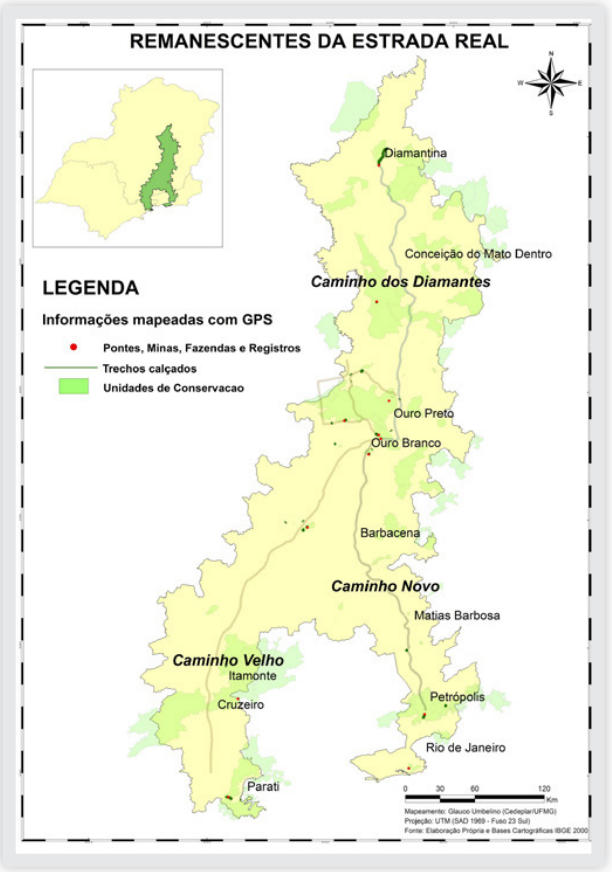
Georeferenciamento dos remanescentes

Nesta etapa foram realizadas pesquisas de campo em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo georeferenciados os remanescentes encontrados, tais como trechos calçados, pontes, minas, fazendas históricas e registros de fiscalização. As informações foram coletadas com o uso de um GPS

Garmin 76CSx, que fornece coordenadas com precisão de até dois metros em locais abertos ou fechados, com matas densas. O procedimento utilizado para mapear cada remanescente foi o de coleta da coordenada geográfica de feições pontuais (pontes, minas, fazendas, registros e centros de núcleos urbanos) e o de marcação de trilhas para os trechos calçados, com o registro das coordenadas dos pontos, o inicial e o final.

A partir da junção dessas informações, foram identificados *50,5 quilômetros* de extensão não linear dos caminhos, divididos *em 29 seções* que revelam calçamentos, pontes de pedra, sistemas de drenagem de água, muros de contenção e outras construções, como pode ser observado na Figura 5. Ao fundo desta figura também podem ser observados os caminhos de 1778, que se localizam próximos às áreas georeferenciadas.

Figuras 5 – Remanescentes da Estrada Real mapeados em campo



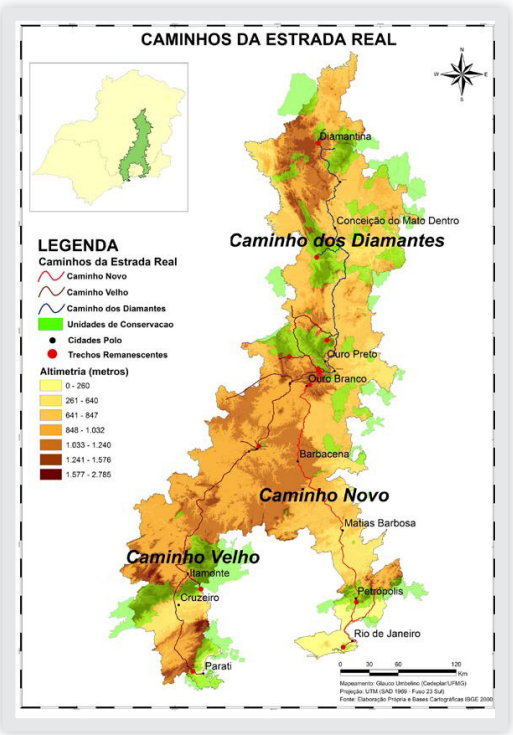
Fonte: Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais (ROCHA, 1995).

Esse mapeamento detalhado permitiu que os Caminhos Novo, Velho e dos Diamantes da Estrada Real fossem reconstituídos com o máximo de precisão, indicando traçados quase inalterados em relação ao mapa histórico de José Joaquim da Rocha; o quê comprova a lógica da marcha da ocupação colonial, sempre em busca dos fundos de vale, seguindo o curso dos rios e orientando-se pelas serras. Vale ressaltar que a grande maioria dos remanescentes está inserida em parques e reservas federais, estaduais e/ou municipais; o quê facilita sua preservação, dado que grande parte das antigas estradas deu lugar às ferrovias e rodovias atuais ou sucumbiu diante do avanço de agricultura e da pecuária.

Junção das informações

Nesta etapa foram compiladas e relacionadas todas as informações coletadas em campo e as de gabinete. Registre-se, ainda, que a completa execução do projeto só foi possível pela associação da cartografia histórica às técnicas de geoprocessamento - fundamental para o resgate dos traçados originais da Estrada Real.

Figura 6 – Caminhos da Estrada Real



Fonte: Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais (ROCHA, 1995).

O primeiro passo adotado para a reconstituição dos caminhos foi o de assumir como autênticos todos os trechos do século XVIII mapeados em campo que, em seguida, foram sobrepostos aos traçados apontados no mapa de José Joaquim da Rocha (Figura 4). Com a junção dessas duas informações distintas, foi verificada uma elevada simetria entre as duas bases, que foram então agregadas em um só arquivo no programa MapInfo 8; o quê possibilitou a reconstituição desses caminhos, como apresentado na Figura 6.

Comprovada a autenticidade, constatou-se que o comprimento total identificado nas três rotas da Estrada Real é de *1.793* quilômetros. A extensão da via mais antiga, o Caminho Velho e de suas vias subsidiárias, é de *898* quilômetros. Por sua vez, a extensão do Caminho Novo e de suas vias subsidiárias é de *467* quilômetros, enquanto que a do Caminho dos Diamantes é de *428* quilômetros (UMBELINO e ANTUNES, 2007).

Inventário de conhecimentos

As fichas do inventário de conhecimento dos remanescentes foram baseadas em um modelo disponibilizado pela Diretoria do Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN. Devido às características inéditas do trabalho, elas foram adaptadas às demandas específicas do projeto, incluindo a localização no mapa do trecho pesquisado em cada um dos caminhos da Estrada Real; as coordenadas geográficas, a extensão do trecho, a altitude máxima e mínima, e esferas de tombamento. O mesmo foi adotado em outros bens pesquisados em campo, como pontes, remanescentes de mineração e edificações antigas.

Destaque também foi dado ao registro fotográfico, visto que boa parte dos remanescentes pesquisados não havia sido ainda objeto de pesquisa desta natureza e profundidade. Ao todo, foram processadas *29* fichas de trechos remanescentes nos três caminhos indicados da Estrada Real; *5* fichas de antigas pontes, incluindo o complexo de pontes e bueiros entre Ouro Preto e Ouro Branco; *11* fichas de edificações remanescentes; e *9* fichas de minas de ouro e/ou de ruínas das primeiras siderúrgicas fundadas na região no início do século XIX.

A Superintendência do IPHAN em Minas aportou ao projeto, por sua vez, informações, mapas antigos e perímetros protegidos nos núcleos urbanos tombados em nível nacional, bem como informações sobre o patrimônio imaterial, com foco na musicalidade.

Relação de Bens Tombados

A relação de bens tombados nos municípios da Estrada Real teve como fonte os Livros de Tombos do IPHAN, os arquivos de órgãos de pro-

teção ao patrimônio histórico nos Estados e Municípios. Nas três esferas, foram selecionadas apenas as propriedades relacionadas ao ciclo do ouro e dos diamantes, cuja construção remonta ao século XVIII e início do XIX. Além da pesquisa de gabinete, as informações foram checadas junto às prefeituras.

Com tombamento federal, foram identificados *193* bens culturais protegidos em *35* municípios, sem contar propriedades que integram os conjuntos urbanos e paisagísticos tombados em oito cidades dos três caminhos estudados - Ouro Preto, Diamantina, Serro, Paraty, Tiradentes, São João Del Rei, Congonhas e Mariana. Já com tombamento estadual, foram computadas *61* propriedades em *37* cidades e, em nível municipal, *104* bens em *45* municípios. Tais indicadores revelaram, portanto, que é elevado o grau integridade e de proteção ao patrimônio cultural na região da Estrada Real.

Por sua vez, a relação de bens naturais que integram a relação foi obtida em diversas fontes de pesquisa, como o IBAMA, o IEF/MG e o IBGE, entre outras. Também neste caso as informações foram checadas junto às administrações das unidades de conservação. Nas esferas federal, estadual e municipal foram identificadas *107* unidades de conservação ambiental que abrangem nada menos do que *17%* dos *76.608* quilômetros quadrados da área da Estrada Real – um índice muito superior ao do Brasil, onde o percentual de proteção não chega a 9% do território.

Importância histórica da Estrada Real

Na frente de pesquisa histórica, a execução do projeto procurou desvendar a importância da Estrada Real como vias estratégicas para a ocupação da América portuguesa e que pontuaram o interior de núcleos urbanos em pouco mais de três décadas, no início do século XVIII, conformando os traços e as fronteiras do território. Além da sua importância para a formação do Brasil, a Estrada Real foi um dos vértices do triângulo comercial intercontinental entre a Europa, a América e a África. Por estas vias, o ouro e o diamante brasileiro foram exportados para a Europa. Por elas, chegavam às minas a mão-de-obra de milhares de escravos arrancados da África, alimentos e produtos de consumo para a crescente população de mineiros, além de sofisticados produtos europeus.

Constata Renger (2007), que o surgimento das “estradas reais” em Minas Gerais é uma decorrência natural da descoberta do ouro no final do século XVII e, depois, dos diamantes, com a consequente inserção dessa parte do “sertão interior” na política fiscal exercida pela coroa portuguesa. Fruto

disso, os caminhos do ouro e dos diamantes teriam papel estratégico para o povoamento e a colonização do Centro-Sul brasileiro.

A vastidão do território e a facilidade para o contrabando das riquezas minerais levaram a coroa a instituir caminhos oficiais de circulação de pessoas e mercadorias, para fins de controle e fiscalização. Ao longo dos caminhos oficiais, denominados então "estradas reais", foram instituídos registros e postos para a cobrança de pedágios e direitos de entrada. Os vestígios de alguns deles ainda hoje podem ser contemplados, assim como trechos calçados, localizados, sobretudo nas serras, onde a passagem de viajantes, comboios de escravos e tropas era mais difícil nos períodos de chuva.

Como afirmam Cunha e Godoy (2003, p. 29), a economia mineradora foi responsável pelo primeiro movimento de articulação macrorregional no território da colônia. Promoveu um acelerado adensamento populacional, urbanização e a diversificação e dinamização da economia colonial. Em função da grande demanda dos núcleos mineradores, configurou-se um circuito interno de abastecimento de alimentos e mercadorias diversas no interior da colônia (que, inclusive, extravasava os limites do atual Estado de Minas Gerais). Por esta ótica, a Estrada Real deve ser entendida como uma extensa e dinâmica malha viária - e não uma rota única como o nome, no singular, pode sugerir, pois muitos trechos foram importantes somente em determinados momentos, sendo substituídos gradualmente por trechos mais funcionais e transitáveis.

O projeto de desenvolvimento turístico da Estrada Real, criado através da Lei Estadual nº. 13.173/99, considera que ela engloba "os caminhos e suas variantes construídos nos séculos XVII, XVIII e XIX, no território do Estado". Desde a criação do Instituto Estrada Real, em 1999, o conceito deixou de ter uma conotação fiscal e tornou-se "quase sinônimo do riquíssimo acervo de patrimônio cultural e natural de bens tangíveis e imateriais ao longo dos antigos caminhos que ligam as áreas de mineração ao litoral fluminense" (RENGER, 2007, p. 136).

Foram incluídos no projeto de desenvolvimento turístico da Estrada Real os chamados Caminho Velho, Caminho Novo e Caminho dos Diamantes, que são os eixos principais da Estrada Real, pois ligavam as cidades de maior importância da rota durante o ciclo do ouro e dos diamantes, como pode ser verificado na Figura 7, elaborada pelo Instituto Estrada Real em 1999.

Figura 7 – Localização do eixo turístico da Estrada Real



Fonte: Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais (ROCHA, 1995).

Antes do descobrimento das minas, o chamado Caminho Geral do Sertão (ou Caminho dos Paulistas) era a única via de ligação de São Paulo com o território que corresponde hoje a Minas Gerais (RENGER, 2007, p. 136). Foi aberto pelos bandeirantes paulistas (que muitas vezes utilizavam antigas trilhas indígenas), primeiramente visando ao aprisionamento de indígenas e, em seguida, à busca do ouro. Esse caminho encontrava-se com a rota que partia de Paraty em direção à Vila Rica (atual Ouro Preto) na altura de Taubaté, percurso este que ficou conhecido como Caminho Velho, pois foi o primeiro a ser utilizado com o descobrimento das minas.

Em 1698, o governador da Capitania do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes propôs a Dom Pedro II a abertura do Caminho Novo, ligando

as Minas dos Cataguases diretamente ao Rio de Janeiro; o quê diminuiria consideravelmente o tempo de viagem (RENGER, 2007, p. 130). A sugestão foi acatada e Garcia Rodrigues Paes, filho do bandeirante Fernão Dias Paes, foi encarregado do empreendimento. Por volta de 1720, a coroa portuguesa determinou a exclusividade do tráfego por essa rota. Foi proibido assim o tráfego pelo Caminho Velho e a passagem pelo tradicional Caminho da Bahia ou "dos Currais", para impedir a sonegação e o contrabando no sertão do rio São Francisco. Além disso, foi criada em 1720, a Capitania de Minas Gerais, desmembrada de São Paulo, fato motivado pela região das minas contar com certa autonomia administrativa (GUERRA; OLIVEIRA; SANTOS, 2003, p. 8).

O chamado Caminho dos Diamantes era o caminho oficial, instituído pela coroa e que ligava Ouro Preto ao Distrito Diamantino. Segundo Guerra, Oliveira e Santos (2003, p. 13), após a descoberta do diamante na região da Comarca do Serro Frio e do Arraial do Tijuco, atual Diamantina, esse caminho tornou-se "uma das vias regionais mais destacadas, senão a mais, da capitania".

Conforme informações do Instituto Estrada Real, o projeto turístico da Estrada Real atualmente possui cerca de 1,8 mil quilômetros de extensão e abrange um total de 188 municípios. Destes, 162 localizam-se em Minas Gerais, 11 estão no Rio de Janeiro e 12 pertencem ao Estado de São Paulo (UMBELINO; ANTUNES, 2007).

A Lista Indicativa

A Lista Indicativa da Estrada Real foi elaborada de acordo com o modelo de solicitação adotado pelo Comitê do Patrimônio Mundial. Além da indicação do nome da propriedade, coordenadas geográficas, país e estados que abrange, o modelo demanda uma descrição dos bens indicados; critérios em que a indicação é proposta; declaração de autenticidade e integridade; e comparativo com propriedades similares já inscritas na Lista da UNESCO.

Na descrição da Estrada Real, optou-se por uma breve síntese histórica da formação dos caminhos no processo de interiorização da colonização portuguesa desde o descobrimento, destacando-se a importância da descoberta das riquezas minerais para a sua consolidação na virada dos XVII. Na seleção das propriedades que ilustram a paisagem cultural da Estrada Real trabalhou-se em alguns eixos temáticos (remanescentes de caminhos - inseridos em unidades de conservação ambiental - e da mineração, conjuntos urbanos tombados e santuários, entre outros), sem a nominação das propriedades; o quê deverá ser objeto do dossiê.

Na avaliação e justificativa de valor excepcional e universal, a indicação dos caminhos do ouro e dos diamantes foi proposta segundo disposto em quatro dos dez critérios adotados pela UNESCO, a saber: (ii) "exibir um intercâmbio importante de valores humanos, ao longo de determinado período ou dentro de uma área cultural do mundo, a respeito de desenvolvimentos em arquitetura ou tecnologia, artes monumentais, urbanismo ou projeto de paisagem"; (iv) "ser um exemplo excepcional de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (a) fase(s) significante(s) na história humana"; (vi) "ser associada de modo direto ou tangível com eventos ou tradições vivas, com idéias, ou com crenças, com trabalhos artísticos e literários de significado universal excepcional"; e (vii) "abranger fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética". A justificativa para cada um dos critérios encontra-se na proposta de Lista Indicativa da Estrada Real, encaminhada ao IPHAN em 2009.

Na declaração de autenticidade, fez-se um breve registro, a partir de relatos de viajantes, de autoridades, testemunhos e códices, da evolução dos conhecimentos sobre a região. Uma outra vertente do estudo de autenticidade descrito na Lista Indicativa foi, por sua vez, a cartografia histórica do território e o seu geoprocessamento, conforme metodologia apresentada anteriormente.

Já na avaliação de integridade, destacou-se o fato de que a região da Estrada Real abriga um dos maiores acervos do patrimônio cultural brasileiro, sendo que três deles já integram a Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO – a cidade histórica de Ouro Preto (1980); o Santuário de Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas (1985); e o centro histórico de Diamantina (1999). Em nível ambiental, a região possui uma das maiores áreas protegidas do país, cujas unidades integram duas Reservas Mundiais da Biosfera, do programa MAB da UNESCO, a da Mata Atlântica (1992) e a do Espinhaço (2005).

Por fim, a Lista Indicativa da Estrada Real procurou estabelecer paramentos de comparação, sobretudo com os caminhos de Santiago de Compostela, na Espanha e na França, já inscritas na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

Conclusão

O interesse pelo patrimônio histórico e natural e pelos antigos caminhos que, entre os séculos XVI e XVIII, permitiram a ocupação e a formação do Brasil que conhecemos hoje, é um contraponto à globalização e à massificação cultural que relevam o passado e a importância das raízes históricas como

bases da identidade cultural. É nesta contracorrente que o estudo das rotas coloniais ganhou força nos anos de 1990, trazendo importantes diferenciais.

Em primeiro lugar, os caminhos antigos potencializam processos regionais, em que o resgate de identidades culturais entrelaça os núcleos urbanos em uma visão global da ocupação do território, a partir do olhar geográfico. Por outro lado, eles trazem como diferencial uma visão dinâmica do patrimônio, com a vinculação dos elementos históricos à natureza, aos cursos d'água, às montanhas e florestas.

Em segundo lugar, o resgate dos caminhos históricos oferece alternativas menos rígidas para a identificação de categorias de bens que podem revelar-se, assim, como de fato são: grupos associados de conjuntos urbanos e de monumentos e edificações, rotas e itinerários culturais e/ou, ainda, paisagens culturais, fruto da ação do homem sobre a natureza em um determinado momento histórico. Nesta direção apontou o IPHAN, ao adotar recentemente uma nova categoria de proteção aos patrimônios culturais brasileiros, a da chancela da paisagem cultural.

O Itinerário Cultural da Estrada Real é por si só uma demonstração prática inequívoca das potencialidades desta nova abordagem. O fato constitutivo dos caminhos, a descoberta das riquezas minerais; o modo produtivo, a mineração. Os caminhos, em si, meios de intercâmbio comercial, de idéias, valores e culturas, presentes ainda hoje tanto nos patrimônios culturais materiais – e naturais - quanto imateriais herdados, cujo valor universal e excepcional, autenticidade e integridade estão fartamente comprovados.

Neste sentido, este trabalho constituiu uma contribuição para um melhor conhecimento sobre os caminhos da Estrada Real, ao revelar a autenticidade dos seus traçados em um nível inédito de detalhamento. Além disso, os mapas resultantes constituem importantes documentos de consulta e de referência e podem ser utilizados em diversas áreas do conhecimento pelos estudiosos do assunto.

Embora as ações propostas de chancela do Itinerário Cultural da Estrada Real pelo IPHAN e de sua inclusão na Lista Indicativa do Brasil ao Patrimônio Mundial da UNESCO não tenham tido curso nos últimos quatro anos, o projeto continua atual, tanto pela sua inédita metodologia, quanto por apontar novos horizontes para a proteção do patrimônio cultural e natural.

Referências

ANTONIL, J. André. *Cultura e Opulência do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

BARREIROS, Eduardo C. *Episódios da Guerra dos Emboabas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CÂMARA, G, FREITAS, U. Perspectivas em Sistemas de Informação Geográfica. São José dos Campos: INPE, 1997. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/fatorgis95.pdf>. Acesso em: 27 set. 2006.

CARRARA, Ângelo A. *As Minas e os Currais:* Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

CASTRO, J. et al. Visualização cartográfica dos mapas de Minas Gerais dos setecentos e oitocentos: em destaque as bases urbanas. Seminário Latino-Americano de Qualidade de Vida Urbana, 7, 2006. Belo Horizonte. *Anais Eletrônicos*... Belo Horizonte: Puc-Minas, 2006. Disponível em CD-ROM.

COCLEO, P. J. *Mappa da Maior Parte da Costa e Certão do Brazil.* Pe. Cocleo, 1700. Mapoteca do Arquivo do Estado Maior do Exército – Brasil.

CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas da América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 1999.

COSTA, Antônio G. *Cartografia da Conquista Território das Minas.* Belo Horizonte: Ed. da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

CUNHA, A.; GODOY, M. O espaço das Minas Gerais: Processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. Congresso Brasileiro de História Econômica, 5, 2003. Caxambu. *Anais Eletrônicos*... Caxambu: ABPHE, 2003. Disponível em: <http://econpapers.repec.org/paper/abphe2003/007.htm>. Acesso em: 12 fevereiro. 2008.

DAVIS, C.; FONSECA, F. *Introdução aos Sistemas de Informação Geográficos.* Belo Horizonte: Departamento de Cartografia/UFMG, 2001.

GUERRA, A.; OLIVEIRA, E.; SANTOS, M. *Estrada Real – Análise crítica das políticas de exploração turística da Estrada Real adotadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais no período de 1999 a 2003*. 2003. 57 p. Monografia (Especialização em Turismo) – Curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável, IGC Belo Horizonte UFMG, 2003.

HOLANDA, Sérgio B. *Caminhos e Fronteiras.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KNIVET, Anthony. *As Incríveis Aventuras e Estranhos Infortúnios de Anthony Knivet.* Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MENEZES, P. et al. Evolução do Centro do Rio de Janeiro sob uma Visão Cartográfica. Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2, 2007. Lisboa. *Anais Eletrônicos*... Lisboa: IGEO, 2007. Disponível em: <http://www.igeo.pt/servicos/CDI/simposio/IISimposioLBCH_files/PauloLealdeMenezes.pdf>. Acesso em 08 fevereiro, 2008.

MONMONIER, M. *Cartographies of danger*: mapping hazards in America. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

RENGER, F. A origem histórica das estradas reais nas Minas Setecentistas. In: Resende, M.; Villalta, L. (Org.). *História de Minas Gerais:* as Minas Setecentistas 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 127-137.

RIBAS, Marcos C. *A História do Caminho do Ouro de Paraty* Paraty: Contest Produções Culturais, 2003.

ROCHA, J. J. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição Geográfica, Topográfica, Histórica e Política da Capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

SANTOS, Márcio. *Estradas Reais:* Introdução ao Estudo dos Caminhos do Ouro e do Diamante da Estrada Real no Brasil. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.

SANTOS, M.; FURTADO, Júnia F.; ANTUNES, A, et al.. Caminhos Antigos & Estrada Real. *Revista História Viva*. São Paulo: Edição Temática n. 4, 2006.

SANTOS, M. et al. *Minas Gerais em Mapas. Documentos dos períodos Colonial, Reino Unido e Imperial.* Catálogo do Acervo do Centro de Referência em Cartografia Histórica. Diamantina: Instituto de Geociências, Instituto Casa da Glória, UFMG, 2003.

SANTOS, M.; MENEZES, P.; COSTA, G. Geo-referenciamento de mapas históricos: Finalidades e procedimentos. In: *Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2, 2007. Lisboa*. Anais Eletrônicos... Lisboa: IGEO, 2007. Disponível em: <http://www.igeo.pt/servicos/CDI/simposio/IISimposioLBCH_files/MarciaSantos2.pdf>. Acesso em: 08 fevereiro 2008.

UMBELINO, G.; ANTUNES, A. Uso da cartografia histórica para a reconstituição dos Caminhos da Estrada Real – Brasil. Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2, 2007. Lisboa. *Anais Eletrônicos*... Lisboa: IGEO, 2007. Disponível em: <http://www.igeo.pt/servicos/CDI/simposio/IISimposioLBCH_files/GlaucoUmbelino.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2008.

Fontes documentais

MOSAICO SRTM (modelo digital de terreno). MIRANDA, E. (Coord.). Brasil em Relevo. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>. Acesso em: 5 jun. 2007.

MOSAICO LANDSAT 7 TM composição RGB (742) de 2000. Fonte: National Aeronautics and Space Administration (NASA). Disponível em <https://zulu.ssc.nasa.gov/mrsid>. Acesso em: 1 setembro. 2007.

UNESCO. Convenção sobre o Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. UNESCO. Paris, 1972.

UNESCO. Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial. UNESCO. Paris, 2005.

UNESCO. Listas Indicativas dos Estados Parte, em conformidade com o texto revisado das Diretrizes Operacionais. UNESCO. 2005.

12. TROPEIRISMO E ARQUITETURA

A Vila Tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba: aspectos socioeconômicos e arquitetura das classes dominantes (1750-1888)

Lucinda Ferreira Prestes
Drª em Arquitetura e Urbanismo, Pesquisadora e Consultora do Núcleo de Apoio à Pesquisa, Produção e Linguagem do Ambiente Construído – NAAPLAC/FAUUSPSP-Sorocaba/SP

Da busca do ouro ao primeiro trem

No fim do primeiro século após a descoberta do Brasil, os tupis-guaranis, aborígines da região, viviam nas florestas que costeavam o morro de Araçoiaba e a serra de São Francisco. Ocupavam também acampamentos às margens do rio Sorocaba, afluente do Iniambi ou Anhemby ou Tietê. Esses índios mudavam constantemente de lugar para fugir da voçoroca, desmoronamento de terra causado pela infiltração das chuvas. No próprio conteúdo da palavra Sorocaba acha-se embutido o significado: terra da voçoroca, terra que cai, que desmorona.

O primeiro português que ali chega foi em busca do ouro e das minas: é Afonso Sardinha, que descobre ferro e algum ouro de lavagem no vale das Furnas do morro de Araçoyaba. Atraído pela descoberta, D. Francisco de Souza, governador geral do Brasil, funda o primeiro povoado em Ipanema. Retorna em 1610 com mineradores e povoadores, mas, além de minério de ferro, nada mais precioso foi encontrado.

Fracassada a tentativa, os primitivos moradores descem do morro à planície e se instalam nas proximidades do rio, paragens do Itapebussu, Itapevissu ou Itavuvu. Em 1611, o pequeno vilarejo recebe o nome de São Felipe. Com esse nome provavelmente foi feita a primeira citação de Sorocaba, encontrada na *Histoire Du Nueve Monde* (1640), de Jean de Laet (Descrições das Índias – Capítulo XVII – Descrição mais particular desse Governo e da cidade de São Paulo e das ilhas adjacentes):

> [...] Aproximadamente a 30 léguas da mesma cidade de São Paulo pelo sudoeste são as montanhas de Berasucaba ou Ibiraçoiaba, abundantes em veio de ferro: não tem falta de veios de ouro que os selvagens cananeas ti-

> nham o costume de tirar. Nessas montanhas, os portugueses construíram no presente um povoado chamado São Philippe, mas que não tem grande consequência: o ribeirão Iniambi ou Anhamby alarga em sua direção e recebe vários outros riachos que desembocam nele, tanto do sudeste quanto do noroeste, e daí dizem que enfim ele vai se encontrar com aquele do Paraná: ele não é, contudo, navegável até a confluência dos dois por causa de vários acidentes.

O autor se refere a montanhas. Na realidade, porém, o nome citado diz respeito ao morro de Araçoiaba. O Iniambi ou Anhamby, por outro lado, era o Tietê, que aparece na *Carta Chorografica dos dous Certães de Tibagy e Ivay* (1770) também com o nome de Aniemby.

Nesse período de fixação do homem a terra, em torno de 1654, diversos povoados são fundados por gente bandeirante vinda da Parnahyba, foco de irradiação, e de São Paulo: Braz Teves (Braz Estêves Leme) se fixa além de Ipanema, junto à foz do Sarapuy; Baltazar Fernandes, acompanhado por grande comitiva, vem para as terras de Sorocaba, assenta lar e constrói a capela de São Bento, dando origem à vila.

Em 1661, o povoado de Itavuvu se transfere para o sítio da capela fundada por Baltazar Fernandes, com aval do governador Salvador Corrêa de Sá e Benevides. Assim, estava finalmente fixado o lugar definitivo da cidade de Sorocaba. O pequeno núcleo urbano é, portanto, fundado com anuência de um governador geral, chefe supremo da Colônia.

Durante o período das bandeiras, por volta de 1680, o sorocabano Paschoal Moreira Cabral Filho e comitiva penetram pelos vales do Paranapanema e do Iguaçu, e atravessam o Paraná, abaixo de Sete Quedas. Finalidade: *caçar* índios ao sul do Mato Grosso. As minas de ouro do Paranapanema foram descobertas em 1717, já havendo registro para pagamento de impostos em 24 minas, no mesmo rio, e em Itapetininga; no ano seguinte, são encontradas as jazidas de Coxipó, em Cuiabá. Miguel Sutil de Oliveira e os Antunes Maciel, também sorocabanos, perseguem os mesmos objetivos. Sorocabanos fundam o Mato Grosso.

A descoberta do ouro das minas nos últimos anos do século XVII impulsiona os habitantes da Vila de Nossa Senhora da Ponte para o comércio na região do novo surto: mais do que nunca, eram necessários comida e escravos negros para a empreitada exploratória. Assim, contingentes de sorocabanos partiam para se instalar também no Tijuco, norte de Minas. Mas, com a Guerra dos Emboabas, em 1709, muitos viram-se obrigados a retornar.

O transporte fluvial, quase sempre a única forma de penetrar no fechado sertão, foi responsável pela formação de grandes expedições, as chamadas

monções, *comitivas de canoas* que seguiam na direção noroeste para o Mato Grosso saindo da região de Sorocaba, através de Porto Feliz, onde o Tietê margeava o vilarejo. Alguns grupos partiam também do rio Sorocaba, em canoas fabricadas e abastecidas nos arredores do povoado, rumando para o norte. O negociante João Cabral Camelo, levando consigo seus escravos negros, que eram poucos naquelas paragens, chefiou uma dessas aventuras, em 1728, não sem antes mandar fazer resistente canoa na vila.

A região de Sorocaba aparece mapeada em desenho sem data, a nanquim e bico-de-pena, cujo original pertence à Biblioteca Mário de Andrade. Além da localização de rios e povoados próximos, nota-se a Fábrica de Ferro de Ipanema e, perto de Cerquilho, um campo de exploração de carvão, sem registro em qualquer outro documento verificado.

Em 1767, o governador geral Morgado de Mateus ordenou a construção do Iguatemi, no sul do Mato Grosso, para encarcerar paulistas faltosos e também espanhóis de Assunção que causassem problemas nas fronteiras. Os sorocabanos contribuíram com víveres e homens. Muitos morriam no exercício da dura tarefa, enquanto outros voltavam arrasados do chamado "cemitério dos paulistas, o maldito Iguatemi", segundo Aluísio de Almeida em *História de Sorocaba*.

Nenhum registro sobre a primeira expedição sorocabana ao Iguatemi foi encontrado. Mas a respeito da segunda permanece a informação de que a chefia esteve confiada a André Dias de Almeida, um dos descendentes de Baltazar Fernandes. Corria 1777, ano em que também os primeiros grupos espanhóis chegavam ao mesmo território.

A organização administrativa do povoado de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba estava a cargo de uma câmara municipal, nomeada pela primeira vez em 1662. Seus membros (dois juízes ordinários, dois vereadores e um procurador) passaram a ser eleitos trienalmente até 1829, de acordo com as Ordenações do Reino. Eram os considerados *homens bons*, detentores do dinheiro e do poder, capacitados a criar leis e a exercer funções de justiça e de polícia.

Mas a história sorocabana entra em período de real florescimento por volta de 1750, com o advento do tropeirismo e da Feira de Animais. É quando se solidifica uma comunidade que por mais de 150 anos estaria voltada para o abastecimento interno do país, numa economia prioritariamente exportadora e mercantilista.

O tropeirismo forneceu a negociantes e viajantes o único transporte terrestre possível na época: no lombo das mulas seguiam as mercadorias; sobre os cavalos, montavam as pessoas. Anualmente, durante dois ou três meses,

imensas procissões de homens e animais percorriam caminhos nem sempre hospitaleiros, em meio ao pó e à lama, na direção da festejada Feira de Animais. O intenso comércio ali celebrado até o final do século XIX acabou por determinar a configuração espacial, as particularidades físicas, econômicas e sociais da Vila Tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba.

Paralelamente, em 1765, uma incipiente indústria metalúrgica dá sinais de vida e logo desaparece em Ipanema: um pequeno engenho de ferro acaba perdendo o fôlego em pouco tempo, embora as autoridades da Colônia a contragosto permitissem o fabrico de manufaturas consideradas vitais, como as tecelagens e as fundições. Para isso, havia matéria-prima abundante e mercado interno promissor. A produção, porém, mantinha-se em nível doméstico, voltada unicamente ao consumo próprio, principalmente quanto a tecidos, para não estabelecer competição com as mercadorias portuguesas.

A tendência à expansão só dava mostras otimistas em outras localidades, sobretudo de Minas e do Rio de Janeiro. Nessas distantes regiões, já em meados do século XVIII, despontavam as primeiras manufaturas autônomas e relativamente grandes. Mas, temendo o crescimento industrial e a concorrência brasileira, Portugal proíbe em 1785 a fabricação colonial, permitindo apenas a produção de panos grosseiros destinados à sacaria e à vestimenta de escravos. Esse tipo de tecido era fabricado em Sorocaba, que, no ramo de atividade, não se viu prejudicada. No entanto, o mesmo não se pode dizer da industrialização do ferro na recém-criada companhia de Ipanema, dirigida por Domingos Ferreira Pereira em meados do século XVIII.

A perseguição da Coroa tornou-se feroz. Era extinta sem piedade qualquer manufatura que representasse concorrência à fabricação portuguesa. Alguma tolerância se fazia presente apenas em certas áreas de Minas Gerais, de fácil e abundante exploração de metais, utilizados quase exclusivamente na execução de ferramentas de baixo custo. Em contrapartida, os impostos de importação eram realmente exorbitantes. Não fosse a postura tirânica da Metrópole, provavelmente a metalurgia brasileira teria tomado extraordinário impulso. A repressão exercida era tamanha que tornava suspeito de subversão até mesmo quem conhecesse a mais rudimentar técnica de fundição.

Apesar do rígido controle português, a metalurgia obteve maior progresso que a indústria têxtil. No final do século XVIII estava francamente estabelecida, conforme Caio Prado Júnior, em *História Econômica do Brasil*. O fato fica comprovado em 1800, quando o próprio governador geral, Antônio Manoel de Mello chegou a Sorocaba acompanhado pelo químico João Manso. Sua missão: instalar a Fábrica de Ferro São João d'Ypanema, acalentado sonho de D. João, príncipe regente.

Em 1811 comparece à cidade outra importante comitiva, formada por engenheiros e técnicos suecos e da qual também faziam parte o alemão Friedrich Varnhagen e o Barão Flemming. A estrada entre São Paulo e Sorocaba, passando por São Roque, recebe melhorias e por ela segue para Ipanema uma centena de escravos. Na construção da fábrica foi empregada não só mão-de-obra escrava, mas também serviços de pedreiros especializados em trabalhos de cantaria. Muitos vinham de outras cidades paulistas, principalmente de Santos, acostumados a trabalhar com pedras no litoral. De acordo com o historiador Aluísio de Almeida, o ferro fundido no alto-forno da fábrica de Ipanema deslizou incandescente, pela primeira vez, em 1818.

Outro episódio bastante significativo na história de Sorocaba está relacionado com a Revolução Liberal de 1842. Na época, o então coronel Rafael Tobias de Aguiar rompe com o governo e chega a ser proclamado presidente da Província de São Paulo, com apoio do Regente Feijó. Neutralizado e perseguido pelo exército de Caxias, o coronel foge para as bandas do sul, disfarçado de tropeiro. No mesmo ano, a vila é elevada à categoria de cidade.

Fato econômico importantíssimo ocorreria dez anos depois, tendo como protagonista outro expoente do liberalismo, também participante da Revolução de 1842: Manoel Lopes de Oliveira. Ele é responsável provavelmente pela montagem do primeiro núcleo industrial na Província de São Paulo. Em 1852, surgiu de seus esforços a instalação da fábrica da Chácara Amarela, situada nos arredores de Sorocaba.

A indústria é precocemente instalada na cidade e a primeira é de fiação e tecelagem de algodão, sendo tocada por escravos. A segunda também do mesmo ramo, a Nossa Senhora da Ponte, fundada em 1882, foi uma das mais produtivas. Segue-se a montagem de outras fábricas.

Ainda em 1852 foi fundada também a indústria de chapéus de Antônio Rogick e Wenceslau Raszl, seguida por outras, entre elas a de cervejas. Esta tornou-se realidade por influência do grande número de imigrantes alemães, na época a maior colônia estrangeira da cidade.

O algodão era plantado e tecido na região havia muito tempo. No século XVIII, a manufatura têxtil ainda rudimentar já produzia vestimentas para os escravos, além de redes e baixeiras para os tropeiros. Hoje continua constituindo importante ramo de atividade industrial.

No relatório oficial da Província de São Paulo, publicado pelo *Almanak* em 1873, a cidade aparece como cabeça da comarca. Esta abrangia os termos de Sorocaba e São Roque. Enquanto a vila significava o núcleo urbano, o termo incorporava os arredores ou os limites do município. O termo de Sorocaba era composto por três distritos: o primeiro ia da ponte até o rio

Piragibu; o segundo, da ponte até o rio Ipanema; e o terceiro distrito era Campo Largo, atual Araçoiaba da Serra.

O relatório salienta a importância da Fábrica de Ferro de Ipanema: [...] "uma das maiores fontes de riqueza da Província e do Império, pela grande quantidade de ferro que produz, este da melhor qualidade, está situada a 2 1/2 léguas da cidade de Sorocaba, comunicando-se com esta por uma boa estrada, que a atravessa em quase toda a sua extensão, composta de pastagem."

Nessa época, já eram publicados na cidade três jornais: o *Ypanema*, o *Americano* e o *Sorocaba*. Neste trabalhava como redator principal o romancista Júlio Ribeiro, conhecido autor da obra naturalista *A Carne*, influenciada pelo francês Émile Zola.

Sorocaba, ao lado de Piracicaba, Moji-Guaçu e Jundiaí, fez parte do chamado *Quadrilátero Paulista do Açúcar*, no período que vai da segunda metade do século XVIII até meados do século XIX, quando o café passa a dominar as exportações. A cana era plantada ao norte, nas vizinhanças de Porto Feliz.

Antônio da Silva Prado, conforme salienta a historiadora Maria Theresa Schoerer Petrone na obra *A Lavoura Canavieira em São Paulo*, escreve em sua correspondência de 1817 sobre a importância que teve, para o Estado, a lavoura da cana-de-açúcar. "[...] O único lugar, ao longo do caminho para o sul, onde a cana teve certa projeção foi Sorocaba. Ali, ao que parece, desde cedo apareceram pequenas lavouras canavieiras."

A autora cita também Manuel Cardoso de Abreu, que, entretanto, não se refere a essa lavoura em 1783. Ele informava então que os habitantes viviam do fabrico de algodão, de criar animais, do ouro de faisqueira e do comércio, mas que, já por volta de 1790, havia uma cultura de cana apreciável. Existiam por essa época onze senhores de engenho. Diz Maria Theresa Petrone: "[...] na realidade, as riquezas de Sorocaba não provinham da agricultura, mas dos negócios de gado".

Itu e Campinas eram as duas maiores produtoras do Quadrilátero. De Sorocaba saía muito mais aguardente que açúcar.

As caieiras de Sorocaba também foram importantes e raras no planalto. A cal era removida de valiosas rochas da região, havendo também em Itapeva, onde a família de Cláudio de Madureira Calheiros manteve sua exploração até a segunda metade do século XIX. A produção de cal se estende até os dias atuais.

As caieiras se espalhavam pela região dos *morros*, nos arredores da cidade, e representaram importante segmento da economia sorocabana no final do século XIX, conforme relatório oficial do presidente da Província,

Elias Pacheco Chaves, em 1888. Em *Alvenaria Burguesa,* Carlos A. C. Lemos escreve:

> E no começo do século XIX já se fabricava muita cal na região de Sorocaba, às margens do rio daquele nome, principalmente na zona hoje ocupada pelo município de Votorantim. O último capitão-mor daquela cidade, na sua fazenda Itapeva, queimava muita cal, inclusive aquela fornecida às obras da igreja matriz. Essas jazidas sorocabanas proporcionaram a instalação de grandes e prósperas caieiras.

Sobre o assunto falam também relatórios oficiais da época, entre os quais o de 1888, apresentado à Comissão Central de Estatísticas, contendo dados técnicos e preciosos sobre a indústria e o comércio de Sorocaba. Foi publicado no mesmo ano e hoje pertence à coleção de obras raras da Biblioteca Mário de Andrade.

Da elaboração participaram alguns competentes profissionais, brasileiros e estrangeiros, entre eles Orville A. Derby, geógrafo e geólogo norte-americano que esteve no Brasil, primeiramente, com a Expedição Morgan. Como coordenador da Comissão do Instituto Geográfico e Geológico, foi responsável pelos levantamentos que resultaram no mapa dos arredores de Sorocaba, elaborado sob chefia do engenheiro Theodoro Sampaio. Esses ilustres personagens costumavam frequentar os salões de Dona Veridiana Prado, que promovia famosas recepções, reunindo e incentivando artistas e intelectuais em sua mansão, atualmente preservada, no bairro de Higienópolis, em São Paulo.

O mapa está contido no relatório de 1887 e foi utilizado como base pelo engenheiro alemão Carlos Schmitt no final do século XIX, contratado para implantar a estrada de ferro. Importantes informações não só geográficas, mas também socioeconômicas podem ser extraídas do levantamento.

Segundo observações de Theodoro Sampaio, havia "necessidade de encher os mapas em grande escala":

> [...] com esse intuito uma turma composta pelos engenheiros João Frederico Washington de Aguiar, como topógrafo, e Francisco de Paula Oliveira, como geólogo, embarcando em dois botes de lona desceu o rio Sorocaba, cuja planta levantou desde a cidade desse nome até a estação de Bacaetava, num percurso de cerca de 70 quilômetros, e tendo o mais satisfatório resultado.

Os relatórios de 1887 e 1888 basearam-se nos mesmos trabalhos, embora resultassem em textos diferenciados. Entre as informações de 1888,

ganha destaque a notícia de que a Feira de Animais deixara de ser realizada. Sorocaba precisava ser revitalizada e começava então a dar sinais de reflorescimento, com novos interesses econômicos. A industrialização e a estrada de ferro, permitindo a chegada de trens a partir de 1875, vão proporcionar à cidade novas feições, agora reconhecidamente um grande centro regional.

A rude sociedade do couro

Toda a existência da cidade de Sorocaba e, principalmente, suas transformações ao longo dos tempos estão vinculadas intimamente e são marcadamente dependentes de fatores econômicos. A conclusão, embora óbvia, pois trata-se do processo natural de formação dos núcleos urbanos, neste caso está acentuadamente agravada, tornando-se a razão de ser da comunidade sorocabana por muito tempo.

Tendo isto em vista, o estudo da história econômica foi um caminho percorrido com olhos atentos, mostrando-se profundamente útil e esclarecedor, imprescindível para compreender o processo de formação, entender a sociedade e, consequentemente, a produção de sua arquitetura.

No período estudado – séculos XVIII e XIX – a economia dominante no país era a mercantilista, fornecedora de matérias-primas e alguns outros produtos para o mercado consumidor europeu, primeiramente por intermédio de Portugal.

O comércio urbano local, desenvolvido entre as vilas, estava, indiretamente, também voltado para o mercado externo e foi fator de grande repercussão na economia interna do país, ditando as regras para a produção e o abastecimento que manteria o mercado interno bastante ativo.

Parte das transações comerciais que supririam as necessidades internas do país teve em Sorocaba o seu palco principal com o comércio do gado vacum, muar e cavalar, desempenhando importante papel na economia de abastecimento interno.

Representou um segmento significativo da economia colonial mercantilista, embora não muito evidente, sendo dependente, secundário e subsidiário à economia colonial exportadora. Na Colônia e no Império, a pecuária foi imprescindível como fonte de alimentos, mas através do gado muar viabilizou o transporte terrestre de mercadorias e também de pessoas, praticamente até a chegada da estrada de ferro.

Ao longo deste relato, percebe-se que será a busca de riquezas através do comércio que prevalecerá e orientará as sucessivas mudanças decorrentes de diferentes fatores que foram se sucedendo no pequeno povoado.

O tropeirismo foi o ciclo econômico mais influente e foi analisado, concomitantemente, com a história de Sorocaba, sendo que nele as determinantes geográficas são causas evidentes e pré-requisitos necessários para os acontecimentos, pois a vila localizava-se, privilegiadamente, numa encruzilhada de rotas indígenas. As trilhas dos índios eram caminhos abertos com a sabedoria daqueles que detinham o conhecimento da terra e, sabidamente, foram muito utilizadas pelos colonizadores, bandeirantes e tropeiros.

Por outro lado, a sociedade colonial paulista teve características bastante diversas se comparadas com as de outras regiões brasileiras. É fruto de condições próprias do planalto piratiningano. As terras dos senhores de engenho do litoral nordestino não são as mesmas daqui. A aparente sensação de estabilidade e a permanência determinadas por essa estrutura de produção não fizeram parte do cotidiano paulista. Aqui reinou, por longo tempo ainda, algumas características da primeira época, como a instabilidade e imaturidade e entre elas o isolamento, o meio físico e a relação social, pouco comentadas, mas, certamente, preponderantes na portentosa mistura ou mestiçagem de raças.

O fator cultural foi a grande determinante que proporcionou a vocação do caminho, que convida ao movimento dos grandes percursos. Os caminhos coloniais foram quase sempre, ou mesmo sempre, feitos em cima de trilhas indígenas. Eram os caminhos naturais, daqueles que possuíam o conhecimento empírico dos acidentes geográficos. O português, através da mestiçagem, torna-se maleável e absorve esses conhecimentos, para empregá-los em suas jornadas. E verifica-se que é incrível a capacidade de locomoção dos paulistas. No entanto, a mobilidade é fruto da impossibilidade de se tornarem grandes senhores de engenho: terras insuficientes e ruins, difícil comunicação com a metrópole e incapacidade dos índios escravizados de se adaptarem a esse trabalho.

A sociedade do Planalto desenvolve-se em outras bases, "com mais liberdade e abandono, misturando-se à terra". A colonização "se faz com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, e ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio". Essa frase lapidar de Sérgio Buarque de Holanda determina e explicita a formação do povo paulista, que foi magnificamente ilustrada por Hércules Florence, em 1831, na figura do *Caipira Paulistano*, nos dizeres "Independência e Liberdade, ou Morte". Como contraponto, no ano seguinte, ele retrata a Guarda Nacional, apelidada *a briosa*.

Na atividade econômica mais significativa, o tropeirismo, havia os capitalistas e financiadores, sendo alguns representados por fazendeiros e ar-

rematadores de impostos dos Registros de Animais; os intermediários como os agentes comerciais e até os simples tocadores de tropas que tomavam emprestado o dinheiro para financiar a aquisição de tropas no sul. Isso sem contar com as atividades tradicionais dos sitiantes de roças, plantadores de alimentos e algodão, dos pequenos engenhos de açúcar, que não foram de grande importância, pertencendo ao Quadrilátero Paulista do Açúcar, e com a produção de manufaturas ligadas à pecuária. Antes disso, o bandeirantismo teve, sem sombra de dúvidas, na busca do ouro, da pedra preciosa e do aprisionamento dos índios o seu escopo primordial.

À consideração de que foi sempre a busca de mercadorias comercializáveis o motivo principal dessas grandes peregrinações, deve-se ressaltar o papel secundário que representou o alargamento das fronteiras portuguesas, pois este foi consequência e não causa de uma pressuposta intenção comercial.

A economia de subsistência local sempre existiu e, nesse caso, desrespeitando a Coroa porque produzia trigo e vinho, graças à independência do povo piratiningano e ao seu quase total isolamento. Desde os primeiros testamentos há notícias de plantações de trigo e vinhas que eram proibidas pela Metrópole, pois Portugal os produzia e os comercializava com as colônias em troca de matérias-primas e da precária produção colonial.

No entanto, fica a forte impressão de que a história de Sorocaba é a sua história econômica, é a história do "lucro" ou do comércio urbano, sendo este último marca indelével da sociedade local. Enquanto em outros núcleos urbanos o processo de desenvolvimento econômico parece acontecer de forma mais branda ou camuflada, a questão econômica aqui se torna marcante, principalmente na época do tropeirismo, em função da famosa Feira de Tropas que durou aproximadamente 150 anos.

O bandeirante e o tropeiro tiveram, ambos, um ponto em comum: as grandes distâncias percorridas, suas *andanças*, suas vidas rudes e duras, cheias de adversidades. Passavam muitos meses, às vezes anos, ausentes de casa, de seus sítios e roças, de suas famílias. Esse fator determinante cria um traço cultural típico, primitivo e tosco que é marca registrada do lugar e está expresso na paisagem urbana, na sua simplicidade e despojamento e na arte de construir suas edificações. Em seus sobrados, tanto naqueles do século XVIII quanto nos do século seguinte, não foi possível encontrar, através de inventários pesquisados, bens que denotem luxo e sofisticação, tais como pratarias, cristais ou obras de arte. Encontra-se quando muito, referência a espelhos, papel de parede e lustres.

Esse despojamento interior é transposto para o exterior dos edifícios, como analisado no capítulo 3. As igrejas também vêm reafirmar as observações fei-

tas. *O Pouso de Tropeiro*, desenhado por H. Florence, ilustra a precariedade das acomodações nas longas viagens empreendidas e a origem dessa simplicidade. Por outro lado, enquanto ciclo de repercussões culturais, o tropeirismo cria raízes: a venda de boiadas, no ano de 1928, perto da ponte localizada dentro do perímetro urbano, é evidência clara da permanência de antigos costumes.

Um relato de meados do século XVIII fornece exemplo esclarecedor: em visita à cidade, um prior beneditino se escandalizou pelo estado extremamente precário da Igreja da Matriz, ordenou que o imóvel entrasse imediatamente em reforma e culpou os sorocabanos pelo mau estado de conservação, chamando-os de povo *impio*. Não havia dinheiro nem para a manutenção das igrejas, que dirá para o embelezamento das casas e da vila!

Nessa época, no entanto, a vila já contava com inúmeros sobrados.

Mas foi somente na virada do século XIX que a riqueza começou a ser percebida através das construções, do grande número de sobrados, frutos do comércio urbano. A rudeza da sociedade local não considerou e nem se permitiu ter grandes preocupações estéticas em relação à vida urbana ou ao habitar, às questões que dizem respeito diretamente à arquitetura e ao urbanismo. Quando se analisa os registros imagéticos dessa sociedade e dessa época, depara-se com uma extrema simplicidade, singeleza e, mesmo, despojamento quanto aos aspectos formais e decorativos.

As informações históricas textuais foram fontes valiosas de conhecimento também sobre o aspecto físico da cidade, constituindo-se num acervo de razoável proporção. Por essa razão, são feitas citações literais do historiador local, Aluísio de Almeida. É surpreendente a farta documentação histórica. Por isso, é usado esse rico material. Diante de tantas informações pesquisadas, datas, fatos, origens e porquês, ele não pode deixar de ser utilizado, embora possa parecer, muitas vezes, excessivo num texto sobre história de arquitetura.

A questão referente à farta documentação histórica se contrapõe à ausência, quase total, da preservação do patrimônio histórico arquitetônico. Sorocaba não possui mais nenhum daqueles grandes sobrados de outrora, que foram o testemunho mais evidente e marcante do fenômeno do tropeirismo e que está sendo tratado aqui de maneira particular. Sua relevância é ressaltada por duas razões: a precocidade da época das construções no Estado de São Paulo e suas especificidades.

A arquitetura das classes dominantes

O tropeirismo provocou alterações profundas nas relações sociais e, consequentemente, na produção do espaço urbano.

Na Vila Tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba formou-se pequena comunidade mercantilista nos séculos XVIII e XIX. Embora suportasse os pesados impostos criados pela Coroa, essa incipiente sociedade gozava de relativa liberdade por estar situada no Planalto, longe do litoral. As vilas instaladas na orla marítima, justamente por estarem situadas em locais de fácil acesso, sofriam controle ainda mais rígido por parte da Metrópole.

O envolvimento dos sorocabanos com o comércio das tropas era tão intenso que Antônio da Silva Prado chegou a dizer que não havia na cidade um *homem-bom* que não fosse tropeiro.

Enquanto a cobiça e a mestiçagem provavelmente tenham possibilitado a incrível capacidade de locomoção do paulista bandeirante e depois do tropeiro, a péssima qualidade do solo deve ter favorecido o desapego às grandes produções agrícolas e à fixação do homem à terra. Produziam-se *mantimentos* apenas para o pequeno comércio *de fazendas, secos e molhados* e também para o consumo próprio. Interessavam-se pela terra infrutífera apenas alguns pequenos sitiantes, roceiros, com raras exceções.

Esses fatores condicionaram a sociedade local, que dirigiu todas as suas forças para o comércio das tropas.

O comércio proporcionado pela Feira de Animais surgiu como atividade eminentemente urbana, conforme o postulado de cidade-estado, de cidade renascentista do ocidente, formulado por Max Weber. Mas o conceito weberiano deve ser cuidadosamente transposto para a realidade brasileira, rica em sua peculiaridade e circunstancialmente bem diversa daquela estudada pelo autor.

De acordo com Weber, o centro urbano deveria possuir as seguintes determinantes: força militar (a fortaleza); comércio com diversificações e produção de manufaturas (o mercado); independência político-administrativa (tribunal próprio, que, no caso da vila tropeira, obviamente, era relativa); densidade demográfica; economia permanente, que mantivesse relações com o meio rural (caráter de associação); e, finalmente, camada social urbana, ligada a todas essas atividades (a burguesia).

A Vila de Sorocaba apresenta desde a realização das primeiras feiras de animais, nos meados do século XVIII, traços de típico centro urbano, fato pouco registrado em outras localidades da Colônia. Em Sorocaba, nota-se desde o início crescimento demográfico, além de produção e comércio de manufaturas, entre outras manifestações características do processo de urbanização.

Como a Feira de Animais e o comércio de tropas afetaram a paisagem urbana?

Em 1819, o viajante francês August de Saint-Hilaire elaborou uma polêmica descrição:

> [...] Vista das elevações vizinhas, Sorocaba empresta à paisagem uma perspectiva encantadora, mas a cidade é de má aparência em seu conjunto. As ruas não são calçadas e como são em declive as chuvas cavaram nas mesmas de todos os lados profundos buracos. As casas são ordinárias, pequenas, e poucas há que não constem apenas do andar térreo, são cobertas de telhas, construídas em terra socada (taipa) e todas possuem um quintal plantado de bananeiras e laranjeiras.

Para ele, a cidade era como *um porto de mar*: "[...] faziam na época negócios com o mundo inteiro, o comércio todo o tempo e todas as faculdades dos seus habitantes, não lhes restando nenhum momento para pensar qualquer outra coisa."

Embora Saint-Hilaire desprezasse a cidade e os costumes dos habitantes, não deixou de salientar e louvar a pujança econômica, descrevendo e contabilizando os impostos dos muares, e analisando longamente os fatos. Ele se debruça também nos pormenores da metalurgia e da produção de ferro nos morros de Araçoiaba, na Fábrica São João de Ypanema. Em *Viagem à Província de São Paulo*, dedica várias páginas ao local, às edificações, ao modo de produção e aos produtos.

Não só Saint-Hilaire, mas, alguns anos depois, também D. Pedro II passaria a considerar relevante a produção de Ipanema. De Friedrich Varnhagen, diretor da fábrica em 1819, o autor francês obteve valiosos dados: [...] "fundiam-se canhões e respectivas balas; fundiam-se também moendas para os engenhos e fabricavam-se ferramentas: machados, picaretas, enxadas, cravos para ferrar animais etc."

D. Pedro I pouco incentivou a incipiente produção. Somente com Feijó, Ipanema voltou às suas atividades, sendo posteriormente impulsionada pelo segundo imperador. O major João Bloem, diretor responsável, atraiu para a fábrica muitos operários alemães e, depois deles, trabalhadores suecos. Artistas, viajantes e grandes cientistas estiveram visitando a indústria, entre eles o zoólogo Natterer e o naturalista Sellow.

Embora pequeno, o povoado apresentava comércio bastante ativo. A expansão urbana, no entanto, continuava lenta. Ao longo do tempo, a cidade adquiriu limites e perímetro diversos, conforme mostram os textos históricos que possibilitaram traçar os vários contornos que Sorocaba foi ganhando.

No crescimento da malha urbana é possível identificar três configurações: a da cidade rarefeita de Baltazar Fernandes; a do perímetro de 1839,

época áurea da influência tropeira, quando já se impõem os grandes sobrados; e a da extinção da Feira de Animais, por volta de 1887.

Uma notória particularidade da vila eram os logradouros destinados à parada das tropas que chegavam. Esses pontos deram lugar aos chamados largos de tropas e, posteriormente, a pequenas praças, conforme o mapa dos arredores de 1887.

A passagem das tropas pela cidade aconteceu por longo período, que vai de 1734 até a década de 1880. Foram anos que determinaram um novo tempo, de grandes transformações econômicas, sociais e também técnicas. No momento em que o tropeirismo e a Feira de Animais estavam agonizantes, a estrada de ferro começava a ser implantada, chegando a Sorocaba em 1875.

A extinção da Feira de Animais representou duro golpe para a região. Sem conhecer a riqueza que a cafeicultura iria disseminar pelo interior paulista, Sorocaba só começou a se recuperar comercialmente quando a produção de algodão e a necessidade de transportá-lo tornaram inadiável a implantação da ferrovia. A abundância de matéria-prima já possibilitara a instalação da primeira tecelagem em Sorocaba, em 1852, iniciando o processo de industrialização na Província de São Paulo. A fabricação de tecidos de algodão na cidade é tradição que perdura desde a época dos tropeiros.

Todas essas transformações vieram acompanhadas de avanços tecnológicos. A construção, baseada na terra socada, na taipa de pilão (expressão tipicamente paulista), começa a ser substituída pela alvenaria de tijolos. A nova técnica construtiva trazida pelos imigrantes é introduzida na cidade em 1875, na edificação da primeira estação da Estrada de Ferro Sorocabana. A obra, realizada por Mateus Mailasky, apresenta um fato inédito: pela primeira vez na cidade, a construção de um prédio recebe assistência de um profissional, o arquiteto Cantarino, autor de outros famosos projetos, entre os quais o do Hospital da Beneficência Portuguesa em São Paulo e o do Teatro Municipal de Campinas.

Uma vila de tropeiros

Sorocaba situa-se a 90 km de São Paulo, na direção oeste. Localiza-se em região acidentada, entre matas e campos, entre terrenos cristalinos e sedimentares. Está implantada na encosta de uma colina, espraiando-se por ela. Nas partes baixas, corre o rio de mesmo nome, afluente do Tietê. É na margem esquerda que ela foi construída.

Em 1886, o fotógrafo Júlio W. Dursky registrou preciosa série de imagens da cidade, fixando alguns dos pontos mais significativos para a percepção do espaço urbano nos últimos 25 anos do século XIX.

Partindo do ponto mais alto, em declive, encontra-se a entrada da rota do sul, vinda pelo antigo Campo Largo, atual Araçoiaba da Serra. A primeira parada de tropas localizava-se no largo das Tropas, hoje praça 9 de Julho, começo da avenida General Carneiro.

Descendo pelo antigo caminho das tropas, percorre-se a rua da Penha, que foi aberta ainda no século XVII pela família Domingues. Subindo um quarteirão, pelo antigo beco dos Prazeres, atual Miranda Azevedo, chega-se ao antigo Cemitério do Mosteiro de São Bento, atual praça Carlos de Campos. Ao lado dele, no largo São Bento, estão localizados a Capela e o Mosteiro. É o núcleo histórico mais antigo do sítio urbano.

Descendo a rua São Bento duas quadras, a meia encosta, localiza-se a grande área quadrangular do largo da Matriz. E, prosseguindo, na continuação, a rua 15 de Novembro, que, perto da ponte, às margens do rio Sorocaba, termina em outro largo de tropas: a antiga praça de Dona Gertrudes, largo do Canhão ou praça Ferreira Braga. Passando a ponte, a saída para São Paulo.

A implantação do núcleo primitivo seguiu a tradição das aldeias bandeiristas: foi obediente às imposições geográficas das curvas de níveis, onde se ergueram algumas construções para depois serem abertas as ruas. Tanto a Capela de São Bento como a Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja Matriz estão orientadas no mesmo sentido, embora em curvas de cotas diferentes, conforme ditava o costume da época, a prática do "saber fazer".

A implantação das aldeias bandeiristas submetia-se à ordenação geográfica: as ruas seguiam as linhas naturais das curvas de níveis onde as casas se alinhavam, primeiramente, no mesmo lado. Só depois, o outro lado da rua - sempre o menos favorecido - era tomado por novas moradias.

Este trabalho apresenta didaticamente, um a um, os edifícios da antiga Sorocaba, construções representativas dos três poderes dominantes: religioso, público e privado. Através de material iconográfico criteriosamente pesquisado foram selecionados os exemplares que trouxeram algum significado e expressão à arquitetura e à história da cidade.

A arquitetura popular não é aqui estudada por uma simples razão: jamais foi documentada, seja através de desenhos, fotos ou textos. Raro exemplar da arquitetura *vernacular* do qual se tem conhecimento já se achava em franca ruína quando fotografado pela autora. Representa antigo pouso de aluguel para tropeiros, construído em taipa de pilão.

Ruas e fachadas de outrora

A pesquisa de imagens constatou, primeiramente, a ausência de plantas dos edifícios estudados. Deve-se levar em conta a queima dos arquivos da Prefeitura Municipal de Sorocaba, aproximadamente em 1930. Não existe documentação anterior a essa data.

No entanto, as fachadas puderam ser analisadas em diferentes épocas. Para o estudo dos espaços internos foram localizados somente documentos textuais.

Inestimável para este trabalho é a preciosa coleção de dez imagens, primeiro levantamento fotográfico da cidade elaborado pelo fotógrafo Júlio Dursky em 1886. Cartões-postais de 1903, 1909 e outras datas, também do acervo do Museu Histórico Sorocabano da Prefeitura do Município, contribuem com igual importância.

Em 1924, a cidade foi novamente fotografada. Esse acervo, porém, pertence à Casa Aluísio de Almeida e ao Instituto Histórico Geográfico e Genealógico Sorocabano.

Na década de 1940, o arquiteto Luís Saia esteve em Sorocaba, e seguindo relato foi possível localizar documentação de vários imóveis na sede paulista do IPHAN. O Instituto mantém ainda um oratório retirado da casa que teria pertencido a Baltazar Fernandes. Anteriormente, a valiosa peça fora levada por Luís Saia para o sítio Santo Antônio, em São Roque. Fotos do acervo do IPHAN identificam a relíquia e sua retirada do local.

As ruas do povoado sorocabano no início do século XIX compunham espaço urbano restrito e acanhado que teria passado despercebido, não fosse a presença dos grandes sobrados (veja mais adiante *Sobrados e janelas de Sorocaba)*. Eles expressaram o poder e o capital advindos do comércio das tropas, muito mais do que a riqueza gerada pela produção do açúcar, que em Sorocaba foi insignificante. São conhecidas apenas duas famílias de grandes senhores de engenho: os Aires e os Madureira, possuidoras de avantajadas fortunas.

Não existe na cidade nenhuma grande igreja ricamente construída ou paramentada. Não há também nenhuma habitação rural, com exceção da casa de tradição bandeirista que pertenceu a José Ferreira Prestes.

Além de catorze sobrados relacionados em manuscrito e estudados pelo historiador Aluísio de Almeida, foram localizados mais quatro, citados pelo mesmo autor em outras fontes. No decorrer da pesquisa foi possível notar que existiram mais alguns sobrados, não mencionados, num total de sete. Conta-se, portanto, com 25 imóveis localizados em planta.

Quanto à técnica construtiva, através da análise das modenaturas, verifica-se maior presença da taipa, embora alguns nembros sejam estreitos demais para essa técnica. É o que ocorreu no solar do Barão de Moji-Mirim, no sobrado imperial dos Lopes de Oliveira (junto à Igreja) e, talvez, no solar dos Aires.

Elemento comum a muitos sobrados da época são as sacadas rasgadas isoladas com guarda-corpos de ferro, executados com peças produzidas na Fábrica de Ipanema.

As vergas são retas, alteadas ou com a parte superior reta e a padieira recurvada. Foram encontradas em vários exemplares: no primeiro edifício à esquerda na rua das Flores (como se vê numa das fotos de J. Dursky), assim como na casa do brigadeiro Tobias, habitação rural preservada nos arredores da cidade.

Nessas construções predominou determinado tipo de sobreverga, que constituiu elemento único, ornato típico sorocabano em várias fachadas: no solar dos Aires e dos Loureiro, por exemplo, e também na rua da Penha. Caracterizou a chamada janela sorocabana que apresentou outras modelagens de sobreverga, descritas por J. Wasth Rodrigues e Carlos A. C. Lemos.

As sobrevergas em *florões*, citadas por esses autores, também representam elemento decorativo típico de Sorocaba. Não foram encontradas nos sobrados, mas numa casa térrea da rua 15 de Novembro, antiga rua da Ponte. Acervo IPHAN/SP.

Quase todos os telhados são de duas águas. Os de quatro águas são apenas aqueles localizados nos cruzamentos de ruas.

Figura 1 – Casa da Rua 15 de Novembro, antiga Rua da Ponte



Fonte: IPHAN/SP.

Entre capelas e solares

A análise dos edifícios focalizados segue um esquema básico de apreciação.

Na maioria dos casos, é destacada textualmente uma citação do historiador local, reconhecidamente idôneo, profundo conhecedor do imóvel pesquisado e, por isso mesmo, capaz de descrevê-lo com todos os detalhes. O pesquisador selecionado colheu suas informações em fontes primárias e através de depoimentos.

Paralelamente, este minucioso levantamento sobre as construções sorocabanas surgidas durante a saga do tropeirismo apresenta suas próprias considerações, permeadas pela história da arquitetura no período.

Em *Alvenaria Burguesa*, o arquiteto Carlos A. C. Lemos expõe com precisão o quadro da arquitetura tradicional paulista. Na criteriosa tarefa, o autor confere as principais técnicas construtivas utilizadas em todo o Estado.

No litoral, a cidade de Santos surge como centro de construções em pedra e cal. Ali, trazido do exterior, aparece às vezes no século XIX o tijolo, pequeno e delgado, utilizado primeiramente apenas nos acabamentos. No litoral norte, por influência do vale do Paraíba, a configuração pombalina imprime fortes marcas sobre a arquitetura baixa, com seus grandes telhados de duas águas. Contrapondo-se a ela, verifica-se o estabelecimento da arquitetura grandiloquente do litoral sul: no vale do Ribeira, a imponência exibe-se como fruto do encontro de várias culturas, com influência açoriana, implantando a arquitetura de pedra e cal.

Embora no Planalto existam até mesmo exemplos da estrutura autônoma de madeira, trazida pelo imigrante japonês, no período estudado a técnica construtiva mais típica baseava-se exclusivamente na taipa de pilão. É o que evidenciam as construções da bacia do Tietê, profusamente analisadas por historiadores da arquitetura tradicional.

A taipa de pilão foi adotada a partir dos primeiros núcleos, como Santo André da Borda do Campo, São Paulo de Piratininga, Santana do Parnaíba, Araçariguama, São Roque, Sorocaba e Itu. Fixaram-se hábitos e costumes que caracterizaram, nessa região, um processo cultural próprio, de comunidades isoladas. Na época, a comunicação ainda se dava forçosamente por via fluvial ou marítima.

Na bacia do Paraíba, a taipa de pilão se estende desde o século XVII, passando por São Miguel, Santo Ângelo, Moji das Cruzes, Taubaté e Pindamonhangaba. Dessas cidades partiram bandeiras em busca do ouro através da Garganta do Embaú, detrás da Mantiqueira, perto de Cruzeiro. Minas incentivou o comércio na região do Vale do Paraíba, antes mesmo da abertura da estrada para o Rio de Janeiro. O império da taipa de pilão atinge seus limites em Lorena, Silveiras e Areias.

Carlos Lemos diz:

> A taipa de pilão foi uma adoção lógica em São Paulo, ou melhor, a opção inevitável. No quadro ecológico a decisão por exclusão.
>
> No litoral houve tentativas, talvez por serem mais baratas, mais fáceis ou até mais rápidas na fatura de construções de taipa de pilão, desde os tempos de Tomé de Sousa, na Bahia.

> A taipa de pilão simbolizou a civilização paulista, dando caráter peculiar às cidades, aos estabelecimentos rurais. Sendo erodível, era sempre protegida por profundos beirais - nunca por alpendres, porque nessas providências de determinação de partidos arquitetônicos também influiu bastante o nosso clima, que pode apresentar certos dias bem quentes, mas sempre de noites frescas ou bastante frias; assim, era conveniente que a grossa parede de terra socada estivesse acumulando o calor do sol para aquecer o repouso noturno do mameluco cansado. Na roça havia o "corredor" que a gente erroneamente chama de alpendre reentrante, agenciamento distribuidor de circulações, nada mais sendo que uma sala sem a parede externa. Grandes beirais, grandes panos lisos de paredes esbranquiçadas de tabatinga, o barro branco.

A despojada casa senhorial

"Casa-grande de Sorocaba não tem avarandados externos. Seus donos, ou bem dentro, ou bem fora." (Aluísio de Almeida)

A classe dominante que se estabeleceu em Sorocaba não era composta de grandes senhores de terras, possuidores de enormes extensões de plantação ou com produções lucrativas. Era basicamente formada por sitiantes -roceiros, com poucos escravos, que plantavam milho, feijão, amendoim e mandioca, numa típica economia de subsistência. Paralelamente, preponderavam o tropeirismo e o comércio das tropas.

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, o que caracterizava a comunidade paulista desse tempo era a mobilidade e não o apego à terra e à demonstração de riquezas. A desbravadora andança dos bandeirantes é retomada pela inquietude dos tropeiros. Assim, não se fazia necessária a casa-grande, com suas espaçosas varandas para fiscalizar e distribuir as tarefas do campo. Quase sempre o senhor se achava ausente, nos caminhos do sul, atento aos negócios do gado e não preocupado em dar ordens em seu pretório, a exemplo dos magistrados romanos.

A casa rural sorocabana não possuía alpendre reentrante, ao contrário da morada bandeirista tradicional. O fato talvez demonstre a precariedade da situação financeira ou a modéstia dos moradores. Realmente, poucos foram os senhores de Sorocaba a possuir mais de uma dezena de escravos.

A técnica construtiva era a usual, determinante da casa tradicional colonial paulista: a taipa de pilão.

Os grandes panos das coberturas com telhas tipo capa e canal, os cheios sobrepondo-se aos vazios nas paredes e as grandes construções térreas de volumes retangulares nem sempre possuíram a implantação a meia encosta da casa bandeirista.

O modelo representativo da arquitetura tradicional paulista teve na casa denominada bandeirista sua expressão mais pura e significativa, e é considerada "a primeira expressão da arquitetura residencial no Brasil, não apenas no sentido que tem esta de habitação, mas também nas suas intenções mais legitimamente artísticas".

> De fato, se algumas habitações desse ciclo são parcimoniosas na intenção decorativa... outras peças do mesmo ciclo contêm as mais antigas e autênticas expressões conhecidas de arte brasileira, em contraposição à maior parte das obras luso-brasileiras dessa época, que se deveria melhor dizer "portuguesas no Brasil", segundo observação do arquiteto Lúcio Costa.
>
> Mas não é apenas naquelas soluções intencionalmente decorativas que a arquitetura é uma obra de arte; a constância do mesmo tipo de programa durante um largo período de tempo, a preferência por um mesmo partido, a eficiência comprovada de um esquema construtivo satisfatório, a simpatia manifesta por uma determinada série de soluções particulares e, afinal, como resultado, a eleição de uma peculiar proporção, uma particular feição plástica, contribuem para construir, a posteriori, a fisionomia arquitetônica artística de uma sociedade.
>
> Esse tipo de habitação da classe dominante bandeirista provavelmente, embora proceda de uma planta já elaborada, é legítima expressão artística mestiça, mameluca, conforme nos observa o arquiteto Luís Saia.
>
> Estudiosos como os arquitetos Luís Saia, Júlio R. Katinsky e Carlos A. C. Lemos analisaram minuciosamente os diferentes aspectos da casa colonial paulista.
>
> A técnica da taipa de pilão, irreversivelmente adotada pelo paulista, incorpora-se à sua paisagem e à sua cultura. A presença dela determina a presença do paulista ou de seu descendente, observa Carlos Lemos. Essa é uma primeira constante. (A taipa de mão foi recurso secundário).

O material construtivo e sua técnica determinaram a forma de assentamento, já que a taipa de pilão não aceita terrenos inclinados. O solo era aplainado em plataformas localizadas a meia encosta, perto de riachos e fontes de água. Essa teria sido a segunda constante da arquitetura bandeirante: a planta sempre contida dentro de um quadrado ou um retângulo bem definidos. Compacta, protegia a casa sob grande telhado de quatro águas.

Varandas ou átrios centrais, *alpendres* reentrantes, localizados na faixa fronteira da casa, circundados, simetricamente, por dois volumes laterais brancos. Foram outra componente da casa tipicamente bandeirista. Do lado esquerdo, a capela e, do direito, o quarto de hóspedes, que recebia acabamento mais sofisticado do que os demais cômodos. Algumas com *corredores* só na frente, outras com alpendres nos fundos também.

Outra característica dessas construções são as janelas com grades de proteção pelo lado de fora das folhas, cujas hastes possuíam uma maneira peculiar de fixação, em quina. Era como marca registrada paulista.

"A planta da casa bandeirista simples, compacta e limpa, simétrica, fruto das exigências da taipa. Termicamente confortável, a casa rural com seu profundo alpendre atendeu a gostos, costumes, usos, programas e necessidades que por muito tempo justificaram a ampla adoção do risco e a sua consequente fachada." (In: A Casa Colonial Paulista, C. A. C. Lemos).

A relação profundidade *versus* largura determinava o alpendre (varandas mais estreitas e compridas são originárias da sociedade portuguesa).

Carlos Lemos observa: "Enquanto na arquitetura paulista o alpendre central é mais *natural*, mais integrado na organização da planta em xadrez, na arquitetura popular portuguesa o alpendre central independe do traçado ou módulo norteador da planta geral [...]."

A preferência por alpendre central e simetria, pela alternância claro e escuro (herança de Portugal, da casa rural portuguesa ou da casa paladiana?), e a planta em xadrez, com um quadrado no núcleo central: um lanço social fronteiriço e os outros dois destinados ao repouso e aos trabalhos domésticos - são também particularidades desses exemplares.

Chácara do Quinzinho, Casa-grande do Capitão Chico ou a Casa do Coronel José Ferreira Prestes

A sede da chácara está localizada no fim da antiga rua dos Morros, atual Nogueira Padilha, outrora limite da área urbana. Atualmente abriga o Museu Sorocabano e no seu entorno funciona o Zoológico Municipal. Tanto o prédio quanto o parque acham-se ainda em excelente estado de conservação.

Construção do século XVIII, trata-se de único exemplar remanescente nas redondezas que preservou a varanda ou *alpendre* reentrante. Possui quatro grossas colunas de madeira com detalhes trabalhados, atípicas das casas bandeiristas tradicionais. Em *Casas Bandeiristas,* o arquiteto Júlio Katinsky a classifica como exemplo de *tradição bandeirista* por não obedecer a todas as determinantes dos exemplares tradicionais.

> A casa, de planta regular, possui nos fundos um compartimento anexo, contemporâneo da primeira construção da casa. Tem um telhado de quatro águas, com água-furtada, que cobre o compartimento anexo mencionado. Como Pirapitingui, entre a sala e a varanda situam-se duas câmaras de pau-a-pique, uma delas voltada para a varanda (possível oratório?). Como Pirapitingui, em parte, o telhado era sustentado por asnas toscas que sofreram reforço em algumas partes. O frechal na varanda é sustentado por quatro descomunais colunas de madeira de seção cilíndrica, de

> leve feição neoclássica. Não subsistem, perceptíveis, nem a capela, nem o quarto de hóspedes. Todas as aberturas possuem quadros retangulares.

O autor não menciona a existência do porão, perceptível por pequenas aberturas na fachada principal, introduzidas para ventilar o assoalho. O porão servia também para guardar objetos valiosos e a ele se tinha acesso através de armário *tipo embutido*, com fundo falso, num dos cômodos do imóvel.

As quatro janelas da fachada principal possuem detalhes de sobreverga, em formato triangular, semelhantes aos da Casa de Câmara e Cadeia e de outros prédios da cidade.

As colunas de madeira da varanda conferem aspecto imponente à fachada. A implantação encontra-se a meia encosta de pequena elevação. Na parte mais baixa, uma modesta represa, que Aluísio de Almeida descreveu juntamente com os dados históricos do imóvel.

Figura 2 – Esta casa está em um terreno obtido no rossio da Câmara por João de Almeida Pedroso, em 1780



Fonte: Carlos Gueller, 1999.

> Esta casa está em um terreno obtido no rossio da Câmara por João de Almeida Pedroso, em 1780. Esta é a data mais recuada para o início, ao menos, da construção. No recenseamento de 1784, vê-se que João de Almeida Prado vivia do trabalho de seus escravos na mineração de ouro, se não era no bairro das Lavras Velhas, município de Sorocaba, seria no Paranapanema.
>
> De fato, sendo o soalho alto e o porão fechado, há ainda hoje, num quarto de dormir, esconderelo com entrada oculta sob um grande armário embutido. Para a guarda de ouro e valores.

Sobrados e janelas de Sorocaba

As construções assobradadas constituem a expressão mais significativa da arquitetura local no reinado da taipa de pilão e são também as mais valorosas. Este assunto é, portanto, dos mais relevantes quando se consideram

a quantidade de imóveis no período estudado, o papel destacado que ocupavam na paisagem urbana e o significado deles como expressão de riqueza e poder, durante o acúmulo de capital advindo do comércio das tropas.

Merecem estudo aprofundado dois sobrados: um do século XVIII, pertencente ao capitão-mor Cláudio de Madureira Calheiros, e outro, do Barão de Moji-Mirim, inaugurado em 1839. A pesquisa de documentos comprobatórios em cartórios e prefeituras permitiu trazer à luz os dados necessários para montar a trajetória de cada um deles.

Através do levantamento bibliográfico e da iconografia pesquisada foi possível selecionar localizar várias construções assobradadas.

As imagens obtidas permitem analisar a tipologia das edificações e as transformações que ocorreram nelas. Muitas vezes, essas transformações foram introduzidas com o paulatino abandono dos caracteres das construções de taipa de pilão e a progressiva adoção de novos referenciais que culminaram com o neoclassicismo regionalizado.

Espalhadas por todo o Brasil, as casas urbanas das famílias abastadas, no século XVIII e também no início do século XIX, quase sempre pertenciam a comerciantes porque os senhores de engenho moravam em suas propriedades rurais. Por isso, geralmente a parte inferior dos sobrados era destinada a funções de comércio, depósito e armazenagem; a parte superior ficava reservada à residência.

Especificamente em Sorocaba, nos exemplos coletados, constata-se grande número de sobrados com função estritamente residencial. O negócio de tropas não carecia *de botar balcão*, como se dizia na época, e isso determinou o programa das construções.

Com exceção daqueles localizados na rua do Comércio e de alguns na rua das Flores, os sobrados possuíam quase sempre, no pavimento ao rés-do-chão, várias envasaduras destinadas às janelas e apenas uma para a porta. A verificação da técnica construtiva e a análise tipológica constituem a conclusão deste trabalho.

Conforme Carlos A. C. Lemos, o termo sobrado primitivamente "designava o espaço sobrado ou ganho devido a um soalho suspenso":

> Portanto o sobrado podia estar tanto acima desse piso como embaixo dele, dependendo das circunstâncias. Por exemplo, se numa casa térrea construirmos forros assoalhados que permitam espaço para usos variados, temos o sobrado na acepção vulgar da palavra, que vai desde o sótão (cômodo diretamente embaixo do telhado e de pés-direitos variáveis) até o pavimento regular circundado por paredes, e que pode ser repetido várias vezes. Dizia-se, mesmo, casa de um, dois ou três sobrados.

Certos terrenos inclinados permitem a instalação de um porão e isso, no sentido antigo, pode ser entendido como sobrado. Mas neste estudo a referência aos sobrados é exclusivamente no sentido contemporâneo da expressão corrente: uma edificação de dois pavimentos - um piso térreo no nível da rua e um andar superior.

Somente dois imóveis foram selecionados e pesquisados mais pormenorizadamente, através de documentos textuais de cartórios: o do capitão-mor Cláudio de Madureira Calheiros e o do Barão de Moji-Mirim.

Pertence também ao século XVIII o sobrado acima do capitão-mor Cláudio de Madureira Calheiros, rico senhor de engenho e possuidor de uma caieira que ainda lá estava no final dos anos 70 do século XIX. O imóvel estava localizado na rua Padre Luiz, atrás da antiga igreja de Santo Antônio (Acervo IHGGS/ CAA).

Figura 3 – Sobrado século XVIII do capitão-mor Cláudio de Madureira Calheiros; ficava atrás da Igreja de Santo Antônio



Fonte: IHGGS/ CAA.

O programa da casa térrea não mais satisfazia às exigências de uma burguesia que começava a ganhar dinheiro e surgem assim vários sobrados, todos eles construídos através da técnica construtiva tipicamente paulista - a taipa de pilão.

Conclusão

Sorocaba foi atingida pelo fenômeno do tropeirismo de maneira intensa e indelével ainda no século XVIII e, embora tenha sido definida como pequeno povoado, apresentou o caráter constitutivo e peculiar de aglomerado urbano mercantilista por excelência, onde imperavam os negócios do comércio de gado e afins.

Os fatores econômicos evoluem com tal intensidade que são capazes de transformar em praça de comerciantes uma localidade eminentemente rural, uma sociedade antes voltada apenas para a economia agrária de

subsistência, de "pouca monta", que produzia e comercializava o excedente dos *mantimentos*. Entretanto, essa comunidade possuía latente o embrião do andarilho explorador, do bandeirante de outros tempos. Dois fatores, a ambição e a genética bandeirista, levaram o sorocabano para o tropeirismo, além das determinantes econômicas.

A influência da economia no cotidiano das pessoas, e que hoje atinge cruamente a vida do ser humano, parece não ter se manifestado de forma tão dura em outros tempos.

Tomando a literatura internacional como referência de análise do século XIX, pode-se até deduzir que as questões do dinheiro são importantes, mas que a vida das pessoas não girava em torno do *famigerado metal*. É a sensação transmitida, por exemplo, pela genialidade de Honoré de Balzac em *A Comédia Humana*. Outros tempos, outros valores? Ou havia realmente serenidade, estagnação ou resignação quanto a problemas econômicos?

Stendhal, outro excepcional escritor francês e contemporâneo de Balzac, teve preocupações de caráter mais intimista e pessoal: escreveu profundamente sobre o amor e deixou as questões econômicas em segundo plano. Posteriormente, Marcel Proust tratando de questões como a sensação da passagem do tempo e da memória involuntária, exacerba, magnificamente, o individualismo francês. Enquanto no Brasil Machado de Assis descreve, magistralmente, a sociedade burguesa da Corte do Rio de Janeiro, embora também investigue mais a alma humana que os costumes.

Todos eles foram artistas geniais, cuja sensibilidade privilegiada torna confiável a universalidade de suas observações a respeito da época em que viveram. Através deles é possível vislumbrar as preocupações do dia-a-dia, aquilo que realmente interessava ou movia homens e mulheres do século XIX. De Paris ao Rio de Janeiro, o ser humano continuava sendo o mesmo, com suas intrigas, dores e sofrimentos, das chácaras nas Laranjeiras à praça 15, à rua do Ouvidor, à Barra da Tijuca de hoje. Mas, certamente, Capitu, Dom Casmurro e todos os personagens incríveis que povoam essas obras magníficas não enfrentam as vicissitudes de vidas regidas pelo açoite das questões econômicas.

Na Vila Tropeira de Sorocaba a orquestração social era regida por determinantes econômicas, como ocorre hoje nas cidades contemporâneas. Quase exclusivamente, o cotidiano estava dirigido para a grande Feira de Animais, que chegava a durar até noventa dias, anualmente. Durante os demais meses, todas as atividades comunitárias continuavam girando em torno desses aguardados encontros: preparação de manufaturas, contato entre os agentes negociadores, trato das invernadas e a grande ansiedade dos que permane-

ciam em casa aguardando o retorno dos tropeiros viajantes. Todo um povoado voltado para uma atividade capital: o comércio das tropas e afins.

Como não poderia deixar de ser, a arquitetura produzida na Sorocaba tropeira e resgatada através de imagens (pois quase nada sobrou desses tempos) não difere da conhecida arquitetura de taipa de pilão produzida no planalto de Piratininga. Sua origem também remonta à arquitetura tradicional portuguesa e seus elementos não possuem nenhum outro caráter de excepcionalidade.

Tal resultado teria sido fruto do isolamento quase total do planalto em relação a outros lugares. As determinantes geográficas e a cultura do povo determinaram a execução dessas construções.

Quais teriam sido as excepcionalidades nas edificações mencionadas? As igrejas eram pouco elaboradas embora as feições jesuíticas, por sua singeleza e simplicidade, fossem simpáticas e condizentes com o espírito do povo.

Da mesma forma que capelas e templos dos jesuítas, as habitações rurais também sugerem forte aspiração ao despojamento: nem sequer exibiam as espaçosas varandas frontais das casas bandeiristas, símbolo primeiro da arquitetura tradicional paulista, e que devem ter representado, na época, o que hoje as grandes mansões significam. Em Sorocaba, porém, só a sede da chácara do capitão Chico (ou de José Ferreira Prestes ou do Quinzinho) possuiu o grande *alpendre reentrante*, com colunatas torneadas de madeira, raridade até para as casas bandeiristas mais grandiosas. E talvez a Casa-grande de Itavuvu possa também ser assim interpretada.

Na arquitetura oficial, o mesmo padrão corriqueiro é observado. A Casa de Câmara e Cadeia, projetada por Bloem, é inteiramente banal. Já a Fábrica de Ferro de Ipanema, embora vista como complexo empresarial, economicamente importante e fora do comum, achava-se além do perímetro urbano.

De excepcional, portanto, restam apenas a excelência e a relevância da arquitetura tropeira manifestada nos sobrados, vários deles erigidos nos meados do século XVIII, antecipando a corrente que se verificaria depois em várias localidades do Estado. Os sobrados sorocabanos são fruto da riqueza advinda do comércio das tropas e da arrecadação de impostos. Exprimem maneira mais abastada e sofisticada de viver, já que morar ao rés-do-chão significava contato com o mau cheiro, a poeira e a lama.

Os dois sobrados estudados, o casarão de Cláudio de Madureira Calheiros e a residência do Barão de Moji-Mirim, informam a respeito de alguns elementos funcionais significativos, até hoje não relatados, do modo de vida das pessoas que habitavam essas moradas. Sala de jantar aberta, voltada para o pátio interno, ou varanda posterior, localizada no pavimento de cima, são dependências excepcionais para a Sorocaba da época.

No sobrado do Barão de Moji-Mirim, cômodo dessa natureza é mencionado através de pintura na parede fronteiriça à escada que levava ao segundo pavimento.

Os ornamentos das sobrevergas nas janelas sorocabanas representam tipologia desenvolvida pelos construtores locais e exprimem outra curiosa particularidade dos prédios que surgiram na cidade durante o período analisado.

Nas décadas de 1940 e 1950, em nome do progresso foram praticamente demolidos quase todos os preciosos sobrados da cidade. As últimas edificações foram colocadas abaixo na década de 1960. Em nenhum dos exemplares focalizados verificaram-se pistas da técnica construtiva que utiliza estrutura autônoma de madeira. Tal recurso tornou-se bastante difundido quando começaram a chegar ao interior de São Paulo os primeiros contingentes de trabalhadores de Minas Gerais, obrigados a deixar seu Estado no momento em que o ouro escasseou. O fenômeno se repetia em outras regiões, como Itapetininga, São Roque e Itu.

Pouco resta da antiga Sorocaba: Mosteiro de São Bento, com alteradas feições neoclássicas; Chácara Amarela, a imponente casa de tradição bandeirista que pertenceu a José Ferreira Prestes; e o semi destruído casarão da Boa Vista. A fazenda Ipanema também conservou seus altos-fornos, hoje no município de Iperó. Preservou-se ainda o traçado urbano do primitivo núcleo histórico da vila de Baltazar Fernandes.

A atual e progressiva degradação do espaço urbano e o incipiente interesse que começam a despertar as questões relacionadas com a qualidade de vida nas cidades brasileiras inspiraram este minucioso *revival* da cidade do século XIX. Não se trata de movimento saudosista, mas de tentativa consciente e objetiva no sentido de despertar na sociedade de hoje, através da visualização de imagens de outros tempos, o significado e o poder de destruição ou de intervenção que temos em nossas mãos, cotidianamente.

Os edifícios destruídos são, obviamente, irrecuperáveis. Mas lembrar, rememorar, resgatar e elucidar questões que dizem respeito ao patrimônio cultural significa elaborar um tempo presente mais consciente quanto a uma relação harmoniosa e feliz do ser humano com o espaço que ele ocupa.

Referências

AFFONSO, Ávila; GONDIJO; João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. *Barroco Mineiro*: Glossário de Arquitetura e Ornamentação. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho; Fundação João Pinheiro; Ed. Nacional; Melhoramentos do Brasil, 1980.

Almanaque Ilustrado de Sorocaba. Sorocaba: Typografia Werneck, 1924.

ALMEIDA, Aluísio de. Nos tempos das feiras. *Revista Ilustrada Sorocabana A CIDADE*, São Paulo, TPY; Napoli, 1939.

ALMEIDA, Aluísio de. Casa-Grande e Senzalas de Sorocaba. Separata da *Revista Investigações*, a. 1, n. 11, nov. 1949.

ALMEIDA, Aluísio de. *História de Sorocaba*. Sorocaba: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969.

ALMEIDA, Aluísio de. *História de Sorocaba*, 1589-1822. Sorocaba: Gráfica Guarany, 1951, v. 1.

ALMEIDA, Aluísio de. Casas dos Séculos XVIII e XIX em Sorocaba. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, FAU/USP, n. 9.

ALMEIDA, Aluísio de. No reinado da Taipa de Pilão. *Investigações. Revista do Departamento de Investigações*, São Paulo, janeiro, 1950, n. 13.

ALMEIDA, Aluísio de. *O tropeirismo e a Feira de Sorocaba*, 1589-1822, Sorocaba, a. 41, n. 10, 1995.

ALMEIDA, Aluísio de. Rafael Tobias de Aguiar (1794-1857). *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba,* a. 41, n. 10, 1995.

ALMEIDA, Aluísio de. *Sorocaba, 1842. Documentação local*. São Paulo, Typografia Cupolo, 1938.

ALMEIDA, Aluísio de. Taipa de Pilão, inventários, escravos, etc. *Revista Investigações* – a. IV. São Paulo, Junho 1952.

ALMEIDA, Aluísio de. *Vida e Morte do Tropeiro*. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A; Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

ALMEIDA, Aluísio de. *Vida Quotidiana da Capitania de São Paulo (1722-1822)*. São Paulo: Pannartz, 1975.

ALMEIDA, Cônego Aluísio de. Iconografia Sorocabana. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba*, Sorocaba, n. 6, 1965.

ALMEIDA, Aluísio de. O solar do Barão de Mogi-Mirim em Sorocaba. *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos de São Paulo*. Anno III, n. 6, 1939.

AMARAL, Aracy A. *A hispanidade em S. Paulo*. S. Paulo: Nobel; EDUSP, 1981.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Ltda.; São Paulo: EDUSP, 1982.

ANDRADE, Francisco de Paula Dias. Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. 1967.

Arquitetura Oficial I. FAU/USP e MECIPHAN, 1978.

Arquitetura Oficial II. FAU/USP e MECIPHAN, 1978.

Arquitetura Religiosa. FAU/USP e MECIPHAN, 1978.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. *Boletim FFCLH 208 Geografia*, São Paulo, n. 11, 1956.

BACELLAR, Carlos Antônio Prado. *Uma sociedade voltada para o abastecimento interno*. Sorocaba século XVIII e XIX. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, 1995.

BOLLE, Willi. Cultura, Patrimônio e Preservação. In: ARANTES, Antônio Augusto. (Org.). *Produzindo o passado*: estratégia da construção do patrimônio cultural. São Paulo: Livraria Brasiliense; SEC/CONDEPHAAT, 1984.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Dicionário de Arquitetura Brasileira.* 2 ed. São Paulo: Artshow Books, 1989.

DEBRET, J.B. *Voyage Pittoresque et Historique au Brézil, ou Sejours d'une artiste français au Brézil depuis 1816 jusqu'en 1931, inclusivement. Paris, Didot, 1839.* Edição Comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Impresso pela Tosho/Printing Cia, Tokio, 1965. Fac- símile da edição original de F. Didot Frères, Paris, 1839.

D'OLIVEIRA, Manoel Joaquim. Transcrições "Notas Históricas". *Almanaque Ilustrado de Sorocaba*, Sorocaba, 1924.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. *Boletim Geográfico*, n. 14. Rio de Janeiro, 1944.

DEFFONTAINES, Pierre. Les foires de mulets de Sorocaba. *Annales de Geografie*, Tome XLV, Paris: Librarie Armand Colin, 1936, p. 632-648.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* 2 ed., São Paulo: EDUSP/FDE, 1995.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Ofícios, Manufaturas e Comércio*, 1993. Comunicação apresentada no I Congresso Brasileiro de História Econômica, USP, 1993.

FONSECA, Manoel da. *Vida do venerável Padre Belchior de Pontes.* Lisboa: na Officina de Francisco da Silva, 1752. Reeditada pela Cia. Melhoramentos de São Paulo.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 10 ed. São Paulo. Ed. Nacional. 1970.

GASPAR, Antônio Francisco. *Cruzes e Capelinhas*: tradições sorocabanas que desaparecem. São Paulo: Cupolo, 1952.

GASPAR, Antônio Francisco. *Sorocaba de Ontem*: Crônicas da cidade. São Paulo: Cupolo, 1954.

GASPAR, Antônio Francisco. *Cruzes e Capelinhas:* tradições sorocabanas que Desaparecem. São Paulo: Cupolo, 1952.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957. (Coleção Documentos Brasileiros).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 10 ed. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1976.

KATINSKY, Júlio Roberto. *Casas Bandeiristas*: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo. São Paulo, 1972. Tese (Doutorado em Arquitetura) – FAU, Universidade de São Paulo.

LAET, Jean de. *L'histoire du Nouveau Monde*. Cap. XVII, 1640. Arquivo Histórico Ultramarino. Palacio da EGA; Ministério do Ultramar, 2 ed. Lisboa, 1746.

LAPA, José Roberto do Amaral. *O Interior da Estrutura*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Centro de Memória da Unicamp. Comunicação apresentada no I Congresso Brasileiro de História Econômica, USP, 1993.

LAYTANO, Dante de. *A estância gaúcha*. Documentário da vida rural, n. 4. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura. 1952.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *História da Casa Brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

LEVI, Darrell E. *A Família Prado*. Cultura 70. São Paulo: Livraria Editora S.A., 1977.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *A Evolução da Casa Paulistana e a Arquitetura de Ramos de Azevedo*. São Paulo: Voz do Oeste, 1981.

MACEDO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. *Boletim Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba, 1989.

MACEDO, Brasil Pinheiro. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*: São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

MACEDO, Riopardense de. *Rio Grande do Sul:* Terra e povo. Porto Alegre: Globo, 1961.

MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins, Editora S.A., 1972, (Biblioteca de Literatura Brasiliense, v. XIV).

MARX, Murillo. *Nosso Chão:* do sagrado ao profano. São Paulo: EDUSP, 1989.

MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo tardio:* contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 1975.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. *Objeto Material como Documento*. (Texto de Aula ministrada) IAB. São Paulo: Condephaat, 1980.

MOTA, Otaniel. *Do rancho ao palácio:* evolução da Civilização Paulistana. São Paulo. Cia. Editora Nacional. 1941. (Série 5a Brasileira, v. 204).

PETRONE, Maria Tereza Schorer. *O Barão de Iguape*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional; Instituto Nacional do Livro/MEC, 1976. (Brasiliana, v. 361).

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

Prefeitura Municipal de Sorocaba. SMEE. *Sorocaba: Antes e Depois*, 1982.

PRESTES, Annibal Ferreira. Biografia de vultos de Sorocaba. *Folha Popular*. Sorocaba, 1968.

PRESTES, Lucinda F. *A Fazenda Boa Vista: e*studo de uma habitação rural no caminho das tropas. Castro: [s. ed], 1996.

PRESTES, Lucinda F. *Estudo das possibilidades da influência paulista no Caminho das Tropas*. São Paulo: [s. ed.], 1996.

PRESTES, Lucinda F. *O Casarão da Boa Vista*. São Paulo, 1992. (Monografia).

PRESTES, Lucinda F. *Sorocaba*: apropriação da terra e trama urbana, Sorocaba: [s. ed.], 1992.

RANGEL, Alberto. *Dom Pedro I e a Marquesa de Santos*. Revisada e refundida por Sebastião Campos Braga. São Paulo: Brasiliense, 1969.

RAPHANELLI, Noely Zuleica. *Os judeus e o tropeirismo em Sorocaba*, Comunicação, Unicamp, Campinas, 1994.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Pioneira; Ed. da Universidade de São Paulo, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil.* São Paulo Perspectiva S.A., 1970. (Debates Arquitetônicos).

ROCHA FILHO, Gustavo das Neves. *Sorocaba:* levantamento sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo. São Paulo: Condephaat, 1982.

RODRIGUES, José Wasth. *Documento arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil.* 2 ed. São Paulo: Martins, 1975.

SAIA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972. (Coleção Debates. Arquitetura).

SAINT-HILAIRE, Augusto de. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora; Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

SANTOS, Elina O. Geomorfologia da Região de Sorocaba e alguns problemas. *Separata do Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 12, 1952.

SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Mercantilização, Decadência e Dominância*. Trabalho apresentado no 1º Congresso Brasileiro de História Econômica, USP, 1993.

SCHMIDTT, Carlos Borges. Taipa de Pilão. *Boletim Agricultura,* São Paulo, 1946.

SENÉ, Antônio José Baptista de; FONSECA, Paulo Delfino da. (Org.) *Almanak da Província de São Paulo.* (2a estância). Ed. Fac Similar, IMESP, 1973.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*, 18 ed. São Paulo, Cortez; Autores Associados, 1992.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1953.

TARCITANI, Aparício, Mailasky, Promessa feita e cumprida. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba*, Sorocaba, a. 40, n. 9, 1994.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil.* 2 ed. Rio de Janeiro: MEC/FEC, 1985.

TRINDADE, Jaelson Bitran. *Tropeiros*. São Paulo: Ed. Publicações e Comunicações Ltda. São Paulo, 1992.

WEBER, Max. *Conceito e Categorias de Cidades*. São Paulo: FAU/USP, 1971 (*Apostila reimpressa)*.

ZEMELLA, P. Mafalda. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no séc. XVIII*. 2 ed. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1990.

Fontes documentais

ALMEIDA, Aluísio de. "Sobrados Coloniais". Manuscrito. Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba. Casa Aluísio de Almeida, Pasta n. 27.

AUTO de Inventário de Salvador de Oliveira Leme - testamento de 1800. Arquivo do Estado de São Paulo. (Inventários não Publicados).

AUTO de Inventário e Partilha: Inventariado Coronel José Ferreira Prestes. Inventariante Joaquim Eugênio Monteiro de Barros. Data: 13 de junho de 1910.

AUTO de Inventário e Partilha: Inventariado Coronel Benedito Antônio Pires e sua mulher, Dona Escolástica Vieira de Almeida Pires. Data: maio, 15 de 1911. Cartório do 2º Ofício de Sorocaba.

CERTIDÕES do 1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos, referentes ao imóvel n. 331 à rua Pe. Luiz; ano de 1931.

CERTIDÃO do 1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos, referente ao imóvel n. 47, à rua Pe. Luiz; 1930.

CERTIDÃO do 1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos, referente ao imóvel n. 19 à rua das Flores. 17 de Janeiro de 1891.

FICHA CADASTRAL - Prefeitura do Município de Sorocaba, Coordenadoria Administrativa das Finanças, Divisão da Receita, rua Monsenhor João Soares, n.º 191, rua Monsenhor João Soares nº 177, rua Pe. Luiz nº 345.

OFÍCIOS DIVERSOS: Plantas da Casa de Câmara e Cadeia e ofício de reforma, 1896.

Of. 4290, Planta e ofício solicitando a continuação das obras da Ponte. 1843-1855.

Of. 1298; 4.490, Ofícios do Major João Bloem, diretor da Fábrica Ipanema. Acervo: Arquivo do Estado de São Paulo.

MAÇOS DE POPULAÇÃO - Tempos Coloniais. N. Ordem: 167. Acervo: Arquivo do Estado de São Paulo; Perspectiva S.A.,

Arquivos pesquisados

1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba

2º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba

Arquivo do Estado de São Paulo

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP

Biblioteca da Faculdade de Economia/USP

Biblioteca da Faculdade de História e Geografia/USP

Biblioteca do Museu Paulista/USP

Biblioteca Mário de Andrade, SMC/PMSP

Cartório do 2º Ofício da Comarca de Sorocaba

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat)

Gabinete de Leitura, Sorocaba, SP

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SP (IPHAN)

Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba/Casa Aluísio de Almeida (IHGGS/CAA)

Museu da Cidade, Lapa, PR

Museu do Tropeiro, Castro, PR

Museu Sorocabano, Prefeitura Municipal de Sorocaba, SP

Prefeitura do Município de Sorocaba, Secretaria de Finanças.

Entrevistas

Adilson César

Adolfo Frioli

Augusto Humberto V. Titarelli

Carmem Mestre Prestes

Eny Taques Rolim

Jaelson Betran Trindade

José Pereira de Queiroz Neto

Judith Carneiro de Mello

La Pastina

Léa M. Cardoso Vilella

Luiz Haas Lucas

Moacir Flores

Moara Zuccherelli

Oney Barbosa Borba

Rosina Parchen

Sônia Mascarielo

Vera Job

A fazenda serrana: considerações sobre a arquitetura rural nos Campos de Lages e Cima da Serra

Fabiano Teixeira dos Santos
Arquiteto e Urbanista, Mestre em História e Doutorando do PósARQ/UFSC, Florianópolis/SC

Apresentação

O vasto território de campos de altitude e matas de araucária, compreendido, a norte do rio Pelotas, no Estado de Santa Catarina, pelo Planalto Serrano Catarinense, e a Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo Planalto Serrano do Nordeste Rio-grandense, foi cortado durante os séculos XVIII e XIX, pelo caminho Viamão-Sorocaba, a Estrada Geral das Tropas.

Este caminho foi à principal rota de um complexo sistema viário que, ao conectar a Região Serrana dos dois estados sulinos a São Paulo, ao Litoral e às Missões antes do término do período colonial, foi o grande responsável pelo desenvolvimento da economia pastoril e do ciclo tropeiro, e, sobretudo, pela integração definitiva do Sul ao Centro do Brasil, consolidando os domínios territoriais luso-brasileiros disputados com os espanhóis na Região Platina.

Contíguos, consequentemente apresentando as mesmas características geográficas, ambos os planaltos receberam ainda nos primórdios de sua ocupação as denominações de Campos de Lages e Campos de Cima da Serra (porções catarinense e sul-rio-grandense, respectivamente), em função do predomínio de extensas pastagens naturais, o que naturalmente levou a uma exploração da terra por meio da pecuária extensiva e do latifúndio, apoiados na mão de obra do negro escravizado.

As primeiras propriedades rurais, somando milhares de hectares, ou, na forma usual da Região Serrana para expressar unidade de medida de área de terra, muitos "milhões de campo", se estabeleceram às margens do caminho pioneiro Viamão-Sorocaba, o que se deu pela concessão de sesmarias ou pela apropriação informal. Houve para isso, é claro, a gradual expulsão e extermínio das populações indígenas, xokleng e caingang, seus primeiros habitantes.

Multiplicaram-se as fazendas, na medida em que passaram a ocorrer desmembramentos dos latifúndios pioneiros e que outras áreas foram ocupadas, simultaneamente à abertura de novos caminhos e à fundação de po-

voações, dentre as quais Lages, Vacaria e São Francisco de Paula, em apoio ao processo de expansão territorial empreendido pela Coroa Portuguesa.

Ainda hoje, a pecuária é uma das principais atividades econômicas, embora venha perdendo espaço com a introdução da lavoura mecanizada e com o plantio de pinheiro americano para a indústria da madeira e da celulose, atividade esta responsável pela mudança radical da paisagem local.

Podem ser encontradas na Região Serrana, antigas sedes de propriedades rurais oriundas da fase áurea pastoril, apresentando complexos construtivos que abrangem, de uma maneira geral, a casa-grande, moradia do fazendeiro, bem como galpões e conjuntos de mangueiras (currais), que aí apresentam a particularidade de serem totalmente erguidas em alvenaria de pedra de junta seca, as denominadas *taipas de pedra*, em proveito dos afloramentos de rocha basáltica abundantes.

O estudo destas construções, particularmente das residências, que se passa a apresentar, é o primeiro resultado de pesquisa iniciada há alguns anos, inicialmente, com vistas a subsidiar os trabalhos técnicos da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Santa Catarina – IPHAN-SC, empenhada na identificação e proteção dos remanescentes físicos que compõem o Patrimônio Cultural do Ciclo das Tropas naquele Estado, e mais recentemente, no desenvolvimento de dissertação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, PPGH-UPF.

Embora ainda sucinto, o presente trabalho busca refletir sobre o processo histórico da região serrana gaúcha e catarinense nesse período inicial, a partir da produção arquitetônica no meio rural.

Esta arquitetura apresenta dois aspectos fundamentais: primeiramente, a simplicidade de feições vernaculares luso-brasileiras, que denuncia a origem e o modo de vida das populações pioneiras; e em segundo, de certa forma como contraponto à característica anterior, a implantação destacada e organizadora do conjunto edificado – e da própria fazenda, quanto unidade produtiva, o que atesta a condição sócioeconômica abastada dos proprietários, senhores de terra, gado e escravos.

Partindo de contextualização histórica e apoiada em revisão bibliográfica, identifica as casas de fazenda remanescentes, bem como algumas já desaparecidas, das quais se encontrou alguma documentação e iconografia, as quais são analisadas quanto aos aspectos arquitetônicos (materiais, técnicas e sistemas construtivos, definição do programa de necessidades e das plantas, elementos estéticos, entre outros), relacionando-as com construções similares de outras regiões, apontando para possíveis origens, tentando identificar generalidades e originalidades, buscando definir tipologias.

Almeja, por fim, contribuir com subsídios para o aprofundamento do conhecimento referente à fazenda pastoril, em particular da casa rural serrana do meridião brasileiro nos séculos XVIII e XIX.

Ocupação e desenvolvimento do território: o ciclo da pecuária

Estrada Geral das Tropas e outros caminhos

No início do século XVIII, em meio à delimitação das fronteiras meridionais do Brasil, diante da necessidade de avançar sobre as Missões Jesuíticas e consolidar os domínios territoriais já conquistados aos espanhóis – Colônia do Sacramento, Rio Grande e o litoral de Santa Catarina – Portugal percebeu que para levar a bom termo seu projeto expansionista, seria preciso efetivar a ligação entre essas regiões por terra e povoá-las.

Paralelamente a isso, a descoberta do ouro em Minas Gerais esgotava todos os meios de produção e abastecimento de alimentos então disponíveis na Colônia, além de consumir praticamente todo o rebanho de animais destinados ao transporte.

Em contrapartida, nos campos a ocupar no Sul, ultrapassando os atuais limites com o Uruguai e a Argentina, abundava gado vacum, cavalar e muar, originário dos rebanhos dos jesuítas espanhóis e que se devidamente arrebanhado e conduzido para os domínios portugueses, seria a solução para a crise iminente. Principalmente as mulas, criadas aos milhares em estâncias das regiões de Tucumán, Córdoba, Santa Fé e Entre Rios para serem comercializadas na feira da cidade de Salta, careciam de novos mercados, desde que a decadência das minas de ouro e prata de Potosí, no Vice-reinado do Peru, havia decretado o fim do rentável negócio das tropas de muares da América Espanhola.

Para levar a cabo tamanha empreitada, tornou-se imprescindível incorporar os Campos de Lages e de Cima da Serra, incluindo a área conhecida como *Baqueria de los Piñales*, até então despovoados pelos portugueses.

Assim, o antigo caminho que existia desde o final do século XVIII ao longo da costa, entre a Colônia do Sacramento e Laguna, o Caminho da Praia, foi em 1728 desviado para oeste, na altura da atual cidade catarinense de Araranguá, alcançando os Campos de Cima da Serra e rumando daí para a vila de Curitiba.

Empreendido por Francisco de Sousa Faria, tornou-se conhecido como caminho do Sousa Faria ou dos Conventos, porém logo se mostrou de difícil manutenção, em função do relevo demasiado íngreme. Além do mais, o trajeto realizado pela faixa litorânea praticamente inviabilizava o transporte

regular de cargas e tropas de animais, em função da grande presença de alagadiços, rios e dunas, por vezes intransponíveis.

Buscou-se como alternativa avançar para o interior ainda em território sul-rio-grandense, onde os terrenos mais secos e a maior regularidade do relevo, facilitando a subida da serra, foram decisivos para a abertura do caminho de Viamão, do Sertão, ou simplesmente Estrada Geral das Tropas:

> Fugindo do Litoral inóspito, com muitas barreiras que interceptavam o Caminho da Praia (rios Tramandaí, Mampituba e Araranguá), foi aberto por Cristóvão Pereira de Abreu, por volta de 1734, um caminho que, vindo do Sul, saía na altura do atual município de Palmares em direção ao interior. Atravessando os Campos de Viamão, enveredava rumo ao rio Rolante, afluente do Sinos (área de Santo Antônio da Patrulha), e seguia depois perseguindo a serra (São Francisco de Paula e Bom Jesus). Após atravessarem o rio Pelotas e ali pagarem os direitos no Registro de Santa Vitória (RS), os tropeiros alcançavam os Campos de Lages e os de Curitibanos, no Planalto catarinense, ingressando depois no território paranaense ao transporem o rio Negro. (BARROSO, Véra Lucia Maciel. O tropeirismo na formação do Sul. In: BOEIRA; Nelson (Coord.); GOLIN, Tau (Coord.). *História do Rio Grande do Sul – Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 1.

Como a ligação entre o planalto paranaense e São Paulo já existia, o caminho de Viamão acabou por consolidar a ligação entre o Sul e o Centro da Colônia.

De forma a garantir o controle do comércio de animais destinados a São Paulo mediante a cobrança de impostos, e ao mesmo tempo propiciar maior segurança aos tropeiros e viajantes, foi instalado por volta de 1754, na margem sul do rio Pelotas, junto a uma das poucas passagens possíveis – o Passo de Santa Vitória – um registro, espécie de praça de cobrança de pedágio guarnecido por um destacamento militar do exército português.

O ponto final da jornada era a vila de Sorocaba, cuja feira de muares, realizada desde as primeiras décadas do século XVIII, acabou tornando-se a mais importante em número de animais comercializados, gerando lucros vultosos em impostos à Coroa e garantindo o fornecimento de animais de transporte a todo o território brasileiro, durante os ciclos do Ouro e do Café.

No entanto, o sistema viário não se resumiu à estrada Viamão-Sorocaba. Outras foram sendo abertas a partir de solicitações de tropeiros, interessados em ampliar seus negócios, e das autoridades oficiais, preocupadas com o isolamento da Região Serrana, com a necessidade de novas frentes de expansão da ocupação do território, ou mesmo para assegurar a defesa da faixa litorânea diante das constantes ameaças de investidas castelhanas. Criou-se

assim, apesar da distância e da precariedade, uma rede de caminhos, o que por sua vez levou a um significativo incremento comercial e populacional. Destacam-se aí a estrada entre Lages e Laguna, na verdade o antigo Caminho dos Conventos, que após ter sido abandonado, foi reaberto entre 1771 e 1772 pelo fundador e capitão-mor da vila de Lages, Antônio Correia Pinto de Macedo, e o estratégico caminho desbravado em 1787 para conectar Lages à vila-capital da ilha de Santa Catarina, Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis), feito do alferes Antônio José da Costa.

Tão importante quanto o Caminho de Viamão foi o Caminho Novo da Vacaria, ou Vereda das Missões, cuja abertura em 1816, sob o comando do alferes da Cavalaria de Curitiba, Atanagildo Pinto Martins, pode ser considerada o início de uma segunda frente do Ciclo das Tropas.

A partir da ocupação definitiva das Missões pelas forças portuguesas, ocorrida em 1801, e com o importante incremento da pecuária nos campos da fronteira oeste gaúcha, principalmente como criatório de mulas, produção que, aliás, passou a liderar, tornou-se necessário facilitar a ligação com o mercado consumidor da Região Central do Brasil, o que se resolveu com o Caminho da Vacaria. Partindo de São Borja, passava por Cruz Alta, Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Vacaria, de onde rumava para Lages, se conectando ao antigo Caminho de Viamão.

Numa terceira e última fase da economia tropeira, o transporte de animais foi deslocado definitivamente para Oeste, com a ligação de Lagoa Vermelha com Campos Novos e Curitibanos, a norte de Lages, e de Palmeira das Missões com os Campos de Palmas e de Guarapuava, já em território paranaense.

Sesmarias dão origem a fazendas e povoados

O forte apelo exercido pela pecuária extensiva, atividade econômica praticamente absoluta na Região Serrana Gaúcha e Catarinense até as primeiras décadas do século XX, levou por consequência a um processo de estruturação social ruralizante, evidente quando se considera o papel dominante que as grandes extensões territoriais da fazenda pastoril desempenharam: "Formada de extensos campos propícios à criação, foi este tipo de atividade que caracterizou a região, absorvendo quase toda a atividade do homem do planalto."

Conforme observou Peluso Júnior, a hegemonia da pecuária nos campos serranos originou a um tipo humano que chamou de *seminômade*. Isto em razão da sazonalidade da economia pastoril, que por sua vez decorria da imposição do clima local, marcado por invernos rigorosos que forçavam à paralisação temporária da produção na fazenda. Assim, durante o inverno,

entre junho e agosto, os fazendeiros retiravam-se com suas famílias para as povoações, onde mantinham casa, aguardando a chegada da primavera para regressar ao meio rural e retomar a produção.

Diferindo de grande parte dos estabelecimentos pastoris sul-riograndenses, que usualmente denominaram-se *estâncias*, talvez por influência platina, as propriedades rurais nos Campos de Cima da Serra e nos campos catarinenses de Lages, mais próximas da concepção paulista, denominaram-se *fazendas*. Surgiram na sequência da abertura do Caminho Viamão-Sorocaba, concomitantemente à concessão de sesmarias, para legitimação da posse sobre o território: "Foi a partir de Bento Soares da Motta, Francisco Carvalho e Bento Pereira, chegados depois de 1730, que começaram a serem fundadas as fazendas".

Aos campos do planalto, acorreram lagunenses, paulistas, portugueses do reino e açorianos, que em meio aos reveses das guerras de fronteira, rumaram serra acima, onde a abundância de pastagens e rebanhos acenavalhes com perspectivas de uma vida mais estável e promissora.

Na medida em que novas áreas iam sendo desbravadas, a partir da abertura de novas estradas e da fundação dos povoados, as fazendas multiplicaram-se, servindo de apoio uns e outros na ocupação e estruturação territorial.

A Capitania de São Paulo empreendeu em 1766 a fundação da povoação pioneira da região serrana catarinense, Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages, hoje cidade, implantada no alto de colina junto à nascente do Rio Caraá. Criado sob a incumbência do português Antônio Correia Pinto de Macedo, o povoado se consolidou como ponto de apoio às tropas em trânsito para Sorocaba e ao Registro do Passo de Santa Vitória, sendo elevado à vila em 1771 e à cidade em 1860.

Também na Capitania do Rio Grande foram tomadas providências no sentido de assegurar a ocupação e posse do território, fundando-se as freguesias de São Francisco de Paula de Cima da Serra (1761), cuja sede situou-se logo após a subida da *Serra do Viamão*, em terrenos da sesmaria de Pedro da Silva Chaves, e de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria (1768), em área doada por outro sesmeiro, Antônio Borges Vieira. São Francisco de Paula e Vacaria, ora concorreram, oram revezaram-se como sedes de unidades administrativas, o que se estendeu até sua emancipação da vila de Santo Antônio da Patrulha, na segunda metade do século 19.

Resultando de uma ação oficial, como Lages, que teve inclusive traçado urbano planejado, ou decorrente da evolução de simples pouso de tropeiros, como Lagoa Vermelha, esses núcleos surgiram e se desenvolveram junto aos

caminhos de tropas, cercados por fazendas de criação de gado, estando, portanto, diretamente relacionados ao ciclo da pecuária e ao tipo de sociedade que ele produziu. Prova disso foi a presença, em todos, de uma via larga, implantada de forma periférica ou central ao núcleo, denominada *Rua das Tropas*. Hoje rebatizadas, algumas transformadas em avenidas, foram tão relevantes no contexto original dessas cidades quanto as igrejas paroquiais e suas praças.

Arquitetura da fazenda serrana

Tradição arquitetônica luso-brasileira

No contexto de uma sociedade cuja economia se baseava na atividade pastoril e no latifúndio, surgiu uma arquitetura de soluções simples, onde os elementos ostensivos cederam lugar quase que por completo a uma estética que partia da necessidade de adaptar-se ao meio e ser funcional. Nicolau Dreys, em viagem pelo interior do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX, já havia observado que: "A presença do homem pouco fez em benefício desses lugares; suas moradas foram construídas pela necessidade: ali não aparece luxo algum." (DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província de São Pedro do Sul (1839)*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990, p. 92).

Contrapondo-se à arquitetura dos centros maiores, nos quais a presença intensa da mão-de-obra escrava e a maior disponibilidade de recursos financeiros permitiram a construção de residências mais amplas e sofisticadas, essa rusticidade não passou despercebida por outro europeu, Robert Avé-Lallemant. Durante sua estada numa fazenda a caminho de Lages, no inverno de 1858, relatou: "[...] examinando-se a casa do milionário Juca Velho, não se compreende que nela possa reinar tanta simplicidade, tanta sobriedade, um modo de vida tão perfeitamente espartano. Só a convicção de que até às últimas fontes do Uruguai o modo de vida europeu ainda não pôde penetrar, deita alguma luz sobre aquela condição." (AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 58).

A narrativa segue, registrando, entre outras precariedades, a incompreensão do viajante diante do fato de, apesar do frio intenso, não haverem artifícios para o aquecimento das habitações.

Essa austeridade parece estar atrelada a uma forte tradição construtiva, tornando a arquitetura encontrada no Planalto Serrano, muito similar à de edificações erguidas, por exemplo, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no litoral catarinense ou em outras localidades do Rio Grande do Sul à época. Luís

Henrique Haas Luccas, em seu estudo sobre a arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul, escreve:

> A ocupação riograndense dos primeiros tempos vincula-se à Laguna e São Paulo, mais precisamente com Sorocaba, centro da atividade tropeira. As procedências restantes, como se mencionou no primeiro capítulo, foram de outras regiões brasileiras, de Portugal, Açores e Madeira, basicamente. "Há uma unidade destes diferentes grupos em torno do que se denominou cultura luso-brasileira, com uma arquitetura comum correspondente, ressalvadas suas variações regionais. (LUCCAS, Luís Henrique Haas. *Estâncias e Fazendas*: Arquitetura da Pecuária no Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1997, p. 78).

De fato, esta arquitetura tem suas raízes na tradição construtiva portuguesa, que embora também possua seus regionalismos, em função de diferentes condicionantes culturais, geográficos e econômicos que operaram em conjunto e com maior ou menor intensidade na definição dos modelos arquitetônicos em território português, em períodos diversos, apresenta-se, sobretudo quanto à forma, bastante homogênea. Característica definida, certamente, em função de uma forte expressão vernacular transmitida ao longo do tempo pelo conhecimento popular e pelo trabalho habilidoso dos mestres construtores, e que, desde o Renascimento até meados do século XIX, foi absorvida ou, de certa forma, aperfeiçoada pelo academicismo decorrente da larga atuação em Portugal e nas colônias de engenheiros militares e arquitetos, formados dentro das concepções arquitetônicas renascentistas e barrocas. João Vieira Caldas, ao tratar das moradias rurais da região de Lisboa no século XVIII, tece o seguinte comentário: "Na verdade, até na permanência e simplicidade de desenhos e modos de construir, os esforços parecem antes conjugar-se, pois à constante passagem de testemunho de arquiteto e construtores vem juntar-se a tradicional *imutabilidade* das formas populares". (CALDAS, João Vieira. *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no século XVIII*. Porto: FAUP Publicações, 1999, p. 51).

Nas vilas e cidades, a normatização imposta pelos antigos códigos de postura municipais, que dispondo sobre os mais variados aspectos da vida comunitária, regularizavam também o construir e o habitar nos espaços urbanos, teve importante papel na afirmação destas características, consolidando aquilo que há gerações já havia sido assimilado e desenvolvido como arquitetura. Prova disso são as casas de fazenda estudadas, que embora não seguissem nenhuma legislação para sua feitura, apresentavam praticamente as mesmas características presentes nas casas urbanas, externa ou internamente.

Além disso, essa legislação municipal, inspirada nas Ordenações Régias, servia como instrumento para impor uma expressão comum à arquitetura colonial, aos moldes da Metrópole, o que permaneceu após a Independência e deu origem a uma identidade arquitetônica luso-brasileira.

Importa lembrar Reis Filho que analisando as cidades coloniais brasileiras e a homogeneidade de suas edificações, as percebeu como uma necessidade formal da época:

> [...] as casas eram construídas de modo uniforme e, em certos casos, tal padronização era fixada nas Cartas Régias ou em posturas municipais. Dimensões e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas foram exigências correntes nos séculos XVI-XVII. Revelam uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa. As repetições não ficavam, porém somente nas fachadas. Pelo contrário, mostrando que os padrões oficiais apenas vinham completar uma tendência espontânea, as plantas, deixadas ao gosto dos proprietários, apresentavam sempre uma surpreendente monotonia. (REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 24).

Percorrendo o interior do município de São Francisco de Paula, nos Campos de Cima da Serra, ou a região da Coxilha Rica, no município catarinense de Lages, de um e outro lado do rio Pelotas, encontra-se as mesmas fachadas brancas e austeras, emolduradas por cunhais e cimalhas, ou simplesmente arrematadas por beirais de telha (beira-seveira) e cachorros. Destacam-se igualmente os volumes das coberturas de duas ou quatro águas, cujas telhas capa-e-canal e a curvatura elegante, proporcionada pela presença de galbos, evidenciam a ancestralidade lusitana.

Não devem ser desconsideradas outras possíveis influências, também resultantes de modelos arquitetônicos de origem ibérica, porém introduzidos no Brasil ainda nas primeiras décadas do povoamento e aí adaptados, com destaque para a casa bandeirista (paulista) dos séculos XVI e XVII.

O fato é que, em decorrência do regime de chuvas diferenciado, da incidência de ventos e de temperaturas mais baixas, tornando os invernos serranos mais longos e rigorosos, essas arquiteturas reinventaram-se. Prova disso é o desaparecimento das varandas e alpendres, elementos característicos das residências coloniais da maior parte das regiões brasileiras e mesmo presentes em Portugal.

Diante do fato dos aspectos socioeconômicos, culturais e geográficos interagirem na determinação das edificações, a população que a produziu

também soube apropriar-se de materiais e recursos naturais disponíveis no meio para, no caso do presente estudo, reproduzir sua tradição construtiva portuguesa. Prova disso dão as originais casas luso-brasileiras de *araucária*, produzidas nos planaltos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, como será visto a seguir.

Com relação ao estudo da arquitetura doméstica portuguesa e seus reflexos no que se produziu como moradia no Brasil, além da já referida obra de João Vieira Caldas, merece menção os trabalhos de José Manuel Fernandes, Fernando Galhano e Ernesto Veiga de Oliveira, Mário Moutinho, Günter Weimer, bem como as obras *Arquitectura Popular dos Açores* e *Arquitectura Popular em Portugal,* cujo estudo mais aprofundado e comparativo poderá certamente proporcionar novos esclarecimentos a cerca da moradia serrana do Sul brasileiro.

Materiais e sistemas construtivos

Casas de araucária e alvenaria

Se quanto à forma percebe-se com clareza ter ocorrido a predominância dos modelos arquitetônicos de origem portuguesa, com relação ao emprego de materiais construtivos, o aproveitamento daquilo que o meio físico local disponibilizava parece ter sido amplamente utilizado, até mesmo em função do distanciamento em relação a outras regiões, principalmente do litoral, onde poderiam ser obtidos materiais de uso mais generalizado, como a cal.

Fica evidente, no entanto, ao analisarmos as antigas sedes de fazenda, que essa assimilação ocorreu no sentido de substituir e não de criar algo novo.

A abundância de materiais como as rochas basálticas e areníticas (principalmente o basalto, que se encontra solto nos campos, portanto de fácil obtenção), assim como a madeira proveniente das matas de araucária (pinheiro brasileiro), levou a que se construíssem moradias com um e outro material, porém sempre obedecendo aos padrões formais tradicionais, correntes até o século XIX.

Comumente utilizada na confecção de forros e soalhos, a madeira de araucária também foi corrente como divisória interna *tabique* e cobertura, na forma de telhados de tabuinha**:** "Nos Campos de Cima da Serra, a abundância de araucária punha em evidência a sugestão de se aproveitar o material de mais fácil obtenção, a madeira. Por isso, não raro, nas sedes de fazendas da região, até as coberturas eram realizadas com tabuinhas [...]". (CURTIS, J. N. B. de. Arquitetura e economia do gado na Região Sul. In: BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira. *Arquitetura na formação do Brasil. Brasília*: UNESCO/IPHAN, 2008, p. 183).

A Região Serrana de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul trata-se do único local de tradição construtiva luso-brasileira em que houveram residências confeccionadas totalmente em madeira, consistindo numa excepcional apropriação deste material aos padrões da arquitetura de origem lusa, com a substituição da alvenaria por tábuas dispostas verticalmente, vedando a estrutura independente, também confeccionada em madeira.

Em 1858, Robert Avé-Lallemant chamou atenção para o que definiu como "a completa expressão do Planalto de Santa Catarina", ou a casa *genuinamente nacional*, referindo-se às casas de fazendas construídas em araucária que conheceu em Lages.

Atualmente restam poucos destes exemplares, uma vez que foram sendo gradualmente substituídos por novas construções, dada a menor durabilidade da madeira e exigência de manutenção constante em relação à alvenaria. São remanescentes as sedes das fazendas Capão do Posto, Cajuru, São Luís e Santo Cristo, em Lages, da Palma**,** em São Joaquim, do Socorro, em Vacaria, e Caraúno, em Bom Jesus.

As construções em alvenaria são encontradas em maior número, tendo sido suas robustas paredes externas, algumas atingindo quase um metro de espessura, erguidas em pedra e tijolos rejuntados com barro e rebocados com cal.

Diante da distância das povoações e da precariedade das estradas, houve a instalação de olarias junto às fazendas para a confecção de tijolos, empregados basicamente nos peitoris de janelas e arremates dos vãos, e de telhas do tipo capa-e-canal, usuais nos telhados luso-brasileiros.

Ingrediente fundamental para as pinturas e argamassas de reboco, a cal era trazida do litoral a pesados custos, em sacos acomodados sobre o lombo de mulas, sugerindo que o apelo de sua utilização, dada a eficiência e durabilidade que conferia à construção, era superior às dificuldades que sua obtenção acarretava. Explica-se assim o porquê da escassez e do uso racionado, destinando-se basicamente ao acabamento dos rebocos e pintura. Frei Pedro Sinzig registrou em suas memórias: "[...] foi necessário organizar ou contratar tropas que, em seis dias de viagem no mínimo, e outros seis de volta, iam buscar a cal, em quantidades irrisórias, na costa! Era carga de que nenhum tropeiro gostava, pois obrigava a duplas providências contra a chuva e, assim mesmo, incomodava os animais". (PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991, p. 93).

Também o vidro era trazido do litoral, destinado ao fechamento de esquadrias, e só apareceu na segunda metade do século XIX, quando seu uso se vulgarizou em todo o Brasil. Em Lages e São Joaquim, não raro, as vidraças

das janelas de residências mais abastadas, incluindo-se aí as casas de fazenda, apresentavam delicados caixilhos ornamentais compondo losangos de diferentes formatos e tamanhos, resultando em interessante efeito estético. Isso quando não eram a única ornamentação presente nas austeras fachadas das moradias. Este modismo ainda é encontrado em inúmeras moradias de Laguna e região, de onde deve ter provido juntamente com os próprios vidros, podendo ser visto em Lages nas sedes das fazendas Cajuru e Capão do Posto.

Ausência do pau-a-pique e da taipa de pilão

Técnica construtiva que parece ter sido rara na região serrana, ao menos na construção de paredes externas, é a taipa, tanto em suas versões pau-a-pique como taipa de pilão.

O pau-a-pique consistia na montagem de uma estrutura em madeira, à semelhança das casas de araucária, com pilares enterrados no chão (origem da expressão *pau-a-pique,* vedada com tramas de fibra vegetal amarrada ou pregada (lascas de taquara, palmeira ou sarrafos de madeira), por sua vez revestidas com barro aplicado manualmente (daí o fato de também ser denominada *taipa de mão)*. Foi bastante usado nas paredes internas das residências, onde ao final recebia uma fina camada de revestimento de cal, para efeito de acabamento e pintura, sendo vulgarmente denominado de estuque.

Já a taipa de pilão era realizada a partir do apiloamento de barro dentro de caixas de madeira, com a altura e espessura desejáveis para as paredes, entaipando-se (levantando-se) a construção.

Assim como a alvenaria de pedra e cal, é muito provável que a taipa e suas variantes também tenham tido origem nas construções tradicionais portuguesas, sobretudo na região do Alentejo e nas áreas do norte, na divisa com a Espanha. Ocorreu com frequência em Minas Gerais e em São Paulo, particularmente no Planalto de Piratininga, onde, em função da escassez de pedra e de outros recursos para a construção durante o período colonial, foi aperfeiçoada e amplamente difundida.

No entanto, apesar da intensa relação mantida entre o Planalto Serrano Gaúcho e Catarinense com São Paulo até o século XIX, por conta do Ciclo Tropeiro e das trocas culturais que proporcionou entre o Sul e o Centro do país, foi possível identificar apenas três exemplares arquitetônicos em pau -a-pique e nenhum em taipa de pilão. Trata-se das sedes das fazendas do Matemático, em Bom Jesus e do Cadete e Cruz de Malta, em Lages.

Curiosamente, a norte de Lages, basta atravessar a Serra do Espigão e o rio Negro, atingindo-se os Campos Gerais (área originalmente pertencente a São Paulo), que é possível encontrar ao longo da antiga Estrada das Tropas, deze-

nas de fazendas dos séculos XVIII e XIX erguidas em taipa, inclusive de pilão, nos municípios paranaenses de Lapa, Palmeira, Castro, Ponta Grossa e Tibagi.

É possível afirmar que o fato da durabilidade inferior em relação à alvenaria, aliado à abundância de pedra e madeira, tenham sido determinantes para a escassez, desaparecimento ou substituição destas construções.

Complexo construtivo da sede da fazenda

Implantação

A implantação da sede da fazenda serrana obedeceu principalmente a uma necessidade estratégico-defensiva, característica presente, diga-se de passagem, na maioria das estâncias e fazendas pastoris do Sul do Brasil, em razão dos conflitos pela delimitação de fronteiras, e hierárquica, quanto casa senhorial e núcleo organizador da propriedade. Em razão disso, situaram-se em sítios elevados, geralmente em coxilhas (colinas) mais destacadas, a fim de que se pudesse vislumbrar amplo visual das áreas de entorno, controlando-se de certa forma o que se passava ao redor, a grande distância.

Por outro lado, sobretudo na medida em que se aproxima do final do século XIX, estando definidas as questões de fronteira e em função de uma maior estabilidade política e social, a preocupação defensiva, presente nos primeiros anos de ocupação do território, deixa de ser fundamental para a escolha do local de construção da sede da propriedade. Datam deste período as fazendas implantadas de forma menos exposta, a meia encosta de terrenos acidentados, ainda mantendo vistas privilegiadas – fazendas Cajuru e São Domingos, em Lages (SC) – ou no fundo de pequenos vales, ficando cercadas por morros – fazenda Morrinhos, em Lages.

A casa de fazenda é o centro de um complexo de construções e espaços de apoio formado pelo jardim fronteiro ou lateral à casa, horta, pomar, terreiro (onde são criados porcos, galinhas e outros animais domésticos de pequeno porte), roças (situadas nas imediações da moradia para fornecimento de gêneros alimentícios), o galpão, construção essencial à atividade pastoril, implantado numa das laterais ou atrás da moradia, e as mangueiras (currais), de dimensões e formatos diversos, igualmente fundamentais à lida com o gado e suas atividades específicas – recolhimento e aparte dos animais, marcação e castração, doma de cavalos, etc.

A interligação entre esses elementos é obtida pelos muros erguidos em pedra de junta seca, conhecidos na Região Serrana como taipas de pedra e destinados ao cercamento dos diferentes espaços livres que compõem o complexo da sede da fazenda (jardins, hortas, terreiro, roças e mangueiras), bem como à demarcação das invernadas de criação de animais, estradas e delimitação das propriedades, conforme se observará mais adiante.

Fachadas

Destaca-se obviamente, como, aliás, usual na arquitetura luso-brasileira, a fachada frontal, que segundo um princípio de identidade e hierarquia, apresenta os melhores acabamentos e alguma ornamentação, diga-se de passagem, singela – cunhais, enquadramento das aberturas, sobrevergas, caixilhos trabalhados e cimalha em lugar do simples beiral de telhas que ocorre nas demais fachadas. Podem ocorrer ainda gravações na própria alvenaria ou em cartelas de cantaria afixadas sobre a porta principal, contendo as iniciais do proprietário e a data de construção (caso da fazenda Morrinhos, que pertenceu ao coronel Belisário José de Oliveira Ramos): "A busca de uma ornamentação mais enfática na fachada principal é quase uma redundância. Essa é a primeira a ser avistada, símbolo do status do proprietário e dominante na paisagem". (PEIXER, Zilma Isabel et al.. Fazendas da Coxilha Rica, Lages, SC – estudo de arquitetura. In: *Levantamento do Patrimônio Ambiental e Socioeconômico do Caminho das Tropas*. Relatório de Pesquisa, Lages (SC), 2005, p. 21).

A presença de uma calçada pavimentada com pedras, em toda a extensão da fachada, também era empregada a fim de valorizar a frente da residência, além, é claro, do jardim fronteiro, cercado por taipas de pedra, onde aparecem canteiros com flores e árvores ornamentais, principalmente camélias, siqueiras, butiazeiros e carvalhos.

Outro artifício utilizado no sentido de reforçar a imponência da construção foi, quando da ocorrência de fachada simétrica e cobertura em quatro águas de formato piramidal, arrematar-se a cumeeira com pinha ou pináculo em cantaria – fazendas Santa Teresa, Morrinhos e Igrejinha – modismo usual em edifícios palacianos até meados do século XIX.

Planta baixa

Duas tipologias principais

O programa de necessidades que definiu as plantas baixas das casas de fazenda serranas consistia basicamente em destinar a parte anterior da moradia, por onde se dava o acesso principal, aos espaços de receber e de uso social, como salas de visitas e quartos de hóspedes, enquanto as partes ao centro e posterior da casa serviam exclusivamente aos usos íntimos e de serviço doméstico, como dormitórios da família, sala de jantar e cozinha.

Este programa é uma constante na arquitetura luso-brasileira, rural ou urbana, sendo que a variação maior fica por conta das dimensões e quantidade de cômodos, o que geralmente está relacionado ao poder aquisitivo do proprietário, havendo pouca variação quanto ao arranjo dos espaços internos.

Basicamente, duas tipologias de planta baixa, com formato retangular ou quadrangular, ambas térreas e obedecendo ao programa apresentado, aparecem entre as construções analisadas: uma em que não existem circulações especializadas, fazendo-se o acesso externo através de uma sala central, à qual a maior parte dos demais ambientes está diretamente conectada; e outra em que o acesso externo é feito por um corredor que interliga a parte anterior e posterior da moradia, estruturando-a.

A primeira tipologia ocorre principalmente nas edificações mais antigas, entre o século XVIII e a primeira metade do século XIX. São em geral moradias de menores dimensões, com a fachada frontal apresentando na maioria dos casos quatro vãos, sendo, portanto, assimétrica. A assimetria revela uma menor preocupação estética e formal com a composição da fachada, que desta forma assume um aspecto marcadamente vernáculo e primitivo, reforçado pela frequente ausência de cunhais, cimalha ou qualquer outro ornamento.

As sedes das fazendas Pinheirinho e São Domingos, em Lages, e do Socorro, em Vacaria, exemplificam esse tipo de construção. Apresentam dimensões modestas, o que é evidente no tamanho dos cômodos internos, além de pé-direito baixo, em torno de 2,5 metros. Dos quatro vãos da fachada frontal, os dois mais ao centro destinam-se à porta de entrada e à janela da sala de visitas, enquanto os demais, um em cada extremidade, destinam-se às janelas de dormitórios frontais, quase sempre destinados a hóspedes e acessados diretamente pela sala. A partir desta, chega-se a um pequeno ambiente de circulação, espécie de vestíbulo, que acessa de um e de outro lado dormitórios, além de fazer a transição para a sala de jantar, disposta ao longo da parte posterior da casa, junto à cozinha.

A segunda tipologia é caracterizada pela presença marcante de um extenso corredor que liga o exterior, na fachada frontal, à sala de jantar, nos fundos, organizando em torno de si todos os espaços da moradia. Funcionando como um eixo de simetria, tendo em cada uma das laterais praticamente os mesmos ambientes rebatidos – salas e alguns dormitórios na frente, alcovas no centro e ambientes de serviço atrás – esse corredor aparece na maioria das residências brasileiras do século XIX, mesmo nas mais modestas moradinhas urbanas de porta e janela, resultando em ganho considerável para a melhor estruturação da casa e setorização de seus diferentes espaços, de uso social e íntimo.

Essa planta foi largamente utilizada no meio urbano, em função de facilitar a ocupação dos lotes estreitos e compridos, o que implicava na quantidade de aberturas voltadas para a rua.

As salas da frente e as lojas aproveitavam as aberturas sobre a rua, ficando as aberturas dos fundos para a iluminação dos cômodos de permanência

das mulheres e dos locais de trabalho. Entre estas partes com iluminação natural, situavam-se as alcovas, destinadas à permanência noturna e onde dificilmente penetrava a luz do dia. A circulação realizava-se, sobretudo, em um corredor longitudinal que, em geral, conduzia da porta da rua aos fundos. Esse corredor apoiava-se a uma das paredes laterais, ou fixava-se no centro da planta, nos exemplos maiores.

Como na fazenda a restrição de tamanho do lote não existia, as construções, dependendo dos recursos financeiros do fazendeiro, tendiam a se configurar como *morada inteira*, ou seja, fachada frontal apresentando uma porta central e duas ou mais janelas de cada lado – caso das fazendas São João, Santa Teresa, São José, Morrinhos e Limoeiro, em Lages, Branca, em Vacaria, e Chimarrão, do Guirra, Capão do Alto e Capão de Fora, em São Francisco de Paula.

Importante inovação difundida entre as residências do século XIX e geralmente associada à planta do tipo *morada inteira*, estando, portanto, também presente nas casas de fazenda, foi o porão alto. Consistia em apoiar os assoalhos sobre porões mais ou menos elevados, sendo o desnível em relação ao exterior vencido por meio de uma pequena escada posicionada após a porta de entrada, conduzindo ao corredor central da habitação. Ao longo de todo o nível inferior das paredes, abriam-se óculos ou gateiras de ventilação, solução simples e de grande importância para a salubridade da madeira do barroteamento e dos assoalhos. Além de minimizar os problemas com umidade, que tornavam as casas baixas insalubres, o porão alto proporcionava imponência à residência, conferindo-lhe aspecto mais nobre.

Algumas variantes

Além das duas tipologias principais apresentadas, é possível encontrar algumas variações de planta decorrentes ou associadas a estas, como a casa de sobrado com dois pavimentos, a casa com quarto de hóspedes de acesso externo independente e a moradia dotada de pátio interno avarandado.

Os sobrados tiveram ocorrência mais rara no meio rural, o que pode ser explicado pelo fato de haver área completamente livre para construção, diferentemente das vilas e cidades, onde em muitos casos as limitações de disponibilidade e tamanho dos terrenos favoreciam a um maior aproveitamento possível do lote, o que era obtido com construções de mais de um pavimento.

Registra-se na Região Serrana, tanto em Santa Catarina como no Rio Grande do Sul, a ocorrência de apenas três fazendas de sobrado, das quais a do Cadete, em Lages, consistiu numa ampliação posterior ao recorte temporal estudado, restando assim as fazendas do Guarda-Mor, também em Lages, e a da Estrela, no Município de Vacaria.

Quanto à fazenda do Guarda-Mor, já demolida, é possível analisar o aspecto formal da edificação a partir de fotografia do início do século XX que ilustra a obra *O Continente das Lagens*, de Licurgo Costa. Numa composição de volumes assimétrica, e estando a casa implantada linearmente, ocorria num dos lados uma parte assobradada, com telhado de quatro águas, e outra térrea, coberta por telhado de duas águas, o que remete às casas vernaculares torreadas da arquitetura saloia, originária da Região de Lisboa e também encontrada no arquipélago dos Açores.

Por sua vez, a sede da fazenda da Estrela, ainda existente, erguida na primeira metade do século XIX, consiste num sobrado que se eleva sobre a parte central da construção, simetricamente, em elegante composição volumétrica que remete a um tipo de moradia rural abastada, de gosto classicizante, encontrado em engenhos de cana de açúcar do Nordeste e do Rio de Janeiro, bem como em algumas charqueadas da região de Pelotas, Bagé e São Gabriel, no Rio Grande do Sul.

A sede da fazenda Cajuru, em Lages (construção em alvenaria), embora relacionada à planta de tipo morada inteira, pela presença do grande corredor que liga a fachada frontal à sala de jantar, nos fundos, apresenta característica peculiar: um quarto para hóspedes com acesso independente pelo exterior, na fachada frontal. Esse quarto com acesso externo, caso único entre as fazendas catarinenses, aparece com frequência nas fazendas do Ciclo Tropeiro no Paraná e no Planalto de Piratininga, a exemplo da casa da fazenda Passa-Três, do Brigadeiro Tobias, em Sorocaba, importante referencial da arquitetura paulista estudada por Carlos Lemos.

No Rio Grande do Sul, as fazendas homônimas dos Novilhos, localizadas no município de São Francisco de Paula, apresentam plantas baixas praticamente idênticas, nas quais também aparecem os quartos com acesso externo. Destaca-se, porém, a presença de pátio interno avarandado, que tem origem com o espaçamento existente entre duas alas paralelas, dispostas perpendicularmente em relação ao corpo principal da habitação e cobertas por telhados de duas águas, sendo uma ocupada pela cozinha e a outra destinada a quartos de empregados. O fechamento posterior se dá por outra ala, maior, com telhado de quatro águas, também ocupada por dependências de serviço, que acaba por configurar a planta em quadra.

Pavimentado com pedras, o pátio possui desnível para esgotamento das águas pluviais, canalizadas sob a casa, para os fundos. Seu perímetro é delimitado por um muro baixo, fazendo-se o fechamento superior com amplas janelas contínuas, desprovidas de caixilhos e intercaladas por pilares de madeira, à semelhança de uma varanda. O acesso é feito através de uma porta de duas seções, ao modo das meias-porta, que permitem a abertura indepen-

dente da parte superior como janela.

Indícios da origem desse tipo de pátio interno podem igualmente residir na arquitetura paulista do período colonial, como demonstrou Carlos Lemos, que identificou nessas construções a presença constante do chamado *corredor de trás*, varanda posicionada nos fundos da casa, junto à cozinha, que conforme a configuração assumida pelas diferentes partes da moradia, conexas, resultava num espaço vazio, à semelhança de um pátio interno.

Cozinhas

A cozinha, por sua função fundamental para o funcionamento da habitação, é indiscutivelmente um dos principais elementos para a caracterização de tipos na arquitetura doméstica de origem portuguesa, mesmo que, em função das questões climáticas, o forno e a chaminé ancestral acabaram não se mantendo na casa luso-brasileira. Segundo um critério hierárquico de configuração dos espaços e volumes construídos, tanto nas residências rurais, como urbanas, mais ou menos abastadas, lhe era reservada a parte posterior, nos fundos, junto ao terreiro ou quintal.

Primitivamente, foram concebidas em separado da moradia, com o intuito de prevenir incêndios, já que o fogo ficava exposto, facilitando a ocorrência dos mesmos.

Já a partir da popularização do uso de fogões, no século XIX, as cozinhas foram incorporadas à casa de duas formas principais: paralelamente, compreendendo uma continuação da água posterior do telhado, ficando consequentemente com pé direito inferior em relação ao restante da residência, ou perpendicularmente, ocupando um volume distinto e menor, coberto por telhado de uma, duas ou três águas, compondo com o volume principal uma planta em "L".

Este segundo arranjo foi o mais empregado, conforme se deduz pela observação das construções remanescentes e da iconografia antiga, certamente por liberar parte da fachada dos fundos e permitir a abertura de vãos, melhorando assim a salubridade do interior da habitação. Curiosamente, sua larga utilização ocorreu proporcionalmente nas cidades e no meio rural, sendo provável que nas fazendas, tenha se dado por influência das construções urbanas, onde consistia em inteligente solução diante das limitações impostas pela falta de recuos laterais, permitindo a existência de aberturas. Isso à semelhança do uso generalizado das plantas urbanas do tipo *morada inteira* nas casas de fazenda, conforme já tratado.

Há ainda casos incomuns, em que a cozinha está completamente inserida no corpo da residência, a exemplo das sedes das fazendas São José e Cajuru, em Lages.

O uso primitivo de um espaço com função similar a da cozinha, em separado do restante da casa, se manteve com a existência da *cozinha de fora* ou *cozinha suja,* por vezes denominada de *fogo de chão*, por ser o local onde o fogo é mantido no próprio chão, sobre o qual se coloca uma trempe ou se fixam ganchos para suporte de tachos e preparo de alimentos, sobretudo o beneficiamento de animais recém abatidos, derretimento de banha e preparo de doces e embutidos. Podendo eventualmente apresentar subdivisão de espaços destinados à fabricação de queijo, charque e local do forno, como ocorre na Fazenda Caraúno, em Bom Jesus, aparece também contínuo à cozinha propriamente dita, caso das fazendas São João, em Lages, e Estrela, em Vacaria.

Este recinto de pequenas dimensões, erguido em alvenaria de pedra sem reboco ou em madeira, é geralmente coberto por telhado de duas águas, sempre desprovido de forro, de forma a permitir a saída da fumaça, e pavimentado com terra batida ou pedras irregulares, o que evidencia sua rusticidade e o tipo de função a que se presta.

A cozinha suja da fazenda Capão do Posto, em Lages, construída em separado, mantendo certo afastamento da cozinha propriamente dita (anexa à residência), apresenta o alteamento da parte central da cobertura de duas águas, tipo de água furtada ou elemento de ventilação, a fim de facilitar a eliminação da fumaça produzida.

Outra solução interessante aparece na cozinha suja da fazenda Cajuru, em Lages, que é ligada ao corpo da residência por uma espécie de passadiço erguido em alvenaria de pedra, com portas nas laterais, dando para o terreiro, e coberto por telhado de duas águas, visando por certo maior conforto para a realização dos serviços domésticos.

Já na fazenda do Barreiro, no atual município de Painel, a cozinha suja que se conhece hoje, em alvenaria de pedra aparente e telhado de duas águas, teria sido originalmente a casa de moradia da propriedade, tendo a cozinha primitiva, erguida à parte, já desaparecido. Por ocasião da construção da atual sede, em 1900, disposta na frente da edificação anterior, esta acabou se tornando a cozinha da casa nova, situação que também ocorreu na fazenda da Ronda, em Bom Jesus.

Ornamentação interna e outros elementos

Seria redundante falar que numa arquitetura tão austera e funcional, houve pouco ou nenhum espaço para a ornamentação interna. De fato, alguns exemplares são de uma singeleza tal, que mesmo tendo pertencido a fazendeiros donos de muita terra e gado, não apresentam ornamentos sequer em suas fachadas principais, como seria usual, na representação da condição abastada do proprietário.

No entanto, de forma ainda que contida, aparecem em algumas residências mais abastadas, forros do tipo encabeirado, fugindo do usual saia-e-camisa, elementos decorativos como flores, estrelas e figuras geométricas entalhadas em madeira, embelezando os cantos e o centro dos tetos das salas, rodatetos, rodapés, faixas em madeira a meia altura contornando as paredes dos ambientes mais importantes, molduras delicadamente trabalhadas em madeira para os vãos de portas e janelas das salas de visitas.

Pinturas decorativas, do tipo escariola ou estêncil, apareceram somente com o Ecletismo, já no início do século XX, diga-se de passagem, de gosto sempre muito ingênuo e simples.

Da mesma forma, diferentemente de outras regiões do Brasil, não existiram capelas externas ou anexas à residência, ocupando construção específica para essa finalidade. Aparecem sim oratórios móveis e capelas instaladas internamente, numa das alcovas junto à sala de visitas, como se vê nas fazendas Cajuru e São João, em Lages. Nestes recintos, completamente despojados de maior esmero artístico, as imagens dos santos de devoção da família, por vezes invocados como orago das fazendas, eram abrigadas e veneradas. Aliás, a ausência de luxo e maior refinamento interno das residências é constatada também pela simplicidade do mobiliário, o que, diga-se de passagem, é uma constante em todo o Brasil, com raras exceções, pelo menos até o final do século XIX.

Uma particularidade das casas de fazenda lageanas relacionadas à tipologia *morada inteira* é o fato de praticamente todas apresentarem, na conexão do corredor com a sala de jantar, em lugar de uma porta convencional, um grande arco em madeira desprovido de fechamento, sustentado por colunas ou pilares também em madeira. Assim, embora não haja uma obstrução física – porta – entre os setores social e íntimo da moradia, a transição entre um e outro é destacada pela presença do imponente arco. Este elemento parece ter sido pouco empregado em construções de outras regiões, ocorrendo muito raramente em sedes de fazendas cafeeiras do Sudeste e em algumas charqueadas da Região de Pelotas, no Rio Grande do Sul (caso da Estância da Gruta). Sua presença é mais recorrente em algumas fazendas e em casas urbanas dos Campos Gerais do Paraná, especialmente em moradias abastadas do século XIX na cidade da Lapa, onde também aparecem os pináculos em pedra coroando as cumeeiras dos telhados de quatro águas de formato piramidal.

Construções utilitárias e de apoio à produção

O galpão

Tão rústico quanto o fogo de chão é o galpão, porém de grandes dimensões, por vezes com área construída superior à da própria residência.

Rodeado pelas *mangueiras* para a lida com os animais, destina-se à estábulo dos cavalos e vacas de leite, guarda e manutenção dos artigos de montaria e dormitório dos peões, sendo o seu principal espaço de convivência e trabalho. Daí o fato de ser um espaço de uso quase que exclusivamente masculino, tendo em função disso um local semelhante ao fogo de chão, porém não destinado ao preparo de alimentos e sim ao convívio social dos trabalhadores homens, que antes e após as lidas de campo nele se reúnem para conversar e tomar chimarrão.

É interessante notar a partir da análise de fotografias antigas e das construções remanescentes, que no início do século XX, as novas influências arquitetônicas que incidiram sobre as casas-sede, alterando suas feições originalmente luso-brasileiras, também se fizerem sentir nos galpões. Não em termos estéticos, é claro, uma fez que se trata de construções essencialmente utilitárias e, portanto, muito singelas, mas em termos de dimensões e materiais empregados.

De forma a acompanhar os avanços e melhorias introduzidas para qualificação dos rebanhos e das técnicas de pecuária, o rústico galpão primitivo, erguido em alvenaria de pedra sem reboco ou em madeira, coberto por telhas capa-e-canal ou tabuinhas e que em dimensões reduzidas concentrava todo um universo de lidas e usos, foi substituído por construções maiores, ou complexos formados por mais de um galpão com funções especializadas, por vezes adotando soluções construtivas inglesas e alemãs que refletiam na melhora substancial dos serviços e da produtividade da fazenda.

Complementa o conjunto edificado da sede da fazenda uma série de pequenas construções igualmente muito rústicas, em madeira, destinadas às mais variadas atividades domésticas e implantadas em torno da casa grande e do galpão, como galinheiros, chiqueiros, abrigos para o poço de água e tanque de lavar, latrina, etc.

Senzalas

A raridade em se encontrar remanescentes de antigas senzalas nas propriedades rurais, não deve levar à conclusão precipitada de que a escravidão negra nos Campos Serranos tenha sido insignificante, ao ponto de não justificar a necessidade de construção de locais específicos para abrigar os trabalhadores negros. Do contrário, existem evidências de que a presença do escravo foi sim relevante e fundamental para a sustentabilidade da economia pastoril nos Campos de Lages e de Cima da Serra, embora, obviamente em menor número, se comparado a outras regiões.

Quadro da evolução populacional de Lages entre 1777 e 1808 revela que a porcentagem de escravos em relação à população livre nestes primeiros

anos após a fundação da vila foi considerável, chegando mesmo a ultrapassá-la em 1778. Estes números, embora possam não estar isentos de erros, no mínimo indicam que o número de negros não é desprezível, o que é reforçado por outras estatísticas realizadas ao longo do século XIX, e por dados retirados de inventários, que demonstram uma importante participação do elemento de origem africana na constituição da população serrana.

Sendo o negro em tudo empregado, desde os serviços domésticos e cultivo das roças, até os trabalhos mais dificultosos e que exigissem habilidade, como a construção civil, também foi incumbido das lidas de campo e das tropeadas, além da árdua tarefa de levantar os muros de taipa de pedra, elemento hoje marcante na paisagem serrana.

O fato é que com a abolição da escravatura em 1888, houve a preocupação em se demolir ou adaptar as senzalas, uma vez que se tratavam de construções modestas, quando não precárias.

Conforme observado por Günter Weimer, os vestígios de senzalas que chegaram aos dias atuais não apenas comprovam a presença do negro, como evidenciam, nos partidos construtivos que adotaram, a submissão e os maus tratos a que estavam sujeitos os cativos nas fazendas pecuaristas do Sul.

Na Fazenda Cajuru, atribui-se a um cômodo de dimensões muito pequenas, com acesso externo independente e originalmente isolado do restante da habitação, a função original de senzala. Hoje adaptado para banheiro, apresentava ainda há alguns anos, antes da abertura de uma porta, pequena abertura a meia altura da parede que o divide com a cozinha e que teria a função de *passa-pratos*, fornecendo refeições aos escravos e aos peões que o acessavam pelo galpão.

Na fazenda da Estrela, teria servido como senzala compartimento disposto atrás da cozinha, também com acesso externo próprio, tendo sido posteriormente utilizado como quarto para peões.

Já numa das sedes da fazenda dos Novilhos, percebe-se que a grande ala com cobertura de quatro águas contígua à residência, que conforma na sua implantação o pátio interno apresentado anteriormente, consistia na origem em antiga senzala. Esse ambiente coberto, atualmente abandonado e em avançado estado de arruinamento, aparentemente não possuía divisória interna, tendo uma única porta de entrada, interna, pela cozinha, junto à saída para o terreiro e o galpão. A grande área construída era iluminada por apenas três janelas, dispostas uma em cada fachada, que apresentavam robustas grades de madeira em lugar de caixilhos.

Outra fazenda, a do Guirra, em São Francisco de Paula, preservou espaço que parece ter sido utilizado como senzala: um porão elevado, com pé direito de aproximadamente 1,8 m, compartimentado em quatro ambientes interligados,

desprovidos de forro e com piso em chão batido. Como as paredes de embasamento em pedra que configuram seu perímetro têm espessura de 2 m, projetadas para fora do alinhamento com as paredes do pavimento superior, ocorre uma espécie de terraço que serve para circulação externa em redor de toda a residência. Sob esta, o referido porão, que é acessado por duas portas dispostas na fachada frontal, uma de cada lado da escadaria que sobe para a porta de entrada, e por outra existente nos fundos, junto à escada que leva para a cozinha.

Corredores, muros e mangueiras de taipa de pedra

Vestígios materiais dos mais importantes que se relacionam aos antigos caminhos de tropas do Planalto Serrano Sul-rio-grandense e Catarinense são os muros erguidos manualmente em alvenaria de pedra de junta seca, técnica conhecida na região como *taipa de pedra* ou simplesmente *taipa*, guarnecendo as estradas – corredores – e facilitando a condução das tropas de gado. Popularmente denominados de *corredores de taipas*, esses caminhos murados beiram a monumentalidade ao atingirem em alguns trechos dezenas de quilômetros lineares ininterruptos. Sua construção se deu mediante o emprego da mão de obra escravizada, à custa dos fazendeiros locais e tropeiros, em aproveitamento da rocha basáltica que aflora em abundância nos campos locais, na forma de pedras soltas.

> Iniciando no trecho do Caminho de Viamão ainda no estado do Rio Grande do Sul, assim que atinge os Campos de Cima da Serra, no município de São Francisco de Paula, e em estradas secundárias, de ligação entre as fazendas e entre essas e a estrada principal, os corredores aparecem também no município de Bom Jesus, fazendo a conexão do Caminho de Viamão com os que provêm do litoral, a Leste, passando por São José dos Ausentes, e das Missões, a Oeste (Caminho Novo da Vacaria), antes da travessia do Rio Pelotas, na divisa com Santa Catarina. No entanto, é ao chegar ao município de Lages que o caminho principal e seus ramais assumem monumentalidade de fato: mais do que igualmente notáveis, em Santa Catarina, são os quilométricos *corredores* de taipa, com cerca de 12 m de largura e 1,2 m de altura, que mantinham embretado o gado conduzido pelos tropeiros e, ao que tudo indica, funcionavam também como calha coletora de pequenos contingentes de animais que se incorporavam às tropas quando adquiridos nas fazendas do percurso. Sua presença física remanesce em vários trechos do Planalto de Lages, com alargamentos estrategicamente espaçados para, quando necessário, atender às funções de mangueiras, onde se realizavam o descanso, o aparte e o tratamento dos animais. (CURTIS, J. N. B. de. Arquitetura e economia do gado na Região Sul. In: BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira. *Arquitetura na formação do Brasil*. Brasília: UNESCO/IPHAN, 2008, p. 173).

Mediante o emprego destas estruturas, cuja origem deve remontar às construções murárias primitivas de Portugal, também marcantes na paisagem do arquipélago dos Açores, de onde vieram muitos dos povoadores da região, se configuravam as estradas, se dividiam as propriedades e se delimitavam as invernadas de criação do gado, sendo também utilizadas, conforme mencionado, na confecção das mangueiras e até mesmo no cercamento dos cemitérios rurais.

Tanto para os corredores, divisas de campo e mangueiras, emprega-se para a construção da taipa uma seção de desenho trapezoidal, cuja altura é proporcional às larguras da base, maior, de forma a garantir a sustentação da estrutura, e do topo, menor. A medida da largura do topo geralmente é metade ou cerca de um terço da medida da largura da base.

Há de se destacar com relação aos muros de taipa a existência de drenos, empregados em terrenos baixos onde seja necessário dar vazão ao acúmulo de água da chuva ou a pequenos córregos. Outro elemento presente é o *subidor*, pedra saliente na taipa, mais plana, que serve como degrau para facilitar a subida e descida de um e outro lado. Ocorrem com frequência nas taipas das mangueiras, que por serem altas, algumas ultrapassando os dois metros, são mais facilmente transpostas durante a lida com o rebanho.

Quando no sítio não havia abundância de pedras para a construção de taipas, as mangueiras eram confeccionadas com pinheiros lascados, no formato de pranchas rústicas, que eram fixadas em troncos de madeira e resultavam num tipo de cerca denominado varejão. Em função da exposição da madeira ao intemperismo sem maiores cuidados, apresentava pouca durabilidade, sendo constantemente alvo de manutenção e substituição.

Considerações finais

Certamente há muito que se levantar sobre a história da casa de fazenda serrana, deduzindo-se pela existência de outros exemplares remanescentes não estudados, sobretudo nos municípios de São Joaquim, Campos Novos e Curitibanos, no estado de Santa Catarina, e de Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul, que carecem de um aprofundamento das pesquisas.

Da mesma forma, pelo que já se pôde identificar a partir de uma avaliação superficial, existe farta documentação primária espalhada por diversos arquivos, composta principalmente por inventários, nos quais, por ocasião das partilhas de bens do proprietário falecido, eram listados suas casas, áreas de campo, gado, escravos e objetos os mais diversos. Constam em documentos dessa natureza, entre outras informações, detalhes sobre o material com

que as moradias eram construídas, sua compartimentação interna, mobiliário, etc., a exemplo do que foi levantado pelo historiador Sebastião Fonseca de Oliveira, em sua obra *Aurorescer das Sesmarias Serranas – História e Genealogia*, já referida. Importa ainda ampliar a revisão bibliográfica, sobretudo no que diz respeito à arquitetura doméstica luso-brasileira e portuguesa, tanto rural quanto urbana, contrapondo trabalhos antigos e recentes e complementando os estudos já realizados, para a compreensão das construções em questão e da forma como se relacionam com aquelas erguidas em outras regiões, reproduzindo formas e soluções herdadas de outros modelos, apresentando adaptações ou mesmo consistindo em inovações.

Diante do que já pôde ser analisado, principalmente considerando-se as construções remanescentes, é possível deduzir que, quanto aos materiais e sistemas construtivos empregados, houve de uma forma geral a manutenção da alvenaria de pedra e tijolos ou sua substituição pela madeira, em detrimento da taipa de pilão e do pau-a-pique, ao contrário do que defendera Carlos Lemos, em ter havido na arquitetura do período colonial, durante o Ciclo Tropeiro, trocas relevantes entre São Paulo e o Sul do Brasil, especialmente com relação ao uso da taipa.

Reforça este indicativo o trabalho de Nery Auler da Silva, que ao estudar a arquitetura das antigas fazendas gaúchas estabelecidas ao longo do Caminho Novo da Vacaria, desde a região das Missões, demonstrou que das quatorze construções identificadas, apenas numa aparece a taipa, do tipo pau-a-pique e sendo utilizada em paredes internas (o que, aliás, ocorreu largamente), sendo a maioria das residências analisadas em alvenaria de pedra e tijolos. Dado que levou o pesquisador a concluir que principalmente a taipa de pilão, muito utilizada em São Paulo, não teve influência no Planalto Médio Gaúcho, tampouco alcançou a área da Fronteira, conforme sugeriu Carlos Lemos.

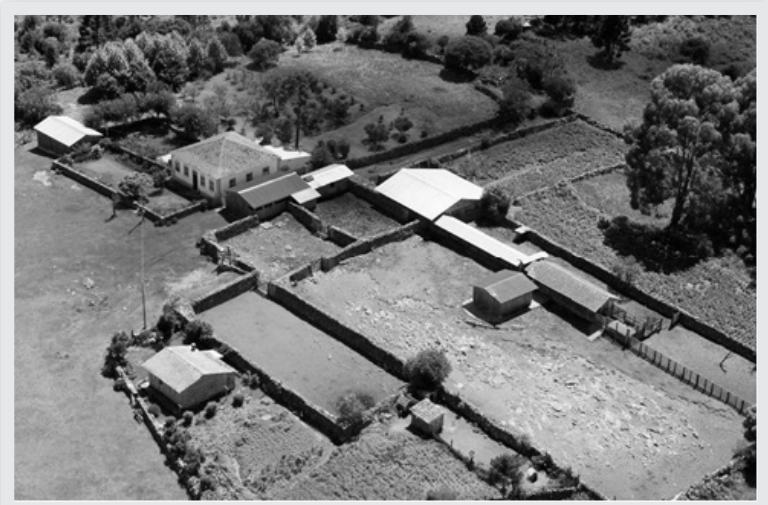
Por outro lado, considerando-se alguns tipos de planta encontrados em Lages ou Cima da Serra, é provável que o quarto de hóspedes com acesso externo independente – fazenda Cajuru – ou o pátio avarandado situado nos fundos da casa – fazenda dos Novilhos – tratem-se efetivamente de contribuições paulistas, já apontadas nos estudos de Luís Henrique Haas Luccas.

Essas construções pioneiras predominaram nos campos serranos até o início do século XX, quando o advento de novos materiais e técnicas construtivas, a ascensão da estética do Ecletismo e mudanças de ordem social e econômica profundas – em que há de se destacar o fim da escravidão, a decadência do ciclo das Tropas e a imigração européia, principalmente de origem alemã e italiana – fizeram surgir um novo tipo de arquitetura, o chalé,

caracterizado pela cobertura de duas águas ornamentada por lambrequins e aproveitamento de sótão.

As casas das fazendas Nossa Senhora de Lourdes, Santa Cecília, Tijolinho, Bela Vista e Pai João, em Lages, Três Marias, em Vacaria, e da Rata, em São Francisco de Paula, são importantes edificações que exemplificam esse momento em que se deu a ruptura com a tradição construtiva luso-brasileira nas regiões serranas dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Figura 1 – Fazenda Santa Teresa, Lages/SC: típica implantação do conjunto edificado da fazenda serrana, destacando-se os mangueirões de taipas de pedra



Fonte: foto Ricardo Almeida/IPHAN-SC, 2006.

Figuras 2 e 3 – Casa da Fazenda Caraúno, Bom Jesus/RS





Fonte: fotos do autor, 2008.

Figuras 4, 5 e 6 – Casa da Fazenda Capão do Posto, em Capão Alto/SC





Fonte: fotos do autor, 2008.

Figuras 7 e 8 – As casas-sedes das duas fazendas Cajuru, Lages/SC: em madeira (à esquerda) e em alvenaria




Fotos: Nery Auler da Silva/IPHAN-SC, 2008; autor, 2009.

Figuras 9 e 10 – Casa da fazenda dos Novilhos, São Francisco de Paula/RS (à esquerda), e casa da fazenda São João, Lages/SC (vista da fachada posterior)




Fonte: fotos do autor, 2008 e 2009.

Figuras 11 e 12 – Fazenda Santa Teresa, Lages/SC





Fonte: fotos do autor, 2009.

A casa do planalto catarinense: arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVIII e XIX

Fabiano Teixeira dos Santos
Arquiteto e Urbanista, Mestre em História e Doutorando do PósARQ/UFSC, Florianópolis/SC

Nesta edição do SENATRO, apresentamos o livro de nossa autoria intitulado "A casa do Planalto Catarinense: arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVIII e XIX", publicado em 2015 pela editora Super Nova de Lages, tendo como base a Dissertação de Mestrado em História, defendida em 2011 na Universidade de Passo Fundo/UPF, sob a orientação do Professor Dr. Mário Maestri.

A partir da revisão e adaptação do texto original da dissertação, apresentamos uma abordagem sobre as habitações rurais e urbanas erguidas durante o período histórico de ocupação inicial da região dos Campos de Lages, no Planalto Serrano do Estado de Santa Catarina, entre os séculos XVIII e XIX.

Já em nossa primeira participação no SENATRO, em 2006, a arquitetura pioneira da serra catarinense foi tema do comunicado apresentado sob o título "Arquitetura luso-brasileira em Lages: subsídios para o seu estudo", publicado nos anais do evento em 2012. Quatro anos mais tarde, no SENATRO de 2010, apresentamos o trabalho "A fazenda serrana: considerações sobre a arquitetura rural nos Campos de Lages e Cima da Serra", que a partir dos estudos iniciais, concentrou-se nas construções rurais das regiões serranas de

Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A dissertação e consequentemente o livro "A Casa do Planalto Catarinense" são, portanto, resultado do aprofundamento das pesquisas no decorrer dos últimos anos.

Resumo

Com base no levantamento e análise das edificações remanescentes, e daquelas já desaparecidas, mas que puderam ser identificadas por meio de documentos, sobretudo iconográficos, buscamos na obra "A Casa do Planalto Catarinense: arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVIII e XIX" compreender como se construía e habitava no Planalto Serrano Catarinense nesses dois primeiros séculos.

Historicamente, esse período foi caracterizado pela expansão e definição das fronteiras territoriais luso-brasileiras na região platina, e assistiu ao surgimento de uma sociedade governada pela aristocracia rural, apoiada no latifúndio e no escravismo.

Sua economia estava baseada quase que única e exclusivamente na atividade pastoril, destacando-se as tropeadas de muares que abasteciam os mercados consumidores localizados no sudeste brasileiro, e a criação extensiva de gado vacum destinado ao fornecimento de carne ao litoral catarinense.

Dentro de uma paisagem regionalmente muito bem caracterizada, marcada pela predominância de campos de altitude pontuados por florestas de araucária, tais construções evidenciam como o colonizador pioneiro, branco ou mestiço, português ou paulista, valendo-se quase sempre da mão de obra escravizada, soube introduzir e adaptar seus conhecimentos tecnológicos (materiais e técnicas construtivas) e suas referências culturais (usos e costumes definidores da organização dos espaços de habitação e do agenciamento de plantas e tipos de casa) para a edificação de sua moradia.

Disso resultou tanto a permanência de soluções construtivas e tipos arquitetônicos encontrados em outras regiões do Brasil e de Portugal, como possibilitou o surgimento de exemplares originais, a partir da adaptação ao clima e do aproveitamento dos materiais que o novo meio oferecia ao povoador, a exemplo das residências confeccionadas inteiramente em madeira de araucária.

No campo, destacando-se no conjunto edificado das sedes de fazenda, ou nas vilas, surgidas de pousos de tropeiros junto aos antigos caminhos, essas edificações, então singelas e mesmo precárias, levantadas em pau-a-pique, materializaram a necessidade de fixação no território recém desbravado da segunda metade do século XVIII; ou, quando imponentes e solidamente construídas em alvenaria de pedra e tijolos, com as fachadas obedecendo a padronização expressa nos códigos de posturas municipais, o franco desenvolvimento da pecuária na segunda metade do século XIX.

A permanência das moradias tradicionais baseadas na tradição arquitetônica luso-brasileira ocorreu na região de Lages pelo menos até as primeiras décadas do século XX. A partir daí seguiram-se mudanças de ordem social, política e econômica profundas, em que há de se destacar o fim da escravidão (1888), o golpe republicano (1889) e a decadência do ciclo tropeiro.

Esses fatos, seguidos da ascensão da estética do Ecletismo, da renovação promovida pelo *Art Déco* e do advento de novos materiais e técnicas construtivas entre as décadas de 1930 e 1950, fizeram surgir uma nova arquitetura que gradualmente substituiu os tipos antigos, marcando, enfim, a chegada da modernidade.

Figura 1 – Sede da fazenda Cajuru, Lages, construção de 1865 e um dos mais importantes remanescentes arquitetônicos do ciclo tropeiro em Santa Catarina



Fonte: Charles Steuck, 2014.

Entre o litoral e o planalto: caminhos tropeiros e patrimônio edificado em Santa Catarina

Fabiano Teixeira dos Santos
Arquiteto e Urbanista, Mestre em História e Doutorando do PósARQ/UFSC, Florianópolis/SC

Este trabalho resulta de pesquisas realizadas pelo autor com o objetivo de identificar e documentar o patrimônio arquitetônico luso-brasileiro situado nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e sua relação com a passagem dos caminhos tropeiros, entre o período colonial e o início do século XX. Partindo de contextualização histórica e tendo como recorte

a faixa litorânea catarinense, destaca as construções que foram erguidas às margens do Caminho da Serra do Imaruí, algumas das quais funcionaram como entrepostos comerciais e moradias. Essa estrada, aberta por volta de 1840 e atualmente pouco conhecida, teve grande relevância durante o ciclo das tropas, ao conectar Laguna, na costa, a Lages, no planalto, promovendo a integração entre as duas regiões e contribuindo significativamente para o seu desenvolvimento social e econômico. As edificações apresentadas neste artigo testemunharam, a partir de suas portas e janelas, o desenrolar desse capítulo épico da história regional, porém, encontram-se sob risco de desaparecerem, dada a falta de reconhecimento e a inexistência de ações de proteção. Nos últimos anos foram contabilizadas inúmeras demolições, como a do Armazém Capanema, em Aratingaúba, no município de Imaruí. Ações como essa resultam em perdas irreparáveis para o patrimônio cultural da região e deixam abertas lacunas na memória coletiva que não poderão ser preenchidas. Daí a importância desses bens serem documentados, de forma a ensejar sua valorização e preservação.

O presente artigo é uma compilação de conteúdos apresentados pelo autor na edição do SENATRO de 2018, sob o título *Caminhos tropeiros Serra abaixo: a ligação com a costa e o patrimônio material remanescente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul*, e da apresentação intitulada *O Caminho do Imaruí*, que ocorreria na edição de 2020 e que foi cancelada em razão da pandemia de COVID-19.

A primeira apresentação discorreu sobre os vestígios materiais relacionados ao ciclo tropeiro, especialmente os arquitetônicos, encontrados na faixa litorânea entre o nordeste do estado do Rio Grande do Sul e o norte do estado de Santa Catarina, e que vêm sendo levantados pelo autor nos últimos anos. Destacam-se os armazéns associados às moradias, muitos dos quais funcionavam como entrepostos comerciais ao longo dos caminhos, e que por vezes formavam conjuntos com atafonas, engenhos e alambiques.

Já a segunda apresentação teria como tema a história de um importante, mas pouco conhecido caminho tropeiro catarinense, que ligou a região de Laguna aos Campos de Lages no século XIX, o Caminho do Imaruí ou Caminho da Serra do Imaruí. Sua memória está preservada em antigas construções na localidade de Aratingaúba, no município de Imaruí, e em fazendas centenárias como Nossa Senhora do Socorro e Antonina (também conhecida como Fazenda das Palmas), nos municípios de Bom Jardim da Serra e São Joaquim, respectivamente.

A proposta de junção dos dois assuntos neste artigo, tendo como enfoque o território catarinense, se deu justamente pela estreita relação entre

ambos, pois além da mesma contextualização histórica, em que se destaca a abertura dos caminhos de tropas que conectaram a faixa litorânea ao planalto, promovendo a integração entre as duas regiões e contribuindo significativamente para o seu desenvolvimento social e econômico, registram a importância do patrimônio cultural edificado aí existente, testemunha de um dos momentos do ciclo tropeiro em Santa Catarina.

Desde os anos 2000, algumas iniciativas de identificação e estudo do patrimônio cultural relacionado ao ciclo das tropas têm sido realizadas, destacando-se o inventário da superintendência estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com vistas ao reconhecimento e à preservação de passos, corredores de taipas de pedra e antigas fazendas na região da Coxilha Rica, no município de Lages. Também artigos, dissertações, teses e livros têm trazido à luz farto conteúdo a respeito do tropeirismo, destacando a sua importância histórica.

A serra catarinense, por sua vocação pastoril, foi o palco principal desse processo, concentrando, indiscutivelmente, um maior número de saberes e fazeres, manifestações culturais e estruturas físicas relacionadas à história tropeira, sendo a sua paisagem e a sua sociedade inda hoje fortemente marcadas por essa condição (SANTOS, 2015).

Contudo, ainda há muito o que levantar e pesquisar sobre o tema em outras regiões, sobretudo, nas áreas litorâneas, que mantiveram intensa relação com o planalto por meio dos caminhos de tropas. A faixa costeira de Santa Catarina foi um dos destinos da produção das fazendas serranas, além de ser a principal responsável pelo fornecimento dos provimentos necessários à subsistência de sua população e ao seu desenvolvimento.

Neste sentido, o presente artigo, ainda que modesto, ao registrar e divulgar os levantamentos realizados, procura contribuir para o conhecimento do patrimônio material relacionado ao tropeirismo, em especial no litoral catarinense.

Caminhos tropeiros no sul do Brasil

Durante o período colonial, os caminhos de tropas foram de suma importância para a expansão portuguesa no sul brasileiro, integrando-o ao restante do país e contribuindo decisivamente para o seu desenvolvimento social e econômico (FONSECA, 2004). Essa verdadeira epopeia teve início nos últimos anos do século XVII com a abertura do Caminho da Praia, entre a Colônia do Sacramento, no Uruguai, e Laguna, em Santa Catarina, que se tornou um dos mais importantes baluartes lusitanos do Brasil meridional,

destino de milhares de cavalgaduras e gado vacum trazidos desde o rio da Prata.

Enquanto mulas e cavalos eram embarcados com destino aos portos de São Vicente, Santos e Rio de Janeiro, os bovinos eram abatidos numa localidade ao sul da cidade de Laguna até hoje conhecida como *Carniça*, por conta do descarte de grande volume de carcaças de animais, sendo a carne transformada em charque e igualmente destinada ao abastecimento do mercado externo (CABRAL, 1976).

Em 1728, as dificuldades impostas ao transporte de tropas pelas más condições do litoral ao sul do cabo de Santa Marta, como banhados, dunas e lagoas, foram as razões alegadas para que esse caminho, sob o protesto das autoridades lagunenses, fosse desviado para o interior (CABRAL, 1976). Na altura da atual cidade de Araranguá, deixou a faixa de areia e tomou o rumo do poente, acompanhando o rio Araranguá até vencer a Serra Geral e chegar ao planalto, dirigindo-se daí para os Campos Gerais, no atual território paranaense.

Por causa da formação rochosa junto à foz do rio Araranguá conhecida como morro dos Conventos, foi chamado de Caminho dos Conventos, ou de Sousa Faria, em alusão ao tropeiro paulista Francisco de Sousa Faria, que o idealizou e desbravou, com o interesse certo de favorecer seus negócios, fugindo de entraves burocráticos e impostos cobrados pelo transporte marítimo dos animais (BARROSO, 2006).

A essas duas rotas pioneiras, se seguiu, por volta de 1732, o Caminho de Viamão, Estrada Geral das Tropas, feito do tropeiro português Cristóvão Pereira de Abreu com o apoio do governo da capitania de São Paulo. Essa via foi a principal rota tropeira do país até a primeira metade do século XIX, na medida em que ligou diretamente as áreas produtoras de muares, concentradas nas Vacarias do Mar e nos Campos de Viamão, entre o litoral nordeste do Rio Grande do Sul e a atual região metropolitana de Porto Alegre, às grandes feiras paulistas, especialmente Sorocaba, principal responsável pelo fornecimento de animais de montaria ao Sudeste nos ciclos do ouro e do café (BARROSO, 2006).

Além do percurso mais direto e com menos obstáculos, outro aspecto que em muito favoreceu essa interiorização do deslocamento das tropas foi a existência de extensas pastagens nas áreas de planalto por onde passava o caminho – Campos de Cima da Serra, Campos de Lages e Campos Gerais – favorecendo o estabelecimento de fazendas voltadas à pecuária de corte e dando suporte à atividade tropeira, como local de descanso e recomposição dos muares em marcha para São Paulo (COSTA, 1982).

A fundação de povoados às margens da estrada também apoiou a ocupação e possibilitou o controle definitivo desse vasto território além do litoral pelas autoridades coloniais. Processo esse, consolidado na segunda metade do século XIX com a expansão tropeira em direção à fronteira oeste, mediante a abertura de novos caminhos a partir da região das Missões, no Rio Grande do Sul (que passou a liderar a criação de muares), passando por Campos Novos, Curitibanos e Chapecó, em Santa Catarina, e por Palmas e Guarapuava, no Paraná (FONSECA, 2004).

Porém, o sistema viário nos séculos XVIII e XIX não se resumiu à estrada Viamão-Sorocaba e as rotas interioranas a oeste. Outros caminhos foram sendo abertos visando a ligação com a costa, a partir da iniciativa dos próprios tropeiros, interessados em ampliar seus negócios, e das autoridades oficiais, preocupadas com o isolamento da região serrana em relação ao litoral. Urgia a necessidade de serem abertas novas frentes de ocupação territorial e de expansão da pecuária, e principalmente assegurar a defesa da faixa litorânea, diante das constantes ameaças de investidas castelhanas (COSTA, 1982).

Criou-se assim, apesar da distância e precariedade, uma rede de caminhos que levou a um significativo incremento comercial e populacional, inclusive por contingentes de açorianos e seus descendentes. Vindos principalmente das regiões de Laguna, da Ilha de Santa Catarina e continente próximo, ou de Santo Antônio da Patrulha e Gravataí, no Rio Grande do Sul, onde haviam se estabelecido em grande número entre os anos de 1748 e 1756 (PIAZZA, 1992), muitos luso-açorianos transferiram-se para o planalto, tornando-se criadores de gado e tropeiros (ALVES, 2002; OLIVEIRA, 1996).

Entre o litoral e o planalto de Santa Catarina

Em Santa Catarina, dentre os diversos caminhos percorridos por tropeiros, que venciam os vales e os despenhadeiros da Serra Geral para atingir o planalto, destacam-se os três que ligaram a região às principais povoações da costa: a estrada entre Lages e Laguna, o caminho Desterro-Lages e o caminho do Ambrósio, entre São Francisco do Sul e Curitiba.

O primeiro deles teria aproveitado partes do antigo Caminho dos Conventos, que após ter seu segmento ao longo do rio Araranguá abandonado, teve trechos em cima da serra retificados entre 1771 e 1772 pelo fundador e capitão-mor da vila de Lages, o português Antônio Correia Pinto de Macedo (COSTA, 1982). Ao dirigir-se à vila de Laguna, Correia Pinto provavelmente desviou da rota original para o norte, passando pela região de Santa Bárbara,

no atual município de Bom Jardim da Serra, e descendo as íngremes escarpas da Serra do Oratório (município de Orleans) até alcançar o vale do rio Tubarão, por onde chegou ao seu destino (DALL´ALBA, 1973).

Esse caminho foi percorrido no inverno de 1858 pelo médico alemão Robert Avé-Lallemant, que deixou relato detalhado do percurso, desde a partida em Piedade (atual cidade de Tubarão), onde aportou vindo de barco desde Laguna, até a chegada em Lages, vários dias depois (AVÉ-LALLEMANT, 1980).

O segundo caminho foi desbravado em 1787 para conectar a vila-capital da ilha de Santa Catarina, Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis), à vila de Lages, feito do alferes Antônio José da Costa e que em parte teria aproveitado trechos desbravados anteriormente por Antônio Marques de Arzão (COSTA, 1982).

Importante personagem ligado à história de Lages, Arzão integrou a comitiva de Antônio José da Costa justamente por ser conhecedor dessa extensa área, então praticamente selvagem, sendo apontado como proprietário (possivelmente o primeiro) da histórica fazenda Nossa Senhora do Socorro, no município de Bom Jardim da Serra, até 1775, quando a vendeu ao açoriano Matheus José de Souza (SCHNEIDER, 2013).

No município de São Pedro de Alcântara, na Grande Florianópolis, uma rocha existente no alto do morro das Letras parece ser uma espécie de monumento de inauguração da estrada Desterro-Lages, apresentando gravadas uma cruz e a inscrição "V. R. D. P. 12 de maio 1789 ARZÃO VELOZO". Segundo Brüggemann (2008, p. 102), a sigla V. R. D. P. significa "Viva o Rei de Portugal", tendo sido frequentemente utilizada para marcar a exploração e demarcação de novos territórios em nome da Coroa Portuguesa. A data 12 de maio de 1789 faria alusão à conclusão dos trabalhos, enquanto Arzão é o registro da participação efetiva de Antônio Marques de Arzão no empreendimento. Ainda conforme Brüggemann (2008, p. 103), o segundo nome citado, Velozo, denunciaria a participação de outras pessoas na obra além de Arzão e Antônio José da Costa.

A estrada Desterro-Lages, embora posterior à invasão espanhola de 1777, teve caráter decisivo para a efetivação do apoio e comunicação regular das áreas continentais com a Ilha de Santa Catarina, fazendo com que em 1820 a vila de Lages e seu imenso território deixassem de pertencer a São Paulo para serem incorporados à capitania de Santa Catarina (BRÜGGEMANN, 2008).

Foi por esse caminho que o já citado viajante Avé-Lallemant retornou à cidade do Desterro depois da expedição ao planalto em 1858 (AVÉ-LALLE-

MANT, 1980), e como em outros casos, na segunda metade do século XX parte do traçado original foi aproveitado para a abertura da rodovia BR-282, uma das mais importantes para a ligação da capital com o interior do estado.

Por fim, o Caminho do Ambrósio ligou em meados do século XVIII as vilas de São Francisco do Sul, no litoral norte catarinense, e Curitiba, transformada na capital do estado do Paraná em 1853. Possivelmente, seu traçado se aproximava da atual rodovia BR-376, entre Garuva/SC e São José dos Pinhais/PR.

Contudo, a precariedade dessa estrada, situação relatada em 1820 pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, fazia com que poucos se aventurassem por ela, ficando o trânsito praticamente restrito aos tropeiros que abasteciam o litoral com gado vacum proveniente das fazendas dos Campos Gerais. O mais usual era o deslocamento por via marítima entre São Francisco do Sul e Paranaguá, uma vez que a estrada da Graciosa, entre Curitiba e Paranaguá, apresentava-se melhor estruturada, sendo muito mais cômoda e segura (SAINT-HILAIRE, 1978).

Posteriormente, ao longo do século XIX, caminhos secundários entre o litoral e o planalto, possivelmente originados de trilhas indígenas, adquiriram importância e foram sendo melhorados na medida em que avançava a ocupação ao longo dos vales dos rios, sobretudo, nas áreas colonizadas por imigrantes europeus.

Vencendo a Serra da Rocinha, o caminho que em parte corresponde à atual rodovia BR-285 alcançou os Campos de Cima da Serra na altura de São José dos Ausentes-RS, a partir do vale do rio Araranguá. No vale do Itajaí, outro caminho favoreceu a colonização rio acima, além de Blumenau, chegando a Curitibanos e Campos Novos. Muito antes de dar origem à atual rodovia BR-470, essa estrada possibilitou a construção da Estrada de Ferro Santa Catarina, que em 1909 ligou as antigas colônias ao porto marítimo de Itajaí.

Novas estradas também foram abertas, rasgando a floresta e incentivando a ocupação do interior: no norte, a estrada Dona Francisca, entre Joinville e São Bento do Sul (parte da atual rodovia SC-418), foi decisiva para o escoamento da produção de madeira e erva-mate desde o planalto, até o porto de São Francisco do Sul; no vale do rio Tijucas, a atual rodovia SC-410 possibilitou a vinda de colonos italianos que deram origem a Canelinha, São João Batista e Nova Trento; no sul, os caminhos da Serra do Doze, hoje conhecida como Rio do Rastro, e da Serra do Corvo Branco, entre a antiga colônia Grão-Pará e Urubici, originaram os traçados das rodovias SC-390 e SC-475, respectivamente.

Armazéns e moradias às margens dos caminhos

Em todas as localidades cortadas por esses caminhos tropeiros, é possível encontrar vestígios materiais que testemunharam o movimento das tropas subindo e descendo a serra, promovendo a circulação de animais, pessoas, mercadorias e cultura. Trechos pavimentados de estrada, passos de rios e pontes, antigos armazéns, residências rurais com seus engenhos anexos, capelas e cemitérios ajudam a contar esse capítulo da história de Santa Catarina e do sul do país, que, sobretudo, nas regiões além do planalto, ainda se encontra por ser devidamente estudado.

Nos municípios de São Pedro de Alcântara, Bom Retiro e Bocaina do Sul, é possível encontrar trechos da estrada Desterro-Lages pavimentados com pedras irregulares (Figuras 1 e 2). A raridade em se encontrar tais estruturas nas rotas tropeiras de Santa Catarina atesta a grande importância desse caminho no período colonial e demonstra a preocupação de particulares ou das autoridades (o que está por investigar) em dotá-lo de melhores condições para que se vencesse mais facilmente a jornada entre as duas vilas.

Figuras 1 e 2 – Trecho pavimento do Caminho Desterro-Lages, no município de São Pedro de Alcântara, região da Grande Florianópolis



Fonte: Ruy Machado, 2014.

O vai-e-vem das tropas ao longo dos extensos percursos entre o litoral e o planalto incentivou o estabelecimento de entrepostos comerciais às margens dos caminhos. Muitos deles foram estrategicamente implantados em pontos nodais, fazendo a ligação entre as estradas que rumavam para o interior e as rotas fluviais e lacustres que partiam dos portos, na costa. Tornaram-se prósperos armazéns de atacado e varejo no decorrer século XIX e início do século XX, período que assistiu notável desenvolvimento do comércio regional, como desdobramento do ciclo tropeiro.

Das fazendas serranas, saía principalmente gado vacum em pé, mulas, cavalos, porcos, charque, queijo, couro e pinhão, enquanto do litoral provinha toda a sorte de mercadorias a partir dos portos locais, incluindo produtos manufaturados e industrializados, bem como gêneros agrícolas aí produzidos, destacando-se a farinha de mandioca, o açúcar e a cachaça, além de café, fumo, banana e peixe seco.

Mesmo a cal, um dos principais materiais empregados na construção civil até o início do século XX, era transportada para Lages com grande dificuldade, no lombo de muares, como relatou frei Pedro Sinzig em suas memórias:

> [...] foi necessário organizar ou contratar tropas que, em seis dias de viagem no mínimo, e outros seis de volta, iam buscar a cal, em quantidades irrisórias, na costa! Era carga de que nenhum tropeiro gostava, pois obrigava a duplas providências contra a chuva e, assim mesmo, incomodava os animais (apud PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 93).

Essa cal provinha das fábricas geralmente instaladas junto aos sambaquis, sítios arqueológicos pré-históricos formados por depósitos imensos de conchas de moluscos, que acabaram sendo largamente explorados por essa indústria, diante da inexistência de jazidas naturais de calcário (SANTOS, 2016). Ao fundo da lagoa de Imaruí, entre as localidades de São Tomás e Samambaia, ainda é possível encontrar vestígios de fornos de caieiras ao lado de sambaquis.

No Complexo Lagunar, formado por canais navegáveis entre rios e lagoas e circundado por estradas que levavam ao caminho principal de ligação com Lages, haviam muitas propriedades rurais, que além de exportarem a produção pelo porto de Laguna, abasteciam tropas de mulas cargueiras que levavam essas mercadorias aos povoados e fazendas de serra acima.

Em localidades como Pouso Alto, no município de Gravatal (Figura 3), cuja denominação é uma clara referência ao ponto de descanso de tropas que aí havia, Sertão dos Correias (município de Tubarão), Pontão (Jaguaruna), Santa Apolônia (Sangão), Siqueiro (Pescaria Brava) e Aratingaúba (Imaruí), casas mais e menos abastadas, de feições luso-brasileiras, com suas eiras e engenhos de fabricação de farinha e açúcar, pontilhavam as margens das estradas, em meio a áreas de plantio e pastagem (SANTOS, 2019).

Figura 3 – Casa rural luso-brasileira na localidade de Pouso Alto, município de Gravatal. De suas janelas, descortinava-se o rio Capivari e o caminho que levava para Lages



Fonte: autor, 2014.

Algumas construções desse período ainda se encontram de pé, tendo testemunhado de suas portas e janelas o movimento das tropas carregadas de mercadorias. Foi recorrente nesses edifícios a associação das funções comercial e residencial, ficando sob o mesmo telhado as instalações comerciais, que ocupavam metade ou um terço da área construída, e as típicas moradias luso-brasileiras, com seus corredores, salas de visita, alcovas e cozinhas, estas, dispostas sempre nos fundos, voltadas para os terreiros (SANTOS, 2019).

Para a estrada abriam-se duas, três ou mais portas, as quais davam para um amplo espaço ocupado pelo salão do armazém, com seu balcão em madeira, atrás do qual o dono da venda e seus ajudantes atendiam viajantes, tropeiros e os moradores das redondezas. Do teto pendiam linguiças, mantas de charque e toucinho. Prateleiras expunham todo o tipo de artigos, desde ferragens, louças e tecidos, até queijos e vidros de conservas, enquanto tulhas guardavam farinha de mandioca, açúcar, milho, feijão e arroz. Pelo salão, sacas de café, garrafões de cachaça e de vinho, cachos de banana e fumo em corda (COSTA, 2005).

Conforme referido, alguns desses armazéns foram construídos em pontos particularmente estratégicos, na confluência de caminhos ou na conexão de vias terrestres com rotas fluviais ou lacustres. É o caso do grande armazém na localidade de Várzea das Canoas, no município de Gravatal (figura 4). Esse entreposto ocupava o imponente casarão que também servia de moradia aos seus proprietários, implantado junto ao caminho que partia da freguesia da Piedade (atual cidade de Tubarão), passando por Pouso Alto

e margeando o rio Capivari até atingir o porto da antiga freguesia de Gravatal, de onde rumava para sudoeste, em direção à região serrana, via Orleans ou Grão-Pará (DALL´ALBA, 1973).

Figura 4 – Armazém e residência na Várzea das Canoas, município de Gravatal, importante entreposto comercial que conectava rotas terrestres e fluviais/lacustres



Fonte: autor, 2014.

O leito do rio Capivari encontra-se atualmente retificado, o que se deu com a construção da rodovia SC-370, estando bastante deslocado em relação à posição original. Porém, nos anos 1850, época em que o armazém foi erguido, passava praticamente em frente à construção, logo abaixo do leito da estrada antiga, que corresponde aproximadamente ao traçado da rodovia.

A designação do local como "Várzea das Canoas" provém justamente do fato de que o rio Capivari era bastante largo nesta altura, favorecendo a navegação com embarcações de baixo calado (Porto do Gravatá ou do Gravatal). Deste ponto, partiam e chegavam as "canoas de convés" ou "canoas de porão", embarcações características da região do Complexo Lagunar, já desaparecidas, que como diferencial em relação às canoas de voga convencionais, eram bem maiores, contando com porões onde se transportava principalmente a farinha de mandioca produzida nos inúmeros engenhos da região.

As tropas de mulas cargueiras chegavam de Lages com suas bruacas de couro e jacás feitos de bambu, carregadas com queijo e charque, que aí era embarcado nas canoas para abastecer as povoações litorâneas. De outra parte, eram recarregadas com a farinha, o açúcar e demais mercadorias provenientes da região, além dos produtos importados pelo porto de Laguna, trazidos pelas embarcações (DALL´ALBA, 1973).

Em locais posteriormente colonizados por imigrantes europeus, as edificações acabaram incorporando características das arquiteturas tradicionais

dessas populações. Um desses exemplares é o Casarão Kretzer, situado na outrora próspera localidade de Santa Filomena, no município de São Pedro de Alcântara, às margens da estrada Desterro-Lages. Inaugurada em 1920 pelo descendente de alemães Germano Antônio Kretzer, a ampla construção, que apresenta traços tipicamente germânicos, abrigava a loja e residência dos proprietários. Era o edifício principal de um conjunto que ocupava os dois lados da estrada e que contava também com estalagem, restaurante e uma cancha de bocha, além de depósito de mercadorias e local para descanso das tropas que se deslocavam entre a capital e a cidade de Lages. Foi recentemente restaurado e é reconhecido como patrimônio cultural, sendo tombado em âmbito estadual.

O Caminho da Serra do Imaruí

Abertura do caminho

O Caminho do Imaruí, também conhecido como Caminho da Serra do Imaruí, pode ser considerado um dos ramais da antiga estrada de ligação entre Lages a Laguna. Isso porque entre a região do Complexo Lagunar e o sopé da Serra Geral, havia vários trajetos possíveis para essa etapa do percurso, como por exemplo, os caminhos que margeavam os rios Tubarão, Capivari e Braço do Norte para alcançarem a Serra do Oratório.

Desde fins do século XVIII, boa parte das áreas que circundavam o Complexo Lagunar já se encontrava povoada, processo que se intensificou nos primeiros anos do século XIX e culminou com a fundação de freguesias (distritos) do município de Laguna. Dentre essas, a freguesia de São João Batista de Imaruí, atual município de Imaruí, foi uma das mais prósperas, compreendendo terras bastante férteis distribuídas entre a foz do rio D´Una, ao norte, onde se limitava com as freguesias de Vila Nova e Mirim (atual município de Imbituba), e a foz do rio Siqueiro, ao sul, no limite com a freguesia de Pescaria Brava (atual município de Pescaria Brava). Terras, portanto, mais propícias ao desenvolvimento da agricultura, com destaque para as lavouras de mandioca e cana de açúcar, com seus respectivos engenhos e alambiques.

Esses produtos agrícolas, além de serem exportados pelo porto de Laguna, abasteciam a serra catarinense, de onde vinha gado em pé, vendido nas comunidades rurais ao longo dos caminhos e também destinado aos matadouros que transformavam a carne em charque, igualmente exportado. Siqueiro, entre Imaruí e Pescaria Brava, foi uma das localidades em que essa atividade comercial foi intensa:

> O transporte de pessoas e mercadorias era feito através dos barcos ou de animais. Havia uma tropa de mulas que fazia ligação com a Serra (...). As tropas, carregando jacás (enormes cestos de bambu), tomavam as picadas até Indaial (hoje pertencente a Capivari de Baixo) e dali, passando por Rio das Antas, Várzea das Canoas, Riacho, chegavam no planalto. Muitas mercadorias eram comercializadas no Mercado de Laguna. Ao retornarem, os grandes barcos de convés traziam toda a sorte de produtos. Daqui eles eram escoados para Imaruí e por toda a região. Entre estes produtos destacamos o açúcar branco, o sal, o fósforo, a querosene e os tecidos. E quando as tropas voltavam da Serra traziam pinhão, couro, manteiga, charque, queijo, banha de porco e torresmo (COSTA, 2005, p. 225).

Ao escrever sobre as comunidades do município de Imaruí, Costa (2005, p. 45) informa que nos relatos de antigos moradores, foram recorrentes as referências sobre a passagem de tropeiros e o comércio entre os habitantes do litoral e do planalto: "A comunidade de Carreira era passagem de tropas de gado vindas da serra. O Sr. Avelino Honorato comprava gado e revendia em São Tomás, Laguna e região. Enquanto os comerciantes negociavam, os animais ficavam nos campos". No Ribeirão de Imaruí, "muitos ainda preferiam comprar o famoso charque que os serranos vendiam. Era comum ver as mulas carregadas de fardos de charque trilhando pela comunidade" (COSTA, 2005, p. 157).

De forma a encurtar percursos e expandir o comércio com o planalto a partir dessa região, por volta de 1840 empreendeu-se na direção noroeste a continuidade das estradas que circundavam a lagoa de Imaruí. Margeando o rio Aratingaúba (Sertão de Aratingaúba), esse novo caminho transpôs a cadeia de morros entre a localidade de São Luiz e o atual município de São Martinho – a Serra do Imaruí – até atingir o rio Capivari. Deste ponto em diante, o caminho acompanhou o curso do rio em direção à sua foz, rumando para o sul, passando pela atual cidade de Armazém (cujo nome faz referência a um entreposto comercial aí estabelecido) e chegando enfim a Gravatal, onde conectou-se à antiga estrada que vinha de Piedade (Tubarão), seguindo para Lages pela Serra do Oratório (DALL´ALBA, 1973).

Trechos das atuais rodovias SC-437 e SC-436, que ligam as sedes dos municípios de Imaruí e São Martinho, correspondem à parte do traçado do Caminho do Imaruí, conforme se observa no *Mappa da Villa da Laguna*, datado de 1842, de autoria do lagunense Jerônimo Francisco Coelho, que na ocasião ocupava o cargo de Major do Imperial Corpo de Engenheiros do Exército.

Mais tarde, vias secundárias desbravaram os vales estreitos dos afluentes dos rios Capivari e Braço do Norte, ligando-se a outras estradas e formando uma ampla rede de comunicação e transporte entre as inúmeras localidades, cujo desenvolvimento se deu principalmente com a chegada de imigrantes alemães. A origem de povoados como São Luiz e Rio dos Cedros, e de cidades como São Martinho, Braço do Norte, Anitápolis, São Bonifácio e Urubici, está diretamente relacionada a esse contexto.

Segundo Dall´Alba, o tropeiro Francisco Propício de Souza teria sido o idealizador do Caminho do Imaruí, na busca por um percurso mais fácil e curto entre Laguna e o planalto:

> Do Rodeio dos Pinheiros até a raiz da serra o cidadão Francisco Propício de Souza, abastado fazendeiro e mercador nos campos de Lages, tomou a seu cargo esta abertura, tendo igualmente explorado uma nova diretriz para evitar sinuosidade do terreno. Esta estrada liga-se, atravessando a povoação do rio Braço do Norte, seguindo pelo Gravatá, até o rio Capivari, com todos os pontos da Província, Capital, Laguna, Tubarão e Alto Capivari (DALL´ALBA, 1973, p. 57).

Já Schneider (2013) aponta como responsável João da Silva Mattos (ou João Zeferino de Mattos), neto de açorianos radicados em Laguna no século XVIII, o qual também teria buscado ampliar seus negócios com os comerciantes e fazendeiros de Lages, tornando-se ele próprio um próspero latifundiário, ao adquirir junto ao rio Antonina, no atual município de São Joaquim, a fazenda conhecida como Antonina ou Fazenda das Palmas, cuja área original era estimada em 120.000.000 m². É provável que a sede da fazenda, um típico exemplar da arquitetura luso-brasileira do planalto catarinense feita em madeira de araucária (Figura 5), tenha sido construída nessa época (SANTOS, 2015).

Fato é, que a localização estratégica da fazenda Antonina junto à estrada que vinha do litoral e levava à Coxilha Rica – região atravessada pelo Caminho Viamão-Sorocaba e onde se encontravam as melhores pastagens da serra catarinense – certamente foi determinante para o sucesso econômico de João da Silva Mattos e seus filhos. Possuíam imenso rebanho bovino em sua propriedade e também comerciavam com outros fazendeiros, contando com a vantagem de serem profundos conhecedores dos caminhos, o que facilitava o transporte do gado até os centros consumidores serra abaixo.

Figuras 5 e 6 – Origem e destino de muitas tropeadas entre o planalto e o litoral catarinense: sede da fazenda Antonina, em São Joaquim (E), e armazém e residência da família Araújo, em Garopaba





Fonte: autor, 2014; 2015.

Conforme relato de Maurino Valério de Amorim, 61 anos, morador do município de Garopaba, um dos compradores desses animais era seu avô, Dorival Horácio de Araújo, que entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, viajava a "São Joaquim da Costa da Serra" para adquirir bois e vacas que eram revendidos em Garopaba, a partir de seu armazém na localidade de Morrinhos. Ainda segundo Maurino, parte desse gado era adquirida por clientes de Florianópolis, tendo como principal destino o matadouro municipal no bairro do Estreito – também destino do gado que descia a serra pela estrada Desterro-Lages – visando o fornecimento de carne à capital.

O estabelecimento comercial de Dorival Horácio de Araújo funcionava anexo à sua moradia, um casarão com frente para a praia do Siriú, ainda existente (Figura 6), que muito se assemelha a algumas antigas sedes de fazendas de Lages (SANTOS, 2015).

Aratingaúba e seu patrimônio edificado

No trecho inicial do Caminho do Imaruí, hoje compreendendo parte da estrada geral da Costa de Baixo e da rodovia SC-437, situa-se a localidade de Aratingaúba, distante cerca de 20 quilômetros da sede do município de Imaruí. Aí se concentram as edificações remanescentes do século XIX e do início do século XX, moradias de agricultores, que apesar da singeleza dos traços luso-brasileiros, refletem na sua solidez a prosperidade local no período da rota comercial entre Laguna e o planalto (Figura 7).

Figura 7 – Residência de agricultores abastados no Porto do Aratingaúba, Imaruí. Nela funcionou a escola de primeiras letras da localidade



Fonte: autor, 2014.

Sobre porões baixos, erguem-se paredes de alvenaria de pedra e tijolos cobertas por telhados de quatro águas, ostentando grandes janelas envidraçadas, ornadas por caixilhos de feitura decorativa, com motivos característicos da região de Laguna. Esse padrão de caixilhos também era comumente encontrado nas janelas de moradias urbanas e casas de fazenda de São Joaquim e Lages, sendo mais um indício da estreita relação que existiu entre as populações do litoral e do planalto durante o ciclo tropeiro (SANTOS, 2015).

Na parte externa das casas, aparecem calçadas em pedra no contorno das fachadas; as cozinhas situam-se atrás, junto aos terreiros, onde encontram-se fornos, poços de água e, por vezes, vestígios de engenhos e alambiques.

Internamente, as salas e alcovas são divididas por paredes em pau-a-pique. Os assoalhos apresentam tábuas largas, os forros são em madeira do tipo saia-e-camisa ou mesmo em estuque – como na sala de visitas de imponente residência situada no Sertão de Aratingaúba, datada de 1889 – e as portas, emolduradas por frisos decorativos, apresentando elegantes bandeiras envidraçadas com caixilhos idênticos aos das janelas.

O local conhecido como Porto do Aratingaúba, um pouco antes desse rio desaguar na lagoa de Imaruí, tornou-se na segunda metade do século XIX, com a passagem do Caminho do Imaruí, a principal via de escoamento da produção agrícola da região.

Onde hoje existe uma ponte e a estrada da Costa de Baixo se liga com a rodovia SC-437, situava-se o passo de travessia do rio Aratingaúba. Toman-

do-se por base o mapa de 1842 já referido, havia nas proximidades desse passo um "Acampamento". Essa indicação pode se referir à presença de um destacamento militar semelhante a uma guarda, como havia em outros caminhos, com a função de cuidar da segurança de tropeiros e viajantes. Ou ainda, às instalações da equipe que esteve envolvida na abertura da estrada, ou mesmo no seu mapeamento, do qual é muito provável ter participado Jerônimo Coelho. A data do mapa, 1842, possivelmente corresponde ao período de realização das obras.

Tamanho foi o desenvolvimento econômico e a concentração de moradores no Porto de Aratingaúba, que por volta de 1900 foram construídas uma capela e cemitério, em terreno doado pela família Capanema, ao que se seguiu a instalação de uma escola de primeiras letras, em casa ainda existente (COSTA, 2005).

Figuras 8 e 9 – Armazém Capanema, no município de Imaruí, construído por volta de 1850 junto ao passo do rio Aratingaúba. Demolido em 2013



Fonte: Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura, c. 1990.

Ao lado do passo do rio, foi erguido por volta de 1850 um importante estabelecimento comercial conjugado com moradia, conhecido como Armazém Capanema (Figuras 8 e 9). Seus proprietários negociavam com os tropeiros vindos do planalto e adquiriam boa parte da produção local, levada em canoas para ser vendida no porto de Laguna. De outra parte, forneciam aos moradores toda a sorte de mantimentos, ferragens e utensílios adquiridos dos comerciantes lagunenses.

Consistia numa grande edificação luso-brasileira que reservava a parte da frente, cerca de um terço da planta, para a loja, sendo os dois terços restantes ocupados pela residência. Chamava atenção o extenso terraço murado lateral à casa, voltado para o rio, por onde se dava o acesso dos moradores, e uma curiosa estrutura abobadada em alvenaria de tijolos existente

nos fundos, que teria a função de silo para armazenamento da farinha de mandioca adquirida dos produtores locais. O rio Aratingaúba chegava até a base dessa estrutura, e por ser navegável, permitia que as canoas de convés ficassem aí posicionadas, de forma a facilitar o carregamento. Conforme relatos, a farinha era despejada diretamente do silo nos porões das embarcações, que seguiam abarrotadas para Laguna.

Dentre as perdas patrimoniais registradas nos últimos anos, é lamentável que uma construção tão relevante sob os aspectos arquitetônicos e históricos como o Armazém Capanema tenha sido demolida (SANTOS, 2019). Em 2013, receosos de que ocorresse a preservação do imóvel por meio de tombamento, os proprietários, utilizando tratores e cabos de aço, o arrasaram completamente, apagando assim um dos mais importantes testemunhos materiais do Caminho do Imaruí.

Considerações finais

Resultado preliminar de investigações do autor, este artigo visa oferecer um panorama geral do patrimônio edificado que se relaciona ao ciclo tropeiro em algumas áreas do litoral catarinense. Considerando a extensão e a importância que essa atividade assumiu nas comunidades que se desenvolveram às margens dos caminhos, entre a faixa litorânea e o planalto de Santa Catarina, ainda existem estruturas e sítios a registrar. Da mesma forma, o patrimônio cultural imaterial encontra-se por identificar e reconhecer.

Nesse sentido, importa registrar o estudo de pesquisadores do Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz – Lapis e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais – PPGCA da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc, recentemente publicado sob o título *Patrimônio histórico edificado dos caminhos das tropas na região do Extremo Sul catarinense* (CAMPOS et al., 2020).

Em razão das limitações de formato do presente trabalho, optou-se em abordar somente bens localizados em Santa Catarina. Contudo, na apresentação realizada na edição de 2018 do SENATRO, ampliou-se o recorte para as antigas construções situadas no litoral nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Essa região é a continuidade da faixa litorânea catarinense, distribuindo-se entre o oceano Atlântico e as encostas da Serra Geral, e tendo sido igualmente local de passagem dos tropeiros e de intensa atividade comercial.

Figura 10 – Armazém Müller, no município de Mampituba/RS, erguido junto a um dos caminhos de ligação entre o litoral e os Campos de Cima da Serra



Fonte: Leonardo Scarsanella, s/d.

Figura 11 – Conjunto edificado do Porto Ramos, no município de Santo Antônio da Patrulha/RS, formado pelo armazém, atafona e moradia. Abandonado, encontra-se em processo de arruinamento



Fonte: Valter Fraga Nunes, s/d.

Em municípios como Santo Antônio da Patrulha e Mampituba, ex-distrito de Torres, podem ser encontrados edifícios com características semelhantes aqueles existentes em Santa Catarina: casarões de arquitetura luso-brasileira erguidos principalmente no século XIX, que conjugavam as atividades comerciais e residenciais, e que funcionavam como entrepostos junto aos caminhos de tropas. O armazém e moradia dos Müller, na localidade de Cambraia, em Mampituba (Figura 10), ou os armazéns Tidanga (Costa da Miraguaia), do Monjolo e Porto Ramos, em Santo Antônio da Patrulha (Figura 11), são exemplares notáveis dessa tipologia arquitetônica relacionada ao tropeirismo.

No limite sul desse território, onde tem início a imensa planície litorânea do Rio Grande do Sul, propriedades rurais preservaram residências que remontam às antigas fazendas de criação de muares e gado vacum dos Campos de Viamão, durante o ciclo das tropas. Salvo engano, essas construções jamais foram arroladas, diferentemente das fazendas tropeiras situadas nos Campos de Cima da Serra (RS) e de Lages (SC), estudadas não apenas pelo autor (2009 e 2015), como por outros pesquisadores (LUCCAS, 1997; SILVA, 2003).

No que tange ao aspecto patrimonial, a documentação do acervo arquitetônico luso-brasileiro, em particular no litoral catarinense, é urgente, pois a escassez ou inexistência de cadastros e inventários, somada à ausência de instrumentos de proteção legal, vem produzindo uma lacuna com o crescente desaparecimento de muitos exemplares (SANTOS, 2019). Enquanto nas áreas urbanas ocorre a omissão da legislação, aliada à especulação imobiliária, nas zonas rurais são o isolamento, a falta de perspectivas econômicas e o abandono das moradias, os responsáveis pela sua destruição.

Compreender essas edificações sob a perspectiva da história da arquitetura e sua ligação com a atividade tropeira no sul do Brasil, bem como refletir sobre sua relevância enquanto patrimônio cultural a ser preservado, constitui-se em importante tarefa. Almeja-se que estas breves linhas sirvam de subsídio, estimulando tanto a continuidade e o aprofundamento dos trabalhos em curso, como incentivando novas investigações.

Referências

ALVES, Luiz Antônio. *O povo serrano*: tema de palestras. Porto Alegre: EST, 2002.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo* (1858). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1980.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. O tropeirismo na formação do Sul. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Org.). *História do Rio Grande do Sul* – Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 1. p. 171-187.

BRÜGGEMANN, Adelson André. *Ao poente da Serra Geral*: a abertura de um caminho entre as capitanias de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

CABRAL, Oswaldo R. Notas Históricas Sobre a Fundação da Póvoa de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. In: Oswaldo R. Cabral. (Org.). *Santo Antônio dos Anjos da Laguna*: seus valores históricos e humanos. Publicação comemorativa da passagem do seu tricentenário de fundação – 1676-1976. Florianópolis: IOESC, 1976, p. 51-157.

CAMPOS, J. B.; ZILLI, E.; MATIAS, C. P. P.; SANTOS, M. C. P.; VIEIRA, P.; LADWIG, N. I.. Patrimônio histórico edificado dos caminhos das tropas na região do Extremo Sul catarinense. *Revista Memorare*, v. 7, p. 199-215, 2020.

COSTA, Auricélio. *A nossa história do nosso jeito*: Projeto Resgate Histórico das Comunidades da Paróquia de Imaruí-SC. Tubarão: Humaitá, 2005.

COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens*: sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: FCC, 1982.

DALL'ALBA, João Leonir. *O Vale do Braço do Norte*. Orleans: Ed. do autor, 1973.

FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. *Tropeiros de mula*: a ocupação do espaço, a dilatação das fronteiras. Passo Fundo: Gráfica Editora Berthier, 2004.

LUCCAS, Luís Henrique Haas. *Estâncias e Fazendas*: arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. *Aurorescer das Sesmarias Serranas*: História e Genealogia. Porto Alegre: EST, 1996.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Lajes, a Rainha da Serra. *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952, v. 3.

PIAZZA, Walter Fernando. *A epopeia açórico-madeirense (1747-1756)*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Lunardelli, 1992.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

SANTOS, Fabiano Teixeira dos. *A Casa do Planalto Catarinense*: Arquitetura rural e urbana nos campos de Lages, séculos XVIII e XIX. Lages: Super Nova, 2015.

SANTOS, Fabiano Teixeira dos. A Casa Rural Luso-Brasileira em Santa Catarina: materiais e técnicas construtivas. *Livro de actas* – 2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira. Porto: FAUP, 2016. v. 2. p. 1019-1030.

SANTOS, Fabiano Teixeira dos. Arquitetura e paisagem luso-brasileira no sul catarinense: patrimônio ameaçado. In: LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo. (Org.). *Planejamento e gestão territorial:* a sustentabilidade dos ecossistemas urbanos. Criciúma: EDIUNESC, 2018, p. 93-107.

SANTOS, Fabiano Teixeira dos. Fazenda serrana: arquitetura pastoril nos Campos de Lages e Cima da Serra, séculos 18 e 19. In: MAESTRI, Mário (Org.). *Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros*: estudos sobre a economia pastoril do Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

SANTOS, Fabiano Teixeira dos; NÓR, Soraya. A documentação de um patrimônio edificado em risco: arquitetura luso-brasileira na região do Complexo Lagunar-SC. 6º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação, 2019, Belo Horizonte. *Anais do 6º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação*. Belo Horizonte: Even3, 2019.

SILVA, Nery Luiz Auler da. *Velhas fazendas sulinas*: no caminho das tropas no planalto médio – século XIX. Passo Fundo: Ed. do autor, 2003.

SCHNEIDER, Ismênia Ribeiro. *O Voo das Curucacas*: Estudo Genealógico de Famílias Serranas de Santa Catarina. Florianópolis: Letra Editorial, 2013.

13. TROPEIRISMO E TURISMO

Na Serra do Fundo do Rio do Boi, um caminho tropeiro: subsídios para o Turismo Rural no Parque Nacional de Aparados da Serra

Jaqueline Posser Gallina
Professora de História, Tecnóloga em Cooperativismo e Mestre em Extensão Rural. Balneário Gaivota/SC

Entre o mar e a serra, a Praia Grande: contextualização do objeto da pesquisa

Consolidando o domínio português no Brasil Meridional, com o desenvolvimento do comércio de animais e fundação de vilas e cidades, à margem dos primeiros caminhos terrestres, as áreas do litoral catarinense integram o sul ao restante do país, principalmente quando, em 1728, ao sul da Capitania da Ilha de Santa Catarina, parte da foz do Rio Araranguá, na região do Morro dos Conventos, a expedição de Francisco Souza de Faria, com o objetivo de abrir um caminho do litoral que, transpondo as serranias e atingindo o planalto na *villa* de Lages, seguisse pelos caminhos de Curitiba, prosseguindo por Castro, ambos no Paraná, até atingir Sorocaba, em São Paulo.

A abertura do Caminho dos Conventos proporcionou por um período, intenso movimento comercial originário entre o litoral de Laguna e a Província de São Pedro, vencendo os contrafortes da Serra Geral, chegava ao Planalto de Araucárias e, ao transpô-lo, direcionava homens, animais e produtos para a região sudeste, São Paulo e Minas Gerais. Este caminho põe fim a intransponibilidade da formação de rochas vulcânicas que compõe a escarpa conhecida como Serra Geral, e atende aos apelos e preocupações para abertura de vias de acesso entre o litoral catarinense e os campos *das gerais* no planalto serrano.

Consoante a este movimento inter-regional brasileiro, formavam-se trajetos menores, e por eles percorriam homens com suas tropas de perus, porcos, gado bovino e muares, estes, com as bruacas carregadas de alimentos e materiais produzidos em outras regiões. Encurtadas as distâncias, o espaço tornava-se conhecido, circulavam as informações, formavam-se estruturas

para receber os tropeiros e seu comércio. Esta, a articulação cultural e econômica presente na formação do povoamento inicial entre o litoral sul catarinense e litoral norte rio-grandense com a região do planalto, no século XVIII.

Nesta região, carentes de produtos complementares para sua alimentação e, mediante a impossibilidade de cultivo pelo rigor climático, estancieiros do planalto serrano buscam a produção de derivados da cana de açúcar (cachaça, açúcar mascavo) e da mandioca (farinha), cultivados e produzidos pelos colonos na *serra abaixo*, os quais, por sua vez, recebiam gêneros de primeira necessidade como querosene, queijo e charque, entre outros.

Pelos caminhos, no vai e vem de mercadorias, animais e pessoas, vão se fixando as populações e desenvolvendo a região e, transpor a Serra Geral foi uma atividade que os pioneiros na formação de Praia Grande, município do extremo sul catarinense limitante com o Estado do Rio Grande do Sul, empreenderam. Seguindo, primeiro, os caminhos abertos pelos índios C*aingangues* (ou coroados, remanescentes dos índios do grupo Jê) que, nas épocas de escassez do pinhão, se deslocavam para buscar peixe e marisco no litoral. Segundo e, não menos importante, o movimento *serra abaixo* e a incursão de negros pelas serranias, incumbidos de cultivar roças para a subsistência dos estancieiros do planalto gaucho. Nas terras férteis dos vales do Rio Mampituba, a formação da Roça da Estância (Estado do Rio Grande do Sul) e da comunidade Mãe dos Homens, à margem direita do rio e vizinha à comunidade denominada Pedra Branca (atual comunidade praiagrandense São Roque, em Santa Catarina). Aqui, os pretos escravos, no final do século XIX vieram se aquilombar e constituíram um território ocupado por eles e por seus descendentes. Em 2008, os remanescentes dos escravos, dos Nunes, dos Fogaça e Monteiro, estancieiros de Cima da Serra, que se encontram habitando o território constituído no período escravocrata brasileiro, obtiveram a certificação de sua ancestralidade escrava e requerem a titularidade das terras que habitam.

Negros e colonos, são os elementos que compõe a dinâmica de fixação e integração do homem na região; produção e comércio são atividades que moveram a economia local. As sendas eram formadas ou prosseguiam pelas trilhas já utilizadas pelos antigos habitantes e, em 1882, no Código de Posturas do município de Torres, encontramos o conteúdo, que permite inferir sobre a importância do transitar de pessoas, animais e mercadorias para a prosperidade da região. No processo de normatização e disciplinamento do cotidiano, é referente à valorização reservada aos tropeiros, indicando também que o movimento de integração comercial nesta região, de acordo com Barroso e Ely (2002), foi iniciativa dos moradores de *cima da serra*.

Na intensificação das relações entre o planalto e o litoral, as tropas de mulas arreadas ou cargueiras, geralmente formada por cinco ou seis indivíduos com suas cargas levadas em bruacas, percorrem as serranias de Praia Grande: a *Serra* da *Pedra Branca*, do *Josafath*, do *Amola Faca*, do *Faxinal* e do *Cavalinho Branco*. Os vestígios materiais e as referências desse vai-e-vem é objeto de uma investigação, com resultados ainda parciais, de um *caminho tropeiro na serra do fundo do Rio do Boi,* em Praia Grande**.** A mesma faz parte de um Projeto de Iniciação Científica, com alunos do Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio, intitulado "O Movimento do Tropeirismo e o Desenvolvimento de um Produto Turístico Cultural no Município de Praia Grande".

O patrimônio histórico-cultural do movimento do tropeirismo entre os alunos do IFC-Sombrio: um histórico das atividades da pesquisa

A percepção, entre os alunos do IFC, integrantes da Oficina de Educação Patrimonial, do seu desconhecimento sobre a temática do tropeirismo, apesar dos mesmos possuírem identidade geográfica e histórica com as regiões tropeiras do Brasil Meridional e, neste caso, os municípios de Praia Grande (SC), São Francisco de Paula, Cambará do Sul, Bom Jesus e Torres (RS), local de origem dos alunos, é considerada a mola propulsora para a organização de ações educativas que desencadeassem a apropriação do conhecimento da importância histórica do tropeirismo entre os alunos do IFC.

A Metodologia da Educação Patrimonial serviu de base para o reconhecimento dos elementos culturais e econômicos relacionados ao tropeirismo enquanto uma experiência vivenciada pelos antepassados das regiões de origem dos alunos. Assim, executamos as seguintes ações para a contextualização histórico-cultural do movimento do tropeirismo: aplicação da técnica da história oral para colher depoimentos de antigos moradores, familiares, ex-tropeiros que relataram suas experiências de vida; foram feitas entrevistas com alunos do curso Técnico em Turismo e Hospitalidade, a fim de considerar a sua percepção referente ao patrimônio do tropeirismo e o enfoque dado ao mesmo no desenvolvimento de suas atividades enquanto condutores locais de turismo rural; foi realizado um Curso para Formação de Guasqueiro, ministrado junto ao Museu e Grupo de Estudos em Equinos, do Campus Sombrio, que proporcionou a aproximação com o tema do tropeirismo. A atividade do guasqueiro possui papel na geração de renda e na valorização do patrimônio do tropeirismo e hoje, um ex-tropeiro, aliado a sua habilidade

na arte de trançar o couro, o que o torna um verdadeiro tesouro humano vivo, transmite às gerações presentes, os saberes e as histórias sobre a confecção de equipamentos e utensílios que reportam ao tropeirismo, tais como bruacas e encilhas. O legado imaterial deste *saber fazer* permite o compartilhamento de conhecimentos em uma cadeia em que preservar é transmitir.

Como indagações iniciais que motivaram o estudo, também a percepção de que, a temática não é referenciada durante os guiamentos turísticos realizados agentes de turismo do município de Praia Grande; nas visitas aos cânions e vales da região, por onde adentram inúmeros caminhos e trilhas utilizadas por tropeiros até a década de 1960, não há a utilização desta memória valorizadora de um patrimônio histórico cultural. Neste sentido, observa-se que, os guias e condutores locais de turismo, exploram a região exclusivamente sob a ótica do potencial do turismo de aventura. O argumento recorrente entre esses agentes é que, em face da exuberância natural da região, as atividades turísticas são focadas para a natureza, pois, "*os turistas objetivam, tão somente, entrar em contato com a natureza: caminhar, molhar-se, observar o verde e respirar ar puro. O "resto" não lhe interessa.*"

Estudos sobre o turismo, no entanto, indicam que, apesar dos turistas possuírem outras motivações que o atraem ao destino, que não o aprofundamento da cultura visitada, a mesma exerce influência em seus deslocamentos já que a cultura permeia todos os segmentos do turismo. A experiência com as pessoas locais e o capital antropológico, contido nos saberes e fazeres cotidianos, no modo de ser, no linguajar e na gastronomia, são elementos presentes e fundamentais em qualquer atividade turística.

Neste sentido, o trabalho educacional, capacitando os alunos enquanto agente cultural também propicia o acréscimo da perspectiva histórico-cultural do patrimônio do tropeirismo, como uma forma de, além de promover sua preservação, contribuir para torná-lo um atrativo turístico. Assim, buscou-se o apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica FAPESC em conjunto com o Instituto Federal Catarinense-Sombrio, para desenvolver o projeto de pesquisa a cerca do tropeirismo na região sul catarinense.

A cultura material e imaterial do tropeirismo e a sua vinculação a um produto turístico regional

A percepção sobre o (des) conhecimento do processo histórico do movimento do tropeirismo e as argumentações de que os turistas buscam a região bem como a população local, sem atentar para o significado e a influência

que o patrimônio histórico-cultural exerce não só sobre as atividades econômicas relacionadas ao turismo, mas também sobre os comportamentos da comunidade local, é significativo a discussão de algumas idéias sobre patrimônio, cultura e turismo.

Veiga (2005), alerta que essa discussão passa pelo entendimento de que, mais que uma herança, a valorização dos recursos patrimoniais é um processo de construção e também "uma oportunidade de consumo produtivo, fazendo com que muitas comunidades se transformem em entusiásticas protagonistas de sua valorização".

O Ministério do Turismo, o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional e a Câmara Temática do Turismo brasileira, estabeleceram um recorte na abrangência dos termos turismo e cultura e dimensionaram o segmento do turismo cultural entre atividades "relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura".

Aliada a esta ideia a UNESCO enfatiza a valorização do patrimônio cultural, composto não somente por bens, monumentos, conjuntos e lugares, mas também pelo "amplo conjunto de produções ou manifestações, individuais ou coletivas que expressam as crenças, costumes, tradições e conhecimentos de um determinado grupo social".

É recorrente entre os promotores do turismo que o mesmo é um meio de preservação do patrimônio cultural nacional e, neste sentido, os programas de revitalização de prédios e conjuntos históricos para fins econômicos, administrativos, etc. No entanto, Chagas (2003, p. 160) coloca que, na ressignificação desses novos usos e a maneira de como implementar os símbolos do passado e fazer sua junção ao presente, é importante haver a discussão para que o resultado do "processo não seja um fardo para a coletividade carregar sob o status de troféu e/ou símbolo do passado".

A ideia presente, ao se promover o turismo cultural, é que o mesmo sirva de instrumento para moradores e gestores apreciem, protejam e promovam o seu patrimônio, amparados pelo pilar em que se assenta a relação turismo e cultura: o uso turístico deve atuar no sentido de fortalecer as culturas e preservar sua memória e identidade. Desta maneira, o patrimônio histórico cultural torna-se suporte da continuidade histórica da comunidade, a qual, uma vez que o reconhece, materializam no cotidiano, os laços que unem. O papel das instituições de ensino e demais gestores do turismo e da cultura, inicialmente, devem voltar suas ações para que este patrimônio seja apreendido e reconhecido para, mais tarde, torná-lo uma oportunidade de desenvolvimento econômico.

O Caminho Tropeiro na Serra do Fundo do Rio do Boi

A saída a campo para a reconstituição do caminho, contou com o acompanhamento de pessoal vinculado ao Parque Nacional de Aparados da Serra, tendo a frente da expedição um guarda-florestal, antigo morador e memória viva de tropeadas na região, o qual abria, à facão, a trilha a qual, em muitas partes, encontrava-se encoberta por uma vegetação fechada. Os depoimentos dos moradores locais afirmam que o caminho era utilizado com grande frequência, muito em função da existência de uma serraria (ruínas ainda visíveis), localizada próximo ao início da trilha, que teve suas atividades de extração da araucária encerradas no final da década de 1960.

A diversidade do ecossistema encontrada nos campos à borda do cânion e no transcorrer do percurso é revelada pelos campos sujos (matas de vassouras), floresta nebular (árvores cobertas de liquens e bromélias) e mata de araucária (pinheiro). Abundantes as espécimes vegetais encontradas, como o xaxim serrano, taquaras *criciúma* e cactos; valiosos exemplares de angico (cuja função, na época dos tropeiros, se assemelha a da pedra ume, usada para curtir o couro), cabuim, casca d'anta, canela preta, erva-mate e imbuia. No solo, por vezes turfosos e noutros mais secos, as pegadas de animais como gato do mato, graxains e tatus; as *fuçadas* de capivaras e as *espojadas* de jacu. Também são presentes, em meio a abelhas silvestres, árvores cujas frutas, como o maracujá e a goiaba, que são muito apreciadas na região.

Para percorrer o *Caminho Tropeiro na Serra do Fundo do Rio do Boi,* adentrou-se no interior do *campo dos Nunes*, em Cambará do Sul, rumo à *quebrada funda* para, após descer a serra pelo caminho tropeiro, atingir o leito do Rio do Boi, onde as tropas o ultrapassavam seguindo pelo vale do Cânion do Itaimbézinho, até chegar aos locais de comércio em Praia Grande.

Numa jornada de onze horas caminhando *serra abaixo* (serra do fundo do Rio do Boi), com precipícios (chamados cânions) de profundidades em torno de 900m e com uma fenda em torno de 5,8 km de extensão, somadas há outras duas horas no leito seco do Rio do Boi, reconstitui-se o trajeto e encontram-se as evidências históricas e geográficas de um dos caminhos utilizados pelos tropeiros para integrar o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, respectivamente pelos municípios de Cambará do Sul e Praia Grande.

Ao objetivo primeiro de encontrar e percorrer o caminho somou-se à possibilidade de identificação de elementos culturais comuns e singulares dos habitantes do planalto serrano com a planície litorânea, aliado à compreensão da força e bravura que os pioneiros tropeiros detinham ao construir e percorrer este caminho.

A *memória* do caminho foi obtida com o uso do GPS para a obtenção do traçado georeferenciado, sendo o mesmo um instrumento fundamental para a análise espacial da região. A tabela abaixo descreve alguns pontos relevantes a ser explorados no decorrer dos estudos.

Quadro 1 – Coordenadas do Caminho Tropeiro na Serra do Fundo do Rio do Boi

Latitude (S)	Longitude (O)	Dado
29°10'20,83"	50°2'46,40"	início nos campos de Cima da Serra, Cambará do Sul, RS
29°10'25,93	50°3'10,30	campo dos Nunes
29°10'26,64	50°3'22,68	serraria
29°10'28,72	50°3'22,11	ruínas casa de pedra
20°10'41,77	50°3'19,01	quebrada funda
29°11'4,O9	50°3'38,95	boca da trilha tropeira na serra do fundo do Rio do Boi
29°11'33,08"	50°3'57,44"	trilha em zig-zag
29°12'16,78"	50°3'38,85"	Rio do Boi
29°21'15,99"	50°3'32,54"	travessia do rio
29°12'12,76"	50°3'15,46"	acesso ao Posto de Informações e Controle (PIC) do Rio do Boi, Cânion do Itaimbézinho
29°12'06,59"	50°02'39,06"	PIC do RiodoBoi; 12 km do centro de Praia Grande

Fonte: Datum de referência: WGS84

Estes dados subsidiam o processo de elaboração visual da sinalização do *Caminho Tropeiro na Serra do Fundo do Rio do Boi,* através de uma maquete, conforme figuras abaixo, cujas cartas topográficas utilizadas são em número de quatro e decorrem da articulação entre as cartas de Cambará do Sul, Praia Grande, Aratinga e Três Cachoeiras.

Figura 1 – Confecção da maquete para abordagem da trilha tropeira



Figura 2 – Maquete com o destaque para o percurso da trilha tropeira



Fonte: acervo da autora.

Considerações finais

Na região sul catarinense os tropeiros foram responsáveis não somente pelo abastecimento interno das populações, mas também possibilitaram a integração sócio-cultural entre povoados distantes e isolados. A pesquisa, ao evidenciar aspectos históricos e culturais do tropeirismo, subsidiará a criação de condições para a valorização deste patrimônio.

O patrimônio construído em torno dos caminhos trilhados pelos tropeiros se valorizado, primeiramente pelos membros da comunidade, ao criar vínculos mais sólidos com suas origens, pode impactar positivamente no seu desenvolvimento.

O projeto estimula também a formação de um guia com elementos históricos culturais do tropeirismo, o qual, além de agregar valor as atividades turísticas em desenvolvimento, também tornarão visíveis aos turistas e comunidade local, a importância do tropeirismo para o processo de ocupação e desenvolvimento da região. A edição do guia turístico busca trazer à tona o sentimento de pertencimento ao lugar ao revelar o quanto a identidade atual dos moradores está relacionada aos costumes e práticas resultantes da atividade tropeira.

Referências

BARROSO, Véra Lucia Maciel; ELY, Nilza Huyer (Org.). *Terra de Areia:* marcas do tempo. Porto Alegre: EST, 2002.

BARROSO, Véra Lucia Maciel; SANTOS, Lucila Maria Sgarbi Santos (Org.). *Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul.* Porto Alegre: EST, 2004.

GOULART, Elisangela; SILVA, Louvani. *A sobreposição territorial do Parque Nacional em terras de remanescentes de quilombo e a efetivação do art. 68 da ACCT/88***:** um exame do caso Comunidade São Roque-Pedra Branca, município de Praia Grande/SC

CHAGAS, Mario *et al* (Org.). *Memória e patrimônio:* ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras (Org.). *Guia Básico de Educação Patrimonial.* IPHAN, Brasília, 1999.

RONSANI, Gilberto. *Praia Grande:* cidade dos canions: 180 anos de história. Praia Grande: Ed. do autor, 1990.

Fontes Documentais

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Carta Topográfica de Praia Grande,* 1981.

BRASIL. MINISTÉRIO DO EXERCITO. *Carta Topográfica de Aratinga. 1980.*

BRASIL. MINISTÉRIO DO EXERCITO. *Carta Topográfica de Cambará do Sul*. 1980.

BRASIL. MINISTÉRIO DO EXERCITO. *Carta Topográfica de Três Cachoeiras*. 1980.

BRASIL. ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOMBRIO. Curso Técnico em Turismo e Hospitalidade. *Relatório de estágio supervisionado*. Santa Rosa do Sul, 2003.

Sites

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. *Turismo cultural:* orientações básicas**.** Disponível em: http://www.turismo.gov.br/. Acesso em: 20 de mar. 2010.

Processual Civil. Ação Civil Pública. Comunidade Quilombola. Competência. Parques Nacional dos Aparados da Serra e da Serra Geral. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia. Acesso em: 08 de abr. 2010.

Projeto de Iniciação Científica e Pesquisa, UNESC. Disponível em: *http://www.nepe.ufsc.br/controle/artigos/artigos69.pdf. Acesso em: 20 março de 2010.*

O salto do Turismo Rural Brasileiro

Carlos Roberto Solera

Ex-Presidente Executivo e Presidente Honorário da ABRATURR/NA, Pesquisador e Escritor. Curitiba/PR

O Turismo Rural (TR) é uma atividade bem recente no país, pois *oficialmente,* teve no ano de 1986, na região catarinense de Lages, com a entrada em funcionamento das *primeiras quatro fazendas* neste novo segmento econômico. É importante lembrar, que para isso tivemos sempre a parceria do SEBRAE, como entidade estimuladora para a nova atividade.

No ano de 1994, quando foi fundada a Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR), já se identificavam cerca de 400 empreendimentos de turismo rural no Brasil. Diversas temáticas passaram a desenvolver-se no campo, entre elas, o Agroturismo, atividade iniciada na região serrana do Espírito Santo. Hoje, 24 anos após o aparecimento da atividade, o número de empreendimentos envolvidos de alguma forma com o Turismo Rural já atinge por volta de 15 mil propriedades rurais e o setor é o que mais cresce dentro do turismo brasileiro, com uma média de 18 a 20% ao ano.

Destas quase 15 mil propriedades campesinas, 72% delas tem até 50 hectares, o que mostra a grande inserção de pequenos produtores rurais em busca de diversificação e em agregar novos valores a suas atividades tradicionais. Muitos deles já teriam sido *eliminados* da vida rural, não fora

a existência do Turismo Rural como uma nova oportunidade de negócios no campo.

O segmento gera hoje perto de 300 mil empregos, diretos e indiretos, no país. De forma direta, 58% são representados por mão-de-obra familiar da própria propriedade rural e o restante por trabalhadores de origem local ou regional a este destino turístico. Outro detalhe importante é a presença feminina na condução da maioria dos empreendimentos de turismo rural, pois a mulher se faz presente em cerca de 83 % desses. Ainda há um processo de *espaço digno* aos mais *velhos* em que, em muitas dessas propriedades turísticas, desempenham funções de relevância, principalmente, quanto a serem *contadores de história, casos e causos*.

Poderíamos classificar a trajetória da atividade em quatro *ciclos* importantes.

Em um primeiro momento, houve um grande impacto na *mudança de visão*, das propriedades rurais brasileiras que passaram a trabalhar com turismo rural. Este espaço sempre foi considerado como um *feudo* familiar, onde imperava a vontade exclusiva do proprietário. De repente, o espaço passou a ser mais *democrático*, compartilhado com outros *donos* temporários, os turistas. Esta foi sem dúvida a primeira grande mudança operada pelo Turismo Rural no cenário campesino nacional.

A seguir, surgiu a necessidade de que antigos e novos atores do campo desenvolvessem novas práticas que não lhes eram tradicionais, como por exemplo, a hospedagem e alimentação de pessoas, com pagamento de custos, procedimentos que sempre foram feitos em forma de hospitalidade campeira. Surgiu, assim, a já citada e fundamental presença da *mulher* a frente de negócios que exigiam um trato mais fino nos serviços ofertados. *O velho,* representado pela figura do *nono ou da nona,* com sua experiência e história, também foram recrutados para completar a equipe de atratividade de cada empreendimento.

Eram novos tempos rurais e a introdução de outras receitas financeiras em propriedades consideradas tradicionais e que já não tinham mais condição de sobrevivência, começou a despertar o interesse em muitos produtores rurais de incorporarem esta atividade em suas fazendas ou sítios.

Por volta de 2003 chegamos ao período que denominamos como o 3º. Ciclo do Turismo Rural brasileiro, pois, já atingindo mais de cinco mil empreendimentos rurais com algum tipo de oferta turística, este segmento passou a ser considerado, como *a contra mão do êxodo rural.*

Muitos campesinos, pelas novas oportunidades de geração de emprego e renda em seu próprio lugar de vida, passaram a permanecer ali, diminuindo

a busca desordenada pelo médio ou grande centro urbano, que faziam das cidades, verdadeiras *panelas de pressão social*.

Assim o campo ganhou uma nova classificação para seus produtos e serviços, como nos mostra a conceituação oficial da atividade: "Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade".

Atualmente (abril /2010), vivemos o 4º. Ciclo do Turismo Rural, quando se dá um *intenso retorno* ao meio rural de muitos daqueles que deixaram o campo, atraídos pelas *fantasias* da vida urbana. Estes, que acabaram, em sua grande maioria, conhecendo momentos de muitas dificuldades e até de sobrevivência, começaram a compor um grupo social que denominei como *Os sem* moradia, sem alimentação, sem saúde, sem emprego, sem esperanças e muito fortemente, sem história.

Descobriram que *eram felizes e não sabiam*, e hoje, uma boa parte desses migrantes está retornando ao campo, com as novas e diversas oportunidades geradas nas atividades do turismo rural.

O *saber e fazer* da cultura rural, em breve será um dos grandes motes do Turismo Rural brasileiro. As *temáticas culturais* de nosso país são abundantes. Entre elas, com toda certeza, estará o legado da *Cultura Tropeira*.

Mas o caminho de consolidação a ser estabelecido em plenitude pelo segmento Turismo Rural, ainda se vislumbra necessitando de inúmeras adequações e novas legislações, em suas áreas de vivência. Podemos citar a maior delas, como a de *reconhecimento* de ser uma *atividade agroeconômica* do setor da agricultura e pecuária brasileira.

Essa aspiração, vislumbramos agora mais próxima, através do Projeto de Lei Nº. 5.077, de 2009, elaborado pelo deputado federal paulista do PSDB, Silvio Torres, cuja discussão já foi aprovada por unanimidade na Câmara Federal e vai agora para o Senado.

O Turismo Rural necessita ser considerado *oficialmente*, como uma *atividade rural* brasileira!

Só após isso, poderemos ter então, legislações próprias, pertinentes e necessárias ao setor, entre as quais podemos destacar a Tributária, a Trabalhista, a Creditícia, entre outras tantas.

É preciso que para que este objetivo seja atingido, se somem os esforços de diversos segmentos da vida de nosso país, como os órgãos institucionais de Turismo, através de sua representação maior que é o Ministério do Turismo; da associação oficial do setor turismo rural nacional, abarcado na figura da Associação Brasileira de Turismo Rural, ABRATURR; de entidades

da Iniciativa Privada, da Academia, Entidades do Terceiro Setor, de Setores Políticos e de Organizações não Governamentais e muitas outras mais.

Falando com respaldo de mais de 15 mil proprietários rurais do Brasil e um imenso rol de trabalhadores e colaboradores do setor, e trazendo a experiência adquirida na visita a empreendimentos do segmento em 1.157 municípios do Brasil, entendemos que o primeiro e fundamental passo para este *avanço* no Turismo Rural brasileiro necessitará e deverá partir da *vontade política* representada pela ação parlamentar do Congresso Nacional, para aprovação do PL 5.077, de autoria do deputado federal Silvio Torres (PSDB -SP).

Na certeza da continuidade do trabalho dos diletos companheiros que nos sucedem neste momento na direção da ABRATURR, não esmorecendo na luta pela consolidação da atividade *Turismo Rural*, acredito que isso em breve será uma realidade, dando a este segmento turístico brasileiro, as condições necessárias para ser um dos maiores destinos para turismo rural do mundo.

PROJETO DE LEI nº 5077/2009 – Lei do Turismo Rural

O Projeto de Lei n° 5077/2009, apresentada pelo deputado Silvio Torres (PSDB-SP), que inclui, no rol da atividade rural, as atividades ligadas ao Turismo Rural, foi aprovada por unanimidade na Câmara Federal e a seguir encaminhada ao Senado Federal.

O projeto visa eliminar os entraves burocráticos que tem impedido o crescimento da atividade, com a atualização da legislação vigente. Ele cria condições para legalização de serviços prestados relativos às práticas do turismo rural. O produtor rural poderá fornecer hospedagem e alimentação aos turistas e emitir documento fiscal, que sempre é exigido, principalmente pelas agências de turismo e empresas. Será também permitida exploração, no seu meio, de manifestações artísticas ou religiosas.

Outra vantagem, é que o PL vai disciplinar as relações trabalhistas entre o empregador rural e seus funcionários quando exercerem atividades para atendimento dos turistas.

Segundo Carlos Solera, ex- Presidente Executivo e hoje, Presidente Honorário da ABRATURR, este é um momento histórico para a consolidação do Turismo Rural. “A luta foi imensa, mas sempre para se construir um grande prédio é necessário o primeiro tijolo”.

Plenário / Votações
20/12/2011 - Laércio Franzon / Agência Senado

Projeto que incentiva turismo rural é aprovado no Senado

O turismo rural deverá constar entre as atividades previstas na Lei 8.023/1990, que trata do imposto sobre a renda obtida no campo, e na Lei 5.889/1973, que dispõe sobre o trabalho rural. Com isso, o produtor que explora a atividade poderá receber visitantes por meio de agências de turismo e contar com nova fonte de receitas.

A proposta (PLC 19/2011) que prevê esse incentivo ao turismo rural foi aprovada - na forma de substitutivo da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) - nesta terça-feira (20), pelo Plenário do Senado. Devido à modificação feita na CRA, e mantida pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização (CMA) e pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a matéria volta à Câmara dos Deputados.

O projeto, de autoria do então deputado Silvio Torres, altera o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 5.899/1973, que estabelece normas reguladoras para o trabalho rural, para considerar também como **"**atividade agro-econômica" a exploração do Turismo Rural.

O relator da matéria na CRA, Casildo Maldaner (PMDB-SC) considerou-a como sendo meritória pela possibilidade de o turismo rural e o ecoturismo se constituírem em alternativas produtivas e de melhoria da qualidade de vida dos habitantes da área rural.

"A atualização da legislação proposta reveste-se de grande importância, pois facilitará o desenvolvimento do turismo rural no país. Como o próprio autor salienta, 'o empregador rural fica por vezes impedido de acolher um grupo de turistas em sua fazenda em razão de, como produtor rural, não poder emitir documento fiscal, exigido pelas agências promotoras de turismo, relativo ao fornecimento de hospedagem ou alimentação, pois estas não são atividades típicas do meio rural", diz Casildo Maldaner em seu relatório.

Mensagem do Gabinete do Deputado Silvio Torres – PSDB/SP, já com link sobre a aprovação da Lei do Turismo Rural e sancionada pela Presidência da República, em outubro de 2015.

Prezado Dr. Carlos Solera,

Segue abaixo a lei de Turismo Rural, já aprovada e sancionada pela Presidência da República.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13171.htm

Att.

Andrea Rampani
Assessoria Técnica
Gabinete do Deputado Silvio Torres
Câmara dos Deputados - Anexo IV
Gabinete 404 - Brasília/DF
Fone: 61 3215-5404

Presidência da República
Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.171, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis n º 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências. A PRESIDENTA DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º (VETADO).

Art. 2º O § 1º do art. 3º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973 , passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º.....

§ 1º Inclui-se na atividade econômica referida no caput deste artigo, além da exploração industrial em estabelecimento agrário não compreendido na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a exploração do turismo rural ancilar à exploração agroeconômica.

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 2015;
194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Joaquim Vieira Ferreria Levy Maria Emília Mendonça Pedroza Jaber Nelson Barbosa Henrique Eduardo Alves

Tropeadas turísticas em família

Zaira Suzana Jacoby de Oliveira
Professora. Bom Jesus/RS

Como os nossos ancestrais vieram da Alemanha em 1824 em diante e se estabeleceram uma parte na colônia de Três Forquilhas e adjacências, estes imigrantes sofreram muitas tragédias e pandemias, também pela gripe espanhola e muitas enchentes.

Os nossos bisavós, Jacoby e Tietböhl, resolveram comprar terras no campo em Cima da Serra, isto por volta de 1900 ou final de 1800, subiram a serra e estabelecendo-se em Bom Jesus e arredores, ficando parentes na colônia.

Era de costume uma vez ao ano se visitarem, os da colônia vinham no verão para serra, e os da serra em meados no outono.

Faço parte de uma dessas famílias e tive o privilegio de fazer alguns passeios. Esta experiência irei relatar na sequência.

Íamos naquela época a cavalo, levávamos três dias de viagem, sendo que o roteiro dito pelos meus pais ocorria da seguinte forma:

- no primeiro dia saímos do nosso sitio Capão Alto, primeiro distrito de Bom Jesus, pelo Hortêncio Dutra, Matemático descendo a costa do rio das Antas e subindo em direção a Cambará do Sul, na fazenda de Balduino Voges, No Retiro descendo o rio Garrafa ou Santana, ali era o nosso primeiro pouso.

- no segundo dia de viagem, saindo da fazenda de Balduino Voges, passando o Rio Tainhas segue até Contendas em direção à Serra do Faxinal, ali era o pouso.

- no terceiro dia descendo esta serra íamos pegar a Serra do Pinto, esta serra passa pelo Arroio Carvalho, já em baixo da serra, na colônia, indo pegar a estrada que ia em direção a igreja Luterana, que fica ao lado Alberto Schmitt e Lucia Jacoby Schmitt tios dos meus pais.

Chegando lá, ficávamos de quinze a vinte dias visitando os parentes e amigos. Meu pai visitava os engenhos para encomendar *açúcar mascavo, melado, rapadura de amendoim, farinha de mandioca e cachaça. Levávamos presente para os parentes, como queijo, pinhão e charque etc.*.

Durante os três dias de viagem as nossas refeições eram: café, pão, paçoca de galinha, linguiça assada, sequilhos etc..

No pouso, as camas eram feitas dos pelegos e alguns acolchoados de lã feitos pela minha mãe.

A mãe fazia as velas de cebo dentro das taquaras para não quebrar e eram colocadas no canto da bruaca. Levava-se corotes para trazer a cachaça.

A comitiva da viagem era composta de meus pais, eu, meu irmão, o madrinheiro e mais dois ou três empregados e às vezes algum parente.

O meu irmão tinha aproximadamente 3 a 4 anos, e eu tinha de 6 a 7 anos. A minha mãe levava a cavalo meu irmão no colo e eu ai a cavalo numa mulinha branca muito mansa, nem cansava. Nas mulas tinham as bruacas para trazer as mercadorias encomendadas na colônia.

Com o passar do tempo, fazíamos os passeios de ônibus, íamos a Porto Alegre e de lá pegávamos o ônibus para a colônia de Três Forquilhas. Mais

tarde, o meu pai comprou um Jepp as coisas melhoraram, podíamos ir de carro fazer as visitas.

Há pouco, em 2018, estive *lá na colônia*, porém percebi o quanto mudou. sinto saudades das viagens que fazíamos e das pessoas que residiam no local.

El Camino de la Costa: la integración desde el turismo cultural

Cristian Pos Dalmás

Máster en Economía y Gestión del Turismo Sustentable, Posgraduado en Turismo Cultural, Licenciado en Relaciones Internacionales. Consultor en programas de desarrollo turístico con organismos internacionales, consultor de Programas BID del Ministerio de Turismo, dirigiendo dichos programas entre 2015 y 2020, e Coordinador del Sistema de Museos de Colonia del Sacramento. Montevideo/Uruguai

Colonia del Sacramento, es una ciudad fundada en 1680 por la corona portuguesa, en el contexto de la lucha por la frontera de los imperios ibéricos en el Río de la Plata durante el siglo XVII y XVIII.

En este ensayo, no se profundizará sobre el proceso histórico de esta ciudad, ya que existe una profusa literatura al respecto.[1] Sin embargo, se entiende que, a nivel patrimonial, de la narrativa y del storytelling turístico existen aún vertientes explorables para dotar de contenido cultural y turístico a la ciudad en su relación con la población visitante del Sur de Brasil, y que se entroncan con el histórico Camino de la Costa, que dio lugar al poblamiento de gran parte de la costa del Río de la Plata y el Sur de Brasil.[2]

Existen elementos, vinculados con la relación histórica de Colonia del Sacramento con la citada región de Brasil, que pueden configurarse como *dispositivos memoriales* los cuales se definen como:

> [...] elementos materiales y discursivos, que configuran la narrativa [...]. Estos elementos, articulados en una red de significaciones, operan como modeladores de gestos, conductas, opiniones y relaciones de los sujetos con el medio. Son memoriales en la medida que el tipo de conductas que modelan refiere a la representación del pasado de una cierta forma prescriptiva, por lo tanto, se trataría de una metarrepresentación del recuerdo compartido. (IBARLUCEA, 2015).

1 Se recomienda iniciar con Riverós Tula, A. (1959), y Prado, F (2002).
2 Assuncao, F. (2004).

En una exploración somera, que debiera profundizarse, se puede identificar algunos elementos que podrían configurar dichos dispositivos, no sólo en Colonia del Sacramento sino en muchas otras localidades a lo largo del histórico camino.

En primer lugar, la figura de Hipólito José Da Costa, padre de la prensa brasileña, nacido en Colonia del Sacramento en 1774, hijo de madre coloniense y padre portugués, emigrado luego de la toma de Ceballos de 1777 (ASSUNCAO, 2004). El Consejo Ejecutivo Honorario de Colonia del Sacramento y el Sistema de Museos de la ciudad, en distintas épocas, se han ocupado de generar actividades y crear hitos simbólicos materiales en relación a dicha personalidad.

La ciudad de Pelotas (RS), cuyo origen estuvo en la freguesía de San Francisco de Paula, recibió su nombre de la imagen de tal santo colocada en el altar mayor por el padre Felicio Da Costa Pereira (hermano de Hipólito). Dicha imagen, producida en Colonia del Sacramento, fue donada por Antonio Gomes, conocido como "O Colonia" por provenir de allí.

Colonia del Sacramento, fue el extremo Sur de la américa portuguesa (PRADO, 2002), su vinculación con el Brasil se realizaba regularmente por tierra siguiendo el camino marcado por Domingo de Filgueira en 1703. Este camino estaba permanentemente afectado por la guerra permanente entre ambas coronas, pero funcional a los intereses de los comerciantes locales. Este trayecto daría lugar más adelante a la creación de la Fortaleza de Santa Teresa y el Fortín de San Miguel que custodiaban el paso de la Angostura, actualmente en el departamento de Rocha, además de varias guardias menores en todo el trayecto.

Moacyr Domíngues (1973) enfatiza en:

> a estreita relação causa e efeito entre essa iniciativa governamental (a fundação de Colônia do Sacramento) e a exploração e ocupação daquele vasto litoral [...]; tão íntima foi essa relação que já não poder-se-á mas, cremos, pretender interpretar o processo de poblamiento inicial dos atuais Estados de Santa Catalina e Rio Grande do Sur, sem acompanhar, passo a passo, a atribulada história de Colônia, até a fundação da cidade de Rio Grande em 1737.

En 1732 Cristóbal Pereira Abreu, quien dejó su huella en la historia de Colonia del Sacramento, corrige el camino de Filgueiras que, junto a otras medidas tomadas, cambiarían por un tiempo las condiciones del comercio de ganado desde el Río de la Plata al Brasil (DANTE DE MORAES, 1979).[3]

[3] Carlos Solera, investigador e escritor especializado, luego de la lectura de este texto, comenta que: Entre 1728 a 1730 Francisco de Sousa Farias abre o caminho que sai deste da Costa, de Filgueiras na altura de Araranguá (Morro dos Conventos) e chega as paragens do Pururnã, hoje estado do Paraná. O caminho recebeu o nome de Caminho dos Conventos e deixou a costa marítima e foi em sentido ao interior do Brasil. Ele tem a ajuda de Cristovão Pereira de Abreu para abertura desse caminho.

Figura 1 – Os caminhos primitivos nos primeiros tempos do ciclo dos tropeiros



Fonte: acervo do autor.

Plano facilitado por el historiador Fabricio Prado

Según, Assuncao (1996), Colonia del Sacramento fue la primera ciudad del Sur de Brasil y la piedra angular sobre la cual se basó todo el poblamiento de Río Grande do Sul.

Mazza Leite (2007) abona lo anterior diciendo que:

> Após sua capitulação em frente às tropas do General Espanhol Pedro de Ceballos em 1777, os colonistas partiram de Colônia do Sacramento com destino a Rio Grande de San Pedro, e estabeleceram-se entre o Rincão das Pelotas junto ao canal de San Gonzalo e o arroio Pelotas distribuindo-se onde actualmente se situam os municípios de Piratiní, Pelotas, Capao do Leao, e Rio Grande. Desde 1763 enquanto, muitos começaram a subir de Colônia para o estreito, depois para Mostardas, para Porto Alegre e de ali para Viamao e Rio Pardo.

A partir de finales del siglo XVIII y principios del XIX el Camino de la Costa decayó por diversas razones, y se optó por otras vías (CASTAGNIN, 1990), comenzando a profundizarse la pérdida de relación comercial, social y cultural.

Entonces, es posible decir que existió una relación intensa desde el punto de vista histórico, social, comercial y cultural, no solo entre las poblaciones sino a lo largo del camino. Dicha relación dejó algunos elementos que pueden configurar (o configuran en algún caso) dispositivos memoriales materiales e inmateriales en Colonia del Sacramento y en el resto de las localidades, que sin embargo tienen un alcance reducido a nivel social y turístico.

Sin embargo, excepto en las iniciativas públicas nombradas más arriba, y algunas provenientes desde el propio Brasil, Colonia del Sacramento no los configura como dispositivos memoriales en la narrativa turística que podrían ser un motivo más de atracción cultural del público llegado del país del norte.

Una de las hipótesis posibles de esta situación, es el corte de la memoria histórica en los pobladores de Colonia. La mayor parte de los descendientes de los habitantes de la Colonia del Sacramento del siglo XVIII, que es el período que se destaca en la narrativa patrimonial y turística, están en Brasil. Otra hipótesis es que, a nivel turístico, tanto el sector público como el sector privado mantienen cierta desconexión con el sector cultural, fuente de insumo para el desarrollo de productos y experiencias turísticas. Por supuesto, estas son sólo hipótesis que deberían someterse a prueba.

El proyecto Rota dos Tropeiros de Brasil podria tener un tramo uruguayo, para ello el propio relato patrimonial y turístico debería ser incorporado por los destinos turísticos de este país (Colonia, pero también Montevideo, Maldonado, Rocha). Sin embargo, dichos destinos se concentran en otro tipo de oferta y demanda, y para el mercado brasileño desarrollan otro tipo de productos, como el turismo gastronómico, y más específicamente el enoturismo.

Se entiende que más allá del negocio turístico la apuesta debe ser desde lo patrimonial. En este caso, tener presente estas relaciones históricas deben ser un insumo para el entendimiento pacífico de los pueblos (aunque justamente, esta sea una historia de conflictos), y a partir de allí crear e innovar en acciones positivas y beneficiosas para el conocimiento mutuo y el turismo.

Es posible, que un producto o experiencia turística sobre este tema no sea viable por sí mismo desde el punto de vista económico, sin embargo, para el destino Colonia del Sacramento, cuya cuota de mercado brasileño se ha consolidado en los últimos años, sumar el relato que precede, enriquecería la visita de los brasileños de las localidades que nacieron por esta ciudad disputada.

En otros trabajos (Pos, 2011) se ha hecho referencia al concepto de Ruta Cultural Turística e Itinerario Cultural, apostando por este último como

vía para la conservación y desarrollo más allá de las fronteras. Para ello es necesario contar con la participación de las universidades, organismos internacionales, la cooperación interinstitucional entre Turismo y Cultura y la sociedad civil.

Por otra parte, el Código Ético Mundial para el Turismo (OMT, 1999), la Carta de Itinerarios Culturales (ICOMOS, 2008), los trabajos de Mercosur Cultural, entre otros, deberían animar a los países a trabajar más activamente la relación cultural y turística que busque construir futuro sobre nuestra historia, lo cual deberían ser tan importantes como la discusión de un arancel comercial.

Referências

ASSUNCAO, F. *Portugueses en el Río de la Plata*. Montevideo: Embajada de Portugal, 2004.

CAPURRO, F. *San Fernando de Maldonado.* Montevideo: Ed. Monteverde, 1947..

CASTAGNIN, D. Una visión de Nuestra Geografía Histórica. Montevideo. *Boletín Histórico Militar* (BHM), n. 279-282. 1990.

DE MORAES, C. *Figuras e ciclos da historia de Rio Grande.* Río de Janeiro: Globo, 1959.

DOMINGUES, Moacyr *A Colônia do Sacramento e o Sul do Brasil.* Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1973.

IBARLUCEA, L. *Ciudades que se narran:* relaciones entre las narrativas histórico-patrimonial y turística en el Barrio histórico de Colonia del Sacramento. Pelotas: Universidad Federal de Pelotas, 2015. Recuperado en: https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Laura-Ibarlucea.pdf

POS, C. Rutas e itinerarios culturales, un desafío para el turismo cultural, Cultura y Turismo. Secretaría de Cultura, Presidencia de la Nación, Argentina, 2011.

POS, C. *El Camino de la Costa. Diagnóstico para la creación de una Ruta Cultural Turística entre Uruguay y Río Grande del Sur.* (Posgrado de Turismo Cultural, Universidad de Barcelona, inédito. 2008.

PRADO, F. *Colônia do Sacramento*: o extremo-sul da America Portuguesa. Porto Alegre: Fumproarte, 2002.

Revista do Instituto Histórico e Geograohico Brasileiro. Tomo LXIX, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

RIVERÓS TULA. A Historia de la Colonia del Sacramento (1680-1830). *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, n. XXII, Montevideo, 1959.

Rota turística do Passo do Pontão – SC/RS

Terezinha Benvinda Fornari Carneiro
Socióloga, Professora alfabetizadora de adultos, Vereadora (1973-1980), Vice-prefeita e Prefeita de Lages (1997-2001). Campos Novos/SC

Figura 1 – Ilustração do Passo do Pontão



Fonte: ilustração de Marco Lenzi. Acervo da autora.

O campo precisa levantar a voz

Esta foi a conclusão de uma roda de conversa de mulheres em 2012, na antiga Biblioteca de Campos Novos/SC, indignadas com o alerta da Estação de Pesquisa Agropecuária (EPAGRI) e de pesquisas nacionais que indicavam que o "campo vai virar deserto principalmente por falta de oportunidades para mulheres e jovens." Surge a dúvida: o que ser feito se o problema é sistêmico e de pleno conhecimento das autoridades competentes?

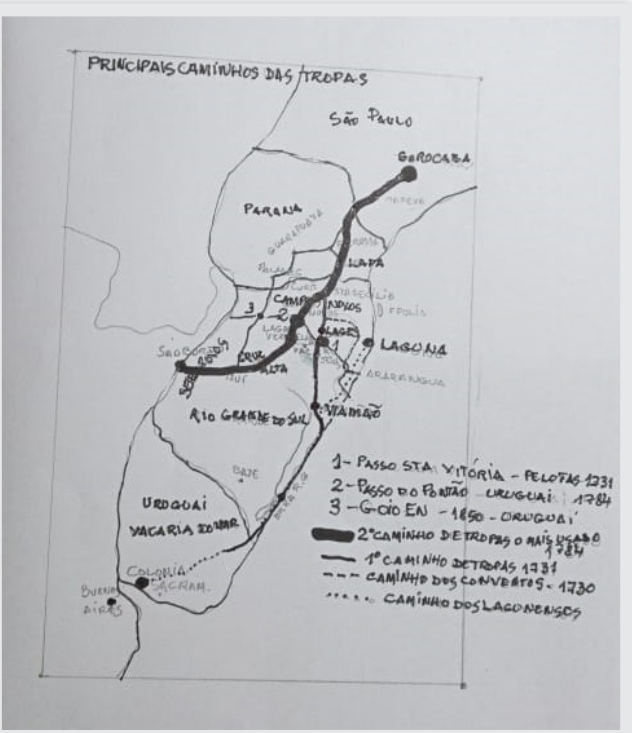
É sabido que o tema do desenvolvimento regional em seus aspectos legais, faz parte do arcabouço da Constituição Federal Brasileira conforme abaixo citada: "Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...]; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;"

Da mesma forma, está explícito na Constituição do Estado de Santa Catarina, em seu artigo 8º, que trata das suas competências, no inciso quinto "elaborar e executar planos metropolitanos, regionais e microrregionais de desenvolvimento". Como registrava Benjamin Franklin: "se as cidades fo-

rem destruídas e os campos forem conservados, as cidades ressurgirão, mas se queimarem os campos e conservarem as cidades, estas não sobreviverão".

Surge como resposta, um plano de ação para o desenvolvimento regional, em especial na cultura, educação e turismo, seara da qual trata-se no presente texto. O elemento de indução dessas ações é um sítio histórico abrigado no marco zero do Rio Uruguai, o Passo do Pontão. Ele foi uma passagem na divisa dos atuais municípios de Campos Novos/SC e Barracão/RS, abrangendo também os municípios catarinenses de Zortéa e Celso Ramos, dando nome a essa rota no Caminho Nacional das Tropas, corredor comercial, econômico e cultural, aberto por Cristóvão Pereira de Abreu por volta de 1733.

Figura 2 – Estudo preliminar da Rota do Passo do Pontão



Fonte: acervo de Dirceu Carneiro. Campos Novos/SC.

"[...] de pedaços de outras gentes que vão se tornando parte da gente. E que assim de retalho em retalho possamos nos tornar, um dia, imenso bordado de nós." (CRIS PIZZIMENT, 2013).

Com a ampliação do grupo de trabalho, formado por voluntários e voluntárias, surge uma pergunta central para o andamento das atividades: como e por onde começar, considerando ainda, ações em diversas frentes de modo a manter a proposta em andamento. Nesse sentido, elenca-se em seguida as principais ações já realizadas e as perspectivas de futuro.

Rota Turística Passo do Pontão

A partir do patrimônio histórico surge a proposta da Rota Turística do Passo do Pontão, também conhecido como Passo da Entrada do Pelotas (como era denominada a comunidade camponovense mais próxima), que tem por objetivo transformar essa herança histórica numa rota de turismo cultural, oferecendo produtos e serviços numa cadeira produtiva sustentável em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Tal ideia foi incluída no Plano Regional de turismo da Associação de Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina (AMPLASC) e teve interesse manifesto da Prefeitura de Barracão/RS. Com a inclusão do Passo do Pontão no Plano Regional de turismo da AMPLASC, a rota passou a ser reconhecida do ponto de vista institucional. Em dezembro de 2019, foi realizado um evento de integração e visibilidade do Passo do Pontão para o público interno, no salão comunitário da Localidade da Encruzilhada, Campos Novos/SC, com a presença dos prefeitos envolvidos nesta primeira etapa, AMPLASC, Presidente da Câmara de Vereadores de Campos Novos, Epagri, direção do Parque Estadual Rio Canoas, entre outros.

Na programação, o Sr. Murilo Milanez representante da AMPLASC, apresentou o mapa distrital com o caminho do Passo do Pontão, atualmente em estudo na Câmara de Vereadores de Campos Novos. Também foi exibida filmagem aérea do encontro dos rios, marco zero do Rio Uruguai, o Passo do Pontão e a ponte da Integração na BR 470 ligando Santa Catarina e Rio Grande Sul, importante indutora do desenvolvimento estadual. O arquiteto Dirceu Carneiro, morador da região, expôs a partir da memória, informações que facilitaram o cruzamento de diversos registros catarinenses, riograndenses e nacionais para comprovar o valor ainda não reconhecido do Passo do Pontão. Destacou, ainda, que muito da memória da região ainda não foi registrada. Encontrou unanimidade entre as autoridades presentes, a necessidade de fortalecer uma identidade cultural para a região, que mesmo emancipada do município de Lages, trouxe em comum as lidas de campo, os caminhos e pousos indígenas e tropeiros. A pesquisadora e parceira do projeto Enedy Padilha da Rosa, com o apoio da Fundação Cultural de Cam-

pos Novos, criou uma exposição: *Passo do Pontão: Aos Nativos e Tropeiros Anônimos*, usando a técnica de um varal histórico, onde foram apresentadas 63 reproduções fotográficas de tamanho 30/40, as quais estão reservadas para compor o futuro memorial do Distrito. Finalizando a programação o Grupo Invernada Artística Porteira Camponovense realizou apresentações de danças tradicionais.

- Apresentação do Projeto ROTATUR *Passo do Pontão*
- Distrito da Encruzilhada, Campos Novos (SC), 2019.

Figura 3 – Reunião de apresentação do Projeto ROTATUR – Passo do Pontão



Fonte: acervo da Fundação Cultural Camponovense.
Autora da fotografia: Jocemara Ribas.

Do ponto de vista da pesquisa, é premente uma ação inicial de inventário do patrimônio cultural num território compreendido pelos municípios de Campos Novos, Zortéa e Celso Ramos em Santa Catarina, e Barracão no Rio Grande do Sul. Um levantamento histórico, identificando sítios de interesse, saberes, fazeres e memórias, que uma vez quantificados serão devidamente identificados e localizados no território de pesquisa, gerando um conteúdo no formato e-book em duas versões, convencional e adaptada a deficientes visuais. Uma das preocupações acerca do resultado do inventário será utilizar uma linguagem acessível e um formato atraente com uso de ilustrações e fotos, tornando o material de fácil compreensão e passível de ser utilizado como ferramenta didática nas redes públicas de ensino das escolas da região e pelos guias de turismo da região.

Matriarcado indígena e tropeiro

A história não escrita das mulheres no Passo do Pontão, também conhecido como *Passo do Pelotas* começou a florir na voz de suas descendentes. Sendo o Caminho das Tropas um espaço povoado por homens avulsos e, não raro, por mulheres indígenas. Nas palavras de Darcy Ribeiro:

> [...] a maioria dos brasileiros descendem daqueles mamelucos gerados em ventres de mulheres tupinambás e guaranis doadas aos europeus recém-chegados e, depois, escravizados aos milhares. Guardamos, portanto, nos nossos genes, uma herança biológica que, por mais de metade, vem desses povos que nos dão a fisionomia do brasileiro comum, inconfundível com o português e com o índio ou com qualquer outro povo. (RIBEIRO, Darcy. *Diários Índios*; os Urubus-Kaapor. São Paulo: Companhia das Letras,1996, p. 6).

A descendência daí gerada contribuiu decisivamente para a diversidade da gente brasileira por costume, constrangimento ou violência.

O Passo do Pontão guarda a história de uma mulher ímpar: Anna Maria de Mattos. E de muitos tropeiros que vinham da Província de São Paulo, de São Pedro do Rio Grande e do Paraná, passavam por esse caminho com o objetivo de fugir do pagamento de impostos no Registro de Santa Vitória, região da Coxilha Rica, atualmente município de Lages.

Quando o Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande tomou conhecimento dessa utilização clandestina, encarregou o capitão Joaquim Antônio de Moraes Dutra para construir uma obra (um barracão) que serviria de quartel e casa de coletoria. Na obra de Suzana da Silva Perin encontramos as seguintes informações: o barracão de coleta de impostos ficou sob o comando de Ana Maria Matos que começou a recolher os tributos em 1849. A senhora Ana Maria Matos era paranaense, viúva e moradora de Campos Novos. Os registros apontam que ela administrou com tamanha eficácia a coleta de tributos que o governo retomou o registro para si, dada a alta lucratividade. Apesar de não ter sido encontrada uma foto sua, o registro abaixo reúne 5 gerações de descendentes, dentre as quais uma voluntária no projeto do Passo do Pontão.

Figura 4 – Descendentes de Ana Maria Matos: Amelia Matos, Lavínia Matos Almeida, Anita Almeida, Carolina Almeida, Iáscara Almeida (voluntária do projeto)



Fonte: acervo de Iascara Varela.

A presença das mulheres no Passo do Pontão pode ser simbolizada pela Santa Padroeira do município de Correia Pinto, Nossa Senhora dos Campos, cuja imagem é representada com um punhado de gravetos nas mãos,

estando a santa com os pés sob feixes de madeira, tão necessários à manutenção do fogo, usado historicamente pelas mulheres para iluminar, cozinhar, aquecer e defender a prole. Certamente aquelas indígenas, tropeiras e mesmo as que hoje habitam o território, não deixam essa chama apagar.

Turismo sustentável

A partir do reconhecimento de experiências em locais com problemas semelhantes aos identificados neste território, no sentido de mitigar o êxodo rural e melhorar a qualidade de vida das comunidades do interior, surge o turismo sustentável como alternativa. A região está num entroncamento das BRs 282 e 470, com fluxo internacional de turistas a caminho do litoral ou das águas termais. O fortalecimento de uma identidade cultural que transcenda a fronteira geopolítica, pode induzir o surgimento de empreendimentos e atividades que aumentem o tempo de permanência desses visitantes.

Em 2019 foi apresentada para à Prefeitura de Campos Novos a proposta da Rota Turística do Passo do Pontão, que foi inserida no Plano Municipal de Turismo, hoje lei municipal. Em função da pandemia de Covid-19, os trabalhos avançaram em articulações e estudos, sendo o próximo passo a elaboração de um planejamento participativo com o objetivo de formar uma organização que gerencie a rota e a habilite a participar de editais públicos, articulados de forma online, reunindo as lideranças dos 04 municípios integrantes da rota.

Águas do Passo do Pontão, de onde vêm e para onde vão

São as águas do Rio Uruguai, cantadas em prosa e verso, que guardam nas barrancas de sua nascente os resquícios arqueológicos do Passo do Pontão, anteriores ao século XVIII. No passado o Rio Uruguai dividiu os continentes conflitantes: à margem direita o Continente de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, Sertões de Nossa Senhora de Curitiba, Capitania de São Vicente; à esquerda Nossa Senhora das Oliveiras das Vacarias do Continente de São Pedro do Rio Grande. Hoje seu marco zero, o Rio Uruguai recebe um abraço de águas catarinenses e rio-grandenses entre barrancas de três municípios de origem indígena e tropeira: em Santa Catarina, Campos Novos pela localidade da Encruzilhada e Celso Ramos pelo Entre Rios, no Rio Grande do Sul, Barracão, via Passo do Pontão. Distante 900 metros do velho passo temos hoje, a Ponte da Integração (1976) ligando Santa Catarina e o Rio Grande do Sul pela BR 470.

O nome do rio (Uruguai) tem origem num pequeno molusco encontrado no rio e tem origem na língua Tupi-guarani. Nasce do encontro dos

Rio Canoas e Pelotas, tem como afluentes o rio Pelotão, Forquilhinha, Peixe, Chapecó, Peperiguaçú, Passo Fundo, Icamaracuã, Apuane, Ijuí, Várzes, Quaraí, Canoas, Ibicuí, São João e Aguapé, entre outros mananciais. Sua foz é junto do Rio Paraná no estuário do Prata, quando encontra as águas salgadas do Oceano Atlântico. O Delta do Prata denominado por Sebastião Caboto em 1525 por inspiração indígena (Império Inca, Potosi, Peru) e suas minas de prata, testemunhou a Guerra do Paraguai. Especula-se que por esta região deu-se a chegada dos primeiros moradores das Américas, inclusive das terras catarinenses, pelo oeste, por meio do rio Uruguai, seriam antepassados dos povos Umbú e Humaitá vindos da Ásia (Sibéria).

Figura 5 – Pé de umbu com mais de 200 anos da casa de Anna Maria Matos



Figura 6 – Cemitério, onde provalmente foi sepultada, Anna Maria Matos, próximo ao Passo do Pontão



Fonte: acervo do fotógrafo Murilo Milanes. Campos Novos/SC.

Municípios de abrangência na rota do Passo do Pontão e suas relações com o tropeirismo

Celso Ramos

O município de Celso Ramos foi criado pela lei nº 7.585, de 26 de abril de 1989. Está situado no planalto sul e meio oeste catarinense, pertencente a Microrregião da Amplasc. A área do Município é de 198 km2, limita-se ao norte com Rio Canoas, divisa entre Celso Ramos e Campos Novos, a

leste faz divisa seca com o município de Anita Garibaldi, ao Sul localiza-se o Rio Pelotas que faz a divisa com o município de Barracão (RS), ao Oeste encontram-se os Rios Canoas e Pelotas, formando o início da Bacia do Rio Uruguai. Está marcada na sua história, a Guerra do Canudinho de Lages em 1897, próximo ao encontro dos Rios Canoas e Pelotas, hoje conhecido como Parque Municipal Furnas Brechó. No município se encontram os Rios Canoas e Pelotas, formadores do Rio Uruguai e do Passo do Pontão. Acima dos rios se localiza a trilha dos tropeiros esculpida nas serras.

Zortéa

Situado na divisa com Rio Grande do Sul. Sua população estimada pelo IBGE em 2017 é de 3.300 habitantes. A população conserva as tradições dos antepassados, com destaque para a cultura italiana. Por outro lado, a influência gaúcha pode ser facilmente percebida no município, cujos rodeios movimentam a cidade várias vezes ao ano. O tropeirismo no município de Zortéa teve origem pelas passagens com o município de Barracão/RS, por um passo nas proximidades da divisa do município de Campos Novos/SC, hoje divisa do município de Zortéa às margens do lajeado do Rio Agudo. Por volta de 1730/1750 os tropeiros utilizavam esse caminho como desvio, evitando a Localidade da Encruzilhada, Campos Novos. Para isso, passavam o rio na comunidade de Pouso Alto, nome dado por esses viajantes, pois ao atravessar a água e subir a serra, davam com um descampado no alto, sendo este um lugar para pouso das tropas. Seguindo o caminho, passavam pela região do Rio Agudo, em seguida pela atual estrada geral Salomão Batista Carneiro, onde existe um marco até os dias de hoje.

Campos Novos

As terras camponovenses tiveram como primeiros donos os indígenas. Os Kaigangs habitavam essa região e viviam da pesca e caça, coletavam raízes e frutos das matas, pinhão, amora, jabuticaba e pitanga. Os europeus foram ocupando gradativamente as terras indígenas a partir dos séculos XVII e XVIII. Em 1814 uma expedição do Major Atanagildo Martins, pretendia entrar em contato com as missões. Porém, desviou-se do rumo porque temia um ataque dos povos guaranis. Nessa expedição, o grupo percorreu as terras onde fica a área urbana. A colonização de fato teve início com o surgimento das primeiras fazendas e invernadas. Entre os primeiros proprietários aparece o nome de João Gonçalves de Araújo, procedente de Curitibanos. Mais tarde vieram gaúchos que fugiram da guerra dos Farrapos. Também destaca-se a importância do Tropeirismo para o contexto camponovense, pois por aqui passavam tropas oriundas dos pampas gaúchos. Durante muito tempo,

os tropeiros traziam notícias, novidades e foram eles que introduziram o chimarrão, o churrasco e a indumentária gaúcha.

Barracão

Os tropeiros que vinham da Província de São Paulo, passavam pelo atual município de Barracão com o objetivo de fugir do pagamento de impostos no Registro de Santa Vitória, região da Coxilha Rica, atualmente município de Lages. Atravessaram o Rio Uruguai, logo abaixo das confluências do Rio Pelotas e Canoas, por um passo que era conhecido por eles como Passo do Pontão. Quando o presidente da Província tomou conhecimento que os tropeiros utilizavam esse passo de forma clandestina, em 1848, encarregou o capitão Joaquim Antônio de Moraes Dutra para construir uma obra (um barracão) que serviria de quartel e casa de coletaria. Inicia-se, então, a colonização de nosso município e este recebe o nome de Barracão. A coletoria do Pontão localizada em Barracão no período de 1849 a 1856 foi o Registro que mais imposto arrecadou para a Província. O município de Barracão foi criado oficialmente em 30 de maio de 1964 e instalou em 07 de fevereiro de 1965. Sua superfície é de 516,288 km², está distante 370 km da capital do estado e sua economia baseia-se principalmente na agropecuária. Sua população é de aproximadamente 5,592 habitantes, a etnia predominante é a Portuguesa e em menor número a Italiana e a Alemã.

Visão de futuro

A rota turística do Passo do Pontão pode ser uma contribuição imaterial para a região. A partir dela se pretende o fortalecimento da identidade cultural dos moradores da região, para que empoderados de sua própria história, possam organizar-se no sentido de serem agentes da transformação das condições de suas próprias vidas. Ao projetar as possibilidades que se abrem, destaca-se:

Educação de mais qualidade, com aulas em tempo integral, aumentando a escolaridade de mulheres e jovens, abrindo possibilidades de permanência no campo com maior remuneração.

Turismo sustentável, de maneira a levantar e desenvolver os potenciais da região vinculados aos saberes e fazeres sedimentados durante o período do Caminho da Tropas.

As palavras de Maria de Lourdes Parreiras Horta: "Preservação do patrimônio material e imaterial como base para o fortalecimento da identidade cultural e as ações do turismo sustentável." Corroboram para nortear e definir as pretensões do Projeto ROTATUR – Passo do Pontão.

Finalmente, o projeto ROTATUR – Passo do Pontão pode provocar uma reflexão: uma das formas de enfrentar o êxodo rural seria a adoção de uma ação macro, um grande movimento político de indução da transferência de um eixo econômico e político, que é a transferência da capital pra o interior do estado de Santa Catarina.

Agora é arrematar bem este bordado de nós com o poema de Sérgio Napp e Barbará os Desgarrados:

Olhos abertos
O longe é perto
O que vale é o sonho.

Figura 7 – Rio Uruguai - Marco Zero



Fonte: acervo de Terezinha F. Carneiro.

Referências

BLASI, Paulo. *Campos Novos:* um pouco de sua história. Florianópolis: EDEME, 1994.

OITEUX, Henrique. *A República Catharinense:* notas para sua história. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985.

BRANDÃO, Vladimir. *Caminhos do sul*. Florianópolis: Expressão, 2013.

BUENO, Fidelis. *Porto das tropas*. Curitiba: Ed. do autor, 2013.

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*: período colonial. Porto Alegre: Globo, 1970.

COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens:* sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: FCC Edições, 1982, v. 1.

DUCLÓS, Nei**.** *Laguna:* obra e paisagem. Florianópolis: Expressão, 2011.

FELIPPE, Euclides J.. O caminho das tropas em Curitibanos. In: SANTOS, Lucila Sgarbi et al. (Org.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul.* Porto Alegre: EST, 2000.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et al.. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN; Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Museu Imperial, 1999.

PEIXER, Zilma et al. *Levantamento de patrimônio histórico e sócio econômico do caminho das tropas*. Lages: UNIPLAC, 2002.

PERIN, Suzana da Silva. *Barracão:* sua história e suas origens. Porto Alegre: EST, 2008.

PRADO Junior, Caio. *Coleção Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1972.

RIBEIRO, Darcy. *Diários índios:* os Urubus-Kaapor. SãoPaulo: Companhia das Letras, 1996.

ROSA, Enedy Padilha da. *Campos Novos, documentos e imagens*. Apostila.

SANTOS, Lucila Maria Sgarbi et al. (Org.). *Bom Jesus e o Tropeirismo no Cone Sul.* Porto Alegre: EST, 1995.

VACA, Álvar Núñez Cabeza. *Naufrágios e comentários*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

Fontes e Arquivos

Arquivo Histórico Waldemar Rupp. Campos Novos, Nativos da terra. Apostila.

Arquivo Histórico Waldemar Rupp. *Edição especial jornal "A Tribuna"*. Cruzeiro: Apostila, 1941.

Arquivo Histórico Waldemar Rupp. *Traços da história do oeste catarinense*. Apostila.

Arquivo Histórico Waldemar Rupp. *História de Santa Catarina.* Florianópolis: Gráfica Editora Paraná Cultural LTDA, 1970, v. 1.

O SENATRO e o turismo nos Campos de Cima da Serra

José Paulo de Almeida
Prefeito Municipal de Bom Jesus/RS (Gestão 2005-2012)

A nossa região teve como grande importância econômica o tropeirismo. Bom Jesus tem a marca do tropeirismo.

O Seminário Nacional e Encontro do Cone Sul sobre Tropeirsmo (SENATRO) desenvolveu estudos, trouxe informações e contou muitas histórias. Esses estudos focaram o turismo, levando a criação de um produto turismo, conhecido como "Rota dos Campos de Cima da Serra." O referido produto turístico colocou toda a Região dos Campos de Cima da Serra com um produto turístico diferenciado e atraente. Assim, podemos mostrar a nossa história, bem como as belezas naturais para o Brasil e o mundo.

A Rota dos Campos de Cima da Serra visa aparelhar os municípios que a compõe, com infraestrutura condizente com os objetivos a que se propõem, tais como: rede hoteleira, receptivo, gastronomia, estradas com boas condições de trafegabilidade, entre outras.

Sem dúvida, o SENATRO destacou uma região pouco conhecida, porém, bela e com vasto potencial turístico-cultural, a dos Campos de Cima da Serra, do Rio Grande do Sul.









ISBN 978-65-5974-292-9
9 786559 742929
OKOS EDITORA



